Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Psicologia

Juberto Antonio Massud de Souza

Os ásperos tempos da psicologia: do fechamento de espaços institucionais à luta revolucionária durante a ditadura empresarial-militar

Rio de Janeiro
2021

Juberto Antonio Massud de Souza

Os ásperos tempos da psicologia: do fechamento de espaços institucionais à luta revolucionária durante a ditadura empresarial-militar

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Programa Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.ª Drª. Ana Maria Jacó-Vilela

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S729 Souza, Juberto Antonio Massud de
Os ásperos tempos da psicologia: do fechamento de espaços institucionais à luta revolucionária durante a ditadura empresarial-militar / Juberto Antonio Massud de Souza. – 2021.
301 f.

Orientadora: Ana Maria Jacó-Vilela
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

1. Psicologia Social – Teses. 2. Psicologia – História – Teses. 3. Brasil - História - 1964-1985 – Teses. I. Jacó-Vilela, Ana Maria. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

es CDU 316.6(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Juberto Antonio Massud de Souza

Os ásperos tempos da psicologia: do fechamento de espaços institucionais à luta revolucionária durante a ditadura empresarial-militar

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Programa Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em 30 de novembro de 2021.

Banca Examinadora:

_____

Prof.ª Drª. Ana Maria Jacó-Vilela (orientadora)

Instituto de Psicologia - Uerj

_____

Prof. Dr. David Pavón-Cuellar

Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo

_____

Prof. Dr. Owaldo Hajime Yamamoto

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

_____

Prof. Dr. Alexandre de Carvalho Castro

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

_____

Prof.ª Drª. Ana Maria Jacó-Vilela (orientadora)

Universidade Fereral de Goiás - UFG

Rio de Janeiro

2021

RESUMO

SOUZA, J. A. M. Os ásperos tempos da psicologia: do fechamento de espaços institucionais à luta revolucionária durante a ditadura empresarial-militar. 2021. 301 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Este trabalho teve como objetivo principal compreender a maneira pela qual uma fração de psicólogos e estudantes de psicologia no Brasil se inseriu em organizações clandestinas e revolucionárias para o enfrentamento da ditadura empresarial-militar entre os anos de 1964 e 1976. Para tal, consideramos que o processo de institucionalização profissional no país teve novo impulso com a reforma universitária imposta pelos generais militares. Como consequência, existiu o alargamento de espaços institucionais para o desenvolvimento da psicologia, concomitantemente ao recrudescimento ditatorial. Saturado de múltiplas contradições, este processo culminou com a perseguição e a eliminação física de opositores, que se estendeu para dentro das instituições de psicologia. Partindo dos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético, resgatamos as trajetórias de parte dos sujeitos perseguidos pelos seus posicionamentos políticos à época, a partir de casos representativos. Utilizamos diferentes técnicas de pesquisa. Inicialmente, uma revisão bibliográfica da temática. Em seguida, direcionamo-nos para a análise de fontes primárias. Com isso, inventariamos bancos de dados que possuíam conjuntos documentais que auxiliaram a reconstrução histórica de nossos sujeitos da pesquisa. Ainda, realizamos entrevistas com partícipes deste processo. Ao final, concluímos que o processo de institucionalização da psicologia durante o governo militar teve *conexão inseparável* com o terreno que propiciou seu desenvolvimento. Enquanto uma fração da psicologia se colocou abertamente para a colaboração com o regime, conquistando posições institucionais, outra fração foi perseguida, sendo aplastada destes espaços. Pela capilaridade e enraizamento do terrorismo de estado, as depurações e eliminações de psicólogos e estudantes foram uma das características estruturantes do processo de institucionalização do país que deu forma à psicologia durante os anos aqui considerados.

Palavras-chave: História da Psicologia. Luta armada. Ditadura militar. Materialismo histórico-dialético.

ABSTRACT

SOUZA, J. A. M. *The bitter times of psychology:* from the closing of institutional spaces to the revolutionary struggle during the business-military dictatorship. 2021. 301 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

The main objective of this dissertation was to understand how a fraction of psychologists and psychology students in Brazil were in clandestine and revolutionary organizations to confront the corporate-military dictatorship between the years of 1964 and 1976. For such, we considered that the process of professional institutionalization in the country had a new impulse with the University Reform imposed by the military generals. Thereat, there was an enlargement of institutional spaces for the development of psychology, concomitantly with the dictatorial resurgence. Saturated with multiple contradictions, this process culminated in the persecution and physical elimination of opponents, which extended into psychological institutions. Based on the theoretical-methodological assumptions of historical-dialectical materialism, we rescue the trajectories of part of the subjects who pursued their political positions at the time, based on representative cases. We used different research techniques. Initially, we made a bibliographical review of the theme. Then, we went into primary source analysis. We inventoried databases that had document sets that helped in the historical reconstruction of the subjects in our research. We also conducted interviews with individuals who participated in this process. In the end, we concluded that the process of institutionalizing psychology during the military government had an inseparable connection with the terrain that provided its development. While a fraction of psychology opened itself to collaboration with the regime, conquering institutional positions, another fraction was persecuted and was apart from these spaces. Due to the entrenchment of state terrorism, the debugging and elimination of psychologists and students were one of the structuring characteristics of the country's institutionalization process that formatted psychology during the years considered here.

Keywords: History of Psychology. Armed struggle. Military dictatorship. Historical dialectical materialism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Leila Khaled pertencente à unidade de comando Che Guevara da FPLP. 27
Figura 2 - Lista de rescisão de contratos de professores da UnB assinada pelo reitor em exercício Laerte Ramos.....50
Figura 3 - As décadas da institucionalização da psicologia no Brasil a partir dos dados fornecidos pelo CFP 57
Figura 4 - Ficha de Antonio Gomes Penna, professor de psicologia da UFRJ.....61
Figura 5 - IPM respondido por Pedro Parafita de Bessa 67
Figura 6 - Aposentadoria do professor de psicologia Pedro Parafita de Bessa como um dos atos da contrarrevolução após o AI-5.....68
Figura 7 - Estudantes de psicologia da UFRJ punidos pelo Decreto-Lei 477/69 68
Figura 8 - Estudantes de psicologia da UFMG punidos pelo Decreto-Lei 477/69. 69
Figura 9 - Documento do SNI com o assunto: Curso de Psicologia da USP.....69
Figura 10 - Solicitação do Ce. Chefe do SNI, Ênio dos Santos Pinheiro, ao vice-reitor em exercício da USP 71
Figura 11 - Regimento Interno da EsNI com a Divisão de Psicologia e Psicotécnica.....80
Figura 12 - A Seção de Psicologia Experimental no interior da EsNI 81
Figura 13 - Acompanhamento Psicológico feito por psicólogo da EsNI para formação de agente de informações. Retiramos o nome para que não possa ser identificado o respectivo servidor 83
Figura 14 - Exigência do Ministério do Trabalho e Previdência Social de impedimento de nomes de psicólogos para eleições do Conselho Federal de Psicologia. Retiramos os nomes para não expor aqueles que foram perseguidos sem a anuência dos citados 90
Figura 15 - Psicodiagnóstico de Rorschach apresentado no II Congresso Latino-Americano de Psicodiagnóstico de Rorschach 97
Figura 16 - Parte do Inquérito sobre o Psicodiagnóstico de Rorschach apresentado em Congresso.....99
Figura 17 - Documento da Agência Central do SNI com assunto II Congresso Latino-Americano de Psicodiagnóstico de Rorschach 101
Figura 18 - XIV Congresso Interamericano de Psicologia e a guerra psicológica coordenada por Pequim e Moscou 103

Figura 19 - Telegrama enviado por agente de Informações durante o evento sobre o deslocamento de dois psicólogos de confiança encarregados de fiscalizar trabalhos apresentados no XIV Congresso Interamericano de Psicologia ... 104
Figura 20 - XIV Congresso Interamericano de Psicologia ... 104
Figura 21 - Prof. Samuel Pfron Neto (sic) discutindo os aspectos psicossociais no Seminário Nacional sobre Programação de TV e Público Usuário em 1981 junto com censores ... 106
Figura 22 - Exílio no Uruguai de membros da AP. Da esquerda para a direita: Betinho, um personagem não identificado, Aldo Arantes e a psicóloga Maria Auxiliadora Cunha ... 112
Figura 23 - Ficha de Maria Auxiliadora ... 116
Figura 24 - Apuração das atividades da psicóloga Emely Vieira Ribeira, "Codinome Sara" ... 125
Figura 25 - A "psicóloga" no presídio em Juiz de Fora e penitenciária de mulheres ... 126
Figura 26 - Pasta 837 dedicada a "Sara" da Ala Vermelha ... 127
Figura 27 - Lista de presos a serem libertados em troca do embaixador suíço capturado. 132
Figura 28 - Capa de A Classe Operária estampando os embates entre guerrilheiros no Araguaia e as forças do exército brasileiro ... 137
Figura 29 - Documento do SNI sobre as atividades do estudante de psicologia Idalísio Aranha no Comitê Estudantil do PCdoB ... 139
Figura 30 - Impressão digital de Idalísio tomadas depois de sua morte no Araguaia ... 146
Figura 31 - Últimas fotos do corpo de Idalisio Aranha, antes de ser enterrado em local em meio da selva amazônica ... 147
Figura 32 - Dados existentes no centro de inteligência do exército (CIE) sobre os 144 (cento e quarenta e quatro) desaparecidos políticos ... 148
Figura 33 - Descrição das atividades de Idalísio afirmando a não existência de comprovação de sua morte ... 149
Figura 34 - Ficha de Idalísio Aranha. Divisão de Registro e Distribuição Extrajudicial-DRDE (2012). ... 150
Figura 35 - Arte política do estudante de psicologia Carlos Zilio quando do assassinato de Che Guevara na Bolívia ... 159
Figura 36 - O estudante de psicologia Sérgio Rubens Araújo Torres ... 160

Figura 37 - O estudante de psicologia Ricardo Vilas antes de embarcar no avião Hércules 56. É o quinto da esquerda para direita na fileira em que os presos estão de pé, ao lado de Maria Augusta, única mulher libertada pela ação ... 164
Figura 38 - Título eleitoral recolhido quando da prisão de Marilena Villas Boas Pinto . 167
Figura 39 - Panfleto Guerrilha Operária com a ação do Comando Marilena Vilas-Boas . 169
Figura 40 - Foto de Iara Iavelberg no relatório da Operação Pajussara 173
Figura 41 - O rosto de Iara Iavelberg, o quinto da primeira fileira, caracterizada como bandida e terrorista 176
Figura 42 - Mais de duas décadas depois de seu assassinato, a imagem de Iara Iavelberg sendo reconhecida oficialmente não como amante e terrorista, mas como professora universitária 176
Figura 43 - Codinomes utilizados por Iara Iavelberg, assim como parte de suas atividades já na clandestinidade 181
Figura 44 - Cadáver de Iara Iavelberg após ser assassinada pelos agentes de repressão 183
Figura 45 - As várias feições de Iara Iavelberg segundo jornal que cobriu a morte de Carlos Lamarca 184
Figura 46 - Foto do corpo de Aurora Maria do Nascimento, morta depois de torturada, e jogada na rua 187
Figura 47 - Imagem de Aurora Maria retirada do curta metragem Universidade em Crise 188
Figura 48 - Parte de uma ficha de Aurora Maria com pequena biografia pessoal e das ações executadas dentro da AL 189
Figura 49 - Um dos relatórios da ALN, com o nome de Aurora Maria no GTA da Aln da Guanabara 191
Figura 50 - Aurora Maria Nascimento Furtado na falsa cena de tiroteio montada de sua morte 195
Figura 51 - Panfleto Ao Povo Brasileiro, assinado pelo Comando Aurora Maria Nascimento Furtado da ALN após justiçamento de delator que colaborou com os assassinatos de Iuri Xavier Ferreira, Ana Maria Nacionovic Correa e Marcos Nonato da Fonseca 196
Figura 52 - Jornal do Brasil com a foto de Pauline Reichstul, a terceira da esquerda para a direita, caracterizada como terrorista 201
Figura 53 - Pauline Reichstul assassinada 213

Figura 54 - Uma das declarações do processo a que responderam Rui Coelho e Lúcia Maria Salvia Coelho 219
Figura 55 - Ficha de Lúcia Maria Salvia Coelho 219
Figura 56 - Relação de participantes do Congresso de Rorshcach em que estavam presentes agentes de informação da ditadura e perseguidos políticos, entre eles Clóvis Stenzel, um dos agentes, e Lúcia Maria e Rui Andrada Galvão, dois dos perseguidos 222
Figura 57 - Relatório do SNI a respeito do II Congresso Latino-Americano de Psicodiagnóstico de Rorschach 228
Figura 58 - Reportagem que afirma a prisão da ex-estudante de Psicologia Sandra Fonseca considerada terrorista 240
Figura 59 - Documento com a relação de brasileiros detidos no Estádio Nacional do Chile 245

L**ISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AC -	Agência Central do SNI
AdUSP -	Associação de Docentes da Universidade de São Paulo
AESI -	Assessoria Especial de Segurança e Informações
AI -	Ato Institucional
Ala -	Ala Vermelha do PCdoB
ALAR -	Associação Latino-Americano de Rorschach
ALN -	Ação Libertadora Nacional
ANL -	Aliança Nacional Libertadora
Antimil -	Setor Militar do PCB
AP -	Ação Popular
APML -	Ação Popular Marxista-Leninista
APMLdoB -	Ação Popular Marxista-Leninista “do Brasil”
ARENA -	Aliança Renovadora Nacional
ASI -	Assessorias de Segurança e Informação
BN -	Biblioteca Nacional
BNM -	Brasil: Nunca Mais
CAP -	Colégio de Aplicação da UFRJ
CC -	Comitê Central
CCC -	Comando de Caça aos Comunistas
Cenimar -	Centro de Informações da Marinha
CEP -	Centro de Estudos do Pessoal
CFE -	Conselho Federal de Educação
CFP -	Conselho Federal de Psicologia
CGI -	Comissão Geral de Investigações
CIE -	Centro de Informações do Exército
CIEx -	Centro de Informações do Exército
CISA -	Centro de Informações da Aeronáutica
Cismec -	Comissão de Investigação Sumária do Ministério da Educação e Cultura
CM -	Comando Militar
CM -	Comissão Militar
CNE -	Conselho Nacional de Educação
CNP -	Conselho Nacional de Psicologia

CNV -	Comissão Nacional da Verdade
COLINA -	Comando de Libertação Nacional
Cosipa -	Companhia Siderúrgica Paulista
CPC -	Centro Popular de Cultura
CPOR -	Centros de Preparação de Oficiais da Reserva
CRUB -	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CRUSP -	Conjunto Residencial da USP
DA -	Diretório Acadêmico
DEOPS -	Delegacia Especializada de Ordem Política e Social
DI -	Dissidências do Partido Comunista Brasileiro
DI-GB -	Dissidência da Guanabara
DISP -	Dissidência Universitária de São Paulo
DIVIN -	Divisão de Segurança Interna
DOI-CODI -	Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS -	Departamento de Ordem Política e Social
DSI -	Divisão de Segurança e Informações
ESG -	Escola Superior de Guerra
EsNI -	Escola Nacional de Informações
FAFI -	Faculdade de Filosofia
FEB -	Força Expedicionária Brasileira
FFAA -	Forças Armadas
FLN -	Frente de Libertação Nacional
FPLP -	Frente Nacional de Libertação pela Palestina
FRELIMO -	Frente de Libertação de Moçambique
FTA -	Frente de Trabalho Armada
FTO -	Frente de Trabalho Operário
GE -	Grupo de Estudo
GRCP -	Grande Revolução Cultural Proletária
GSI -	Gabinete de Segurança Institucional
HC -	Hospital das Clínicas
IBAD -	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IP -	Instituto de Psicologia
IPES -	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IPM -	Inquérito Policial Militar
IRA -	Exército Republicano Irlandês
JEC -	Juventude Estudantil Católica
JUC -	Juventude Universitária Católica
LSN -	Lei de Segurança Nacional
MAPU -	Movimiento de Acción Popular Unitaria
MCD -	Movimento Contra a Ditadura
MDB -	Movimento Democrático Brasileiro
ME -	Movimento Estudantil
MEC -	Ministério da Educação e Cultura
MPLA -	Movimento Popular de Libertação de Angola
MR-8 -	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MR-8 CP -	Movimento Revolucionário 8 de Outubro Construção Partidária
MR-8 DG -	Movimento Revolucionário 8 de Outubro Direção-Geral
MRM -	Movimento Revolucionário Marxista
MRT -	Movimento Revolucionário Tiradentes
MTPS -	Ministério do Trabalho e Previdência Social
OBAN -	Operação Bandeirantes
OLAS -	Organização Latino-americana de Solidariedade
OPP -	Organização Para-Partidária
ORM-POLOP -	Organização Revolucionária Marxista - Política Operária
PAISM -	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PCB -	Partido Comunista Brasileiro
PCBR -	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCCh -	Partido Comunista da China
PCdoB -	Partido Comunista do Brasil
PCUS -	Partido Comunista da União Soviética
POC -	Partido Operário Comunista
PTA -	Partido do Trabalho da Albânia
PUC -	Pontifícia Universidade Católica
SBPC -	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SIP -	Sociedad Interamericana de Psicología
SISNI -	Sistema Nacional de Informações
SNI -	Serviço Nacional de Informações

SSP -	Secretaria da Segurança Pública
STM -	Supremo Tribunal Militar
UEE -	União Estadual dos Estudantes
UEG -	Universidade do Estado da Guanabara
UEPB -	Universidade Estadual da Paraíba
UERJ -	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFMG -	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB -	Universidade Federal da Paraíba
UFRJ -	Universidade Federal do Rio de Janeiro
ULDP -	União Pela Liberdade e Pelos Direitos do Povo
UNB -	Universidade de Brasília
UNE -	União Nacional dos Estudantes
Unicamp -	Universidade Estadual de Campinas
UniSantos -	Universidade Católica de Santos
UP -	Unidad Popular
URSS -	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID -	United States Agency for International Development
USP -	Universidade de São Paulo
VAR-Palmares -	Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares
VPR -	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....15

1 **TENDÊNCIA HISTÓRICA DE DESENVOLVIMENTO DA PSICOLOGIA NO BRASIL: O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DURANTE O GOVERNO MILITARIZADO** 40

1.1 **O sentido histórico da institucionalização da psicologia no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: a regulamentação, o amoldamento, a militarização e a depuração da profissão** 42

1.2 **A reforma universitária de 1968: *momento principal* para o impulso da expansão da psicologia no Brasil** 52

1.3 **A nova etapa de institucionalização da psicologia brasileira: a articulação com os órgãos de informação para as depurações institucionais** 58

1.3.1 A formação de Agentes da Escola Nacional de Informações (EsNI) 77

1.3.2 O direcionamento da eleição do primeiro Plenário do Conselho Federal de Psicologia (CFP).....85

1.3.3 A investigação de psicólogos por agentes de Informações em Eventos, Congressos e a participação junto à Censura 95

2 **NA CONTRAMÃO DA NOVA ETAPA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PSICOLOGIA NO BRASIL: O DESLOCAMENTO DA CIDADE PARA O CAMPO E A GUERRA POPULAR PROLONGADA**.....109

2.1 **Ação Popular e a *integração na produção*: da transformação clandestina de uma psicóloga em camponesa aos estudantes no setor de propaganda**.....110

2.2 **Uma psicóloga na Ala Vermelha do PCdoB**.....121

2.3 **O PCdoB e a *Guerra Popular como o Caminho da Luta Armada no Brasil*: um estudante de psicologia na Guerrilha do Araguaia**.....134

3 **A GUERRILHA URBANA E OS DIFERENTES AGRUPAMENTOS: DEPURAÇÕES E AS ELIMINAÇÕES FÍSICAS NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PSICOLOGIA**.....152

3.1 **A depuração dentro do Instituto de Psicologia da UFRJ e o MR-8: os setores estudantis, a captura do embaixador norte-americano e as eliminações físicas** .152

3.2 **De professora da USP à farsa de seu suicídio: Iara Iavelberg e o acompanhamento psicológico na luta armada**.....173

3.3 **Aurora Maria Nascimento Furtado: a proibição da Academia Paulista de Psicologia por seu compromisso de "levar a luta até o fim"** 186
3.4 **Entre Jean Piaget, Cabo Anselmo e Sérgio Paranhos Fleury: Pauline Reichstul na VPR** 200
4 **A GUERRILHA URBANA E OS DIFERENTES AGRUPAMENTOS: A CONTINUIDADE NA PROFISSÃO APESAR DAS DEPURAÇÕES NA NOVA ETAPA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PSICOLOGIA** 214
4.1 **A prisão de um setor da POLOP e a formação do POC: uma psicóloga encarcerada com atendimentos de torturadas dentro de sua própria cela** 214
4.2 **Da interrupção da psicologia e a articulação com o PCBR à reconciliação com a profissão no exílio: "faço que nem Neruda, 'Confesso que Vivi'"** 233
4.3 **A ALN na psicologia da USP de Ribeirão Preto: do convite Marighella à criação do curso de psicologia na UniSantos** 250
COMENTÁRIOS PARA UM REINÍCIO 270
REFERÊNCIAS 277

INTRODUÇÃO

> o Juiz [do Supremo Tribunal Militar] [...] ainda me perguntou se eu tinha algo a mais a declarar. Parei um pouco para pensar e respondi:
> - Tenho sim. Quero que conste nesse depoimento, mais uma vez de forma bem clara, que sou militante revolucionário, [...] e que estou inteiramente de acordo com a prática das organizações revolucionárias contra a ditadura
>
> *Freitas, 1981, p. 266-267*

O texto que aqui se apresenta é a tese de doutoramento em Psicologia Social pelo Programa Pós-graduação em Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Teve como objetivo compreender a maneira pela qual uma fração de psicólogos e estudantes de psicologia no Brasil se articularam em organizações políticas clandestinas e revolucionárias para o enfrentamento do regime social estabelecido pela força das armas entre os anos de 1964 e 1976. A utilização deste período temporal se deu por ele compreender o momento político-militar da ação burguesa de classe, que culminou com um golpe preventivo empresarial-militar[1], por um lado, e o desmantelamento das organizações revolucionárias, que teve na Chacina da Lapa em 1976, a eliminação do último núcleo de direção revolucionária organizada. Nos doze anos que compreenderam este período, e com o crescente processo de militarização da sociedade brasileira, uma multiplicidade de reformas remodelou o Estado brasileiro.

Para alcançar o objetivo de nosso trabalho e saturar as múltiplas determinações de nosso objeto de pesquisa, levamos em consideração as particularidades do momento histórico no qual o tema deste trabalho se circunscreveu. Consideramos que existiu um movimento ascendente no interior da psicologia brasileira, materializada em sua nova etapa de institucionalização, desencadeada com sua regulamentação legal, expressa através da lei nº 4.119 de 27/08/1962, e

[1] Adotamos, neste trabalho, a categorização de Dreifuss (1981) no que se refere à planificação do golpe, que envolveu diferentes momentos e coordenação sistemática dos sujeitos históricos envolvidos. Neste sentido: "Juntamente com fundadores e diplomados da ESG [Escola Superior de Guerra], ele estabeleceu a "crítica das armas", representando o *momento político-militar da ação burguesa de classe*. As classes capitalistas se "unificariam" sob uma única liderança - o complexo IPES/IBAD [Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática] - no Estado Maior da burguesia, como também agiriam sob a bandeira de um único partido de ordem, as Forças Armadas. A crise de autoridade orgânica e de hegemonia política seria resolvida por um *golpe preventivo empresarial-militar*, que visava, nas palavras de um dos líderes, "a golpear o dispositivo adverso antes de seu desembarque" (Dreifuss, 1981, p. 143. Destaques nossos).

com o Parecer nº 403 do Conselho Nacional de Educação em 19/12/62, que criou o Currículo Mínimo para a Psicologia, mas só teve a possibilidade de ser impulsionada nos anos seguintes.

Dentro de um processo mais amplo no que se refere a políticas educacionais, a lenta institucionalização da psicologia no Brasil ganhou impulso com a reforma universitária realizada em 1968, que redirecionou os caminhos da educação superior no país com a privatização do ensino e ampliou o contingente de trabalhadores especializados em formação para os ditames do mercado. Com isso, o número de cursos universitários se expandiu e, como consequência, a psicologia teve o seu "primeiro *boom* de abertura de cursos" (Lisboa & Barbosa, 2009, para. 16. Destaques no original). Não por acaso, como resultado deste processo, o edifício normativo da profissão encontrou o terreno adequado para ser construído.

No entanto, considerando-se os espectros histórico-políticos concretos, tendo a forma militarizada do Estado sido adotada no Brasil após o golpe preventivo empresarial-militar, consolidou-se um governo militar secreto[2], que forneceu o substrato para o processo de modernização capitalista[3] *e* que assentou o terreno para o desencadeamento de novo impulso desenvolvimentista no plano econômico.

---

[2] Aqui utilizamos a concepção elaborada por Nelson Werneck Sodré, General-de-Brigada do Exército brasileiro, e membro do *Antimil*, organização secreta formada por comunistas ligados ao setor militar. Consideramos que ela sintetiza não apenas a ligação umbilical entre exército de um país dependente com o imperialismo, mas deixa em evidência a relação de subserviência dos militares brasileiros ao governo norte-americano no período pós-Segunda Guerra, o que incluiu a defesa de interesses industriais no campo econômico, para garantir a adoção de medidas que só poderiam ser levadas adiante com a repressão dos militares. Dito isto: "[...] o segredo do sucesso da operação multinacional montada pelo imperialismo norte-americano, em sua fase de capitalismo monopolista de Estado, sob a forma condicionada pelo complexo industrial-militar, está precisamente na formação e na sustentação de *governos secretos*. Secretos no sentido, naturalmente, de que exercidos por indivíduos, grupos ou organizações que não aparecem como tais; e secretos, principalmente, porque imunes à fiscalização e, em particular, ao sufrágio, à escolha, às formas normais de substituição e de seleção [...]" (Sodré, 1987b, p.109). E seguindo adiante: "O poder está, na verdade, com os órgãos de força - os órgãos militares, os órgãos policiais, os órgãos secretos, os órgãos de repressão, os órgãos de espionagem. Neles repousa, com seu caráter militar, o verdadeiro poder. Eles constituem o *governo secreto*. As ditaduras militares que o imperialismo norte-americano gerou e mantém, na América Latina, são geridas por governos secretos; eles são representados, na verdade, e com inteireza e autenticidade, nas Conferências dos Exércitos Americanos e congêneres" (Sodré, 1987b, p. 110. Destaques no original). Importante dizer que, em um país como o Brasil, em que a República nasce com um golpe de Estado encabeçado por militares, é impossível a compreensão de qualquer elemento da realidade nacional sem a mediação, por muitas vezes encoberta, das forças militares. O exército, com a força das armas, sempre ditou o caminho que o Brasil seguiu, incluindo, obviamente, os pretensos períodos de estabilidade em que a forma democrática se mostrava aparentemente consolidada.

[3] Neste sentido, lembramos novamente um autor referência na discussão deste processo: "A história do complexo IPES/IBAD relata o modo pelo qual a elite orgânica de burguesia multinacional e associada evoluiu de um limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela evolveu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado. O complexo de interesses multinacionais e associados procuraria liderar os grupos profissionais e funcionais como também visaria a neutralizar o bloco de poder tradicional, na certeza de que a elite orgânica poderia sair vitoriosa e dinamizar o processo de *modernização capitalista*, somente se ela assegurasse o apoio e a aquiescência da maioria da população participante" (Dreifuss, 1981, p. 161-162. Destaques nosso).

A ação de classe da burguesia que gestou golpes frustrados durante quase uma década finalmente saiu vitoriosa. As conspirações anteriores das forças armadas foram nada mais do que tentativas fracassadas até então, inviabilizadas por elementos circunstanciais, mas que forjariam uma unidade orgânica que culminaram com a tomada de poder em 1964. O golpe militar, sempre utilizado no país como forma de prevenir a ação das massas, foi frustrado em 1954 com o suicídio de Getúlio Vargas (1882 - 1954), com a denúncia em sua carta testamento de grupos econômicos e financeiros internacionais que agiam como "forças e interesses contra o povo" (Vargas, 1954, para. 1). A posse à presidência após a eleição de 1955, em que Juscelino Kubitschek (1902 - 1976) saiu vitorioso, só se tornou possível com uma intervenção militar legalista em 1956. No mesmo ano, oficiais da Aeronáutica inconformados e exigindo nova eleição, se lançaram na Revolta de Jacareacanga, saindo do Rio de Janeiro em direção ao sul do Pará, mas tendo sido derrotados por tropas legalistas.

Em 1959, nova tentativa. A Revolta das Aragarças foi episódio em que aviões sequestrados partiram do Rio de Janeiro em direção a Aragarças, em Goiás. Tinham a pretensão de "bombardear os palácios Laranjeiras e do Catete, no Rio, e ocupar também as bases de Santarém e Jacareacanga, no Pará" (Costa, 2010, para. 3). Durou apenas 36 horas e terminou com suas lideranças batendo em retirada para distintos países da América do Sul. Em 1961, nova tentativa de golpe, desta vez sufocada pela Campanha da Legalidade, que garantiu que João Goulart (1919 - 1976) assumisse a presidência da República em meio à nova polarização social. Novamente os setores militares golpistas foram temporariamente neutralizados.

No entanto, com a rearticulação das forças militares que almejavam a tomada de poder, que suprindo sua dispersão, forjou-se uma nova unidade ideológica em que a planificação de sua ação se desenvolveu com uma ampla campanha de desestabilização política com financiamento norte americano. Foi utilizada a *United States Agency for International Development* (USAID), como parte da chamada Aliança para o Progresso (Loureiro, 2021). A preparação para o novo golpe estava completa. Neste sentido:

> O período de ação de classe organizada [...] estendeu-se de 1962 a 1964. Politicamente, significou uma mobilização conjuntural para o golpe, quando estratégia se converteu em política e atividades político-partidárias finalmente se transformaram em *ação militar*. Esse foi o estágio do "esforço positivo" em que vários escritórios de consultoria e *anéis burocrático-empresariais*, associações de classe e grupos de ação formaram um centro político estratégico, *o complexo IPES/IBAD*. Uma vez unificadas as várias oposições sob uma liderança sincronizada comum, formulando "um plano geral", a elite orgânica lançava a campanha político-militar que mobilizaria o conjunto da burguesia, convenceria os segmentos relevantes das Forças Armadas da justiça de sua causa, neutralizaria a dissensão e obteria o apoio dos tradicionais setores empresariais, bem como a adesão ou passividade das camadas sociais subalternos (Dreifuss, 1981, p. 229. Destaques nossos).

Parte das revoltas sufocadas serviu de ensinamento para o golpe de 1964, em que as já experimentadas frações militares conseguiram finalmente saírem vitoriosas. Constituiu-se um novo bloco de poder que reorganizou o aparelho estatal de acordo com os interesses daqueles que articularam e financiaram a tomada de poder, produzindo políticas alinhadas aos setores financeiro-industriais, assim como aquelas orientadas à expansão do latifúndio.

A intervenção dos EUA nos preparativos que antecederam o golpe se deu não apenas no financiamento no campo econômico, mas também no campo militar, deslocando parte das frotas de sua marinha para a costa brasileira, servindo como retaguarda do exército. Foi a chamada *Operação Brother Sam*. Pela sua posição de subserviência e dependência, o novo governo brasileiro foi tributário de seus financiadores, sendo sua política externa sintetizada na afirmação do embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Juraci Magalhães (1905 –2001), que imortalizou esta relação em sua famosa declaração, "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil" (Abreu, 2010c, para. 8). O golpe preventivo se consolidou em um governo de generais militares.

A conquista militar do maior território da América do Sul fez parte de uma sucessão de financiamentos e articulações de exércitos para o plano em que o Brasil de 1964 foi parte de uma onda que derrubou diversos governos democráticos. O estabelecimento de *governos militares secretos* se estendeu por toda a América do Sul, em processos desiguais, mas que impuseram a subserviência destes países ao centro do capital internacional, reordenando a extração de mais valor nestes países dependentes. No mesmo ano do golpe preventivo no Brasil, este processo se estendeu para a Bolívia, em 1966 para a Argentina, que teria outro golpe de estado em 1976, e em 1973 para o Uruguai e Chile. Neste último país, a eliminação do presidente Salvador Allende (1908 - 1973), enquanto era bombardeado o *Palacio de la Moneda* pelas forças de Augusto Pinochet (1915 - 2006), sepultou as esperanças de igualdade social pelas vias eleitorais.

O alargamento da militarização na América do Sul antecedeu a crise estrutural do capital, forçando a adoção de medidas repressivas com a centralização das forças do estado brasileiro em um Poder Executivo militarizado e desenhou os contornos para o esboço do projeto de ampliação e reprodução do capital, com uma série de ditaduras coordenadas que deveriam garantir a implementação da reprodução em escala ampliada do capital[4]. No processo

[4] Para termos uma visão mais ampla, basta tomarmos a discussão levada adiante por Marx: "Nas formações socioeconômicas mais diversas deparamo-nos não só com a reprodução simples, mas, ainda que em grau diferente, com a reprodução em escala ampliada. Produz-se progressivamente mais e se consome mais, de modo que também uma quantidade maior de produto é transformada em meios de produção" (Marx, 2014, p.673).

de apropriação do mais-valor absoluto, por meio da combinação com formas híbridas de mais-valor relativo, foi ampliada a tendência geral de subsunção da dominação do capital internacional na particularidade brasileira[5], no movimento de autovalorização próprio do capital.

Não por acaso, a atuação conjunta e articulada do capital nacional seguiu a tendência monopolista internacional, como com a criação do Grupo Permanente de Mobilização Empresarial (Lemos, 2018), através da ascensão de nova burocracia nos serviços de empreiteiras oferecidos ao Estado brasileiro (Campos, 2018) e nos acordos nucleares realizados entre Brasil e Alemanha (Brandão, 2018), mostrando uma verdadeira sincronia na relação de dependência do capitalismo periférico ao central. Aquilo cuja extração de mais valor era vantajosa foi desenvolvido pelo setor privado. Para os setores em que a extração de mais valor envolvia grande quantidade de investimentos de capital, coube ao Estado realizar as reformas necessárias, gerando seu endividamento e tornando possível uma maior eficiência de extração de mais valor pela iniciativa privada.

A modernização industrial, baseada em uma política conservadora, se apresentou como desenvolvimentismo no plano econômico, que culminou no chamado milagre econômico[6]. Não por acaso, como exemplos da modernização econômica através de política conservadora na particularidade brasileira, os super-projetos econômicos levados a cabo pelos governos militares incluíram a construção da Ponte Rio-Niterói, a Hidrelétrica de Itaipu Binacional, as três usinas nucleares de Angra dos Reis e a rodovia Transamazônica. O objetivo central foi a integração nacional através da modernização da economia. Concomitantemente a este processo, foi não apenas protegido, mas também alargado o domínio do latifúndio como forma principal de concentração da propriedade privada da terra no campo.

Dito isto, consideramos estas determinações gerais como centrais para a compreensão de nosso objeto de estudo. Foi no interior deste processo, com as políticas econômicas que o

---

[5] Usamos aqui a clássica conceituação marxiana de mais valor absoluto e relativo: "A extensão da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente do valor de sua força de trabalho, acompanhada da apropriação desse mais-trabalho pelo capital – nisso consiste a produção do mais-valor absoluto. Ela forma a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida da produção do mais-valor relativo. Nesta última, a jornada de trabalho está desde o início dividida em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o mais-trabalho, o trabalho necessário é reduzido por meio de métodos que permitem produzir em menos tempo o equivalente do salário. A produção do mais-valor absoluto gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção do mais-valor relativo revoluciona inteiramente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais" (Marx, 2014, p.578).

[6] O chamado *milagre econômico*, levado a cabo pelo Ministro da Economia Delfim Netto (1928 -) entre os anos de 1969 e 1973, nada mais foi do que o processo de endividamento contínuo do Estado brasileiro que, a curto prazo, promoveu uma acelerada taxa de crescimento econômico. Mas como todo milagre dura pouco, a médio prazo significou a entrada de um período de recessão profunda no país, com perda de crescimento econômico, hiperinflação e um período, na década de 1980, que ficou conhecido como a *década perdida*.

novo bloco de poder sustentado pelos militares que as reformas estruturais se desenvolveram. E dentre elas, interessa-nos a reforma universitária, que resultou no aumento do número de psicólogos formados e de estudantes em processo de formação, alterando a fisionomia do processo de institucionalização da psicologia no Brasil.

A articulação existente entre a reforma universitária e o Ato-Institucional nº5 (AI-5) em 1968 tornou possível a ampliação das perseguições nos meios universitários. Neste sentido, a ascensão dos militares iniciada em 1964 foi aprofundada em 1968 com o chamado golpe-dentro-do-golpe, representado pela promulgação do AI-5. O endurecimento do regime e a escalada do terrorismo de estado, institucionalizado em seu Serviço Nacional de Informação (SNI), objetivou garantir a pacificação à força daqueles que ousassem resistir. A avaliação posterior do presidente Ernesto Geisel (1907-1996) a respeito dos efeitos do AI-5 foi que:

> Nós temos que trabalhar em medidas preventivas, e temos que trabalhar com medidas repressivas, se necessário. *As medidas preventivas são muito importantes, inclusive no sentido psicológico, porque por mais que se liquide, se elimine esses focos, ou se prendam, ou matem, ou não sei o quê, a determinados grupos, a subversão é constantemente realimentada* (Geisel como citado em Gaspari, 2003, p.404. Destaques nossos).

Estava trilhada a direção tomada pelo estado brasileiro. O cerceamento de liberdades individuais e a suspensão de direitos políticos, que levou à cassação de políticos eleitos, tiveram como objetivo frear toda e qualquer oposição que saísse dos estreitos limites estabelecidos pelos militares. Por isso, documento afirmou em seu

> Art. 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. [...] (Brasil, 1968, para. 16).

Para reestruturar a forma de acumulação de capital em um país de economia dependente e fazer as reformas necessárias para atingir este objetivo, o AI-5 instrumentalizou a perseguição e a repressão em todos os âmbitos. A suspensão de direitos políticos implicou na "cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função; suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais; proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política" (Brasil, 1968, para. 19-21), sendo aplicadas as seguintes medidas de segurança, "a) liberdade vigiada; b) proibição de frequentar determinados lugares" (Brasil, 1968, para. 23-24).

Não apenas a suspensão e as medidas de segurança, mas as restrições promovidas pelo AI-5 foram mais amplas. Incluiu também a suspensão do *habeas corpus*, instrumento para coibir abusos e excessos que culminam em penas com restrição de liberdade "nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia

popular" (Brasil, 1968, para. 35). Esta institucionalização da barbárie garantiu o encarceramento em série de diversos dissidentes políticos de variadas tendências ideológicas. Na prática, significou a ampliação dos poderes repressivos e a legalização de abusos cometidos pelos detentores da máquina estatal.

Não deixou de ser sintomático que o AI-5 estivesse saturado de ideias psicológicas, mostrando que uma das tendências históricas do desenvolvimento da psicologia no Brasil foi a sua prática na área militar. Dito isto, com a suspensão de direitos e o alargamento da atividade repressiva, a Lei de Segurança Nacional (LSN) com o Decreto-Lei nº 898/69 institucionalizou a detenção e a prisão de quem fosse acusado de promover a chamada "guerra psicológica", já que "a segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva" (Brasil, 1969d, para. 4). O respectivo Decreto conceituou que:

> A guerra psicológica adversa é o emprêgo da propaganda, da contra-propaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais (Brasil, 1969d, para. 6).

Ainda exemplificou diversas formas utilizadas por aqueles que considerou "subversivos" que, ao travar a guerra psicológica, utilizavam de quaisquer meios de "comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva" (Brasil, 1969d, para. 165), assim como agiam no sentido de aliciar "pessoas nos locais de trabalho ou ensino" (Brasil, 1969d, para. 166).

Ainda em 1969, foi criada a Operação Bandeirantes (OBAN) pelo Exército Brasileiro. Serviu como órgão responsável para coordenar as atividades repressivas contra os opositores do regime que já empregavam a tática da luta armada como forma de combate e resistência ao governo dos militares. A OBAN foi a expressão da união entre setores civis, principalmente do empresariado paulista, e setores militares. Caso representativo foi do dinamarquês Henning Albert Boilesen (1916 - 1971)[7], que esteve à frente da empresa Ultragaz e foi um dos elos

[7] Após a descoberta de sua participação no financiamento da repressão no país, assim como de sua presença em sessões de tortura no Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) decidiram promover o seu justiçamento. O panfleto, deixado ao lado do corpo de Boilesen, dizia o seguinte: "HENNING ARTHUR BOILESEN, foi justiçado, não pode mais fiscalizar PESSOALMENTE as torturas e assassinatos na OBAN, nem oferecer banquetes aos altos oficiais das forças armadas brasileiras, que

empresariais que estavam em conexão direta com o Ministro da Fazenda Delfim Netto[8], ambos responsáveis pela organização das empresas privadas para a arrecadação financeira, visando contribuições para o financiamento de operações militares e paramilitares. Ainda, como formas de alargamento das atividades de informações e de repressão, o Estado brasileiro estruturou órgãos de repressão em distintos níveis.

Essa foi a anatomia do Estado brasileiro. Um Estado cujos aparelhos ideológicos foram financiados com capital norte americano, cujo bloco de poder refletiu os interesses financeiro-industriais estrangeiros, por um lado, e latifundiários, por outro, tendo utilizado o terrorismo de estado[9] como instrumento contra aqueles que foram considerados obstáculos à modernização conservadora da economia. Os números foram significativos. As prisões registraram mais de 20.000 encarceramentos efetuados só nos primeiros dias do golpe (Cesar & Cavassa, 2019). Foram contabilizados mais de 2.000 desaparecimentos políticos durante toda a ditadura (Carneiro & Cioccari, 2010)[10], com a eliminação da oposição como prática sistemática do

---

comandam o terror e a opressão de que é vítima o povo brasileiro desde 31 de março de 1964. Boilesen era apenas um dos responsáveis por este terror e opressão. Como ele, existem muitos outros e sabemos quem são. Todos terão o mesmo fim, não importa quanto tempo demore; o que importa é que todos eles sentirão o peso da JUSTIÇA REVOLUCIONÁRIA" (MRT, & ALN, 1971). O tiro de misericórdia foi dado por Carlos Eugênio Paz, conhecido pelo codinome de Clemente, sucessor no comando militar de Carlos Mariguella e Joaquim Câmara Ferreira, conforme relato posterior deste comandante militar da ALN: "contra as armas, a opressão e a tortura, usamos a violência dos oprimidos" (Paz, 1996, p. 188).

8 Delfim Netto é um destacado economista e professor universitário no Brasil. Ocupou, em diferentes momentos, cargos ministeriais nos governos de ocasião. Foi ministro da Fazenda entre 1967 a 1974, passando pelos períodos do presidente Artur da Costa e Silva (1899 - 1969), pela Junta Governativa Provisória, formada por Augusto Rademaker, Aurélio de Lira Tavares e Márcio de Sousa Melo, até Emílio Garrastazu Médici (1905 - 1985). Foi um dos signatários do AI-5. Foi ministro da Agricultura em 1979 e Ministro do Planejamento de 1979 a 1985 no governo de João Figueiredo (1918 - 1999). Como fiel representante da burguesia brasileira submissa ao capital internacional, não reconheceu partidos políticos e nem diferenças ideológicas partidárias, desde que a política econômica de concentração privada de capital que defendeu fosse aplicada através de incentivos estatais. Não por acaso, passou por diferentes partidos como Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Partido Democrático Social (PDS), Partido Progressista Reformador (PPR), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Progressistas (PP), assim como foi conselheiro econômico dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (1945 -) e Dilma Rousseff (1947 -). Neste último período, foi acusado de estar envolvido em recebimento de propinas de empreiteiras pela Operação Lava Jato.

9 Significativas foram as palavras do psicólogo Martin-Baró (2017), avaliando que "[...] a guerra suja utiliza-se da repressão aterrorizante, isto é, a execução visível de atos cruéis que desencadeiam na população um amplo e incontrolável medo. Assim, enquanto a repressão produz a eliminação física de pessoas que são o alvo direto de suas ações, o seu caráter aterrorizante tende a, ao mesmo tempo, paralisar todos que, de uma forma ou de outra, se identificam com alguma característica da vítima; *o terrorismo de estado e, concretamente, a guerra psicológica têm a necessidade de possibilitar que a população saiba dos fatos, ainda que a publicidade enquanto tal possa ser contraproducente* [...] (p. 277-278. Destaques no original)

10 O número total de mortos no período após o *golpe de classe* permanece desconhecido. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) registrou oficialmente em seu relatório 434 mortos e desaparecidos. No entanto, as subnotificações sempre foram um problema na contagem de mortos no período da ditadura. Não por acaso, na guerra camponesa perpetrada pelo latifúndio, "entre 1964 e 1989, o Brasil contabilizou 1.566 assassinatos de trabalhadores rurais" (Carneiro & Cioccari, 2010, p. 24). Entre indígenas, o impacto ainda é desconhecido. Recentemente, esta discussão tem sido retomada, e já se fala, ainda que de forma pouco explorada, de "genocídio do povo Waimiri-Atroari" (Comitê Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do

terrorismo de estado. Registrou-se, ainda, 5.000 brasileiros exilados à espera de anistia em 1979 (Machado, 1979).

Levando isto em consideração, perguntamo-nos. Não houve nenhum psicólogo entre eles? E como foi possível o processo de institucionalização da psicologia ganhar impulso, com a maior expansão até então de suas possibilidades concretas de ocupação de espaços no interior da sociedade brasileira, no mesmo momento em que a repressão se intensificou? E se existiram os psicólogos e estudantes de psicologia que se colocaram como obstáculo a este processo de desenvolvimento do terrorismo de estado, de que forma foram impactados? Como diria o poeta, "tantas histórias, tantas questões" (Brecht, 2012, p. 166).

Se este foi o contexto geral, no interior do movimento tendencial de acumulação do capital em que estava inserido o Brasil, como a particularidade da psicologia brasileira se associou a este movimento mais amplo? Em um contexto de polarização em escala mundial, será que parte da psicologia brasileira, em meio a seu processo de institucionalização, foi empurrada a tomar lado neste conflito? Como isto impactou e se inter-relacionou com a história da psicologia?

Com estas perguntas, consideramos que somente reconhecendo essas determinações é que conseguiríamos entender como, na história da psicologia brasileira, psicólogos e estudantes optaram por fazer parte de organizações políticas clandestinas, que tinham como objetivo o combate e a derrubada do regime ditatorial. Essa possibilidade foi construída em uma conjuntura histórica que mostrava com exemplos concretos de organizações e movimentos revolucionários vitoriosos ser possível realizar uma resistência na clandestinidade, inclusive empunhando armas contra um governo militar.

As ditaduras terceiro-mundistas, dentre as quais a brasileira apresentou características próprias, encontraram um movimento comunista internacional dividido e, no seio dessa divisão, variados agrupamentos aliaram-se aos diferentes lados do comunismo internacional. A pluralidade de grupos na resistência, no entanto, não refletiu a sua força, mas a debilidade de suas organizações. Foi um período de fragmentação e pugnas entre distintas interpretações existentes da teoria marxista, que foram refletidas na adoção de diferentes análises conjunturais e estruturais, táticas e estratégicas. O maior conflito no Movimento Comunista Internacional, que culminou com a ruptura sino-soviética, foi interiorizada com multiplicidade de mediações para os comunistas brasileiros.

Amazonas, 2014). Também, a repressão à Guerrilha do Araguaia atingiu indígenas de maneira não contabilizada (Campos & Maracajá, 2017).

O resultado do debate interno entre o revisionismo soviético representado pelo Secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) Nikita Khrushchov[11] (1894 – 1971) e o Partido Comunista da China (PCCh) marcou uma fratura em momento de ascensão de lutas de libertação nacional. O Comitê Central (CC) do PCUS afirmou publicamente em seu jornal oficial:

> A direção do PCCh organiza e apoia distintos grupos anti-partido de cismáticos que atuam contra os partidos comunistas nos EUA, Brasil, Itália, Bélgica, Austrália e Índia. [...] No Brasil são apoiados pelos camaradas chineses as frações expulsas das fileiras do partido (como, por exemplo, o grupo Amazonas-Grabois (Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, 1963, p.530).

Enquanto o revisionismo soviético se debatia no problema da paz mundial, abandonando as armas e negando apoio a diversos movimentos de libertação nacional, como os da Argélia e do Congo, a tendência chinesa representada por Mao Tse-Tung (1893 - 1976), emitiu a seguinte declaração como resposta:

> As vastas zonas da Ásia, África e América Latina são as zonas donde convergem as contradições do mundo contemporâneo; são as mais vulneráveis das zonas que estão sob a dominação imperialista, e constituem os centros da tempestade da revolução mundial, que na atualidade assesta golpes diretos ao imperialismo (Comitê Central do Partido Comunista da China, 1963, p.213).

Do lado soviético, a análise de que a democracia poderia ser alcançada pelo caminho pacífico com a coexistência entre o capitalismo monopolista e o socialismo. Do lado chinês, a posição de que apenas a luta armada com a transformação de lutas de libertação nacional em guerras populares revolucionárias seria possível a transformação social. Estas pugnas no interior do movimento comunista internacional atingiriam o movimento comunista brasileiro. A principal força de esquerda no país, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), ainda não se recuperara de sua fratura de 1962, ano em que parte considerável de seus quadros, entre eles

---

[11] O revisionismo de Khrushchov, ou o *krushevismo,* foi a política adotada pelo Secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética Nikita Khrushchov (1894 – 1971, Secretário Geral de 1953 a 1964), e que se manteve como linha política mesmo depois de sua saída do poder em 1964. Implementou o apassivamento e abandono da política armada em processos revolucionários em andamento. Não por acaso, em meio a lutas armadas de libertação nacional em diferentes países, afirmou: "A luta por libertação nacional e a luta pelo desarmamento e pela paz estão estritamente vinculadas. *A luta pelo desarmamento geral facilita a luta por independência nacional*" (Jruschov, 1963, p.91. Tradução nossa. Destaques nossos.). E seguiria: "Em um clima firme de paz, nada poderia impedir o progresso da luta de libertação nacional dos povos" (Jruschov, 1963, p.91). Em parte de suas memórias, relembraria a adoção de sua estratégia revisionista: "Temos então de seguir o caminho da *coexistência pacífica*. Temos que mostrar de maneira pacífica a superioridade do socialismo (Khruchtchev, 1991, p.252. Destaques nosso). O sentido histórico do *krushevismo* no interior do comunismo internacional foi o de retroceder no campo de avanço armado, abandonando qualquer estratégia ofensiva, e apassivar as lutas em pleno desenvolvimento. Diversos partidos comunistas, que outrora se constituíram como partidos revolucionários, foram liquidados pela política pacífica adotada como linha. A restauração do capital na URSS se intensificava e encontrou na política de *coexistência pacífica* o terreno adequado para se desenvolver. Não por acaso, afirmou que "a União Soviética tem de usar os serviços do capitalismo" (Khruchtchev, 1991, p.252).

Pedro Pomar (1913 - 1976), Maurício Grabois (1912 - 1973) e João Amazonas (1912 - 2002), romperam com a linha preconizada pelo partido de apoio com a União Soviética.

A linha política preconizada pela URSS que o PCB adotou foi expressa no documento *Declaração de Março* de 1958[12]. A análise era que no Brasil "o processo de democratização é uma tendência permanente" (Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, 1958, para. 16). A declaração significou um abandono das posições defendidas no *Manifesto de Agosto* de 1950[13]. A incapacidade de leitura da realidade brasileira, com a polarização de classe se antagonizando, levou ao primeiro documento do PCB na era *krushevista* a afirmar que "o caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país" (Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, 1958, para. 76). Como resposta ao revisionismo pacifista, um núcleo revolucionário lançou o documento denominado *Carta dos 100*[14] em 1962, que marcou o processo de reorganização revolucionária do Partido Comunista utilizando a sigla PCdoB, mas que foi interrompido em 1976 com a Chacina da Lapa.

Com o golpe preventivo de 1964, novos traumatismos atingiram o PCB. Na perda de sua combatividade e incapacidade de resistência ao golpe, os setores mais avançados que não participaram da refundação partidária de 1962 também procuraram romper o caminho pacífico. Este processo culminou com múltiplos fracionamentos, criando numerosas organizações e uma

---

12 A *Declaração de Março* de 1958 foi o primeiro documento do PCB escrito sob a influência de Nikita Khrushchov. Foi também o primeiro documento no Brasil onde o *revisionismo* no interior do marxismo se mostrou com tamanha força desagregadora. Enterrou os aspectos positivos do *Manifesto de Agosto* de 1950 e sedimentou a linha política de possibilidade de defesa de uma revolução pacífica no interior da uma ditadura militarizada no Brasil. Em 1967, o PCB já reconhecia alguns dos limites da equivocada posição anterior ao golpe preventivo, no entanto não abandonou sua concepção pacifista, mesmo no interior de uma ditadura. Por isso o Informe de Balanço do Comitê Central do VI Congresso, ocorrido em 1967, afirmou: "É também exacto que, do ponto de vista político e ideológico, não nos preparamos nem preparamos as massas para que estivessem em condições de enfrentar de maneira adequada a violência da reação. As possibilidades do chamado "caminho pacífico" foram em geral erroneamente interpretadas por nós, como se a revolução pudesse ser um processo idílico, sem choques e conflitos" (Partido Comunista Brasileiro, 1967, para. 43).

13 O *Manifesto de Agosto de 1950* foi um documento em que o PCB problematizou a antagonização crescente no país. Este documento defendeu não apenas a luta armada por parte dos comunistas brasileiros, mas a conformação de um exército de libertação nacional através da tomada revolucionária do poder com a formação da Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN), já que "só à frente das massas e com a força das massas organizadas estaremos em condições de transformar os golpes de Estado reacionários, que visam a implantação imediata e brutal do fascismo em nossa terra, em luta armada pela libertação nacional, contra a ditadura terrorista, pela vitória da revolução e a conquista da democracia popular" (Prestes, 1950, para. 58).

14 Em 1962, o *Manifesto dos Cem*, que foi publicado no jornal partidário do PCB, *A Classe Operária*, mostrava o fracionamento que, contudo, objetivava reconstruir o partido de forma revolucionária, anulando documentos que constituiam "violação frontal dos princípios partidários" (Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, 1962, para. 4).

rápida e crescente tendência em direção a militarização dos quadros da esquerda, com a retomada de enfrentamentos armados contra as forças da repressão.

A criação de uma série de agrupamentos, que tentou implementar as condições de guerrilha urbana e rural para combater a ditadura, deu início à luta armada. No entanto, não foi característica particular do Brasil. Em todo o mundo, a década de 1960 vivenciou uma explosão de organizações que utilizaram a tática armada para a busca de tomada de poder para derrubar as suas elites locais que serviam de apoio ao imperialismo. O Terceiro Mundo se levantou altivamente em armas em suas lutas por libertação nacional.

Na Ásia, o terceiro maior país do mundo, a China, deu início à sua *Grande Revolução Cultural Proletária*[15] (GRCP) em 1966, depois de uma *guerra popular longa e prolongada*[16], e forneceu treinamento para diversos agrupamentos armados. Na Índia, o levante de Naxalbari, levado a cabo por Charu Mazumbar (1919 - 1972), reativou setores armados no Partido Comunista da Índia (marxista), no debacle interno contra o revisionismo (Bhattacharyya, 2017, Mazumbar, 2017). No Vietnã, a guerra levada a cabo pelo imperialismo norte-americano sofreu derrotas sucessivas sob os golpes dados pelo Exército Popular sob as ordens de Ho Chi Minh (1890 - 1969) e do general Vo Nguyen Giap (1911 - 2013) (Minh, 1968, 2017a, 2017b; Giap, 2017). Jose Maria Sison (1939 -) preparou a luta armada nas Filipinas (Partido Comunista das Filipinas, 2018; Sison, 2018). No Oriente Médio, a Frente Popular de Libertação pela Palestina (FPLP) reorganizou o movimento armado palestino através da combinação de diferentes táticas (FPLP, 2018), entre elas os *hijackers*, desvios de rotas de aviões para chamar a atenção internacional para a invasão promovida pelo estado de Israel, com patrocínio norte-americano. Esta tática tornou popular Leila Khaled (1944 -) [17], e imortalizou a foto da mulher palestina empunhando um fuzil como um símbolo de luta pela libertação de seu povo.

---

[15] A *Grande Revolução Cultural Proletária* (GRCP) foi uma luta ideológico-política contra o revisionismo; iniciada em 1966 pelo Partido Comunista da China (PCCh) e finalizada em 1976 com a morte de Mao Tse-Tung, e com o golpe de Estado de Deng Xiaoping (1904 - 1997) que restaurou o capitalismo no país.

[16] A estratégia militar de uma guerra popular e prolongada foi utilizada na chamada Guerra Sino-Japonesa durante a Segunda Guerra Mundial, e foi expandida para uma séria de agrupamentos de inspiração maoísta, incluindo a Guerrilha do Araguaia no Brasil. Seu formulador foi Mao-Tse Tung, que se perguntou frente a ofensiva do fascismo japonês no Oriente: "Pode a China vencer rapidamente? A resposta é: não, não pode vencer rapidamente, a Guerra de Resistência será uma guerra prolongada" (Tsetung, 1938, para. 8). E depois de consumada a vitória chinesa, afirmou: "sublinhamos que havia duas linhas para a Guerra de Resistência da China contra o Japão: ou uma guerra de todo o povo, o que conduziria à vitória, ou uma guerra parcial, mantendo-se o povo oprimido, o que conduziria à derrota. Igualmente sublinhamos que a guerra seria prolongada e encontraria inevitavelmente muitos obstáculos e dificuldades, mas que, graças aos seus próprios esforços, o povo chinês haveria seguramente de conquistar a vitória final" (TseTung, 1945, para. 24).

[17] Leila Khaled é uma militante palestina que atualmente mora na Jordânia. Desde sua infância, viveu de perto o avanço terrorista do estado de Israel sobre os territórios palestinos. Ingressou no Movimento Árabe Nacionalista, que originaria a Frente Nacional de Libertação pela Palestina (FPLP), uma organização revolucionária marxista-leninista, em 1967. Nele, tomou parte na resistência armada, e participou de dois

Figura 1 - Leila Khaled pertencente à unidade de comando Che Guevara da FPLP.



Fonte: Silva, 2012

Na África, diversos países se armaram para a conquista da independência nacional. Na Argélia, a Frente de Libertação Nacional (FLN) empreendeu uma guerra de libertação contra o colonialismo francês (Yazbek, 2008; Fanon, 1961; Fanon,1963), tendo sido Frantz Fanon (1925 - 1961) membro do comitê Editorial da imprensa revolucionária desta organização, no jornal *El Moudjahid*. Em Gana, Kwame Nkrumah (1909 - 1972), um pan-africanista marxista, chegou à presidência depois de alguns anos no cárcere (Nkrumah, 2017). Em Angola, uma vigorosa luta armada foi coordenada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), que mesmo em pugnas internas conseguiram a independência do país, que ainda era colônia de Portugal (Visentini, 2012; Pepetela, 2013). Em Moçambique, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) conseguiu também a independência através da força das armas. Enquanto a política de Apartheid era impulsionada com financiamento estadunidense na África do Sul como forma de manter sua política no continente africano, Nelson Mandela (1918-2013) permaneceu encarcerado por vários anos. O período pós-Segunda Guerra Mundial viveu um deslocamento

hijackings. O primeiro, em 1969, interceptou um voo que ia de Roma, na Itália, para Tel Aviv, em Israel. O segundo, iria de Amsterdam, na Holanda, para Nova Iorque, nos Estados Unidos.

de processos revolucionários da Europa, que foi reconstruída pelo Plano Marshall[18] sob a tutela norte-americana, para os países pertencentes ao Terceiro Mundo.

A América do Sul e a América Central foram, também, invadidas pelo caldo cultural das lutas armadas, seja como guerras populares ou como lutas de libertação nacional contra a opressão imperialista. A vitória da Revolução Cubana em 1959, e seu posicionamento como aliada à URSS, tornou a pequena ilha um espaço cercado pelo imperialismo norte-americano. As centenas de agrupamentos latino-americanos que ganharam impulso nesse contexto de pugnas entre o armamento do movimento comunista e o passivismo revisionista foram, pois, o espírito de uma época.

A tendência internacionalista das lutas de libertação nacional colocou revolucionários de variados cantos do globo em contatos diretos. No Brasil, anterior ao golpe preventivo de 1964, turmas foram realizar treinamento na China, enquanto outras realizaram cursos na URSS, e o contato com os revolucionários cubanos já era feito por intermédio das Ligas Camponesas. O Brasil, com uma série de agrupamentos revolucionários, seguiu a tendência geral de resistência armada contra a ordem do capital.

Mas, será que, no interior destes agrupamentos, psicólogos e estudantes de psicologia atuaram na clandestinidade e na luta contra a ditadura empresarial-militar? Se foi o momento em que se exigiu a necessidade de "travar o mesmo combate nas trevas da pior opressão que já se abateu sobre o povo brasileiro desde a conquista da Independência" (Gorender, 2014, p. 181), seria também um período de lutas e de resistência para distintas frações da psicologia? Ou todos os setores da profissão, em seu movimento de tomada de espaços institucionais, capitulou frente ao processo histórico?

Para responder a estas várias questões, foi preciso investigar. Se existiram aqueles que resistiram ao terrorismo de Estado no interior da psicologia, e se inseriram em organizações clandestinas para combate-lo, foi preciso descobrir quem foram e o que fizeram. Percebemos que o fato de terem sido considerados subversivos ou terroristas pelo Estado implicou que suas identidades fossem construídas como sendo de criminosos, bandidos e, portanto, caíram no

---

[18] O Plano Marshall foi o plano de financiamento norte-americano para reconstrução da Europa destruída com a Segunda Guerra Mundial. Um de seus objetivos principais era aumentar a zona de influência dos EUA, que se erguera como super-potência hegemônica mundial, de modo a impedir o avanço da influência soviética na região. Enquanto os dólares norte-americanos inundavam a economia europeia, os EUA adotaram medidas de estratégia defensiva na África, mantendo sua influência através da defesa do apartheid na África do Sul; na Ásia, com financiamento à recuperação econômica do Japão, e impedindo que o processo de revolução chinesa e lutas de libertação em países menores alcançassem a ilha; e no Oriente Médio, financiando o armamento e reconhecimento político ao Estado de Israel, para que contasse com bases militares na região. Enquanto adotou medidas defensivas nestes continentes de modo a não deixar seus inimigos ganharem terreno, sua estratégia foi ofensiva na América Central e América do Sul, financiando governos alinhados com seus interesses ou retirando opositores através de golpes militares na região.

limbo do esquecimento histórico. Ora, pois, por que lembrar daqueles que foram considerados terroristas? O fato de terem sido criminalizados, inclusive com transformações no próprio ordenamento jurídico para seu enquadramento legal, mostrou obstáculos para que suas práticas fossem assumidas e reconhecidas publicamente. Aqui, então, nos perguntamos: quais seriam, então, suas histórias?

A trilha que percorremos para fazer a reconstrução histórica daquilo que não foi contado envolveu diferentes momentos. No processo concreto de pesquisa, estes distintos momentos se articularam e entrecruzaram até o momento de conclusão do trabalho. Consideramos que os psicólogos e estudantes de psicologia que fizeram a opção por ingressar em organizações clandestinas não foram meros "indivíduos singulares" (Marx, 2011, p. 109), que poderiam ser explicados através de suas relações autonomizadas e individuais em detrimento de um processo histórico-político mais amplo. Ao contrário, eles foram "indivíduos sociais" (Marx, 2011, p. 41), que nos primeiros momentos da psicologia como profissão regulamentada em sua nova etapa de institucionalização em meio à planificação e desenvolvimento de um golpe preventivo, não se intimidaram por defender determinada concepção de mundo. E por isso, se inseriram politicamente em organizações clandestinas na clandestinidade.

Sabendo que a investigação metodológica deve buscar a "*análise dos processos em sua essência*" (Vigostski, 1999, p. 372. Destaques no original), nossa pesquisa teve sua fundamentação teórico-metodológica baseada no materialismo histórico-dialético. Isto nos permitiu a compreensão do movimento contraditório dos múltiplos elementos que compõem a realidade, fornecendo a base para entendermos a maneira pela qual a particularidade da ditadura empresarial-militar brasileira, com seu golpe preventivo, se articulou com a generalidade de relações sociais mais amplas. Estas transições entre o geral, o particular e o singular[19] nos ajudaram a desvelar os diferentes graus com que se manifestou a totalidade na determinação de nosso objeto na pesquisa, já que: "tudo está *vermittelt* = "mediado", unido num todo, ligado por transições" (Lenin, 2011, p. 108. Destaques no original). Neste sentido, o processo de institucionalização da psicologia durante o governo militar teve *conexão inseparável* com o terreno que propiciou seu desenvolvimento. Dito isto e considerando estas particularidades,

[19] Basta lembrarmos um texto de Lenin, citado diversas vezes pelo próprio Vigotski e que diz: "É impossível negar a objetividade dos conceitos, a objetividade do universal no particular e no singular" (Lenin, 2011, p. 156). Em sua leitura de Hegel, assinalaria, ainda, que: "Visivelmente, aqui também, o principal para Hegel é assinalar as TRANSIÇÕES. De um certo ponto de vista, sob certas condições, o universal é o particular e o particular é o universal. Não apenas 1) conexão, e conexão inseparável de todos os conceitos e juízos, mas 2) transições de um a outro, e não somente transições, mas também 3) identidade dos contrários - eis o principal para Hegel" (Lenin, 2011, p. 155. Destaques no original).

para conseguirmos nos apropriar da maneira pelo qual este processo se desenvolveu, a pesquisa percorreu o caminho descrito a seguir.

O primeiro momento foi de uma revisão bibliográfica da temática, com a apropriação daquilo que já havia sido produzido, incorporando, no plano de nossa investigação, o que o trabalho analítico de outros pesquisadores ajudou a construir. Para esta revisão, consultamos as bases de dados do SciELO e da CAPES. No banco de dados da SCIELO, utilizando os marcadores mesclados: "psicologia" e "ditadura". Localizamos trinta e três (33) registros, sendo onze (11) referentes a uma edição especial da revista Psicologia: Ciência e Profissão, com a temática "Psicologia e Democracia: da Ditadura Civil-Militar às Lutas pela Democratização do Presente" de 2017, no qual colaboramos com um artigo.

No Banco de teses da CAPES, utilizamos o marcador "ditadura", restringindo através nas Áreas de Concentração relativas à psicologia e o resultado encontrado nas teses foi de: quatorze (14) registros em Psicologia Social; quatro (4) registros em Psicologia; dois (2) registros em Psicologia Clínica, Psicologia Social e Institucional, e Psicologia e Sociedade; e um (1) registro em cada uma das áreas de concentração a seguir: Psicologia, Processos Culturais e Subjetivação; Práticas Culturais e Processos De Subjetivação; Psicanálise e Sociedade; Psicanálise, Clínica e Cultura; Psicologia da Educação; Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia Institucional. Refinando a pesquisa e acrescentando o marcador "luta armada", encontramos um (1) resultado. A reconstituição histórica feita através da materialização desta pesquisa nos mostrou que as teses e os artigos encontrados sobre a discussão relacionada à temática aqui tratada se concentram em distintas Áreas do Conhecimento que não a Psicologia, entre elas a História (745 registros), Letras (302 registros) e Educação (205 registros).

Em seguida, inventariamos os bancos de dados que serviram de fontes primárias, por possuírem algum conjunto documental que pudesse auxiliar nossa pesquisa. Alguns deles não haviam sido utilizados nos trabalhos de psicologia consultados, sendo parte fundamental em nosso trabalho. Fomos obrigados a considerar que cada um destes bancos de dados expressou a criação de acervos documentais com particularidades que revelavam a disputa e o interesse de distintos sujeitos históricos para a sua constituição e manutenção. Afinal, o processo de reconstruir a *memória histórica* tem como fundamento que algo deve ser lembrado por alguém, a partir de interesses que expressam as intencionalidades dos sujeitos envolvidos.

Como processo social, esta reconstrução envolve parte da história em que determinadas frações de classe disputaram a escrita de quais os momentos deveriam ser lembrados. Por outro lado, a reconstrução da *memória histórica*, mediada por interesses em disputa, esbarrou naqueles que acreditavam que o esquecimento histórico, é ponto de alicerce da história. Assim,

a historicidade dos bancos de dados, que tal como a história, apresentou uma luta antagônica e incessante em seu processo. Dito de outra maneira, estes bancos operaram como "mediação objetiva"[20] (Marx, 2011, p. 119) e, portanto, reproduziam em seu interior, a *multilateralidade* do processo de elaboração e conservação destes dados.

Não por acaso, a consolidação de dados públicos para consulta revela parte da anatomia do golpe preventivo e do terrorismo de Estado. As disputas, sejam no plano institucional ou fora dele, representaram a maneira pelo qual estes sujeitos históricos opuseram diferentes maneiras de se construir a memória histórica. Os bancos de dados, como instrumentos de memórias, refletem uma história particular que se expressa no tipo de documento que procuraram conservar e disponibilizar para acesso. Vejamos quais os bancos de dados utilizados, como se constituíram e que tipo de documento lá encontramos, assim como quem os produziu.

O banco de dados do *Brasil: Nunca Mais* (BNM) foi criado pelo trabalho conjunto de Dom Paulo Evaristo Arns (1921 - 2016) e do Reverendo Jaime Wright (1927 - 1999), e tem como principal particularidade ser composto pelos processos que correram no Supremo Tribunal Militar (STM) entre 1964 e 1979, permitindo assim conhecer como foram montadas as peças dos processos judiciais para julgamento segundo a Lei de Segurança Nacional. Neste sentido, apresenta 695 processos judiciais, envolvendo 7.367 nomes de indiciados (Mitra Arquidiocesana de São Paulo, 1987). Para se ter uma visão estatística dos dados, as seguintes informações são relevantes:

> Nos 695 processos pesquisados mediante emprego de computador eletrônico foi possível somar 7.367 nomes de cidadãos denunciados perante a Justiça Militar brasileira, sendo que um certo percentual desse montante aparece de forma repetida, visto que se refere a cidadãos acusados em mais de uma ação penal. Em 125 dos processos existia um único réu. Em 211 processos havia mais de 10 réus. Outros 14 eram formados com número superior a 50 denunciados. Quatro outros processos ultrapassaram a casa dos 100 réus (Mitra Arquidiocesana de São Paulo, 1987, p. 9-10).

Em 1979, com a assinatura da lei nº 6.683 de 28 de agosto de 1979[21], que anistiou perseguidos políticos e torturadores, e a possibilidade real de que, com ela, parte dos processos

---

[20] Para compreender o que é *mediação objetiva* e como a própria construção histórica de bancos de dados se insere no interior de determinada reprodutibilidade social histórico-concreta e estão submetidas, necessariamente, ao duplo valor de qualquer mercadoria, a saber, valor de uso e valor de troca, lembramos que: "Sobre a base dos valores de troca, o trabalho pressupõe justamente que nem o trabalho do indivíduo singular nem seu produto sejam *imediatamente* universais; que o produto só consiga essa forma por uma *mediação objetiva* [*gegenständlich*], por um *dinheiro* distinto dele" (Marx, 2011, p. 119. Destaques no original).

[21] A respectiva lei afirma: "É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos

fosse destruída para apagar os vestígios da perseguição e extermínio promovidos pelo Estado brasileiro, os dois religiosos colocaram em prática a criação de um banco de dados. Sabia-se que no STM eram

> arquivados todos os processos dos 12 tribunais estaduais espalhados pelo país. Os militares tinham o registro sistemático do que faziam. Anexavam aos processos tudo que dizia respeito ao prisioneiro: fichas, material de panfletagem apreendido, declarações e confissão (Sydow & Ferri, 2017, p. 347-348).

Os advogados dos presos tinham acesso a esses processos por um período de 24 horas. Os religiosos começaram a planejar como copiar o material. Em busca de financiamento para o projeto, Dom Paulo escreveu para o Conselho Mundial de Igrejas solicitando auxílio financeiro porque esperava que "através da publicação desse material, tais coisas não aconteçam nunca mais[22]" (Sydow & Ferri, 2017, p.349). Neste sentido, "o projeto Brasil: Nunca Mais – BNM foi desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo nos anos oitenta, sob a coordenação do Rev. Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns" (BNMDigital, 2016).

Aqui, tem atuação destacada Célia Sodré Dória (1916 – 1997), a professora de psicologia do Instituto Sedes Sapientiae Madre Cristina, outrora qualificada como a Freira Comunista (Kehl & Vannuchi, 1990). Madre Cristina, que já havia polemizado com o Ministro da Justiça Alfredo Buzaid (1914-1991) sobre a existência de tortura no Brasil[23] (Simas, 2013), participou diretamente da microfilmagem desses arquivos. Seixas (2013), advogado que fez a defesa de presos políticos da época, afirmou:

> As cópias eram encaminhadas para São Paulo, onde o trabalho de pesquisa, de análise, se desenvolvia no Instituto Sedes Sapientiae. Sua diretora, Madre Cristina, ao lado de

---

dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares" (Brasil, 1979, para. 2). Para tal, os chamados *crimes conexos* foram considerados aqueles "crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política" (Brasil, 1979, para. 3). No entanto, a limitada Lei de Anistia restringia a aplicação de seus efeitos para uma parcela de revolucionários da luta armada, mantendo sua caracterização como terroristas e, consequentemente, considerando-os criminosos comuns. Neste sentido, a lei diz: "Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal" (Brasil, 1979, para. 4). Caso conhecido é de Carlos Eugênio Paz que, após a lei de Anistia e sua volta do exílio na França, ficou asilado no Brasil na Embaixada Francesa para não ser preso (Albuquerque, 2019).

22 Importante lembrarmos que parte da ideia foi inspirada pelo livro *Nunca Más*, também conhecido como Relatório Sábato, feito pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) da Argentina. Nele se afirmou que o terrorismo de estado na Argentina havia alcançado a cifra de "30 mil mortos, 340 campos de concentração" (Nunca Mais, 1984).

23 Ministro da Justiça no governo Emílio Garrastazu Médici, posteriormente indicado ao cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal pelo então presidente João Figueiredo (1918 - 1999), função que ocupou entre 1969 e 1974. O citado diálogo foi lembrado pelo advogado Simas (2013), que afirmou: "Quando a Madre Cristina interpelou o Ministro Buzaid, lá em Brasília, numa comemoração na Catedral, e falou ao Ministro que havia tortura no Brasil, o Buzaid disse: "Não há tortura no Brasil". Aí ela disse: "Mas e fulano, ciclano...", e ele respondeu: "ah, a senhora aponta um caso ou dois, mas não há tortura", entende?" (p. 607). Outro jurista defensor de presos políticos da ditadura, Luiz Eduardo Greenhalgh, afirmou sobre Madre Cristina: "E eu acabei sendo sustentado por uma mulher muito especial na minha vida chamada Madre Cristina Sodré Dória, que era Diretora do Instituto Sedes Sapientiae (Greenhalgh, 2013, p.453).

> D. Paulo Evaristo Arns, teve corajoso e importante papel na proteção de perseguidos pela ditadura.
> Madre Cristina isolou uma área de determinado andar do Instituto, que se transformou no nosso *bunker* e só nós tínhamos acesso a ela (Seixas, 2013, p. 446. Destaques no original).

Neste sentido:

> Tendo conseguido financiamento para iniciar o projeto, reuniu um grupo de advogados e três máquinas copiadoras em uma sala alugada em Brasília, e "por segurança, acharam conveniente não deixar nada em Brasília. Todas as fotocópias seguiram para São Paulo. [...] Com a chegada de todas as fotocópias a São Paulo – mais de um milhão de páginas, cópias de todos os processos existentes no arquivo do Supremo Tribunal Federal [...] (Sydow & Ferri, 2017, p. 350).

Como as cópias precisavam ser microfilmadas e guardadas em lugar seguro, foi montado um esquema para a retirada do país, sendo os microfilmes levados para Genebra, na Suíça. A cada viagem, em que deixava parte dos microfilmes, Jaime Wright voltava com 20 mil dólares escondido em sua cintura para dar prosseguimento ao projeto. Como precaução contra a polícia política brasileira, os microfilmes ainda foram mandados para os "Estados Unidos da América pelo Conselho Mundial de Igrejas, tendo sido mantido em Chicago, pelo Latin American Microform Project, do Center for Research Libraries" (BNMDigital, 2016). Dando um passo à frente com relação à disponibilização dos arquivos a um número maior de pessoas, o projeto entrou em nova etapa, quando os arquivos foram digitalizados e abertos para consultas digitais, "com o projeto Brasil Nunca Mais Digit@l esse acervo retornou ao país, estando totalmente acessível através da internet" (BNMDigital, 2016).

O segundo banco de dados consultado foi o da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, que possibilitou acesso às publicações dos jornais da época, que foram digitalizados. A Biblioteca Nacional é a maior biblioteca da América Latina, sendo "a mais antiga instituição cultural brasileira" (Biblioteca Nacional, n.d., para. 1). Tendo, aproximadamente, 9 milhões de itens, grande parte do seu acervo foi, também, disponibilizado para consulta em seu sítio digital. Com este banco de dados, foi possível reconstruir a maneira pela qual alguns dos indivíduos sociais citados neste trabalho foram noticiados à época de suas prisões e assassinatos. Neste sentido, esta fonte mostra como a imprensa brasileira operou no plano ideológico, reproduzindo em escala ampliada as justificativas dos interesses de classe daqueles que articularam e financiaram o golpe.

Sobre a particularidade deste banco de dados e análise concreta da instrumentalidade da imprensa como reprodutora em grande escala da ideologia construída pelos articuladores do golpe preventivo, consideramos que a imprensa não foi mero agente secundário, mas atuou ativamente na reestruturação da sociedade brasileira. Para tal, justificou a eliminação física da

oposição à ditadura, reproduziu a ideologia de seus senhores e ampliou sua influência na sociedade brasileira. Quando o Ato Institucional n°5 (AI-5) foi promulgado, os meios de comunicação ofereceram os meios ideológicos para manter a aparente legalidade do golpe de classe. Se as altas esferas do Estado brasileiro particularizaram a ideologia de Segurança Nacional produzida no interior do Estado norte-americano, à imprensa coube o papel de fazer circular e ampliar a escala de sua reprodução.

Um terceiro banco de dados acessado foi o do projeto *Memórias Reveladas*. Existiu, já no século XXI, vinte anos após o término da ditadura, uma curta onda de reavivamento estatal para a reconstrução das memórias da ditadura ampresarial-militar relativo à repressão política no período 1964-1985. Com a Portaria nº 21, de 21/02/05, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República criou um Grupo de Trabalho "instalado na Sede do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro" (Memórias Reveladas, 2020, para. 5). A partir do relatório final do Grupo de Trabalho, a Presidenta Dilma Roussef sancionou o Decreto Presidencial nº 5.584 de 18 de novembro de 2005, que determinou que:

> Os documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional - CSN, Comissão Geral de Investigações - CGI e Serviço Nacional de Informações - SNI, que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, deverão ser recolhidos ao Arquivo Nacional (Brasil, 2005, para. 2).

O projeto *Memórias Reveladas*, de iniciativa da Casa Civil da Presidência da República, foi aprovado em 2007, permitindo:

> a captação, por intermédio da Lei Rouanet (Lei nº 8.313/91), na modalidade mecenato, dos recursos necessários ao tratamento dos acervos dos extintos Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) e Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgãos centrais no aparato repressor do regime militar, que tinham como missão espionar e reprimir opositores. Além desses, foram tratados outros acervos de interesse, públicos e privados. Os recursos patrocinados são utilizados para a contratação e para o treinamento de equipes, para a aquisição de equipamentos e materiais de consumo, de forma a caracterizar o Memórias Reveladas como um investimento na preservação do patrimônio documental do País (Memórias Reveladas, 2020, para. 10).

Como resultado do trabalho, uma diversidade de material documental foi disponibilizada, possibilitando a realização de trabalhos diversos. O projeto Memórias Reveladas também premiou alguns destes trabalhos financiando a sua publicação sob a forma de livros[24]. Dele também derivou a criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil

[24] Os livros vencedores da primeira edição do Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas, foram: *O Terror Renegado,* de Alessandra Gasparotto, *Todo o Leme a Bombordo,* de Anderson da Silva Almeida e *No Centro da Engrenagem,* de Mariana Joffily. Os vencedores da 2ª Edição do Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas foram *Dossiê Itamaracá: Cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na*

(1964-1985) - Memórias Reveladas, coordenado pelo Arquivo Nacional, órgão à época subordinado ao Ministério da Justiça (Memórias Reveladas, 2020). Ainda que, oficialmente, o projeto se refira temporalmente aos anos compreendidos entre 1964 e 1985, o banco de dados abriga também uma quantidade expressiva de documentos da repressão posteriores a 1985, inclusive documentação de psicólogos fabricada na década de 1990. Isto mostra que a máquina repressiva que produziu dados, relatórios e investigações continuou a funcionar de forma eficaz mesmo depois de novo pacto das elites que culminou com a transição à forma democrática de Estado.

Um quarto banco de dados, também resultado da ação de políticas públicas do Estado brasileiro, está presente nos relatórios das *Comissões da Verdade*. Lembramos que a *Comissão Nacional da Verdade* (CNV) foi criada pela Lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011, que diz:

> É criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional (Brasil, 2011, para. 2).

O exame das graves violações de direitos humanos, cuja finalidade é colocada na respectiva Lei, compreendeu o período temporal entre os anos de 1946 e 1988, que corresponde a promulgação de duas constituições democráticas nestes respectivos anos.

Importante destacarmos quais foram os objetivos da CNV, já que eles deveriam ter sido atingidos:

> Art. 3º São objetivos da Comissão Nacional da Verdade:
> I - esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos [...];
> II – promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior;
> III - identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos mencionadas no caput do art. 1º e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;
> IV - encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995;
> V - colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos;
> VI - recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional; e

---

Ilha de Itamaracá-PE (1973-1979), de Joana Santos Rolemberg Côrtes; *Os vigilantes da ordem: a cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)*, de Pâmela de Almeida Resende; e *Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha*, de Patrícia Sposito Mechi.

> VII - promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações (Brasil, 2011, para. 10-16).

Concomitantemente à CNV, foram criadas as Comissões Estaduais e Municipais da Verdade que também elaboraram relatórios de suas atividades. Tivemos acesso a relatórios das seguintes comissões: Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis; Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba; Comissão da Verdade em Minas Gerais; Relatórios da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT; Comissão da Verdade do Rio; Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - Rubens Paiva; Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros - Volta Redonda; e a Comissão da Verdade da USP. Estes relatórios, por serem públicos e terem por objetivo serem publicizados, foram disponibilizados[25]. Neste sentido, a CNV e as demais Comissões ajudaram a reacender discussões públicas, elucidar questões não respondidas, e trazer à tona novos depoimentos sobre o espaço temporal que pretendeu compreender. Ao seu final, gerou um relatório geral, assim como relatórios das diversas Comissões da Verdade em âmbito estadual e municipal, que formaram outro conjunto documental expressivo.

Consideramos que a descrição das fontes de informações, assim como que tipo de dado que pode ser obtido é de relevância para a reconstrução histórica de nosso objeto de estudo. O mapeamento destes bancos de dados pode, inclusive, servir de guia inicial para futuras pesquisas, orientando-as sobre que tipo de informações pode ser obtido em cada um deles. Estas diferentes fontes e distintos bancos de dados possibilitaram avanço em pesquisa e foram analisados de acordo com a orientação de que "a análise é a aplicação do método empregado e a avaliação do significado dos fenômenos obtidos. Nesse sentido, cabe dizer que a análise *sempre* é própria da investigação [...]" (Vigotski, 1999, p. 375-376. Destaque no original).

Ainda, um último recurso metodológico foi utilizado, quando da realização de entrevistas com os sujeitos que participaram desse período de consolidação da nova etapa de institucionalização da psicologia no país como fração que foi perseguida pelo golpe empresarial-militar. Entrevistamos seis psicólogas e psicólogos que pertenceram a diferentes organizações de combate durante o período aqui considerado, assim como um professor de economia que conviveu com uma psicóloga assassinada em momento que ela adentrou uma organização revolucionária. Foram eles: Luiz Celso Manço, professor da Universidade Católica de Santos (UniSantos) e que pertenceu a Ação Libertadora Nacional (ALN); Lúcia Maria Salvia

[25] Os relatórios finais referentes às Comissões da Verdade acima citadas estão disponibilizados no seguinte sítio http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/comissoes-da-verdade

Coelho, que pertenceu Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (Polop) e ao Partido Operário Comunista (POC), tendo sido professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade de São Paulo (USP); a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Angela Arruda, que travou contatos com o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); e Ladislau Dowbor, dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), professor de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Além disso, em duas entrevistas, os entrevistados preferiram não revelar sua identidade pela forma de atuação que tiveram, assim pelo tipo de informações que trouxeram. Aqui, os chamaremos de Pedro César de Braga, pertencente ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB); e Paula Osmar Lopes, pertencente à Polop.

Dito isto, algumas considerações. Existiam condicionamentos históricos impostos pelas próprias características de nossa pesquisa que serviram como barreiras para a realização das entrevistas. Por motivo óbvio, aqueles que foram assassinados não poderiam cedê-las. Outros sujeitos, pelas décadas passadas dos acontecimentos, também não estavam vivos. Dos que estavam vivos, alguns preferiram não participar, enquanto outros optaram por não responder aos contatos realizados. Nesse sentido, consideramos que o silêncio diz muito do momento em que agudizações sociais e nova ascensão dos militares ao poder indicam novo processo de militarização no interior do país. Se, para alguns desses sujeitos, as memórias de tempos de cárcere e tortura poderiam ser estímulos para reviver algo que queriam ter esquecido, para outros a necessidade de colocar a experiência em palavras foi fundamental. Por isso alguns, quando procurados, aceitaram nos conceder entrevistas. Não por acaso, os subcapítulos que tiveram como base as entrevistas foram aqueles em que maior quantidade de informações e dados para reconstrução histórica tivemos disponível.

Dito isto, o método de exposição[26] da presente tese de doutoramento segue a seguinte organização. O primeiro capítulo analisa as implicações concretas do *golpe militar preventivo* de 1964 e como se articularam com o desenvolvimento da *tendência histórica* de institucionalização da psicologia no Brasil, assim como as consequências que este processo geral plasmou na ciência psicológica. Consideramos, para tal, diferentes momentos da institucionalização da profissão, entre eles: a regulamentação, o amoldamento, a militarização,

[26] Sobre o processo de apropriação do movimento real, sempre convém lembrar o método de Marx, que afirma que: "A investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção *a priori*" (Marx, 2014, p. 90. Destaques no original).

a depuração e o expurgo; a reforma universitária de 1968 como *momento principal* da institucionalização nas décadas de 1960 e 1970; e a articulação dos órgãos de informações com a psicologia, de modo a neutralizar posições contrárias àquelas do regime militar, por meio de vigilância - em Universidades, eventos e Congressos -, de produção de informações sobre as frações críticas no direcionamento concreto de parte da estrutura organizativa da profissão, incluindo a intervenção na eleição do primeiro Plenário do Conselho Federal de Psicologia (CFP). A este processo chamamos de *nova etapa de institucionalização da psicologia no Brasil*, que teve como característica central a limitação ao acesso às instituições de frações opositoras ao regime.

O segundo capítulo apresenta a história dos psicólogos e estudantes de psicologia que, no contexto de polarização social em plano internacional e de regulamentação da psicologia no Brasil, optaram, entre os anos de 1964 e 1976, pelo pertencimento a organizações políticas consideradas clandestinas como forma de resistência ao golpe preventivo. Tomamos como critério as distintas posições estratégicas dos agrupamentos de combate à ditadura, e baseado na centralidade que as organizações davam à construção da luta. Neste capítulo, tratamos das organizações que consideraram que a força principal de transformação social estava no campo, e adotaram como estratégia a *guerra popular prolongada*, cuja influência principal foi da revolução chinesa. As organizações aqui tratadas foram a Ação popular (AP), o PCdoB e a Ala Vermelha do PCdoB (Ala).

No terceiro capítulo, tratamos dos agrupamentos que fizeram a opção de combate imediato nas cidades, utilizando suas forças para ações de enfrentamento contra a ditadura empresarial-militar. Aqui encontram-se as frações da psicologia que oriundas, principalmente, dos setores estudantis das instituições universitárias e que pelo processo aberto com a nova etapa de institucionalização da psicologia no Brasil com a reforma universitária, foram mais numerosas do que aquelas presentes no capítulo anterior. Como critério para exposição deste capítulo, utilizamos aquelas frações que foram retiradas do processo de institucionalização da psicologia por diferentes meios, seja com a eliminação física, seja com o apartamento das instituições da psicologia que fizeram parte. A característica daqueles que aqui foram retratados é de não conseguirem se inserir novamente nas instituições relacionadas à psicologia. Este tipo de atuação foi expresso nas Dissidências (DIs), e posteriormente nas múltiplas organizações formadas no período, tais como MR-8, ALN, PCBR, Polop e VPR.

No quarto capítulo, continuamos tratando dos agrupamentos que fizeram a opção de combate imediato nas cidades. No entanto, encontram-se aqui aquelas frações que mesmo com os obstáculos colocados na relação existente entre o terrorismo de estado e a nova etapa de

institucionalização da psicologia mantiveram-se ou conseguiram retornar às instituições de psicologia. Utilizamos três casos representativos de psicólogos que devido ao pertencimento à grupos de combate à ditadura incorporaram em suas práticas profissionais elementos de sua militância contra o regime social. Aqui, aprofundamo-nos nas mediações históricas através das entrevistas com os sujeitos retratados. Encontram-se professores universitários, fundadores de Faculdades de Psicologia, iniciadores de atendimentos psicológicos de presos recém saídos da tortura, etc. O capítulo inteiro conta com entrevistas cedidas por aqueles que foram pertencentes a organizações como ALN, Polop, POC e PCBR.

Necessário dizer que nos capítulos referentes às organizações de combate à ditadura empresarial-militar, julgamos necessário explicar as bases teóricas para a concepção de luta que cada grupo optou por travar, evitando assim a concepção simplista de desconsiderar as diferenças entre cada um dos agrupamentos sob um termo geral de luta armada. As opções táticas e estratégicas que cada um deles utilizou se baseou em análises concretas, conjunturais e estruturais da sociedade, e subsidiaram possíveis alianças com outras organizações em forma de "frentes". Também, julgamos conveniente avisar o leitor que os casos aqui expostos são representativos de que existiram diferentes posições no interior do processo de institucionalização da psicologia, mas não exaustivos. A totalidade de casos daqueles que pertenceram a agrupamentos revolucionários assim como a capilaridade do terrorismo de estado na institucionalização da psicologia são ainda tarefa em aberto no interior da historiografia da psicologia.

Por fim, apresentamos algumas considerações para o processo de reconstrução histórica no interior da psicologia em sua etapa de institucionalização durante o período aqui tratado, e que foram possíveis chegar ao final desta tese.

1 TENDÊNCIA HISTÓRICA DE DESENVOLVIMENTO DA PSICOLOGIA NO BRASIL: O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DURANTE O GOVERNO MILITARIZADO

> [...] o valor não traz escrito na fronte o que ele é. Longe disso, o valor transforma cada produto do trabalho num hieróglifo social. Mais tarde, os homens procuram decifrar o significado do hieróglifo, descobrir o segredo de sua própria criação social, pois a conversão dos objetos úteis em valores é, como a linguagem, um produto social dos homens
>
> *Marx, 1989, p.82-83*

A história da psicologia no Brasil tem um longo passado, articulado com uma multiplicidade de processos históricos, em que a funcionalidade das *ideias psicológicas* serviu para a realização de diferentes objetivos. Enquanto a psicologia no país não conheceu seu processo de autonomização no interior da divisão social do trabalho, as *ideias psicológicas* estiveram dispersas e fragmentadas em práticas de distintas áreas que propiciaram um *desenvolvimento multilateral* da própria psicologia no país. No entanto, tais ideias sempre estiveram articuladas a diferentes *indivíduos sociais*, que as utilizaram de acordo com seus interesses. O conjunto de *ideias psicológicas* seguiu a mesma lógica de qualquer outro conjunto de ideias produzidas no interior da sociedade. É conveniente lembrar que "as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante" (Marx & Engels, 2013, p.47. Destaques no original).

Neste sentido, as *ideias psicológicas* no Brasil estiveram articuladas, com uma pluralidade de mediações, com as *ideias dominantes* de sua época. Expressaram as *tendências* e *contra-tendências* ideológicas, de forma aberta ou encoberta, que corresponderam a interesses de setores que se antagonizaram ou se aliaram em determinado período temporal. Foram expressão, na particularidade científica, de processo mais amplo que seguiu certo *sentido histórico*[27]. Das *ideias psicológicas* fragmentadas e dispersas, concentrou-se forças para

[27] Qualquer processo se desenvolve através de uma tendência geral que articula e organiza processos particulares. Assim é a história em que diferentes projetos sócio-políticos são antagonizados por interesses conflitantes. Aquele que se impõe, através de diferentes mediações, mostra a tendência pelo qual a história se efetivou no plano concreto. Aquilo que serviu de oposição, mas não acumulou força suficiente para se tornar uma tendência, se situa no plano de uma *contra-tendência*. Assim, também, a história da psicologia se processa. Não por acaso, Vigotski se refere a "tendências históricas de desenvolvimento de psicologia" (Vigotski, 1999, p. 392).

práticas psicológicas se expandirem no Brasil e possibilitarem a gradativa institucionalização da profissão.

O objetivo deste capítulo é compreender como as implicações concretas do *golpe militar preventivo* de 1964 se articularam com o desenvolvimento da *tendência histórica* de institucionalização da psicologia no Brasil, assim como as consequências que este processo geral plasmou na ciência psicológica. Consideramos que as lutas ideológicas entre setores mais amplos da sociedade se refletiram no interior da psicologia através de *mediações sociais concretas*.

Por um lado, este processo culminou com a radicalização de alguns setores à esquerda, principalmente estudantis, e por outro, com a inserção de psicólogos na colaboração com os órgãos do aparato repressivo do Estado. Ainda que o objeto principal desta tese sejam aquelas frações que foram lançadas para fora da psicologia ou perseguidos em seu interior por se organizarem em agrupamentos de combate à ditadura empresarial-militar, e por isso se colocaram como *contra-tendência* ao processo geral, a compreensão de como os dispositivos de repressão, em que outra fração da psicologia se inseriu, fez parte da própria institucionalização desta ciência e teve utilidade na perseguição e depuração da fração oposta. Sem sua compreensão, não é possível entender a linha demarcatória dentro das instituições sociais brasileiras daquilo que era socialmente tolerável e que serviu de parâmetro para as depurações no interior da psicologia. Procuramos, com isso, por meio de documentação ainda inédita, alargar as discussões para *decifrar o significado deste hieróglifo* que é a história da psicologia brasileira nas décadas de 1960 e 1970. Em particular, destacamos a atividade de frações no interior da psicologia que foram pouco consideradas neste processo.

Para fins de exposição, organizamos este capítulo da seguinte maneira: inicialmente, tratamos do *sentido histórico* da etapa de institucionalização, em processo já avançado, da psicologia no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970, levando em consideração que envolveu diferentes momentos, entre eles: a regulamentação, o amoldamento, a militarização, a depuração e o expurgo da profissão; em seguida, analisaremos a reforma universitária de 1968 como *momento principal* da institucionalização nas décadas de 1960 e 1970, sendo o impulso para a formação de profissionais psicólogos no Brasil; e por fim, apresentaremos a articulação dos órgãos de informações com a psicologia, de modo a neutralizar posições contrárias àquelas do regime militar, por meio de vigilância - em Universidades, eventos e Congressos -, de produção de informações sobre críticos, na direção concreta de parte da estrutura organizativa da profissão, incluindo a intervenção na eleição do primeiro Plenário do CFP.

1.1 O sentido histórico da institucionalização da psicologia no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: a regulamentação, o amoldamento, a militarização e a depuração da profissão

> [...] pela primeira vez a psicologia defrontou com a práxis altamente organizada: industrial, educativa, política, militar. Esse contato obriga a psicologia a reestruturar seus princípios de forma que possam passar pela prova suprema da prática. A psicologia viu-se obrigada a assimilar e introduzir na ciência uma grande quantidade de reservas de experiências, de psicologia prática e de hábitos, acumulados ao longo de séculos, porque, tanto a Igreja quanto a arte militar, a política ou a indústria, na medida em que regularizaram e organizaram de forma consciente a psique, se apoiam numa enorme experiência psicológica, ainda que cientificamente desordenada
>
> *Vigotski, 1999, p. 344*

O século XX foi aquele em que a psicologia, na concretude brasileira, conseguiu se inserir em grande número de espaços no interior da vida nacional. Isso se deveu ao processo histórico-social de modernização desenvolvimentista, em que ciclos de expansão do capital financeiro se aliou ao capital fundiário, o que levou à ampliação da industrialização e necessitou de expansão de força de trabalho em setores do *trabalho produtivo* e *improdutivo.* É a partir desse momento que as bases estruturais para o desenvolvimento institucional de uma psicologia começam a ser alargadas. O enraizamento da psicologia foi possibilitado por determinados *indivíduos sociais* que, a partir de sua posição de classe em país dependente, deram direção a esse processo em seus distintos momentos.

A partir da década de 1930, e subsumida a esse processo social geral, a institucionalização da psicologia desenvolveu-se de forma *desigual* e *multilateral*, articulada a distintas áreas. Dito isso, no recorte temporal no qual se insere este trabalho, existiu uma mudança na direção social operada na década de 1960, em que o golpe preventivo militarizou gradativamente quase todos os aspectos da vida no país, e plasmou relações no processo de institucionalização da psicologia.

Consideramos que no interior do debate sobre a periodização da história da psicologia no Brasil, duas posições se destacam, ainda que não únicas. Pessotti (1988), partindo do que considerou um processo de *evolução da psicologia* no Brasil, propôs uma periodização de

quatro períodos, sendo que em 1962 esse processo evolutivo levou a psicologia ao que denominou *período profissional*[28]. Em particular, sobre a presença dos militares no interior desse processo, afirmou: "O desenvolvimento da formação de psicólogos foi praticamente simultâneo à evolução da Análise do Comportamento no país (*ambos os processos tiveram ainda um companheiro indesejado e persistente: a ditadura militar.*)" (p. 28. Destaques nossos). Lembrou ainda um episódio relativo à UnB, em que ele mesmo esteve envolvido: "A dissolução do departamento em 1965, por *pressão do governo militar*, implicou a difusão da equipe de docentes pesquisadores por várias instituições em diferentes Estados" (p. 29. Destaques nossos)[29].

Ainda que tenha considerado que as características principais do *período profissional* tiveram algum tipo de relação com a ditadura militar, Pessotti não considerou as frações da psicologia responsáveis por essa ligação ou por elas perseguidas, nem tampouco a centralidade dos militares como *sujeitos históricos* que agiram concretamente no interior da psicologia. Talvez por isso os caracterize como meros *companheiros indesejados e persistentes.* Ainda que persistentes, não acreditamos que para certas frações sua presença tenha sido tão indesejada, como veremos mais adiante.

Com o objetivo de refinar a periodização proposta por Pessotti (1988), Pereira & Pereira Neto (2003), propõem distinta periodização da psicologia, partindo de "um referencial teórico da Sociologia das Profissões" (p. 26). A discussão deste texto se circunscreve ao período da psicologia que os autores caracterizam como *período de profissionalização*, que é:

> [...] compreendido entre 1890/1906 e 1975. Ele abrange desde a gênese da institucionalização da prática psicológica até a regulamentação da profissão e a criação dos seus dispositivos formais. Serão considerados como marcos desse período: a Reforma Benjamim Constant (1890), a inauguração dos laboratórios de psicologia experimental na educação (1906) e a criação do código de ética (1975). A partir de então, a psicologia passa a ter um conhecimento próprio, institucionalizado e reconhecido, tornando-se detentora de um determinado mercado de trabalho, ainda que compartilhado com a medicina e a educação[30] (Pereira & Pereira Neto, 2003, p. 20).

---

[28] Sua periodização evolucionista da psicologia brasileira abrange os seguintes momentos: *período pré-institucional*, até o ano de 1833; *período institucional*, entre os anos de 1833 e 1934; *período universitário*, entre 1934 e 1962; e o *período profissional*, a partir de 1962.

[29] Importante que o próprio autor, sobre a sua periodização, afirmou: "São óbvias as falhas deste trabalho, devidas à desinformação do autor, à escassez de informações acessíveis, aos viéses de quem, ligado à USP, acompanha apaixonadamente há 35 anos a evolução da Psicologia no Brasil [...]. O autor, no que lhe cabe, pede desculpas pelas omissões" (Pessotti, 1988, p. 31).

[30] Os três períodos estabelecidos pelos autores são: *período pré-profissional*, entre os anos de 1833 e 1890; *período de profissionalização*, entre 1890/1906 e 1975; e *período profissional*, a partir de 1975.

O marco final utilizado pelos autores, desconsiderando processos centrais na história da sociedade brasileira, é a criação do *Código de Ética* da profissão, já que, para eles: "é o instrumento básico para a auto-regulação de qualquer profissão [...]. Isto garante uma maior credibilidade com a clientela, uma vez que esta se sente protegida contra qualquer dano" (Pereira & Pereira Neto, 2003, p. 25). Há também uma rápida alusão ao trabalho de Langenbach & Negreiros (1988) quando se refere à capacidade da psicologia ser pouco ameaçadora à ordem social.

Entretanto, os autores não fazem nenhum comentário sobre o impulso dado à psicologia como consequência da política desenvolvida pela ditadura empresarial-militar entre os anos de 1964 e 1975. Somente no momento seguinte, descrito como *período profissional (1975)*, se faz uma tímida citação da ditadura, sem relação alguma com os militares dirigindo processos particulares da psicologia. Caracterizam este último período apenas como tendo criado um "predomínio da psicoterapia exercida por psicólogos em consultório particular [e que] refletia o interesse pela psicologia clínica e o ideal do atendimento em consultório liberal" (Pereira & Pereira Neto, 2003, p. 25), baseando-se assim no trabalho de Coimbra (1999).

Tanto a periodização de Pessotti (1988), quanto de Pereira & Pereira Neto (2003), são amplas demais em suas explicações, deixando pouca margem para se compreender como *determinações gerais* se articularam com *determinações particulares*, e expressaram suas características na ciência psicológica. Neste sentido, não possibilitam a compreensão dos mecanismos pelos quais os militares, enquanto *sujeitos históricos*, estiveram intrinsicamente vinculados a processos particulares na organização da psicologia neste período. Há mais elementos a serem considerados na institucionalização e na profissionalização da psicologia que a vã periodização da história da psicologia não pôde descobrir.

Dito isto, consideramos que o processo de institucionalização de uma profissão, que abarca diferentes etapas, se mostra como um dos momentos de *reprodutibilidade da vida social*, em que o trabalho de profissionais especializados se insere no processo histórico em desenvolvimento (Yazbek, 2009).

Não por acaso, qualquer institucionalização profissional está alicerçada em uma complexa divisão social do trabalho, mediatizada e vinculada ao crescimento de instituições, geridas ou subsidiadas pelo Estado, que "viabilizam a expansão do mercado de trabalho para estes trabalhadores especializados" (Iamamoto & Carvalho, 2006, p. 82). Neste sentido, o longo processo de institucionalização da psicologia só foi possível pela utilidade do *valor* acumulado pelo trabalho da psicologia no processo histórico brasileiro. A gradativa *valorização de valor*

do profissional psicólogo foi uma necessidade que se expandiu com a institucionalização. É neste sentido que utilizaremos a noção de institucionalização nesta tese.

Como consequência desta *valorização de valor*, a anterior fragmentação e dispersão da psicologia adquiriu um centro orientador que conseguiu ordenar e articular diferentes processos, atribuindo uma direção social concreta. O que é possível apreender é que os *acúmulos quantitativos* da psicologia no Brasil, expressos em distintos momentos, foram impulsionados após o golpe preventivo de 1964, e em particular com a reforma universitária de 1968.

Como complexidade no interior deste processo, existiam contradições históricas fundantes na acumulação do capital no Brasil, que são anteriores ao golpe preventivo empresarial-militar de 1964, mas que se articularam com a *tendência histórica de institucionalização da psicologia* surgida, também, em época anterior. O amoldamento da profissão já havia sido esboçado através de sua regulamentação e com a instituição do currículo mínimo em 1962[31].

Estas duas linhas de desenvolvimento - as contradições do processo de acumulação do capital e as tendências históricas do desenvolvimento da psicologia - se encontraram em um *processo político cirúrgico* no chamado *modelo brasileiro de desenvolvimento* criado pela ditadura militar (Sodré, 1987a). É através dele que distintas políticas de reformas foram desenvolvidas. A principal política da educação superior foi a reforma universitária de 1968, que sedimentou o terreno para a expansão do ensino superior privado, em geral, e da psicologia, em particular. Como consequência, se tornou necessária a estruturação de órgão de regulamentação profissional nos anos seguintes, tamanho o impacto de formados após a reforma universitária.

Nesse sentido, a regulamentação jurídica, como etapa tardia do já avançado processo de institucionalização da profissão, apenas reconheceu uma prática consolidada e existente, dando os necessários encaminhamentos legais para situação já consumada. A regulamentação e currículo mínimo cumpriram a funcionalidade de estabelecer o amoldamento profissional, dar

[31] Do ponto de vista histórico-concreto, pouco importou a tentativa de 1932 (Centofanti, 1982) de elaboração do primeiro projeto de Curso de Formação de Psicólogos Profissionais, ou o "pré-projeto de currículo elaborado pela Associação Brasileira de Psicotécnica e publicado nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica em 1954" (Jacó-Vilela, 2012), já que expressaram mais a debilidade na conjugação das forças na psicologia e sua articulação com forças políticas do que o acúmulo necessário para a sua materialização. Por isso, não nos pode parecer estranho que, nas décadas de 1960 e 1970, a amplitude do processo de institucionalização da psicologia brasileira operou um *salto de qualidade* no interior do *automovimento* próprio da institucionalização. Isto porque a contradição principal no interior da psicologia, a saber, sua dispersão em distintas áreas, reflexo de seu desenvolvimento *multilateral*, ganhou um centro que mostrava o molde pelo qual poderia se processar a atividade regulamentada do psicólogo.

diretrizes formativas, regular sobre duração do curso, dispor sobre o estágio supervisionado, assim como sobre aqueles que poderiam exercer a profissão e quais os seus limites etc.

Como, necessariamente, o produto oculta parte de um processo mais amplo e geral, com *movimentos tendenciais* e *contra-tendenciais* em constante disputa, a própria institucionalização da psicologia na década de 1960 e 1970, com todas as particularidades históricas que são inerentes a este processo, não pode ser desconsiderada. É nesse sentido que, na concretude brasileira, somente foi possível *neste* momento particular, e não em momentos anteriores que tinham potencialidades abertas, o acúmulo de forças necessário para impulsionar e dar direção a esse processo. Afinal, como diz Hobsbawm (2014), "as discussões sobre alternativas contrafactuais não podem ser resolvidas por evidência, já que a evidência diz respeito ao que aconteceu, e situações hipotéticas não aconteceram. Estas pertencem à política ou à ideologia, e não à história" (p. 320).

Um regime político, autoproclamado como revolucionário[32], e que gradativamente militarizou os postos civis de direção do Estado e das instituições a ele subordinadas, agiu de forma a dar direção concreta a processos particulares difusos e não organizados. Para atingir tal objetivo, neutralizou posições contrárias para levar adiante as reformas exigidas pelos setores sociais que alçaram os militares à posição de comando do país.

Entretanto, mesmo com o amoldamento da lei 4.119, que regulamentou a profissão, articulada com o Parecer 403/62, que fixou o currículo mínimo, e o Decreto nº 53.464 de 1964, que regulamentou a lei 4.119, as possibilidades de expansão da psicologia só puderam ser materializadas com a reforma universitária de 1968, que expandiu o número de instituições privadas, responsáveis pela formação do maior número de psicólogos até aquele momento. Com isso, houve maior eficiência no circuito do capital, através da intervenção do Estado em setores estratégicos.

Existiu na psicologia brasileira, nessas duas décadas a que aqui nos referimos neste trabalho, uma *interrupção de continuidade*[33] em seu processo. Não por acaso, com o *acúmulo*

---

[32] O AI-1, promulgado já em abril de 1964, afirmou: "É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. *O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução*" (Brasil, 1964a, para. 1. Destaques nossos). Como consequência da autoproclamação da revolução, que tentava ocultar o caráter contrarrevolucionário e preventivo de sua ação, afirmava ainda: "Fica, assim, bem claro que *a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação*" (Brasil, 1964a, para. 5. Destaques nossos).

[33] Duas diferentes traduções da mesma expressão para o português do mais importante livro da dialética materialista do século XX. Em uma delas, a expressão é traduzida como "interrupções da continuidade" (Lenin, 2011, p. 121); e, em mais recente, como "quebras de gradualidade" (Lenin, 2018, p. 138). Pouco importa a tradução ou as palavras utilizadas nelas. O que nos interessa é o movimento pelo qual é traduzido

quantitativo da psicologia, e com o impulso dado pelas reformas dos militares, foi possível operar um *salto qualitativo* no interior da psicologia brasileira, que se expressou na expansão das instituições responsáveis pela formação no âmbito acadêmico de profissionais a partir da década de 1960.

Como consequência desse *salto qualitativo* operado na nova etapa do processo da institucionalização da profissão, houve a construção de uma série de arcabouços normativos-jurídicos que estruturaram e deram forma cada vez mais definida para a psicologia brasileira, seja no campo do ensino nas universidades, seja no campo das suas entidades organizativas, assim como do exercício e dos limites éticos da própria profissão. Isso significou uma conformação na ordem legal, nos marcos jurídicos de um Estado que tinha como objetivo reorganizar os processos de extração de mais valor.

Como dito, é no interior dessas duas décadas da psicologia brasileira que o objeto de nossa tese se insere. Para alguns, foi o período de consolidar a importância da psicologia no país e expandir a atuação profissional no interior de uma sociedade dependente no campo econômico e cultural, através de uma ditadura que reestruturou as bases da sociedade a partir de um processo de modernização conservadora. Para outros, foi o início dos processos de depuração, expurgo e perseguições, muitas vezes prolongadas no tempo, que serviram de base para a efetivação deste processo.

A depuração institucional iniciou-se com a *Operação Limpeza*, desencadeada com o AI-1, e teve como objetivo remover os funcionários do Estado considerados "esquerdistas". Sob as vestes de uma luta contra a corrupção, ocorreu a cassação e suspensão de direitos políticos de membros do Congresso Nacional, já que:

> No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato [AI-1], poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, *excluída a apreciação judicial desses atos* (Brasil, 1964a, para. 24. Destaques nossos).

Para além da suspensão dos mandatos eletivos de políticos, o AI-1 atingiu setores ligados à atividade política em geral, e serviu como autorização para a ofensiva operada em outras instituições. A psicóloga Anita Paes Barreto (1907 - 2003) foi a primeira depuração ocorrida na psicologia. No dia do golpe empresarial-militar, ocupava o cargo de Secretária de

---

este processo no interior da institucionalização da psicologia brasileira, já que "a *dialética* é a ciência que mostra como os contrários podem ser (e se tornam) *idênticos* - em que condições se transformam um no outro [...]" (Lenin, 2011, p. 112. Destaque no original) e mostrar que "nelas *há* movimento" (Lenin, 2011, p. 112. Destaque no original).

Educação do Estado de Pernambuco, e "estava no palácio com o governador Miguel Arraes, ficando em sua companhia até o momento em que o palácio foi todo esvaziado pelas tropas militares, sendo Arraes deposto" (Diniz, 2013, p. 265). Passada uma semana após o ocorrido, foi "presa por 17 dias, acusada de subversão" (Rosas, 2001, p. 76). Os jornais noticiaram que, como provas, havia publicações de livros que a incriminavam. Outra notícia afirmou que foram "encontrados na Secretaria de Educação de Pernambuco, [...] vários macacões de operários com o símbolo do partido comunista, o "escudo da foice e do martelo" pregado na roupa" (Diniz, 2013, p. 269).

O relatório de sua prisão afirmou: "a Professora Anita Paes Barreto, a qual, antes das andanças pela Prefeitura Municipal do Recife, era mais ou menos desconhecida do grande público, na Secretaria, ávida de notoriedade, procurou servilmente seguir as diretrizes do PC" (Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, 1964, p. 41). Ainda, teve seu nome denunciado na Câmara Municipal, com outros acusados, quando se afirmou existir em 1964, uma "célula Comunista, frequentada por [...] Anita Paes Barreto" (Conselho de Segurança Nacional, 1969, p. 25).

A limpeza também foi transplantada para as universidades. Nada mais falso acreditar que as perseguições só se iniciariam a partir de 1968 com o AI-5, como defendem certos historiadores dentro do espectro ideológico liberal (Villa, 2014)[34]. As denúncias e perseguições, com a ofensiva militar objetivando a depuração de certos matizes do pensamento crítico no interior das universidades brasileira, foram iniciadas em 1964 contra estudantes e professores[35]. Neste sentido, foi um:

> [...] caráter essencialmente reacionário e destrutivo das transformações que se dão na Universidade de São Paulo sob a égide do movimento de 31 de março.
> O caráter reacionário está muito ligado ao próprio mecanismo de poder que passa a ser utilizado na USP: *o expurgo e a ameaça de expurgo*. Como vimos, *este instrumento político favorece os setores conservadores mais intolerantes e abre caminho para o oportunismo mais deslavado. Elevando ao poder esses grupos, o expurgo tende a se institucionalizar, pois os novos detentores do poder não são capazes de manter o controle das posições de mando sem a possibilidade permanente do recurso às acusações ideológicas* (Adusp, 2004, p. 89. Destaques nossos).

[34] Villa diz: "O regime militar brasileiro não foi uma ditadura de 21 anos. Não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural que havia no país. Muito menos os anos 1979-1985, com a aprovação da Lei de Anistia e as eleições diretas para os governos estaduais em 1982" (Villa, 2014, p. 11).

[35] Para a lista dos primeiros denunciados em 1964, ver Adusp (2004, p.18-19). Entre os nomes de conhecidos intelectuais, estão Florestan Fernandes, Mário Schenberg, Fernando Henrique Cardoso. Note-se que a denúncia mirava comunistas, mas também acertava liberais de vários matizes no interior acadêmico. Alguns desses nomes denunciados em 1964 constariam nas denúncias contra professores de psicologia em 1968, em que o denunciante tentava provar a subversão apontando a ligação de uns com outros, como veremos mais adiante.

Com as acusações ideológicas como mecanismo de identificação de possíveis *inimigos internos* e sob o manto do sigilo, os delatores instrumentalizaram as denúncias de subversão contra professores e estudantes.

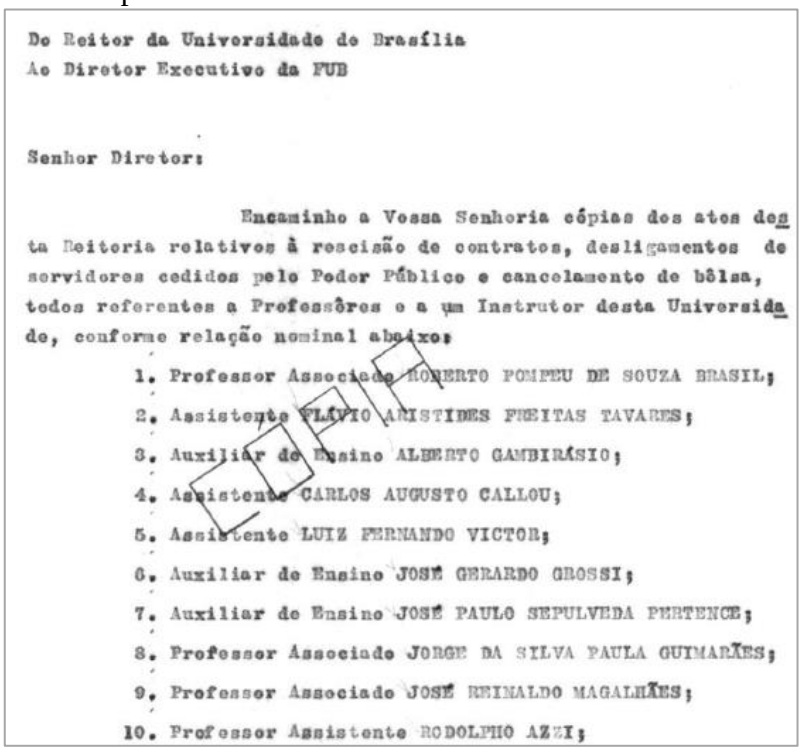
A próxima depuração, especificamente da psicologia e já em maior escala, foi na UnB. Em "abril de 1964, o campus da UnB foi invadido por tropas da Polícia Militar do estado de Minas Gerais: quatorze ônibus contendo soldados muito bem equipados, mais três ambulâncias tomaram o campus universitário" (Lelis, 2011, p. 11). Estudantes foram presos. O presidente General Castelo Branco nomeou Zeferino Vaz (1908 - 1981) como reitor interventor, que assumiu a reitoria da UnB após a destituição de Anísio Teixeira (1900 - 1971), em momento de acirramento de tensões, em que "alguns professores e estudantes ainda [estavam] presos, e sob pressão dos militares para demitir os 'subversivos'" (Motta, 2014, p. 39).

Uma primeira onda de demissão de professores ocorreu neste ano. Em 1965, o reitor interventor apresentou seu sucessor, Laerte Ramos (1922 - 1972), que em discurso justificou as demissões do ano anterior pela mediocridade do trabalho dos professores. Nova crise se acirrou. Desta vez, "o reitor Laerte de Carvalho solicitou ao general Riograndino Kruel que enviasse tropas policiais militares para (novamente) invadirem o campus universitário" (Lelis, 2011, p. 16). Em novo momento de polarização na UnB, em meio a perseguições:

> a comunidade acadêmica reagiu [...] porque queria dar um basta às perseguições que intranquilizavam a todos e que poderiam servir de precedente para outros expurgos. Os protestos evoluíram para a decisão de demissão coletiva dos coordenadores e, logo depois, para uma greve conjunta de estudantes e professores. A resposta do novo reitor foi pesada: para intimidar os grevistas, ele recorreu à Polícia Federal, cujos agentes prenderam vários professores; quinze deles foram desligados de uma só penada (dez professores tiveram os contratos de trabalho rescindidos, outros quatro foram devolvidos aos órgãos de origem, e um instrutor teve a bolsa cancelada) (Motta, 2014, p. 41).

Entre aqueles desligados, estava o professor assistente Rodolpho Azzi (1927 – 1993), pioneiro na Análise do Comportamento no país e tradutor do livro *Ciência e Comportamento Humano* de Burrhus Frederic Skinner (1904 – 1990), conforme se pode ver na Figura 2.

Figura 2 - Lista de rescisão de contratos de professores da UnB assinada pelo reitor em exercício Laerte Ramos



Do Reitor da Universidade de Brasília
Ao Diretor Executivo da FUB

Senhor Diretor:

Encaminho a Vossa Senhoria cópias dos atos desta Reitoria relativos à rescisão de contratos, desligamentos de servidores cedidos pelo Poder Público e cancelamento de bôlsa, todos referentes a Professôres e a um Instrutor desta Universidade, conforme relação nominal abaixo:

1. Professor Associado ROBERTO POMPEU DE SOUZA BRASIL;
2. Assistente FLÁVIO ARISTIDES FREITAS TAVARES;
3. Auxiliar de Ensino ALBERTO GAMBIRÁSIO;
4. Assistente CARLOS AUGUSTO CALLOU;
5. Assistente LUIZ FERNANDO VICTOR;
6. Auxiliar de Ensino JOSÉ GERARDO GROSSI;
7. Auxiliar de Ensino JOSÉ PAULO SEPULVEDA PERTENCE;
8. Professor Associado JORGE DA SILVA PAULA GUIMARÃES;
9. Professor Associado JOSÉ REINALDO MAGALHÃES;
10. Professor Assistente RODOLPHO AZZI;

Fonte: Carvalho, 1965, p. 1

Uma das fichas no SNI a respeito de Azzi faz um histórico de situações consideradas comprovadoras de seu envolvimento de esquerda, denominando-o como "marginado":

> Em Out 65, 15 professores da Universidade de Brasília foram desligados daquela entidade, entre os quais se encontrava o marginado. Este desligamento provocou o pedido de demissão de 178 professores e assistentes daquela Universidade, registrando-se, ainda, agitação entre os estudantes que articularam greve geral de protesto. Em 28 Set de 67 II, Exército informou que o marginado é citado por jornais cubanos como sendo intelectual brasileiro que incentiva agitação no meio estudantil de São Paulo. Outros informes dão notícia que o marginado é amigo de Darci Ribeiro, liga-se a estudantes esquerdistas e procura subverter o meio estudantil. Esteve em Araraquara/SP, por ocasião da visita feita àquela cidade por Jorge Amado e o filósofo francês Jean Paul Sartre, em companhia de outros elementos de esquerda (SNI, 1970a, p. 12).

Em troca de cartas com o psicólogo norte-americano Fred Keller[36], Rodolpho Azzi revelou que "o reitor se alinhou aos militares contra professores e estudantes da universidade"

[36] Fred Keller (1899 - 1996) foi psicólogo experimental norte-americano e professor. Sobre a dimensão de sua importância no interior da psicologia, basta lembrar que o próprio Skinner afirmou que ele foi responsável por "mostrar como uma ciência do comportamento pode ser ensinada. "Ciência e Comportamento Humano" pôde ser escrito somente porque "Princípios de Psicologia" de Keller & Schoenfeld foi publicado primeiro" (Skinner como citado em Todorov, 2003, p. 16). Em sua vinda ao Brasil, Keller se instalou na USP, onde impulsionou as primeiras discussões sobre análise do comportamento. Ainda, segundo Todorov (2003), quando de sua chegada, "em Congonhas estavam esperando Sawaya, o novo diretor da FFCL, Mário Guimarães Ferri, e Carolina Martuscelli Bori, assistente da Professora Catedrática de Psicologia Anita Cabral. [...] Keller instalou-se na Cidade Universitária, no Departamento de Fisiologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [...]. Nesse espaço, ensinando em inglês, Keller começou a formar a primeira

(Wang, 2010, p. 17. Destaques no original). Com o avanço da repressão na UnB, a perseguição respingou em outros psicólogos. Carolina Bori (1924 - 2004) e Isaías Pessotti (1933 -) pediram demissão, em momento que "indignados e sem enxergar melhor alternativa, cientes de que o projeto original da UnB estava morto, os professores optaram por um protesto final: a demissão em massa. Aproximadamente 80% do corpo docente da UnB pediu demissão em outubro de 1965" (Motta, 2014, p. 41).

Carolina Bori foi personagem dos mais relevantes na história da Psicologia no Brasil, e ainda seria investigada por período prolongado quando de sua passagem na USP e pela sua presença na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Sobre as suas posições políticas, Oliveira (2013) afirmou:

> É curioso, porque, do ponto de vista epistemológico e científico, ela pode, depois, ser considerada uma pessoa bastante conservadora nas suas concepções políticas, mas, do ponto de vista das liberdades democráticas, da luta pelo direito de expressão, da expressão da universidade, da cátedra, há de se reconhecer a professora Carolina Bori como militante importante das liberdades democráticas [...] (p. 66-67).

Um dos alunos de psicologia da UnB, ligado a Carolina Bori, foi Luiz Marcellino de Oliveira (1939-2008). Com os incidentes da UnB, ele que "tinha sido o primeiro e único discente da primeira aula de Fred Keller nessa instituição [...], transferiu-se da UnB para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP, onde terminou a graduação em Psicologia e, logo em seguida, foi contratado" (Peron, Nogueira, Cândido, & Massimi, 2015, p. 92). Parte desses professores se deslocaria para a USP, onde Rachel Moreno, antiga aluna, lembrou que "fomos bem acolhidos pelos professores da Psicologia Experimental – *egressos da crise da Universidade de Brasília*, que se demitiram todos em solidariedade à demissão do professor Rodolpho Azzi, por razões políticas" (Moreno, 2013, p. 654. Destaques nossos).

Em *Nota à Imprensa*, o Ministério da Educação e Cultura soltou comunicado afirmando que realizou o "necessário mesmo (*sic*) para resolver as suas próprias crises" (p. 1). Sob o manto de um apelo público, a nota concluía com ameaça ao corpo acadêmico:

> Ministério da Educação, cientificado das decisões e recomendações do Conselho Diretor da Universidade de Brasília, dará inteiro apoio às medidas e providencias do Reitor, para que se cumpram sem maiores perturbações, e faz apelo a professores e estudantes para que não permitam agitações estéreis, colaborando com as autoridades encarregadas da *manutenção da ordem pública, que será mantida, ordem que abrange, necessariamente, à própria Universidade* (1965, p. 1-2. Destaques nossos.).

---

geração brasileira de analistas do comportamento: Carolina Martuscelli Bori, Rodolpho Azzi, Maria Amélia Matos, Margarida Windholz, Mario Guidi, dentre outros" (p. 17).

A depuração inicial mostrou quais métodos seriam utilizados para a *manutenção da ordem pública,* o que deveria acontecer a qualquer custo. Para tal, precisavam ser aperfeiçoados para que a precisão aumentasse em momento que uma reforma ampla na universidade atingisse um número maior de pessoas. Isto se revelou mais necessário com a reforma universitária, relevante neste processo de institucionalização de que estamos tratando e que descrevemos a seguir.

1.2 **A reforma universitária de 1968: *momento principal* para o impulso da expansão da psicologia no Brasil**

> A eliminação da democracia foi o *processo político cirúrgico* com que os interesses externos conseguiram implantar no Brasil o chamado *"modelo brasileiro de desenvolvimento"*, que aparece como o modelo conseqüente da dependência em relação ao capitalismo monopolista de Estado, estabelecido nas áreas do mundo ditas desenvolvidas, isto é, aquelas em que o capitalismo atingiu a referida etapa. É, pois, — e este representa um de seus traços essenciais — *um modelo de economia dependente.* Para gerar tal modelo, o capitalismo brasileiro teria de passar por dura reforma, destinada a: 1) integrá-lo profundamente, sob laços de dependência, no conjunto da economia internacional capitalista; 2) *modernizar as suas técnicas e processos, desde os de produção aos administrativos.* A integração correspondia, naturalmente, dadas as exigências do modelo, à desnacionalização da economia brasileira; a *modernização* correspondia à introdução, por ato de vontade, impondo etapas avançadas, de alterações que importavam em violentar normas tradicionais e em liquidar áreas empresariais inadaptadas
>
> *Sodré, 1987a, p.162*

O citado processo político cirúrgico foi também aquele que articulou a expansão dos cursos universitários através da reforma universitária e, em particular, foi responsável direto pelo aumento dos números de profissionais na psicologia do Brasil. Convém considerar que o que foi chamado de "boom dos cursos de Psicologia e [...] aumento do número de profissionais que chegam ao mercado" (Bock, 2012, para. 34) foi resultado da política econômica e de

reformas impostas pelos militares. Foi, portanto, uma determinação concreta fundamental e *mediação social objetiva*, que ocorreu no interior de um processo educacional mais amplo.

Fernandes (2020) caracterizou este processo como uma *reforma universitária consentida*, que serviu como ajustamento da educação superior. Para Cunha (2007), que denominou este processo de *modernização institucionalizada*, foi possível que "generais orienta[sse]m o ensino" (p.85), tendo como modelo o funcionamento universitário norte-americano. A forma adotada pelo estado brasileiro, em suas atividades inerentes à organização institucional, envolveu um processo de militarização da burocracia (Mathias, 2003). Em particular, duas áreas estratégicas estiveram no centro das preocupações, já que foram responsáveis pela reprodutibilidade ideológica dos interesses particulares dos militares apresentadas como interesse geral da sociedade, em momento em que era necessário justificar as reformas estruturais: as Comunicações e a Educação.

Analistas norte-americanos, através da articulação dos militares promovida como cooperação entre o Ministério da Educação (MEC) e a já citada *United States Agency for International Development* (USAID), que foi responsável por parte do financiamento da desestabilização do governo de João Goulart, impulsionaram os germes da reforma universitária. O referido processo ficou conhecido como Acordo MEC-USAID, e teve sua planificação iniciada anos antes, quando,

> em 1965, uma comissão de cinco especialistas americanos e dois brasileiros, constituída dentro dos moldes do Acordo MEC-USAID, elaborou um relatório aprofundado sobre política educacional. Esse relatório inspirou a Lei da Reforma Universitária de 1968, de longo alcance, produzida por uma força-tarefa de dez membros, que consolidou os aspectos tecnocráticos da educação superior (Dreifuss, 1981, p.468).

Nesse sentido, o avanço da reforma universitária de 1968 nada mais foi do que uma etapa da planificação do golpe preventivo empresarial-militar de 1964. Sobre as movimentações nos meios acadêmicos, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra (1932 - 2015), à época trabalhando no DOI-CODI do II Exército, e posteriormente condenado por tortura, relembrou o cuidado especial da avaliação realizada pela *linha dura* da repressão política sobre o âmbito universitário:

> Naquele ano, 1968, a bandeira era, entre outras, "Mais verbas para as universidades." A orientação para os estudantes era para que desafiassem os professores e diretores e se posicionassem com uma definição política. Com isso, uns professores, por desconhecerem a profundidade do movimento, se omitiram, alguns para que não se desmoralizarem, aderiram ao movimento. Outros apenas "escancararam" suas ideologias, insuflando mais a rebeldia dos jovens (Ustra, 2018, p. 184)

Para conseguir desenvolver as reformas, uma das tarefas que o golpe preventivo teve de realizar foi a identificação das reivindicações de diferentes setores sociais para impedi-las de se desenvolverem e, na visão dos militares, transformarem a ordem social em desordem generalizada. Com a velocidade da radicalização, dissidências, agrupamentos e novos partidos clandestinos brotavam para se opor à ofensiva dos militares, que procuraram isolar, dividir e fragmentar estes agrupamentos. Os setores docentes e estudantis descontentes com a reforma universitária foram obstáculos a serem neutralizados e algumas de suas frações eram passíveis de serem atraídas para o campo da radicalização em ascensão.

O isolamento das vanguardas políticas, cada vez mais afastadas da vida legal pela gradativa criminalização imposta pelos militares, serviu para separá-las das lutas de massa em ascensão. O objetivo era impedir que o Brasil atingisse o ponto de agudização em que as oposições políticas enveredassem para o caminho de uma guerra civil e abarcassem setores mais amplos da sociedade. Por isso, entre os crimes previstos na Lei de Segurança Nacional, encontrava-se o estímulo à "subversão da ordem político-social" (Brasil, 1969d, para. 136), assim como a "luta pela violência entre as classes sociais" (Brasil, 1969d, para. 139). O limite ideológico permitido dentro das instituições brasileiras foi, exatamente, aquele que não explicitasse a luta de classes como motor da sociedade em momento de polarização social.

O golpe se aprofundou e estruturou órgãos de centralização de informações para a melhor eficiência na neutralização do que considerou ser seu *inimigo interno*, inclusive dentro das universidades. Houve, com isso, uma atuação conjunta, articulando a força da repressão aberta com a política educacional de reformas. Como expressão dessa combinação dentro da institucionalidade universitária, o período após o AI-5 significou a interiorização de novas *determinações gerais* na particularidade do processo educacional. Neste sentido, Saviani (2013) afirmou que "o ano de 1969 é o marco de abertura dessa *nova etapa*, uma vez que, em virtude do Decreto n. 464, de 11 de fevereiro desse ano, entra em vigor a reforma universitária instituída pela Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968" (p. 365. Destaques nossos.).

A nova etapa na educação brasileira foi garantida com a sustentação da repressão. Mas sua planificação foi amparada na atividade de alguns intelectuais, que deram o suporte e seu prestígio para justificá-la. O parecer do Grupo de Trabalho (GT) que elaborou seu projeto teve uma figura de destaque que personificou parte desse processo. Raimundo Valnir Cavalcante Chagas[37] (1921-2006), que foi um dos pareceristas do currículo mínimo de psicologia em 1962,

[37] Sobre os trabalhos de Valnir Chagas, foi lembrado que: "Entre 1962 e 1976 foi membro do CFE, período em que elaborou praticamente todos os pareceres importantes relativos às reformas do ensino, ao curso de pedagogia, assim como às licenciaturas e formação de professores, de modo geral. Talvez o único assunto

foi também relator do projeto que se transformaria na Lei 5.540/68. Entretanto, a reforma universitária também encontrou críticos na intelectualidade. Não foi, pois, projeto que contou com unanimidade e apoio incondicional. Em 1968, um de seus críticos afirmou:

> O GT recebia seu mandato de um governo destituído de legitimidade política porque não encarna a vontade da nação, mas dos círculos conservadores que tomaram o poder, através de um golpe de Estado militar.
> Por mais respeitáveis ou bem-intencionados que sejam seus componentes, eles se converteram, individual e coletivamente, em delegados dos detentores do poder e em arautos de uma *reforma universitária consentida* (Fernandes, 2020, 300-301. Destaques nossos.).

No parecer elaborado por Raimundo Valnir Chagas, expressões que davam caráter positivo aos acontecimentos políticos foram utilizadas, tais como "reconstrução em marcha" e "terapêutica de choque de 1964" (Saviani, 2013). Parte da intelectualidade desempenhou, então, a função de justificar a reforma dos militares. Por isso,

> Valnir Chagas cumpriu sob medida o papel de ideólogo educacional do regime militar. Pelas tarefas que desempenhou; por ser o membro do CFE [Conselho Federal de Educação] encarregado de traduzir, em termos normativos, as expectativas e os desígnios dos governantes; por ser o homem de confiança do ministro da Educação, coronel Jarbas Passarinho; pelo afinco com que fundamentou e justificou as medidas relativas à política educacional implementada pelo regime militar, Valnir exerceu em plenitude a função intelectual de expressar em termos universais, numa linguagem asséptica, objetiva e neutra, a visão, para fins pedagógicos, do grupo que ascendeu ao poder com o golpe militar de 1964 (Saviani, 2013, p. 379).

Atendendo às pressões e exigências norte-americanas através do Acordo MEC-USAID, a reforma universitária foi instituída em novembro de 1968 pela Lei nº 5.540, e foi seguida pela promulgação do AI-5 no mês seguinte. Menos de dois meses após o AI-5, já em 1969, entrou em vigor o Decreto-Lei nº 464 de 11 de fevereiro de 1969, que estabeleceu as normas complementares da reforma, com referência expressa e direta ao AI-5. O decreto foi assinado pelo presidente General Artur da Costa e Silva (1899 - 1969), pelo Ministro da Educação Tarso Dutra (1914 - 1983), e pelo Ministro do Planejamento Hélio Beltrão (1916 - 1997). Os signatários da reforma universitária foram todos signatários do AI-5. Não é demais lembrar que o AI-5, com o "interesse de preservar a Revolução [de 1964]" (Brasil, 1968, para. 16), suspendeu direitos políticos que implicou na "cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função; suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais; proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política" (Brasil, 1968, para. 19-21).

---

que não lhe coube relatar foi o que se refere à pós-graduação, que ficou a cargo de Newton Sucupira. Em 1965 fez especialização nos Estados Unidos e em 1969, na Inglaterra" (Saviani, 2013, p. 375).

As empresas privadas da educação foram as beneficiárias da reforma universitária dos militares, indicando construindo o caminho da financeirização da educação. Como consequência, as condições de funcionamento da universidade estavam, necessariamente, atreladas as exigências do mercado. É a isto que o Decreto-Lei se refere quando explicita os critérios de reconhecimento das universidades:

> Art 2º *Será negada autorização* para funcionamento de universidade instituída diretamente ou estabelecimento isolado de ensino superior *quando, satisfeitos embora os mínimos requisitos prefixados a sua criação não corresponda às exigências do mercado de trabalho*, em confronto com as necessidades do desenvolvimento nacional ou regional (Brasil, 1969b, para. 3. Destaques nossos).

O *sentido histórico* que trilhou a *reforma universitária consentida* foi a de direcionar, com distintos *indivíduos sociais,* a *modernização institucionalizada* da universidade brasileira. Esse processo abriu a nova etapa de institucionalização da psicologia no país, já que o impulso dos militares alavancou o desenvolvimento da profissão a um novo patamar. Não por acaso,

> [...] a grande expansão dos cursos de Psicologia se deu após a "Reforma Universitária" do regime militar, feita então de acordo com as diretrizes e conveniências do regime instaurado em 1964. Como se sabe, a expansão do ensino superior se deu basicamente devido ao crescimento desproporcional das instituições de ensino privadas.
> Quanto à Psicologia, o quadro é o mesmo: temos cerca de 75 cursos de Psicologia no Brasil; 24 deles em São Paulo, contra apenas três da primeira metade dos anos [19]60. Das 24 faculdades que oferecem cursos de Psicologia, 20 são particulares e apenas quatro públicas (Yamamoto, 1987, p. 56)

Com a ampliação do número de instituições privadas de ensino, a qualidade da formação dos profissionais psicólogos foi impactada, já que "a formação em psicologia passou a ser muito procurada, o que fez da abertura de tais cursos um atraente investimento comercial com a resultante proliferação excessiva desses cursos em instituições ineptas, cuja criação foi fomentada pela ditadura militar" (Pessotti, 1988, p. 30).

Um retrato quantitativo com dados da psicologia durante os anos de ditadura e do início da redemocratização, que nos foi fornecido pelo próprio Conselho Federal de Psicologia, nos ajuda a visualizar o impacto da reforma universitária no número de profissionais de psicologia disponíveis no mercado de trabalho:

Figura 3 - As décadas da institucionalização da psicologia no Brasil a partir dos dados fornecidos pelo CFP



Fonte: Conselho Federal de Psicologia, comunicação pessoal, 20 de novembro, 2019[38].

O gráfico mostra a ascensão da psicologia na sociedade brasileira em plena ditadura empresarial-militar. Note-se que existem inscrições realizadas em décadas anteriores à criação e organização da própria entidade. Isto porque o CFP reconheceu profissionais que exerciam a profissão antes da própria regulamentação. Ao total, foram 49 profissionais da psicologia reconhecidos até 1964. Em 1974, com a criação do CFP no ano anterior, 460 foram reconhecidos como psicólogos só naquele ano. A partir de 1975, com o processo de expansão da nova etapa de institucionalização da psicologia no país, o largo impulso da psicologia sempre atingiu o número de milhares de profissionais da área formados a cada ano.

O Conselho Federal de Psicologia (1977) apresentou a relação de instituições com cursos de psicologia autorizados e reconhecidos até 1977. Em levantamento realizado pelo CFP, eram 46 estabelecimentos. Aquelas que possuíam decretos de reconhecimentos de cursos, mas sem alusão à formação de psicólogos eram somente 7. E aquelas autorizadas até 1974, mas sem o decreto de reconhecimentos, eram 18. Ou seja, foram pelo menos 71 as instituições de formação de psicólogos em 1977.

Dito isso, o objetivo atingido foi de

> [...] neutralizar a universidade brasileira, canalizando as alterações em processo de modo a torná-la o equivalente funcional e histórico da antiga escola superior: uma universidade apenas no nome, sem consciência de si mesma e de suas quatro missões

[38] Série histórica a nós fornecida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), a partir das inscrições efetivadas e reconhecidas no órgão. Tem o ano de 1894 como marco inicial de institucionalização da psicologia já que a reforma curricular de Benjamin Constant (1836 - 1891) introduziu o ensino de Psicologia através das matérias de Filosofia e de Pedagogia, assim como o reconhecimento daqueles que realizavam práticas da psicologia antes de sua regulamentação).

> fundamentais, dirigida e controlada a partir de fora. Em suma, uma força educacional e cultural pulverizada, inoperante e espontaneamente submissa aos interesses conservadores das *elites* no poder (Fernandes, 2020, p. 328. Destaques no original.)

Estes qualitativos com os quais Fernandes (2020) caracterizou a universidade na década de 1960 mantiveram-se até a década de 1980, como avaliado por Giannotti (1987). Estudioso da reforma do Ensino Superior no Brasil, Minto (2006) afirmou que:

> A repressão às universidades, sobretudo aos docentes e ao movimento estudantil, constituiu-se num meio importante para o regime induzir a privatização via políticas educacionais. O regime utilizou, assim, uma espécie de atuação conjunta (repressão e políticas educacionais) para implantar o processo de modernização-privatização das universidades (p. 114).

A reforma universitária, portanto, permitiu o aperfeiçoamento da repressão contra seus opositores, agindo de forma cirúrgica contra aquelas frações que se opuseram a tal política. Como consequência, a radicalização à esquerda iniciada por antigos revolucionários[39] encontrou terreno fecundo nos descontentamentos estudantis, com grupos cada vez mais numeroso nas universidades. Foi necessária uma segunda onda de depuração e expurgos, acrescidas da eliminação física dos opositores, que atingiu uma quantidade maior de pessoas. Nesta nova etapa de institucionalização da psicologia, uma fração da categoria também encontrou terreno fecundo e foi atraído para atividades de colaboração com os militares, contribuindo ativamente para a "limpeza" da profissão. Isso vai se refletir dentro das universidades, como apontaremos a seguir.

1.3 **A nova etapa de institucionalização da psicologia brasileira: a articulação com os órgãos de informação para as depurações institucionais**

Se os expurgos e depurações iniciais foram a maneira pelo qual o terrorismo de Estado expressou a sua atuação, ainda que embrionária, o aperfeiçoamento da repressão foi necessário para evitar acontecimentos - como aquele da UnB - em maior escala durante o impulsionamento da reforma universitária. Esse aperfeiçoamento ocorreu pelo alargamento dos dispositivos de

[39] Ao contrário da reacionária tese de que o surto de radicalização de 1968 se explica pelo ímpeto geracional da juventude e que, como consequência, ele se esvaiu tão logo os jovens amadureceram, e foi propalada por renegados da pequena burguesia do maio de 1968 francês, e que circulou de forma abundante no Brasil pela imprensa e pela historiografia sobre a época; no Brasil, a radicalização armada foi iniciada por setores experimentados de militantes que estiveram em eventos como o Levante de 1935, o encarceramento nas masmorras do Estado Novo, nas Brigadas Internacionais durante a Guerra Civil Espanhola e na II Guerra Mundial, nas lutas armadas das décadas de 1940 e 1950, como as primeiras Ligas Camponesas no interior de São Paulo dissolvidas por Getúlio Vargas, as lutas armadas camponesas em Porecatú e a Revolta de Trombas e Formoso, isto para ficarmos apenas em alguns. A juventude foi *apenas* um dos setores que aderiu à resistência iniciada pelos *revolucionários profissionais*.

informação que estiveram conectados com parte da nova etapa de institucionalização da psicologia.

Segundo uma das diretivas do SNI em relação à estruturação organizativa da profissão de psicólogo, foi preciso "estar atenta sobre a tentativa das esquerdas em dominarem as Sociedades de Psicologia a o Conselho Nacional de Psicologia" (SNI, 1972b, p. 57). A extensão do que começou em 1964 foi plasmada no interior da psicologia, em sua nova etapa de institucionalização. A lógica de limpar preventivamente possíveis desvios considerados esquerdistas, para impedir a ascensão de determinados grupos de profissionais, foi utilizada.

Após a regulamentação da profissão, dentro do processo da reforma universitária, apoiada com a instrumentalidade do AI-5, e durante os preparativos para estruturação do edifício da profissão, houve disputa ideológica para instrumentalizar a psicologia, tentando atrair frações de seus profissionais para o apoio de posições aliadas ao governo militar, quando possível, ou a neutralidade, quando não.

A nova etapa de institucionalização da psicologia nas décadas de 1960 e 1970 esteve articulada, com multiplicidade de mediações sociais concretas, aos aparelhos de produção de informações da ditadura, que promoveram: vigilância no interior das Universidades e nas Sociedades e Associações de Psicologia; cursos de formação de Agente de Informações na Escola Nacional de Informações (EsNI) do SNI; neutralização de discussões de opositores em instituições; impedimento de nomes para a conformação do primeiro Plenário do Conselho Federal de Psicologia e, ainda, colaboração com os censores. Para isso, com a inserção de colaboradores do regime em *postos avançados* da profissão, se criou um conjunto documental de possíveis opositores que foram neutralizados em suas atividades institucionais. Com isso, foram criadas as possibilidades para a identificação de psicólogos e estudantes para os aparelhos de informação e repressão.

Na doutrina militar, a ocupação de postos próximos à posição do inimigo, com distintas finalidades táticas e estratégicas, recebe dominações diversas: Postos Avançados Gerais, Postos Avançados de Combate etc. Aqui defendemos que os militares foram parte essencial do processo de depuração da psicologia em sua etapa de institucionalização pós-golpe preventivo, tendo agido dessa forma porque contaram com a colaboração de profissionais da área, alguns deles militares - já que muitos destes obtiveram registro de psicólogo. Esta foi uma das características da própria história de institucionalização da profissão no país desse período[40].

[40] O caso de Sergio Vilela Monteiro (09/11/1923 - 04/05/2008) é exemplar e significativo. Foi um policial militar e psicólogo: "Dos vinte aos vinte e cinco anos fez o curso de Formação de Oficiais na Academia de Polícia Militar do Barro Branco e, bem mais tarde, com 43 anos, o de Aperfeiçoamento de Oficiais (Estado

Sodré (1987b), militar cassado pelo AI-1 e conhecedor da forma de atuação de agentes de informações que agiram de forma oculta, afirmou: "o SNI passou a controlar tudo, no Brasil. Desse controle, naturalmente, não tardaram a surgir incidentes, alguns cômicos, outros grotescos, todos tristes, como indício do Estado policial estruturado pela ditadura" (p. 138). Algumas situações, envolvendo a nova etapa de institucionalização da psicologia, com professores e estudantes sendo denunciados e perseguidos fizeram parte desses incidentes. Não é de se estranhar que "houve também perseguição a professores sem vínculos com a esquerda, como [...] é emblemático por revelar a vigência de *motivações não ideológicas na base de alguns expurgos*" (Motta, 2014, p. 54. Destaques nossos).

A utilização de agentes de informações no interior de salas de aula foi prática comum. Variadas fontes de distintas regiões confirmam a utilização de delatores em salas de aula da psicologia. Aqui, alguns exemplos ilustrativos, mas não exaustivos. Na psicologia da UFRJ

> tinha um cara da Marinha. Ele e a noivinha. Ele era o cara que se sabia que era o olheiro e que ficava monitorando. Talvez ele não fosse o único. Podia haver outros mais discretos. Mas esse era mais conhecido (Arruda, A., comunicação pessoal, 8 de novembro, 2019).

Sobre delatores na psicologia da USP de Ribeirão Preto, foi dito que "em sala de aula, tinha na época de estudante" (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). Requisições do SNI pedindo informações de professores e estudantes de psicologia para reitores também foram comuns. A utilização de agentes em *postos avançados* nas posições inimigas como forma de adquirir informações foi uma das táticas militares utilizadas, combinando a retirada de informações do inimigo com a repressão aberta. Se parte da presença de militares nas universidades ocorreu com a articulação de informantes que se passaram por alunos, outras

---

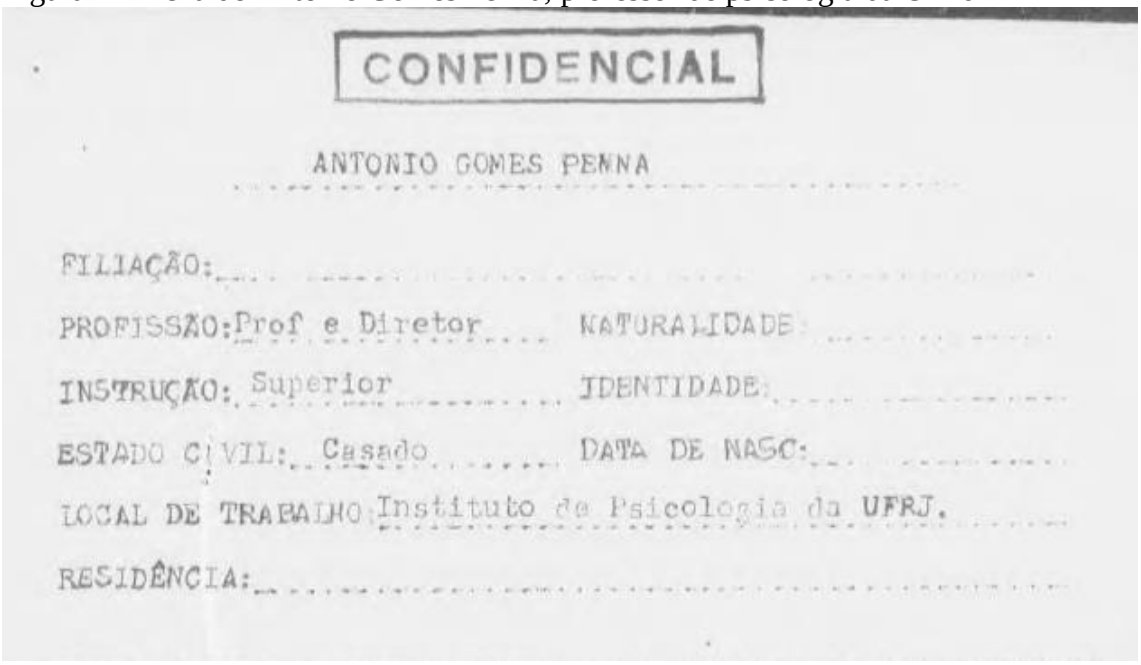
Maior) e o de Doutrina e Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra (1963 a 1967). Entrementes, frequentava cursos e realizava estágios, de pequena duração, para o enriquecimento suplementar de sua carreira, como o de Aspirante Oficial do Corpo de Bombeiros (1946), do Regimento da Cavalaria (1947) assim como o curso de Moto-mecanização para transporte, de utilidade na Polícia Militar. Quanto aos cargos que exerceu nesta área, selecionamos os de docente de Estatística no Curso de Aperfeiçoamento de oficiais da Academia da Polícia Militar, nos anos 1960-1963 e de Psicologia Aplicada no de Formação de Oficiais da citada Academia, durante quatro anos. Nesse período, dedicava-se à direção e à função de editor da revista *Militia*, onde tinha oportunidade de escrever artigos sobre Psicologia junto às atividades da Polícia Militar, sobretudo na seleção e orientação de candidatos e na profissiografia da citada organização" (Boletim Academia Paulista de Psicologia, 2009, p. 214). Significativo que tenha recebido, de ambos os lados, homenagens: "Lembramos que era um dos primeiros no registro do Conselho Regional de Psicologia. Foi Presidente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, membro ativo da Associação de Psicologia de São Paulo (antiga Sociedade de Psicologia de São Paulo) e suplente do Conselho Regional de Psicologia, entre outras atividades no gênero. Dada sua intensa participação nas duas profissões que exerceu e abrindo portas a diversos campos, o Prof. Sergio recebeu homenagens nas duas carreiras: de um lado, a Medalha do Valor Militar e do Cavaleiro da Ordem do Cedro e, do outro, o diploma de Honra ao Mérito do CRP/06 e a Medalha Centenário da Psicologia" (Boletim Academia Paulista de Psicologia, 2009, p.215).

foram dadas por docentes. Registra-se que, deflagrada a reforma universitária, a produção de provas contra professores e estudantes contrários aumentou exponencialmente.

Neste cenário de perseguições e agitações, as polarizações com professores de psicologia e estudantes, a favor ou contrários à política militar na educação, foram impulsionadas, e as crises nas universidades se alastraram como rastilho de pólvora. Lembramos que 1968 foi ano de explosões de movimentos de massas, com o assassinato do estudante secundarista Edson Luís (1950 – 1968) no Rio de Janeiro.

Segundo o SNI, Carolina Bori, caracterizada na peça processual como "marginada", assinou manifesto público "protestando contra o que chamou de assassinato do estudante" (SNI, 1970c, p. 2). Exemplo concreto de perseguição contra professores é encontrado também na UFRJ, com relação a Antonio Gomes Penna (1917 – 2010). Na figura 4, parte de sua ficha com informações de variados órgãos da *Comunidade de Informações*[41].

Figura 4 - Ficha de Antonio Gomes Penna, professor de psicologia da UFRJ


CONFIDENCIAL

ANTONIO GOMES PENNA

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO: Prof e Diretor NATURALIDADE:

INSTRUÇÃO: Superior IDENTIDADE:

ESTADO CIVIL: Casado DATA DE NASC:

LOCAL DE TRABALHO: Instituto de Psicologia da UFRJ.

RESIDÊNCIA:

Ministério do Exército, 1982, p. 5).

[41] A Comunidade de Informações foi "a colaboração mútua no universo de informações, ou seja, [...] uma grande troca de papéis entre os diversos órgãos de segurança e informação. O quadro de funcionários envolvidos no campo de informações em 1964 era mínimo. O próprio Golbery [do Couto e Silva (1911 – 1987)] destaca que a "meia dúzia de gatos pingados", tornou-se, em 1970, a denominada *Comunidade de Informações*. A comunidade contava com os serviços secretos das três Forças – Exército (CIE), Marinha (CENIMAR), Aeronáutica (CISA) –, o SNI, uma parte da Polícia Federal, a Comissão Geral de Investigações (CGI), as Divisões de Segurança que estavam presentes em todos os Ministérios – DSI, ASI, as delegacias estaduais de Ordem Política e Social (DOPS), as segundas seções das unidades militares e, finalmente, com os serviços de informações das polícias militares. Essa integração foi devida à necessidade de aperfeiçoamento do sistema de segurança vigente no momento, sob o amparo da definição de "guerra revolucionária" presente no AI-5" (Andrade, 2014, p. 65-66).

Sobre Antonio Gomes Penna, sua ficha do SNI afirmou que em 1968 "por ocasião de uma crise estudantil, onde foi fechado o Instituto de Psicologia, o mesmo foi escolhido pelos estudantes do Instituto, para seu diretor, em lista tríplice encaminhada a Reitoria" (Ministério do Exército, 1982, p. 5). Ainda, detalhava que:

> - Consta ser Professor do Instituto de Psicologia da UFRJ e do CEP (Centro de Estudos do Pessoal).
> - Discursou na reitoria fazendo críticas veemente (*sic*) contra as FFAA [Forças Armadas] e o AI-5, na formatura da turma de Bacharéis do Instituto de Psicologia.
> - Sua esposa, é também professora do CEP e tem tendencias (*sic*) esquerdistas;
> - O Diretor do Instituto, Professor QUEIROZ é da linha da Revolução e tem sido prejudicado na sua administração pelo Prof. PENNA, que por intermédio de movimentos subversivos com os alunos do 1º e 2º ano, tentou depor o diretor (Ministério do Exército, 1982, p. 5).

O referido professor Queiroz, tido pelos órgãos de informação como prejudicado por movimentos subversivos, é Carlos Sanchez de Queiroz[42], que foi membro da Junta Consultiva da Escola Superior de Guerra (Queiroz, 1983). Sobre Penna, mais informações foram coletadas em 1969, quando:

> O Comandante do Centro de Estudos do Pessoal, tomou todas providencias referentes a dispensa do Professor ANTONIO GOMES PENNA e sua esposa MARION, onde o mesmo ensinava desde antes da criação do CEP, sendo muito prestigiado pelos seus diretores, os quais ignoravam qualquer atividade de caráter subversivo (Ministério do Exército, 1982, p. 5).

A acusação imputada foi de que Penna "participa de todas as manobras de subversão estudantis, sendo constantemente visto em meio dos estudantes esquerdistas e comunistas" (Ministério do Exército, 1982, p. 5). Sobre sua presença em manifestações, os órgãos de informação afirmaram que "foi dispensado do Corpo Docente do Centro de Estudo do Pessoal do Exército em janeiro de 1969, por ter participado de um movimento de protesto de professores, ocorrido em frente ao edifício do MEC, no dia 26 JUN 68 (Ministério do Exército, 1982, p. 7). Ainda, segundo as informações, desta vez do Cenimar, foi:

> - Grande responsável pela doutrinação marxista nas Faculdades de Psicologia da UFRJ e da UEG [Universidade do Estado da Guanabara, que se tornaria a UERJ].
> - Foi sugerida sua aposentadoria dos cargos federais que ocupa.
> - Esquerdista e colaborador de facção subversiva (Ministério do Exército, 1982, p. 8).

[42] "Logo após a criação do curso, o professor Carlos Sanchez de Queiroz assume a direção do Instituto de Psicologia e, sob seu comando, a sede do Instituto é transferida do centro da cidade para o campus da Praia Vermelha. Neste campus, o Instituto de Psicologia foi instalado, a muito custo, num galpão [...]. Em 8 de fevereiro de 1968, como parte do processo de desmembramento e extinção da Faculdade Nacional de Filosofia, ocorre a definitiva transferência do curso de Psicologia para o Instituto de Psicologia, extinguindo-se a estranha situação de um curso que legalmente atrelava-se à Faculdade Nacional de Filosofia, mas tinha toda a sua dinâmica e atividades acadêmicas desenvolvidas num órgão anexo, o antigo Instituto de Psicologia" (Mancebo, 2004, p. 10).

Ainda durante o processo de reforma universitária, as polarizações em distintas universidades se expandiram, provocando o alargamento das alianças entre setores estudantis e docentes da psicologia contrários aos militares. Em folheto estudantil da psicologia da USP, redigido em 1968, esta polarização é explicitada:

> Nós temos lutado continuamente contra o vestibular de seleção, a favor de um verdadeiro vestibular de habilitação. Mas também lutamos contra currículos rígidos e superados, falta de verba para laboratórios e pesquisa, corpo docente deficiente, professores ultrapassados que em muitos casos lecionam em tempo parcial apenas para possuírem títulos universitários, hierarquia universitária arcaica e autocrática.
> No decorrer de nossa luta aprendemos que todas estas inadequações só podem ser compreendidas dentro de uma perspectiva global de natureza social e política. Não se trata de simples deficiências técnicas, mas todos esses sintomas compõem um dos aspectos de uma sociedade capitalista subdesenvolvida. A atual estrutura universitária, entretanto, é anacrônica em relação ao próprio estágio em que se encontra o desenvolvimento capitalista no Brasil de hoje.
> *Até o governo já percebeu que este tipo de Universidade precisa ser mudado, porém a mudança que ele propõe diverge profundamente das nossas aspirações*. O governo quer "racionalizar" a universidade no espírito das reformas "Mec-Usaid", "relatório Meira Matos", e agora o "relatório do Grupo de Trabalho do MEC" que elaborou vários projetos de lei atualmente em trâmites pelo Congresso Nacional. Essa reforma tem por base um pensamento claro e inequívoco: a ideologia empresarialista (*sic*) [...]. Assim, a ideologia empresarialista (*sic*) atribui uma função puramente passiva à Universidade dentro da sociedade. Ela deve seguir às exigências do sistema e não criticá-lo. O ensino deve ser prático e não crítico. E isso seria conseguido por meio de diversas medidas, entre outras, o ensino pago [...] e a vinculação direta da Universidade à iniciativa privada por meio das fundações e dos conselhos de curadores [...]. E ao longo de nossa atuação procuramos sempre aprofundar nossa visão crítica da sociedade, referindo nossos problemas específicos às contradições fundamentais da sociedade capitalista brasileira, na qual *o choque estudantes-governo está inserido num antagonismo muito mais profundo entre classes sociais; a contradição entre os trabalhadores da cidade e do campo e seus exploradores* (SNI, 1968, p. 12. Destaques nossos).

E o documento seguia reconhecendo a situação de polarização ideológica, com a ação de militares e seus braços paramilitares operando abertamente na USP, assim como a necessidade de organização para além do imediatismo das lutas reivindicativas estudantis:

> Quando o governo nos reprime, matando e prendendo nossos colegas, por meio da polícia ou de seus títeres do C.C.C. [Comando de Caça aos Comunistas], dissolvendo nossos congressos, cortando as verbas das Universidades, ele não consegue e nunca conseguirá desfazer o movimento estudantil, mas nos obrigará a nos organizarmos de forma mais estruturada, ultrapassando o nível de espontaneísmo característico dessa fase (SNI, 1968, p. 13)

O documento se refere também à particularidade da luta dos psicólogos e estudantes de psicologia, articulados em bloco conjunto. Considera que este bloco tinha a possibilidade de se contrapor não apenas à reforma universitária, mas dar direção social concreta para transformações de caráter mais amplo, levando em consideração as diferenças entre classes sociais em distintos projetos em disputa na psicologia. Assim:

> É através dessa atuação objetiva que *pretendemos levar avante nossa luta contra a reforma universitária*, ao Governo contrapondo a ela nossa luta por uma Universidade Crítica, uma Universidade onde o ensino da ciência e da técnica seja orientada e avaliada por seu valor social já que a ciência e a técnica devem servir à sociedade como um todo e não a interesses econômicos particulares [...]. *Uma Universidade onde o psicólogo não sirva apenas para tratar dos desajustes de crianças e adolescentes de família burguesa, desajustes estes na maior parte causados pela própria origem de classe de tais pacientes* (a classe dominante racionaliza a sua dominação e constrói todo um arcabouço de conceitos falsos, como liberdade e democracia onde estes não existem, e a mesma coisa acontece nas relações familiares e na cultura burguesa de modo geral), *mas onde o psicólogo possa desenvolver pesquisas e procedimentos objetivos que levem a uma maior dinamização do processo de transformação da sociedade* (SNI, 1968, p. 13. Destaques nossos).

O panfleto traz ainda sessão intitulada *Movimento dos Alunos da Psicologia*, em que as polarizações são personificadas quando relembram sobre "a recontratação da Profa. que regia a ex-cadeira de Psicologia Social e Experimental, *figura de destaque na REAÇÃO* a qualquer tentativa de mudança do curso, [e] foi o estopim para a radicalização do nosso movimento" (SNI, 1968, p. 14. Destaques nossos). Esta figura reacionária de destaque, a qual o panfleto se refere, foi Annita de Castilho e Marcondes Cabral (1911 – 1991)[43].

Após ser formada uma Comissão Paritária entre professores e estudantes, foi discutido o projeto de reestruturação do curso, aprovado em Assembleia. A avaliação à época, feita pelos alunos rebelados, analisava que:

> Como o setor de Clínica foi um dos que mais descontentamento gerou entre os alunos, dada a orientação científica daquela área se restringir apenas à Psicanálise, não admitindo o ensino de outras técnicas terapêuticas, e, como seus professores se opunham a quaisquer tipos de mudança e à integração da Clínica com os outros setores, fomos impelidos a novamente assumir uma posição de força, ocupando o prédio onde funciona a Clínica. Esta ocupação foi considerada sob todos os aspectos, tanto políticos como éticos, e chegamos à conclusão de que se tratava de uma exigência política indispensável [...] (SNI, 1968, p. 15).

A ocupação de setores da universidade se deu por estudantes de psicologia, apoiados por alguns professores. Entre as discussões de reformas da psicologia da USP, com diferentes forças políticas matizadas em posições no processo de institucionalização da profissão, as forças em choque se antagonizavam:

> Em meados de setembro o movimento estudantil já tinha reduzido seu impacto inicial, as forças reacionárias já tinham recuperado a sua tranquilidade, o movimento de reestruturação do curso de Psicologia estava paralisado (*sic*).
> Nesta época, após 3 meses de aulas perdidas, resolvemos voltar do campo de batalha às trincheiras: tornara-se necessário consolidar as posições já conquistadas. Para isto era necessário fazer funcionar o Departamento de Psicologia Social e Experimental, abdicando, embora temporariamente, de nossa reivindicação básica, o departamento

[43] "Presidiu a cátedra de Psicologia, ministrou diversas disciplinas, mas não se especializou em nenhuma. Manteve na direção do curso até 1968, quando os professores assistentes da cadeira solicitaram o seu afastamento. Convidada por Arrigo Angelini, permaneceu ainda um ano na Faculdade de Psicologia, mas como professora assistente do departamento de Psicologia Educacional" (Ghiringhello, 2001, p. 107-108).

> único paritário. Só voltamos às aulas nas matérias dos professores que apoiavam o nosso projeto de reestruturação; perdemos o ano em cerca 40% das matérias do curso. Mas este fato nós o consideramos uma grande vitória. À incapacidade de alguns dos nossos professores de acompanharem a marcha da própria história, respondemos com um categórico NÃO. Não admitimos mais cursos medíocres, não admitimos mais o predomínio de interesses pessoais sobre interesses coletivos, não seremos mais uma massa amorfa e passiva, seremos os sujeitos ativos da transformação da Universidade (SNI, 1968, p. 15).

Em item denominado *Perspectivas Atuais*, sobre as tendências existentes no interior da reforma universitária da USP, o folheto estudantil assim se manifestou:

> O futuro do curso de Psicologia está atualmente sendo decidido pelo Conselho Universitário, como um dos itens da reforma da USP:
> Há basicamente duas tendências em jogo:
> a) Posição defendida pelo prof. Arrigo Angelini, Catedrático da Cadeira de Psicologia Educacional [...]. O prof. Arrigo é o principal responsável pelo fracasso da reestruturação proposta por nossa Comissão Paritária já que, na qualidade de catedrático, determinou o afastamento dos professores da Educacional da mesma.
> Além de ser cientificamente absurdo, o enquadramento da Psicologia num Instituto de Educação, tem características de manobra política por meio da qual se pretende fortalecer o esquema dos profs.: Laerte Ramos Carvalho - destruidor da Universidade de Brasília - e Roque Spencer Maciel de Barros - ideólogo do Jornal da Tarde (SNI, 1968, p. 16).

Laerte Ramos Carvalho, citado como uma das forças de apoio de Angelini, foi o reitor da UnB responsável pela depuração inicial da psicologia em 1965. Roque Spencer Maciel de Barros foi docente na USP e um dos responsáveis por criar a Faculdade de Educação, tendo sido nomeado por Costa e Silva. Em sua biografia, é descrito como "um autor que defende a teoria liberal [...], mas alia-se ao governo militar na Reforma Universitária e na reestruturação da USP, bem como presta[ria] apoio à ditadura de Pinochet" (Orso, 2014, para. 1).

Por outro lado, a *contra-tendência*, oposta àqueles aliados às forças da ordem, era

> b) Posição defendida pelo Departamento de Psicologia Social e Experimental e pelos alunos:
> Constituição de um departamento único dentro do futuro Instituto de Biociências. Esta é a solução cientificamente mais adequada, pois aí a Psicologia teria a possibilidade de desenvolver amplamente os seus laboratórios para pesquisa básica sem perder a possibilidade de pesquisar em áreas especificas como Psico. Social (*sic*), aplicada ao trabalho, ou Psicopatologia. Com isto não se está pretendendo reduzir a Psicologia à pesquisa de laboratório, mas se afirmar uma disposição amplamente reconhecida por qualquer cientista: a necessidade de dominar muito bem a ciência básica antes de se aprender a manejar as técnicas dela decorrentes (SNI, 1968, p. 16).

Este foi o clima de agitação no curso de psicologia da USP durante a reforma universitária. O folheto foi anexado em conjunto documental enviado para o SNI por denunciante com o assunto *Curso de Psicologia da USP*. Não obstante, este delator dentro da psicologia conhecia tão bem os indiciados e conviveu tão perto deles que o seguinte comentário constou na denúncia: "o denunciante anexa um manifesto distribuído aos vestibulandos de

Psicologia da USP de 1968, afirmando que *pelo tipo da máquina, o mesmo lembra os escritos de "RODOLFO AZZI", "CAROLINA BORI" ou "MADRE CRISTINA MARIA*"' (SNI, 1970c, p. 2. Destaques nossos).

Também as polarizações estiveram presentes na UFMG, onde Pedro Parafita de Bessa (1923 - 2002), um dos elaboradores do currículo mínimo de psicologia de 1962, foi aposentado compulsoriamente em 1969. Sobre seu expurgo, Motta (2014) afirmou:

> No caso do professor Pedro Parafita de Bessa havia um agravante: ele opôs obstáculos à ação da Polícia Militar em manobra para prender estudantes no interior de sua faculdade. Por causa disso, foi aberto inquérito policial contra ele, que nos interrogatórios *sustentou a opinião de que não lhe cabia punir estudantes, assunto pedagógico, não de segurança nacional*. Os investigadores concluíram que, "por suas atitudes e omissões", ele era corresponsável pelo clima de agitação estudantil, com possibilidade de enquadramento no Código Penal. Na ficha de Bessa na Cismec [Comissão de Investigação Sumária do Ministério da Educação e Cultura] constava o seguinte: "Como diretor da faculdade, deixou que a mesma se transformasse no maior foco de irradiação da subversão em Belo Horizonte. […] ressalta, clara, a conclusão de que, ao menos por omissão, permitiu, sistematicamente, a prática de ações de caráter subversivo, inclusive com pretexto fora dos problemas universitários, como nas relativas à agitação estudantil em apoio à greve dos operários metalúrgicos" (Motta, 2014, p. 182. Destaques nossos).

Durante a *ditadura militar-empresarial*, os assuntos educacionais eram, pois, questões de Segurança Nacional e foram resolvidos pela repressão. Novamente, as discussões das crises acadêmicas circularam pela imprensa e foram anexadas nos relatórios dos órgãos de informação. O jornal O Globo, afirmou: "Universidade de Minas passa por grave crise, diz Reitor" (ACE, 1970, p. 97). A Ficha individual de Pedro Parafita de Bessa trazia informações detalhadas do professor que foi "Diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, cargo para o qual foi nomeado em princípio de 1968. É professor catedrático de Psicologia" (ACE, 1970, p. 5)[44]. Seguia detalhando o que considerou as omissões e negligências praticadas pelo professor:

> - Em virtude de sua constante omissão, a Faculdade que dirige transformou-se em verdadeiro "posto de comando" da agitação estudantil em BH [Belo Horizonte].
> - Sua atitude de omissão ficou bem caracterizada no IPM [Inquérito Policial Militar] de que foi encarregado o Ten. Cel. Euzemar Cavaliére, em cujo relatório, transcrito no HISTÓRICO DAS ATIVIDADES, são apontados fatos e atos seus, muitos dos quais configurando delitos, cabendo ressaltar os seguintes:
> - não tomou nem propôs medidas disciplinares, como era sua competência, para coibir manifestações estudantis realizadas em sua Faculdade e que motivaram sérias

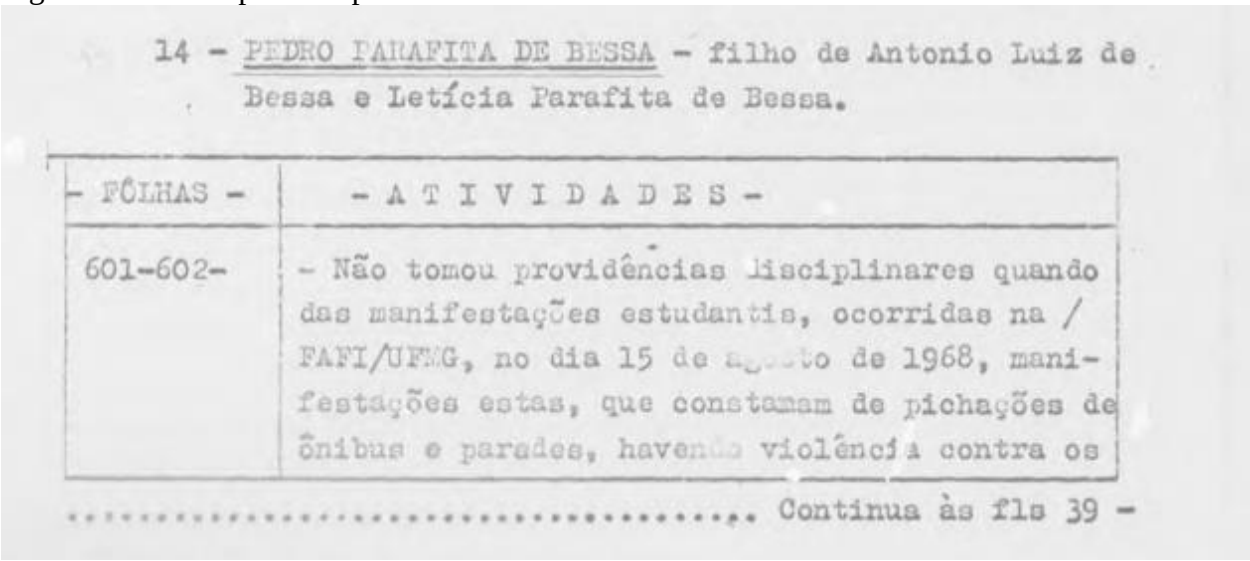
[44] "No dia 16 de outubro saiu mais uma lista de professores aposentados, com mais três nomes da UFMG: o reitor Gerson Boson, o ex-reitor Aluísio Pimenta e o diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pedro Parafita de Bessa. No caso de Pimenta, tratava-se de "conta pendente" aos olhos dos radicais da direita militar, que o desejavam fora desde 1964. Somando todas as aposentadorias de 1969, a UFMG perdeu quinze docentes, a UFRGS, dezoito, a USP, entre 22 e 25, e a UFRJ, 23, o que corresponde a cerca de 70% do total de docentes expurgados. *Esses não são números precisos, pois as próprias fontes são inexatas, porém, se houver erro, não será de grande monta*" (Motta, 2014, p. 172. Destaques nossos).

> perturbações da ordem, dentro e fora do estabelecimento; negou-se a reprimir manifestações em sua Faculdade, mesmo as realizadas por elementos ou por classes estranhas à Escola e ao campo de ensino;
> - permitiu a fixação, por estudantes, de cartazes de caráter subversivo nas dependências da Faculdade, em várias oportunidades, como ocorreu por ocasião do Congresso - que alí pretendeu realizar a UEE/MG [União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais], e, quando interpelado a respeito, alegou desconhecer o fato, fazendo-o, porém de forma a não merecer fé;
> - sua omissão e negligência chegou a tal ponto, que os alunos do curso de Ciências Sociais decidiram criar, por iniciativa própria e sem a interferência da direção da Escola, um curso paralelo, impediram ainda que alguns professores continuassem lecionando no curso criado, e decidiram que o currículo e as matrículas passariam a ser feitos pelos próprios estudantes;
> - numa agitação promovida na Faculdade, em Set 68, os estudantes chegaram a construir uma barricada no interior de suas dependências e, quando indagado a respeito, negou conhecer o fato;
> - deixou de fiscalizar as atividades do Diretório Acadêmico da Faculdade, possibilitando, assim, que seus dirigentes articulassem, livremente, manifestações contrárias às autoridades educacionais, ao Governo da Revolução e ao regime;
> - Embora flagrante a sua responsabilidade, não se comportou condignamente ao ser ouvido no IPM de que foi encarregado o Ten. Cel. Euzemar Cavaliére, negando conhecer fatos ocorridos em sua Escola e que eram públicos e notórios, dentro e fora da Faculdade.
> - Mostrou-se durante o exercício de 1968, despreparado para o exercício do cargo de diretor, ficando patente sua contribuição, por omissão principalmente, para o fomento do clima de agitação no meio estudantil em BH (ACE, 1970, p. 5).

O IPM, que serviu de base para a afirmação de comportamento não condigno e apurou as denúncias contra Pedro Parafita de Bessa, afirmou:

> O temperamento do seu atual Diretor, Professor PEDRO PAEAFITA DE BESSA, de feitio extremamente ponderado e amante da educação persuasiva, muito concorreu para estimular e encorajar os líderes a agitadores na embalada do movimento estudantil, tornando-se quase impossível a contenção dos mesmos em determinadas situações pelo próprio Diretor (Relatório IPM, 1968, p. 12).

Figura 5 - IPM respondido por Pedro Parafita de Bessa



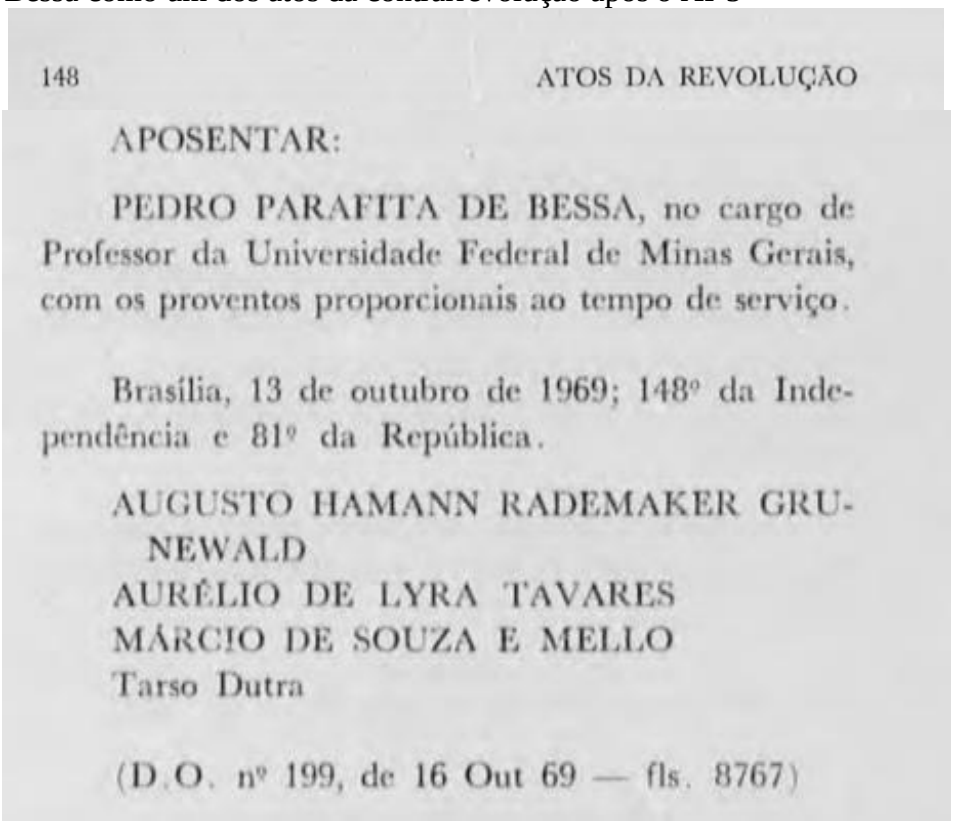
14 - PEDRO PARAFITA DE BESSA - filho de Antonio Luiz de Bessa e Letícia Parafita de Bessa.

- FÔLHAS -	- A T I V I D A D E S -
601-602-	- Não tomou providências disciplinares quando das manifestações estudantis, ocorridas na / FAFI/UFMG, no dia 15 de agosto de 1968, manifestações estas, que constaram de pichações de ônibus e paradas, havendo violência contra os

..... Continua às fls 39 -

Fonte: Relatório IPM, 1968, p. 43

Figura 6 - Aposentadoria do professor de psicologia Pedro Parafita de Bessa como um dos atos da contrarrevolução após o AI-5



148 ATOS DA REVOLUÇÃO

APOSENTAR:

PEDRO PARAFITA DE BESSA, no cargo de Professor da Universidade Federal de Minas Gerais, com os proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

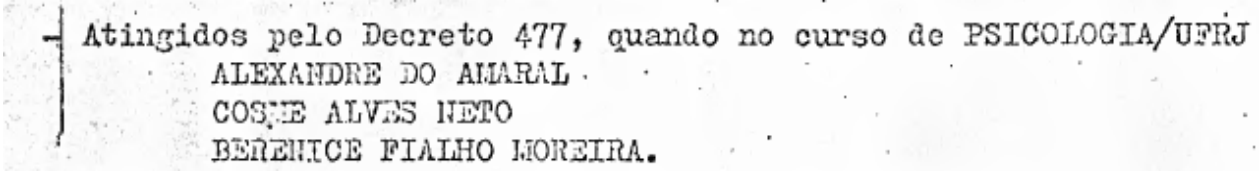
AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRUNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Tarso Dutra

(D.O. nº 199, de 16 Out 69 — fls. 8767)

Fonte: Atos da Revolução, 1969, p. 5

Com as agitações estudantis articuladas com docentes contrários à tutela dos militares no ensino superior, a resposta dada pelos generais foi o Decreto-Lei Federal 477 de 1969, que definiu "infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares" (Brasil, 1969c, para. 1). Este decreto atingiu parte da psicologia no interior das Universidades. Exemplos são abundantes, como nas Figuras 7 e 8, que mostram os atingidos na UFRJ e na UFMG.

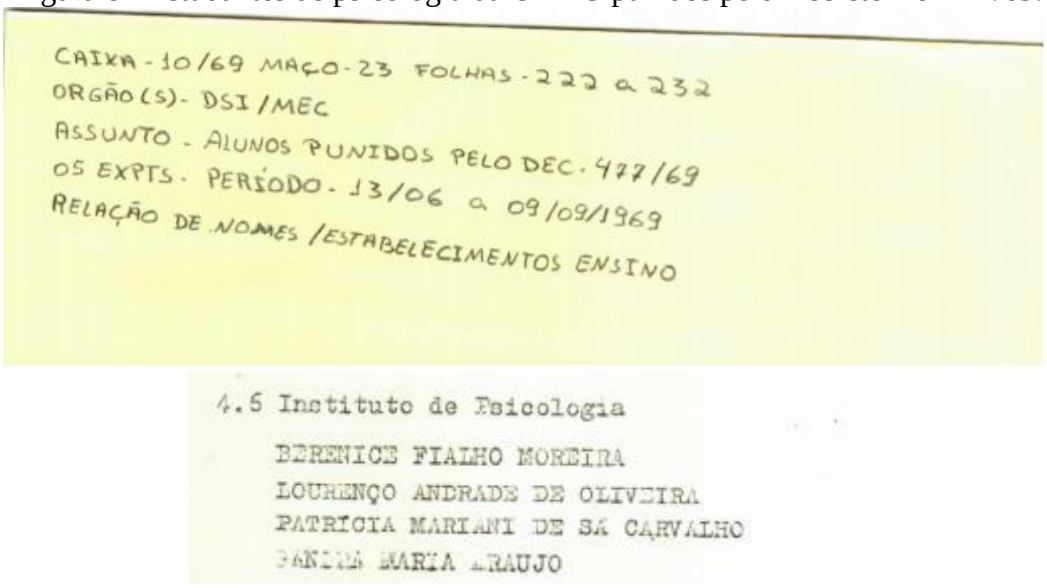
Figura 7 - Estudantes de psicologia da UFRJ punidos pelo Decreto-Lei 477/69



Atingidos pelo Decreto 477, quando no curso de PSICOLOGIA/UFRJ
ALEXANDRE DO AMARAL
COSME ALVES NETO
BERENICE FIALHO MOREIRA.

Fonte? Assessoria de Segurança e Informações, 1975, p. 143

Figura 8 - Estudantes de psicologia da UFMG punidos pelo Decreto-Lei 477/69.


CAIXA - 10/69 MAÇO - 23 FOLHAS - 222 a 232
ORGÃO(S) - DSI/MEC
ASSUNTO - ALUNOS PUNIDOS PELO DEC. 477/69
05 EXPTS. PERÍODO - 13/06 a 09/09/1969
RELAÇÃO DE NOMES/ESTABELECIMENTOS ENSINO

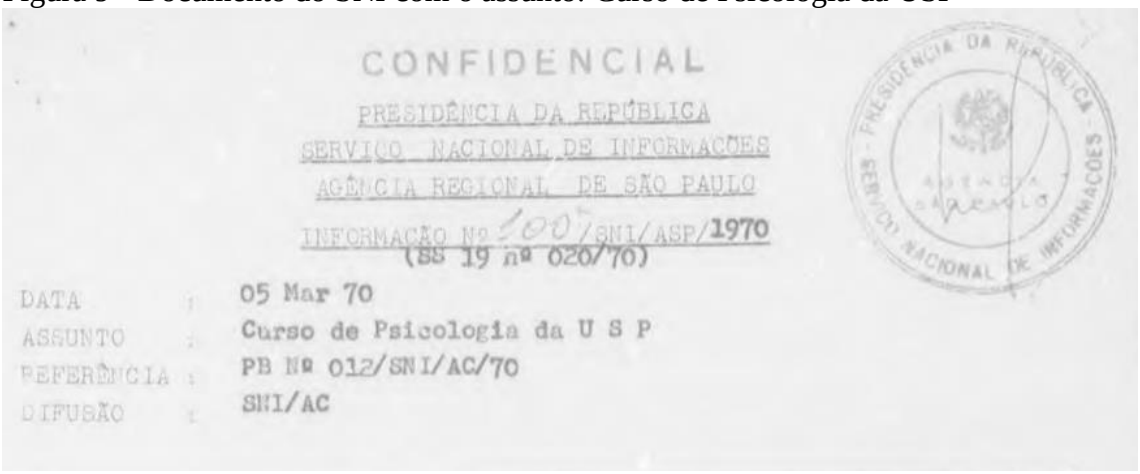
4.6 Instituto de Psicologia

BERENICE FIALHO MOREIRA
LOURENÇO ANDRADE DE OLIVEIRA
PATRICIA MARIANI DE SÁ CARVALHO
[illegible] MARIA ARAUJO

Fonte: Arquivo da AESI da UFMG, Caixa 10. Maço 23, 1969, p. 1-2.

Para além do Decreto 477 de 1969, foram criadas as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESIs), órgãos internos nas universidades para investigação e obtenção de informações que funcionaram de forma articulada com as reitorias. A Agência Regional de São Paulo do SNI produziu um conjunto documental em 1970, em período em que as agitações contra a reforma universitária de 1968 já tinham se diluído. O documento é intitulado: Curso de Psicologia da USP.

Figura 9 - Documento do SNI com o assunto: Curso de Psicologia da USP


CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO

INFORMAÇÃO Nº 100/SNI/ASP/1970
(SS 19 nº 020/70)

DATA : 05 Mar 70
ASSUNTO : Curso de Psicologia da U S P
REFERÊNCIA : PB Nº 012/SNI/AC/70
DIFUSÃO : SNI/AC

Fonte: SNI, 1970c, p. 2.

Tal conjunto documental, composto de 41 páginas, consiste em relatório final feito pelo SNI a partir de uma denúncia realizada por alguém da própria USP. O relatório traz detalhes sobre parte dos professores da psicologia e da organização interna do próprio curso. Além do carimbo de “confidencial” estampado em sua fronte, há o carimbo lateral da Agência Central do SNI e da Presidência da República. Vejamos que tipo de informação e quais as forças sociais

estavam interessadas na construção deste documento. Ele se estrutura da seguinte forma e segue determinada sequência cronológica:

a) 05 de março de 1970: Análise final do SNI;

b) 13 de janeiro de 1970: Recebimento pelo SNI de documentação anexa de denunciante com objetivo de averiguar a veracidade da denúncia e de "produzir informação" (SNI, 1970c, p. 5) sobre o curso de psicologia da USP;

c) Nos documentos anexados para corroborar a justificativa do denunciante, constam:

I- Ata de assembleia dos estudantes de psicologia da USP datada de 24 de setembro de 1968;

II- Um folheto estudantil dirigido ao *Colega vestibulando de Psicologia*, de 1968 (SNI, 1970c, p.12), já citado anteriormente;

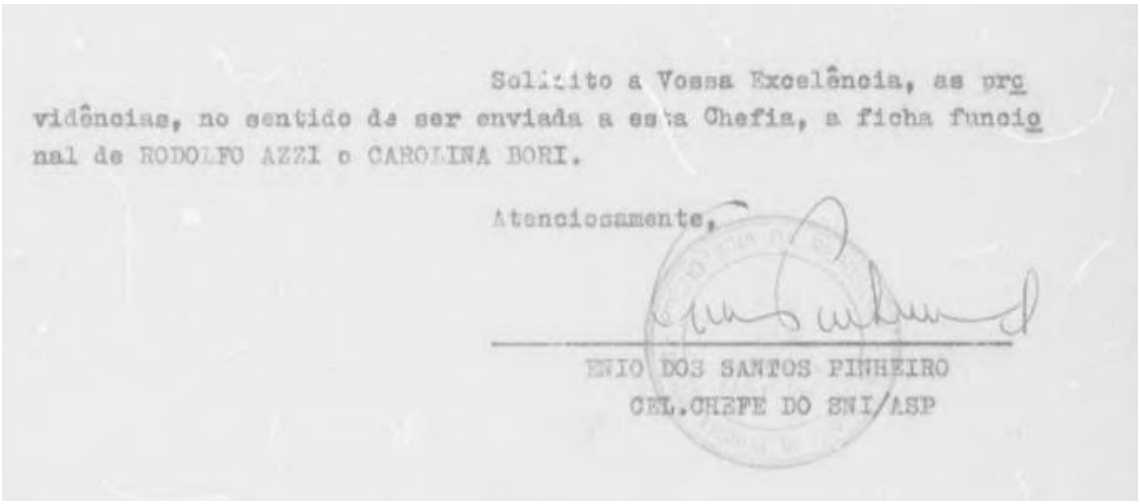
III- Documento de Informação nº 98/SNI/ASP/68, datado de maio de 1969, com o assunto Rodolfo Azzi, produzido pela Agência de São Paulo do SNI e que conta com anexo de relatório de informações obtidas através da colaboração do DOPS, datado de 23 de janeiro de 1968;

IV- Informações fornecidas pelo vice-reitor em exercício, Mário Guimarães Ferri[45], que teve o "prazer de encaminhar a V.Sa. [Coronel Ênio dos Santos Pinheiro] os dados solicitados através de seu ofício" (SNI, 1970c, p. 25), datado de 1967. O reitor mandou a cópia da ficha funcional de Carolina Martuscelli Bori e Rodolfo Azzi, e fez elogios ao Coronel, dizendo: "Aproveito o ensêjo para apresentar-lhe os meus protestos de elevada estima e consideração" (SNIc, 1970, p.25);

V- Cópia da solicitação do Coronel Chefe do SNI Ênio dos Santos Pinheiro datado de 12 de outubro de 1967 ao reitor da USP, com a ficha funcional dos referidos professores. Pela deterioração do material xerocopiado, parte dele está ilegível.

[45] Mário Guimarães Ferri (1918 - 1985), que entregou informações sobre Carolina Martuscelli Bori e Rodolfo Azzi foi um dos responsáveis por buscar o psicólogo norte americano Fred Keller com Carolina Bori no aeroporto, quando de sua vinda ao país, como dito em nota anterior.

Figura 10 - Solicitação do Ce. Chefe do SNI, Ênio dos Santos Pinheiro, ao vice-reitor em exercício da USP



Solicito a Vossa Excelência, as pro
vidências, no sentido de ser enviada a esta Chefia, a ficha funcio
nal de RODOLFO AZZI e CAROLINA BORI.

Atenciosamente,

ENIO DOS SANTOS PINHEIRO
CEL.CHEFE DO SNI/ASP

Fonte: SNI, 1970c, p. 38

A denúncia do curso de Psicologia da USP mostra alto nível de detalhamento das atividades dos professores, expressando as lutas ideológicas travadas no interior desta universidade. Note-se que os documentos iniciais são anteriores ao AI-5, mostrando que este ato impulsionou situação já existente de vigilância e perseguição institucional. No entanto, o referido ato institucional levou a patamar mais elevado a ação de centralização de informações da atividade repressora.

Os professores que, expurgados da UnB incorporaram-se à USP, foram acompanhados por agentes de informações, que fizeram a denúncia. Carolina Bori e Rodolfo Azzi novamente foram confrontados institucionalmente. O SNI analisa o documento de denúncia:

> Que pôde essa Agência [SNI] depreender, o responsável pela documentação pretende demonstrar que CAROLINA MARTUSCELLY BORI, professora de Psicologia da USP, lidera um "Grupo" de professores esquerdistas que estariam sendo contratados por todas as Universidades do Brasil, tendo como objetivo, trabalhar "para que mais ninguém que não seja do grupo, - quer dizer que tenha a mesma ideologia, possa trabalhar em psicologia" (SNI, 1970c, p. 2)

Continua afirmando que a investigação foi iniciada através de denúncia feita por um informante, que se aproveitou da existência concreta de uma rede de delações no interior da USP à qual teve acesso direto, e a utilizou para fazer a denúncia de colegas. Neste sentido, o documento afirmou que Rodolfo Azzi seria um dos iniciadores do "Grupo", e que

> sobre a ação do "Grupo", nesta área assim discorre *o denunciante*:
> *Na USP, pertenceriam ao mesmo, duas psicólogas formadas nos EUA, onde CAROLINA teria conseguido "enganar" o psicólogo FRED S KELLER, dizendo-lhe que o Govêrno Brasileiro quer destruir a psicologia experimental.*
> Não são citados outros elementos do "Grupo" da USP, mas é dito que estes perseguem professores contrários ao mesmo, como ARRIGO LEONARDO ANGELINI e ANITA CABRAL.

> Por outro lado, fariam parte do "Grupo" outros professores ao que saiba esta Agência leigos em psicologia, tais como: MICHAEL RUBINSCWITZ, ISAIAS RAW, JULIO PUDLES e FLORESTAN FERNANDES, que se reúnem "em qualquer casa" e "até mesmo em pic-nics (SNI, 1970c, p. 2. Destaques nossos.).

O denunciante articulou diferentes personagens da psicologia brasileira, fracionados em antagonismo de posições políticas em meio à ditadura militar, a outros professores de distintos cursos da USP que já haviam sido cassados. A tentativa de agrupar professores de outros cursos já expurgados da USP cumpriu a funcionalidade de unir estes psicólogos a pessoas já denunciadas.

Diferentemente do caso da UnB, onde Rodolpho Azzi e Carolina Bori também estiveram envolvidos e em que a repressão se deu diretamente da reitoria contra alunos e professores, com o aperfeiçoamento dos órgãos de informação, a maneira de inserção dos agentes foi mais eficaz. Não por acaso, se atingiu um maior detalhamento dos investigados, sem ter como consequência os prejuízos da confrontação e repressão direta. Alcançou-se uma maior eficiência na atividade de informações.

A avaliação do SNI sobre o informante da psicologia da USP foi de que a própria informação fornecida era falsa até mesmo para os padrões conspiratórios típicos daqueles que se articularam ao *governo militar secreto*. O documento deixa implícito que o informante, aproveitando-se da existência do aparato de espionagem militar na universidade, o utilizou para interesses particulares, criando ligações entre seus desafetos e distorcendo informações. É aquilo que foi chamado de expurgo por motivações não ideológicas.

O fato de tal aparato existir, assim como admitir denúncias para aqueles que tinham conhecimento e acesso privilegiado à sua estrutura, fez com que o denunciante, com detalhes tão refinados dos professores de psicologia, se sentisse confortável para realizar a denúncia. A afirmação do SNI, com elementos mais realistas do que daqueles descritos pelo informante, era:

> Como se vê, no que se refere a esta área, o *informe não apresenta em seu conjunto, nenhum encadeamento lógico que permita fazer crer em sua veracidade, quer total quer parcial.*
> *Por outro lado, registre-se que no passado quando da divulgação, o documento anexado pelo informante, o "Curso de Psicologia da USP", era foco de agitação.*
> *Agitação e não subversão*, como a primeira vista se poderia supor, já que movimentos similares eclodiam em praticamente tôdas as escolas superiores da área com excepcional virulência na USP e mais especificamente na Faculdade de Filosofia a qual estava subordinado o Curso de Psicologia.
> Neste ao contrário do que ocorria nos demais cursos (UNE) a agitação se prendia a problemas específicos do Curso de natureza filosófica, didática e pedagógica e para tanto muito contribuiu o Prof. RODOLFO AZZI hoje afastado do magistério (SNI, 1970c, p. 2-3. Destaques nossos.).

A distinção feita pelo SNI entre *agitação* e *subversão* no interior da psicologia tem relevância por mostrar aquilo que foi tolerado pelos órgãos repressivos e aquilo que foi

combatido como parte do *inimigo interno*. A agitação, que por si só demonstra apenas descontentamentos episódicos, poderia ser permitida desde que não ultrapassasse certos limites institucionais que ameaçassem o desenvolvimento da reforma universitária em curso. A análise da repressão sobre a USP foi a seguinte:

> Com a destruição parcial da sede da Faculdade de Filosofia (rua Maria Antônia) por alunos da Universidade Mackenzie; a interdição do CRUSP [Conjunto Residencial da USP] e posteriormente a implantação da reforma administrativa na USP, que extinguiu a Faculdade de Filosofia nos moldes antigos criando Institutos autônomos entre êles o de Psicologia pode-se atualizar o problema da seguinte forma:
> *A subversão estudantil na USP, se não se extinguiu entrou em recesso e dificilmente logrará se reorganizar em termos globais* já que perdeu seus dois quartéis generais: rua Maria Antônia e CRUSP.
> Certamente permanecem muitos problemas no seio de cada uma das unidades da USP aptos a gerarem movimentos agitatórios (*sic*) não sendo menos certo contudo, sobretudo *no que se refere ao antigo Curso de Psicologia da USP, muitas das causas que davam margem a agitação já foram superadas* (SNI, 1970c, p. 3. Destaques nossos).

Importante notar que o processo cirúrgico aplicado na separação das vanguardas políticas dos setores de massa, que fazem a ligação entre o imediatismo da luta cotidiana com pautas revolucionárias, encontrou uma forma de refrear agitações, pois a reforma universitária permitiu atender algumas pautas imediatas. Com a desmobilização das *agitações* pelo avanço da reforma universitária, frações da psicologia que tensionavam ir além das reivindicações mais imediatas já estavam na clandestinidade ou presos e, em alguns casos, já eliminados fisicamente. O conjunto documental ainda atesta que "outro elemento "lançado" por Carolina [Bori], "Luiz Oliveira", teria "ofendido os Estados Unidos dentro do Pentágono" (SNI, 1970c, p. 2).

Ainda, como ofensiva dos órgãos de informações, foram criadas as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESIs), que concentraram informações dispersas de diferentes organismos repressivos. Foi necessário alargar a estruturação e expansão de organismos de denúncia, que estabeleceram ligação direta entre reitorias de universidades e órgãos repressivos em âmbito federal. Parte da estrutura organizacional da repressão teve como objetivo ampliar os expurgos e depuração dos quadros internos dentro da universidade, e foi realizada com "a criação da AESI — nome dado a esta Assessoria de Informação — [...] e foi formalmente comunicada em ofício distribuído a todos os ministérios militares, Polícia Federal, Polícia Militar, SNI, unidades do Exército em São Paulo e Dops" (Adusp, 2004, p. 103).

Dois casos foram significativos da atuação das AESI como fornecedoras de informações sobre professores e estudantes de psicologia: AESI da UFMG[46] e AESI da USP[47]. A AESI dentro da UFMG foi discutida por Machado e Batista (2018), que analisaram dois documentos encontrados em sua pesquisa. O primeiro, *A subversão na escola*, escrito por Rubens Resstel[48] em 1970 e o segundo, de 1971, *Contribuição ao conhecimento da guerra revolucionária: o 'trote' dos 'calouros' como técnica de base científica reflexológica de imposição de liderança estudantil subversiva nas Universidades* de Zeferino Vaz (1908 - 1981)[49]. Nesse texto, a partir da utilização da teoria reflexológica pavloviana, o reitor defendeu que parte dos conhecimentos soviéticos eram utilizados e reproduzidos nas relações entre alunos veteranos e seus calouros dentro do ambiente universitário. Este estudo foi enviado para o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), e circulou por diferentes universidades brasileiras. Machado e Batista (2018) lembram, ainda, que o professor que ensinou a teoria reflexólogica na UFMG foi o já citado Pedro Parafita de Bessa.

Na particularidade da USP, a Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo (2018) reconheceu publicamente a existência da AESI e que a Assessoria de Segurança e Informações do Gabinete do Reitor foi instrumento fundamental de perseguição. Neste caso, a articulação da AESI ocorreu em conjunto com vários órgãos da chamada *Comunidade de*

---

[46] Lembramos que *apenas* parte da documentação dos agentes de repressão está disponível para consulta, tendo outra parte sido ocultada e/ou eliminada pelos próprios agentes de repressão. O que faz com que esses casos sejam significativos é que dão a dimensão da infiltração dos militares dentro da psicologia.

[47] Pesquisador e especialista nas AESIs, Mota (2008) discute sobre a dificuldade de localização de certos documentos referentes a estes órgãos, em função de parte estar dispersa e não disponível. Isso revela mais a não disponibilidade de alguns materiais sobre a ditadura do que a não existência deles. Por isso, ainda que restritos a algumas universidades, são casos significativos e emblemáticos: "[...] os únicos arquivos de AESI universitária localizados na íntegra até agora são os da UFMG e da UNB. Nos arquivos dos Departamentos de Ordem Política e Social paulista e carioca foram encontrados dossiês e documentos provenientes de algumas AESI atuantes nos respectivos estados, mas são documentos esparsos, embora para o caso da Universidade de São Paulo o material seja mais volumoso, consistindo em algumas centenas de registros" (Motta, 2008, p. 32). Uma importante consideração deste autor revela o clima da época: "*Não existiu a figura do Reitor ou do Diretor crítico em relação ao regime militar, pois eles seriam afastados imediatamente. No máximo houve algum espaço para jogos ambíguos e sutis de negociação, em que alguns dirigentes universitários se empenharam em proteger certos membros da comunidade universitária, mas sempre protestando apoio ao Estado. Assim, se os documentos da maioria das AESI sumiram é porque são comprometedores*" (Motta, 2008, p. 33. Destaques nossos.).

[48] Machado & Batista (2018) lembram que Resstel participou da Segunda Guerra Mundial como oficial da FEB, assim como, já depois do golpe preventivo, trabalhou no SNI e foi membro do Conselho de Segurança Nacional. A participação da FEB na Segunda Guerra Mundial significou uma guinada nas discussões da doutrina de guerra no Brasil, já que: "A matriz norte-americana teve sem sombra de dúvidas forte influência sobre as Forças Armadas brasileiras, sobretudo no campo teórico. O alinhamento do Brasil com o bloco comandado pelos Estados Unidos remonta à participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), junto ao V Exército dos Estados Unidos, na Campanha da Itália, na Segunda Guerra Mundial. A intensa relação de camaradagem que se estabeleceu entre os oficiais dos dois países acabaria por desembocar na fundação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949" (Joffily, 2008, p. 66).

[49] Foi reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), entre os anos de 1966 até 1978. Anteriormente, foi reitor-interventor da UnB em 1964.

Informações, tendo exercido verdadeiro *controle ideológico*, inclusive com o reconhecimento oficial do Estado brasileiro (Comissão da Verdade da USP). A AESI teve seu escritório funcionando em sala ao lado do gabinete do Reitor Miguel Reale (1910 - 2006) (Redação Jornal do Campus da USP, 2018).

Não só na USP, a AESI foi o braço militar dentro do meio universitário. Lúcia Maria Salvia Coelho, antiga aluna e professora de psicologia da USP, caiu em suas malhas. A Comissão da Verdade da USP (2018) reconheceu oficialmente a psicóloga como o mais longo caso de perseguição dentro daquela universidade. Neste sentido:

> Assessoria de Segurança e Informações do Gabinete do Reitor da Universidade de São Paulo expediu ofício dirigido à 2ª Seção do Estado Maior do Exército, à Polícia Militar, à Polícia Federal e ao DEOPS, dentre outros órgãos, solicitando os antecedentes de Lúcia Maria Coelho. O pedido, acompanhado de uma ficha com os dados pessoais da investigada conhecidos até então pela AESI-USP, declinava a razão de ser do levantamento: o fato de Lúcia estar sendo cotada para "exercer funções junto ao Instituto de Psicologia da USP", nomeadamente as de "professora assistente doutora" (Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo, 2018, p. 97).

Para tal, existiu a colaboração direta de professores e o silenciamento do departamento de psicologia. Lúcia Maria Salvia Coelho se pronunciou oficialmente através da Comissão da Verdade da USP colocando um professor de psicologia como alguém que, após sua prisão, foi responsabilizá-la pelo seu encarceramento e exigir devolução do pagamento das aulas que ela recebeu por seu trabalho:

> [...] ninguém, entre os professores, se manifestou sobre meu afastamento. Aliás, o *Arrigo* [Leonardo Angelini] se manifestou. Ele pediu para eu devolver o dinheiro que eu havia recebido. Encontrou-se com minha irmã e disse: fala para a Lúcia que ela está devendo aqui para a Faculdade, ela precisa devolver o dinheiro recebido. Que eu saiba, somente eu vivi esta situação (Coelho como citado na Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo, 2018, p. 571. Destaques no original).

Para este longo caso, foi necessária a intimidação como forma de isolamento institucional daqueles que foram perseguidos. Outro caso envolvendo a AESI foi o de Rui Galvão de Andrada Coelho (1920-1990), sociólogo e professor de antropologia nos primeiros anos do curso de psicologia da USP. Os detalhamentos do caso de Lúcia Maria serão pormenorizados no quarto capítulo, já que ela fez parte de uma organização de combate à ditadura empresarial-militar.

Estes foram casos exemplificativos em centros da educação superior no país, onde se expurgaram professores acusados de serem subversivos. Note-se que, ainda que professores

tenham sido alcançados pela depuração institucional, foram os estudantes universitários que em sua maioria estiveram nas organizações de resistência[50].

Ademais, não apenas a estrutura das AESIs foi utilizada. Ampla campanha favorável ao regime dos militares foi desencadeada pelos jornais e televisão de modo a propagandear os feitos da repressão e o desencorajamento dos que entravam em organizações de resistência. A funcionalidade da colaboração entre imprensa e o terrorismo de estado foi a de realizar contrapropaganda contra setores da juventude que se radicalizavam.

Em 1970, um caso particular é dado pelo Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra a respeito da instrumentalidade de fração da psicologia em uma sociedade militarizada. Após prisão de um grupo de estudantes acusados de subversão, em que uma das encarceradas foi a atriz Bete Mendes (1949 -), Ustra (2018) afirmou:

> Com a autorização do comandante do II Exército, decidimos que onze desses jovens não seguiriam os trâmites normais e iniciou-se intenso trabalho no sentido de que retornassem à família e à sociedade. [...]
> Enquanto os dias passavam, *oficiais do Exército, alguns deles psicólogos, visitavam e entrevistavam esses rapazes e moças. Discutiam com eles os problemas brasileiros, a subversão, o terrorismo e suas consequências.* Os livros e artigos, indicados por eles para leitura, deveriam induzi-los a olhar a vida sob outro ângulo e leva-los a uma profunda meditação (p. 457. Destaques nossos).

A argumentação do conhecido torturador era de que estudantes estavam sendo aliciados por organizações *subversivo-terroristas.* A conclusão do trabalho de convencimento ideológico, em que houve a colaboração dos psicólogos que eram oficiais do Exército, foi de que:

> Ao término da reunião todos foram libertados e se retiraram na companhia dos pais, inclusive Bete Mendes, que permanecera presa 18 dias.
> Atendendo ao convite do II Exército, todos os pais compareceram na TV Tupi.
> O programa, que foi ao ar no dia 19/10/1970 às 22h45, teve o objetivo de alertar e esclarecer as famílias a respeito dos métodos usados pela subversão para recrutar jovens (Ustra, 2018, p. 459).

Sobre este episódio envolvendo Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, anos depois Bete Mendes o acusou publicamente de utilizar a tortura como instrumento para conseguir informações. Mas, quem foram os psicólogos que atuaram neste processo? Foram formados em alguns dos poucos cursos que já existiam ou eram psicotécnicos pertencentes às Forças Armadas? Estas questões ainda não encontraram resposta.

---

[50] Estudioso da temática afirmou: "O número de estudantes presos foi bem superior ao de professores, e suas entidades sofreram intervenção por todo o país. Para fazer a "limpeza" dos órgãos estudantis, o poder militar nomeou interventores em vários estados, em geral estudantes "democratas", ou seja, alinhados à nova ordem" (Motta, 2014, p. 30).

Em regime em que existe a tomada de poder pelos militares, a necessária militarização das atividades institucionais é uma necessidade. Com o avanço das reformas, entre elas a reforma universitária, e com os setores de oposição sendo empurrados gradativamente para a clandestinidade, centralizar informações para a coordenação de atividades entre diversos órgãos de repressão foi parte essencial deste processo. E, para tal, foi necessária a formação de agentes ideologicamente convictos e doutrinados pela Doutrina de Segurança Nacional. Neste sentido, coube a um setor da psicologia a inserção em instituição responsável pela formação de agentes de informação no interior do SNI.

1.3.1 A formação de Agentes da Escola Nacional de Informações (EsNI)

Outra atividade em que a psicologia brasileira desenvolveu, em sua etapa de institucionalização após a reforma universitária, foi a de formação de agentes de Informações dentro do SNI através da Escola Nacional de Informações (EsNI). Como forma de ampliação das atividades de investigação, esta escola foi criada em março de 1971, "através de decreto assinado por Emílio G. Médici e estando General de Divisão Carlos Alberto Da Fontoura, à época chefe do Serviço Nacional de Informações" (Brasil, s/d, p. 67). Iniciou o seu funcionamento em 1972, com uma estimativa de formados de "cerca de dois mil agentes até sua extinção em 1990" (Memórias Reveladas, 2016b, para. 1). O Decreto nº 68.448 de março de 1971 explicitou que estava subordinada diretamente ao Chefe do SNI e teve como objetivos:

> a) *preparar civis e militares para o atendimento das necessidades de informações e contra-informações do SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES*;
> b) *cooperar no desenvolvimento da doutrina nacional de informações*;
> c) realizar pesquisas em proveito do melhor rendimento das atividades do SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES (Brasil, s/d, p. 67. Destaques nossos).

Um dos requisitos para ser diretor da EsNI era de que fosse um Oficial General da Ativa das Forças Armadas, do posto de General-de-Brigada ou equivalente. A EsNI centralizou a atividade de ensino dos órgãos de repressão, visando que um centro único coordenasse a formação de agentes de diferentes órgãos de informação e de repressão para que, como resultado, fosse possível refinar as investigações e atingir maior número de investigados. A atividade de informações também foi alçada a patamar mais elevado. Por isso:

> Os Cursos e Estágios relacionados com as atividades de Informações do SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES, em funcionamento em outras Escolas ou

> entidades de ensino, serão absorvidos pela ESCOLA NACIONAL DE INFORMAÇÕES (EsNI) (Brasil, s/d, p. 68).

A nova etapa de institucionalização da psicologia no Brasil, por estar situada em período de ditadura empresarial-militar, teve como uma de suas múltiplas características a abertura de caminhos institucionais para profissionais no interior de aparelhos da repressão, concomitantemente ao processo de depuração e limpeza institucional. Dito isso, aqui utilizamos o documento *Regimento Interno da Escola Nacional de Informações*[51] de 1971, em que a EsNI admite a existência das Seções de Psicologia no interior de sua estrutura organizativa. Nesse sentido, "A EsNI ministrara cursos e estágios, conforme as necessidades do SISNI" (Escola Nacional de Informações, 1971, p. 2). Fez parte da chamada *Comunidade de Informações* e da centralização e coordenação de informações do Sistema Nacional de Informações (SISNI)[52].

A centralização das atividades de informação pelo SNI, para melhor eficiência das atividades dos órgãos repressivos, incluiu a formação ideológica e a formação dos quadros da repressão. A instrumentalidade militar da psicologia foi articulada neste processo, que "só pôde ser alcançado satisfatoriamente a partir do suporte técnico de um quadro de psicológicos que integravam a Divisão de Psicologia do Departamento de Doutrina e Pesquisa da Escola" (Andrade, 2014, p. 81). Não deixa de ser significativo que parte da doutrinação ideológica realizada dentro da EsNI coube à Divisão de Psicologia. Neste sentido:

> [...] constava também o Departamento de Pesquisa e Doutrina que, além do indicado em sua nomenclatura, também era responsável pela Divisão de Idioma e pela Divisão de Psicologia. Através deste departamento, foram editados diversas publicações doutrinárias, com destaque às revistas *Coletânea L* e *Inteligência.* Desta forma, o grande diferencial da Escola foi a preocupação constante não somente com a teorização e prática das disciplinas de informações, mas também com a metodologia e didática empregadas. A EsNI era responsável, ademais, pela elaboração de pesquisas e formulação da Doutrina de Informações, o que *atribuiu um grau de excelência para a Escola, que tão logo assumiu o posto que se incumbia à ESG: o pensar tática e*

---

[51] O documento, que carrega o carimbo de "desclassificado de acordo com a legislação em vigor", somente foi levado a público em 2013, através de requerimento feito pela Comissão Nacional da Verdade. Na troca de mensagens entre a referida Comissão, o General-de-exército José Elito Carvalho Siqueira, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República à época, mesmo que disponibilizando o documento, fez o seguinte pedido: "Solicito especial atenção dessa Comissão no que se refere ao tratamento das informações pessoais, inclusive à manutenção do sigilo dos nomes de pessoas constantes da documentação, tendo em vista as disposições legais aplicáveis à espécie" (p. 1). O General se tornou conhecido por, publicamente, se colocar contra a CNV. Na cerimônia de posse como ministro, quando suscitado o tema de uma eventual revisão da Lei de Anistia, referente às violações de direitos, desaparecimentos, mortes e assassinatos ocorridos durante a ditadura militar, declarou se tratar de "*fato histórico do qual não temos que nos envergonhar ou vangloriar*" (Dezouzart & Spritzer, 2018, para. 4).

[52] Sobre o SISNI, Andrade (2014) afirmou que: "[...] somente entre os anos de 1969 e 1970 o Sistema Nacional de Informações – SISNI – atingiu sua consolidação, ou seja, após cinco anos da instituição da ditadura militar e da criação do SNI. A comunidade abrangeria todos os órgãos públicos responsáveis pela coleta e análise de informações relacionadas à segurança" (Andrade, 2014, p. 65-66).

> *estrategicamente a atividade de informações no Brasil* (Andrade, 2014, p. 85. Destaques nossos).

Não raros foram os militares formados em psicologia que transitaram na ESG[53], como o já citado membro de sua Junta Consultiva, Carlos Sanchez de Queiroz, assim como no curso de mestrado de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) na UERJ.

> Na documentação consultada está o registro de que no corpo permanente de professores da ESG, dentre os oito professores listados, três constam do corpo docente do Curso de Mestrado em EPB da UERJ, desde o primeiro ano de seu funcionamento em 1977, sendo eles: Luiz Carlos Bastos Hosken, João de Alvarenga Soutto Mayor e João Marinônio Aveiro Carneiro. Este último ocupou também os cargos ligados à direção da Coordenação de EPB da UERJ (Mancebo, 2011, p. 132).

Com a documentação da EsNI afirmamos não apenas a existência de psicólogos nos meios militares, o que foi previsto na regulamentação da profissão de 1962 e era fato consumado décadas antes, mas a utilização direta de profissionais da psicologia para a instrução de cursos para formação de agentes de Informação no período de maior repressão da *ditadura militar-empresarial*.

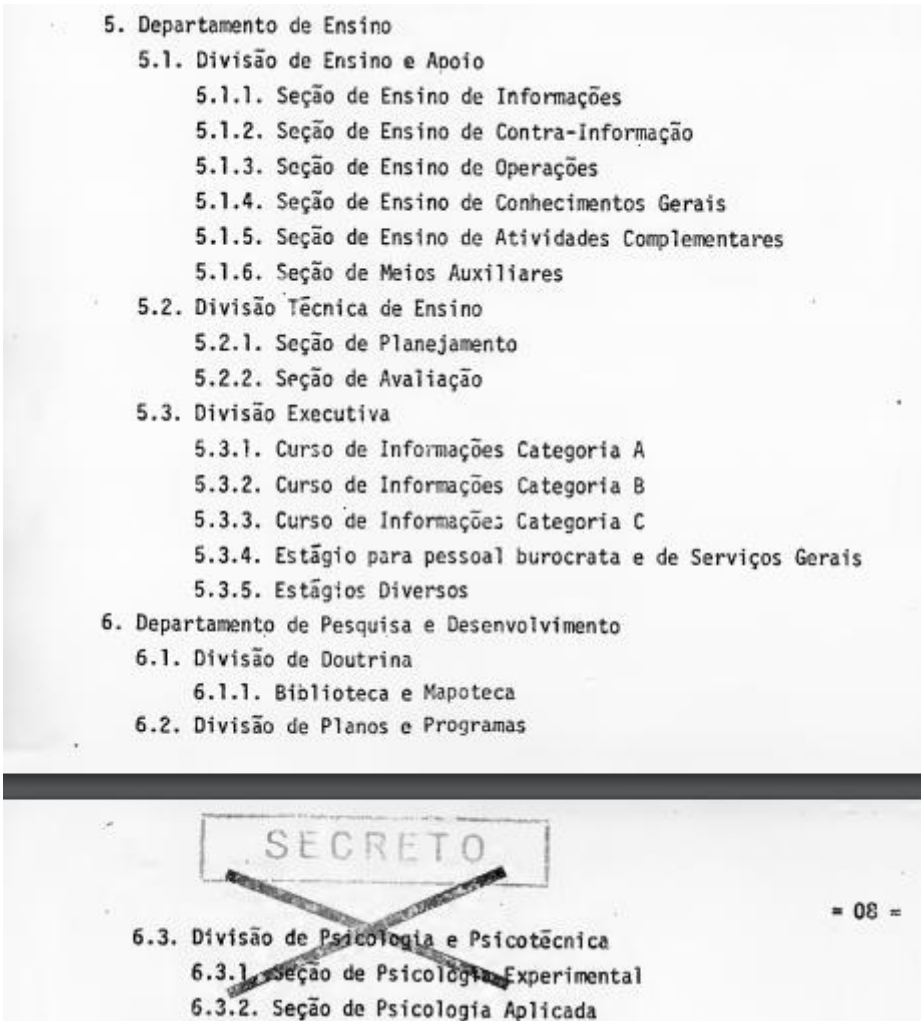
O trabalho realizado dentro da EsNI "oferecia aos quadros do SNI e aos agentes de toda a comunidade de informações 25 tipos de estágio específicos para funcionários de nível médio e superior: analista, contra-espionagem, contra-informação, operações, análise da propaganda, segurança das comunicações, retrato falado" (Memórias Reveladas, 2016ª, para. 1).

Dentro da estrutura organizativa da EsNI, a Divisão de Psicologia e Psicotécnica estava subordinada ao Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento, situando-se no mesmo nível que a Divisão de Doutrina e a Divisão de Planos e Programas. A Divisão de Psicologia e Psicotécnica era composta, ainda, de duas Seções: a Seção de Psicologia Experimental e a Seção de Psicologia Aplicada, conforme Figura 11.

---

[53] Um exemplo significativo é João Marinônio Aveiro Carneiro, constando em seu currículo os cursos de graduação na "Academia Militar das Agulhas Negras. Bacharel e Licenciado em Pedagogia, Matemática e Física, Psicologia" (p. 32), com curso de Pós-Graduação na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Foi membro das seguintes associações: "Associação Brasileira de Psicologia Aplicada, Associação de Psicólogos do Estado da Guanabara, [...] Membro Colaborador do Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra" (p. 33). Para alguns casos de psicólogos procurando realizar cursos na Escola Superior de Guerra, já na década de 1990, documento sem identificação de origem nem autoria foi encontrado com as chamadas Folhas de Informações Pessoais (FIP) de Candidato ao CAEPS/ESG [Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra].

Figura 11 - Regimento Interno da EsNI com a Divisão de Psicologia e Psicotécnica


5. Departamento de Ensino
5.1. Divisão de Ensino e Apoio
5.1.1. Seção de Ensino de Informações
5.1.2. Seção de Ensino de Contra-Informação
5.1.3. Seção de Ensino de Operações
5.1.4. Seção de Ensino de Conhecimentos Gerais
5.1.5. Seção de Ensino de Atividades Complementares
5.1.6. Seção de Meios Auxiliares
5.2. Divisão Técnica de Ensino
5.2.1. Seção de Planejamento
5.2.2. Seção de Avaliação
5.3. Divisão Executiva
5.3.1. Curso de Informações Categoria A
5.3.2. Curso de Informações Categoria B
5.3.3. Curso de Informações Categoria C
5.3.4. Estágio para pessoal burocrata e de Serviços Gerais
5.3.5. Estágios Diversos
6. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento
6.1. Divisão de Doutrina
6.1.1. Biblioteca e Mapoteca
6.2. Divisão de Planos e Programas

SECRETO

= 08 =

6.3. Divisão de Psicologia e Psicotécnica
6.3.1. Seção de Psicologia Experimental
6.3.2. Seção de Psicologia Aplicada

Fonte: Escola Nacional de Informações, 1971, p. 11-12

As atribuições do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento eram as seguintes:

> Art 57º - Ao Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento, além das atribuições contidas no Art 16 do Regulamento, incumbe:
> 1. *Assistir o Diretor da Escola*, particularmente, nos assuntos relacionados com os currículos dos Cursos, *com os assuntos de Doutrina, de programas de ensino, de estudos de organização em benefício do SISNI, de seleção de alunos e funcionários, do ensino de línguas e de pesquisas no campo das informações.*
> 2. Orientar as atividades das Divisões sob sua direção de acordo com as diretrizes do Diretor da Escola.
> 3. *Elaborar propostas dos currículos dos Cursos e Estágios.*
> 4. Colaborar na elaboração dos documentos de Ensino:
> 4.1. Plano Geral de Ensino (PGE)
> 4.2. Planos Didáticos (Escola Nacional de Informações, 1971, p. 18. Destaques nossos).

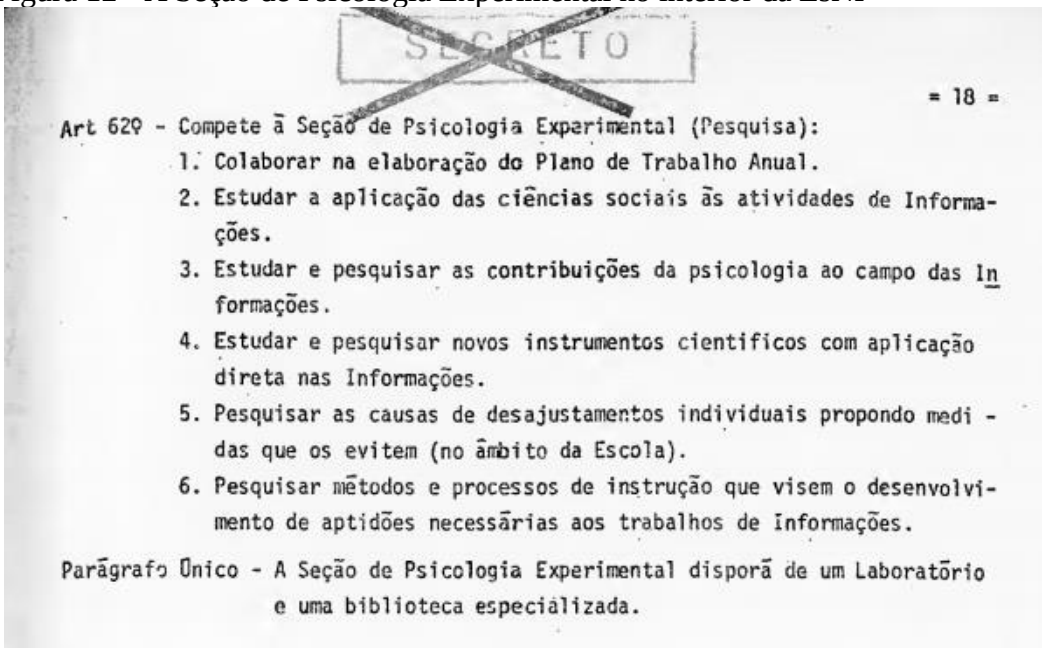
As atribuições da Divisão de Psicologia e Psicotécnica, que estavam inseridas dentro do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento, eram as listadas abaixo:

> Art 61º - À Divisão de Psicologia e Psicotécnica incumbe:

> 1. Colaborar na elaboração do Plano de Trabalho Anual.
> 2. *Estudar a aplicação das ciências sociais às atividades de Informações.*
> 3. *Estudar e pesquisar as contribuições da Psicologia ao campo das Informações*.
> 4. Organizar testes de validade comprovada para serem utilizados na própria Escola e, por cooperação, no SISNI.
> 5. Realizar seleção, orientação profissional, ajustamento e reajustamento de pessoal de Informações[54].
> 6. Promover o estudo de problemas específicos de classificação de pessoal de Informações.
> 7. Realizar estudo estatístico de tipos de testes com a finalidade de conseguir padrões para o atendimento das necessidades de ensino da Escola, como também das do próprio SISNI.
> Parágrafo 1º - Chefe da Divisão de Psicologia e Psicotécnica deve possuir Curso de Classificação de Pessoal e de Informações Categoria A.
> Parágrafo 2º - *A Divisão deve contar com o concurso de elemento habilitado com o Curso Superior de Psicologia ou com o de Ciências Sociais* (Escola Nacional de Informações, 1971, p. 20. Destaques nossos).

A Divisão de Psicologia e Psicotécnica atuou em duas esferas distintas, mas complementares, no interior da EsNI. De um lado, com utilização da psicologia nas discussões sobre informações, que foi área fundamental para a elaboração do doutrinamento dos militares e seus agentes de Informações. De outro, com a realização de testes, ajustamento etc., para aqueles integrantes dos cursos e membros da instituição. Neste sentido, agiram como organizadores e avaliadores das relações interpessoais e individuais. Com relação à Seção de Psicologia Experimental, suas atribuições podem ser vistas na imagem abaixo.

Figura 12 - A Seção de Psicologia Experimental no interior da EsNI



SECRETO

= 18 =

Art 629 - Compete à Seção de Psicologia Experimental (Pesquisa):

1. Colaborar na elaboração do Plano de Trabalho Anual.
2. Estudar a aplicação das ciências sociais às atividades de Informações.
3. Estudar e pesquisar as contribuições da psicologia ao campo das Informações.
4. Estudar e pesquisar novos instrumentos científicos com aplicação direta nas Informações.
5. Pesquisar as causas de desajustamentos individuais propondo medidas que os evitem (no âmbito da Escola).
6. Pesquisar métodos e processos de instrução que visem o desenvolvimento de aptidões necessárias aos trabalhos de Informações.

Parágrafo Único - A Seção de Psicologia Experimental disporá de um Laboratório e uma biblioteca especializada.

Fonte: Escola Nacional de Informações, 1971, p. 21

[54] Com a regulamentação da psicologia em 1962, as funções privativas dos psicólogos passaram a ser: "a) diagnóstico psicológico; b) orientação e seleção profissional; c) orientação psicopedagógica; d) solução de problemas de ajustamento" (Brasil, 1962, para. 30-33).

Com relação à Seção de Psicologia Aplicada (Psicotécnica), suas atribuições eram as seguintes:

> Art 63º - À Seção de Psicologia Aplicada (Psicotécnica) incumbe:
> 1. Colaborar na seleção dos candidatos a Escola e do pessoal de seu corpo permanente, segundo as instruções do Diretor.
> 2. Organizar baterias de testes de validade comprovada para serem utilizadas na própria Escola e, por cooperação, no SISNI.
> 3. Realizar estudos estatísticos de tipos de testes com a finalidade de conseguir padrões para o atendimento das necessidades de ensino da Escola, como também das do próprio SISNI.
> 4. Realizar a orientação profissional, ajustamento e reajustamento do pessoal de Informações.
> 5. Realizar o levantamento profissiográfico dos diferentes ramos e atividades de Informações.
> 6. Fazer o acompanhamento dos alunos da Escola nos diferentes Cursos e especialidades.
> 7. Propor medidas que visem o ajustamento aluno - Escola.
> 8. Fazer o acompanhamento de ex-alunos no desempenho de funções para as quais foram preparados.
> 9. Elaborar apreciação individual dos alunos ressaltando possibilidades e deficiências, bem como uma prognose de êxito (Escola Nacional de Informações, 1971, p. 20).

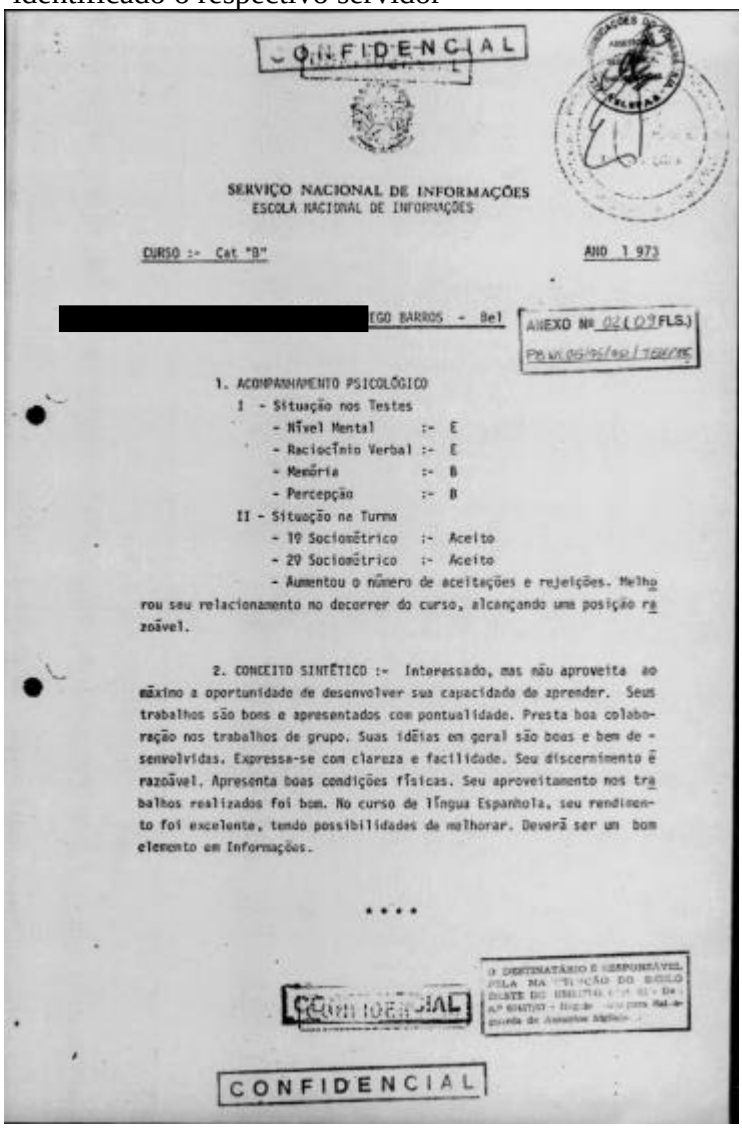
No que se refere a documentações internas da EsNI, as suas publicações não foram desclassificadas, permanecendo parte delas, portanto, inacessíveis. No entanto, como a *Comunidade de Informações* produziu grande quantidade de documentos, encontramos um em banco de dados de outro órgão. Em particular, o documento encontrado, ainda que esparso, nos ajudou a compreender uma parcela das atividades de psicólogos dentro da EsNI. O documento em questão refere-se ao *Acompanhamento Psicológico* de um servidor do Estado do Paraná que foi frequentador de curso da EsNI. Nele encontra-se troca de correspondências e documentações referentes a um dos cursos ministrados em 1973, enviado pelo já citado General de Brigada Ênio dos Santos Pinheiro, a época Diretor da EsNI, para o Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, que pediu informações sobre o servidor.

O candidato realizou "o Curso de Informações da Categoria "B" da EsNI" (Serviço Nacional de Informações - Escola Nacional de Informações, 1973, p. 957)[55]. Ali, foram realizadas duas etapas de acompanhamento psicológico. Na primeira, foram utilizados testes de nível mental, raciocínio verbal, memória e percepção. Na segunda, foram realizadas avaliações sociométricas, que indicavam a relação de aceitação ou rejeição do agente em formação frente ao grupo. Neste sentido, o documento afirmou sobre o servidor: "Aumentou o número de

[55] Os cursos ministrados na EsNI, segundo seu *Regulamento*, eram três: Curso de Informações da Categoria "A", que tinha "por finalidade preparar civis e militares para funções de Chefia e de Analistas de Informações do SISNI" (Regimento Interno da Escola Nacional de Informações, 1971, p. 9); Curso de Informações da Categoria "B", que tinha "por finalidade preparar civis e militares para as funções de Informações de Nível Médio" (Regimento Interno da Escola Nacional de Informações, 1971, p. 9); e Curso de Informações da Categoria "C", que tinha "por finalidade preparar civis e militares, basicamente, para as funções de "Agente de Informações" (Regimento Interno da Escola Nacional de Informações, 1971, p. 10).

aceitações e rejeições. Melhorou seu relacionamento no decorrer do curso, alcançando uma posição razoável" (Serviço Nacional de Informações - Escola Nacional de Informações, 1973, p. 959). Ao final, o *Acompanhamento Psicológico* na EsNI deu seu parecer: "Deverá ser um bom elemento em Informações" (Serviço Nacional de Informações - Escola Nacional de Informações, 1973, p. 959). A avaliação de um psicólogo atestando que o frequentador de curso da EsNI será *um bom elemento em informações* é significativo de que uma parte da psicologia, em processo de polarização ideológica e no interior da nova etapa de institucionalização da profissão, se articulou institucionalmente para a formação de agentes de informações em órgão no interior da repressão.

Figura 13 - Acompanhamento Psicológico feito por psicólogo da EsNI para formação de agente de informações. Retiramos o nome para que não possa ser identificado o respectivo servidor



CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
ESCOLA NACIONAL DE INFORMAÇÕES

CURSO :- Cat "B" ANO 1 973

[redacted]IGO BARROS - Bel

ANEXO Nº 02 (09 FLS.)

1. ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO
I - Situação nos Testes
- Nível Mental :- E
- Raciocínio Verbal :- E
- Memória :- B
- Percepção :- B
II - Situação na Turma
- 1º Sociométrico :- Aceito
- 2º Sociométrico :- Aceito
- Aumentou o número de aceitações e rejeições. Melhorou seu relacionamento no decorrer do curso, alcançando uma posição razoável.

2. CONCEITO SINTÉTICO :- Interessado, mas não aproveita ao máximo a oportunidade de desenvolver sua capacidade de aprender. Seus trabalhos são bons e apresentados com pontualidade. Presta boa colaboração nos trabalhos de grupo. Suas idéias em geral são boas e bem desenvolvidas. Expressa-se com clareza e facilidade. Seu discernimento é razoável. Apresenta boas condições físicas. Seu aproveitamento nos trabalhos realizados foi bom. No curso de língua Espanhola, seu rendimento foi excelente, tendo possibilidades de melhorar. Deverá ser um bom elemento em Informações.

* * * *

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Fonte: Serviço Nacional de Informações - Escola Nacional de Informações, 1973, p. 959

A EsNI formou agente de informações, com ajuda do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento, da Divisão de Psicologia e Psicotécnica, e dentro dela, a Seção de Psicologia Experimental e a Seção de Psicologia Aplicada (Psicotécnica).

Em outro documento encontrado, estava expressa a relação institucional da EsNI com a UNB, envolvendo uma professora de psicologia desta universidade. Nele, novamente aparece a figura do General de Brigada Ênio dos Santos Pinheiro, que em 1974 escreveu carta de agradecimento ao reitor da UNB Amadeu Cury (1917 - 2008), reproduzida na citação abaixo:

> Senhor Reitor
> Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Magnificência para agradecer a valiosa colaboração que essa conceituada Universidade vem prestando a EsNI, possibilitando a participação, nas atividades didáticas da Escola, de renomados mestres de seu seleto Quadro Docente.
> Nesta oportunidade, cumpre-me, particularmente, enaltecer a atuação altamente eficiente da Profª THAIS MARIA OTONI DE CARVALHO, que aqui compareceu, por mais vezes, para difundir aos alunos, seus abalizados conhecimentos no ramo da Psicologia, o que fez com elevado rendimento e proveito, numa inequívoca demonstração de sua reconhecida capacidade intelectual e preparo profissional.
> Solicito a Vossa Magnificência que a Profª THAIS seja dado conhecimento do teor deste expediente.
> Sirvo-me do ensejo, para renovar a Vossa Magnificência os protestos de minha perfeita estima e consideração (Escola Nacional de Informações, 1974, p. 6).

O programa do curso proferido pela professora de psicologia da UnB Thais Maria Otoni de Carvalho, a chamada Dra. Thais, na EsNI envolvia diversidades de assuntos da psicologia, entre eles tópicos sobre desenvolvimento humano, memória, senso-percepção, personalidade, etc. Nada distinto do que qualquer outro programa de ensino da época. No entanto, o destaque fica com um dos tópicos tratados: “A adolescência e seus aspectos típicos biológicos, psicológicos e sociais; delinqüencia juvenil; movimento estudantil” (Escola Nacional de Informações, 1974, p. 9). Ainda que em documento disperso com poucas informações, o documento mostra a existência institucional entre setores da psicologia, mediados por reitores que colaboravam com o regime social, colaborando na formação de agentes de Informação.

O elemento trágico, se mostrou na particularidade da psicologia através de psicólogos que auxiliaram na formação de agentes de Informações que agiram para perseguir, delatar, depurar e eliminar parte dos que foram considerados subversivos, entre eles outra fração da psicologia. Se, por um lado, psicólogos participaram na formação de agentes de Informação, por outro, a atuação desses agentes foi capilarizada por todos os poros das instituições brasileiras, incluindo aquelas que se organizavam para estruturar a edificação da psicologia.

Em uma das listas de presença de alunos frequentadores da EsNI, o nome de psicólogo com destaque político e atividade relevante no parlamento brasileiro apareceu. Era Clóvis Stenzel (1924 - 2014), que fez parte do I Plenário do Conselho Federal de Psicologia, como veremos a seguir.

1.3.2 O direcionamento da eleição do primeiro Plenário do Conselho Federal de Psicologia (CFP)

Não apenas no interior das universidades, a infiltração de agentes de informações se estendeu para a organização das entidades de psicologia em momento em que se construía parte de sua estrutura na nova etapa do processo de institucionalização. A Divisão de Segurança e Informações (DSI), órgão também coordenado pelo SNI, articulou a eleição do primeiro Conselho Federal de Psicologia através de seu agente de informações que, direcionando parte do processo, conseguiu se inserir diretamente nos debates da eleição, assim como na neutralização de possíveis candidaturas. O agente de informações e articulador de parte do processo da primeira eleição do CFP foi Clóvis Stenzel[56]. A época, o psicólogo era Deputado Federal e Vice-Líder do Arena na Câmara dos Deputados (Câmara dos Deputados do Brasil, 2020). Foi um dos elos de ligação na articulação política entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo que, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), deu parecer e organizou as eleições da categoria.

Em um conjunto documental encaminhado ao SNI datado de 1972, consta o assunto *Conselho Federal de Psicologia*, onde foram anexados dois documentos. O primeiro, traz as relações das nove Associações Estaduais de Psicólogos, com "os elementos que virão a compor o futuro Conselho Federal de Psicologia" (Divisão de Segurança e Informações, 1972, p. 2). No item *Providência solicitadas*, pede-se para "Informar os dados disponíveis sobre as pessoas mencionadas no Informe e sobre as Sociedades de Psicologia existentes no Brasil" (Divisão de Segurança e Informações, 1972, p. 7).

O segundo documento é um memorando com as considerações de Clóvis Stenzel, que mostra a articulação entre órgãos da categoria e sua subordinação institucional ao MTPS, visto que o Conselho Federal e os Regionais serem uma autarquia. Assim, cabia ao MTPS reconhecer

---

[56] Clóvis Stenzel teve uma significativa vida política partidária, e atuou de forma aberta nos interesses e defesa dos setores da extrema direita no país. Sua biografia é significativa: "fundou em 1947 um movimento de combate aos "esquerdistas" nos meios universitários". Antes do golpe preventivo, "de 1962 a 1964 produziu um programa na televisão gaúcha, no qual combatia o governo do presidente João Goulart (1961-1964). Já depois da deposição de Goulart pelo movimento político-militar de 31 de março de 1964, diplomou-se em 1965 em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)" (Abreu, 2010b, para. 5). Ainda, "filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime militar. No ano seguinte, tornou-se professor de psicologia social da Universidade de Brasília (UnB), cargo que ocuparia até 1971. Eleito primeiro suplente de deputado federal pela Arena no pleito de novembro de 1966, assumiu uma cadeira na Câmara em março de 1967, ano que foi um dos fundadores do Centro Universitário de Brasília (CEUB), instituição da qual também seria professor por 11 anos. Como deputado federal, apoiou a edição do Ato Institucional n° 5 (AI-5) de dezembro de 1968" (Abreu, 2010b, para. 6-8). Ainda, foi "Professor de Sociologia e Doutrina Social Cristã da Faculdade de Filosofia Cristo Rei, de São Leopoldo, Rio Grande do Sul" (Fundação Universidade de Brasília, 1970, p. 83).

e dar a chancela legal para as eleições do CFP. Waldyr Menezes, assessor do Ministro do Trabalho Júlio Barata (1905 – 1991)[57], relatou as preocupações:

> Pela Portaria nº 3.327, de 24 de outubro passado, fomos designados pelo Exmo. Sr. Ministro para presidir a eleição dos membros do primeiro Conselho Federal de Psicologia.
> Todas as providências iniciais foram tomadas e as articulações vêm sendo mantidas, visando a realização daquela eleição.
> *Sucede, porém, que, por intermédio do psicólogo Deputado Clóvis Stenzel, tivemos conhecimento de que, em Brasília, há, da categoria de psicólogos, considerável coeficiente de elementos extremados e de tendências subversivas.* Tivemos conhecimento, ainda, por intermédio da mesma fonte, que se processa, nesta Capital, movimento no sentido da composição de chapa, integrada por tais elementos, com o que *há a possibilidade de o primeiro Conselho Federal de Psicologia ser composto de elementos da subversão.*
> *Recebemos, por ato ministerial, incumbência de presidir a eleição* (Divisão de Segurança e Informações, 1972, p. 4. Destaques nossos).

Assim, existiu a preocupação do MTPS, como expresso em memorando de seu assessor, de neutralizar posições de alguns psicólogos para que o processo de estruturação do CFP, dentro na nova etapa de institucionalização da psicologia no Brasil, fosse enquadrado dentro de certos limites estabelecidos pela ditadura empresarial-militar.

Interessante notar que as eleições do CFP, assim como os antecedentes que foram a base de sua preparação, estiveram no centro das análises dos órgãos da ditadura, através de seus agentes de informações. Isto incluiu situações em que psicólogos foram impedidos de participar de eventos preparativos para a composição de chapa para o CFP. Em comunicação de 1973, o SNI foi informado sobre um dos encontros preparatórios. Era o Encontro Nacional de Sociedades de Psicologia organizado pela Sociedade Mineira de Psicologia que foi realizado na cidade de Barbacena. Neste Encontro se tiraram possíveis nomes para compor o CFP. Foi averiguado que:

> Houve divulgação prévia da realização do Encontro, entretanto, oficialmente os convites foram feitos em número limitado.
> [...] Representantes de algumas Sociedades de Psicologia foram impedidos de participar dos trabalhos e, revoltados com o fato, apresentaram queixa à Delegacia de Polícia de Barbacena (MG), contra os promotores do Encontro.
> Os queixosos alegaram que a minoria promotora do Encontro fez tudo sigilosamente e com a clara intenção de monopolizar as indicações dos nomes que comporão os futuros Conselho Federal e Conselhos Estaduais de Psicologia (Divisão de Segurança e Informações, 1973, p. 45).

---

[57] Biografia de Júlio Barata durante os anos em que esteve presente na política dos militares também é significativa: "Em 1965 diplomou-se na Escola Superior de Guerra e no mesmo ano foi eleito presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, para o biênio 1965-1966. [...] Em 25 de outubro, quando o general Emílio Garrastazu Médici foi eleito pelo Congresso para a chefia do governo, foi convidado para ocupar a pasta do Trabalho e Previdência Social. [...] Em 30 de outubro de 1969 foi empossado no Ministério do Trabalho e Previdência Social, junto com os outros ministros que compunham o novo governo. [...] Sua gestão transcorreria durante um período em que o fechamento do regime, sob a égide do Ato Institucional nº 5, cerceou drasticamente a atuação dos sindicatos de trabalhadores, reduzidos de forma crescente a entidades assistenciais e recreativas" (Abreu, 2010d, para. 7-8).

No mesmo documento, sobre o levantamento dos dados com os nomes considerados mais importantes dos participantes, a seguinte avaliação foi feita:

> Quanto a psicólogos radicados em Belo Horizonte, *realizamos buscas sobre atividades e levantamento de antecedentes de alguns nomes de maior destaque*, apurando o seguinte: [...]
> Conforme já informados através do Telex 0312/ABH/73, nada consta nesta ABH a respeito dos nomes referidos no item anterior, a exceção de GERALDO MAGNANI, sobre o qual demos conta, entre outros dados, do registro referente a sua participação em política estudantil, integrando um D.A. [Diretório Acadêmico], que era considerado esquerdista (Divisão de Segurança e Informações, 1973, p. 46-47. Destaques nossos).

Concluindo a avaliação a respeito dos psicólogos, "não colhemos, até o momento, quaisquer dados que denotem infiltração ou influência esquerdista na atuação das sociedades de Psicologia da área" (Divisão de Segurança e Informações, 1973, p. 47). Não obstante, o SNI colocou como providência "estar atenta sobre a tentativa das esquerdas em dominarem as Sociedades de Psicologia a o Conselho Nacional de Psicologia[58]" (SNI, 1973, p. 57).

Em documento posterior do SNI, o episódio de Barbacena foi lembrado da seguinte maneira:

> Com relação a Sociedades de Psicologia, o fato de maior relevância assinalado, até o momento, foi a dissensão demonstrada pelo Encontro de Barbacena, resultante, ao que parece, de interesses pela conquista de posições de influência e/ou direção nas entidades já existentes ou em criação (Divisão de Segurança e Informações, 1973, p. 47).

Mas o que aconteceu no Encontro? O Anexo A do conjunto documental do SNI mostra algumas pistas. A reportagem do Jornal de Minas, que traz a chamada: "Psicólogos levam polícia à reunião" diz, em seu primeiro parágrafo: "Há cerca de um mês, o presidente Médici assinou uma lei que foi um verdadeiro presente de Natal para os psicólogos brasileiros. Criou o Conselho Federal e os Conselhos [ilegível]" (Divisão de Segurança e Informações, 1972, p. 48). Seguia a referida reportagem:

> Para cada psicólogo é profissionalmente importante essa participação, que dá muita projeção à sua pessoa e ao seu trabalho [...].
> As entidades expulsas do encontro acusam os participantes de tramarem às ocultas um anteprojeto para sugerir ao ministro do Trabalho, projeto esse que seria redigido na medida dos seus interesses estritamente particulares. [...]
> A entrevista de um dos psicólogos expulsos ao Estado de Minas, afirmou: "as entidades que participaram da reunião não representam a classe dos psicólogos e a expressão "Encontro Brasileiro de Sociedades de Psicologia" foi apenas um rótulo para encobrir a reunião doméstica de uma minoria interessada em monopolizar o direito da indicação dos nomes para composição dos futuros conselhos (Divisão de Segurança e Informações, 1972, p. 48).

[58] A título de esclarecimento, o documento se refere ora a sigla CNP, ora CFP. Como o processo que desencadearia a eleição oficial ainda não havia sido deflagrado, a nomenclatura aparece com distintas siglas ou nomes, não havendo, no entanto, diferenciação com relação a instituição referida.

Como Anexo B, documento para o Comandante da Escola Preparatória de Cadetes de Barbacena, Minas Gerais. Nele, os expulsos apresentam queixa sobre o ocorrido "contra o II Encontro Nacional de Sociedades de Psicologia" (Divisão de Segurança e Informações, 1972, p. 49), exigindo que as informações fossem levadas diretamente para as autoridades competentes, "Sr. Br. Júlio Barata, Dr. Ministro do Trabalho e Previd. Social, Gal. Olavo Fontoura, Chefe do Serviço Nacional de Informações e Gal. Vianna Moog, Comandante da Guarnição Militar de Brasília" (Divisão de Segurança e Informações, 1972, p. 49).

Por todos os lados, a nova etapa de institucionalização da psicologia transpirava e exalava o odor de farda verde-oliva. Até aqueles que atritaram entre si, buscaram se amparar na força dos militares para resolverem contendas internas da profissão, o que mostra o grau de subordinação da institucionalização da psicologia ao processo de militarização social.

Esses documentos do SNI mostram história completamente distinta daquela contada por membros e ex-membros do CFP. Sobre o já citado encontro em Barbacena, desconsiderando as pugnas entre os grupos envolvidos com monopolização de nomes para o CFP, o ex-presidente do CFP, Wilson Soares Leite[59], afirmou:

> Na seqüência, em 28 e 29 de fevereiro de 1972, realizou-se, em Barbacena, Minas Gerais, o II Encontro Nacional de Sociedades de Psicologia, coordenado pelo então presidente da Sociedade Mineira de Psicologia, Geraldo Magnani. Estiveram presentes, além das cinco sociedades do primeiro Encontro, a Associação Baiana de Psicólogos, que também representou a Associação Pernambucana de Psicólogos; a Sociedade de Psicologia do Rio de Janeiro; e a Associação Brasileira de Psicologia Aplicada. Naquele Encontro discutiram-se várias questões de ordem profissional e político-institucional. Com relação à Lei 5.766, já então aprovada, *foi feita uma Moção de agradecimento* à Sociedade de Psicologia do Distrito Federal, *ao senador Franco Montoro e aos deputados federais Clovis Stenzel, que era psicólogo, e Sinval Guazelli, por seus esforços pela aprovação da referida lei* (Leite, 2008, p. 11-12. Destaques nossos).

O equilíbrio e a maneira como a psicologia deslizou entre setores da ditadura foi característica desta nova etapa de institucionalização no país. Além do psicólogo do Arena, que recebeu a moção de apoio, o senador pelo MDB, partido de oposição consentida, Franco

---

[59] Wilson Soares Leite foi Presidente do Conselho Federal de Psicologia em 1987 e ocupou cargos no interior dos Conselhos de Psicologia durante parte considerável de sua vida, entre eles: Conselheiro Tesoureiro do Conselho Federal de Psicologia em 1995, Presidente do Conselho Regional de Psicologia da 4º Região entre 1982 e 1983, etc. Registramos que quando de sua posse como presidente do CFP, já com a forma ditadura do estado brasileiro diluída e restabelecida a forma democrática, travou contatos com Ministro Chefe do SNI afirmando "uma aproximação que se faz cada vez mais necessária, subscrevemo-nos" (SNI, 1988, p. 7). Registra-se, também, que em 1986, novamente o CFP comunicou a eleição de sua nova Diretoria, que afirmou: "Temos a satisfação de comunicar a Vossa Excelência a posse do V Plenário do Conselho Federal de Psicologia" (SNI, 1986, p. 5). Em momento em que o Ministro do SNI respondeu: "Incumbiu-me o Exmº Sr Ministro Ivan da Souza Mendes, Chefe do Serviço Nacional de Informações, de agradecer a gentileza da comunicação da eleição e posse do V Plenário do Conselho Federal de Psicologia, para o triênio 85/88 e da nova Diretoria eleita para o exercício de 1986" (SNI, 1986, p. 7).

Montoro[60] foi congratulado. Note-se que outro citado pelo SNI pelo seu passado de envolvimento com política estudantil, Geraldo Magnani, foi o "primeiro inscrito do Conselho de Psicologia em Minas Gerais" (Mayara, 2020, para. 1).

Um dos nomes acompanhados, em outro relatório e que consta no mesmo conjunto documental, foi de Mariana Agostini de Villalba Alvim (1909 - 2001)[61]. Sobre a psicóloga, o SNI fez o seguinte comentário:

> APRECIAÇÃO
> A orientação de MARIANA ALVIN, cujo nome completo é MARIANA AGOSTINI DE VILLALBA ALVIN - elemento com antecedentes ideológicos que revelam um forte comprometimento com o movimento comunista - poderá ser prejudicial ao Conselho em formação (SNI, 1972b, p. 56-57).

Continuando, diz-se que, "seu prontuário registra, ainda, vários informes não processados, de diversas fontes, que caracterizam a tendência esquerdista da nominada" (SNI, 1973, p. 11). Sob a alegação de que existiam manobras de grupos de esquerda para assumir o Conselho Nacional de Psicologia, os agentes de informação da repressão buscaram identificar o alvo, e anular suas atividades. Não por acaso, barrou duas propostas para a criação do CFP feitas por Mariana Alvin, deixando o caminho aberto para que o grupo alinhado com os militares direcionasse o processo da eleição, neutralizando seus concorrentes. O MTPS, que articulado com a fração dos psicólogos que disputavam a direção deste processo, impediram propostas pleiteadas para a eleição do CFP. Esse processo é reconhecido na avaliação abaixo:

> Duas prepostas de MARIANA AGOSTINI DE VILLALBA ALVIN estiveram no MTPS pleiteando o que é de interesse do grupo.
> 2. APRECIAÇÃO
> Esta AC [Agência Central] é de parecer que não devem ser satisfeitos os interesses desses elementos de esquerda, que estão procurando evitar que os órgãos de

---

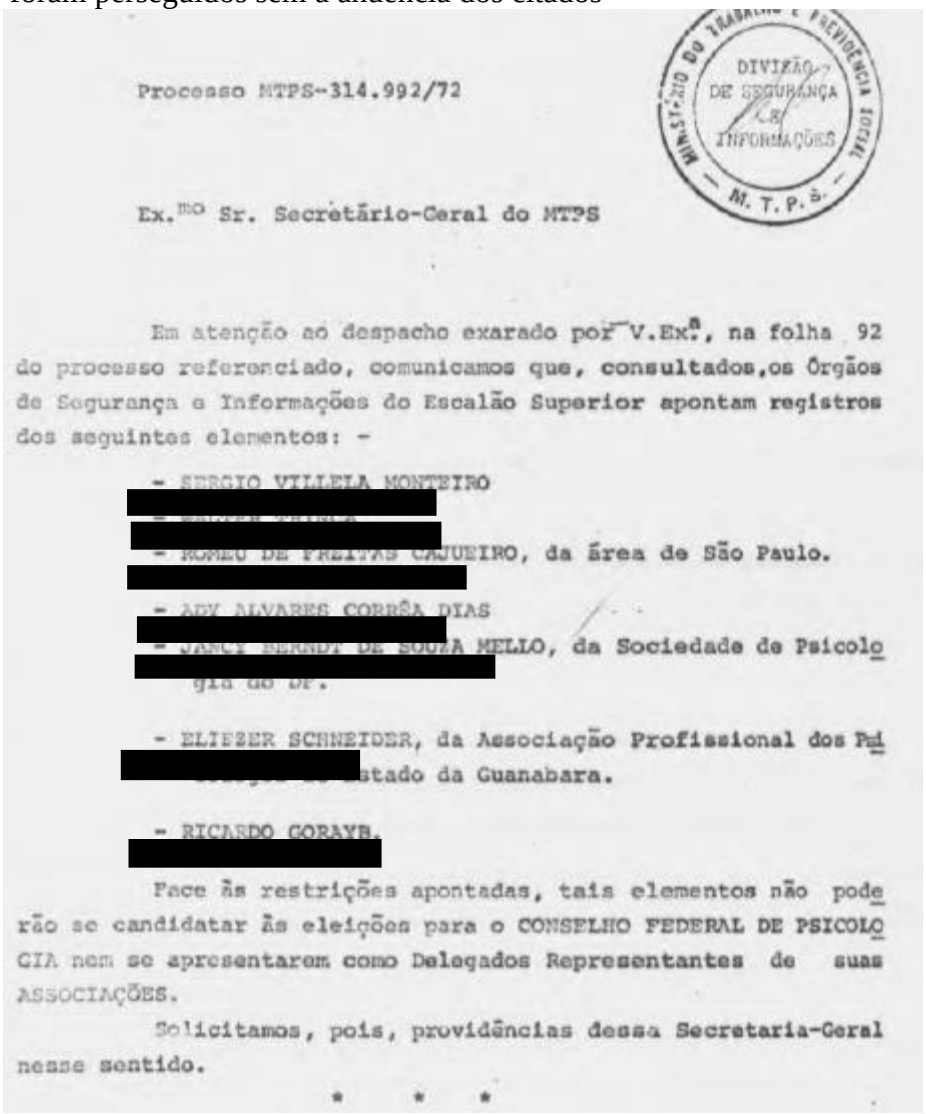
[60] André Franco Montoro (1916 – 1999) foi político de carreira no Brasil. Foi ministro do Trabalho e Previdência Social por curto período entre 1961 e 1962. Fez parte do partido de oposição consentida pelos militares, o MDB, ao qual se filiou logo após o golpe de 1964. Foi senador da República entre os anos de 1971 até início de 1983. Foi eleito governador de São Paulo em 1983. Também liderou parte da campanha pelas Diretas Já, quando já terminada as reformas no aparelho estatal e já iniciado o processo de abertura do regime pelos militares.

[61] Mariana Alvim estudou com Henry Wallon (1879 - 1962) na França, "de quem mais tarde torna-se aluna na Sorbonne e abarca a causa Marxista". [...] A convite de Darcy Ribeiro, criou o Serviço de Orientação da Universidade de Brasília, pelo qual ficou responsável no período de 1962 a 1965" (Alvim, 1999, para. 2-10). Holanda (2002) afirma ainda: "Retorna ao Brasil em pleno governo de Getúlio Vargas, com uma orientação marxista. Devido à sua militância no partido comunista, sofre perseguições que levam-na a se esconder precariamente no interior do Rio de Janeiro" (para. 3). A investigação de suas posições por parte dos aparatos de repressão se prolongou no tempo. Mesmo fora da docência universitária, suas posições foram neutralizadas, ainda que do ponto de vista ideológico, seu marxismo refletisse mais o ecletismo com mistura de abordagens psicológicas, com seu pioneirismo na discussão de Carl Rogers, do que uma concepção que pudesse ser considerada subversiva. Ainda sobre parte de sua biografia, é interessante apontar que: "Mariana Alvim, talvez tenha sido a primeira pessoa a trazer as ideias de Carl Rogers para o Brasil, ela o conheceu em 1945, em Chicago, quando foi estudar instituições nos EUA que trabalhavam com menores delinquentes. Aprendeu o que na época denominava-se "entrevista não-diretiva". Em 1947, Mariana foi chamada para organizar o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) no Rio de Janeiro, quando passou a usar efetivamente a "técnica não-diretiva"" (Trzan-Ávila; Jacó-Vilela, 2012, para. 22).

> informações disponham de tempo para *identificar e anular as suas manobras de se assenhorarem do Conselho Nacional de Psicologia em formação* (SNI, 1972b, p. 58. Destaques nossos).

A neutralização dos que foram considerados possíveis *inimigos internos*, segundo a própria Doutrina de Segurança Nacional, teve por objetivo limitar sua atuação e o desenvolvimento de suas atividades. Em outro conjunto documental, que consta de processos internos do MTPS, variados nomes de psicologia são vetados de participação: "Face às restrições apontadas, tais elementos não poderão se candidatar às eleições para o CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA nem se apresentarem como Delegados Representantes de suas ASSOCIAÇÕES" (SNI, 1972b, p. 3). Uma das listas com alguns dos nomes impedidos de participar do processo de eleição do CFP é reproduzida na Figura 14:

Figura 14 - Exigência do Ministério do Trabalho e Previdência Social de impedimento de nomes de psicólogos para eleições do Conselho Federal de Psicologia. Retiramos os nomes para não expor aqueles que foram perseguidos sem a anuência dos citados



Processo MTPS-314.992/72

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES — M. T. P. S.

Ex.mo Sr. Secretário-Geral do MTPS

Em atenção ao despacho exarado por V.Exª, na folha 92 do processo referenciado, comunicamos que, consultados os Órgãos de Segurança e Informações do Escalão Superior apontam registros dos seguintes elementos: -

- SERGIO VILLELA MONTEIRO
- [redacted]
- ROMEU DE FREITAS CAJUEIRO, da área de São Paulo.
- [redacted]
- ADY ALVARES CORRÊA DIAS
- [redacted]
- JANCY BERNDT DE SOUZA MELLO, da Sociedade de Psicologia do DF.
- [redacted]
- ELIEZER SCHNEIDER, da Associação Profissional dos Psi[redacted]stado da Guanabara.
- [redacted]
- RICARDO CORAYB.
- [redacted]

Face às restrições apontadas, tais elementos não poderão se candidatar às eleições para o CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA nem se apresentarem como Delegados Representantes de suas ASSOCIAÇÕES.

Solicitamos, pois, providências dessa Secretaria-Geral nesse sentido.

* * *

Fonte: SNI, 1972b, p. 3

Em contato com um dos psicólogos citados no respectivo documento, este afirmou nunca ter se interessado em participar da eleição do CFP. Isso parece corroborar a tese de que a forma de atuação preventiva, típica dos militares nos períodos que antecederam e que se seguiram ao golpe de 1964, se estendeu para o funcionamento das instituições sociais a ele subordinadas, entre elas o Conselho Federal de Psicologia. Independentemente da vontade ou conhecimento prévio do psicólogo, ele não poderia concorrer a nenhum cargo do CFP pois, por medida preventiva, estava impedido.

As fichas dos psicólogos citam o porquê de seus impedimentos, com argumentos que vão desde "elemento com antecedentes ideológicos que revelam forte comprometimento com o movimento comunista" (SNI, 1972b, p. 4); passando pela leitura da "Declaração dos Direitos do Homem" (SNI, 1972b, p. 4) por um dos impedidos; chegando à suspeição de um dos nomes pela participação em "seminários sobre a filosofia e obra de Jean Paul Sartre" (SNI, 1972b, p. 7), etc.

Em 1974, já consumado o processo do CFP, um dos nomes vetados foi procurado pelo SNI e deu a seguinte declaração:

> 1. INFORMAÇÃO
> a. [*nome retirado*] foi procurado por GERALDO SERVO o qual lhe disse que não deveria comparecer à reunião do dia 20 Dez 73 para eleger a primeira diretoria do "Conselho Federal de Psicologia".
> b. Alegando desconhecer os reais motivos que levaram as autoridades a adotar a proibição da presença de sua pessoa no recinto onde se processaria a eleição dos membros do recém-criado Conselho Federal de Psicologia, [*nome retirado*] historiou o seguinte:
> 1) Em fins de 1972, a Sociedade de Psicologia do DISTRITO FEDERAL se reuniu para, sob a coordenação do Deputado CLOVIS STENZEL, escolher os nomes dos associados que deveriam ser por ele credenciados para elegerem a primeira diretoria do Conselho Federal de Psicologia.
> 2) Na condução do processo de escolha, [*nome retirado*] foi procurado por alguns membros da Sociedade, os quais lhe solicitaram aceitar o encargo de delegado e de possível candidato a cargo representativo no Conselho em formação.
> 3) Ao aceitar o encargo, mesmo *sentindo o interesse do Deputado CLÓVIS STENZEL em ser o representante*, o fez entendendo que o Conselho Federal de Psicologia seria uma Autarquia vinculada ao Ministério do Trabalho, e, conseqüentemente, de provimento vedado a um membro do Poder Legislativo.
> 4) Na votação procedida para indicação dos delegados da Sociedade de Psicologia do DISTRITO FEDERAL, [*nome retirado*] *obteve a confiança da maioria dos votantes, seguindo-se a escolha de* [*nome retirado*]*, obtendo o Deputado CLÓVIS STENZEL um modesto terceiro lugar.*
> 5) *Inconformado com a não escolha de seu nome, CLÓVIS STENZEL externou que iria envidar esforços no sentido de impedir que os delegados de BRASÍLIA tivessem assento no Conselho em formação, uma vez que representavam uma ala esquerdista da Sociedade de Psicologia do DISTRITO FEDERAL, cuja líder seria MARIANA AGOSTINI DE VILLALBA ALVIN* (SNI, 1974b, p. 24-25. Destaques nossos).

Estas informações chegaram ao SNI, que se posicionou sobre as declarações contidas no depoimento do psicólogo impedido, dizendo que "esta AC/SNI não efetuou qualquer

processamento nas declarações de [*nome retirado*]" (SNI, 1974b, p. 25). A posição do SNI foi de chancelar as eleições do CFP, não requirindo o processamento das informações que mostravam a manipulação do procedimento realizado por Clóvis Stenzel, seu agente de Informações. Com sua intervenção, ele mesmo ocupou o cargo de membro efetivo no I Plenário do Conselho Federal de Psicologia.

A história da psicologia desconsiderou as determinações concretas do regime militar no interior da construção da profissão. A respeito da discussão sobre a forma de funcionamento de parte de estrutura organizativa da profissão, exceção notável é feita por Coimbra (2008). Após fazer consideração sobre os órgãos de informação da repressão brasileira, assim como a extensão com a qual atingiu determinados setores, afirmou que:

> através de intimidação e do familiarismo, as práticas psi andaram de mãos dadas com a ditadura, ao deixar de considerarem o contexto histórico, político e social na análise das situações "psi". *As finalidades, a estrutura e o modo de funcionamento dos órgãos do Sistema Conselhos de Psicologia foram definidos nestes documentos legais; estão, portanto, profundamente impregnados do espírito ditatorial, centralizador, autoritário e antidemocrático que inspirava todas as ações e ordenamentos do Estado brasileiro naquele momento* (Coimbra, 2008, p. 16. Destaques nossos).

Acrescentamos que não apenas os documentos estão impregnados do espírito ditatorial, mas foram resultados de intervenções diretas e de colaboração de agente de Informações dentro da psicologia, e que isto foi parte fundamental do direcionamento do processo de organização do CFP. Face aos documentos do SNI, algumas interpretações são equivocadas, quando não abertamente falsas. Em particular, aquelas que afirmam que a existência, desde sua origem, de uma visão democrática dentro da psicologia, como oposto ao regime social que servia de base para o seu surgimento. Neste sentido, Leite (2008), ex-presidente do CFP, defendeu a existência de certa democratização no interior das eleições do CFP contra o autoritarismo dos militares, e relativizou a relação entre ambos como forma necessária de cautela:

> Mas foi no III Encontro Nacional de Sociedades de Psicologia, realizado em junho de 1973, que se definiram os procedimentos para a constituição e eleição dos membros do Conselho Federal de Psicologia. Estiveram presentes, a este Encontro, 13 sociedades ou associações de Psicologia. *Demonstrou-se uma coesão maior entre essas entidades e a firme decisão de se organizar o Conselho da Profissão, de maneira democrática, buscando representar a maioria das associações e das regiões brasileiras. Era necessário continuar as ações políticas no sentido de se apressar a instalação do Conselho Federal, fato que dependia de determinações do Ministério do Trabalho*, o que, no regime autoritário e antidemocrático em que se vivia, exigia cautela e prudência dos psicólogos, pois alguns já haviam tido problemas com os órgãos de repressão (Leite, 2008, p. 12. Destaques nossos).

Ainda sobre a forma de organização e estruturação dos Conselhos no início da década de 1970, Bock (2008) nos diz:

> *Os psicólogos haviam conquistado a lei que regulamentou a profissão em 1962, mas apenas nove anos depois conseguiram a regulamentação dos conselhos profissionais. Eram anos de ditadura. Talvez, e principalmente por isso, a estrutura dos Conselhos fosse hierarquizada e federativa, ou seja, a direção da entidade era montada a partir de indicações dos Conselhos Regionais*. Os psicólogos ficavam distantes da indicação dos conselheiros do CFP (p. 17. Destaques nossos).

Ainda que se tenham feito certas ressalvas com relação à forma de organização do conselho da categoria, é completamente ignorada a presença de psicólogo pertencente ao partido da ditadura como elo de ligação e importante articulador da profissão. A presença de Clóvis Stenzel em decisões importantes da categoria, articulando o MTPS e o Congresso Nacional, mostra que existiram articulações do interesse dos militares dentro da profissão de psicólogo.

Após o trabalho de infiltração no interior da psicologia, com impedimentos de candidaturas, finalmente em 20 de dezembro de 1973 se confirmou o plenário do primeiro CFP. Na Ata da eleição do primeiro Conselho Federal de Psicologia está escrito:

> na sala nº 704 do Edificio do Ministério do Trabalho e Previdência Social, em Brasilia – DF, presente o Dr. Waldyr Barbosa de Menezes, designado pela Portaria nº 3.327, de 24 de outubro de 1972, para presidir a eleição do primeiro Conselho Federal de Psicologia, na forma estatuída no art. 37 da Lei nº 5.766, de 20 de novembro de 1971, coadjuvado peio Prof. José Ernesto Ballstaedt, representante da Diretoria do Ensino Superior, atual Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura, designado na forma estabelecida no referido dispositivo legal, comigo datilógrafo (Conselho Federal de Psicologia, 1973, p. 1).

O já citado assessor do MTPS, Waldyr Menezes, que havia recebido informações detalhadas através das DSIs de Clóvis Stenzel, foi o responsável por presidir a eleição do primeiro CFP, não sem antes enviar os nomes de seus membros e atividades em relatório para o SNI. Como um dos representantes da Associação Brasileira de Psicologia Aplicada, estava presente o próprio Clóvis Stenzel:

> Por aclamação foram eleitos os seguintes profissionais para membros efetivos e suplentes do primeiro Conselho Federal de Psicologia: EFETIVOS - 1. ARRIGO LEONARDO ANGELINI. 2. OSWALDO DE BARROS SANTOS. 3. GERALDO MAGNANI. 4. HALLEY ALVES BESSA. 5. CLOVIS STENZEL. 6. GERALDO SERVO. 7. VIRGINIA LEONE BICUDO. 8. ARTHUR DE MATTOS SALDANHA. 9. TANIA MARIA GUIMARAES E SOUZA MONTEIRO (Conselho Federal de Psicologia, 1973, p. 2)[62].

[62] Os membros empossados para cargos efetivos foram: Arrigo Leonardo Angelini, Arthur de Matos Saldanha, Clóvis Stenzel, Geraldo Magnani, Geraldo Servo, Harley Alves Bessa, Oswaldo de Barros Santos, Tania Maria Guimarães e Souza Monteiro e Virgínia Leoni Bicudo. Como membros suplentes do CFP, foram empossados Antonio Rodrigues Soares, Caio Flaminio Silva de Carvalho, Francisco Pedro Estraluzas Pereira de Souza, Marcia Lúcia Melo Silva, Mathilde Neder, Mirian Waltudre Patitucci Netto, Odete Lourenção van Kolck, Reiner Johannes Antonius Rozentraten e Rosaura Moreira Xavier.

Soares (2010), membro suplente empossado no CFP, lembrou do momento em que o próprio Ministro Júlio Barata recebeu os conselheiros na cidade de Brasília:

> Convocados pelo Senhor Ministro do Trabalho, Dr. Júlio Barata, a 19 de dezembro de 1973, compareceram a Brasília *os delegados de todas as Sociedades de Psicologia*, presentes ao III Encontro Nacional, e *portadores dos requisitos exigidos pelo Governo.* [...]
> Na manhã do auspicioso dia 20 de dezembro, na sede do Ministério do Trabalho, em sessão solene, *o Senhor Ministro Júlio Barata dava posse ao Primeiro Conselho Federal de Psicologia.*
> *Digna de nota é a afirmação do Senhor Ministro, em seu discurso de saudação aos novos Conselheiros, ao parabenizar e encomiar a sua eleição como uma das mais pacíficas e rápidas de que já tivera notícia. E concluía: "Não poderia ser de outra forma, em se tratando de Psicólogos"* (Soares, 2010, p. 26 – 27. Destaques nossos).

Finalizado o processo, o eleito foi Arrigo Angelini. Décadas depois, relembrando o acontecido, afirmou:

> houve até quem julgasse que o Conselho tinha sido criado como um organismo para servir aos propósitos da ditadura. Nada mais falacioso. [...] *O Conselho Federal trabalhou com absoluta independência e jamais recebeu qualquer ingerência das autoridades constituídas* (Angelini como citado em Conselho Federal de Psicologia, 2012, para. 28. Destaques nossos).

Sobre o deputado do Arena, Angelini ainda afirmou: "Entre os conselheiros do primeiro plenário, estava Clovis Stenzel, que era Deputado Federal, mas ele nunca se manifestou sobre problemas políticos. *Confesso que nunca fiquei sabendo qual era a sua posição em relação ao regime militar*" (Angelini como citado em Conselho Federal de Psicologia, 2012, para. 28)[63]. No entanto, é significativo que durante o período de maior repressão da ditadura empresarial-militar, após articulação política e atuação direta de agente de Informação em todas as etapas do processo de criação do CFP, incluindo o impedimento de duas propostas no mesmo ano de Mariana Alvin por questões ideológicas e a proibição expressa de que alguns psicólogos participassem, aquele que foi escolhido como principal representante no I Plenário do Conselho

[63] Que Clóvis Stenzel foi defensor ardente do regime militar, era de amplo conhecimento por sua posição de deputado do Arena, assim como pelas suas publicações na imprensa. Por exemplo em 1966, em reportagem chamada *Escritores e Artistas a serviço de Cuba*, o psicólogo afirmou: "O combate à subversão é difícil, em virtude do nosso despreparo a respeito de suas armas, de suas táticas e técnicas. Só aqueles que se dedicam a enfrentá-la sentem-na a todo o momento, inclusive nos passos de sua própria vida particular. A trama que se faz em torno de um homem que arrosta com as conseqüências de um combate [*palavra ilegível*] ao comunismo internacional é enorme. Nazista, radical, entreguista é o mínimo que se diz. Essas são ofensas a honra subjetiva, isto é, injúria, nada mais. Mas a subversão estende o combate aos anti-subversivos na profissão, no partido político e, principalmente, junto aos amigos, sob a forma da informação desairosa, de referências tais que promovam mudança de atitude daqueles que se deixam impressionar por seu espirito combativo [...]. Os esquerdistas não fazem protestos, não [*ilegível*] a vida da Universidade, desde que o dirigente afaste do corpo docente homens que não afinam com suas ideias e propósitos. É uma forma sutil de trabalhar" (Fundação Universidade de Brasília, 1970, p. 119). Defendeu publicamente o que denominou a *revolução de 1964.*

Federal de Psicologia, foi precisamente Arrigo Angelini, um militar que levou adiante o processo de reforma universitária na USP[64]. Em entrevista, ainda nos foi afirmado que:

> O Arrigo já se sabe que ele denunciou muita gente. E ele ficou representante da psicologia [...]. Nossa, ele era um homem horrível, viu? Ele tinha ódio da gente, dos que estavam na esquerda. Tinha muita raiva da gente. [...] Era uma pessoa muito vaidosa, enquanto os outros não (Lopes, P. O., comunicação pessoal, 15 de julho, 2019).

A composição do primeiro CFP foi tão múltipla quanto os interesses a que ela serviu. Sua composição revelava a diversidade conseguida através da conciliação política daqueles que ocuparam os cargos em tempos de ditadura, tendo sido apartados deste processo os elementos que foram considerados de esquerda pelos órgãos de informação da ditadura. Sendo aquelas frações consideradas capazes de se manterem neutras e sem demonstrarem oposição ou discordâncias, admitidas. Enquanto a direção e ofensiva foi conduzida pela fração alinhada com os interesses do governo militar.

1.3.3 A investigação de psicólogos por agentes de Informações em Eventos, Congressos e a participação junto à Censura

Não apenas os preparativos para a conformação do primeiro grupo gestor do CFP foram alvos dos agentes de informações, mas Congressos e Encontros da área durante os preparativos para eleição também estiveram vigiados. Trataremos de dois, já que parte do conjunto documental sobre o CFP se refere a estes Congressos.

Na particularidade brasileira, um evento contou com episódio de vigilância e neutralização de oponentes, já que "como caso concreto, realizou-se em BRASÍLIA o II Congresso Latino-Americano de Psicodiagnóstico de RORSCHACH sob o patrocínio da Associação Latino-Americana de RORSCHACH" (Serviço Nacional de Informações - Agência Central, 1973, p. 14). Segundo relatório do SNI, "participaram do referido Congresso, cerca de 160 pessoas, incluindo entre estas, os membros titulares e aderentes (estudantes, professores e

[64] Em 2014, variados órgãos da grande imprensa brasileira comentaram os dados liberados através de decisão judicial dos maiores salários de professores da USP, com vistas a dar maior transparência da verba que circulava na instituição. A Veja (2014) noticiou "USP divulga salários de servidores a partir desta semana", Época (2014) e Exame (2014) trouxeram a manchete "USP divulga salários de servidores a partir de hoje". O maior salário registrado foi de Arrigo Angelini, que assim comentou em entrevista a um dos jornais: "Meu caso é totalmente excepcional, mas totalmente legal" (Angelini como citado em Folha de São Paulo, 2014, para. 2). Segundo a reportagem, "Angelini afirmou ainda que recebe gratificação adicional por ter integrado a Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial" (Folha de São Paulo, 2014, para. 5).

psicólogos)" (Serviço Nacional de Informações - Agência Central, 1973, p. 36). A lista com todos os nomes consta como Anexo B do conjunto documental.

Um incidente foi chamado no documento do SNI de *Protocolo*. Referiu-se à apresentação de trabalho em que Mariana Agostini de Vilalba Alvim, Vice-Presidente da Comissão Organizadora, supostamente teria cedido os resultados de uma aplicação do teste de Rorschach em um estudante de Brasília para a pesquisadora uruguaia Maria Angélica Carbonell de Grampone (1907 -). Neste sentido a:

> Psicóloga MARIA A.C. GRAMPONE, representante do URUGUAI, apresentou o tema "PROTOCOLO CEGO COM INQUÉRITO" cujo texto deu margem a tentativas de condicionar o seu debate, acobertado pelo ponto de vista psicológico, à situação política do BRASIL. Era presidente da mesa o Prof. CLOVIS STENZEL, também Secretário Geral do Congresso de RORSCHACH, que se pronunciou contra a intenção política, dada pela citada Psicóloga, impedindo maiores discussões [...]
> Sobre os acontecimentos e conteúdo do "PROTOCOLO CEGO COM INQUÉRITO", suas conotações políticas e os acontecimentos ocorridos na reunião de sua apresentação, foi apurado o seguinte:
> a – "PROTOCOLO" é um teste em que uma pessoa, entrevistada, fornece sua interpretação sobre manchas que lhe são apresentadas. Entre grande número de Protocolos ou testes, aplicados pela Dra. MARIANA A. VILALBA ALVIM, Vice-Presidente da Comissão organizadora, ela escolheu o de um líder estudantil esquerdista de BRASILIA, ligado à UnB, para ser apresentado no Congresso (SNI, 1972c, p. 33).

O cuidado para a realização do evento era de que não apenas todos os trabalhos deveriam ser enviados com antecedência, mas condicionados à avaliação do conteúdo com o filtro ideológico dos organizadores. Neste sentido:

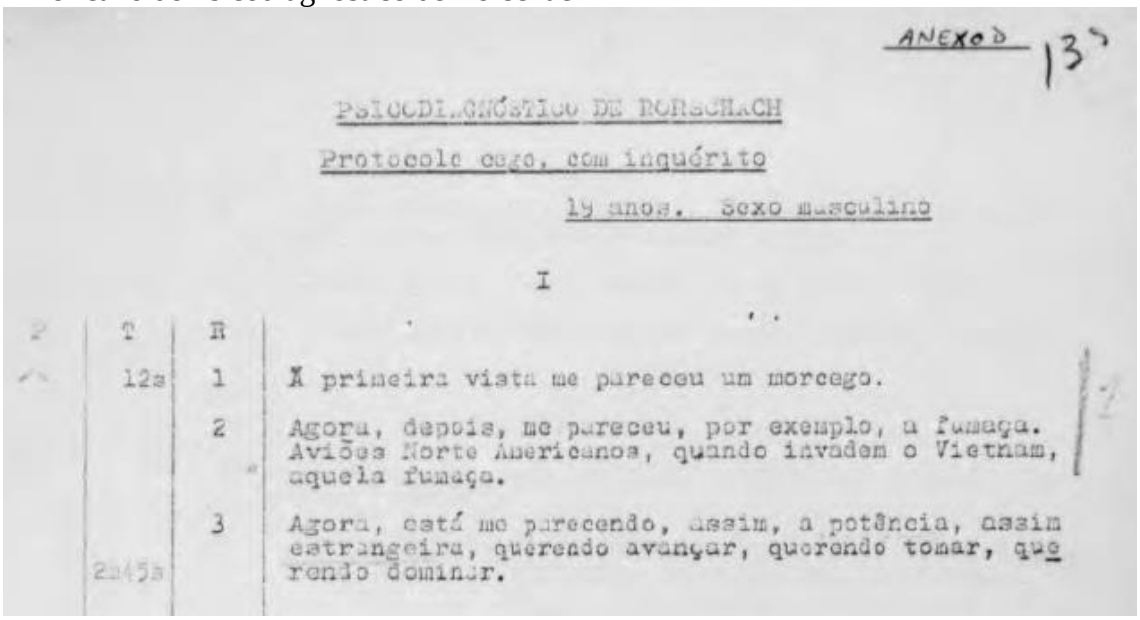
> Todos os trabalhos a serem apresentados no Congresso passaram, com antecedência, pelas mãos de seu Secretário Geral, com excessão (*sic*) do "PROTOCOLO CEGO COM INQUÉRITO", que somente em 12 Jul 72, dia de sua apresentação no Congresso, foi ter às mãos do Prof. CLOVIS STENZEL, seu Secretário Geral.
> Por julgar inconveniente a sua apresentação, devido à possibilidade de exploração política de seu conteúdo, relatou o fato à Dra GLORIA F. QUINTELLA, Presidente da Comissão Organizadora e também RELATORA daquele trabalho, a qual, "sentindo-se alertada para o fato", solicitou ao Prof. C. STENZEL que presidisse a mesa, a fim de evitar o debate político, pois só assim, ela, que era RELATORA, apresentaria o PROTOCOLO" (*sic*) (SNI, 1972c, p. 34).

Segundo análise do agente responsável pelo informe, o artifício utilizado por Mariana Alvim de enviar os resultados para a psicóloga uruguaia apresentar no Congresso foi calculado para se criar um momento para a defesa de "teses esquerdistas". O estudo de caso

> continha a análise da reação de um jovem, a quem foram apresentados desenhos, para interpretação, e nos quais o jovem dissera ver "desespero e angústia de um povo, Pentágono querendo abarcar o mundo, guerra no VIETNAM, etc"; citando as respostas do jovem, MARIA A.C. GRAMPONE, relatou - como se desconhecesse a origem das respostas - que o rapaz vivia em um "ambiente subdesenvolvido, sofrendo as angústias de um país atrasado, onde eram praticadas injustiça sociais", não sabendo

> que país poderia ser e julgando que a revolta do autor das respostas era justa" (Serviço Nacional de Informações - Agência Central, 1973, p. 15)

Figura 15 - Psicodiagnóstico de Rorschach apresentado no II Congresso Latino-Americano de Psicodiagnóstico de Rorschach



ANEXO 13

PSICODIAGNÓSTICO DE RORSCHACH

Protocolo cego, com inquérito

19 anos. Sexo masculino

I

	T	R	
	12s	1	A primeira vista me pareceu um morcego.
		2	Agora, depois, me pareceu, por exemplo, a fumaça. Aviões Norte Americanos, quando invadem o Vietnam, aquela fumaça.
		3	Agora, está me parecendo, assim, a potência, assim estrangeira, querendo avançar, querendo tomar, querendo dominar.
	2s(3s		

Fonte: SNI, 1972c, p. 48

O psicólogo Clóvis Stenzel, um dos organizadores do evento, agiu no sentido de neutralizar o debate que saiu dos limites da psicologia individual. Detalhou, ainda, o chamado *Protocolo* com um relatório para o SNI, com o nome de psicólogos e os trabalhos apresentados. Ainda, como forma de neutralizar discussões no campo da psicologia e retirar o caráter social da análise do trabalho, ainda que limitadas pela aplicação do teste de Rorschach, direcionou a interpretação para um sentido patológico e individual do caso. Para o psicólogo, as angústias e medos do jovem provinham de razões de anormalidade patológica congênita, já que:

> evidenciava tratar-se de um jovem com síndromes de anormalidade, desde o seu nascimento até o desenvolvimento da personalidade, e que a problemática política apresentada era própria dos países desenvolvidos, devido às citações sobre Pentágono e Guerra do VIETNAM, estranhos ao nosso ambiente (Serviço Nacional de Informações - Agência Central, 1973, p. 15)

Que tensões entre explicações individualistas e sociais fazem parte da história da psicologia não é novidade. Que elas tenham se oposto na particularidade de um país militarizado em que a psicologia construía suas organizações e utilizadas de modo a desarticular críticas aos militares, nem tanto. Como tentativa de neutralização da discussão psicológica e da polarização ocorrida no Congresso, o psicólogo informante do SNI disse:

> Com o auditório francamente favorável a seus opositores, o Presidente da mesa pôs um ponto final na discussão, declarando o seguinte: "não gostaria de me referir a problemas políticos de minha pátria por dois motivos: primeiro, porque não estamos

> em um congresso brasileiro - estamos num congresso sul-americano; em segundo lugar, porque *a mim me causa lástima ter de enfocar política e psicologia. ... A mim me parece que a discussão política é incompatível com a ciência*". Referindo-se, ainda, ao trabalho de MARIA A.C. GRAMPONE, que condicionava o resultado do "PROTOCOLO" a uma pessoa de país subdesenvolvido, negou-se a discuti-lo sob o ponto de vista político, principalmente porque "não me agrada ouvir críticas a meu país, feitas pelos próprios visitantes do país que os hospeda" (Serviço Nacional de Informações - Agência Central, 1973, p. 16, Destaques nossos).

A conhecida posição de separar a ciência psicológica da política, que mais tarde polarizou outras figuras da psicologia brasileira, longe de ser um caso isolado, foi expressão da ideologia de certas frações neste momento[65]. A curiosa afirmação de posição assumida por Clóvis Stenzel de que a discussão política é incompatível com a ciência contém uma grande dose de ironia, já que ele era mesmo aglutinava a profissão de psicólogo, sendo ele mesmo político.

Já no interior da discussão,

> A Dra. MARIANA A. VILALBA ALVIM, em aparte, visivelmente irritada, declarou o seguinte: "Disse o Presidente da mesa que o PROTOCOLO, embora fizesse referências a problemas sociais, regimes políticos e sócio-econômicos, nós não deveríamos levar a discussão para esse campo. Mas, como disse que não há, no ambiente brasileiro, e que seria um caso único a atitude desse rapaz, EU NÃO CONCORDO com o Presidente da mesa. Eu acho que a atitude desse rapaz pode existir: uma atitude de não aceitação.... (muitas palmas abafando suas palavras)... a opinião pública brasileira não está alheia a esse problema (SNI, 1972c, p. 35).

Ainda, segundo os avaliadores do ocorrido: "Ao longo da discussão, sempre que o Prof. Clovis Stenzel se pronunciava, a Dra. Maria A. C. Grampone olhava para o auditório e para o orador, com ar de riso, como que escarnecendo de seu opositor" (SNI, 1972c, p. 35). A apreciação final do SNI sobre o Congresso foi que:

> Em virtude das diretivas comunistas em relação ao campo da psicologia, qualquer conclave sobre esta matéria, ou a ela vinculado, merece atenção especial a fim de evitar a sua transformação em assembléia com apresentação de teses comunistas ou mesmo pregação de doutrina (Serviço Nacional de Informações - Agência Central, 1973, p. 17)

As eleições para a nova Diretoria da Associação Latino-Americano de Rorschach (ALAR), previstas para ocorrerem ao final do referido Congresso não foram realizadas devido aos acontecimentos, já que ocorreu o "esvaziamento da candidatura da Dra. MARIA A. C.

[65] Basta lembrarmos de que outra dessas discussões emblemáticas ocorreu em cartas trocadas entre Aroldo Rodrigues e Serge Moscovici. O primeiro, perguntado se não teria como intervir naquele determinado contexto – de perseguição a psicólogos após a vitória de Pinochet no Chile -, daria como resposta: "Nós temos como princípio separar a política da ciência" (Guareschi, 2013, p. 306). Aroldo Rodrigues, também, foi a encarnação de como parte da psicologia tratou o tema.

GRAMONE, ao serem veiculadas Informações, de que a mesma era esquerdista e pertencente à "FRENTE AMPLA" do URUGUAI" (SNI, 1972c, p. 36).

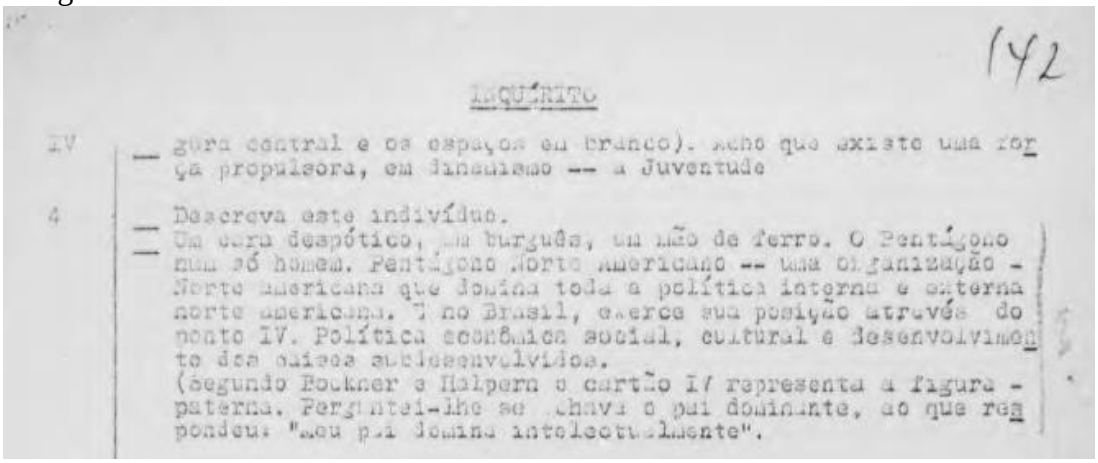
Além da lista completa dos participantes, alguns psicólogos e estudantes foram indicados em fotografias com números, mas que não estão anexados no conjunto documental. Foram acrescentados comentários e avaliações individuais, dentre elas os já citados: "Rui Coelho e [...] Lúcia Coelho - Psicólogos, procedentes de São Paulo. Segundo informe B-2, estão envolvidos com a subversão em São Paulo. Lúcia Coelho é muito relacionada com Mariana Alvim" (SNI, 1972c, p. 39). Ainda sobre Angélica Grampone, as investigações dos organizadores do Congresso e do SNI envolveram detalhamentos de lugares que frequentou, veículos com identificação da placa, e pessoas com quem manteve contato direto. Neste sentido:

> Não foi observado contacto com pessoas estranhas ao Congresso. Em BRASILIA, participou das reuniões programadas, fez passeios turísticos no ônibus posto a disposição dos Congressistas, utilizou taxi para locomover-se para o hotel, serviu-se de uma condução Chevrolet 69 - chapa YA 0544 de SAO JOSÉ DO RIO PRETO/SP, pertencente ao Dr MOISES CAMPOS AGUIAR NETO, psicólogo, participante do Congresso, residente em SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP, para, juntamente com outras senhoras, dirigir-se ao hotel (SNI, 1972c, p. 39-40).

Ainda sobre seu percurso no país, foram citados os locais em que jantou, horários em que saiu do hotel, nome de pessoas com quem travou contato e a averiguação em lista de embarque de avião. A avaliação que o SNI fez dos envolvidos, particularmente sobre seu agente de informações, era de que: "Clóvis Stenzel - Secretário Geral do Congresso de Rorschach, como Presidente da mesa, na sessão do "Protocolo", dia 12 Jul 72, impediu que se estabelecesse sem maiores discussões envolvendo a situação política do Brasil" (SNI, 1972c, p. 40-41).

Não obstante, como anexo do referido conjunto documental consta o Psicodiagnóstico de Rorschach com o Protocolo Cego apresentado no Congresso, como mostrado na figura 16.

Figura 16 - Parte do Inquérito sobre o Psicodiagnóstico de Rorschach apresentado em Congresso



142

INQUÉRITO

IV — gura central e os espaços em branco). Acho que existe uma for
ça propulsora, em dinamismo -- a Juventude

4 — Descreva este indivíduo.
— Um cara despótico, um burguês, um mão de ferro. O Pentágono
num só homem. Pentágono Norte Americano -- uma Organização -
Norte Americana que domina toda a política interna e externa
norte americana. E no Brasil, exerce sua posição através do
ponto IV. Política econômica social, cultural e desenvolvimen
to dos países subdesenvolvidos.
(segundo Bochner e Halpern o cartão I/ representa a figura -
paterna. Perguntei-lhe se achava o pai dominante, ao que res
pondeu: "Meu pai domina intelectualmente".

Fonte: SNI, 1972c, p. 51

O Despacho do processo diz: “Enviar, por aviso, ao Governador do Distrito Federal” (SNI, 1972c, p. 9). Neste sentido, o nome de Mariana Alvim ganhou destaque em documentos da repressão, sendo ignorados seus pedidos ao MTPS relacionados à eleição do CFP.

Outro exemplo das atuações do SNI em relação a fração de psicólogos, foi de que em 1973, o XIV Congresso Interamericano de Psicologia organizado pela Sociedade Interamericana de Psicología (SIP), foi acompanhado de perto por colaboradores do regime dentro da psicologia. Realizado “com o objetivo de promover o intercambio de informações e ideias sobre a psicologia e disciplinas afins. Esta atividade é levada a cabo em diferentes países do continente americano, a cada dois anos, sempre no ano impar” (Sociedad Interamericana de Psicología, s/d, para. 9). Sobre a organização deste Congresso, sua importância para a divulgação da psicologia brasileira, que se firmava enquanto profissão de destaque em âmbitos que iam além das fronteiras do país, Arrigo Angelini, afirmou:

> Em 1972, eu assumi a presidência da Sociedade Interamericana de Psicologia. Como presidente da Sociedade, eu realizei o Congresso Interamericano de Psicologia na cidade de São Paulo em 1973. Em abril de 1973. E foi o primeiro Congresso de grande número, vamos dizer assim, na área da psicologia realizado no país (Angelini como citado em Conselho Federal de Psicologia, 2011).

Sobre a quantidade numérica de participantes, importante revista da psicologia afirmou à época que “compareceram mais de dois mil participantes, vindos de vários países americanos” (Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada, 1973). Ainda sobre a dimensão e relevância do evento, seu organizador constatou que:

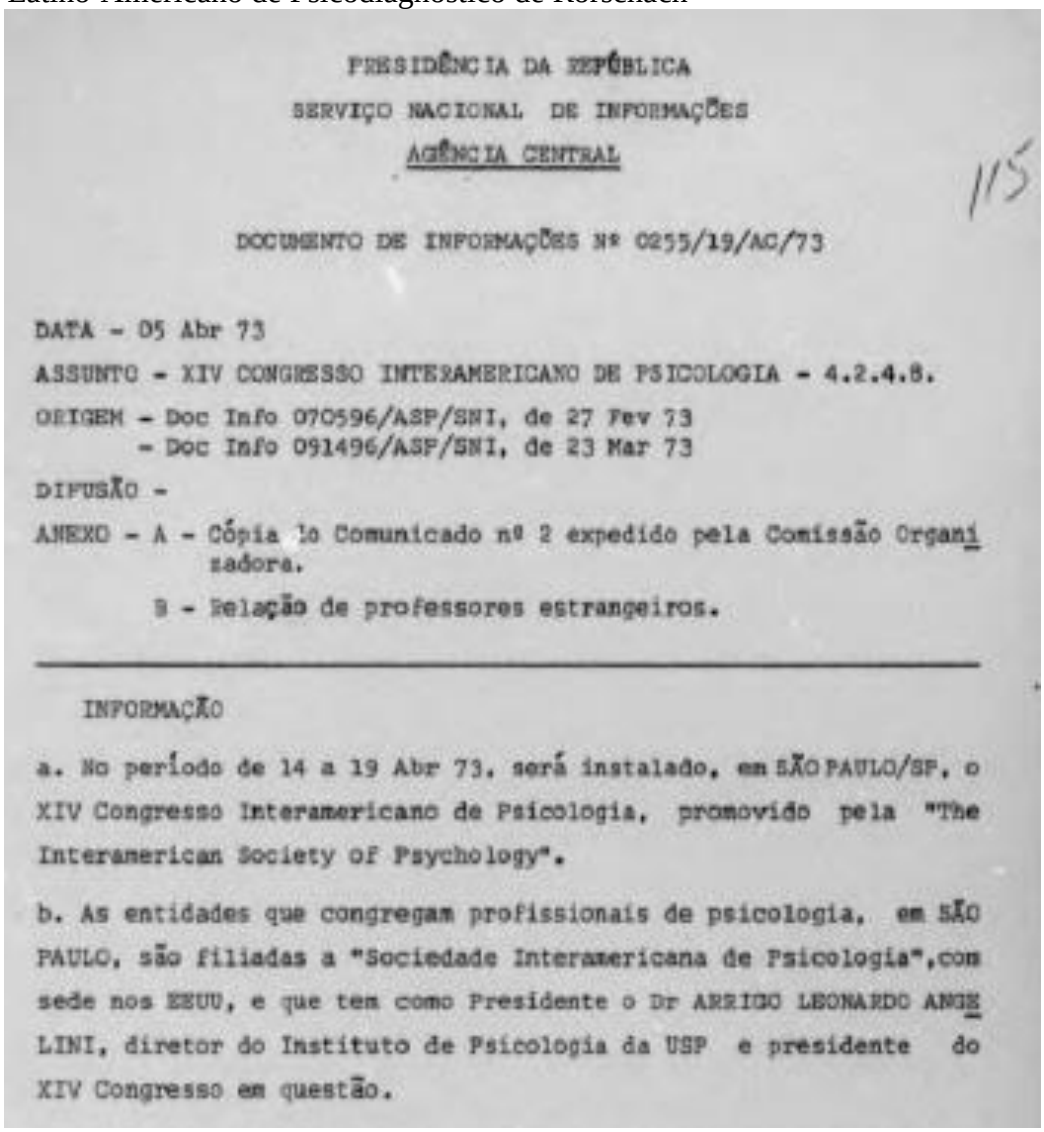
> o Congresso registrou 930 inscrições, além da participação, como observadores dos trabalhos, de mais de 2.500 estudantes que lotaram as amplas dependências do moderno Centro de Convenções que abrigou o conclave. As sessões plenárias, as grandes conferências, bem como alguns dos simpósios mais concorridos foram realizados no grande auditório para 3.500 pessoas [...]
> Neste Congresso foram levadas a efeito quatro conferências, [...] além de seis mesas redondas, 15 simpósios, 20 grupos de trabalho, 19 sessões destinadas a apresentação de 153 comunicações individuais e ainda duas sessões para a apresentação de filmes científicos (Angelini, 2012, p. 14).

Para evento deste porte em que a ciência psicológica se encontrava em sua nova etapa de institucionalização no país, foi o momento de colher os frutos da reforma universitária que permitiu abarrotar de estudantes de psicologia naquele que foi o maior evento até então da profissão[66]. Como forma de prevenir os acontecimentos do II Congresso Latino-Americano de

[66] Sobre este diferencial, quando comparados a eventos anteriores, o próprio organizador se manifestou: “A nota impressionante deste Congresso residiu no grande interesse despertado nos estudantes de Psicologia. Pela primeira vez na história dos Congressos da S.I.P., o número de estudantes ultrapassou de muito o número de participantes inscritos, proporcionando um aspecto característico ao certame. O interesse maior se observou na área da Psicologia” (Angelini, 2012, p. 14).

Psicodiagnóstico de Rorschach, o SNI e seus agentes tomaram maiores precauções. No relatório sobre o Congresso, o SNI informou que teve acesso a toda a programação do evento, incluindo a Relação de Professores Estrangeiros.

Figura 17 - Documento da Agência Central do SNI com assunto II Congresso Latino-Americano de Psicodiagnóstico de Rorschach



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

115

DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 0255/19/AC/73

DATA - 05 Abr 73

ASSUNTO - XIV CONGRESSO INTERAMERICANO DE PSICOLOGIA - 4.2.4.8.

ORIGEM - Doc Info 070596/ASP/SNI, de 27 Fev 73
- Doc Info 091496/ASP/SNI, de 23 Mar 73

DIFUSÃO -

ANEXO - A - Cópia 1o Comunicado nº 2 expedido pela Comissão Organizadora.
B - Relação de professores estrangeiros.

INFORMAÇÃO

a. No período de 14 a 19 Abr 73, será instalado, em SÃO PAULO/SP, o XIV Congresso Interamericano de Psicologia, promovido pela "The Interamerican Society of Psychology".

b. As entidades que congregam profissionais de psicologia, em SÃO PAULO, são filiadas a "Sociedade Interamericana de Psicologia", com sede nos EEUU, e que tem como Presidente o Dr ARRIGO LEONARDO ANGELINI, diretor do Instituto de Psicologia da USP e presidente do XIV Congresso em questão.

Fonte: SNI, 1972c, p. 24

O SNI contou com informações e análises, fundamentadas na ideologia de Segurança Nacional, utilizando fontes questionáveis, mas ideologicamente úteis que foram reproduzidas para justificar sua presença no Congresso. O elemento cômico, se mostrou no XIV Congresso Interamericano de Psicologia. A avaliação do SNI, expressa em documento que tomou como base os acontecimentos do II Congresso Latino-Americano de Psicodiagnóstico de Rorschach ano anterior, era de que:

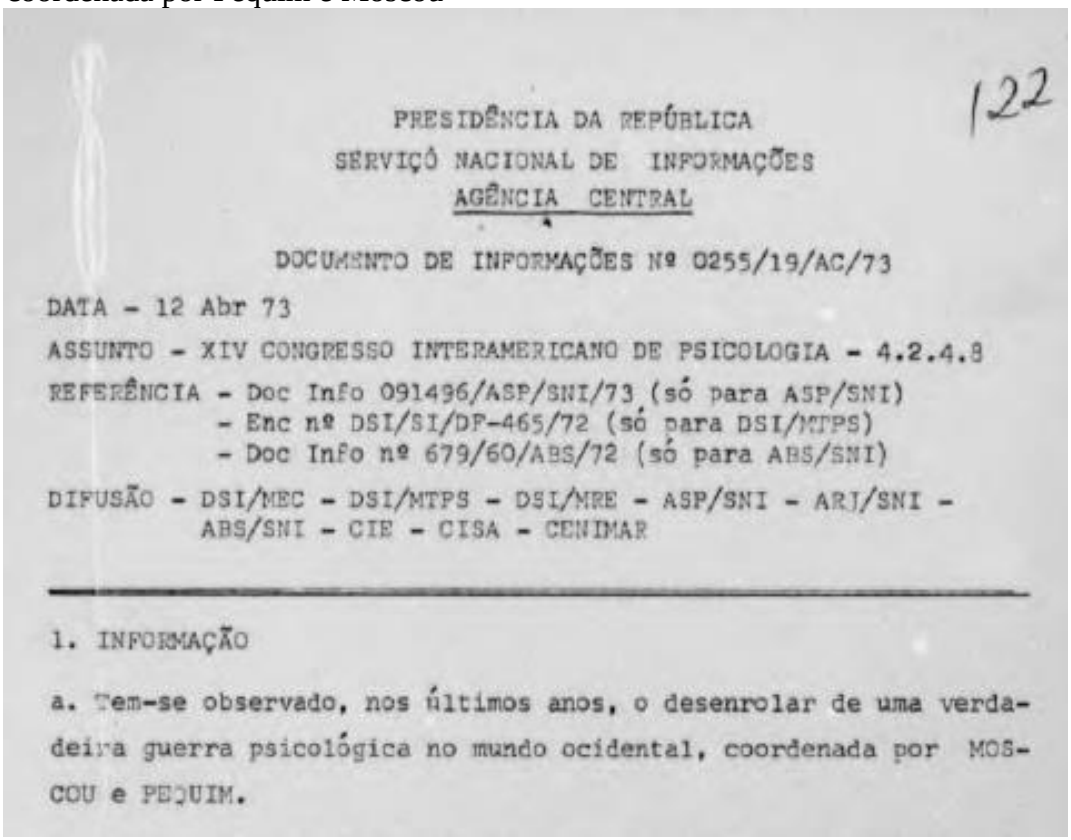
> a. Tem-se observado, nos últimos anos, o desenrolar de uma verdadeira guerra psicológica no mundo ocidental, coordenada por MOSCOU e PEQUIM.
> b. Sobre a preparação de agentes, para executarem a conquista do mundo através da mente, KENNETH GOFF, ex-comunista, declara no livro "PSICOPOLÍTICA – Técnica de Lavagem Cerebral:
> Tratava-se de submeter a mente de uma nação por meio da lavagem cerebral e da falsa cura mental [...] (Serviço Nacional de Informações - Agência Central, 1973, p. 13).

Partindo desse pressuposto, a análise do SNI, usando o livro de Kenneth Goff[67], faz longa citação atribuída à Lavrenti Beria (1899 - 1953), responsável pela polícia política quando Josef Stalin (1878 - 1953) era a principal liderança soviética:

> O psicopolítico deve esforçar-se para produzir o caos máximo no terreno da "cura mental". Deve recrutar e utilizar todos os organismos e meios disponíveis da "cura mental". Deve trabalhar com empenho para aumentar seus agentes e seus elementos, até que finalmente toda a classe da ciência psiquiátrica esteja minada pelos princípios e objetivos comunistas. [...]
> *Vocês devem trabalhar para que todos os professores de Psicologia, com ou sem premeditação, ensinem somente doutrina comunista sob a aparência de Psicologia. Devem empenhar-se para que todos os médicos e psiquiatras sejam psicopoliticos ou pelo menos colaboradores inconscientes de nossos fins.*
> *A psicologia pode mudar as convicções de qualquer indivíduo. Depois de certos tratamentos nas mãos de psicopolitico, é possível alterar, para sempre, a lealdade de um militar ou o patriotismo de um estadista ou, do contrário, destruir sua mente. [...]*
> Em um estado capitalista, a filosofia e corrupção imperantes são nossos melhores aliados. Tudo contribuirá para a nossa campanha destinada a dominar e utilizar o "tratamento mental", difundindo nossas doutrinas e eliminando nossos inimigos dentro de suas próprias fronteiras. ...
> ... A psicopolítica pode criar o caos, deixar uma nação sem dirigentes, eliminar nossos inimigos e, por meio do comunismo, criar, na terra, a paz mais absoluta que o homem jamais conheceu" (Serviço Nacional de Informações - Agência Central, 1973, p. 13-14. Destaques nossos).

[67] Kenneth Goff (1915 – 1972) foi membro de entidade religiosa que professava uma cruzada anticomunista nos EUA. Em mistura eclética de conspiracionismo, aliada a anti-cientificismo com tonalidades religiosas e, em certo momento histórico, insuflado pelo macarthismo, Kenneth Goff ganhou fama denunciando, de forma sensacionalista, a infiltração comunista nos EUA. Sobre a atuação dos psicopolíticos, citados no documento do SNI através de fonte de dentro do Conselho Federal de Psicologia, encontra-se escrito em seu livro *The Soviet Art Of Brainwashing - A Synthesis of the Russian Textbook on Psychopolitics* (1950). Chegou a escrever sobre uma quantidade de assuntos tão díspares quanto inusitados. Entre suas polêmicas afirmações, trouxe a relação da Rússia com discos voadores, sugeriu que Hitler foi um agente comunista, e que o satanismo era o pai do comunismo. Os títulos autoexplicativos de algumas de suas publicações são: *Brainwashed Into Slavery, Red betrayal of youth* (1948), *Will Russia Invade America?* (1951), *Hitler and the Twentieth Century Hoax* (1954), *The flying saucers: From Russia, from another planet, from God* (1955), *Satanism - the father of Communism* (1968), etc. Que as frações mais reacionárias dos EUA tenham utilizado de teorias da conspiração para a sua política anticomunista, sem lastro algum da realidade, não é novidade. Que a mistura eclética de temáticas tão diversas quanto satanismo, comunismo, discos voadores e nazismo tenha sido utilizada pelo SNI como fundamento teórico para afirmar que um Congresso da SIP era parte de uma engrenagem que concretizava a tática de infiltração dos comunistas descritas por Kenneth Goff, através do relato de psicólogo, agente infiltrado e membro do primeiro Conselho Federal de Psicologia, é uma novidade.

Figura 18 - XIV Congresso Interamericano de Psicologia e a guerra psicológica coordenada por Pequim e Moscou



122

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 0255/19/AC/73

DATA - 12 Abr 73

ASSUNTO - XIV CONGRESSO INTERAMERICANO DE PSICOLOGIA - 4.2.4.8

REFERÊNCIA - Doc Info 091496/ASP/SNI/73 (só para ASP/SNI)
- Enc nº DSI/SI/DP-465/72 (só para DSI/MTPS)
- Doc Info nº 679/60/ABS/72 (só para ABS/SNI)

DIFUSÃO - DSI/MEC - DSI/MTPS - DSI/MRE - ASP/SNI - ARJ/SNI - ABS/SNI - CIE - CISA - CENIMAR

1. INFORMAÇÃO

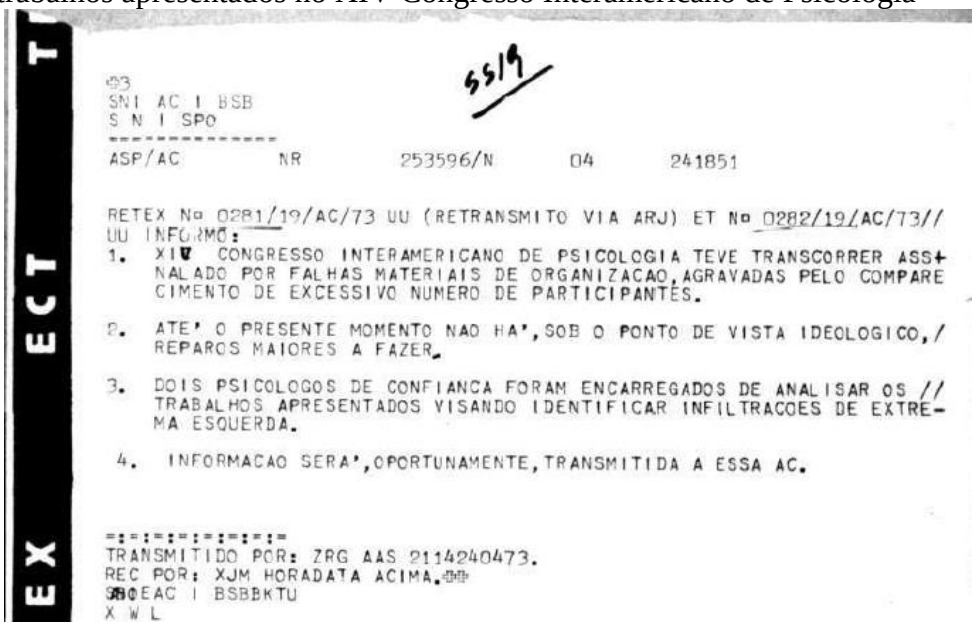
a. Tem-se observado, nos últimos anos, o desenrolar de uma verdadeira guerra psicológica no mundo ocidental, coordenada por MOSCOU e PEQUIM.

Fonte: SNI, 1973, p. 31

Assim, o SNI considerou que, dentre as atividades de psicólogos brasileiros, a prática atribuída à Lavrenti Beria por Kenneth Goff, estava sendo colocada em prática, já que os psicopolíticos “têm a tendência de se concretizarem, sendo os Congressos relacionados com as atividades psicológicas um campo excepcional de atuação” (Serviço Nacional de Informações - Agência Central, 1973, p. 14).

No entanto, com todos os preparativos destinados a evitar acontecimentos de polarização, a organização do XIV Congresso Interamericano de Psicologia tomou as precauções que julgaram adequadas. Foi por isso que em comunicação durante o Congresso o SNI considerou que: “Até o presente momento não há, sob o ponto de vista ideológico, reparos a fazer. Dois psicólogos de confiança foram encarregados de analisar os trabalhos apresentados visando identificar infiltrações de extrema esquerda” (Serviço Nacional de Informações - Agência Central, 1973, p. 18). A figura 19 mostra a troca de informações.

Figura 19 - Telegrama enviado por agente de Informações durante o evento sobre o deslocamento de dois psicólogos de confiança encarregados de fiscalizar trabalhos apresentados no XIV Congresso Interamericano de Psicologia



EX ECT T

5519

SNI AC I BSB
S N I SPO

ASP/AC NR 253596/N 04 241851

RETEX Nº 0281/19/AC/73 UU (RETRANSMITO VIA ARJ) ET Nº 0282/19/AC/73//
UU INFORMO:
1. XIV CONGRESSO INTERAMERICANO DE PSICOLOGIA TEVE TRANSCORRER ASSINALADO POR FALHAS MATERIAIS DE ORGANIZACAO, AGRAVADAS PELO COMPARECIMENTO DE EXCESSIVO NUMERO DE PARTICIPANTES.

2. ATE' O PRESENTE MOMENTO NAO HA', SOB O PONTO DE VISTA IDEOLOGICO, / REPAROS MAIORES A FAZER.

3. DOIS PSICOLOGOS DE CONFIANCA FORAM ENCARREGADOS DE ANALISAR OS // TRABALHOS APRESENTADOS VISANDO IDENTIFICAR INFILTRACOES DE EXTREMA ESQUERDA.

4. INFORMACAO SERA', OPORTUNAMENTE, TRANSMITIDA A ESSA AC.

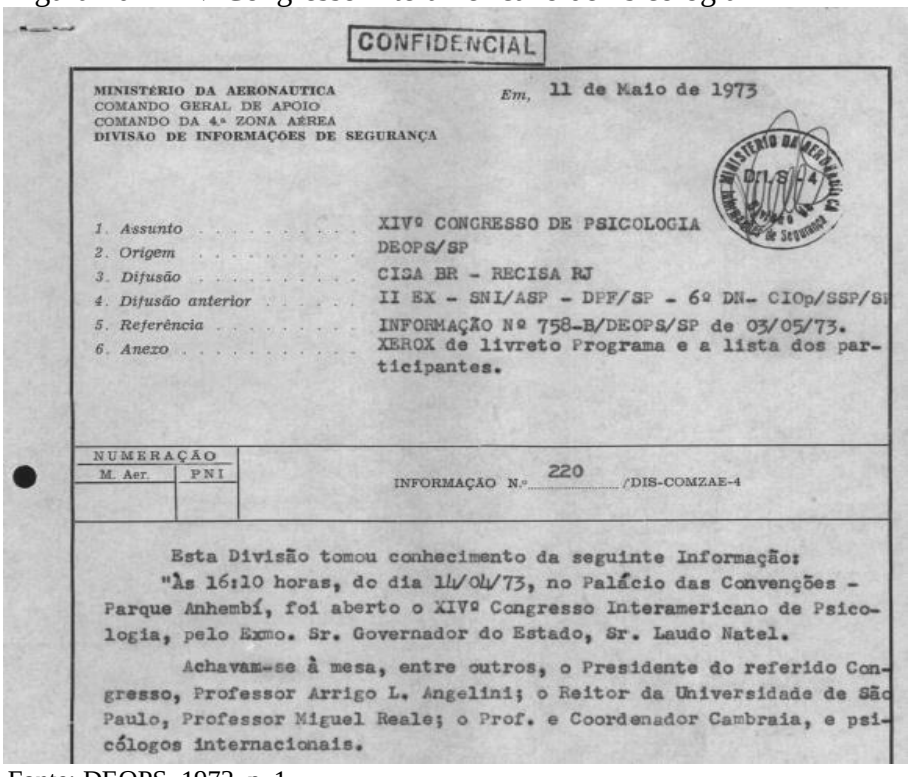
=:=:=:=:=:=:=:=
TRANSMITIDO POR: ZRG AAS 2114240473.
REC POR: XJM HORADATA ACIMA.
EAC I BSBBKTU
X W L

Fonte: Serviço Nacional de Informações - Agência Central, 1973, p. 18)

Em outra avaliação, desta vez realizada pelo DEOPS (1973, p. 1-2), afirmou-se que "em todas as sessões, nas respectivas salas, correu tudo dentro da mais absoluta ordem, sem que pudesse notar algo de doutrina política ou subversão entre os professores, debatedores e assistentes"

.

Figura 20 - XIV Congresso Interamericano de Psicologia



CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA
COMANDO GERAL DE APOIO
COMANDO DA 4.ª ZONA AÉREA
DIVISÃO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA

Em, 11 de Maio de 1973

1. Assunto	XIVº CONGRESSO DE PSICOLOGIA
2. Origem	DEOPS/SP
3. Difusão	CISA BR - RECISA RJ
4. Difusão anterior	II EX - SNI/ASP - DPF/SP - 6º DN - CIOp/SSP/SP
5. Referência	INFORMAÇÃO Nº 758-B/DEOPS/SP de 03/05/73.
6. Anexo	XEROX de livreto Programa e a lista dos participantes.

NUMERAÇÃO	
M. Aer.	PNI

INFORMAÇÃO N.º 220 /DIS-COMZAE-4

Esta Divisão tomou conhecimento da seguinte Informação:
"Às 16:10 horas, do dia 11/04/73, no Palácio das Convenções - Parque Anhembí, foi aberto o XIVº Congresso Interamericano de Psicologia, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, Sr. Laudo Natel.

Achavam-se à mesa, entre outros, o Presidente do referido Congresso, Professor Arrigo L. Angelini; o Reitor da Universidade de São Paulo, Professor Miguel Reale; o Prof. e Coordenador Cambraia, e psicólogos internacionais.

Fonte: DEOPS, 1973, p. 1

Para que as possibilidades abertas com o processo de institucionalização da psicologia em sua nova etapa se consolidassem e se desenvolvessem no interior de um regime militarizado, foi necessário não ultrapassar determinados limites institucionais estabelecidos pelos militares. Se ao AI-5 e aos dispositivos posteriores da Lei de Segurança Nacional couberam a criminalização aberta daqueles que pregavam "luta pela violência entre as classes sociais" (Brasil, 1969d, para. 139), a tarefa de identificação, neutralização e depuração na psicologia coube a agentes de informações que ocuparam *postos avançados* na profissão.

Cabe a tarefa de descobrir a extensão da capilaridade das atividades dos psicólogos que serviram diretamente aos militares, utilizando de suas funções para obtenção de informações para o aparelho repressivo. É significativa a quantidade e o volume de informações em que são citados professores e, principalmente, estudantes de psicologia em atividades consideradas crimes pela Lei de Segurança Nacional, e que constam nos processos do Supremo Tribunal Militar (STM) e nos arquivos do SNI. Para a produção de tal quantidade de informações e relatórios, foi necessária a participação de agentes infiltrados. Ainda que não exista estimativa do número total, parte daqueles que fizeram as denúncias foi ideologicamente formada e doutrinada de acordo com os princípios da Doutrina de Segurança Nacional.

Mas, por mais que agentes de Informações tentassem neutralizar posições contrárias, as fichas do SNI se avolumavam e revelavam a presença que havia permanecido oculta. A extensão da força dos militares se alargou para as diversas Associações e Sociedades de Psicologia. Em documento intitulado *Academia Paulista De Psicologia* de 1980, aqueles considerados suspeitos foram marcados em ficha pelos agentes de informações no interior daquela instituição. Duas foram as marcações. Uma, de psicóloga que ocupou o cargo na Comissão de Bibliografia, porque "subscreveu memorial dos professores da Universidade de São Paulo (USP) em repúdio à morte de Wladimir Herzog" (Serviço Nacional de Informações, 1982, p. 3). E outra, por compor "o Conselho Orientador da Editora Alfa-Omega, responsável pela publicação da obra intitulada "Em Câmara Lenta" de Renato Tapajós, a qual faz apologia ao terrorismo" (Serviço Nacional de Informações, 1982, p. 3). Mas por que na *Academia Paulista de Psicologia*, um psicólogo fez um relatório sobre este livro em particular?

As pistas das atividades de seu vice-presidente Samuel Pfromm Netto (1932 - 2012), que "juntamente com o Professor Arrigo, foi um dos responsáveis pelo planejamento e criação do curso de Psicologia e do Instituto de Psicologia da USP" (Instituto de Psicologia da USP, s/d, para. 1), ajudam a explicar.

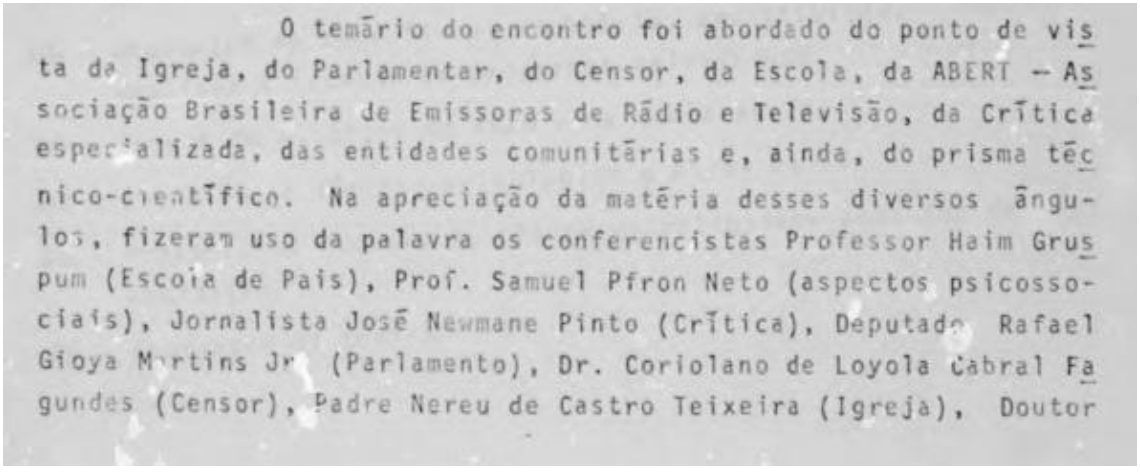
Interessante que Samuel Pfromm Netto foi "indicado como referência no Manual Básico da Escola Superior de Guerra (ESG) no assunto de Comunicação e citado também em trabalhos

da mesma instituição" (Rios, 2019, p. 6). Registra-se que seu lattes indica, em 1974, alguns dos lugares em que foi reconhecido institucionalmente, sendo agraciado com o "Diploma Honorífico, [na] Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro". Em regime ditatorial, a censura ocupa espaço privilegiado para impedir a circulação de determinadas informações. Neste sentido, uma fração da psicologia, em sua etapa de institucionalização, encontrou novo espaço para seus aportes.

O psicólogo Pfromm Netto foi um dos colaboradores sobre assuntos relacionados a aspectos psicossociais para a Censura durante o governo dos militares. Em 1981, participou das discussões sobre a Censura no país, constando no "Relatório Final do Seminário Nacional Sobre Programação de TV e Púlico Usuário, realizado em Brasília de 2 a 4 de dezembro de 1981 sob os auspícios do Ministério da Justiça" (Divisão de Segurança e Informações, 1982, p. 85). Além da presença do Ministro da Justiça, presente esteve o Presidente do Conselho Superior de Censura. Na parte intitulada "Fatores que Influem na Formação do Moral Social e da Opinião Pública Brasileiras" (Divisão de Segurança e Informações, 1982, p. 3), afirmou-se que:

> Tendo sido analisado especificamente o papel da imprensa, do rádio e da televisão, verificou-se que esses meios de comunicação, em grande percentagem de seu noticiário, vinham procurando influenciar negativamente na opinião pública nacional, através de análises e críticas tendenciosas e/ou distorcidas dos principais planos governamentais.
> Evidenciou-se, também, a proliferação e atuação coordenada de movimentos contestatórios ao regime, não só pelos meios de comunicação social, como através de pseudos conclaves técnico-científicos (Divisão de Segurança e Informações, 1982, p. 3).

Figura 21 - Prof. Samuel Pfron Neto (sic) discutindo os aspectos psicossociais no Seminário Nacional sobre Programação de TV e Público Usuário em 1981 junto com censores



O temário do encontro foi abordado do ponto de vista da Igreja, do Parlamentar, do Censor, da Escola, da ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, da Crítica especializada, das entidades comunitárias e, ainda, do prisma técnico-científico. Na apreciação da matéria desses diversos ângulos, fizeram uso da palavra os conferencistas Professor Haim Gruspum (Escola de Pais), Prof. Samuel Pfron Neto (aspectos psicossociais), Jornalista José Newmane Pinto (Crítica), Deputado Rafael Gioya Martins Jr (Parlamento), Dr. Coriolano de Loyola Cabral Fagundes (Censor), Padre Nereu de Castro Teixeira (Igreja), Doutor

Fonte: Divisão de Segurança e Informações, 1982, p. 86)

Presentes estavam setores que faziam a censura no país. Como atividade do encontro, "*exibiu-se, para debate e comparação de opiniões do público e da Censura*, o filme

"Inquietações de uma Mulher Casada", tendo sido distribuídos formulários de avaliação do filme, pelo público presente" (Divisão de Segurança e Informações, 1982, p. 88. Destaques nossos). Como conclusão, "do ponto de vista da atuação dos órgãos censórios, emergiu do encontro a sólida convicção da necessidade de representação do usuário no Conselho Superior de Censura, dando ao público voz e voto nas deliberações a serem ali adotadas" (Divisão de Segurança e Informações, 1982, p. 90).

Pfrom Netto conhecia bem os mecanismos de censura. O livro *Em Câmara Lenta*, censurado e proibido, tinha como personagem de sua história Aurora Maria Nascimento Furtado, estudante de psicologia torturada e morta aos 26 anos. Foi parte daquelas frações que, por estarem as universidades cheias de agentes de Informações, foram jogadas na clandestinidade e travaram o combate contra a ditadura empresarial-militar em um dos diversos agrupamentos que emergiram no período. Significativo que a *Academia Paulista de Psicologia* tivesse informações de alguém que trabalhou na editora responsável pelo lançamento deste livro, que foi escrito dentro da prisão e cujas páginas eram passadas em rascunhos do tamanho de pílulas que cabiam em uma boca quando o autor recebia visitas de seus pais. Mas por que impedir essa história de ser contada?

Significativo ainda que, quando da morte de Aurora Maria, ela foi lembrada nos cárceres da prisão de Tiradentes, através de poema, escrito e dedicado "à companheira Aurora Maria do Nascimento, assassinada em 10 de novembro de 1972" (Tierra, 2010, p. 81). Impedida de ser contada em Associações profissionais, a história da estudante de psicologia morta em tortura significa lembrar do que foi necessário para impulsionamento da nova etapa de institucionalização da psicologia no Brasil durante a ditadura empresarial-militar, já que para a efetivação e consolidação deste processo foi necessária a limpeza institucional e a eliminação física de opositores.

Também, os muros e os anônimos da história teimavam em não se calar. Se, por um lado os agentes de Informações infestavam a profissão, a resistência transbordava por onde não conseguiram terminar os expurgos, as depurações e, já na década de 1970, as eliminações físicas dos que não aceitaram aquele estado de coisas.

Em 1976, foram "afixadas no mural do Instituto de Psicologia de USP, cópias de duas cartas [...], versando sobre a "Anistia para presos políticos" (Serviço Nacional de Informações, 1976, p. 3). Toda uma história foi feita nos subterrâneos da nova etapa de institucionalização da psicologia no Brasil. As denúncias circulavam na clandestinidade, sob as sombras da ditadura. Alípio de Freitas, revolucionário português encarcerado no Rio de Janeiro, relembrou que:

> Durante este período, elaboramos alguns de nossos melhores documentos-denúncia e começamos a pensar seriamente em deflagrar o processo de Anistia, de que ninguém se ocupava até então. Num documento nosso, dessa época, pela primeira vez surgiu a palavra de ordem de Anistia Ampla, Geral e Irrestrita (Freitas, 1981, p. 242).

Se por diferentes meios se tentou arrebentar os elos da psicologia que se ligavam na luta contra a ditadura, através da depuração, expurgo e eliminação, eles voltavam a ser forjados no anonimato. Mas, se os agentes da repressão tanto se preocuparam em aplastar a subversão no interior da psicologia, agindo e se articulando em suas instituições, quem foram e o que fizeram aqueles chamados de subversivos que não se intimidaram e ousaram combater a militarização promovida pelo golpe preventivo? Quem foram as peças que não serviam na engrenagem da psicologia em sua etapa de institucionalização durante a ditadura? O que fizeram aqueles considerados terroristas e por que a depuração e o expurgo, como instrumentos, foram necessários? Parafraseando Brecht (2012), quem foram aqueles que, traindo a tendência de inserção em espaços em uma ditadura, foram impedidos de continuar na psicologia em sua nova etapa de institucionalização da profissão e foram expulsos por um bom motivo?

2 NA CONTRAMÃO DA NOVA ETAPA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PSICOLOGIA NO BRASIL: O DESLOCAMENTO DA CIDADE PARA O CAMPO E A GUERRA POPULAR PROLONGADA

Se parte da psicologia em sua nova etapa de institucionalização, impulsionada e direcionada pelo governo militar, encontrou terreno para ampliar suas atividades profissionais, inclusive com a colaboração direta com órgãos de informação e repressão, outra fração considerou que a contradição principal no país era aquela que opunha ditadura empresarial-militar a luta pela retomada democrática da sociedade brasileira. Por fazerem a opção por um desses elementos da contradição, se inseriram em organizações de combate à ditadura. Dessa forma, enquanto uma fração atuou fornecendo informações de professores e alunos, impedindo eleições em congressos e perseguindo congressistas, formando delatores da escola do SNI e direcionando o processo de criação do CFP, uma outra fração já havia rompido e se oposto ao processo de colaboração com as forças da ordem. Encontravam-se, naquele momento, na clandestinidade, respondendo a processos baseados na Lei de Segurança Nacional, encarcerados, exilados ou mortos.

Dito isso, o objetivo deste capítulo é reconstruir parte da história da fração de psicólogos e estudantes de psicologia que, no contexto de polarização social e durante a nova etapa de institucionalização da psicologia no Brasil, optaram, entre os anos de 1964 e 1976, pelo pertencimento a organizações políticas contra a ditadura-militar. Esses psicólogos e estudantes de psicologia foram empurrados para a clandestinidade por serem oposição ao regime social vigente. Suas histórias revelam também outra maneira pela qual a ditadura empresarial-militar impactou a psicologia, limitando as possibilidades de parte dos democratas inserirem-se em espaços institucionais em que poderiam defender posições de contestação. Dos sujeitos que fizeram parte deste processo, resultou uma multiplicidade de histórias. Alguns tentaram conciliar atividades de psicologia articuladas à sua militância; outros, ou foram impedidos de continuar ou romperam com a profissão; e também houve casos de psicólogos que conseguiram voltar a desempenhar abertamente a profissão depois de consolidada a nova etapa de institucionalização da psicologia com a redemocratização do país a partir de uma nova pactuação de classes.

A presença de um maior número de estudantes de psicologia em relação a profissionais formados em agrupamentos contra a ditadura ocorreu por diferentes determinações particulares que caracterizaram cada um desses setores. A ampliação da discussão política em setores estudantis foi, na universidade brasileira em geral, e na psicologia em particular, plasmada por

contradições exteriores ao âmbito universitário, à época refratário a essas discussões. Como consequência, grupos estabeleceram polarizações ideológicas, que concorreram para a ampliação dos debates político-sociais que iam além da particularidade fragmentada de cada área científica.

Como tentativa de represar este impulso, e "adotando o lema "O Dever dos Estudantes é Estudar", o regime militar conduziu uma luta ideológica no sentido de que cabia ao estudante estudar e não participar da luta política" (Arantes, 2013, p. 126). Tentar romper com a tentativa de despolitização imposta pelos militares, que objetivavam neutralizar seus opositores internos em momento de reforma universitária, significou a perseguição de setores que defendiam a democratização da discussão. A tendência daqueles que defendiam a separação da ciência com a política, onde aquela deveria manter-se neutra como forma de evitar infiltração de frações críticas à militarização institucional, foi habilmente manejada pelas frações de sustentação do terrorismo de estado. Estas posições foram defendidas abertamente pelo já citado agente de informações em distintos congressos de psicologia e no processo de formação do CFP. Mas também foram expressas de forma encoberta e indireta na tendência individualista que caracterizou a psicologia deste momento.

Consideramos necessário explicar as bases para a concepção de luta de cada agrupamento e a forma de inserção dos sujeitos de nossa pesquisa em seu interior, já que as opções táticas e estratégicas utilizadas basearam-se em análises concretas, conjunturais e estruturais da sociedade.

Tomamos aqui como critério das distintas posições estratégicas de agrupamentos de combate à ditadura a centralidade que as organizações davam à construção da luta. Neste capítulo, trataremos das organizações que consideravam que a força principal de transformação social estava no campo, e adotaram como estratégia a *guerra popular prolongada* de influência da revolução chinesa. As principais organizações foram a Ação popular (AP), o PCdoB e a Ala Vermelha do PCdoB (Ala).

2.1 **Ação Popular e a *integração na produção*: da transformação clandestina de uma psicóloga em camponesa aos estudantes no setor de propaganda**

O golpe de classe, planificado desde 1961 e que tomou sua ofensiva armada em 1964, encontrou parte das organizações de esquerda do país com insuficiente força para dar resposta imediata. Antes de 1964, alguns psicólogos já pertenciam a organizações de esquerda, e suas posições foram impulsionadas para a radicalização após a investida dos militares. Em particular,

encontramos uma psicóloga com destacado papel na Ação Popular (AP), Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes (1940-). Também, uma parte de estudantes de psicologia que foi atraída para a organização após 1964, pela inserção que a organização teve no movimento estudantil e em setores religiosos.

A AP foi a principal organização do setor estudantil deste período. Um psicólogo pertencente à ALN, relembrou que a "AP era hegemônica no Brasil" (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). Isso porque o enraizamento de parte de sua base estava em setores ligados à ação dos católicos na esquerda. Além da referida psicóloga, a AP contou com estudantes de psicologia à época, como Jesus Santiago. Posteriormente, em 1971, a AP se integrou à estrutura do PCdoB, nos anos pré-Guerrilha do Araguaia.

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes[68], conhecida como Dodora, formada em psicologia em 1963, e que viveu onze anos na clandestinidade, teve papel destacado no interior dos quadros organizativos da AP. Antes da formação da organização, fez parte de um dos setores que a criaram, já que "Dodora era uma liderança conhecida da JEC [Juventude Estudantil Católica] feminina, tendo sido sua direção nacional. Quando ela entrou para a PUC [Minas] integrou-se ao "Grupão" e participou do Congresso de fundação da AP" (Arantes, 2013, p. 116). Neste sentido, a AP foi um grupo cristão que, inserido nas polarizações da sociedade brasileira, foi se deslocando gradativamente para as discussões de transformação social e opção pelos pobres, que setores da Igreja defendiam. Assim, a AP foi

> fundada durante um congresso promovido pela Juventude Universitária Católica (JUC) em Belo Horizonte, entre 31 de maio e 3 de junho de 1962. Integrada basicamente por membros da JUC e da Juventude Estudantil Católica (JEC), seu objetivo era formar quadros que pudessem "participar de uma transformação radical da estrutura brasileira em sua passagem do capitalismo para o socialismo" (Kornis, 2010).

Dodora, já formada em psicologia, foi morar em Brasília junto de seu companheiro, liderança da AP e ex-presidente da UNE, Aldo Arantes (1938 -) em 1963. Nesta época, trabalhou no Programa de Alfabetização de Adultos do Ministério da Educação, conduzido pelo educador Paulo Freire (1921 - 1997). Mas em 1º de abril de 1964, com o golpe militar, e já visada pelas suas atividades, saiu do país para o exílio. Uma de suas memórias deste período foi a entrada dos tanques na cidade de Brasília (Arantes, 2013).

---

[68] Registra-se aqui que os onze anos de vida clandestina de Maria Auxiliadora, no interior da AP, serviriam de base para a problemática com o qual trabalharia em sua dissertação de mestrado, que transformou no livro *Pacto Re-velado: psicanálise e clandestinidade política,* publicado em 1994 e que utilizamos para complementação neste capítulo. Conveniente lembrarmos que os depoimentos que Dodora utilizou em sua dissertação foram de: Aldo Arantes, Elzira Vilela, Haroldo Lima, Herbert José de Souza e Maria Luísa de Barros Carvalho, todos participantes do processo de *integração na produção* no interior da AP.

A fuga do Brasil ocorreu pelo então sul do Mato Grosso, junto com Aldo. Passaram pelas cidades de Campo Grande, Aquidauana e instalaram-se na fronteira do Brasil com o Paraguai, onde atravessaram para a cidade de Pedro Juan Caballero. Lá, pegaram um avião para Assunção, capital do país. Anos depois, Aldo afirmou que "mais tarde, descobrimos que a CIA soube de nossa estada no Paraguai" (Arantes, 2013, p. 131). Passaram ainda pela Argentina e seguiram para o Uruguai, onde se encontraram com outra liderança da AP, Herbert José de Souza (1935 – 1997), o Betinho[69].

Figura 22 - Exílio no Uruguai de membros da AP. Da esquerda para a direita: Betinho, um personagem não identificado, Aldo Arantes e a psicóloga Maria Auxiliadora Cunha



Fonte: Arantes, 2013, p.132

Refletindo sobre o momento em que muitos assumiram a clandestinidade, Dodora considerou foi uma escolha necessária, porém com impactos para aqueles a fizeram, inclusive no âmbito da separação entre vida profissional e defesa da democracia. Por isso, considerou que

> com o passar dos anos, o clandestino foi ficando um especialista político.
> *Foi se afastando da escolha profissional que fizera quando estudante.* Vai ficando sem saber, à margem do vertiginoso avanço da ciência e tecnologia, mergulhado no seu próprio país, que lhe era hostil e perseguidor de suas ideias e de sua vida.
> *Homens e mulheres brilhantes foram tirados de cena da elaboração do pensamento teórico e científico no Brasil. Toda uma geração foi abafada na possibilidade de reconhecimento profissional pelos seus pares, tantos quanto as "n" alternativas de estudo antes do golpe militar*, abraçadas por uma instigante geração de jovens lideranças que adiaram por mais de 10 anos, sua re-instalação profissional e pública (Arantes, 1994, p. 81-82. Destaques nossos).

[69] Herbert José de Sousa (1935 - 1997) foi sociólogo e pertencente a organizações de origem cristã como a JEC e JUC, que serviram de base para a criação da AP. Pela sua posição de pertencer a um agrupamento de combate a ditadura, se exilou no Chile, onde trabalhou no governo de Salvador Allende.

No Uruguai, encontrava-se parte de exilados brasileiros concentrados em torno de dois grupos. Um, ao redor de Leonel Brizola (1922 - 2004); outro, ao redor do ex-presidente golpeado João Goulart, o Jango. No exílio uruguaio, nasceu o primeiro filho de Dodora em 1965, tendo a visitado "no hospital vários exilados, entre os quais Brizola e Dona Neuza, Paulo Schilling e muitos outros" (Arantes, 2013, p. 133).

Nas reuniões no Uruguai, Brizola, tendo recebido financiamento do governo cubano, e influenciado pela própria Revolução Cubana (Arbex, 2015), assim como pela figura do militar nacionalista Fidel Castro (1926 - 2016), deu início aos preparativos para estruturar uma guerrilha de tipo foquista[70], com parte dos militares nacionalistas do Rio Grande do Sul que lá estavam vivendo. A experiência se concretizou com a Guerrilha do Caparaó. No entanto, a AP estava se afastando das tendências cubanas e já se acercava das tendências chinesas, responsáveis pelo processo revolucionário em um país de grande extensão territorial. Mesmo a AP tenho recebido dinheiro de Cuba, através de Brizola, para estruturar a organização e deslocar parte de seus quadros para a ilha da América Central, a opção da direção foi de afastamento, quando

> a direção da AP recebera 16 mil dólares para enviarmos pessoas para um treinamento militar em Cuba. Ocorre que com minha ida à China e o processo de discussão que seguiu, passamos a criticar a ideia de tomada do poder através do caminho cubano, ou seja, o do "foco guerrilheiro", e, então *optamos pelo caminho chinês da Guerra Popular Prolongada* [...].
> O problema era o que fazer com o dinheiro enviado para este fim e, numa reunião da direção da AP, decidimos devolvê-lo aos cubanos. E Paulo Wright recebeu essa tarefa (Arantes, 2013, p. 134-135. Destaques nossos).

Em 1965, Dodora voltou ao Brasil. Uma de suas funções era a propaganda contra o regime militar, pois "militantes da AP faziam pichações contra a ditadura. [E] Dodora realizava esta atividade" (Arantes, 2013, p. 139). Neste período de semiclandestinidade, anterior ao AI-5, parte do engajamento contou com o apoio da "solidária e corajosa madre Cristina" (Arantes, 2013, p. 139). Esta religiosa, psicóloga e professora, também oriunda da base cristã, teve papel considerável no apoio às organizações progressistas da época, tendo participado da JUC. Outro membro da direção da AP lembrou que "madre Cristina Maria, professora de psicologia do Sedes Sapientiae, um centro universitário dirigido pelas cônegas de Santo Agostinho" (Serra, 2014, p. 146), insistiu para que o então líder estudantil deixasse o país e deslocasse para o exílio.

---

[70] O foquismo foi a maneira pela qual a teoria do foco guerrilheiro foi sintetizada a partir da experiência da revolução cubana. A concepção baseada no exemplo da Revolução Cubana de 1959 e sistematizada pelo francês Regis Debray (1940 -) em seu livro Revolução na Revolução? A teoria afirmava que um grupo de guerrilheiros presentes em determinada região, e sem a presença de um Partido Comunista, teria condições de dar início ao processo revolucionário.

Gradativamente as posições da AP, rejeitando o foquismo cubano, foram acercando-se das posições chinesas. Em 1966, esta aproximação aumentou com o estabelecimento de relações políticas com seus militantes deslocando-se para a China. Este foi o ano da Grande Revolução Cultural Proletária (GRCP), que influenciou e impactou a percepção dos dirigentes da AP. Mas as atividades políticas da AP no Brasil se mantiveram já que

> [...] a Ação Popular, agindo na clandestinidade, exerceu importante papel na luta contra a ditadura. Nas eleições para governos estaduais de 1966, lançou a palavra de ordem de voto nulo. A UNE, sob a direção da AP, liderou o Movimento Contra a Ditadura (MCD), movimento de massas para combater o regime militar (Arantes, 2013, p. 138).

Em 1967, a AP foi uma das organizações convidadas a participar da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) em Cuba, e "Betinho foi escalado para representar a AP. Ao chegar lá, tomou conhecimento da morte de Che Guevara, na Bolívia. Fato que esvaziou a reunião" (Arantes, 2013, p. 138-139).

No retorno, parte dos dirigentes da AP, influenciados pela viagem à China, elaboram o documento para discussão interna na organização denominado *A Teoria da Revolução Chinesa*, também conhecido como o *Documento Amarelo*, que "abriu o debate, na AP, sobre a opção pelo marxismo" (Arantes, 2013, p. 143). Em 1967, o Comitê Nacional, aderindo abertamente ao marxismo-leninismo, aprovou o documento *Debate Teórico Ideológico*, seguido de *Textos para Debate*, "com obras de Marx, Engels, Mao Tse-tung e Louis Althusser" (Arantes, 2013, p. 143). Em 1969, a AP tornou a enviar militantes para a China. Com a volta, o documento *Esquema de Seis Pontos* foi discutido. As partes integrantes do documento mostram as novas opções ideológicas da organização, assim como a maneira como analisavam a formação da sociedade brasileira, em tópicos como: "Nova etapa do marxismo-leninismo-pensamento Mao Tse-tung; caráter semicolonial e semifeudal da sociedade brasileira; revolução nacional e democrática; guerra popular prolongada; construção do Partido de Tipo Inteiramente Novo (PTIN); e integração na produção" (Arantes, 2013, p. 145). Os caminhos da organização estavam traçados. Destacam-se as críticas abertas dirigidas pela AP ao francês, Regis Debray (1940-), propagandista da teoria do foco guerrilheiro cubano, que influenciou parte da esquerda brasileira.

Em 1968, com a I Reunião Ampliada da direção nacional, a AP aprovou o documento *Esquema de Seis Pontos*, com a opção pelo marxismo-leninismo-Pensamento Mao Tse-tung. Nela, a diretriz de integração na produção foi aprovada. Neste sentido, "a integração na produção, sob influência da Revolução Cultural Chinesa, ganhou uma conotação de reeducação

ideológica [...]. Esta foi a concepção, mesclada com objetivos políticos, relacionados à criação de base de apoio para a luta armada, adotada pela AP" (Arantes, 2013, p. 150).

Dodora fez parte da militância na AP em momento que a influência maoísta traçou os caminhos estratégicos da organização, com a institucionalização da política de integração na produção. Na prática, significou que militantes foram deslocados para ingressarem em áreas geográficas distantes com o objetivo de integrarem-se à base social camponesa para: "comer junto, trabalhar junto, lutar junto. Os ensinamentos de Ho Chi-Min e Mao Tsé-tung encontram um terreno receptivo entre os militantes da AP" (Arantes, 1994, p.32). Desfizeram-se de seus bens e os doaram à organização, já que: "foi estabelecida uma diretriz que orientava seus militantes e dirigentes a doarem bens para a organização. [...] Dodora e eu vendemos a casa que tínhamos em São Paulo [...]. O desprendimento era total. Jovens correndo risco de vida e se dispunham a doar seus bens materiais" (Arantes, 2013, p. 147). A integração de Dodora foi realizada no estado de Alagoas, em região por onde circulou Lampião, o Rei do Cangaço (1898 - 1938). Seu companheiro, dirigente da organização, lembrou que "desloquei-me com Dodora e nossos filhos para Pariconha, com o objetivo de dirigir a Escola de Formação Político-Militar de Quadros Camponeses" (Arantes, 2013, p. 152).

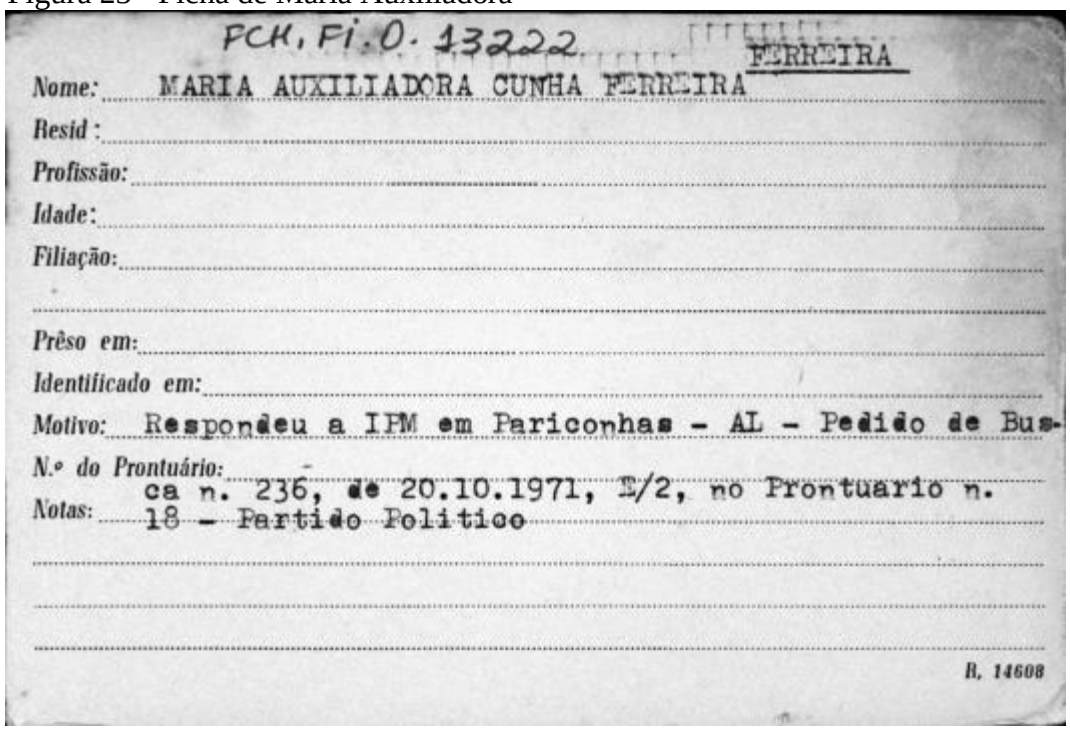
Como reconheceu a psicóloga, a clandestinidade foi um momento fundamental para a luta contra a ditadura, já que "o clandestino se esconde do inimigo, que está no poder, para combate-lo" (Arantes, 1994, p.129). Mas, com as opções de luta sendo sistematicamente estranguladas e os militantes sendo brutalmente torturados e fisicamente eliminados, as duras condições de luta na clandestinidade atuaram para transformar a nova identidade dos militantes. Por isso, Dodora reconheceu que "o disfarce que era pra protegê-lo [...] vai se tornando um fardo e se constituindo em um processo de marginalização de suas relações pessoais e familiares tão queridas" (Arantes, 1994, p.130). É este momento de integração na produção, em que foi obrigada a submergir ainda mais na clandestinidade, que foi sistematizado na análise de sua experiência e de seus companheiros, em sua dissertação de mestrado já citada. Dodora também utilizou sua experiência na área educacional em sua militância no campo, já que "a Ação Popular tinha ali um trabalho camponês, continuidade do projeto que o MEB [Movimento de Educação de Base][71] desenvolvera" (Arantes, 2013, p. 153). A psicóloga Dodora trabalhava na

[71] O MEB foi um "Programa nacional nascido da experiência com escolas radiofônicas, lançada pelo bispo Eugênio Sales em Natal em 1958. Jânio Quadros, quando presidente da República, determinou que o governo federal fornecesse recursos para a generalização desse movimento por intermédio das emissoras católicas, através de convênios com o Ministério da Educação e Cultura e outros órgãos da administração federal. O MEB, criado pelo Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961, deveria executar um plano quinquenal (1961-1965)" (Abreu, 2010a, para. 1-2). Existiu a preocupação dos agentes de repressão após o golpe preventivo

alfabetização de “camponeses, pelo método Paulo Freire. [...] Dodora dava aulas em Ouricuri, distrito a uma hora a pé de Pariconha. Percurso que fazia todos os dias, saindo no final da tarde e retornando à noite” (Arantes, 2013, p. 154).

Com a decretação do AI-5, as garras da repressão logo chegaram em Pariconha. Depois da viagem da Comissão Camponesa, uma das comissões da AP, a polícia levou Dodora. Quando “num domingo, Dodora disse as crianças que iriam fazer um piquenique em um local distante, e tentou a fuga. [...] Ao vê-la com as crianças, já distante de Pariconha, perceberam sua tentativa de fuga e a levaram de volta” (Arantes, 2013, p. 159).

Figura 23 - Ficha de Maria Auxiliadora


PCH, Fi.O. 13222

Nome: MARIA AUXILIADORA CUNHA FERREIRA FERREIRA

Resid :

Profissão:

Idade:

Filiação:

Prêso em:

Identificado em:

Motivo: Respondeu a IPM em Pariconhas - AL - Pedido de Bus-

N.º do Prontuário:

Notas: ca n. 236, de 20.10.1971, E/2, no Prontuario n. 18 - Partido Politico

R. 14608

Fonte: Anônimo, 1971, p.1

Com a prisão da psicóloga, foi aberto um IPM com a finalidade de investigar as atividades que desempenhava na AP. No relatório do inquérito estava escrito:

> Os denunciados [...] são apontados como responsáveis pala circulação dos boletins e panfletos subversivos de orientação maxista-leninista, distribuídos aos trabalhadores rurais de Pariconha. Por outro lado, os denunciados [...] não sendo, nenhum deles, trabalhadores rurais, penetraram no referido Sindicato de Pariconha, passando a tomar parte nas reuniões dos associados, objetivando, com isso, provocar e insinuar animosidade entre camponeses e proprietários de engenhos, e, assim, conseguiram efetivar as suas ideias comunizantes (*sic*) e nefastas, introduzindo jornais subversivos no Sindicato, sendo os mentores e responsáveis pela redação e confecção dos panfletos e boletins, que circulavam no meio rural (Auditoria da 7ª R.M., 1969, p. 4).

para que o Mobral, como órgão instituído pela política educacional da ditadura contra o analfabetismo, não fosse infiltrado por antigos educadores do MEB.

A prisão constou nos arquivos de vários órgãos pertencentes à Comunidade de Informações. O Cenimar (1973) teve um relatório que afirmou que "entre aqueles que foram presos por vinculações à APML e conseguiram burlar a ação das autoridades, encontram-se [...] Maria Auxiliadora de Almeida da Cunha" (p. 2). A denúncia da prisão de Dodora com os seus filhos foi feita também pela imprensa democrática que funcionava na clandestinidade. Sem citar abertamente o nome da psicóloga, a imprensa da APML publicou o *Livro Negro da Ditadura Militar* em 1972. No capítulo *A repressão cresce no campo*, estava descrita a afirmação de crianças presas no interior do país:

> Para sufocar essas lutas, iniciou-se uma ofensiva crescente da repressão, com a presença ostensiva de policiais e ameaças, criando um clima de grande insegurança entre os camponeses. Mas foi a partir do Ato 5 que as ameaças se concretizaram. Dez pessoas foram presas logo no dia seguinte, inclusive três crianças de 2, 3 e 7 anos (Guisoni, 2014, p. 81-82).

Das três crianças, duas eram filhas da psicóloga. Dodora foi levada para a delegacia de Água Branca. Depois, transferida para diversos cárceres junto de seus rebentos, sempre sujeita às provocações dos agentes de repressão conforme relatou seu companheiro:

> As mulheres e as crianças eram transferidas de prisão para prisão. Primeiramente ficaram no DOPSE, no centro de Maceió. Dodora foi para a Escola de Aprendizes de Marinheiros [...]. Um oficial da Marinha, oficial do dia, pediu a Dodora para lhe dar André [seu filho], pois não tinha filhos e até já tinha conversado com sua esposa. Disse que o menino não teria futuro nenhum com ela, com os pais presos. Dodora ficou extremamente preocupada [...]. Posteriormente, foi deslocada para uma delegacia nova para "ter a honra de inaugurar uma delegacia", conforma lhe afirmou, cinicamente, um policial.
> Finalmente, Dodora e Rosa [uma camponesa] encontraram-se novamente e ficaram presas, com os filhos, na Policlínica da Polícia Militar, em Maceió (Arantes, 2013, p. 162).

Com a presença das crianças no cárcere e com a possibilidade de seu rapto pelos agentes da repressão, foi preciso elaborar uma tática para se lidar com a complexidade da situação. Quando da realização da audiência, a presença das crianças encarceradas foi instrumento de constrangimento das autoridades responsáveis pelas instituições, já que

> elas se esbaldaram no salão onde foi realizada a audiência. [...] Elas passaram a correr, derrubar as cadeiras e puxar as cortinas. Combinei com a Dodora que iríamos deixa-las fazer a bagunça que quisessem para criar um constrangimento aos militares. Foi o que ocorreu. [...] O escrivão afirmou que as crianças estavam presas com os pais. [...]. No desenrolar da audiência, não se falou das crianças presas (Arantes, 2013, p. 163).

A advogada que cuidava do caso pediu a imediata soltura das mulheres, assim como das crianças. Foi atendida. Aldo, que continuou preso, empreendeu fuga coordenada por um dirigente regional da AP, João Batista Franco Drummond (1942 - 1976), que mais tarde foi

assassinado na Chacina da Lapa. Depois da fuga, Aldo se reencontrou com Dodora, sendo recebidos no Clube de Mães de Pariconha pelos camponeses da região.

A mudança de identidade na clandestinidade, que anos depois Dodora teorizou como manifestação de "um sintoma (do) social" (Arantes, 1994, p. 141), foi necessidade de momento político particular, mas que teve profundos impactos no psiquismo de seus militantes. Uma das normas da clandestinidade da AP foi a utilização do chamado documento "frio-quente", a saber, "um documento falso, mas obtido pelas vias legais" (Arantes, 2013, p. 168). Exatamente por este motivo que o nome da psicóloga está presente em outro documento da repressão intitulado *Documentos Falsos:*

> 1.Este Centro tomou conhecimento do fato que, por sua natureza, pode causar intranquilidade na Comunidade de Informações.
> 2. Trata-se do uso de documentos falsos apresentados como prova de identidade por elementos presos em consequência em implicações com atividades subversivas.
> 3. Há inúmeros registros de falsos documentos de identidade utilizados como tentativa de confundir a vigilância governamental. Sem dúvida, poucos são os registros em que a falsa atividade não tenha sido apurado (*sic*) em tempo hábil.
> 4. Entre aqueles que foram presos por vinculações à APML e conseguiram burlar a ação das autoridades, encontram-se: [...] Maria Auxiliadora De Almeida Cunha (SNI, 1974a, p. 3)

Já em liberdade, a psicóloga, o companheiro e os filhos deslocaram-se para São Paulo, onde a mudança de residência foi frequente para manter as normas de segurança da clandestinidade. Depois de cada mudança, uma nova identidade. Dodora adotou o nome de Joana Maria da Silva (Arantes, 2013, p. 172). Seus filhos, pelas circunstâncias, foram também obrigados a usar nomes falsos, inclusive em matrícula escolar. Por isso, "como Dodora era psicóloga, sempre ficávamos preocupados sobre qual seria a reação deles ao saberem de tudo e como deveríamos enfrentar esse problema [...]. Não fazíamos ideia do que se passava na cabeça dos nossos filhos" (Arantes, 2013, p. 174). No entanto, a resposta viria apenas em 2013, no Seminário Verdade e Infância Roubada realizado pela Comissão da Verdade de São Paulo, quando um dos filhos do casal falou como a psicóloga

> o "enganou" para suavizar os momentos difíceis enfrentados. Declarou que quando ficaram presos, sua mãe afirmou que a Policlínica da Polícia Militar, onde estavam, era um castelo. Ele acreditou. Disse que os carcereiros eram amigos. Ele acreditou. Disse que os ratos que corriam no terreno baldio, com lixo hospitalar, onde tomavam banho de sol, eram Jerry, de Tom e Jerry. E ele acreditou. No final do depoimento, afirmou que, com quatro anos de idade o que a mãe falava era verdade para ele (Arantes, 2013, p. 175-176).

A ludicidade, como característica infantil, foi um dos elementos que a psicóloga bem conhecia e utilizou no período de clandestinidade com seus filhos. Uma das consequências do terrorismo de estado nas relações entre familiares de militantes foi o silenciamento daquilo que

ocorreu. Não por acaso, somente décadas depois é que os filhos exteriorizaram aquelas relações mantidas até então em silêncio.

Tendo a AP feito a opção pelo marxismo-leninismo-Pensamento Mao Tse-tung, o PCCh a estimulou a analisar a possibilidade de fusão com outra organização brasileira que já estava em contato com os dirigentes chineses, o PCdoB. As reuniões entre os dirigentes da AP e PCdoB, para discussão das teses objetivando a efetivação deste processo, foram organizadas por Pedro Pomar. No entanto, um evento acelerou o processo de incorporação da estrutura da AP pelo PCdoB: a Guerrilha do Araguaia em 1972. A direção da AP a avaliou como fato político de maior importância e que a organização deveria apoiá-la por sua significação histórica. No período de transição deste processo de incorporação, a APML adotou a sigla APMLdoB, que indicava a marcha deste acontecimento.

As duas organizações, outrora de distintas origens, se aproximaram no terreno sedimentado pela ditadura, com o objetivo de estreitar seus laços para acumular forças no combate aos generais. Sobre este processo e as forças conjuntas empreendidas pela incorporação da APML pelo PCdoB, um entrevistado disse:

> [...] o PCdoB [era] nesse momento maoísta, por causa do ingresso, no final dos [anos] sessenta da Ação Popular. Da AP-ML. A Ação Popular, depois a Ação Popular Marxista-Leninista, que migrou pro PCdoB. E essa migração trouxe um conteúdo de base maoísta, que já estava na AP-ML. E o PCdoB acaba assumindo uma força maoísta, uma linha maoísta, durante esse período. Que é o período da Guerrilha do Araguaia, que era foquista, e de forma orientação maoísta (Braga, P. C., comunicação pessoal, 5 de novembro, 2019).

Dodora, já deslocada para a cidade, e ainda na clandestinidade, viveu este processo. Anos depois da incorporação, ocorreu operação repressiva coordenada pelo coronel Brilhante Ustra, que ficou conhecida como a Chacina da Lapa. Foi a eliminação física de parte do núcleo revolucionário do PCdoB, assim como nova prisão de seu companheiro Aldo Arantes. Sobre este momento, ela disse que a

> Chacina da Lapa foi comandada pelo Brilhante Ustra, uma operação casada entre o Exército, o DOPS de São Paulo e outros órgãos militares, e o Brilhante Ustra era um dos "cabeças" dessa operação. Ele e o [Sérgio Fernando Paranhos] Fleury. O Fleury passou a me procurar (Arantes, 2013, p.580).

Com a Chacina da Lapa, que eliminou Ângelo Arroyo (1928 - 1976) e Pedro Pomar (1913 - 1976), e capturou João Batista Franco Drummond, assassinando-o em sessão de tortura, fechou-se um ciclo da luta revolucionária no país. A psicóloga seguiria, ainda, anos na clandestinidade.

Frisamos ainda que dentro da AP atuaram outros estudantes de psicologia e psicólogos, mesmo sem a inserção de Dodora, e viveram a experiência da ditadura militar articulada com a psicologia através de outras mediações sociais. Entre eles, Jesus Santiago, aluno da UFMG.

Jesus Santiago entrou no curso de psicologia em 1974, tendo percorrido parte pregressa de sua vida na militância como estudante secundarista. Foi influenciado pelo seu irmão mais velho, religioso que pertenceu ao grupo dos chamados padres operários. Seu irmão, com a vivência do sacerdócio no Oriente Médio, tendo morado num *kibutz* com palestinos e jordanianos, "começou um processo de politização, [e] começou a vincular-se aos grupos de esquerda que lutavam pela existência de um território palestino" (Santiago, 2013, p. 137). Ligou-se à ALN de Carlos Marighela, tendo participado da organização na Paraíba e no Recife, alternando momentos de clandestinidade e semiclandestinidade. Aderiu à Teologia da Libertação, com "uma concepção do Cristo como homem revolucionário, o Cristo carpinteiro, trabalhador, que buscava uma mudança social" (Santiago, 2013, p. 139). Mas, qual a importância de seu irmão nas suas atividades? É que, "exatamente por influência dele, eu comecei a ter uma atividade no movimento estudantil secundarista" (Santiago, 2013, p. 138), experiência que utilizou nos setores estudantis da AP já como estudante de psicologia.

Jesus Santiago, depois da prisão de seu irmão, se transformou "em um ponto de contato dele com a família, no período da clandestinidade e na prisão" (Santiago, 2013, p. 139). É com esta bagagem que, quando iniciou o curso de psicologia em 1974, continuou sua militância:

> Depois, vinculei-me a uma entidade de militância política participando de um grupo de esquerda que teve uma importância grande na construção da UNE, a Ação Popular, que junto com o PCdoB ganhou as eleições da UNE. Mas eu acabei não entrando na chapa por uma escolha pessoal. [...] E eu já estava casado com minha primeira mulher, psicóloga e também militante desse mesmo grupo, a Lívia (Santiago, 2013, p. 144-145).

No interior da universidade atuando no setor estudantil, foi "presidente do centro de estudos por um ano. No segundo ano, fui presidente do Diretório Acadêmico (DA) e, dois anos depois, fui presidente do DCE, o Diretório Central dos Estudantes" (Santiago, 2013, p. 144). Ainda como formação política e forma de suprir as debilidades de ensino do curso, "a gente tinha um grupo de estudos que lia textos do Lenin, alguma coisa do Marx" (Santiago, 2013, p. 145).

Sua experiência pessoal, articulada com a militância no interior de um grupo que se opôs a ditadura militar, foi responsável por manter discussões políticas inseridas em espaços da psicologia. Fez a seguinte avaliação desse momento:

> Particularmente no mandato do DCE se tratava de um momento em que a violência governamental resultava de um certo declínio da força política dos governos militares. Eu diria que eu tomei conhecimento portanto nessas duas situações, de novas formas de repressão policial. Sobretudo não é, aquilo que se manifestava via o batalhão de choque da Policial Militar de Minas Gerais. Então eu por exemplo, como dirigente do movimento estudantil, eu não fui torturado, como foram todos os meus colegas, não é? Que tinham responsabilidades políticas junto às entidades estudantis. Não é? Mas eu fui preso. Eu apanhei na rua, numa dessas vezes (Santiago como citado em Comissão da Verdade em Minas Gerais, 2017, p. 15).

Se parte de diferentes setores da sociedade teve seus posicionamentos asfixiados pela intensa campanha ideológica do governo, alguns espaços universitários, mesmo que pressionados, conseguiram desenvolver algumas atividades. Santiago lembrou que através da manutenção de núcleos para não esquecimento de estudantes assassinados pela ditadura militar ocorreu passeata de setores progressistas. Neste sentido:

> 10 anos da morte do Edson Luiz, que foi um evento na [...] Faculdade de Direito que nós saímos em passeata que eu tomei uma cassetada no pescoço, eu desmaiei e eu fui socorrido por um colega de uma outra tendência política e felizmente, porque a situação ficou complicada para mim (Santiago como citado em Comissão da Verdade em Minas Gerais, 2017, p. 15).

A AP conseguiu manter o trabalho de contestação da ditadura militar enquanto esteve inserida no movimento estudantil. Com o cerceamento das instituições universitárias, onde se encontrava parte de sua base, foi posta em contato gradativo com outros agrupamentos, incluindo o partido que a incorporou, o PCdoB.

Com a ofensiva da repressão para a captura de membros do PCdoB, algumas discussões políticas ocorreram em função da necessidade de rápida resposta. No Araguaia, participou ativamente um estudante de psicologia que viveu parte da transição da APMLdoB, Idalísio Aranha. Mas, antes de falarmos de sua atuação, faremos um interlúdio sobre uma fratura no interior da estrutura do PCdoB, onde havia uma psicóloga. Dela, resultou a Ala Vermelha, onde estava Emely Vieira Salazar.

2.2 **Uma psicóloga na Ala Vermelha do PCdoB**

Antes da AP se incorporar à estrutura organizacional do PCdoB, o próprio PCdoB teve um fracionamento que fez surgir a chamada Ala Vermelha do PCdoB. Nesta organização, a psicóloga Emely Vieira Salazar (1936 -) estava inserida. Oriunda também da já citada AP, passou pelas metamorfoses da organização cristã até chegar, gradativamente, à sua radicalização. Emely Vieira, apenas alguns meses após o golpe militar, respondeu a inquérito sobre suas atividades. Na sua ficha do DOPS, está escrito que

> Em 17-7-64 prestou as seguintes declarações no CPOR [Centros de Preparação de Oficiais da Reserva]: que ingressou no Centro Popular de Cultura, para atuar no Setor Centro, teve conhecimento posteriormente da Ação Popular, por intermédio de

> elementos que ali atuava (*sic*); que ingressou no Movimento de Ação Popular por solidariedade ao Movimento, por sabê-lo eminentemente cristãos; que temendo que o CPC [Centro Popular de Cultura] viesse a ser envolvido pelos ou melhor dominado pelos comunistas, foi ao arregimentar (*sic*) em Ação Popular. Perguntada quanto tempo permaneceu no Movimento de AP, ela respondeu que atuou no Mov (*sic*) de AP a partir de setembro de 1963. Perguntada qual o setor em que atuou em AP, respondeu que no "Setor de Cultura Popular", que tinha por finalidade elevar o nível cultural do povo. Perguntou se o "Setor de Cultura Popular" chegou a atuar na alfabetização dos favelados de Belo Horizonte, respondeu negativamente, por estar na fase de arregimentação de quadros que não teve oportunidade de atuar. Perguntada se sabia qual as finalidades de AP, respondeu que as suas finalidades era (*sic*) ter uma atuação junto ao povo a fim de conscientizá-lo para o bom caminho. Perguntada se o Mov (*sic*) de AP tinha tendências comunistas, respondeu negativamente, sendo o mov (*sic*) diametralmente oposto ao comunismo. A finalidade era dispertar (*sic*) no homem a sua individualidade. Perguntada se sabia que AP atuava no mesmo campo de ação do Partido Comunista brasileiro (*sic*), respondeu que ignora. Perguntada se sabe qual a ideologia do Mov (*sic*) de AP, respondeu que a de conscientar (*sic*), digo conscientisar (*sic*) o povo. Praticar o humanismo progressista (Departamento de Ordem Política e Social, 1969, p. 15).

Como respondido em seu inquérito, Emely negou conhecer a ideologia que guiava a AP. No entanto, em recente depoimento à Comissão da Verdade em Minas Gerais (2017), trouxe informações daquela época sem a necessidade de ocultá-las como ocorrera antes. Assumindo a sua participação nos Centros de Cultura Popular, que foram criados como movimentos culturais pela União Nacional dos Estudantes (UNE), falou sobre o seu estranhamento inicial quando dos posicionamentos da AP em direção ao marxismo:

> Então vamos aos fatos né, da ditadura. Eu sou psicóloga. Estudei na PUC. Eu entrei para a PUC, *quando eu fui para a PUC eu já era militante de esquerda. [...] Eu fui de ação católica e logicamente de AP´s né? E eu me desliguei da AP quando ela se tornou Marxista Leninista, eu morria de medo de comunismo, não é?* Então, mas aí eu fui fazer psicologia não por que eu quisesse muito, mas porque a ditadura acabou com tudo, com todos os movimentos, não é? Acabou com a ação católica, acabou. Eu era do movimento do CPC né, do Centro Popular de Cultura. Não podia reunir para nada. Eu assim, bom, então eu vou ter que estudar né? Porque aí eu posso reunir né, assim que eu fui fazer psicologia então na faculdade, lá na psicologia (*sic*) (Vieira como citado em Comissão da Verdade em Minas Gerais, 2017, p. 17).

A psicóloga Emely Vieira presenciou as diferentes transformações de setores que fundaram a AP, e sentiu-se impactada pelo direcionamento da organização no sentido de incorporar teses marxistas para guiar suas análises. Em sua história, participou da JEC, da JUC e, enfim, a AP. Ainda, presenciou a metamorfose para APML, e finalmente APMLdoB:

> E na realidade eu era, eu fui militante da JEC, que é Juventude Estudantil Católica, da JUC Universitária e quando os católicos da JUC entenderam que não estava satisfazendo e que inventaram a AP, eu estava na AP virou APML do B e aí é que nós ficamos gostando mesmo e batalhando e de vez em quando, hein? Ação Popular Marxista Leninista do Brasil. Era esse que era o nome. [...] APML do B (Vieira como citado em Comissão da Verdade em Minas Gerais, 2017, p. 24-25).

A origem cristã da AP, que serviu de base para a aproximação gradativa da militância de Emely Vieira, deu possibilidades de elaboração do porquê uma jovem cristã deveria ajudar

pessoas que eram perseguidas pela repressão da ditadura militar. Lembrou-se dos preceitos fundamentais do cristianismo, já que

> *Eu era militante da Igreja Católica e como uma pessoa cristã eu ajudava a todo mundo. Alguém dizia: "Preciso esconder fulano porque a polícia está aqui!"* Eu escondia. Com isso o povo ia sendo preso e o meu nome aparecia em vários processos. Quando fui presa, eu estava no processo de todo mundo, ficou parecendo que eu era uma pessoa importantíssima, que eu era uma peça-chave e eu nem sabia quem eram as pessoas (Salazar, 2013, p.123-124. Destaques nossos).

Já com sua entrada na universidade, a sua experiência da AP expressou-se na organização de entidades estudantis. Sobre parte de suas atividades no âmbito universitário na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), afirmou que: "Eu fui do diretório acadêmico da psicologia em, da (*sic*) Universidade Católica, da PUC. Foi 67, 68 e do DCE, eu fui vice-presidente, 68,69" (Vieira como citado em Comissão da Verdade em Minas Gerais, 2017, p. 28). Neste período, suas tarefas se circunscreviam ao setor estudantil. Sobre suas lembranças do Congresso da UNE realizado na cidade de Ibiúna, em que participou dos preparativos, afirmou que:

> E depois encaminhamos aqui em Minas Gerais o famoso Congresso da UNE lá em Ibiúna né? Eu encaminhava os delegados das escolas e tal. Aí teve aquele debate lá um monte de gente foi presa e com isso eu fui presa também. Eu não fui ao congresso não, mas fui presa né? Tinha meu nome lá não sei onde. *Eu fiquei uns 03 meses presa na Estevão Pinto, no presídio de mulheres.* Isso em 69. Quando eu saí, eu já estava sendo homenageada no convite de formatura [de psicologia]. Mas aí eu sai e formei (Vieira como citado em Comissão da Verdade em Minas Gerais, 2017, p. 17. Destaques nossos).

Sobre as condições de realização do congresso realizado na clandestinidade, sua falta de estrutura devido às perseguições dos militares contra os setores contrários à reforma universitária, a psicóloga foi taxativa em sua avaliação:

> O Congresso de Ibiúna foi um troço ruim demais mesmo. Um mundaréu de estudantes morro acima que tava lá, você lembra como que era. O pessoal preparou as escadarias lá, tudo de lona e de repente na madrugada lá se ouvia os companheiros nossos, liderança sair correndo, fugindo e o exército entrando e dá-lhe cacetada, e prenderam, aquela cena. Quer dizer. São várias situações que nós tivemos, várias oportunidades que fizeram parte aí da repressão que a ditadura fez né? As nossas manifestações, as manifestações [foram] legítimas (Vieira como citado em Comissão da Verdade em Minas Gerais, 2017, p. 25).

Passados os tempos dos congressos estudantis, formou-se em psicologia em 1969. Com o aprofundamento da militância em organização clandestina em meio ao recrudescimento da ditadura militar, e com a ofensiva cada vez mais contundente da repressão, seus problemas se alargaram. Também, aumentou a responsabilidade por tarefas na organização. A resistência contra a ditadura militar pelas organizações que a combateram, apesar da disparidade do

armamento dos lados em contenda, não foi motivo para capitulação da psicóloga. Sobre parte das atividades desempenhadas neste período, lembrou que:

> Eu era elemento de confiança. Alguém pedia: "Ó, precisa levar fulano" e eu ia, não perguntava para que, nem aonde, nem o que. Precisa levar arma para o fulano, eu levava. Quando eu fui presa, disseram: "Essa mulher tem mais arma do que eu que sou tenente do exército!"
> Eu ganhei uma espingarda de um amigo, porque gosto de arma. Eu gosto, acho bonito, o meu pai tinha, antigamente todo mundo tinha uma arma. Depois, eles me deram um revólver para levar a um companheiro no Rio e eu levei. E eu passei o maior aperto, com isso eu fui muito torturada (Salazar, 2013, p.124).

Com uma fração do PCdoB pressionando o partido para a tomada de ações imediatas como resposta à ditadura militar, na VI Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil, em 1967, as contradições entre a fração composta por setores de base do partido, sem o conhecimento dos preparativos para a Guerrilha do Araguaia, e parte da direção antagonizaram-se e caminharam para a ruptura.

A crítica desta fração contra a direção partidária esteve expressa no documento que guiou a criação da Ala Vermelha do PCdoB, com o título *Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo da União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*. Com a ruptura consumada e como agrupamento independente de seu partido de origem, os órgãos da repressão tomaram conhecimento de suas atividades em Minas Gerais. Por isso, foi aberto um IPM para a investigação da Ala Vermelha. Nele, o nome de Emely Vieira constou como um dos indiciados. O *Relatório "Ala Vermelha"* afirmou que o IPM foi criado

> a fim de apurar a estrutura, composição, modos de ação e quais os integrantes da Organização Revolucionária, clandestina, subversiva, denominada ALA VERMELHA do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B), linha Chinesa, no que se refere em particular ao Bereau Regional de Minas Gerais (BRMG) em fase de reestruturação (SNI, 1970b, p. 4).

A chamada reestruturação da Ala Vermelha dizia respeito ao processo pelo qual a Ala tinha iniciado ações armadas imediatas em São Paulo e, em sua avaliação interna, teve como consequência o isolamento do trabalho partidário com relação aos organismos de massas, sendo necessária a retificação deste erro. O *Relatório* do IPM, traçando um histórico da organização, e retirando citações dos documentos da organização, retomou as contendas de 1962, em que parte do PCB se reorganizou em torno da sigla PCdoB, e seguiu às discussões de 1967, afirmando o surgimento de mais um agrupamento de combate a ditadura:

> Com a realização da VI Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil, em fins de 1967 [...] constituíam-se os problemas na sistematização de uma política revolucionária. [...] Isto permitiu que germinasse no seio do partido a confusão e as primeiras manifestações de divergências e insatisfação com o Comitê Central (CC). Esta luta interna deu origem a ALA VERMELHA do PC do B (SNI, 1970b, p. 4-5).

Portanto, a Ala foi "uma facção do Partido Comunista do Brasil que surgiu a partir de uma luta interna entre o Comitê Central" (SNI, 1970b, p. 5). Como consequência, tanto a orientação sobre o trabalho partidário da Ala como as suas diretrizes táticas foram reestruturadas, momento em que:

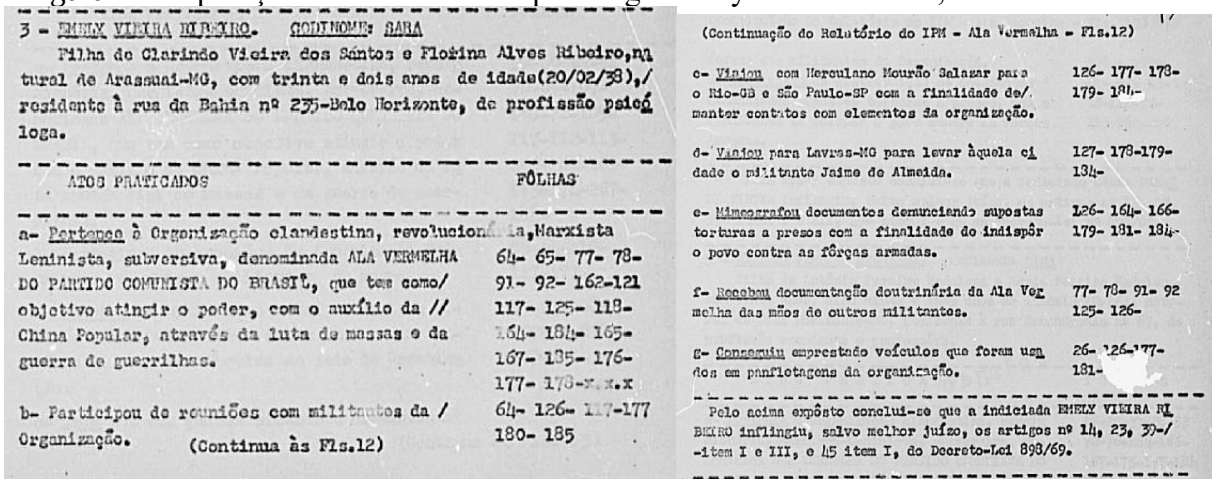
> Foi então proposto nova resolução que orientava as atividades do partido (Ala Vermelha) para se ligar as massas, principalmente de operários nas maiores concentrações, a restruturação das regionais Guanabara (GB), São Paulo (SP), e Minas Gerais (MG). "Em São Paulo estruturou-se também um organismo para dirigir os trabalhos de construção do Partido (Ala Vermelha) no ABC (Paulista), estando Ala Vermelha nesta área trabalhando ligada a ALN, formando uma frente, infiltrando-se a partir de fábricas pequenas para fábricas grandes (SNI, 1970b, p. 6).

Seguindo a lógica da interpretação chinesa da dialética marxista, em que as atividades se desenvolviam do plano mais simples para o mais complexo, a orientação para inserção e desenvolvimento do trabalho entre operários, deu-se das fábricas pequenas em direção às maiores. Também com a reestruturação da Ala Vermelha, a origem do dinheiro acumulado pela organização em sua política de finanças teve transformações que implicavam a mudança de orientação para os militantes. Ficou em segundo plano ações mais complexas de expropriação para, em seu lugar, serem adotadas aquelas mais simples. Neste sentido, o IPM apurou que

> 1 – Anteriormente [era] baseada na distribuição dos fundos arrecadados pela "expropriação" (Assalto a Bancos).
> 2 – Atualmente é empregada a arrecadação entre militantes e os aliados (SNI, 1970b, p. 6).

Dentro deste IPM da Ala Vermelha, Emely Vieira foi identificada como pertencente à chamada *Organização de Base 2 (O. B. 2)*, responsável pelo "Apoio de intelectuais e setor estudantil" (SNI, 1970b, p. 11). Na imagem abaixo, a apuração dos atos praticados por Emely Vieira Ribeira, "Codinome Sara [...] de profissão psicóloga" (SNI, 1970b, p. 14).

Figura 24 - Apuração das atividades da psicóloga Emely Vieira Ribeira, "Codinome Sara"



3 - EMELY VIEIRA RIBEIRO. CODINOME: SARA

Filha de Clarindo Vieira dos Santos e Florina Alves Ribeiro, natural de Arassuai-MG, com trinta e dois anos de idade(20/02/38),/ residente à rua da Bahia nº 235-Belo Horizonte, de profissão psicóloga.

ATOS PRATICADOS	FÔLHAS
a- Pertence à Organização clandestina, revolucionária, Marxista Leninista, subversiva, denominada ALA VERMELHA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, que tem como/ objetivo atingir o poder, com o auxílio da // China Popular, através da luta de massas e da guerra de guerrilhas.	64- 65- 77- 78- 91- 92- 162-121 117- 125- 118- 164- 184- 165- 167- 175- 176- 177- 178-x.x.x
b- Participou de reuniões com militantes da / Organização. (Continua às Fls.12)	64- 126- 177 180- 185

(Continuação do Relatório do IPM - Ala Vermelha - Fls.12)

c- Vanion com Herculano Mourão Salazar para o Rio-GB e São Paulo-SP com a finalidade de/ manter contatos com elementos da organização.	126- 177- 178- 179- 181-
d- Vanion para Lavras-MG para levar àquela cidade o militante Jaime de Almeida.	127- 178-179- 134-
e- Mimeografou documentos denunciando supostas torturas a presos com a finalidade de indispôr o povo contra as fôrças armadas.	126- 164- 166- 179- 181- 184-
f- Recebeu documentação doutrinária da Ala Vermelha das mãos de outros militantes.	77- 78- 91- 92 125- 126-
g- Consentiu emprestado veículos que foram usados em panfletagens da organização.	26- 126-'77- 181-

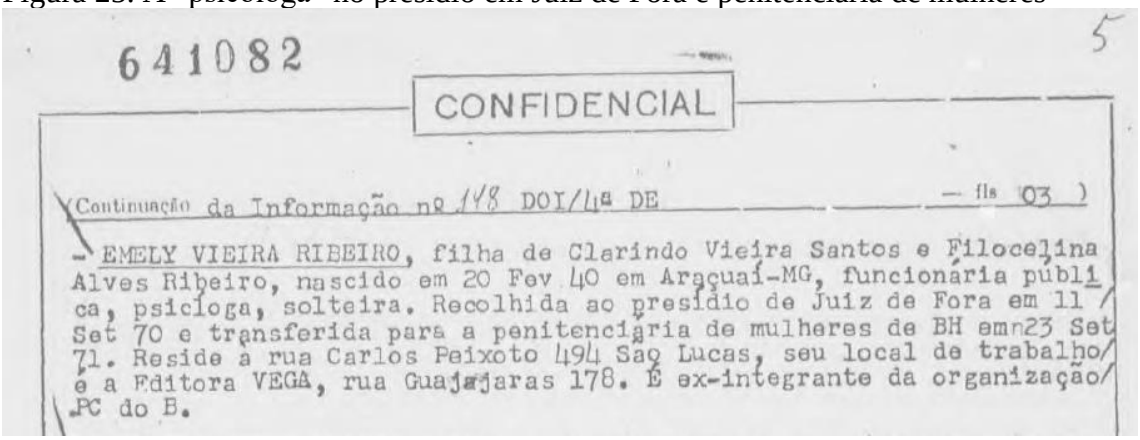
Pelo acima expôsto conclui-se que a indiciada EMELY VIEIRA RIBEIRO infringiu, salvo melhor juízo, os artigos nº 14, 23, 39-/ -item I e III, e 45 item I, do Decreto-Lei 898/69.

Fonte: SNI, 1970b, p. 14-15

Ao final do IPM, a conclusão do tenente encarregado pela investigação foi de "que houve crime capitulado no Decreto-Lei nº 898/69 (Lei de Segurança Nacional)" (SNI, 1970b, p. 28). As garras da Lei de Segurança Nacional atingiram a psicóloga, e sua destinação foi o cárcere. Sobre o momento desta sua prisão, afirmou que a "polícia chegou lá em casa, fui presa. Eu estava com a carteirinha do DCE no bolso. Isso foi 1970. Eu tinha acabado de me formar e fui presa. Brinco que foi minha pós-graduação" (Salazar, 2013, p.123).

Já encarcerada, no documento denominado *Informação dos Elementos Enquadrados pela LSN*, constou uma relação daqueles "que cumpriram penas no presídio de Juiz de Fora, tendo seu novo endereço em Belo Horizonte e suas recentes atividades confirmadas" (ABH/SNI, 1976, p. 5). Na lista, estava "Emely Vieira Ribeiro [...] funcionária pública, psicloga (*sic*), solteira. Recolhida ao presídio de Juiz de Fora em 11 Set 70 e transferida para a penitenciária de mulheres de BH emn (*sic*) 23 Set 71. [...] E ex-integrante da organização PC do B" (ABH/SNI, 1976, p. 7)[72].

Figura 25. A "psicóloga" no presídio em Juiz de Fora e penitenciária de mulheres



641082 5

CONFIDENCIAL

Continuação da Informação nº 148 DOI/4ª DE — fls 03)

- EMELY VIEIRA RIBEIRO, filha de Clarindo Vieira Santos e Filocelina Alves Ribeiro, nascido em 20 Fev 40 em Araçuaí-MG, funcionária pública, psicloga, solteira. Recolhida ao presídio de Juiz de Fora em 11 Set 70 e transferida para a penitenciária de mulheres de BH emn 23 Set 71. Reside a rua Carlos Peixoto 494 Sao Lucas, seu local de trabalho é a Editora VEGA, rua Guajajaras 178. É ex-integrante da organização PC do B.

Fonte: ABH/SNI, 1976, p. 7).

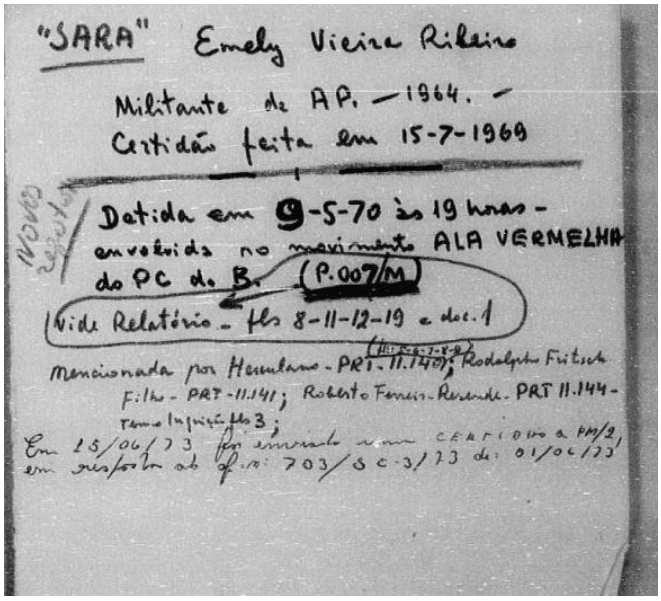
Ainda na *Pasta 837* do Dops, dedicada à "Sara" da Ala Vermelha, codinome utilizado pela psicóloga Emely Vieira Ribeiro, a certidão assinada pelo titular da Delegacia de Vigilância Especial, afirmou que:

[72] Na mesma lista, encontra-se o nome de Ageu Heringer Lisboa, do Comando de Libertação Nacional (COLINA). Foi psicólogo, no entanto, sua prisão e perseguição se deram quando ainda era estudante secundarista. Quando entrou na universidade para cursar psicologia, já havia abandonado a luta contra a ditadura, tendo posteriormente afirmado: "Eu descobri o lado opressivo e fascista da esquerda. [...] O maniqueísmo político predominava, obstruindo a razão. A esquerda calava-se ou negava a evidência das ditaduras opressivas de seu campo. O mal só existia no lado capitalista. Poucos ousavam discordar dos frios ídolos da esquerda: Joseph Stalin, Leonid, Brejnev, Mao Tsé Tung, Enver Hoxha, Fidel Castro. Era com se eles pairassem acima do bem e do mal" (Lisboa, 2013, p. 356-357). Após formado, Ageu se tornou "membro fundador do Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos (CPPC) e da Associação Internacional de Assessoramento e Pastoral Familiar (EIRENE) no Brasil. Ex-assessor da Aliança Bíblica Universitária (ABU), há 26 anos trabalha com famílias e adolescentes" (Centro de Literatura Cristã - Portugal, s/d, para. 1).

> No material arrecadado no apartamento onde reside EMELY VIEIRA RIBEIRO encontramos, entre outras coisas: folheto mimeografado, com o título "A TORTURA DE FREI TITO"; dois cadernos mimeografados, com o título "INFORME APROVADO NO IX CONGRESSO DO PC DA CHINA – LIN PIAO"; vinte e uma folhas mimeografadas, de "CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS, nº1, sobre a "Hegemonia dos Estados Unidos e o futuro da América Latina", de Celso Furtado; um exemplar mimeografado de "BI 2", de 9 de outubro de 1969, órgão do Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha; um exemplar mimeografado de "LUTA PROLETÁRIA", Órgão Central do Partido Comunista do Brasil, Ala Vermelha, ano I, nº3, de dezembro de 1969 (Departamento de Ordem Política e Social, 1969, p. 6)[73].

Além do material apreendido, que supostamente comprovava as atividades e o perigo oferecido pela psicóloga, o documento também registrou a operação dos órgãos de repressão. Em sua *Ficha de Prontuário* estava escrito que foi "presa pela equipe da operação "ALA" em virtude de ligações subversivas" (Departamento de Ordem Política e Social, 1969, p. 13).

Figura 26 - Pasta 837 dedicada a "Sara" da Ala Vermelha



Fonte: Departamento de Ordem Política e Social, 1969, p. 2

Sobre a sua passagem em diferentes cárceres, a psicóloga lembrou: "Eu fiquei no DOPS, no Departamento de Ordem Política e Social, depois fiquei em Juiz de Fora, no presídio. Voltei, fiquei aqui – em Belo Horizonte – no DOPS, depois no Presídio Feminino Estevão Pinto" (Salazar, 2013, p.123). O resumo do tempo passado atrás das grades e daquilo que lá vivenciou foi lembrado pela psicóloga como "dois anos de cadeia, tortura e tudo mais" (Salazar, 2013, p.123). No entanto, não significou o abandono da oposição e resistência à luta contra a ditadura imposta pelos generais. Ao contrário, a momentânea situação de enjaulamento impôs que novas formas e táticas fossem utilizadas. Não por acaso,

[73] Registramos que durante a escrita deste capítulo, morreu Alípio Freire (1945 - 2021), um dos organizadores do jornal Luta Operária da Ala Vermelha.

> fiz uma greve de fome lá, fiquei com 40 quilos, minha roupa toda caía. O bispo foi lá, disse que eu não podia fazer isso. Eu falei assim: "Se a gente é vivo e não vale nada, quem sabe morto vale alguma coisa?" (Salazar, 2013, p.127).

Sobre as torturas e interrogatórios a que foi submetida, teve posicionamento exemplar frente aos agentes da repressão que, mesmo já sabendo das informações de sua organização, queriam a confirmação daquilo que dispunham como ato de subjugação completa da presa política que ali estava. Essa foi uma das táticas aprendidas e amplamente utilizadas pelos militares brasileiros em cursos com militares norte-americanos e franceses para fins de desestabilização, desmoralização e destruição do psiquismo dos militantes. A psicóloga se posicionou da seguinte maneira:

> [O interrogador] não queria que eu falasse para ele, queria que eu confirmasse. Quando percebi isso, resolvi: pronto, *agora eu não falo mais nada. Chegou a um ponto que eu falei assim: hoje, se eles vierem me chamar para torturar, para me interrogar, podem me matar porque hoje eu não falo nem meu nome.* Tudo que eu falo não adianta nada! Não adianta não! (Salazar, 2013, p.124. Destaques nossos).

A forma contundente apresentada frente ao seu interrogador foi um dos elementos de manutenção e fortalecimento da sua estrutura psíquica. A psicóloga, mesmo após sessão de tortura, concluiu que "eu saí inteira. Saí inteira!" (Salazar, 2013, p.125). Contrariamente ao esperado, a sua postura frente ao seu carrasco, pôde manter preservado certos aspectos de sua vida psíquica: "Você vai falar isso e isso porque o fulano já veio e já falou tudo. Olha o depoimento dele aqui, é só você conformar." Eu dizia: "Se ele falou tudo, eu não preciso falar mais nada" (Salazar, 2013, p.125).

Ainda sobre a sua posição de resistência frente a tortura, não se intimidou quando um tenente, sob a alegação de tomar o seu depoimento, a torturou:

> O tenente Marcelo Paixão de Araujo me buscou no presídio, eu quase morri de ódio quando ele me buscou. Levou-me lá para a Polícia do Exército e me torturou lá, me interrogou o dia inteiro. Ele me botou lá sentada: "tudo que você lembrar, você vai falar. Tudo que você lembrar a sua vida, você me chama que eu vou anotar". E eu fiquei lá sentada. Então, eu disse assim: eu lembrei. E comecei a contar a história de um tatu que eu tive. Eu tive um tatuzinho, ele se chamava (...). Ele subia para todo lado, eu ia comprar pão e o tatu ia atrás. Ele perguntou "Mas e daí?". Eu respondi: "E daí? Aí, depois ele morreu". Esse homem me bateu. Eu falei: "Mas o senhor não falou que era para dizer tudo que eu lembrasse? Ele disse: "Mas o que isso tem a ver com a revolução?". E eu disse: "Não sei, o senhor que deve saber o que isso tem a ver".
> Ele morreu de raiva. Nesse dia eu apanhei tanto de palmatória que meu pé e minhas mãos viraram uma bola. Ele teve que me carregar no colo. Eu tinha ódio quando eu olhava para aquelas estrelas na farda e eu toda arrebentada. Assim, ele conversava: "Nós temos de arrumar um lugar para deixá-la, porque nós não podemos voltar com ela para o presídio desse jeito" (Salazar, 2013, p. 131).

Tendo passado por diferentes torturas pelo seu posicionamento, fez um balanço positivo sobre o período encarcerada, "é impressionante, eu sempre falo para todo mundo, não desejo

que ninguém passe o que eu passei, mas se passar, aproveite! Como nos desenvolvemos! [...] mas, quem passar pela cadeia, pela situação de denúncia, que faça proveito. Que saiba viver bem esse tempo[74]" (Salazar, 2013, p.126-127). Como consequência, "a minha vida se resume em antes e depois da cadeia" (Salazar, 2013, p.127), já que "depois de sair da prisão, eu não fiquei mais apavorada, não. Eu fiquei mais danada da minha vida, eu fiquei muito mais madura, com mais raiva" (Salazar, 2013, p.128).

Mesmo fora da prisão, foi colocada em circunstâncias em que foi obrigada a lidar com situações que envolviam pessoas de seu passado recente. Seu fortalecimento psíquico foi uma marca que carregou, e a auxiliou em situação que envolveu o já citado agente da repressão. Em país que anistiou os seus torturadores, o tenente foi encontrado pela psicóloga em "um casamento. Um casamento em uma fazenda. Meu marido o viu. Eu não acreditei que ele estivesse ali. Olhei, olhei. Comecei a chorar, achei um desaforo" (Salazar, 2013, p. 131). Não se deu por abatida, tampouco sua presença foi inibitória para ela, mas foi força para se colocar novamente contra ele, quando

> eu chamei: "Tenente Marcelo?" Ele disse: "Boa tarde! Como vai?". Eu disse assim: *"O senhor não me conhece, não? É isso mesmo, quem tortura esquece, mas quem apanha nunca esquece". Ele: "É a comunista!".* Respondi: "Até hoje, o senhor acha que eu sou comunista, hein? Até hoje, o senhor continua achando isso? Nunca conseguiu descobrir quem eu sou, eu nunca fui comunista. *Tenente, eu não sou comunista. Você sabe por que eu não sou comunista? Por incompetência, eu não tenho competência para ser comunista [...]. Pois é, tenente, eu não me arrependo de nada do que eu fiz, tudo que eu fiz tenho consciência, se tivesse que fazer outra vez, eu ia fazer mais bem feito. Não me arrependo de nada". Ele disse: "Eu também não tenho nada para me arrepender na vida". Quando ele falou assim, eu disse: "Tudo que eu fiz, todo mundo sabe, não tenho nada para esconder na minha vida." Ele disse: "Eu também não." E, então, eu perguntei: "E sua mulher e seus filhos sabem que você foi um torturador?"*. Ele fechou a cara, despediu e saiu. Então, *eu saí vitoriosa!* (Salazar, 2013, p. 132. Destaques nossos).

Mesmo em seu julgamento, quando incriminada pelos seus acusadores que, baseando-se na Lei de Segurança Nacional, tentaram intimidá-la, se manteve firme:

> No meu julgamento, uma das coisas é que eles não tinham uma prova contra mim. Por isso, eu falei: "Tem prova sim! Cadê as provas?". Porque as provas que eu tinha eram os depoimentos de tortura. Claro que eles sumiram com elas. Não tiveram interesse de mostrar as provas, porque diziam que não havia tortura. Tudo que eles achavam com a gente era material de propaganda contra a tortura. Eles sumiram com tudo. Umas coisas que eles pegaram no DCE, uma foto do Che Guevara, provas de subversão. Muito primário. Tudo era censurado, tudo! Na minha casa, a minha coleção do escritor Fiódor Dostoiévski toda foi levada, pelo nome russo. Pode uma coisa tão ignorante? (Salazar, 2013, p.129).

[74] Outros aspectos positivos que citou: "conheci o povo todo, todos os grupos da esquerda, as motivações, as pessoas relacionadas. São os grandes amigos que eu tenho até hoje, as pessoas que eu conheci na cadeia. Inclusive, meu marido. Falo que foi algo que valeu a pena na cadeia (risos)" (Salazar, 2013, p.126).

No período logo em seguida à saída de seu encarceramento, trabalhou como psicóloga clínica. Seu companheiro fora do país, escreveu mandando dinheiro e passagem para que ela fosse para França viver uma vida sem preocupações com as perseguições dos órgãos da repressão do Brasil: “Eu fiquei ofendidíssima! Empacotei e devolvi o dinheiro [...]. Devolvi o pacote falando que [...] eu não tinha nada a fazer na França, que eu não ia não. Quando ele voltou, nos casamos” (Salazar, 2013, p.129). Isto já era 1976.

Aliás, sobre a relação que estabeleceu com seu futuro marido, outro militante, mas de organização distinta, afirmou: “Meu marido era do Partido Comunista Brasileiro. Ele era membro da Coordenação. Foi através dele que eu conheci o Luís Carlos Prestes. Até hoje tem um monte de gente que acha que eu sou do Partido Comunista” (Salazar, 2013, p.129-130). É por isso que, em alguns documentos da repressão, a psicóloga é apresentada como “militante do PCB” (Agência B6H, 1986, p. 15).

A dúvida dos órgãos da repressão sobre o seu pertencimento a diferentes organizações decorreu da discussão sobre o porquê distintos documentos estavam presentes em sua casa. Entre 1966 e 1967, houve a troca de informações entre diferentes agentes do Estado. Em 1966, foi solicitado que fosse “protocolizado o presente memorando, a fim do formar processo de caráter SECRETO, relativo a INFORME procedente de Belo Horizonte, Minas Gerais, de 18 de dezembro de 1966” (Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1968, p. 2). O afirmado pelo delegado do DOPS era de que:

> Em uma das reuniões do Comitê Municipal do P.C.B., nesta Capital, foi distribuído êstes exemplares, Curso de Formação de Líderes e a Vitória da Guerra Popular.
> O Comitê Municipal está até o presente momento sem sede e a pessoa que está procurando alugar uma casa ou galpão é a mesma que distribuiu estes boletins, chama-se EMELY VIEIRA RIBEIRO, funcionária pública federal, [...] é pertencente ao Setor de Favelas, da Ação Popular. (A-P) (Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1968, p. 3).

Quando procurou uma casa para alugar, junto de homem que a acompanhou e apresentou-se como seu marido, a repressão esteve em seu encalço, inclusive entrando em contato com o proprietário do possível local a ser alugado. No entanto, a falta de compreensão entre as diferenças das organizações existentes, assim como de suas formulações programáticas, foi parte deste momento inicial dos órgãos de repressão, ainda despreparados contra as primeiras ações dos revolucionários. No exemplo particular, nenhum destes documentos eram do PCB. O documento *Salve a Vitória Da Guerra Popular* de Lin Piao, foi utilizado pela AP, enquanto o *Curso de Formação de Líderes* foi elaborado pela POLOP, ou seja, produzidos por organizações com teses contrárias ao PCB.

Como vimos no capítulo anterior, existiram diferentes níveis de formação ideológica para os agentes repressivos, ou seja, alguns agentes de informação estavam melhor preparados que outros. Por este motivo, objetivando a melhor formação de seus agentes é que alguns anos depois foi criada a EsNI, com a colaboração de setores da psicologia. O objetivo era dar respostas mais rápidas e eficientes e evitar este tipo de situação, que implicava maior demora nas atividades de investigação.

A Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, corrigindo informações do delegado, respondeu que:

> 1) é do conhecimento daquela Delegacia a distribuição do BOLETIM DE DISCUSSÃO DO COMITÊ ESTADUAL DE MINAS GERAIS DO P.C.B. e do BOLETIM INFORMATIVO DO COMITE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE DO P.C.B. Os dois outros folhetos intitulados SALVE A VITÓRIA DA GUERRA POPULAR e CURSO DE FORMAÇÃO DE LÍDERES, contrariam a linha seguida pelo Partido, não devendo, portanto, ter sido objeto de distribuição, mas apenas de análise por parte dos interessados (Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1968, p. 34).

Diversas organizações buscaram unidade em algumas ações táticas. A libertação de presos políticos de múltiplas organizações, a partir de ações revolucionárias, foi uma das características de parte da esquerda armada brasileira. Emely Vieira lembrou de episódio que envolveu a articulação de organizações revolucionárias existentes, lembrou das capturas de figuras importantes para libertação de revolucionários, quando "eu saí na lista do povo que eles pediram" (Salazar, 2013, p. 132). E ainda complementou, "eu fui e aí fiquei sabendo dessa unidade e que eu estava na lista dos presos políticos que eles pediram para soltar em troca de um embaixador" (Salazar, 2013, p. 133).

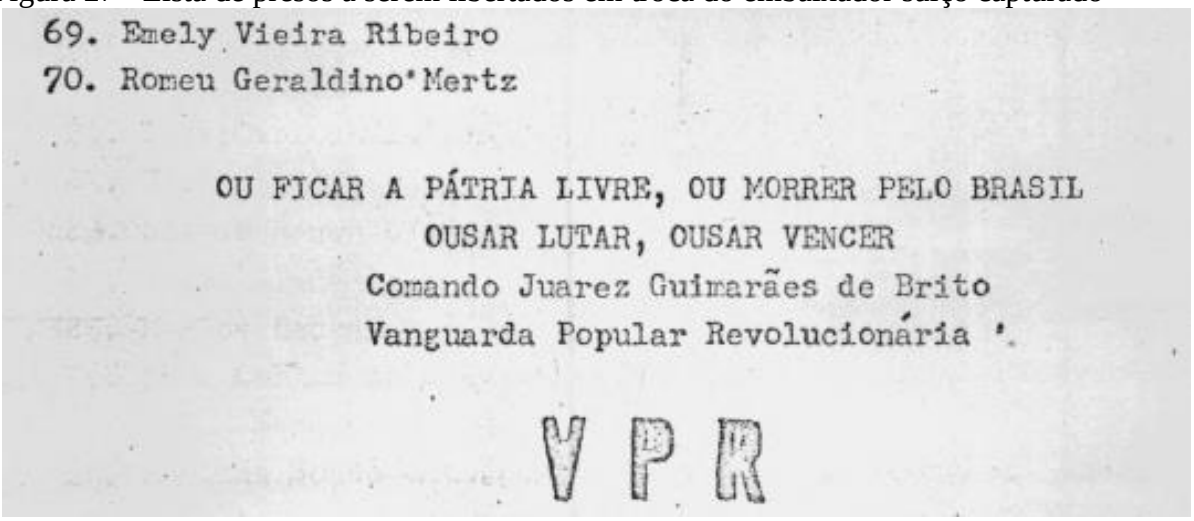
A psicóloga se refere, particularmente, à chamada Operação Joaquim Câmara Ferreira, em que ocorreu a captura do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher (1913 - 1992), realizada pelo Comando Juarez Guimarães de Brito da VPR[75] em dezembro de 1970. Como troca pelo embaixador, pediram a libertação de 70 presos políticos, "que deverão embarcar para a Argélia e em segunda prioridade México ou Chile" (VPR, 1970, p. 255). Foi o mais dramático dos sequestros da ditadura e o último, já que, com o rápido desgaste deste tipo de tática de luta como forma de enfrentamento, as suas possibilidades se esgotaram. Durou 42 dias, com mudanças constantes nas listas de prisioneiros pela recusa do estado brasileiro a libertar alguns

[75] Juarez Guimarães de Brito (1938 – 1970) pertenceu a diferentes organizações, sendo a VPR sua última. Delatado por um agente da repressão que estava infiltrado na organização, foi cercado em seu carro; em meio ao tiroteio, deu um tiro em sua cabeça para não cair nas mãos da repressão. Cumpriu a promessa feita à sua companheira Maria do Carmo Brito de não se entregar vivo. Sua morte foi, portanto, um suicídio político.

revolucionários. Um dos participantes desta captura foi o já citado companheiro de exílio de Maria Auxiliadora Cunha Arantes, o Betinho.

Abaixo, o nome de Emely Vieira Ribeira no Comunicado nº4 da Operação Joaquim Câmara Ferreira, em meio a uma das listas de negociações envolvendo a libertação dos presos políticos.

Figura 27 - Lista de presos a serem libertados em troca do embaixador suíço capturado


69. Emely Vieira Ribeiro
70. Romeu Geraldino Mertz

OU FICAR A PÁTRIA LIVRE, OU MORRER PELO BRASIL
OUSAR LUTAR, OUSAR VENCER
Comando Juarez Guimarães de Brito
Vanguarda Popular Revolucionária '.

V P R

Fonte: VPR, 1970, p. 256

Nas trocas de correspondências entre o Comando Juarez Guimarães de Brito e os representantes do terrorismo de estado brasileiro, o Ministério da Justiça, por sua vez, distribuiu uma nota afirmando: "O governo, perseverando no propósito de salvar a vida do embaixador Giovanni Enrico Bucher, informa que só considera lista a que for: a) Endereçada ao Ministério da Justiça; b) Datada e firmada pelo embaixador sequestrado" (Buzaid, 1970, p. 207). O então Ministro, Alfredo Buzaid, como citado em nossa introdução, foi afrontado pela psicóloga Madre Cristina, quando ele tentou negar a existência de tortura no Brasil.

Sobre a possibilidade de ir para outro país, Emely Vieira afirmou: "Se não sei para onde, eu não quero ir, eu não quero sair da minha pátria, eu quero ficar é aqui" (Salazar, 2013, p. 133). Uma das exigências dos agentes da repressão era de que, para consumar-se a sua soltura, assinasse um documento afirmando seu arrependimento por ter pertencido a uma organização revolucionária. Foi tática amplamente utilizada pela ditadura militar brasileira para desmoralizar publicamente e enfraquecer a imagem daqueles que tomaram posição contrária ao terrorismo de estado. Sobre esta possibilidade, a psicóloga disse:

> Colocaram um papel, eu li, quando eu li o papel, disse assim: "Eu não vou assinar isso, não!". No papel, eu estava declarando que era contra aquilo, que eu era a favor da ditadura e que eu estava arrependida, um negócio horroroso. Eu falei: "Mas eu não assino isso não!". "A senhora não falou que quer ir?". "Falei que não quero e continuo

> não querendo, mas eu vou. Uai, se uma turma sacrificou por isso, e eu, eu vou sim! [...] Imagina! Eu vou morrer de vergonha o resto da vida se eu fizer isso. (Salazar, 2013, p. 133).

Em relação à razão de seu nome ter sido retirado da lista de troca pelo embaixador suíço, afirmou que "estava com o gesso, logo eu não pude sair. Porque como é que ia sair engessada, machucada? É prova de tortura, então, eu fui trocada pela [...] Mara e o Afonso Alvarenga" (Salazar, 2013, p. 133-134). Apesar de seu nome constar em uma das listas, a ditadura militar se recusou a enviar a psicóloga para o exílio. Os dois nomes colocados em seu lugar fizeram parte de outra organização de combate a ditadura, a Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares).

Existiu, ainda, outra história envolvendo a possibilidade de libertação da psicóloga Emely Vieira através de uma ação revolucionária. Após aula teórica e prática de tiro com Carlos Lamarca, codinome "Cid", com a presença da psicóloga Iara Iavelberg, codinome "Madame", em uma reunião na casa de Devanir José de Carvalho, codinome "Henrique", um grupo de militantes querendo formar novo agrupamento sob o nome de Movimento Revolucionário Marxista (MRM) discutiu o caso dos militantes da Ala Vermelha que haviam sido presos. É o que depoimento de um preso político traz:

> Ainda no aparelho de "Henrique", assim que cheguei do Sul, fiquei sabendo da queda do PC do B ALA VERMELHA, de Minas Gerais. Como *Devanir José de Carvalho ("Henrique") pensava em fazer um sequestro para libertar presos e tendo ele pedido uma relação do pessoal de Minas Gerais, foi fornecido a eles os nomes de Herculano Mourão Salazar ("Geraldo"), Emely Vieira ("Sara")* e Pedro Alves Cabral ("Marcio"). Posteriormente, tendo o MRM [Movimento Revolucionário Marxista] tomado posição contra o sequestro, pedimos a Devanir José de Carvalho ("Henrique") que se desfizesse daqueles nomes e não os incluísse em listas de presos a serem libertados por ocasião de possíveis sequestros (II Exército, 2ª Seção, EMG, 1971, p. 9. Destaques nossos).

Depois de tudo o que passou nos anos de luta contra a ditadura e por suas posições quando presa, a psicóloga afirmou: "A luta política não cessa nunca" (Salazar, 2013, p. 134). Apesar de ser seguidora da linha chinesa, que tinha como fundamento político que o processo revolucionário se daria a partir do cerco da cidade pelo campo, a Ala Vermelha do PCdoB não conseguiu desenvolver seu trabalho no campo. Os membros da jovem organização foram capturados antes. No entanto, a organização da qual se separou, o PCdoB, desenvolveu na estrita clandestinidade o trabalho de preparação de suas bases no campo. Conseguiu ir mais longe, e preparou uma guerrilha que teve combates diretos realizados inteiramente no campo, cabendo à cidade o papel de propaganda e auxiliar quando do rompimento do cerco e ofensiva dos guerrilheiros.

2.3 **O PCdoB e a *Guerra Popular como o Caminho da Luta Armada no Brasil*: um estudante de psicologia na Guerrilha do Araguaia**

O mais conhecido episódio da luta armada da década de 1970 no país, a Guerrilha do Araguaia, contou com a presença de um estudante de psicologia que, impossibilitado de continuar com sua militância no interior da universidade, pela perseguição que o DOPS promoveu objetivando a sua captura, acabou deslocado pela organização para o norte do país. Seguiu o caminho da cidade para o campo. Seu nome era Idalísio Aranha Soares Filho (1947 - 1972) que, na clandestinidade em Minas Gerais, utilizou os codinomes Ivan e Braguinha.

No episódio do Araguaia, registra-se também que o guerrilheiro Dagoberto Alves da Costa, à época programador, tornou-se anos depois psicólogo. Encontra-se, portanto, fora do escopo de nosso trabalho. Ainda, o guerrilheiro Antônio Guilherme Ribeiro Ribas (1946 – 1973), assassinado no Araguaia, foi irmão do psicólogo José Dalmo Ribeiro Ribas, que serviu como guarda armado quando da passagem de Che Guevara pelo Brasil, antes de seu deslocamento e morte na Bolívia em 1967. Lembrou do acontecimento quando afirmou que, "vi o Guevara chegando acompanhado por um guarda-costas. Sei que logo depois foi noticiada a presença do Guevara na Bolívia e eu fiquei sabendo que ele havia sido morto" (Ribas, 2013, p. 506). A luta do psicólogo, também militante do PCdoB, na cidade, fez parte da articulação entre campo-cidade, dentro da estratégia partidária.

Enquanto ocorria a incursão do Araguaia, psicólogos e estudantes de psicologia militantes do PCdoB continuaram o trabalho na cidade, enfrentando a clandestinidade e com a preocupação de que a agitação e propaganda fossem feitos de modo oculto em meio à vigilância e perseguição promovidas pelos militares. Ressalta-se que os reveses sofridos pelo PCdoB como consequência da ofensiva dos órgãos de repressão para a aniquilação de seus quadros, assim como a disputa ideológica interna que se expressou nos rumos do partido, marcaram a história daqueles que ali estiveram.

A fratura que originou o PCdoB a partir do PCB se formalizou concretamente em 1962, após a pugna aberta com o XX Congresso do PCUS de 1956. Pedro Pomar, dirigente partidário, esteve neste ano "em Pequim para acompanhar o VIII Congresso do Partido Comunista da China (PCCh) [...]" (Bertolino, 2013, p. 512), e foi um dos impulsionadores da aproximação com o PCCh no processo de ruptura sino-soviética. O órgão de propaganda do PCdoB foi o jornal *A Classe Operária* que, existindo desde 1925, inaugurou nova fase em 1962 quando publicou O *Manifesto-programa* e o *Documento em defesa do partido*, aprovados em sua conferência nacional extraordinária. Em sua edição de retorno, afirmou:

> Uma nova fase revolucionária se inicia para A Classe Operária. Volta a circular legalmente tendo como diretor o camarada Maurício Grabois e como redator-chefe o camarada Pedro Pomar. *Porta-voz do autêntico Partido Comunista do Brasil, marxista-leninista, reorganizado em fevereiro desse ano, o jornal cumpre uma das mais importantes tarefas. É o centro do combate ao revisionismo contemporâneo.* Em seu primeiro número, publica o MANIFESTO-PROGRAMA e o DOCUMENTO EM DEFESA DO PARTIDO, ambos aprovados na CONFERÊNCIA NACIONAL EXTRAORDINÁRIA de fevereiro (Roteiro de "A Classe", 1975, p. 18. Destaques nossos).

Em 1962, o documento conhecido como *Carta dos Cem*, redigido no ano anterior, foi publicado em *A Classe Operária*, com a assinatura de cem militantes que foram a favor da reorganização revolucionária do partido, que se negava a aceitar as teses de "luta pelo desarmamento geral" e "coexistência pacífica" defendida pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS), assim como a de "tendência permanente de democratização" do PCB.

Sob as alegações de que o PCB enveredou pelo caminho do revisionismo e tornou-se um partido a reboque da burguesia, o *A Classe Operária*, tornou público o fracionamento do grupo que objetivava reconstruir o partido de forma revolucionária, anulando documentos que constituíam "violação frontal dos princípios partidários" (Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, 1962, para. 4). Surgiu daí o Partido Comunista do Brasil, com a sigla PCdoB. Dentre os nomes que encabeçaram este processo, militantes de longa data do PCB, como Pedro Pomar, Maurício Grabois, João Amazonas e Ângelo Arroyo.

No entanto, em abril de 1964 com o golpe empresarial-militar, o jornal foi fechado. Nova fase começou em 1965, voltando *A Classe Operária* a circular na clandestinidade. Com o racha com o PCB, que ficou ao lado da URSS durante a ruptura sino-soviética, o PCdoB se aproximou das posições defendidas pelo PCCh de Mao Tse-tung e o Partido do Trabalho da Albânia (PTA) de Enver Hoxa (1908 - 1985). Participou ativamente, portanto, do conclave internacional sobre os rumos táticos e estratégicos para o desenvolvimento dos caminhos sobre a revolução brasileira, sendo citado diretamente na troca de cartas e acusações do PCUS na década de 1960 que afirmou que a direção do "PCCh organiza e apoia distintos grupos anti-partido de cismáticos que atuam contra os partidos comunistas [...]. No Brasil são apoiados pelos camaradas chineses as frações expulsas das fileiras do partido (como, por exemplo, o grupo Amazonas-Grabois)" (CC do PCUS, 2003, p. 530).

Com as viagens de seus dirigentes a esses dois países e a aproximação das direções destes partidos, o PCdoB foi influenciado simultaneamente pelo PCCh e PTA, tendo incorporado gradativamente as posições da China sobre a *guerra popular prolongada* como estratégia revolucionária a ser aplicada no Brasil. A expressão concreta dessa estratégia

expressou-se nos deslocamentos em direção ao campo por parte dos membros do PCdoB, para iniciar os preparativos da Guerrilha do Araguaia em 1967.

O PCdoB elaborou o mais importante documento sobre a guerra popular no Brasil, que utilizaria como uma de suas fases, a chamada guerra de guerrilhas. Intitulou-se *Guerra Popular: O Caminho da Luta Armada no Brasil*, e foi assinado pelo Comitê Central do Partido Comunista do Brasil em 1969. Nele, retomando a VI Conferência Nacional do Partido, reafirmou que o campo é uma força ser mobilizada. Não por acaso, destacou que utilizando-se do marxismo-leninismo, e as "contribuições de Mao Tse-tung sobre a guerra popular, o Partido deve examinar as premissas para o surgimento e desenvolvimento da luta armada e delinear, num plano mais geral, o curso provável desta luta" (Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, 1969, para. 12). Neste sentido, utilizando dos aportes de Mao Tse-Tung, afirmou ainda que "o interior é o campo propício à guerra popular" (Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, 1969, para. 51), já que "o interior é o elo mais débil da dominação das forças reacionárias no país" (Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, 1969, para. 54). A planificação da guerra popular no Brasil seguiria diferentes etapas, sendo que "a guerra de guerrilhas será a forma principal de luta na fase inicial da guerra popular. É através deste tipo de luta é que se poderá iniciar a ação armada contra os inimigos da nação e começar a estruturar as forças armadas do povo" (Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, 1969, para. 73). Neste sentido:

> A guerrilha evitará o ataque aos pontos fortes do adversário e atacará os pontos fracos; assegurará sempre a sua liberdade de avançar e se retirar; e estará preparada para empenhar-se em pequenos combates de rápida decisão.
> *Mao Tse-tung sintetizou a tática da guerrilha da seguinte maneira: "quando o inimigo avança, recuamos; quando para, o fustigamos; quando se cansa, o atacamos; quando se retira, o perseguimos".*
> Devido a que o povo brasileiro não possui forças armadas e o inimigo tudo faz para impedir que elas se formem, *a guerra de guerrilhas é o instrumento adequado para iniciar a luta armada e o ponto de partida para construir o exército regular.*
> Dela surgirão os quadros capazes de comandar grandes unidades militares. *Assim, a guerrilha será elemento imprescindível da guerra popular* (Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, 1969, para. 80-84. Destaques nossos).

Coube a Pedro Pomar "a tarefa de viajar à República Popular da China em 1972 para comunicar a alta direção do Partido Comunista da China a decisão histórica de iniciar a luta armada como guerra popular prolongada no Brasil" (Arruda, 2009, para. 15). O documento *Guerra Popular: O Caminho da Luta Armada no Brasil* foi entregue diretamente ao próprio Mao Tse-tung.

A Classe Operária comemorou a "passagem do 24º aniversário da República Popular da China" (1972, agosto, p.1), e trouxe em sua chamada de capa: "Ações corajosas no Pará", afirmando:

> Prossegue a resistência armada no sul do Pará. Há mais de quatro meses as tropas da ditadura, utilisando (*sic*) fartos recursos, procura esmagar os grupos armados que se organizaram depois do covarde ataque efetuado pela reação aos moradores dos municípios de São João e de Conceição do Araguaia. Não conseguiram, porém, alcançar seus objetivos. A ação corajosa dos combatentes da selva leva o pânico às fileiras do govêrno e as obrigam, em certos pontos, a bater em retirada.
> É grande a repercussão produzida pela luta armada entre a população local (A Classe Operária, 1972, p. 1).

Figura 28 - Capa de A Classe Operária estampando os embates entre guerrilheiros no Araguaia e as forças do exército brasileiro



Proletários de todos os países, uní-vos!

A CLASSE OPERÁRIA

ÓRGÃO DO COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

AÇÕES CORAJOSAS NO PARÁ

Prossegue a resistência armada no sul do Pará. Há mais de quatro meses as tropas da ditadura, utilisando fartos recursos, procura esmagar os grupos armados que se organizaram depois do covarde ataque efetuado pela reação aos moradores dos municípios de São João e de Conceição do Araguaia. Não conseguiram, porém, alcançar seus objetivos. A ação corajosa dos combatentes da selva leva o pânico às fileiras do govêrno e as obrigam, em certos pontos, a bater em retirada.

Fonte: A Classe Operária, 1972, p. 1

Enquanto as forças guerrilheiras empreendiam seus combates no interior da selva amazônica, os militantes da cidade discutiam o que fazer, caso houvesse a chegada dos guerrilheiros do campo. Pedro César de Braga, à época estudante pertencente aos setores de base do PCdoB, lembrou de parte de sua atuação na cidade, assim como a preparação sigilosa, inclusive para os membros partidários, da luta armada no campo, já que "nesse momento, não chegava na base. Não chegava, entendeu? Na base, a gente tinha formação e tarefas. E tinha preparação. Não chegava a esse grau de sofisticação, as discussões" (Braga, P. C., comunicação pessoal, 5 de novembro, 2019). As condições de severa clandestinidade impostas pela ditadura determinavam que a compartimentalização de informações entre os membros da direção partidária e da base funcionasse como um mecanismo de segurança. Assim também foi com relação à preparação das forças no Araguaia:

> [...] a guerrilha ainda estava rolando, mas eu não sabia. Quer dizer, minha base era dentro da cidade [...]. E a gente não sabia disso, por causa da questão de segurança. A gente não sabia que tinha um foco de guerrilha no Araguaia. Havia todo um controle de segurança com relação à circulação de informações. Da Guerrilha do Araguaia só os altos dirigentes partidários que sabiam, além dos envolvidos diretamente. Porque era uma questão de segurança política e pessoal. Eu fui só saber da Guerrilha do Araguaia depois que começam as prisões, e essa coisa toda. Quer dizer, a base não sabia. A questão de segurança é uma questão muito central. E uma das maneiras de controle dessa questão de segurança é a circulação de informações, especialmente as informações estratégicas.

> Também, a gente não perguntava. Quer dizer, havia uma consciência disciplinada e uma consciência do risco. Também, ninguém perguntava absolutamente nada além disso. Porque sabia que se a informação não chegasse a você, não era pra chegar (Braga, P. C., comunicação pessoal, 5 de novembro, 2019).

Sobre a maneira pelo qual a discussão da luta armada vinda do campo para a cidade foi tratada, um militante dava formação e direção aos elementos de base. Ele agiu sem a revelação de sua identidade para os setores partidários da cidade em que travou contato:

> A gente tinha um assistente de base, que vinha de São Paulo, provavelmente estudante universitário, porque a diferença de idade era muito pequena. Eu não sei o nome dele. Só sei o nome de guerra, que era "Grego" [...]. Tinha uma barba, óculos. [...] Não tenho a menor ideia de qual seja o nome dele. Ele fazia a formação, discutia essa questão da revolta armada, da ideia foquista. Quer dizer, lia os textos do Mao, discutia ações políticas, e os documentos que chegavam pra gente.
> A formação do Partido Comunista tinha uma formação teórica, associada de leitura e de discussão. Ele vinha de São Paulo, [...] eu sabia que era de São Paulo por causa da rodoviária. Então que ele era paulista, da capital. Mas eu nunca soube nem o nome real dele, do "Grego". Nem tenho ideia. O "Grego" chegava, dava o curso, fala da questão insurrecional, da questão revolucionária. *E como a gente estava na cidade, o discurso era que os camponeses estavam em revolta, e que iam se criar focos de guerrilha rural, e no mesmo processo, dava ideia de uma similitude com a revolução maoísta, da revolução de Mao Tse-Tung na China, de que o campo ia invadir a cidade.*
> Então havia toda *uma preparação,* uma referência, *sobre o que que a gente devia fazer quando o campo, quando os camponeses adentrassem a cidade. Em que tinha uma série de ações de guerrilha urbana, e de ação urbana pra permitir o ingresso dos camponeses na cidade para a tomada do poder. De sabotagem, de destruições de instalações elétricas, controle de acesso, e uma série de outras coisas mais. Pra quando os componentes adentrassem do campo, do campo adentrassem à cidade, a nossa função era dar cobertura pra tomada do poder* (Braga, P. C., comunicação pessoal, 5 de novembro, 2019).

Dentro da articulação entre o trabalho desenvolvido no campo e o na cidade, naquelas ações corajosas em algum lugar da selva, como citadas por *A Classe Operária*, é que o estudante de psicologia Idalísio Aranha Soares Filho estava inserido. Esteve presente inicialmente em Belo Horizonte, quando ainda conseguiu escapar da repressão. Depois deslocou-se para a região do Araguaia, quando a permanência na cidade se tornou impossível. Neste sentido, "em 1968, entra para a UFMG, curso de Psicologia, após a vitória dos estudantes na "luta dos excedentes". Mais tarde foi eleito presidente do Diretório Acadêmico de sua escola (hoje Faculdade de Filosofia e Ciências humanas)" (Guerrilha do Araguaia, 2005, p. 166).

Suas atividades na cidade foram realizadas através da sua inserção no setor estudantil do PCdoB. Foi a partir desta inserção que entrou em contato com estudantes para a discussão de documentos e teses partidárias, buscando o acúmulo de forças para a luta contra a ditadura dentro de seu setor na militância que, segundo um dos depoimentos que constou em órgão da repressão foi dito sobre

> os indivíduos Idalísio e Walkíria, sendo que sabe serem êstes os seus nomes verdadeiros; que, entretanto, a declarante não sabia se tinham cognomes, sendo que eles desapareceram do D.C.E e, em março do ano passado, mais ou menos; que sabe que Walkíria e Idalísio estudavam na Faculdade de Filosofia Federal, não sabendo certo qual curso fazem, ou melhor, *recorda-se que Idalísio estudava Psicologia* (DOPS, 1972, p. 8).

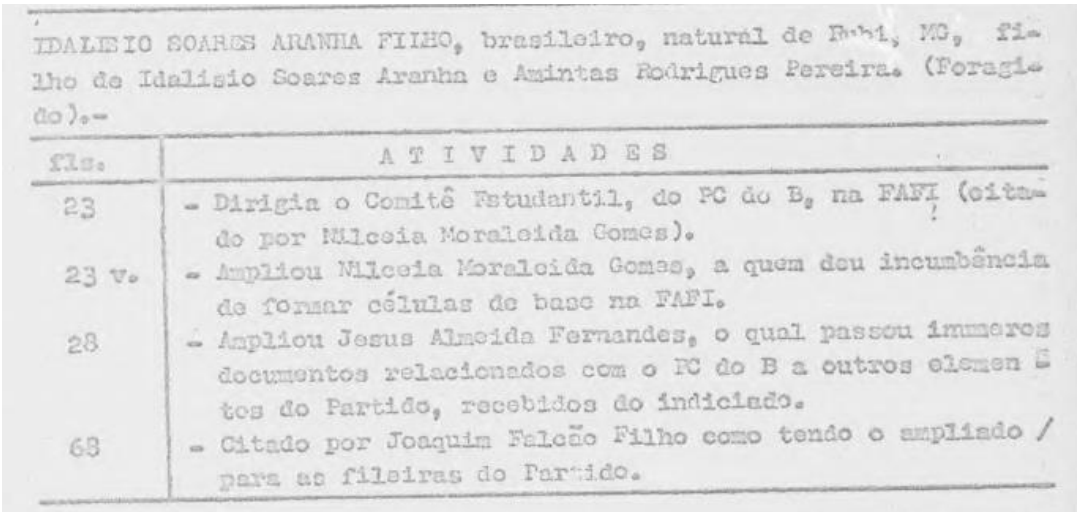
Além de Idalísio Aranha, foi citada Walkíria Afonso Costa (1947 – 1974), sua companheira. Utilizando o espaço estudantil dentro da universidade para arregimentar descontentes com o regime social, fizeram circular documentações relacionadas à sua organização partidária, quando um depoimento afirmou

> que, no segundo semestre de 1970, mais ou menos, o declarante ficou conhecendo um rapaz de FAFI [Faculdade de Filosofia de Minas Gerais], de nome Idalísio, sendo que mais tarde veio a saber que o mesmo usava o cognome "Ivan"; que tal conhecimento se deu na Sede Social do D.C.E., onde havia aos sábados jogos de "sinuca" e "futebol de mesa"; que o declarante já o conhecia antes, mas nunca chegou a falar com êle; que foi na Sede Social do D.C.E., que "Ivan" falou com o declarante a respeito do organismo PCdoB, tendo tocado em algumas diretrizes do órgão tendo dito para o declarante que depois levaria alguns documentos para que discutissem; que "Ivan" assim o fêz algum tempo depois, três documentos foram entregues ao declarante: "Manifesto Programa", "Documento Estudantil" e um outro cujo nome o declarante não se recorda; que, entretanto, só chegaram a discutir o "Manifesto Programa" (DOPS, 1972, p. 18-19).

Ali, o estudante de psicologia Idalísio Aranha radicalizou a luta pela democracia. Com a apreensão do documento *Estatutos da Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil*, da Editora Libertação, o depoimento de um dos presos afirmava que

> No princípio de 1971, Idalísio Soares Aranha Filho, cognominado "IVAN" [...] vinham atuando na clandestinidade, e com a prisão de Maria Dulce Ricas e com a fuga de Carlos Delamonica, instruídos por este, passaram a empreender um trabalho de ampliação no setor estudantil, principalmente no Diretório Acadêmico da FAFI (SNI, 1972a, p. 7).

Figura 29 - Documento do SNI sobre as atividades do estudante de psicologia Idalísio Aranha no Comitê Estudantil do PCdoB



IDALESIO SOARES ARANHA FILHO, brasileiro, natural de [illegible], MG, filho de Idalisio Soares Aranha e Amintas Rodrigues Pereira. (Foragido).-

fls.	A T I V I D A D E S
23	- Dirigia o Comitê Estudantil, do PC do B, na FAFI (citado por Nilceia Moraleida Gomes).
23 v.	- Ampliou Nilceia Moraleida Gomes, a quem deu incumbência de formar células de base na FAFI.
28	- Ampliou Jesus Almeida Fernandes, o qual passou inumeros documentos relacionados com o PC do B a outros elemen tos do Partido, recebidos do indiciado.
68	- Citado por Joaquim Falcão Filho como tendo o ampliado / para as fileiras do Partido.

Fonte: SNI, 1972a, p. 10

Em 1972, o Relatório Final do Inquérito do PCdoB em Minas Gerais, afirmou que foram "detidos vários militantes do Comitê Estudantil do PCdoB, para o que houve a colaboração desta Agência" (SNI, 1972a, p. 2). Quatro foram liberados, um ficou preso e dois foragidos. Os dois que não caíram nas garras da repressão foram Idalísio e sua companheira Walkíria Afonso Costa, já presentes na região do Araguaia desde 1971. Conseguiram escapar do cerco da repressão na cidade deslocando-se para o campo. Uma das preocupações presentes no relatório era de que era preciso utilizar o trabalho de contrainformação para "dificultar o trabalho de fusão da APML com o PCdoB" (SNI, 1972a, p. 3). No relatório, que consta em um processo, ainda se afirmou que

> Com o desbaratamento no princípio do mês de novembro de 1971, nesta Capital, de células da organização subversiva, clandestina, revolucionária marxista-leninista-maoísta conhecida pela sigla APMLB (*sic*) – Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil, ficou estabelecido que a mencionada organização pretendia se unir a outras organizações subversivas, dentre elas o Partido Comunista do Brasil, para alcançar seus objetivos (SNI, 1972a, p. 4).

Segundo documentação citada por Campos Filho (2012) com o título *Arregimentação de subversivos para a Guerrilha Rural*, o Ministério do Exército avaliou que os setores contrários à ditadura militar que realizaram suas tarefas em setores situados na cidade, tendo o cerco se fechado com a ampliação e melhor formação dos agentes da repressão, estavam sendo forçados a se deslocar para o campo, já que "os elementos visados são ex-universitários que participaram de movimentos ou diretórios estudantis, de preferência os que já foram atingidos pelo [Decreto] 477 e que estejam queimados na cidade" (p. 137). Ainda trouxe as possíveis rotas de chegada para a região: "O itinerário, em princípio, é São Paulo-Anápolis (GO). Daí, através da Belém-Brasília os elementos vão de ônibus para Araguaína (GO). Nesta última cidade há várias opções" (Campos Filho, 2012, p. 137).

Idalísio transferiu-se em janeiro de 1971 para a região do Araguaia. As entrevistas em que se avaliavam as capacidades dos militantes e sua serventia para a *guerra popular* foram realizadas pelos mais experientes, que dirigiam a implantação do grupo de guerrilheiros. Neste sentido, "as levas de militantes enviados para o local passavam por avaliações de Pedro Pomar e de outros dirigentes" (Bertolino, 2013, p. 605). O já citado José Dalmo também fez parte da seleção de quadros provenientes da cidade. Não por acaso, foi um "militante comunista que ajudou a organizar o processo de escolha e treinamento de guerrilheiros/as do Araguaia, no interior de São Paulo" (Sousa, 2014, p. 6). Como decorrência desta escolha, havia momento posterior que detalhou da seguinte forma:

> Havia esse processo de preparação, e as pessoas que efetivamente se punham à disposição da luta armada passavam a integrar uma atividade chamada quarta tarefa,

> que envolvia ações militares, que ia de treinamento até a realização de algumas atividades militares propriamente ditas. (...). Olha, havia dois critérios. Primeiro a disponibilidade da pessoa. A pessoa manifestar o desejo [...]. Agora não bastava manifestar o desejo [...]. Para a pessoa participar na quarta tarefa você é cooptado. Sabia que você tinha disposição para, mas a pessoa devia aguardar um contato uma pessoa que tinha responsabilidade desse âmbito militar para vir a participar de atividades especiais que envolviam treinamento, manuseio de armas, preparação de explosivos (Ribas como citado em Sousa, 2014, p. 7).

Já instalado no Araguaia, Idalísio ficou conhecido por tocar "violão e cantava como poucos na região e, com isso rapidamente conquistou a simpatia daqueles que com ele convivia" (Guerrilha do Araguaia, 2005, p. 166). Uma das diretrizes fundamentais para o desenvolvimento do trabalho dos revolucionários era enraizar-se nas massas camponesas da região para construir pontos de apoio para os guerrilheiros no momento dos combates. A música ajudou Idalísio a desenvolver o trabalho com estas massas camponesas.

No Araguaia, concomitantemente aos trabalhos de massa, ocorreu a preparação para a luta armada. Deste modo, foi lançado o *Comunicado nº 1 das forças guerrilheiras do Araguaia* em maio de 1972, em que a União Pela Liberdade e Pelos Direitos do Povo (ULDP), organização de massas dos guerrilheiros, procurando arregimentar parte dos camponeses dispostos a lutar com as Forças Guerrilheiras do Araguaia, seu braço armado, escreveu:

> A fim de desbaratar as operações militares da ditadura, defender suas vidas e desenvolver sua luta pela posso da terra, a liberdade e uma existência melhor para toda a população, decidiram formar destacamentos armados, criaram as Forças Guerrilheiras do Araguaia. Tomaram, também, a iniciativa de fundar ampla frente popular para mobilizar o organizar os que almejam o progresso e o bem-estar, os que não se conformam com a fome e a miséria, com o abandono e a opressão.
> Deste modo surgiu a União Pela Liberdade e Pelos Direitos do Povo (ULDP), onde podem ingressar os moradores da região e de outros estados, muitos dos quais vem tendo suas terras roubadas por gananciosos grileiros e são perseguidos, presos e espancados pelos agentes da ditadura. Nele há lugar não só para os pobres como também para todo patriota, seja qual for sua condição social, que *deseja pôr abaixo a ditadura e instaurar no Brasil um regime verdadeiramente democrático* (Guerrilha do Araguaia, 2005, p. 138. Destaques nossos).

Ainda no mês anterior à morte do estudante de psicologia, o Comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia redigiu a *Carta a um deputado federal*, afirmando que já se encontravam tropas militares na região, assim como denunciavam a utilização de aviões e helicópteros que jogavam bombas de napalm. A carta dos guerrilheiros afirmou que: "Somos patriotas e democratas convictos, isto sim. [...] E este sentimento de revolta se justifica plenamente" (Guerrilha do Araguaia, 2005, p. 140). Os guerrilheiros afirmaram ainda que "a grande aspiração nacional dos dias de hoje é a derrubada da ditadura que tantos danos e sofrimentos vem causando ao Brasil, assim como a instauração de um governo e um regime que assegurem amplas franquias democráticas" (Guerrilha do Araguaia, 2005, p. 141). Em seu

final, a carta concluía afirmando que "em plena floresta, caçados pela ditadura e enfrentando mil dificuldades, *sonhamos com a democracia e independência da pátria* [...]. Receba prezado compatriota, as nossas *saudações democráticas*. De um canto da Selva Amazônica, sul do Pará, junho de 1972" (Guerrilha do Araguaia, 2005, p. 141. Destaques nossos).

Durante sua militância no Araguaia, pelo reestabelecimento da democracia no país, Idalísio utilizou o codinome Aparício, e fez parte do chamado Destacamento "B", um dos três que compunham o Comando Militar (CM) dos guerrilheiros. Algumas referências de Idalísio no Araguaia foram feitas no registro mais completo sobre a Guerrilha do Araguaia, que é o documento *Sobre a Luta no Araguaia*. Foi escrito por Ângelo Arroyo, e ficou conhecido como o *Relatório Arroyo*, quando apresentado em 1976 para debate no CC do PCdoB quando da Chacina da Lapa.

É, portanto, documento de significação histórica fundamental para o conhecimento das identidades dos militantes que estiveram presentes na região, assim como daqueles que ainda se encontram desaparecidos desde a ofensiva empreendida pela repressão do Exército. Interessa-nos aqui por trazer o relato de Idalísio Aranha, o Aparício, um estudante de psicologia desaparecido.

O *Relatório Arroyo* afirma que a primeira campanha levada adiante pelo Exército brasileiro teve início em abril de 1972, quando ocorreu o conflito direto entre as forças do exército e as forças da guerrilha, em que "o Exército atacou simultaneamente os destacamentos A e C" (Guerrilha do Araguaia, 2005, p. 72). No relatório consta que Idalísio fez parte do mesmo destacamento que Antônio Guilherme Ribeiro Ribas, irmão do já citado psicólogo José Dalmo Ribas. O destacamento estava assim organizado:

> Ribas passaria a compor o Destacamento B, comandado pelo legendário Osvaldão. Cada destacamento, por sua vez, se dividiria em três agrupamentos menores. Um deles seria dirigido pelo jovem guerrilheiro secundarista "Zé Ferreira". Mudaram-se para o castanhal – constituindo uma das bases guerrilheiras –, além de Guilherme, o casal mineiro Idalísio Soares Aranha Filho (Aparício), Walquíria Afonso Costa (Walk) (Buonicore, 2019, s/p, para. 21).

Ainda, sobre os combates do Destacamento de Guilherme Ribas e Idalísio Aranha, foi afirmado que

> O Exército entrou na região no dia 12 de abril de 1972. O Destacamento B só veio a receber a notícia quatro dias depois. Naquele instante a frase que mais se ouvia entre os guerrilheiros era: "Chegou a hora!". Guilherme [Ribas] envolveu-se em alguns combates. Em julho de 1972, por exemplo, participou do grupo que tentava restabelecer contato com o Destacamento C e acabou se encontrando com tropas do Exército. O médico João Carlos Haas Sobrinho (Juca) foi baleado, mas sobreviveu. Idalísio não teve a mesma sorte. Perdeu-se do grupo, foi encontrado e assassinado pela repressão.

> Guilherme morreu na terceira – e última – campanha militar contra os guerrilheiros (Buonicore, 2019, s/p, para. 23-24).

A luta pela recuperação do corpo de Guilherme Ribas foi bandeira levantada pelo psicólogo José Dalmo nas décadas seguintes. Particularmente, interessa-nos aqui as informações sobre a eliminação de Idalísio, jovem estudante de psicologia. Como os diferentes Destacamentos cobriam e se deslocavam por grande área territorial, com os militares iniciando a incursão na selva, o destacamento a que pertenceu Idalísio o mandou para fazer contato com outro destacamento. Neste momento, foi quando o estudante de psicologia entrou em troca de tiros com as forças do Exército. Outra fonte, afirmou sobre o mesmo episódio que:

> Em julho, a Comissão Militar decidiu enviar um grupo, chefiado pelo médico João Carlos Haas Sobrinho, o "Juca", para tentar reatar o contato com o Destacamento C [....]. O grupo caiu em uma emboscada, João Carlos levou dois tiros, mas conseguiu refugiar-se na mata. Mais tarde um integrante da missão – Idalísio Soares Salazar, o "Aparício" -, durante uma caçada, foi alvejado num tiroteio solitário com o exército e morreu. E assim terminou a "primeira campanha" (Bertolino, 2012, p. 550).

Foi morto, pois, em 1972, nos preparativos da chamada *Operação Papagaio*, que representou a 1ª Campanha contra as Forças Guerrilheiras do Araguaia. Foi "uma manobra do Exército Brasileiro, no período compreendido pelos meses de setembro e outubro na área limítrofe dos Estados do Pará e Goiás, compreendida pelas localidades de Marabá, Araguatins e Araguanã" (Comando de Operações Navais, 1972, p. 3). Neste sentido, seu objetivo militar foi assim descrito: "Este Comando recebeu a missão de constituir um Grupamento Operativo, para efetuar, a título de exercício, uma operação de limpeza na referida área, palco de atividades subversivas" (Comando de Operações Navais, 1972, p. 3). Por operação de limpeza, compreende-se a eliminação física e ocultação dos cadáveres daqueles que lá estavam.

É possível pela documentação encontrada precisar a data de morte de Idalísio e local onde foi inicialmente enterrado. Segundo a *Ordem de Operações (Papagaio)*, "documento dos Fuzileiros Navais, entregue à Comissão de Representação Externa do Congresso Nacional", com o carimbo de secreto em sua fronte, "no dia 12 jul 72 foi emboscado e morto o terrorista Idalisio Soares Aranha Filho, "Aparicio", na R[ua] de Perdidos (Nove léguas a oeste de Caiano) (Comando de Operações Navais, 1972, p. 40).

Dentre as lembranças de Idalísio Aranha deixadas pelos guerrilheiros, duas tem destaque especial. No diário da guerrilha, escrito pelo responsável pelo Comando Militar (CM) da Guerrilha do Araguaia, Maurício Grabois (1973) afirmou:

> Durante esse período de estada na selva, o Aparício, no curso de uma caçada, perdeu-se e não achou mais seus companheiros. Viu-se obrigado a arranchar na casa de um elemento da massa, onde o Exército o localizou. *Este corajoso co do DB*

> *[Destacamento B] não se entregou e morreu lutando contra os cães de fila da ditadura. E a primeira baixa por morte que sofre esse D [Destacamento]. Aqui, em nome do partido e da CM [Comissão Militar], presto nossas homenagens ao valente camarada, dirigente estudantil, que viera de Minas para participar da guerra popular* (p. 32. Destaques nossos).

Ainda em seu diário, e antes de ele próprio ser eliminado e enterrado em local desconhecido, Grabois (1973) escreveu que:

> 11/2 [11 de fevereiro de 1973] - Quando estive com a Val [Walkíria Afonso Costa], em setembro passado, antes dela partir com o grupo que acompanhou o Júlio, aquela combatente deu-me alguns dados biográficos do Aparício. Este era seu co e morreu durante a primeira incursão do nosso bula-chefe na área do DC [Destacamento C]. O verdadeiro nome do combatente tombado na luta era Idalisio Soares Aranha Filho. Nascera em Minas Gerais e tinha 25 anos de idade. Cursava a Faculdade de Filosofia quando veio para a selva amazônica. Foi presidente do Diretório Acadêmico daquela Escola Superior e delegado ao Conselho da UNE realizado na Bahia. Sua família mora em Belo Horizonte. *Do ponto de vista militar era muito inexperiente, mesmo bisonho. Mas depois de começada a resistência armada avançou na sua condição de guerrilheiro. Revolucionário em formação, poderia ser um excelente lutador* (p. 77. Destaques nossos).

O *Relatório Arroyo* diz que:

> No curso da primeira campanha do inimigo, a CM manteve contato regular com os destacamentos A e B. A alimentação da CM foi mantida pelo B. Em julho, a CM resolveu enviar um grupo de companheiros, chefiados pelo Juca (João Carlos Haas Sobrinho), para conseguir relatar o contato com o C. Faziam parte do grupo: Flávio (Ciro Flávio de Oliveira Salazar), Gil (Manoel José Nurchis), Aparício (ldalisio Soares Aranha Filho) e Ferreira (Antonio Guilherme Ribeiro Ribas), do B. Esta medida se impunha, porque o C não atendeu aos pontos previamente estabelecidos. Este grupo caiu numa emboscada do Exército na Grota Vermelha, a uns 50 metros da estrada. Juca levou dois tiros, um na perna e outro na coxa, mas conseguiu, juntamente com os outros companheiros, embrenhar-se na mata. Ficaram parados alguns dias, para que Juca se restabelecesse. Durante esse período, Aparício saiu para caçar e se perdeu. Procurou a casa de um morador, chamado Peri, por onde sabia que os demais iam passar. Lá ficou à espera. O dono da casa onde se refugiou levou-o para um barraco no mato, próximo à casa. Aí lhe serviam a comida. *Dias depois, apareceu o Exército e travou tiroteio com Aparício. Este descarregou todas as balas do revólver que tinha e, quando tentava enchê-lo de novo, recebeu um tiro e morreu. Não se sabe se o Exército chegou por acaso ou se foi denúncia* (Arroyo, 2005, p. 74. Destaques nossos).

Regilena da Silva Carvalho (1947 -), guerrilheira sobrevivente do Araguaia, lembrou "logo de manhã eu já comecei a ouvir helicópteros rondando a área. "Alguma coisa aconteceu". E de fato aconteceu: eles tinham matado o Idalísio e estavam vasculhando aquela área" (Regilena Carvalho como citado em Carvalho, 1998, p. 466). Não apenas as lembranças dos guerrilheiros dão a dimensão de Idalísio Aranha. Uma versão de sua morte, desta vez do lado que o combateu, com detalhes e impressões daqueles que foram agentes da repressão, foi apresentada pelo tenente Luiz Serra. À época era sargento da Aeronáutica no Rio de Janeiro, especialista em radiocomunicações, e "foi enviado ao Araguaia para cuidar das comunicações

na região. Testemunhou uma série de eventos dos combates entre as Forças Armadas e os guerrilheiros" (Serra, 2013, p. 12).

O tenente afirmou que "ao chegar a Xambioá, em julho de 1972, o corpo do guerrilheiro foi trazido em uma lona com muito cuidado, uma vez que vertia muito sangue e aparentemente seu rosto vinha em pior estado" (Serra, 2013, p. 122). Em seu depoimento, afirmou ainda que ouviu de um sargento da inteligência que "no desembarque do corpo, dizia que houvera uma emboscada e o guerrilheiro fazia a linha de frente do grupo que escapara da visão do helicóptero e dos soldados de infantaria e equipe de operações espalhados junto à trilha" (Serra, 2013, p. 122). Das conversas entre os agentes da repressão envolvidos diretamente na eliminação física, chegaram mais informações:

> Outra frase dizia que o jovem fora vítima da disparidade de armamento quando foram atacados por uma saraivada de tiros de fuzil enquanto respondiam com espingardas 20 e 44, além de revólveres 38. *No conjunto, sempre comentários de admiração por sua bravura. Um dos PQDs [paraquedistas] chegou a falar que morrera como um herói, segurando os militares à bala para que desse tempo dos companheiros escaparem.*
> O grupo vinha sendo monitorado pelo avião observador [...]. Chamou atenção de um piloto do sapão [helicóptero H-1H] o fato de correrem para se esconder no mato.
> Ante a aproximação de uma patrulha levada pelo helicóptero, iniciou-se um tiroteio, em que dois deles foram atingidos, segundo o artilheiro do sapão. Um deles ficou na linha de visada do helicóptero e da patrulha, respondendo o fogo, atravessou bravamente uma área circundante de clareira em combate desigual. *Não se entregou.*
> Reparei que apenas a lateral do rosto ficara de fora da lona, completamente ensopada de sangue. E foi fotografado e, na volta do sapão, levado para os fundos da área improvisada do cemitério. Da pista se observava o helicóptero em voo pairado, rente ao capim, enquanto desciam o corpo envolvido e amarrado com cordas.
> Houve um rebuliço na coordenação do acampamento, pois se aventava que o guerrilheiro poderia ser o doutor Juca. Um capitão do CIEx [Centro de Informações do Exército] conseguiu identificar por escritos em papéis apreendidos o nome Idalício (*sic*) Aranha. Assim se comentava internamente naquele dia na base (Serra, 2013, p. 122. Destaques nossos).

Ao contrário dos relatos afirmados pelos guerrilheiros, o depoimento do tenente Luiz Serra traz algumas divergências. Afirmou que Idalísio Aranha trocou tiros com o helicóptero dos agentes da repressão com o objetivo de proteger outros guerrilheiros que empreendiam fuga, ao contrário da versão dos guerrilheiros de que tinha se perdido na mata durante uma caça. Outra divergência de depoimento é que o grupo do qual fazia parte já estava sendo monitorado do alto do helicóptero pelos agentes, diferentemente do depoimento em que foi encontrado em uma casa de morador da região. No entanto, em todos os relatos as características de coragem e valentia de alguém que não recuou no confronto armado contra forças exponencialmente mais poderosas são enfatizadas. Até mesmo um historiador, defensor dos militares[76], foi obrigado a admitir a bravura de Idalísio, quando escreveu que:

[76] Após afirmar a morte de Idalísio com 50 tiros em seu trabalho, ainda conclui afirmando: "Os relatos sobre as mortes Bergson, Kleber e Idalísio confluem para confrontos armados com os paraquedistas, nos quais eles também atiraram nos militares. Ou seja, *foram atos de repressão armada, contudo, até o momento não*

> Para os militares que o mataram, Aparício [...] também teria sido um herói. Há uma tendência entre os ex-combatentes do Araguaia a engrandecerem seus inimigos [...]. A partir da morte de Aparício, passaram a respeitar (e a temer) os guerrilheiros. Por um lado, isso engrandece os soldados escalados para caçar aqueles jovens estudantes. Por outro lado, transformar alguns guerrilheiros em titãs ajudou os comandantes a convencer a tropa de que deveriam ter o máximo cuidado ao entrar na mata, de que aqueles combates não eram exercícios simulados, de que estavam lá para matar ou morrer (Studart, 2013, p. 388).

E seguiu, com detalhes que apurou em sua pesquisa:

> [...] avistaram um grupo de guerrilheiros numa clareira. Eles correram, mas um deles ficou para trás, atirando em direção ao helicóptero. Chegou a ferir um militar. Estes, por seu turno, dispararam a metralhadora contra o guerrilheiro.
> Desceram a aeronave na clareira e foram atrás. O guerrilheiro atirava para trás e os militares respondiam. Em determinado momento, o guerrilheiro sucumbiu. Seu corpo foi levado para Xambioá, fotografado e examinado por médicos. Estava com mais de 50 tiros, rosto e crânio dilacerados. Foi enterrado no cemitério local (Studart, 2013, p. 388-389).

Mas, antes de enterrarem o estudante de psicologia em meio da selva amazônica, pegaram suas digitais, como mostra a imagem abaixo.

Figura 30 - Impressão digital de Idalísio tomadas depois de sua morte no Araguaia



Fonte: Anônimo, 1972, p. 24

Sua companheira, Walkíria Afonso Costa, foi presa no ano seguinte, quando: "Perdida na selva desde o Natal de 1973, transformara-se numa indigente. Pálida, a pele cheia de marcas

---

apareceram indícios de atos de exceção em relação a essas três mortes" (Studart, 2013, p. 593. Destaques nossos). Ainda, sobre Idalísio, informa outra data para sua morte, quando afirma que: "Esta pesquisa confirma que a data de sua morte foi 13 de junho de 1973" (Studart, 2013, p. 504), enquanto as demais fontes indicam o ano de 1972. Apenas um pequeno erro de um pesquisador descuidado em meio as contestadas versões que colocou em seu trabalho. Em sua tese, nenhuma das fotos da morte de Idalísio, apenas uma foto de uma árvore onde teria sido supostamente enterrado, retirada do arquivo pessoal conseguido com uma de suas fontes militares.

de picadas, manca, ela andava descalça pela mata [...], tudo o que possuía era uma bolsinha com um revólver velho" (Loyola, 2004, para. 12). Foi eliminada depois de capturada sem chances de julgamento, tampouco de defesa: "Com uma espingarda de cano longo, um sargento pára-quedista (*sic*) [...] deu o primeiro tiro, no pescoço. Walkíria caiu e ameaçou se levantar. Recebeu o segundo tiro. Mexeu-se de novo e levou o terceiro. Tudo mostra que ela foi a última guerrilheira a ser morta no Araguaia" (Loyola, 2004, para. 14). A imagem abaixo mostra as últimas imagens de Idalísio, já morto. Ao contrário do que afirma Studard (2013) não parece ter recebido 50 tiros. No entanto, o ferimento em seu rosto é evidente.

Figura 31 - Últimas fotos do corpo de Idalisio Aranha, antes de ser enterrado em local em meio da selva amazônica



Fonte: Anônimo, 1972, p. 21

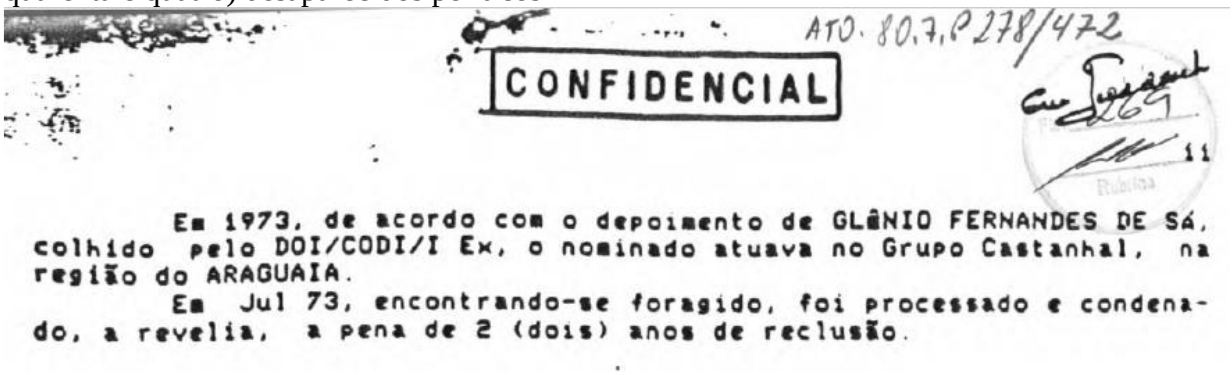
A primeira Campanha do Exército, que eliminou Idalísio Aranha, terminou com uma derrota tática do Exército brasileiro. O estudante de psicologia, entre submeter-se ao processo da nova etapa de institucionalização da psicologia impulsionada pelo governo dos militares ou ser parte da luta democrática radical, fez sua escolha e levou-a até às últimas consequências. Impossibilitado de manter-se na universidade por causa do cerco das forças repressivas da ditadura, morreu "sonhando com a democracia e independência da pátria" (Comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia, 1972, p. 141). Foi preciso mais do que apenas 5 mil militares para derrotar os guerrilheiros em suas próximas campanhas. A causa democrática defendida no interior da selva amazônica só poderia ser derrotada com mais repressão. Depois dos primeiros ataques, o comportamento tático dos guerrilheiros foi o seguinte:

> 1. recuar para as áreas de refúgio;
> 2. buscar contato com as massas; e
> 3. tentar realizar ações de fustigamento e emboscadas do inimigo (Guerrilha do Araguaia, 2005, p. 73).

A segunda campanha iniciou-se em setembro de 1972. Nova vitória tática dos guerrilheiros contra um contingente estimado entre 8 e 10 mil militares. A terceira e última campanha do Exército brasileiro iniciou-se em outubro, através do cercamento de diversas áreas, e com o desencadeamento de repressão contra a população local, onde o "Exército procurou implantar o terror entre as massas" (Guerrilha do Araguaia, 2005, p. 81). Foi aplicado o cerco e aniquilamento completo dos revolucionários, com uma guerra suja que eliminou a partir dali todos os guerrilheiros encontrados, com decapitação, acrescidos de violência sexual contra mulheres e o desaparecimento de todos os corpos. A luta democrática radical no Brasil recebeu um duro golpe.

As ordens eram de caçar e eliminar todos os guerrilheiros, não deixando nenhum vivo. Foi desatada nova *Operação Limpeza*, em que se ocultaram todos os corpos e tentaram eliminar os vestígios da presença dos militares da região. Foi a maior mobilização das forças militares brasileiras desde a II Guerra Mundial. A censura na imprensa impediu a circulação dos acontecimentos da Guerrilha do Araguaia. Mesmo assassinado pelo Exército brasileiro e enterrado em local desconhecido, no ano seguinte a sua morte, Idalísio Aranha ainda foi condenado a dois anos de prisão à revelia e recebeu um mandado de prisão em Minas Gerais, como mostra a imagem abaixo.

Figura 32 - Dados existentes no centro de inteligência do exército (CIE) sobre os 144 (cento e quarenta e quatro) desaparecidos políticos


ATO. 80.7.P 278/472

CONFIDENCIAL

11

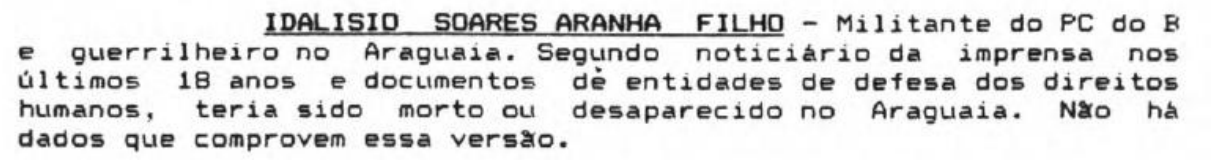
Em 1973, de acordo com o depoimento de GLÊNIO FERNANDES DE SÁ, colhido pelo DOI/CODI/I Ex, o nominado atuava no Grupo Castanhal, na região do ARAGUAIA.

Em Jul 73, encontrando-se foragido, foi processado e condenado, a revelia, a pena de 2 (dois) anos de reclusão.

Fonte: CIE, s/d, p. 278

Importante salientar que mesmo com a produção de grande variedade de documentos no interior da Comunidade de Informações, já no período de restauração democrática e de nova pactuação de classes, o Estado brasileiro negava a existência das operações que resultaram nos assassinatos na região do Araguaia, como prova a imagem abaixo. A guerra suja empregada através do terrorismo aberto do estado brasileiro foi ocultada.

Figura 33 - Descrição das atividades de Idalísio afirmando a não existência de comprovação de sua morte



IDALISIO SOARES ARANHA FILHO - Militante do PC do B e guerrilheiro no Araguaia. Segundo noticiário da imprensa nos últimos 18 anos e documentos de entidades de defesa dos direitos humanos, teria sido morto ou desaparecido no Araguaia. Não há dados que comprovem essa versão.

Fonte: CIE, s/d, p. 397

No entanto, a memória histórica sempre encontrou meios para deixar vestígios daquilo que efetivamente ocorreu no plano concreto. Após a sua morte, Idalísio Aranha foi lembrado como tantos outros pela instrumentalidade da arte. No *Cordel da Guerrilha do Araguaia* de Nonato da Rocha, seu nome está presente ao lado dos outros guerrilheiros do Araguaia. Também, no poema *Camará,* feito em sua homenagem por Cadinho, ressoa a imagem do jovem que, mesmo se escondendo, não perdeu o sorriso em seu caminhar. E que, junto à música, deu sua vida no interior de uma luta que se recusou a abandonar:

> Nunca dizia pra quem conhecia
> Qual era o seu lugar
> Nem para onde ia e ninguém sabia
> Do seu caminhar.
> Andou, andou, andou,
> Camará,
> Até que alguém veio pegar. [...]
>
> Tinha um jeito alegre de olhar,
> De sorrir e de cantar,
> E na cabeça razão para nunca fugir,
> Não se entregar.
> Cantou, amou, dançou
> Camará,
> Andou, lutou até se acabar (Cadinho como citado em Guerrilha do Araguaia, 2005, p. 178)

Parte do material colhido sobre Idalísio Aranha aqui utilizado encontra-se no livro Guerrilha do Araguaia escrito na década de 1980. Sua irmã participou das pesquisas para a elaboração do livro. Por isso, seu nome também constou nos órgãos de repressão como tendo realizado viagens para colher informações referentes a ele. Recuperar dados e pistas ocultadas propositalmente por agentes de Estado foi trabalho de décadas, realizados por distintos interesses.

Por outro lado, lembramos ainda que grande parte da documentação referente à Guerrilha do Araguaia foi destruída. É neste sentido que interpretamos que grande parte da documentação a respeito de Idalísio Aranha não tenha sido encontrada nos fundos pesquisados. Não porque não existissem, mas porque no trabalho de ocultamento e limpeza, se tentou eliminar os vestígios da guerra suja desencadeada pelo Exército brasileiro na Amazônia.

Significativo que quando a Divisão de Registro e Distribuição Extrajudicial (DRDE) (2012) da Procuradoria Geral da República requisitou informações ao Exército brasileiro sobre os acontecimentos do Araguaia, foi atestado a existência dos seguintes documentos, como indicado na imagem abaixo. Parte deles não estão disponíveis para acesso.

Figura 34 - Ficha de Idalísio Aranha. Divisão de Registro e Distribuição Extrajudicial-DRDE (2012).

26. Idalísio Soares Aranha Filho

Relatório do Ministério Exército: Filho de Idalísio Soares Aranha e de Amintas Rodrigues Pereira, nascido no dia 21 Ago. 47, em Rubim/MG. Militante do PC do B, utilizava os codinomes de Aparício, Bragança, Braguinha e Ivan.

Em 30/04/71, praticou ato terrorista em Belo Horizonte/MG juntamente com Walquiria Afonso Costa e Carlos Vítor Alves Delamônica.
Em 1973, de acordo com o depoimento de Glênio Fernandes da Sá, colhido pelo DOI/CODI I Ex, o nominado atuava no Grupo Castanhal, na região do Araguaia.
Em Jul./73, encontrando-se foragido, foi processado e condenado à revelia, a pena de 2 anos de reclusão.

PE-R/CR
fls. 001

Relatório do Ministério da Marinha: 1969 - militante do PC do B/MG, guerrilheiro rural componente do Grupo do Castanhal. Cognominado Aparício. Teve prisão preventiva expedida pela 4ª CJM de Juiz de Fora/MG, atuou na área de Minas Gerais até fim de 1971, quando se deslocou para Golás.
Jul./72 - foi morto por ter resistido ferozmente na região de Peri [não se trata de região e sim do nome do camponês, em cuja casa se encontrava].
Relatório do Ministério da Aeronáutica: Militante do PC do B e guerrilheiro do Araguaia. Segundo o noticiário da imprensa nos últimos 18 anos e documentos de entidades de defesa dos direitos humanos, teria sido morto ou desaparecido no Araguaia. Não há dados que comprovem essa versão.
Fichas entregues ao jornal O Globo em 1996: "Aparício", "Braguinha", "Ivan"
do PC do B/MG
- filho de Idalísio Soares Aranha e Amintas Rodrigues Pereira, nascido em Rubim/MG, em 21 Ago. 47
- era casado com Walquíria Afonso Costa
- ***foi morto na R de Peri (Pará), em 13 Jul. 72.*** [Casa de um morador chamado Peri.].
Relatório das Operações contraguerrilhas realizadas pela 3ª Bda Inf. no Sudeste do Pará - Ministério do Exército – CMP e 11ª RM – 3ª Brigada de Infantaria - Brasília/DF, 30 out 72; assinado pelo General de Brigada – Antônio Bandeira - Cmt da 3ª Bda Inf.: – Neste período os resultados foram os seguintes:
a) Morte de 1 (um) terrorista – Idalísio Soares Aranha Filho (Aparício) – morto a 13 Jul 72, em Perdidos – pertencia ao Grupo "Castanhal do Alexandre".
Relatório da Operação Sucuri, de maio/74: confirma sua morte.

Fonte: Termo de Abertura, p. 116-117

Após a derrota no campo e com a eliminação e ocultamento dos vestígios da Guerrilha do Araguaia, o PCdoB precisava realizar a avaliação da experiência. O balanço e as discussões feitas pela organização sobre a tentativa de desenvolver a *guerra popular* no país teriam fim em 1976, quando as forças repressivas adentraram o aparelho onde se realizava uma reunião

em que parte do CC estava. Através da delação de Manoel Jover Telles (1920-2007) que por 150 mil cruzeiros e um emprego para sua filha em fábrica de armas entregou a localização da reunião aos agentes da repressão comandados pelo delegado e narcotraficante Sérgio Paranhos Fleury (1933 - 1979). A última direção revolucionária da década de 1970 foi eliminada. A luta armada como caminho de transformação revolucionária da sociedade foi trocada pelo caminho das eleições. Militantes de base, que ainda queriam seguir o caminho revolucionário, foram neutralizados e sem direção revolucionária nada conseguiram fazer. Foi o fechamento de um ciclo em que os revolucionários, impossibilitados de utilizar o caminho democrático, pegaram em armas mais uma vez no Brasil. A avaliação de Pedro Pomar, antes de sua morte, foi cirúrgica. Não foi apenas um mero erro militar, como defendido pela maioria do CC, mas um erro político que teria efeito prolongado durante os anos. Na tentativa de desenvolver a *guerra popular*, a Guerrilha do Araguaia, ao que pese a heroica demonstração de abnegação dos democratas revolucionários brasileiros na selva amazônica, caiu nas armadilhas do foquismo que tanto criticou.

As pugnas partidárias instaladas no interior do CC do PCdoB, com avaliações entre diferentes caminhos a serem seguidos para apoio em âmbito internacional, culminou em mudança de linha estratégica. Um entrevistado afirmou: “O Partido entra em crise várias vezes. Muda inclusive de posição. Perde o maoísmo e vai se associar a ideia da Albânia” (Braga, P. C., comunicação pessoal, 5 de novembro, 2019). O caminho albanês, já dissociado da aliança tática com o PCCh, foi trilhado pelo PCdoB a partir das críticas aos chineses. Não por acaso, setores perseguidos no Brasil deslocaram-se para o pequeno país de democracia popular.

Em 1975, registramos que a psicóloga Ana Rocha, após atuar alguns anos na clandestinidade no setor estudantil e formada dois anos antes, deslocou-se para Tirana, a capital da Albânia. Um de nossos entrevistados lembrou-nos que, apesar das pugnas nas direções do partido, seu efeito nos militantes de base era de aderência ou rechaço aos lados em disputa. Sobre a maneira de se lidar com as contradições no seio do partido, e seus antagonismos em meio a necessidade de compartimentalização durante a ditadura empresarial-militar por questões de segurança, ainda foi lembrado que:

> Todos os partidos passaram por muita crise, de dissidências, formações diferenciadas. Mas a dissidência, pra ser criada, partia de cúpula. Era dissidência no Comitê Central. A base, depois aderia as dissidências. Mas era o Comitê Central que saía na porrada. Eram os dirigentes que faziam os rachas. Os rachas sempre eram os dirigentes (Braga, P. C., comunicação pessoal, 5 de novembro, 2019).

3 A GUERRILHA URBANA E OS DIFERENTES AGRUPAMENTOS: DEPURAÇÕES E AS ELIMINAÇÕES FÍSICAS NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PSICOLOGIA

Neste capítulo, trataremos dos agrupamentos que fizeram a opção de combate imediato nas cidades, utilizando suas forças para ações diretas de enfrentamento à ditadura empresarial-militar. Aqui encontram-se as frações da psicologia oriundas das instituições universitárias. Foram expressas inicialmente nas DIs, e posteriormente nas múltiplas organizações formadas no período, tais como ALN, PCBR, MR-8, POLOP, POC, VPR etc.

Uma característica marcante é que, enquanto algumas frações da psicologia fizeram parte da oposição consentida dentro dos marcos da legalidade nas instituições, como apresentamos no Capítulo 1, outras frações estiveram inseridas em agrupamentos revolucionários e, por isso, foram perseguidas de modo mais implacável e violento. O resultado se traduziu no afastamento destes sujeitos do processo de institucionalização da psicologia através de barreiras institucionais que limitaram suas presenças dentro das instituições em que estiveram. Articulado a este processo, outra característica foi a eliminação física de alguns destes sujeitos que radicalizaram o combate. Ainda que não de forma não exaustiva, tarefa ainda pendente na história da psicologia brasileira, os casos aqui retratados são representativos de como a política da ditadura empresarial-militar foi determinação geral concreta plasmada na forma adotada pela psicologia no período aqui estudado.

3.1 A depuração dentro do Instituto de Psicologia da UFRJ e o MR-8: os setores estudantis, a captura do embaixador norte-americano e as eliminações físicas

Um dos grupos que se formou após o golpe empresarial-militar foi a Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB). Inicialmente, foi uma das múltiplas dissidências formadas a partir de grupos que se opuseram ao imobilismo do PCB e propuseram-se ao desencadeamento de respostas armadas contra o regime militar. Formada por estudantes, se notabilizou por, junto com a ALN, ser responsável pela ação de captura do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick (1908 - 1983) no Brasil em 1969. O embaixador foi trocado por 15 prisioneiros políticos. Um dos idealizadores da ação foi o estudante de psicologia Sérgio Rubens Araújo Torres (1948 -). Um dos prisioneiros políticos libertados, foi o também estudante de psicologia Ricardo Vilas Boas de Sá Rego (1949 -), ambos da UFRJ. Como consequência desta ação revolucionária, o alargamento da repressão que acossou o Movimento Revolucionário 8 de

Outubro (MR-8) dentro das instituições universitárias culminou com o deslocamento de parte de sua militância para a clandestinidade. Alguns foram presos, como Carlos Augusto da Silva Zilio (1944 -) e o próprio Sérgio Rubens de Araújo Torres. Outros, como Marilena Villas-Boas Pinto (1948 - 1971) e Solange Lourenço Gomes (1947 - 1982), eliminados. Alguns, saíram do país através do exílio político ou do banimento de território nacional, como o próprio Ricardo Villas Boas.

Dito isso, aqui trataremos dos estudantes de psicologia que estiveram presentes no interior do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com uma exceção, Solange Lourenço Gomes, uma ex-estudante de psicologia da Universidade Santa Úrsula. No entanto, os elos de ligação entre estes personagens, assim como parte das atividades desenvolvidas dentro do curso de psicologia na UFRJ, podem ser encontrados em seu depoimento.

Solange Lourenço Gomes, perseguida pelos agentes de repressão e na clandestinidade, teve um surto psicótico e entregou informações de parte da sua organização. Isto culminou em seu suicídio alguns anos depois. Quando presa, afirmou a existência de um grupo de estudos na UFRJ com militantes pertencentes ao MR-8, e do qual "faziam parte [...] Sergio Rubens de Araújo Torres e Lilian Rose Shalders (esta passou depois para o PCBR) [...] Lilian e a outra moça saíram e passou a fazer parte do mesmo Ricardo Vilas Boas de Sá Rêgo" (Ministério do Exército, I Exército 2ª Seção, 1971, p. 4). Angela Arruda, em entrevista, afirmou que "teve muita gente que foi [da luta armada, já que tinha] o Carlos Zilio. Você tinha muita gente na psicologia que era muito ativa, que estava dentro das organizações, mas já em posições que mostravam certa experiência, um certo traquejo (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019).

Um dos contatos da estudante Solange Lourenço Gomes dentro da UFRJ foi seu antigo companheiro, o então estudante de psicologia Carlos Augusto da Silva Zilio, citado também por Angela Arruda. Foi artista plástico, formado em psicologia em 1973 pelo Instituto de Psicologia da UFRJ. Esta universidade foi a principal base estudantil do MR-8. E dentro dela, estavam presentes alguns estudantes de psicologia.

Carlos Zilio (2012) afirmou ainda que "era artista plástico e estudante do Instituto de Psicologia da UFRJ. Nas duas condições me envolvi com a questão política" (Zilio, 2008, p. 17), que assim detalhou:

> Quando eu fiz o vestibular em [19]66, a Psicologia ainda fazia parte da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. A faculdade ficava na cidade, ao lado do prédio da *Maison de France*, onde atualmente é o Consulado da Itália. Todos os departamentos da Filosofia eram ali. A Filosofia e o CACO (Faculdade Nacional

> da Direito) eram os dois grandes centros de resistência estudantil ao golpe. E apesar de terem sofrido um expurgo muito grande, o movimento estudantil já começava a se reorganizar. No final do primeiro semestre houve uma reforma universitária que mudou a denominação da universidade para UFRJ e a Faculdade de Filosofia foi desmembrada em institutos. A Psicologia foi criada como unidade autônoma e foi para a Praia Vermelha. Era um curso recente. A minha turma era a terceira que havia entrado. Eu era uma pessoa de esquerda, mas não tinha nenhum vínculo partidário. O Diretório Estudantil da Filosofia ainda era meu referencial, então eu comecei a tentar fazer uma ponte com a Psicologia (Zilio, 2012, p. 6. Destaques no original).

Com uma conjuntura que referendava a lei histórica de que onde quer que exista opressão existirá resistência, existiu a aproximação gradativa em direção a setores da oposição estudantil brasileiro. No entanto, nesse período, "eu continuava com esses dois vínculos: o de artista e o de estudante" (Zilio, 2012, p. 7). O período de ascensão da luta revolucionária no país se inseriu dentro de um caldeirão cultural com exemplos histórico-concretos de resistência, e impactou a juventude brasileira em geral e, consequentemente, setores estudantis da psicologia em particular, já que

> A política parecia que estava em tudo. Talvez fosse mais difícil você fugir da política do que estar na política, o mais natural era estar na política. É preciso levar em conta o momento histórico. *Não era apenas a indignação contra a ditadura, havia naquele momento um grande sentimento de esperança trazido pela Revolução Cubana, a resistência do Vietnã contra toda a máquina de guerra dos EUA* e logo depois, em 1968, os movimentos estudantis em todo o mundo e, particularmente, em Paris. Eu acho que por mais... digamos, alienada, usando uma palavra meio genérica, que a pessoa fosse, ela tinha que de alguma forma se justificar perante a política, ela não podia simplesmente ignorar. *O golpe não conseguiu estancar a dinâmica da movimentação cultural que tinha conseguido prosseguir no cinema, no teatro, na música popular e nas artes plásticas* (Zilio, 2012, p. 8. Destaques nossos).

Até mesmo a questão do voto dentro das regras da ditadura foi amplamente questionada no período posterior à ofensiva que culminou com a tomada de poder dos militares, cuja expressão se mostrou na posição de setores estudantis. Por isso, lembrou que

> eu já era contra o voto que na minha visão representava endossar as regras eleitorais dadas pela ditadura. O movimento estudantil já tinha uma posição dominante de voto nulo. A minha vida como artista tinha essas ambiguidades por ser uma pessoa que também frequentava o movimento estudantil. Se bem que na época havia uma proximidade do movimento estudantil com a vida artística (Zilio, 2012, p. 9).

Já inserido no interior da vida institucional universitária, polarizada pela política da época, Zilio (1996) resumiu seu caminho da seguinte forma:

> Então minha trajetória política é a seguinte: primeiro fundase um centro de estudos da Faculdade de Psicologia e depois um diretório acadêmico. Em 1967 eu sou do diretório acadêmico da Psicologia mas, em linguagem política, "como independente"; eu não me sentia comprometido com a política inteiramente, era uma responsabilidade que eu tinha como estudante, como cidadão – como se diz hoje em dia. A política era uma necessidade minha, mas não era tudo para mim (p. 4).

Foi, portanto, um processo de tomada de consciência através da luta política que se expressou dentro da universidade. Não por acaso se lembrou ainda que "depois integrei a diretoria do Diretório Central dos Estudantes da UFRJ e, nesse processo, acabei tendo um engajamento em uma organização política que acabou tomando o rumo da luta armada" (Zilio, 2008, p. 17).

Mas Zílio também enfrentou críticas neste seu processo de conscientização. O questionamento da impossibilidade de a arte ser instrumento de transformação revolucionária se mostrou central em suas preocupações. Zilio (1996) relembrou como tornou-se o último presidente do DCE da UFRJ antes do AI-5, e o impacto que isso teve em sua vida política:

> Minha primeira consciência foi de que a política é que era o importante para mudar a vida, que os artistas não iam conseguir nada. Então, em 1968, entro para o DCE (Diretório Central de Estudantes), e a ruptura começa a se aprofundar, abandono a arte em função do DCE. Com a queda do congresso de Ibiúna (Congresso da União Nacional de Estudantes – UNE, realizado clandestinamente em 1968), o Franklin [Martins], presidente do DCE, é preso e eu viro presidente do último DCE, antes do AI5, enfim, o último DCE daquela fase. Só no início de 1969 é que eu me torno militante político organizado, isto é, me filiei a uma organização política. Só no início de 1969. Eu tinha muita resistência a me tornar organizado. Era o meu lado artista. Eu achava que era uma forma de me tornar assim envolvido e me despersonalizar (Zilio, 1996, p. 5).

Franklin Martins (1948 -) a que se referiu o psicólogo foi liderança estudantil, preso em Ibiúna e também um dos idealizadores do primeiro sequestro contra apoiadores do regime militar. Desta forma, "circunstancialmente, eu fiquei substituindo o Franklin para efeitos de representação pública" (Zilio, 2012, p. 12). Sobre os detalhes da atividade política no interior da universidade, ainda relembrou a organização estudantil dentro das instituições universitárias. Assim,

> a diretoria na qual a chapa que eu fazia parte foi fruto de uma eleição direta que repercutiu muito no movimento estudantil. O presidente eleito foi Franklin Martins. Fazia parte da diretoria o Mario Prata (que hoje dá nome ao DCE da UFRJ). Ele era estudante da Engenharia, um bom colega, sempre alegre, mas muito maduro e responsável. Foi morto na tortura no início da década de 1970 como militante do MR-8 (Zilio, 2012, p. 12).

O citado Mário de Souza Prata (1945 - 1971) foi assassinado junto com sua companheira, a ex-estudante de psicologia Marilena Villas Boas Pinto. O ocorrido foi apresentado pela imprensa da época: "dois meses depois [...] [quando], os jornais O Globo, O Dia e Jornal do Brasil publicaram as manchetes 'Terrorista Assassino Foi Morto ao Resistir à Prisão', 'Casal Terrorista Morto ao Resistir à Ordem de Prisão' e "Mortos no Tiroteio Terrorista e a Amante'" (Memórias da Ditadura, 2014).

Com a inserção na militância organizada, Zilio (2012) lembrou ainda que "no movimento estudantil eu já panfletava, o que, aliás, exigia um aparato de pessoas e de infra

estrutura para permitir uma certa segurança diante daquelas condições de repressão política" (p. 10-11). Em uma das atividades de panfletagem, outro estudante de psicologia da UFRJ, que coincidentemente também era artista, caiu nos cárceres do terrorismo de estado e só foi libertado após a captura do embaixador americano. Era Ricardo Villas Boas.

Segundo a ficha de sua prisão, era conhecido por "ter a profissão de Músico e estar estudando no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro" (Delegacia de Ordem Política e Social, 1969, p. 4). Oriundo do Colégio de Aplicação daquela universidade, foi membro do grupo *Momento Quatro*[77] quando entrou no curso de psicologia em 1968, em momento de ascensão da radicalização tanto da ditadura empresarial-militar, quanto dos grupos que a combateram.

Sobre sua presença no curso de psicologia, afirmou que "enquanto universitário, não podia não ver o movimento, era impensável não participar. Não participar era ser um pouco marginalizado também. Porque realmente, no *campus* onde eu estudava, ali na Praia Vermelha, a mobilização estudantil era muito forte" (Vilas, 2008, p. 30). Foi neste *campus* da UFRJ, como dissemos no capítulo 1, que o então Diretor do Instituto de Psicologia, Carlos Sanchez de Queiroz, forneceu informações de professores e alunos para os órgãos da ditadura.

Na polarização no interior da psicologia, o estudante recém integrado à vida acadêmica fez a opção sobre sua dedicação: "fazer política. Era fazer política, realmente. Eu estava totalmente envolvido com o movimento" (Vilas, 2008, p. 31). É nesse momento em que a necessidade de organização e estruturação das atividades de militância levou a DI a passar por uma metamorfose, como relatou um de seus militantes:

> *Eu vivi o processo da Dissidência que foi o processo de transformação da Dissidência em MR-8, ou seja, sair de uma organização universitária estudantil que passa a pretender ser uma organização revolucionária de luta armada*. A Dissidência tinha essa característica, uma organização política na qual mais de 90% dos seus quadros eram de estudantes universitários e o restante de profissionais liberais. Esse processo gradual foi algo que se passou no campo político e pessoal. No aspecto político tem a ver com a definição de uma linha política e nas formas de luta. Nós batíamos contra uma ditadura que era vista por nós como um instrumento militar que sustentava um sistema de exploração social. Nossa utopia era a de uma sociedade mais solidária e justa que identificávamos com o socialismo. Achávamos que os Estados Unidos da América era o inimigo, mas éramos céticos quanto ao socialismo praticado na União Soviética. A luta armada parecia se impor como única maneira de se contrapor a força da ditadura (Zilio, 2012, p. 14. Destaques nossos).

Com o AI-5 promulgado no final de 1968, a profissionalização dos revolucionários se transformou em necessidade. Ricardo Villas Boas afirmou que em "1969 eu tinha sido recrutado

[77] *MomentoQuatro* contava ainda com os artistas Zé Rodrix, David Tygel e Maurício Maestro e gravou um LP em 1968, o MOMENTO4UATRO, assim como o compacto Glória em 1967, que além de músicas do grupo, teve duas releituras de Noel Rosa (1910 - 1937).

pela organização. A orientação que seguíamos, na época, era de se profissionalizar realmente com a militância. Era fazer a revolução" (Vilas, 2008, p. 32). No entanto, com o aprofundamento da repressão, a ofensiva dos militares atingiu rapidamente os opositores do regime e, como consequência, o núcleo estudantil da psicologia da UFRJ foi empurrado cada vez mais para atividades clandestinas fora das atividades institucionais. É justamente por isso que Ricardo Villas Boas lembrou que

> até cairmos; tudo [foi] muito rápido. Eu deveria ter um ou dois meses de militância. Quer dizer, de militância como quadro da organização. Havia vários níveis. Você começava como simpatizante, depois fazia parte da OPP – organização parapartidária -, e finalmente era recrutado. Então, na condição de membro da organização, eu tinha pouco tempo, uns dois meses, uma coisa assim (Vilas, 2008, p.32).

A OPP era um momento posterior de inserção dentro do raio de atuação da organização, após o chamado Grupo de Estudo (GE), seu momento inicial. Villas Boas disse que "no quadro das atividades da OPP fizemos um curto treinamento militar – tiro ao alvo, aprender a manusear arma, abrir, carregar. E depois, durante uma semana mais ou menos, fomos para um lugar no interior aprender a atirar" (Vilas, 2008, p. 32-33). O pertencimento a uma organização de caráter armado, no interior de uma ditadura empresarial-militar em seu período de maior fechamento, significou também uma escalada da militarização dos quadros de esquerda, assim como a necessidade de uma inserção cada vez maior na clandestinidade:

> Na ótica da organização, nessa época, todos os militantes deveriam estar armados. Não apenas os da frente de trabalho armado [FTA], que eram as pessoas mais qualificadas para essa função, com treinamento mais aprofundado, mas os militantes em geral. Era o que chamávamos de autodefesa armada. Então no caso de ter voz de prisão, você reagia armado. [...]
> *Então passei a andar armado. Era engraçado, porque eu começava a viver duas vidas, dois mundos. Vivia uma vida normal de um jovem que andava pela rua e a vida de um militante clandestino armado* (Vilas, 2008, p.33. Destaques nossos).

No entanto, segundo sua avaliação, a polarização armada estava levando parte dos quadros da resistência contra a ditadura "para um beco sem saída total" (Vilas, 2008, p. 34). Não por acaso, a sua prisão ocorreu enquanto militantes de sua organização iam panfletar em um fábrica no dia primeiro de maio de 1969:

> [...] nisso a Maria Augusta foi reconhecida por um cara do DOPS. [...] O cara chegou, começou a falar com ela, agarrou sua mão, ela se debatendo. Um companheiro nosso – não longe de mim, mas bem no meio da rua – puxou a arma e começou a atirar. Então o policial se jogou no chão, rolou que nem em filme americano, escapou pelo lado de um carro, levantou-se, puxou a arma e saiu atirando. [...] Eu corri, me afastei um pouquinho, puxei a arma e disse: vou atirar para o chão, mais ou menos na diagonal. E comecei a disparar. [...]
> E Maria Augusta começou a correr em direção à Praça Tiradentes. Guardei a arma na pastinha, como usávamos na época, e peguei a Guta pela mão, dizendo: "Vamos na

> direção oposta.” Mas já era tarde. Então fomos rendidos [...]. Logo depois veio um choque da PM, nos botaram no carro. E eu com a arma (Vilas, 2008, p. 35).

Guta, Maria Augusta Carneiro Ribeiro (1947 - 2009), foi presa e se tornou a única mulher libertada com a captura do embaixador norte-americano. Depois da queda de Villas Boas, foi encaminhado ao DOPS, onde “foi corredor polônes, sob os gritos: ‘Ele tentou matar um colega!’” (Vilas, 2008, p. 35). Encarcerado, o ex-estudante de psicologia não retornou mais à profissão, que se encontrava em sua nova etapa de institucionalização, em momento em que as universidades estavam infiltradas com agentes e colaboradores da ditadura empresarial-militar. O processo cirúrgico de separar os setores mais combativos dos espaços institucionais se consumara mais uma vez.

No dia de seu julgamento, Villas Boas reconheceu companheiros de sua organização presentes no recinto que, em um dos intervalos o avisaram de que “se alguém for condenado, nós tiramos” (Vilas, 2008, p. 36). Lembrou de sua reação diante daquela cena em seu julgamento: “Puta que o pariu! Eu saía com um batalhão de choque, dois soldados da PE [Polícia do Exército], cada um com dois metros de altura, algemado, os caras armados de metralhadora, me levavam com escolta de um batalhão de choque. Pensei: ‘Pô, me tirar como?’” (Vilas, 2008, p. 36).

Frente a esta situação e após sua condenação, Ricardo Vilas decidiu simular um ataque de nervos para que a sua organização não tomasse nenhuma providência para a sua soltura através de uma ação armada. Por isso “comecei a berrar. Eles vão entender, no mínimo, que não estou em condições psicológicas que essa ação seja feita” (Vilas, 2008, p. 36). Quando chegou do lado de fora do prédio e viu mais alguns de seus companheiros, simulou outro ataque para enfatizar que se opunha à sua soltura naquele momento. Esta situação marcaria sua vida na militância tempos depois.

A despeito de sua posição contrária a sua libertação imediata na data de seu julgamento, o recado que recebeu se referia a outra ação, mais organizada e que resultou mais tarde em seu nome na lista de troca da mais conhecida ação desenvolvida por guerrilheiros urbanos contra a ditadura empresarial-militar no Brasil, a captura de um embaixador norte-americano.

Foi organizada pela DI-GB, rebatizada com a nomenclatura de Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), em conjunto com a ALN. O nome MR-8 foi uma homenagem a Che Guevara, assassinado na Bolívia nesta data, assim como de outra organização homônima criada a partir da Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ), mas que já havia sido liquidada. Interessante que Carlos Zilio havia expressado em um de seus trabalhos artísticos a relação existente entre a morte do mais conhecido revolucionário latino-americano e a continuidade de sua luta no Brasil, como mostra na figura 35.

Figura 35 - Arte política do estudante de psicologia Carlos Zilio quando do assassinato de Che Guevara na Bolívia



Fonte: Zilio, 1967

O processo de deslocamento para as formas clandestinas de militância, alargadas pelo ascenso das forças contrarrevolucionárias impactou social e psicologicamente as pessoas que ali se inseriram, já que

> na medida em que suas opções vão fugindo da vida legal e assumindo a forma da clandestinidade armada, há a vivência de um processo muito difícil de isolamento social e mesmo de uma certa violentação pessoal. Você está na contramão de todos os seus condicionamentos sociais. Você não tem amparo algum e além dos seus companheiros restam apenas as suas convicções de justiça e sentimento de revolta (Zilio, 2012, p. 14).

Além das determinações gerais de uma conjuntura histórica que mostrou formas concretas de resistência contra forças superiores de potências econômicas, determinações particulares no caso brasileiro agiram no sentido de condicionar a dinâmica social dos grupos de resistência contra a ditadura. Por isso,

> a luta armada foi uma escolha que só vingou porque fomos marcados pela violência política e militar do golpe de 1964 que nos eliminou todos os caminhos de participação institucional. *Compreendíamos, por razões éticas e até por motivos didáticos, que o uso da violência deveria se basear em princípios: não atacamos alvos civis e não torturamos* (Zilio, 2012, p. 15. Destaques nossos).

Seguindo a lógica de existirem diferentes tipos de violência na sociedade, baseados nos diferentes objetivos dos quais ela é instrumento, a diferenciação entre os critérios éticos que utilizam os revolucionários é distinta daqueles dos contrarrevolucionários. Como dito pelo psicólogo, a não utilização de tortura pelos revolucionários, ao contrário de sua

institucionalização pelo terrorismo de estado, foi linha demarcatória entre os distintos projetos de sociedade que estavam em disputa.

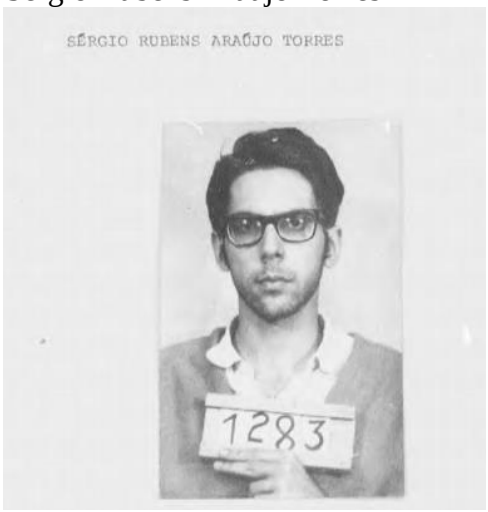
Dito isto, a inflexão de 1968, ápice do movimento de massas do período ao qual a repressão respondeu com o AI-5, impulsionou a tomada de posição para a política radical por parte das frações opositoras. O direcionamento para a clandestinidade imposta pelo pertencimento a uma organização revolucionária teve consequências para a vida daqueles que dela participaram. Significou outro tipo de inserção na vida política do país em momento em que os caminhos institucionais estavam bloqueados:

> Essa passagem do movimento estudantil para a luta armada é um negócio de uma qualidade diferente, exige uma remodelação de vida e uma mobilização pessoal muito grande. Eu acho que isso me trouxe uma nova relação com a política, inevitavelmente, e aí, nesse momento, exatamente nesse momento em que comecei a fazer ações armadas, é que me sentia fazendo arte, como se eu tivesse retomado o fazer artístico. Então, para mim era um comportamento estético. Eu via aquilo sob um olhar estético, não assim do belo (Zilio, 1996, p. 5).

Desta forma, com as fronteiras políticas institucionais fechadas "depois do AI-5, eu tive de ir para a clandestinidade, abandonar o movimento estudantil e assumir outras atividades" (Zilio, 2012, p. 13). A clandestinidade impôs aos setores que optaram por exercer a política pelas vias não institucionais a necessidade de correr riscos de morte. As eliminações físicas dos opositores pululavam. O ex-estudante de psicologia lembrou "quando morreu o primeiro amigo, o Zé Roberto (José Roberto Spiegner, estudante da Faculdade de Economia da UFRJ [...]), que morava comigo, em um incidente no qual eu estava diretamente envolvido e no qual a morte dele me salvou indiretamente" (Zilio, 1996, p. 6).

Se o estudante de psicologia Ricardo Vilas Boas estava preso, um dos responsáveis pela sua soltura foi outro estudante de psicologia, Sergio Rubens de Araújo Torres (ver Figura 36).

Figura 36 - O estudante de psicologia Sérgio Rubens Araújo Torres



Fonte: SNI, 1982, p. 4

Sérgio Rubens já era uma liderança política no interior da psicologia e isso se refletiu em sua ficha criminal. Foi encarcerado em 1968 no XXX Congresso da UNE realizado na cidade de Ibiúna. A ficha número 507 do SNI, retirada de uma das listas de presos no respectivo Congresso, afirma que ele fez parte do "Instituto de Psicologia da UFRJ" (SNI, 1972e, p. 20). Em outro lugar, foi caracterizado como "líder estudantil de destaque", além de "agitador e subversivo" e "pertencente ao Diretório Acadêmico" de psicologia (Conselho de Segurança Nacional, s/d, p. 4).

Sobre a inserção de Sérgio Rubens na clandestinidade, assim como parte das tarefas que desempenhou em 1968, após abandonar a instituição universitária em favor da profissionalização como revolucionário após a sua prisão no Congresso de Ibiúna, Samuel Aarão Reis, ex-membro do MR-8, afirmou:

> Em 1968 já estou na clandestinidade, saio da faculdade e vou para a clandestinidade. Neste processo entram quatro pessoas: Eu, Sérgio [Rubens], Stuart [Angel Jones] e Pedro Alves. Vamos morar em uma favela, na favela de Nova Holanda. Fomos, ao mesmo tempo, fazer um curso de torneiro mecânico no SENAI (Samuel Aarão Reis como citado em Codarin, 2019, p. 94).

Já completamente imerso na clandestinidade, Sérgio Rubens participou da chamada *Frente de Trabalho Armado* (FTA) da organização, onde se especializou nas ações revolucionárias. Participou de ações de arrecadação financeira para manutenção dos militantes na clandestinidade, pois esta demandava um alto custo pelas exigências de segurança. Em uma das ações, já operando no FTA, Sérgio Rubens participou da expropriação de trinta mil dólares e diversas joias do cofre do deputado federal Edgar Magalhães de Almeida. Em uma versão, acabou "Sérgio Rubens ficando na cobertura, de modo a garantir a segurança da ação" (Codarin, 2019, p. 163-164); em outra, "Sérgio Rubens, [estava como] iluminador" (Berquó, 1997, p. 49). Pouco importando qual a função desempenhada, fato é que a polarização social levou estudantes de psicologia para agrupamentos de combate armado à ditadura empresarial-militar.

O relevo de Sérgio Rubens é demonstrado em entrevista de Daniel Aarão Reis Filho, um dos participantes da captura do embaixador norte americano, à jornalista Salem (1997):

> Havia a idéia de seqüestrar um general. Até que essa idéia do seqüestro do embaixador norteamericano surgiu dentro da organização. Alguns dizem que ela já teria sido sugerida, há mais tempo, por um militante nosso, que era estudante de economia, [...] que morreu em 1970, aos 19 anos. Ele e *o Sérgio Rubens, que era estudante de psicologia, teriam tido essa idéia, conversando, mas assim muito de brincadeira. Posteriormente, em termos mais precisos, a idéia foi trazida para a direção da organização*, da qual eu fazia parte, pelo Franklin Martins, que tinha conversado com o Cid Benjamin a esse respeito (Daniel Aarão Reis Filho como citado em Salem, 1997, p. 73. Destaques nossos).

Planificada pela organização, a ideia transformou-se em ato concreto quando entraram em contato com a ALN, que possuía quadros militares mais bem preparados para o desenvolvimento de ação desta magnitude. Com a chegada de Joaquim Câmara Ferreira (1913 - 1970), Virgílio Gomes da Silva (1933 - 1969) e Manuel Cyrillo (1946 -), membros da ALN ao o Rio de Janeiro, iniciaram-se os preparativos. O carro com os militantes da ALN foi dirigido por

> Paulo de Tarso Veceslau, responsável pela logística da ALN. Pelo MR-8 participariam: João Lopes Salgado, Cláudio Torres, Cid Benjamin, Franklin Martins, Vera Silvia Magalhães, Sérgio Rubens, José Sebastião Rios e, por força das circunstâncias, Fernando Gabeira e o militante provindo da DI-BA, Antônio de Freitas, que estava no aparelho tendo em vista auxiliar Gabeira com a impressão dos jornais. Antes da ação, no dia três, foram discutidas algumas questões: o comando militar da ação caberia à ALN, na figura de Jonas, codinome de Virgílio. O comando político seria dividido entre Franklin Martins, pelo MR-8, e Joaquim Câmara Ferreira, pela ALN. Neste sentido, Franklin Martins apresentou a Toledo o manifesto que havia escrito, discutido na DG do MR-8, que deveria ser deixado no carro do embaixador para ser divulgado nos principais meios de comunicação.
> Segundo Franklin Martins, Câmara Ferreira aprovou, na íntegra, o manifesto, apenas acrescentando a parte final que fazia referência à vingança contra os torturadores (Codarin, 2019, p. 169-170).

Em setembro de 1969, o embaixador norte-americano Charles Elbrick foi capturado no Rio de Janeiro, sendo Sérgio Rubens o responsável pelo transporte em parte do trajeto com sua Kombi. Quando os revolucionários tomaram o Cadillac, carro em que o embaixador estava, retiraram o motorista do banco do condutor e levaram o carro até onde "Sérgio Rubens estava estacionado com a Kombi. Do Cadillac, todos – menos o motorista [...], que foi liberado – se transladaram para a Kombi com a maior naturalidade possível" (Berquó, 1997, p. 34).

Realizada a ação de captura, o manifesto foi deixado no carro do embaixador. Assinado pela ALN e pelo MR-8, nele constavam duas exigências:

> *A vida e a morte do sr. embaixador estão nas mãos da ditadura.* Se ela atender a duas exigências, o sr. Burke Elbrick será libertado. Caso contrário, seremos obrigados a cumprir a justiça revolucionária. *Nossas duas exigências são:*
> *a) A libertação de quinze prisioneiros políticos.* São quinze revolucionários entre os milhares que sofrem as torturas nas prisões-quartéis de todo o país, que são espancados, seviciados, e que amargam as humilhações impostas pelos militares. Não estamos exigindo o impossível. Não estamos exigindo a restituição da vida de inúmeros combatentes assassinados nas prisões. Esses não serão libertados, é lógico. Serão vingados, um dia. Exigimos apenas a libertação desses quinze homens, líderes da luta contra a ditadura. Cada um deles vale cem embaixadores, do ponto de vista do povo. Mas um embaixador dos Estados Unidos também vale muito, do ponto de vista da ditadura e da exploração.
> *b) A publicação e leitura desta mensagem, na íntegra, nos principais jornais, rádios e televisões de todo o país*. (ALN & MR-8, 1969, p. 338-339. Destaques nossos).

O manifesto elevou o tom na forma contundente para negociar com os agentes de Estado: "A ditadura tem 48 horas para responder publicamente se aceita ou rejeita nossa

proposta. Se a resposta for positiva, divulgaremos a lista dos quinze líderes revolucionários e esperaremos 24 horas por seu transporte para um país seguro" (ALN & MR-8, 1969, p. 339).

O processo de elaboração da lista de presos políticos a serem trocados pelo embaixador americano contou com o nome do estudante de psicologia Ricardo Villas-Boas. Não por acaso, "quando a lista estava empacada em treze – um número cabalístico! -, a DI acrescentou os dois últimos, Maria Augusta e Ricardo Villas-Boas, chegando-se finalmente a quinze" (Berquó, 1997, p. 86). Propondo o fechamento da lista, Joaquim Camara Ferreira, o "Toledo indagou, então, que fossem a 15, sendo, portanto, incluídos dois militantes do MR-8, que haviam sido presos em uma panfletagem no primeiro de maio anterior: Maria Augusta Carneiro e Ricardo Villas-Boas" (Codarin, 2019, p. 170-171). Assim, com um estudante de psicologia da UFRJ preso, seu antigo companheiro do Grupo de Estudo da organização foi um dos planejadores de sua libertação.

Com a captura do embaixador, os órgãos de repressão se colocaram à caça dos revolucionários. A diplomacia norte americana trabalhou junto aos militares brasileiros para que as exigências fossem cumpridas, de modo que o embaixador fosse entregue sem nenhum risco à sua vida. Um IPM foi aberto para a apuração do acorrido. Em relação ao nome de Sergio Rubens, o "Rui" consta que:

> 1 - Participou diretamente do sequestro do embaixador Charles Burke Elbrick,
> 2 – Praticou vários assaltos, roubos e atentados pessoais de caráter terrorista,
> 3 – É filiado à Organização comuno-terrorista Dissidência da Guanabara que promove a insurreição armada para, por meio violento, tentar mudar a Constituição e a forma de Governo, e incitar à subversão da ordem político-social, à desobediência coletiva das leis, à luta pela violência entre as classes sociais, integrando a Frente de Trabalho Armado (FAT) (CIE, 1970, p. 41).

Se, por um lado, a nova etapa de institucionalização da psicologia no país abriu o terreno para a ampliação da instrumentalidade da ciência psicológica, por outro lado, o terrorismo de estado direcionou quais possibilidades poderiam ser desenvolvidas, assim como os limites que não poderiam ser ultrapassados. É interessante notar que o próprio IPM em que Sérgio Rubens foi citado mostrou uma das utilizações da ciência psicológica a ser utilizada pelas forças da ordem:

> sobre o poder destruidor, demolidor e desintegrador da Guerra Psicológica, que estamos sentindo no Brasil através da ação das organizações comuno-terroristas, emitiu, observador militar argentino no Vietnã [...]:
> *"os métodos psicológicos mais modernos, como uma nuvem de gás venenoso, estão envolvendo e desintegrando todo um povo. Uma nova forma de negócio espiritual é a característica mais dramática da hora presente. A psicologia é uma ferramenta do trabalho. Tecnicamente aplicada é o instrumento bélico mais formidável jamais utilizado pelo homem"* (CIE, 1970, p. 23. Destaques nossos).

Uma ciência, com distintas utilidades em sua história. Com a libertação do embaixador, os militantes abandonaram o local e dirigiram-se para outro aparelho. No entanto, o novo local foi invadido por agentes da repressão, quando um dos participantes da ação

> olha pelo buraco da fechadura e empalidece. Vê um cano de metralhadora e várias pessoas, mas só da cintura para baixo. Faz um gesto automático para Sergio Rubens, ambos correm, saltam pela janela dos fundos e vão em desabalada carreira por entre o matagal do morro. Na correria desenfreada, têm tempo de ver os policiais chegando à janela do apartamento. Saem do outro lado do morro e tomam um táxi. O motorista, gozador, diz para Salgado: "Teve problema? O marido dela te flagrou? Te pegou de calça arriada?" Salgado está só de cueca, uma bela cueca samba-canção. Todos riem. A pedido deles, o táxi para numa loja, onde Sérgio Rubens compra uma calça e uma camisa (Berquó, 1997, p. 127).

Para a soltura do embaixador, os prisioneiros políticos foram embarcados no avião Hercules 56. A figura 37 mostra a imagem que foi imortalizada na luta revolucionária contra a ditadura empresarial-militar brasileira. Nela, estão presentes 13 dos 15 prisioneiros políticos libertados após captura do embaixador norte-americano, entre eles, o ex-estudante de psicologia Ricardo Villas Boas.

Figura 37 - O estudante de psicologia Ricardo Vilas antes de embarcar no avião Hércules 56. É o quinto da esquerda para direita na fileira em que os presos estão de pé, ao lado de Maria Augusta, única mulher libertada pela ação



Fonte: Da-Rin, 2007, p. 163

Ricardo Vilas foi para o México com os outros presos. Antes, passaram em Recife para pegar o quase septuagenário Gregório Bezerra (1900 - 1983), que entrou no avião algemado e assoviando A Internacional. O mesmo Gregório Bezerra que, como afirmado no primeiro

capítulo, foi acusado de pertencer a uma célula comunista com Anita Paes Barreto, quando da prisão da psicóloga.

O destino no interior da luta armada de Ricardo Vilas Boas foi selado pelos membros libertados do MR-8. Ao ex-estudante de psicologia foi concedido o banimento com o AI-13, quando os atos institucionais como instrumentos jurídicos do terrorismo de estado brasileiro trouxeram a figura jurídica do banimento do território nacional como forma de apartar da vida política "o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional" (Brasil, 1969a, para. 2). Mesmo banido, Ricardo Vilas Boas ainda foi citado nos documentos das agências de repressão como "elemento comunista importante, fazendo parte do quadro de liderança do Instituto de Psicologia da UFRJ [e] o nome do marginado constou na relação de 15 presos, cuja concessão de asilo no México, foi exigida pelos terroristas" (SNI – Agência Rio de Janeiro, 1970, p. 2).

Sobre seu destino após sua libertação em solo mexicano, Villas Boas lembrou que "nós éramos três da organização. Os outros dois se reuniram sem mim e decidiram minha exclusão da organização, por falta de 'nível ideológico'. Enfim, isso é uma coisa que me marcou muito, que me feriu profundamente, da forma como foi feita" (Vilas, 2008, p. 37). Consideraram que os sinais que deu em seu julgamento mostrando que não concordava com ação para sua soltura foi interpretado pela organização como fraqueza ideológica.

Do México, Villas Boas foi para a França, onde, depois de abandonar completamente a psicologia, profissionalizou-se na música. Todos os presos do Hércules 56, excetuando Gregório Bezerra que foi para a URSS e Ricardo Villas Boas para a França, deslocaram-se para Cuba. O ex-estudante de psicologia, tendo se dedicado exclusivamente à música, ainda se apresentou no XII Festival Mundial da Juventude e de Estudantes na URSS. Teve, ainda, parte de suas composições censuradas pela ditadura empresarial-militar.

No que refere a Sérgio Rubens, "permaneceu clandestino no Brasil durante toda a ditadura" (Berquó, 1997, p. 134. Destaques no original). Em documento de uma das agências de informações, consta o resumo de sua trajetória política:

> Ingressou no MR-8 em 1967. Foi diretor do Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia em 1967 e do Diretório Acadêmico do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1968; em 1969 passou a integrar a Frente de Trabalho Armado, tendo participado do sequestro do embaixador americano; em 1970 ingressou no Comitê Central do MR8; atuou na clandestinidade dentro do país até agosto de 1972, quando foi ao Chile participar do Plano de Dezembro; retornou ao país em janeiro de 1973, iniciando o trabalho de reorganização dos Comitês Regionais do Rio de Janeiro e São Paulo. Foi assistente do trabalho do partido nesses dois estados e assistente da Comissão Nacional Sindical. Integrou o Comissariado Nacional do MR8 desde a sua constituição de 1974 (ASP/ACE, 1985, p. 23-24).

Sérgio Rubens continuou nas ações revolucionárias após a libertação dos presos políticos. Em umas das expropriações de um supermercado, os órgãos de informação, através do depoimento de um preso do MR-8, lembraram que os militantes do agrupamento, entre eles, "Sergio Rubens de Araújo Torres ("Julio"), controlaram a outra parte do salão [...] [enquanto] Stuart Angel Jones ("Paulo") aguardava ao volante de um dos carros" (Ministério do Exército – I Exército, 1974, p. 11).

O impacto da ação de captura do embaixador norte-americano obrigou o terrorismo de estado brasileiro a empreender nova ofensiva militar. Desta vez, atuou de forma cirúrgica contra os setores revolucionários que haviam empreendido momentânea derrota tática à ditadura. Segundo (Berquó, 1997), o "Daily News, de Nova York, pede em editorial que o sequestro do embaixador Burke Elbrick seja vingado. Diz que o México deveria devolver os quinze presos políticos com cuja liberdade se obteve a do diplomata" (p. 131). As frações da psicologia inseridas no MR-8 seriam duramente atingidas.

Aqueles militantes que ficaram no país arcaram com as consequências dessa nova ofensiva dos agentes de repressão. Carlos Zilio lembrou do momento de sua prisão:

> Em março de 70 eu estava numa ação que chamávamos de agitação e propaganda. A organização tinha um trabalho de militantes que eram deslocadas para viver em determinados bairros populares e fazer um trabalho de aproximação política com os moradores. Para reforçar este trabalho fazíamos ações de propaganda ostensiva nas imediações com panfletagem, discurso... Esse tipo de coisa. O sentido maior, não era apenas de propaganda política, mas de mostrar que armado você podia transgredir a opressão. Era uma ação didática que fazíamos com frequência nestas áreas de moradia e em portas de fábricas. Numa destas ações, acabamos caindo em um cerco policial. Nós estávamos em dois carros, umas oito pessoas. *Teve perseguição, tiroteio... Fui preso* (Zilio, 2012, p. 15. Destaques nossos).

Saiu da prisão em 1972, e "em 1976, em razão de perseguição política, viaja para Paris, onde, em 1980, conclui doutorado em artes na Universidade de Paris VIII" (Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira, 2021).

Neste momento já estavam integrados nas ações armadas outras ex-estudantes de psicologia que foram atingidas de formas desiguais pela nova ofensiva do terrorismo de estado contra o MR-8, que não recuou imediatamente após sua ação mais conhecida. O choque direto entre ambos foi fatal para duas estudantes de psicologia que já atuavam na clandestinidade: Marilena Villas Boas e Solange Lourenço Gomes.

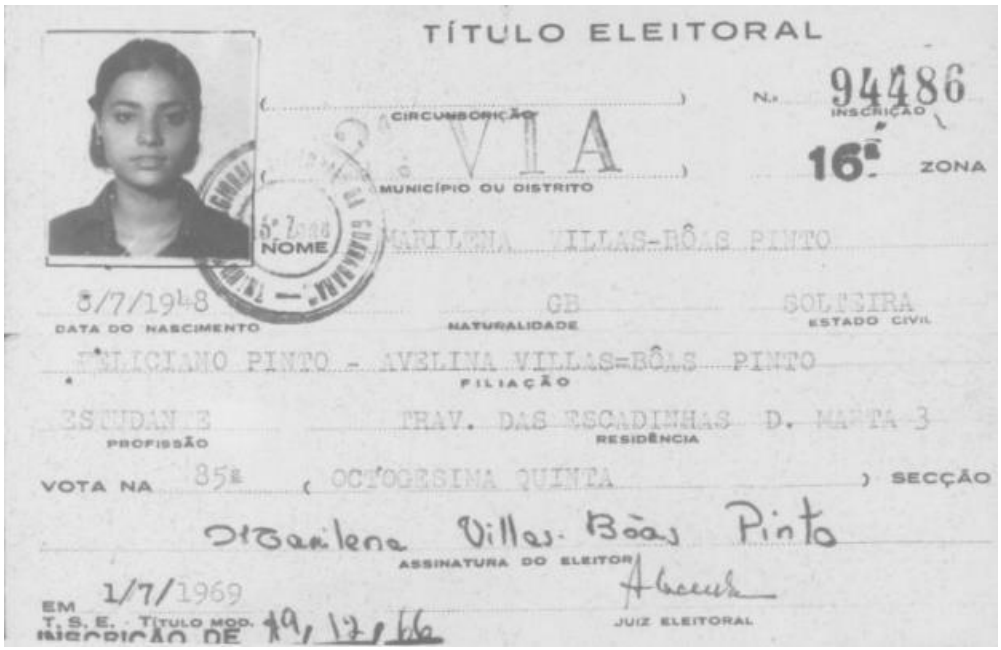
Sobre Marilena Villas-Boas Pinto[78], que aderiu a guerrilha urbana como quadro do MR-8,

[78] Ainda que vários documentos da repressão e outras fontes que tratam da história de mortos e desaparecidos do período adotem a grafia de seu primeiro nome como Marilene, a documentação em que consta sua assinatura a nomeia como Marilena. Seu segundo nome aparece também com grafias diferentes em jornais e

> era estudante de Psicologia na Universidade Santa Úrsula, cursando até o 2° ano, quando, em 1969, por sua participação no movimento estudantil, foi obrigada a viver na clandestinidade. Inicialmente militou na ALN e, posteriormente, ligou-se ao MR-8. Nasceu no Rio de Janeiro e foi morta aos 22 anos (Miranda, & Tibúrcio, 2008, p. 481).

O DOPS da Guanabara, em documento de 1971 denominado "Prisão de Terroristas", afirmou que "em decorrência da detenção de dois terroristas, [...] [começou] a efetuar buscas e sindicâncias" (DOPS, 1971, p. 3). Seguiu afirmando que foi possível apurar autorias de assaltos realizados, que tiveram como participantes, entre outros, "Mario De Souza Prata (Índio), [e] Marilene Pinto Carneiro De Mendonça (Índia)" (Dops, 1971, p.5). Quando de sua prisão e de seu companheiro, houve a apreensão de documentos pessoais e do MR-8 com eles. Abaixo, o título eleitoral com uma das poucas fotos da "Índia" do MR-8.

Figura 38 - Título eleitoral recolhido quando da prisão de Marilena Villas Boas Pinto



Fonte: SNI, 1971d, p.2

Parte de sua participação no interior da luta revolucionária foi escrita em documentos da repressão com objetivos didáticos. Assim, seu nome e codinome aparecem em apostila elaborada pelo Departamento de Ensino da Escola Nacional de Informações, intitulada "Depoimento de uma Terrorista". Interessante que a introdução desta apostila é uma aplicação instrumental da ciência psicológica em que uma das personagens analisadas é justamente uma estudante de psicologia. A justificativa de sua elaboração é favorecer a compreensão da constituição subjetiva daquele considerado "subversivo":

documentos. Ora como Villas Boas, ora como Vilas Boas. Optamos por adotar em nosso texto seu nome original, no entanto mantemos seu nome tal como consta em algumas das citações.

> O presente depoimento de uma jovem que, juntamente com seu esposo, percorreu todas as escalas da subversão até o pleno engajamento no terrorismo mais radicalizado, é um dos mais dramáticos testemunhos da Guerra Revolucionária no Brasil, neste último decênio.
> O documento foi mantido na integra; todos os nomes, codinomes, endereços e acontecimentos estão reproduzidos rigorosamente como no original. O jargão peculiar dos grupos terroristas, seus neologismos e sua maneira de pensar são detalhes imprescindíveis neste retrato nítido do terrorismo de feição brasileira. *Serve como uma importante contribuição ao estudo das motivações e da psicologia destes grupos de jovens que se lançaram na ilegalidade e no crime, movidos pela mais abjeta insensibilidade humana, justamente aquilo que os teria induzido e motivado a revoltarem-se. Este, na realidade, o maior crime de todos: o comunismo*, valendo-se da inexperiência destes jovens e manipulando-os ardilosamente, conduziu-os, passo a passo, através do afastamento gradativo da escola, da família e da sociedade, aos níveis mais baixos da marginalidade: o assalto a mão armada e o assassinato (Escola Nacional de Informações, 1977, p. 3).

No decorrer da apostila, ainda que não fosse a personagem principal que deu origem a ela, Marilena Villas Boas Pinto se apresenta como uma das personagens que realizou ações na clandestinidade. Após um dos supostos encontros narrados, "Índia deu a [...] a quantia de Cr$ 100,00 (cem cruzeiros), para que alugasse um quarto [...], e também, solicitou [...] fotografias para que ela a ÍNDIA, providenciasse carteira de identidade fria" (Escola Nacional de Informações, 1977, p. 10 -11). São relatadas expropriações de bancos e automóveis em que a Índia teria supostamente participado. Também agiu na aquisição de uma metralhadora.

Os jornais lembraram sua presença atuando na clandestinidade. Em 1970, em lista com nomes de suspeitos investigados, estava "Marilene Vilas Boas Pinto, a Sílvia, [e] Iara Iavelberg, amante de Carlos Lamarca" (Autoridades vão apertar, 1970, p. 2). No entanto, a rapidez com que a repressão cercou o MR-8 após a captura do embaixador fez com que sua eliminação se efetivasse. Uma notícia de 1971, afirmou que

> os terroristas Mário de Sousa Prata e Marilene Vilas Boas Pinto, mortos ao resistirem, a bala, ordem de prisão dada por agentes de segurança, foram responsáveis por uma série de assaltos na cidade, contra bancos e armazéns, bem como pela morte do PM Newton de Oliveira Nascimento e do Major José Júlio Toja Martinez. Depois do tiroteio em foi assassinado o major, os agentes apreenderam no "aparelho" de Mário e Marilene, farto material subversivo, inclusive munição, armamento e documentação relativa a vários levantamentos para futuros assaltos (Assassinos do major mortos em duelo a bala, 1971, p. 1).

Ainda em outra publicação, foram chamados de "casal terrorista", cujo assassinato teria ocorrido da seguinte forma: "a morte de Mário acorreu no dia 3 de abril próximo passado (*sic*), durante o tiroteio que travou com as autoridades ao reagir à prisão. Na ocasião sua amante Marilene ficou gravemente ferida, vinda a falecer logo após" (Casal terrorista morto ao resistir ordem de prisão, 1971, p. 15). Da versão oficial sobre sua morte, o fato verdadeiro é que foi presa no aparelho em que vivia. No entanto, um depoimento afirmou que ela foi levada viva e torturada antes de ser eliminada:

> Marilene, mesmo ferida e sem receber cuidados médicos, foi conduzida às câmaras de tortura do DOI/CODI-RJ, tendo sido assassinada algumas horas após seu ingresso naquele departamento. Como testemunho da morte de Marilene sob torturas, há o depoimento da presa política Inês Etienne Romeu, que foi informada da sua morte quando esteve no Hospital Geral do Exército do Rio de Janeiro (Serviço Público Federal, 1996, p. 14).

Depois de seu assassinato, Marilena Villas Boas Pinto foi lembrada por guerrilheiros da ALN quando praticaram uma ação com o nome de Comando Marilena Vilas-Boas. Deixaram o panfleto intitulado "Guerrilha Operária", em homenagem à "companheira morta sob torturas e que a repressão deu como morta num tiroteio na Guanabara" (SNI, 1972d, p. 87). A ação armada, realizada no dia do trabalhador, foi a tomada de "um restaurante dos grandes patrões [...]. Os burgueses parasitas foram empurrados e as metralhadoras dos guerrilheiros mostravam naquele instante que a burguesia está perdida nesta guerra que virá eliminá-la" (SNI, 1972d, p. 87). (Ver Figura 39).

Figura 39 - Panfleto Guerrilha Operária com a ação do Comando Marilena Vilas-Boas



T G - B - 07 - 25
Anexo - Doc nº 2

Nº 1 - MAIO DE 1971

GUERRILHEIROS TOMARAM RESTAURANTE DA BURGUESIA-OU FICA A PATRIA LIVRE OU MORRER PELO BRASIL

Enquanto o ministro Barata dirigia versos melosos aos trabalhadores, guerrilheiros da Ação Libertadora Nacional(ALN) mostraram que o 1º de maio é dia de guerra e não um dia de festas como querem os patrões. Nesta data o comando Marilena Vilas-Boas(companheira morta sob torturas e que a repressão deu como morta num tiroteio na Guanabara)invadiu um restaurante dos grandes patrões:o Hungéria. Desta maneira eles levaram a guerra aos patrões que esbanjam o dinheiro saído do suor dos operários em bebidas e farta comida, chegando a gastar um milhão numa só noite.

Os burgueses parasitas foram empurrados e as metralhadoras dos guerrilheiros mostravam naquele instante que a burguesia está perdida nesta guerra que virá eliminá-la como classe parasita e exploradora. Na ocasião um guerrilheiro afirmou em seu discurso:

"O caso Boilensen(industrial que foi justiçado por guerrilheiros por que contribuia para a manutenção OBAN, local onde são tortur dos presos políticos)não fo um fato isolado, pois todos que contribuirem de uma forma ou de outra com a ditadura não serão poupados".

A imprensa dos ricos não publicou este fato, pois a ditadura a impediu pois ela tem medo que a burguesia saiba que os guerrilheiros estão em toda parte, sempre do lado dos pobres e dos oprimidos.

Fonte: SNI, 1972d, p. 87

Outra revolucionária brasileira e ex-estudante de psicologia que aderiu à guerrilha urbana foi Solange Gomes. Sua inserção no MR-8 mereceu menção das forças repressivas:

> SOLANGE conheceu CARLOS AUGUSTO DA SILVA ZILIO ainda no vestibular [...]. Em 1966, ingressou no Instituto de Psicologia da UFRJ e, no meio do ano, começou a namorar ZILIO (até 1969, manteve ligações amorosas com o mesmo). Inicialmente, nada se fazia de ME [Movimento estudantil] - apenas o ZILIO falava nas turmas, de vez em quando. [...] SOLANGE passou a integrar, também, um GE da DI/GB [...] (Ministério do Exército – I Exército, 1971, p. 4).

Gradativamente foi inserida nas atividades da organização, quando "em 1ºMAI68 (ou 31MAR68), Solange tomou parte de uma panfletagem em um trem de subúrbio" (Ministério do Exército – I Exército, 1971, p. 5). Em outra panfletagem, segundo a denúncia, atuou como "olheira". Com isso, a organização "promoveu-a de nível e Solange passou a integrar uma OPP [Organização Parapartidária], juntamente com Ricardo Villas Boas de Sá Rego" (Ministério do Exército – I Exército, 1971, p. 5). Com a estruturação da organização e

> segundo orientação da DI, Solange ("Clara") teria que abandonar a Faculdade e deixar a sua casa, face à necessidade de compartimentação entre ME [Movimento Estudantil] e a FTO [Frente Tática Operária]. Sua setorização se deu em fins de ABR 69. Em MAI 69, Solange tomou parte no seu primeiro treinamento de tiro [...]
> Nesse treinamento, Solange ("Clara") começou a namorar Daniel Aarão Reis Filho ("Plínio") e combinaram de morar juntos. Assim, em JUN 69, Solange ("Clara") abandona a Faculdade, deixa sua casa e vai residir com Daniel ("PLINIO") em um aparelho (Ministério do Exército – I Exército, 1971, p. 6).

Por meio de seu companheiro à época, Daniel Aarão Reis, Solange soube da ação que estava sendo planificada pela organização, e quando da mudança de aparelho,

> cerca de um mês depois [da mudança], houve o sequestro do Embaixador Norte Americano (SET 69). Solange ("Clara") tomou conhecimento antecipado da ação "por liberalismo de Daniel [Aarão Reis]" que lhe contou que estava planejando. Ambos eram de opinião contrária a execução do sequestro, já que achavam que, não só não teriam êxito, como também ativariam mais a repressão (com o sucesso inesperado, Daniel lhe confessou que ficara até envergonhado, por ter sido contra a ação) (Ministério do Exército – I Exército, 1971, p. 7).

Ao final de 1969, com uma conferência da organização, deliberou-se pela "criação de um GF (Grupo de Fogo), dar maior ênfase ao Trabalho Operário e menos ao ME (carrear os recursos do ME para a FTO e para o GF). Estas linhas de ação passam a ser conhecidas como a Resolução" (Ministério do Exército – I Exército, 1971, p. 8). No interior do Grupo de Fogo, Solange Lourenço Gomes utilizou o codinome Conceição, como consta em um dos depoimentos prestados por um preso do MR-8, que afirmou que recebeu a "orientação de Solange Lourenço Gomes ("Conceição"), que disse ao depoente que dado grau de queimação de alguns elementos com a vida legal, os mais queimados formariam um grupo de fogo" (Ministério do Exército – I Exército, 1974, p. 8).

Segundo informações presentes em outro documento produzido pelos agentes do Estado a partir do interrogatório de Cesar Benjamin, também do MR-8, Solange participou de múltiplas ações e expropriações, entre elas: Banco Irmãos Guimarães, União de Bancos Brasileiros, Kombi do supermercado Mar e Terra, residência de Adam Volate, tentativa de assalto á residência de José Leal, assalto à churrascaria Rincão Gaúcho, assalto à filial da Kibon (CIE, 1971, p.20 - 23).

Com parte do MR-8 preso e perseguido, coube a Solange Gomes deslocar-se para a Bahia e reestruturar parte do trabalho da organização no estado. No entanto, com a pressão das condições da clandestinidade, sofreu um surto psicótico. Dirigiu-se a uma delegacia e entregou parte de sua organização:

> Solange Lourenço Gomes apresentou-se na Delegacia de Roubos e Costumes, nesta cidade, no dia 6 Mar, declarando-se integrante do Movimento Subversivo. Foi apresentada ao CODI/6.
> Apresentava sinais de instabilidade psíquica, pelo que foi submetida a exame psiquiátrico, ficando constando que resolvera entregar-se, por estar sob pressão emocional, resultante de diversos fatos:
> - sua irmã, que a levou a subversão, suicidara-se, tempo atrás;
> - veio para a Bahia há pouco tempo e sentiu-se desamparada em ambiente estranho;
> - julgou que estava sendo acompanhada por agentes que percebeu (*sic*) estarem nas proximidades do local em que residia. Estes agentes, na realidade [*ilegível*] outro elemento, residente próximo e cuja existência ela desconhecia (SNI, 1971c, p. 2).

Com estas informações, foi iniciada "A Operação Prima, [que] teve sua origem, no depoimento de Solange Lourenço Gomes, "Rute" ou "Conceição", elemento pertencente ao MR-8, que foi presa em Salvador/BA" (SNI, 1971c, p.4). O depoimento de Solange Gomes, em meio à crise psicótica, serviu para a queda de parte dos militantes da organização daquela região. A avaliação da repressão foi de que "com base no depoimento de Solange, várias prisões foram realizadas e provavelmente foi desbaratado, em Salvador, o MR-8, cuja existência ainda não fora positivada, nesta área" (SNI, 1971b, p. 2). O depoimento da dona do local em que morava à época afirmou que "Solange é conhecida na pensão como Zezé" (SNI, 1971b, p. 15).

Ela ainda completou que Solange "passou na Delegacia de Jogos e Costumes, e se apresentou presa, disendo (*sic*) que era subversiva. O delegado acompanhou-a até a pensão donde levou até a Polícia Feminina, juntamente com sua bagagem" (SNI, 1971b, p. 15). Sobre a sua condenação, "cumpriu pena por Medida de Segurança, por 02 (dois) anos [...], [sendo] submetida a Laudo de Sanidade Mental, em 07 Ago 73, e obteve Alvará de Desinternação" (Ministério da Aeronáutica, 1978, p 1). O atestado do psiquiatra que atuou em seu caso, afirma que "esteve sob meus cuidados profissionais, hospitalizada na Casa de Saúde Santa Mônica, [e que era] portadora de Síndrome Esquizofreniforme" (Ministério da Justiça, 1971, p. 12).

Segundo o relatório da Operação Pajussara (1971), o depoimento de Solange Gomes foi um dos antecedentes que desatou esta operação, que teve por objetivo eliminar os vestígios do MR-8 na Bahia, tendo como alvo principal a eliminação de Carlos Lamarca, que tinha aderido à organização depois de abandonar a VPR com o incentivo de Iara Iavelberg. Solange travou contatos com "envolvidos com a ultra-secreta presença do capitão Lamarca (o 8 foi sua última organização) no interior da Bahia e de Iara Iavelberg, sua companheira em Salvador. Solange tinha informações sobre o grande segredo" (Carvalho, 1998, p. 302). Lamarca fazia parte do trabalho das bases de guerrilha rural que o MR-8 pretendia desenvolver, como veremos mais adiante.

O caso de Solange Gomes é demonstrativo do impacto da repressão ditatorial. Quando presa, e apesar de ter entregado informações de sua organização, outras presas políticas a receberam "com carinho. Foi uma coisa muito bonita, de solidariedade. Nós havíamos sido torturadas [...], mas o que ela passou, instrumentalizada daquele jeito, foi muito pior do que a tortura" (Lúcia Murat como citado em Carvalho, 1998, p. 305). Com traumas psicológicos devido à situação pela qual passou, que incluiu abusos sexuais e sem jamais ter se recuperado, suicidou-se em 1982.

Dito isto, os militantes do MR-8 inseridos dentro das instituições universitárias, principalmente no estado do Rio de Janeiro, foram intensamente perseguidos e afastados dos espaços institucionais após a captura do embaixador norte-americano. Parte dos setores da psicologia no interior da UFRJ experienciou a incompatibilidade entre a luta revolucionária e a nova etapa de institucionalização da profissão.

O destino do MR-8 foi comum a tantas outras organizações revolucionárias da época. Com o alargamento do terrorismo de estado e com os órgãos de repressão se aprimorando na captura e eliminação dos opositores, a organização enfrentou fraturas em seu interior. Neste sentido, em 1972 o MR-8

> *rachou* em duas partes: *MR-8 Direção Geral* (MR-8/DG), que reunia o núcleo dirigente que abandonara o Brasil (como Sergio Rubens, João Salgado e Juca Oliveira) [...] que criticavam a luta armada empreendida até então e inspiravam-se nas teses da "Política Operária" (PO); e *MR-8 Construção Partidária* (MR-8/CP), que reunia alguns militantes exilados, [...] que também faziam a autocrítica da luta armada, mas recusavam-se a se aproximar das propostas da PO. O MR-8/CP teve vida curta: após o golpe militar no Chile em setembro de 1973, liderado pelo general Augusto Pinochet, seus militantes espalharam-se por diversos países e não foi possível manter os vínculos políticos. Já o MR-8/DG chegou a realizar, antes do golpe [no Chile], uma conferência onde decidiu encerrar as ações armadas e concentrar seus esforços nos trabalhos em sindicatos operários e associações populares no Brasil (Silva, 2009, p. 231).

Em meio às disputas internas, portanto, as direções do MR-8 se cindiram. No entanto, antes disto, uma ex-professora de psicologia já na clandestinidade e procurada pelos órgãos de repressão, e já tendo passado por outras organizações de combate à ditadura, entrou no MR-8. Arrastou consigo um militar procurado por ter desertado do exército e levado armamento consigo. Era Iara Iavelberg (1944 - 1971), sobre quem falaremos a seguir.

3.2 **De professora da USP à farsa de seu suicídio: Iara Iavelberg e o acompanhamento psicológico na luta armada**

Figura 40 - Foto de Iara Iavelberg no relatório da Operação Pajussara



Fonte: Ministério do Exército – IV Exército, 1971, p. 69

Em 1971, os agentes da repressão brasileira desencadearam a Operação Pajussara, que teve na delação de Solange Gomes um de seus antecedentes. Segundo o relatório da Operação, outro antecedente foi o denominado "Suicídio de Iara Iavelberg", que "fruto de intensas buscas de informe e após várias tentativas sem sucesso, graças à persistência e ao trabalho meticuloso realizado, foi levantado o endereço do apartamento da rua Minas Gerais, nº 125/201 – Pituba [...]. Iara Iavelberg, a fim de evitar sua prisão, ocultou-se em um banheiro do apartamento vizinho; sentindo-se cercada e sofrendo a ação dos gases lacrimogêneos, suicidou-se" (Ministério do Exército – IV Exército, 1971, p. 8). A falsa versão de suicídio, prática institucionalizada durante a ditadura empresarial-militar brasileira para ocultar assassinatos

executados por agentes do Estado, foi mais uma vez utilizada. Desta vez, no caso de uma psicóloga.

Trinta e três dias depois do assassinato de Iara Iavelberg no apartamento da Pituba, os desdobramentos da Operação Pajussara seguiram até à consecução de seu objetivo principal, a eliminação de Carlos Lamarca. A imagem de amante de terrorista, amplamente reproduzida no caso de Iara Iavelberg, foi evocada pelos captores do capitão. O relatório da Operação descreveu o diálogo entre o comandante do Destacamento de Operações de Informação (DOI) e o revolucionário que desertou do Exército para empreender a luta revolucionária:

> - Você é LAMARCA?
> - Nenhuma resposta foi obtida; retirando então do seu bolso o retrato e fazendo a comparação, repetiu a pergunta, obtendo como resposta:
> - "Sim, sou LAMARCA".
> - *Como é o nome de sua amante?*
> - *"IARA, respondeu".*
> - *Sabe o que aconteceu com ela?*
> - *"Suicidou-se, não é?"*
> - *Morreu* (Ministério do Exército – IV Exército, 1971, p. 39. Destaques nossos).

O relatório oficial teve, mais à frente, a sua conclusão: "Operação Pajussara! Missão Cumprida!" (Ministério do Exército – IV Exército, 1971, p. 40). Em reportagem especial que noticiou as mortes, a revista Manchete fez questão de afirmar que a "paixão de Lamarca pela bela psicóloga paulista marcou seus últimos dias" (A morte de Lamarca, 1971, p. 14). A psicóloga que empreendeu o caminho da luta revolucionária foi transformada oficialmente em amante de terrorista como forma de diminuir a importância de sua trajetória e a justeza de sua luta. A imprensa reproduziu não apenas estas adjetivações, mas acrescentou outra. Em particular, uma imagem que a diminuía perante os olhos de seu grupo étnico e que teve implicações no período após a sua morte: foi transformada em uma judia suicida.

Baseadas nas fontes documentais disponibilizadas pela ditadura, assim como nas versões reproduzidas nos órgãos de imprensa, até mesmo jornalistas e ex-militantes de organização de resistência à ditadura, reproduziram a falsa versão de suicídio, quando afirmaram que "Iara preferiu a morte" (José & Miranda, 1984, p. 123). E detalharam sua eliminação física da seguinte forma:

> Três homens armados ficaram dentro do apartamento 201 e alguns continuaram na rua, com o apoio de um carro. Parecia que tudo havia se acabado. Todos respiravam ar puro, mais aliviados, embora ainda muito tensos. Foi quando um rapaz de 15 anos, morador do 202, pediu permissão para voltar ao seu apartamento e pegar livros escolares. Dirigiu-se ao quarto, aquele normalmente destinado à empregada e, ao abrir a porta, viu uma mulher apontando-lhe dois revólveres. Assustado, recuou, bateu a porta que, trancada por fora, não se abria por dentro. Deu o alarme.
> Dali a instantes o coronel Luiz Arthur chegou com uma equipe. Entraram correndo no prédio e novas bombas começaram a explodir. Através dos basculantes, cinco delas

> foram lançadas para dentro do minúsculo quarto da empregada. E, em meio às bombas, um tiro. Logo depois uma porta arrombada.
> *Iara Iavelberg havia escolhido o suicídio.*
> *Cercada, saltara para o apartamento vizinho, pulando um vão de quase três metros, entre uma área de serviço e outra, uma altura de quase dez metros.* Não queria ser presa e lutava pela vida. *Acuada, sem chances de escapar, suicidou-se: um tiro bem no meio do peito, entre os seios* (José & Miranda, 1984, p. 124. Destaques nossos).

A farsa montada na morte de Iara Iavelberg só foi oficialmente reconhecida pelo Estado brasileiro décadas depois. No entanto, as adjetivações utilizadas no processo de construção de sua imagem foram reatualizadas periodicamente nas décadas seguintes. Um destes exemplos foi quando conhecido torturador brasileiro disse ser ela "amante de Lamarca" (Ustra, 2018, p. 291). Também, um historiador e jornalista defensor das posições do terrorismo de estado, Studart (2007), de modo a tentar diminuir a importância daqueles que se opuseram à ditadura dos empresários e militares, fez uma análise psicológica das cartas escritas por Lamarca que deveriam ter sido entregues a Iara Iavelberg pouco antes de seus assassinatos, mas que foram interceptadas. Afirmou a "estranha obsessão" (Studart, 2007, para. 4) de Lamarca, que torturado de ciúmes, "perdeu o controle emocional" (Studart, 2007, para. 26). No caso do assassinato, reatualizou a imagem de Iara Iavelberg, colocando em primeiro plano a análise de sua vida sexual e conjugal em reportagem a revista Isto É. Segundo o repórter, ainda, "da aventura, só restaram as mensagens jamais entregues à musa inspiradora" (Studart, 2007, para. 37).

No entanto, para além desta imagem, que cumpriu a funcionalidade de encobrir e justificar sua eliminação física através de uma falsa versão de suicídio, quem foi Iara Iavelberg? E por que sua história é, também, parte do microcosmo da psicologia de seu tempo? Reconstituindo o seu trajeto político e profissional no período em que viveu, conseguimos compreender como determinações histórico-sociais se refletiram em limites dentro do próprio processo de institucionalização da psicologia no país, não permitindo a existência profissional de figuras como Iara Iavelberg, tampouco o desenvolvimento de suas atividades.

A intensidade com que viveu os últimos anos de sua vida foi marcada pelo deslocamento de sua trajetória dentro da psicologia em direção à luta revolucionária. Foi um rápido caminho que fez com que uma estudante de psicologia engajada e, depois, professora universitária, passasse por diferentes agrupamentos de combate à ditadura empresarial-militar, como a Polop, VPR e MR-8, e terminasse sua vida com uma imagem construída de amante, terrorista e suicida. Ficou conhecida por ter seu rosto estampado em diversos cartazes com a frase: "Bandidos Terroristas. Procurados pelos Órgãos de Segurança Nacional. Ao ver qualquer deles, avise o primeiro policial que encontrar ou telefone" (Ministério da Aeronáutica, 1971, p.2). (Ver Figura 41).

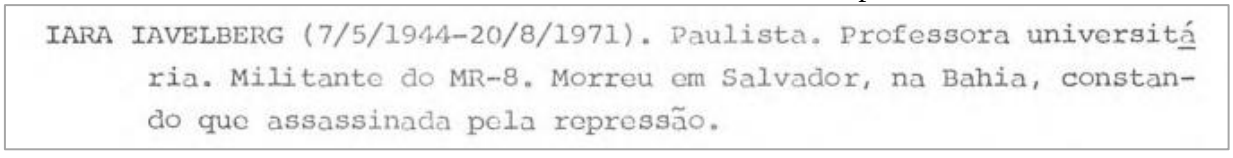
Figura 41 - O rosto de Iara Iavelberg, o quinto da primeira fileira, caracterizada como bandida e terrorista



Fonte: Ministério da Aeronáutica, 1971, p.2

Dito isto, Iara Iavelberg foi uma psicóloga brasileira formada na Universidade de São Paulo (USP), onde "ingressou, em 1963, com 20 anos, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, localizada na rua Maria Antônia, onde cursou Psicologia" (Merlino & Ojeda, 2010, p. 48). Além disso, foi professora no cursinho do grêmio da Faculdade de Filosofia, e tornou- se professora do Instituto de Psicologia da USP. A reconstituição de suas características como psicóloga e professora universitária é relevante como contraponto à sua imagem oficial. É a escrita de sua história com outros fundamentos que não aqueles que a tentaram diminuir. A figura 42 reproduz o documento público com "Relação de alguns mortos e desaparecidos políticos que serão reconhecidos tendo seus nomes em logradouros públicos na cidade do Rio de Janeiro [através do] Decreto nº 6438, de 12.1.1987" (Ministério Público Federal, 1995, p. 1801) que a reconheceu como professora universitária.

Figura 42 - Mais de duas décadas depois de seu assassinato, a imagem de Iara Iavelberg sendo reconhecida oficialmente não como amante e terrorista, mas como professora universitária


IARA IAVELBERG (7/5/1944-20/8/1971). Paulista. Professora universitária. Militante do MR-8. Morreu em Salvador, na Bahia, constando que assassinada pela repressão.

Fonte: Ministério Público Federal, 1995, p. 181

Como citado em nosso primeiro capítulo, o curso de psicologia da USP durante o ano de 1968 foi considerado um foco de subversão. No entanto, segundo a análise do SNI, este foco já havia sito extinto em 1970. Este período temporal é justamente aquele que coincide com o afastamento de Iara Iavelberg da vida institucional uspiana. Foi o momento em que o terreno para a implantação da reforma universitária foi cultivado, tendo uma fração da psicologia assumido a direção deste processo no próprio Instituto de Psicologia, pois, como consta no Capítulo 1, esta fração desenvolveu seu trabalho institucional e galgou posições de destaque através da colaboração com o regime.

É este o contexto em que Iara Iavelberg se radicalizou e impulsionou sua prática militante em organizações da esquerda revolucionária. Ainda como estudante, participou das contestações à posição do PCB, expressas por parte da intelectualidade dentro daquela instituição universitária e que levou a discussões acaloradas com o historiador do PCB Caio Prado Jr., em uma das conferências de seu livro A Revolução Brasileira. Uma colega lembrou que Iara Iavelberg terminou com o "dedo em riste para a figura de Caio Prado" (Patarra, 1992, p. 154).

Inicialmente esteve no interior da Polop, que buscava alianças com outras organizações contra o que considerava ser o reformismo do PCB. Um diálogo reproduzido pela jornalista Patarra (1992), de Iara com a professora Ecléa Bosi, ilustra este momento: "Bem que você dizia, socialismo e cristianismo são capazes de se unir. Estávamos lutando lado a lado – Disse Iara a Ecléa, na Faculdade. A AP [Ação Popular] aliara-se a POLOP" (p. 145). Em outra das entrevistadas pela jornalista para a escrita de biografia após a morte da psicóloga, Iara foi descrita como uma crítica às atuações da psicologia de seu tempo. Não por acaso, em um dos diálogos lembrados, teria dito que "a psicoterapia é classista, de elite. Fazer análise, então, é caríssimo. Quem diz que vocês serão admitidos no círculo de eleitos que chega ao mestrado e se especializa?" (Patarra, 1992, p. 146).

Neste período, Iara foi responsável pela ampliação do atendimento psicológico quando, em uma das lutas que travou, conseguiu um "Serviço de Atendimento Psicológico gratuito no cursinho, [onde] os 17 colegas recebiam alunos" (Patarra, 1992, p. 155). Não por acaso, uma reportagem de jornal da época reconheceu esse papel quando uma entrevistada afirmou que o "Serviço de Psicologia do Grêmio (acordo entre os departamentos de Psicologia da FFCL da USP e o de Cursos para Vestibular do Grêmio" (Carvalho, 1987, p. 781) foi uma iniciativa de Iara.

No interior de sua vida acadêmica, em 1968, Iara Iavelberg publicou um único texto que trata de comunicação de massa. Sob o título "A necessidade social de informação e a

personalidade do jornal[79]", o texto objetivava realizar uma "análise da individualidade de cada um dos jornais impressos. São exploradas as exigências impostas pela clientela de cada jornal, assim como aquelas que a natureza econômica, política e jurídica do regime impõe, na construção da "personalidade" do jornal"' (Iavelberg, 1968, p. 523). Dentro dos moldes permitidos na psicologia de seu tempo, o escrito não continha nenhuma inovação teórico-metodológica considerável. No entanto, ainda que de forma genérica, tratava das relações entre parte da imprensa e "a forma pela qual as notícias coletadas são apresentadas" (Iavelberg, 1968, p. 523). Trágico desfecho pois, pouco tempo depois, ela mesma seria alvo das imposições do regime sobre a imprensa no processo da construção de sua imagem.

Com o aprofundamento da ditadura empresarial-militar, Iara foi se deslocando para setores militantes mais combativos. Até que o ano de 1968 eclode e, com ele, a radicalização. Neste momento, ou seja, "durante as mobilizações estudantis de 1968, Iara já era psicóloga formada e trabalhava como assistente na própria faculdade" (Merlino & Ojeda, 2010, p. 48). Foi o ano em que foi presa em um apartamento em que ocorria uma reunião de militantes. Documento denominado "Elementos envolvidos nos últimos movimentos de agitação estudantil" informa que, dentre os presos, estava "a professora Yara (*sic*) Iavelberg da Faculdade de Psicologia. Todos serão processados pela Lei e Segurança Nacional" (SNI, 1969, p. 25). O mesmo documento afirma a existência de uma matéria de jornal, que os opositores do regime pediam "volta das eleições diretas, etc, no comando das manchetes berrantes e escandalozas (*sic*) e da guerra psicológica" (SNI, 1969, p. 15).

Em reportagem publicada no Jornal do Brasil, conta que "os policiais disseram-se convencidos de ter – com a prisão – desarticulado um movimento revolucionário que iria eclodir no país" (Polícia prende 4 em SP para Acabar suposta Revolução, 1968, p. 2). Foi aberto inquérito contra os estudantes, e no relatório da operação foi afirmado que "promoviam, no apartamento 123 da Rua da Consolação n.º 1.222, reuniões conspirativas de caráter marxista" (Polícia prende 4 em SP para Acabar suposta Revolução, 1968, p. 2). Junto deles, estava Iara Iavelberg. Dentre os livros apreendidos na residência, estava O Capital de Marx. Um abaixo assinado no Instituto de Psicologia da USP exigiu sua libertação.

Com a ampliação da repressão e o aprofundamento da ditadura empresarial-militar, Iara Iavelberg sentiu-se compelida a abandonar a docência de psicologia, direcionando-se para as atividades na clandestinidade. O ano de 1968 foi marcado por disputas na USP que opuseram os diferentes interesses. A ascensão do movimento de massas, combinada com as ocupações da

[79] Aqui, agradecemos a Letícia Oliveira pela localização deste texto.

referida universidade pelos grupos estudantis, foram marcadas pelas delações e perseguições contra os setores que se opunham à reforma universitária. Como dissemos no capítulo 1, panfletos e notas elaboradas pelos setores de oposição da psicologia terminaram no SNI junto de ficha de alguns professores.

No mesmo ano em que foi encarcerada, a professora Anita Cabral recomendou o nome de Iara Iavelberg para "uma cadeira docente e de pesquisa no campo genérico de Psicologia Social" (Patarra, 1992, p. 197). Sobre sua curta atuação profissional na universidade, uma colega da docência disse que "nas aulas que deu, poucas, Iara divertia-se em contestar a Psicologia behaviorista e a ciência oficial" (Patarra, 1992, p. 198). Por outro lado, Oliveira (2017) afirmou que a confrontação entre psicanálise e psicologia experimental, que teve com as polarizações ideológicas do final dos anos 1960, a construção de uma "imagem de uma clínica identificada como "reacionária", "burguesa", "de direita". Ou seja, a esquerda brasileira seguia os preceitos stalinistas estabelecidos a partir de 1927" (para. 15), e Iara Iavelberg teria adotado esta última posição.

Pouco provável, já que a Polop, organização em que esteve organizada inicialmente foi crítica ao período retratado pelo autor, tendo uma de suas influências sido o trotskismo da IV Internacional. No entanto, a confrontação com um dos psicanalistas da USP diz mais sobre a posição de Iara em relação aos limites da psicologia de seu tempo do que contra a psicanálise em geral:

> essa célebre militante de extrema-esquerda acusava a doutrina [psicanalista] de elitista e alienante, e os psicanalistas de reacionários, preferindo, como muitos de sua geração, as correntes da psicologia experimental. Ao que o fundador da psicanálise paulista e professor da clínica, Durval Marcondes replicava: "Eles querem empregar Skinner nos ratos de Mao Tse-Tung". A situação agravou-se, quando da prisão de Iara, logo após sua nomeação como professora-assistente da cadeira de orientação profissional, em 1968. Na ocasião, Marcondes, recusou toda e qualquer manifestação política em defesa de Iara, inclusive a assinatura de um abaixo-assinado exigindo sua libertação (Oliveira, 2005, p.176).

O molde da psicologia em sua nova etapa de institucionalização da profissão em meio à ditadura empresarial-militar era estreito demais para Iara Iavelberg, uma mulher de ação. Seu percurso na psicologia está relatado em depoimento de uma colega de turma:

> a declarante ingressou na Faculdade de filosofia da USP, tendo como colega, durante todo o curso Iara Iavelberb ("Claúdia"); que teve a oportunidade de executar, juntamente com várias colegas, inclusive Iara, alguns trabalhos de grupos, relacionados com o curso de psicologia; que, em abril de 1968, a depoente iniciou o curso de post-graduação (*sic*) na USP, onde Iara Iavelberg também frequentou algumas matérias; que se recorda de ter visto Iara Iavelverb ("Cláudia"), na Faculdade até julho de 1968, época em que a mesma teria abandonado o curso de post-graduação (*sic*) [...] desde essa época que sobre a situação política clandestina de Iara Iavelberb ("Cláudia"), apenas sabe através dos jornais ou comentários na Faculdade (2ª Divisão de Infantaria, 1970, p. 56).

Outro momento de seu trabalho, no departamento de Psicologia Social, foi dedicado à utilização da análise de conteúdo dos discursos do Fidel Castro (1926-2016), no entanto, "ela não chegou a terminar esse trabalho porque ela desapareceu" (Bosi como citado em Centro Acadêmico Iara Iavelberg, 2014).

A Polop, organização a que Iara pertencia então, abriu discussões sobre os caminhos de resposta ao regime. Uma das frações polopistas, na qual Iara Iavelberg estava inserida, começou a polarizar em torno da radicalização da luta. Deste grupo, sairia alguns militantes que formariam a VPR.

Um documento do SNI relata que Iara Iavelberg fez parte dos quadros de base da VPR na Faculdade de Filosofia. É nesta organização que tomou contato com o revolucionário brasileiro Carlos Lamarca, que havia desertado do Exército levando um arsenal de armas. Já completamente imersa na clandestinidade da VPR, os anos seguintes foram de intensas atividades na luta contra a ditadura empresarial-militar. Como um dos princípios da vida clandestina é não ser reconhecido por aqueles que perseguem, a psicóloga adotou variados codinomes para disfarçar sua identidade, entre eles Ana Maria Godoy, Cláudia, Leila, Neide, Norma, Rita, Célia e Madame. Ainda, segundo entrevista dada pelo cirurgião responsável pela cirurgia facial de Carlos Lamarca, Iara Iavelberg esteve em 1969 no Rio de Janeiro (Rodrigues, 1988, p. 95).

No ano seguinte, foi montado um aparato em área rural que tinha como objetivo servir para início do treinamento da guerrilha rural pretendida pela VPR. Em abril de 1970, no Vale da Ribeira, Iara fez parte do grupo no treinamento de guerrilha. Um dos presentes relatou que "tínhamos sessões de tiro ao alvo regularmente, não só com o fuzil, como também com o revólver calibre 38 que todos levávamos na cintura, junto com o cantil e o facão" (Menkes, 2011, p. 335). Sobre a presença de Iara Iavelberg, o guerrilheiro afirmou a presença de "duas mulheres no grupo: a companheira do Lamarca e a minha companheira" (Menkes, 2011, p. 335). Como traidora de sua classe de origem, sentiu dificuldades em sua adaptação na região.

Iara teve como uma de suas tarefas realizar parte das discussões teóricas no Vale do Ribeira, utilizando os livros lá disponíveis, entre eles os de Paul Sweezy (1910-2004) e Adolfo Sanchez Vasquez (1915-2011). Ainda lá, já como psicóloga formada, defendeu que era necessário considerar que as condições psicológicas dos militantes revolucionários eram fundamentais para a realização de suas tarefas, criticando a organização por ter permitido a presença de um militante que, segundo sua posição, possuía um perfil esquizo-paranoico.

Ou seja, já integrada na militância da luta armada, Iara teve a sensibilidade de considerar que o acompanhamento psicológico de militantes poderia ser uma das atividades específicas

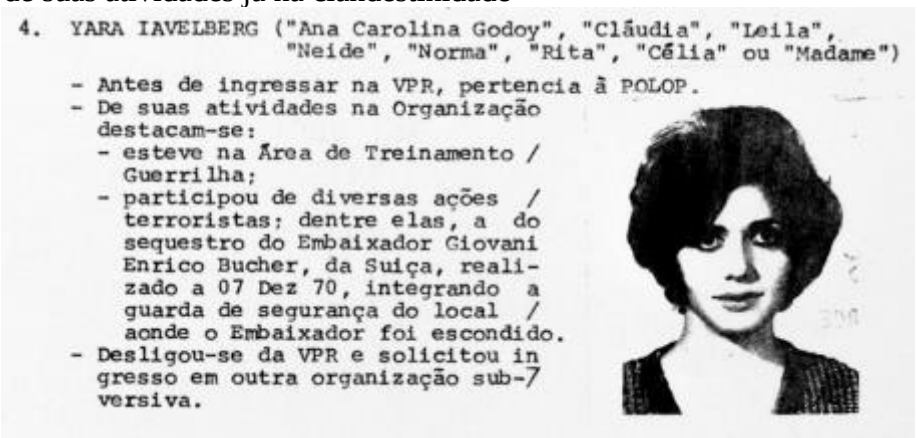
que psicólogos poderiam desempenhar em suas ações, já que as duras medidas impostas na clandestinidade impunham implicações para a subjetividade.

É por isso que, em sua organização, "Iara insistiu no atendimento psicológico aos militantes, seu nicho na luta armada" (Patarra, 1992, pp. 348-349). Sobre este assunto, o depoimento de Inês Etienne (1942-2015) para a jornalista é revelador:

> Para ela, tão importante quanto as discussões sobre estratégia e tática de luta, era a situação psicológica dos militantes, que desejava fosse a melhor dentro do possível. Sugeriu que a organização criasse condições para que os companheiros tivessem um local onde pudessem descansar das tensões a que eram submetidos (Inês Etienne como citado em Patarra, 1992, p. 349).

No entanto, com a prisão de um militante que conhecia o local do treinamento da VPR, ocorreu a Operação Registro, cujo relatório afirmou que seu objetivo era descrever "os principais acontecimentos ocorridos [...] na região do Km 250 da BR 116 - São Paulo-Curitiba, onde está localizada uma área de treinamento de guerrilha da VPR, comandada pelo ex-Capitão Carlos Lamarca" (Ministério do Exército, 1970, p. 1866). Entre os 18 presentes no acampamento guerrilheiro, na chamada Base Zanirato[80], estava "Iara Iavelberg ("Claudia" – "Rita" – "Celia") - amante de Lamarca" (Ministério do Exército, 1970, p. 1867). No entanto, quando o cerco do grupo ocorreu, parte deles, incluindo a psicóloga, já haviam deixado a região.

Figura 43 - Codinomes utilizados por Iara Iavelberg, assim como parte de suas atividades já na clandestinidade



4. YARA IAVELBERG ("Ana Carolina Godoy", "Cláudia", "Leila", "Neide", "Norma", "Rita", "Célia" ou "Madame")

- Antes de ingressar na VPR, pertencia à POLOP.
- De suas atividades na Organização destacam-se:
  - esteve na Área de Treinamento / Guerrilha;
  - participou de diversas ações / terroristas; dentre elas, a do sequestro do Embaixador Giovani Enrico Bucher, da Suiça, realizado a 07 Dez 70, integrando a guarda de segurança do local / aonde o Embaixador foi escondido.
- Desligou-se da VPR e solicitou ingresso em outra organização subversiva.

Fonte: Delegacia Regional do Ceará, s/d, p. 11

Ainda em 1970, Iara Iavelberg esteve em reunião com guerrilheiros da VPR e do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) discutindo as possibilidades de ações a serem desenvolvidas na chamada Semana da Pátria: "a direção da reunião estava sendo coordenada

[80] O nome da base guerrilheira foi dado em homenagem ao ex-soldado e militante da VPR Carlos Roberto Zanirato (1949 – 1969), preso e assassinado pela ditadura empresarial-militar brasileira. Foi um dos membros do Exército que, sob o comando de Carlos Lamarca, expropriou fuzis no quartel de Quitaúna, desertando de suas fileiras e inserindo-se na luta armada revolucionária.

por Iara Iavelberg (“Claudia”) por possuir mais experiencia política do que os demais participantes” (2ª Divisão de Infantaria, 1970, p. 9). Apesar de terem sido discutidas ações de agitação e propaganda, “Iara Iavelberg (“Claudia”) mostrou aos participantes a falta de condições para fazerem ações de sequestro, achando que a V.P.R. não tem condições de segurança, material humano ou aparelhos em São Paulo, o que pode ser feito, somente na Guanabara” (2ª Divisão de Infantaria, 1970, p. 9). Vemos, pois, que, por trás da imagem que os órgãos de repressão reproduziram de amante de Lamarca, na realidade esteve uma psicóloga que foi dirigente revolucionária e que tinha poder de decisão para firmar sua posição diante de outros guerrilheiros.

No capítulo 2, descrevemos algumas ações de captura que foram planificadas para a libertação de prisioneiros políticos. Uma delas ocorreu com a participação de Iara Iavelberg. Em uma das reuniões realizadas após aula teórica e prática de tiros em que esteve presente, e adotando o Codinome Madame, uma lista com possíveis nomes foi discutida. Entre eles, estava o da psicóloga da Ala Vermelha, que naquele momento encontrava-se encarcerada em Minas Gerais, Emely Vieira (II Exército, 2ª Seção, EMG, 1971). No entanto, a discussão não se concretizou em ato.

As condições para a captura de outro embaixador ocorreram alguns meses depois. A VPR planejou e capturou o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher. Foi a mais longa das negociações entre os revolucionários e as forças da repressão, que culminou na negativa de libertação de vários nomes constantes na lista de presos a serem soltos. Entre eles, o da já citada psicóloga Emely Vieira, que se encontrava com marcas visíveis de tortura. Com o desgaste desta ação, mas conseguindo a libertação de 70 presos políticos, o agrupamento encerrou suas atividades. Iara Iavelberg iniciou as tratativas para seu ingresso e de Carlos Lamarca no MR-8.

Ainda na estrita clandestinidade, fez circular contatos e cartas entre os integrantes da VPR. Levou correspondências para Alfredo Sirkis (1950 - 2020), quando em 1971, Lamarca já anunciava seu rompimento com a VPR, já que, segundo sua avaliação, “a VPR vivia uma situação de crise orgânica e material” (Sirkis, 1988, p.360). Em um desses encontros, Iara disse: “[...] as perspectivas são foda. Imagine se caio nas mãos deles. O que não vão fazer com a companheira de Lamarca? Mas acho que eu morro antes” (Sirkis, 1988, p.367). Iara estava certa.

Com a inserção no MR-8, deslocou-se para a Bahia junto de outro companheiro de organização. Chegaram em “Salvador, via Feira de Santana. Desembarcaram na Rodoviária [...]. Pegaram um táxi e se hospedaram” (José & Miranda, 1984, p. 122). As notícias de quedas

de antigos militantes da VPR com quem travou contato foram conhecidas quando já se encontrava na Bahia:

> Iara ouve no rádio a notícia da prisão do companheiro Cláudio de Souza Ribeiro e a morte de Cleide Dall´Olio, em Recife. Dia 6 de agosto vai novamente a Feira de Santana, para se encontrar no dia seguinte com Lopes Salgado. Ele não aparece no ponto e Iara volta a Serrinha, não sem antes ouvir pelo rádio a notícia da morte de outro companheiro, José Raimundo da Costa, em Pilares, na Guanabara[81] (José & Miranda, 1984, p. 123).

As constantes quedas foram prenúncios do fechamento do cerco contra a psicóloga. Concomitantemente, ainda existiram as delações do MR-8 feitas em Salvador por Solange Gomes, que deixou os órgãos de repressão atentos às atividades na região. Era questão de tempo até encontrarem Iara Iavelberg na Pituba. A ex-professora de psicologia da USP foi eliminada. A figura 44 mostra a foto de seu corpo no relatório que serviu de base para a farsa que atestou oficialmente a sua morte como suicídio.

Figura 44 - Cadáver de Iara Iavelberg após ser assassinada pelos agentes de repressão



Fonte: Ministério do Exército – IV Exército, 1971, p. 70

[81] A prisão que Iara Iavelberg ouviu pela rádio foi de Cláudio de Souza Ribeiro, que em momento de surto na clandestinidade assassinou sua companheira Cleide Dall´Olio. Enquanto isso, José Raimundo da Costa era assassinado após a delação do maior infiltrado da ditadura, Cabo Anselmo. Dois anos depois, ele foi o responsável direto pela entrega da psicóloga Pauline Reichstul nas mãos de seus assassinos, como mostraremos em subcapítulo posterior.

Dias depois, a Operação Pajussara eliminou seu alvo principal, Carlos Lamarca. O diálogo reproduzido quando de sua captura e eliminação foi descrito no início deste subcapítulo. A morte do capitão juntamente com a de Iara Iavelberg foi amplamente noticiada. Em uma das reportagens, o Jornal do Brasil fez um relatório sobre a morte de Lamarca, demonstrando que era um traidor em todos os âmbitos de sua vida, assim como o papel que Iara Iavelberg teve dentro destas traições:

> Traiu seus pais, aos quais abandonou alheios aos sacrifícios realizados.
> *Traiu sua esposa e seus filhos, enganando-os com promessas de futura conciliação em Cuba, passando depois a viver com várias amantes terroristas, fixando-se numa paixão em Iara Iavelberg.*
> Traiu o Exército que lhe educou e formou sua personalidade cívica [...].
> Traiu sua pátria [...]
> Frio e calculista, manobrou a traição como arma inseparável de sucesso (Íntegra do documento, 1971, p. 16. Destaques nossos.).

Ao lado do texto acima reproduzido, as diferentes fotos de Iara Iavelberg que, caracterizada como amante de terrorista, "tinha várias feições para a polícia, o que dificultara sua identificação" (Família quer levar corpo de Iara, 1971, p. 16). Na figura 45, as fotos de Iara na reportagem especial sobre a morte de Carlos Lamarca.

Figura 45. As várias feições de Iara Iavelberg segundo jornal que cobriu a morte de Carlos Lamarca



Fonte: Família quer levar corpo de Iara, 1971, p. 16

Na capa de O Jornal, ao lado de uma foto de destaque do corpo sem vida de Lamarca, uma pequena foto de Iara Iavelberg de óculos, seguida da chamada "Na carta-diário escrito a *sua amante suicida*, Iara Iavelberg, Lamarca deixou documentado seu desespero" (Exército aponta crimes de Lamarca, 1971, p. 1, Destaques nossos).

As caracterizações da psicóloga feitas pela imprensa mesmo após a sua morte são representativas de como sua imagem foi construída e reproduzida em larga escala. O fato de oficialmente ser considerada amante e suicida teve implicações após sua morte já que, sendo

judia, não pode passar pelos rituais tradicionais para o enterro em cemitério israelita, conforme consta em reportagem posterior do Jornal do Brasil:

> A terrorista Iara Iavelberg, cujo corpo foi removido de Salvador para São Paulo, foi sepultada ontem dentro da máxima discrição, no cemitério israelita [...]. A purificação da alma, que consiste na lavagem do corpo e a colocação de uma roupa branca, ritual tradicional no sepultamento de judeus, não foi realizado no caso de Iara Iavelberg (Iara baixa à sepultura em S. Paulo, 1971, p. 7).

Como consequência, passou mais de três décadas enterrada na ala dos suicidas do cemitério judaico do Butantã. No entanto, gradativamente, elementos positivos passaram a ser associados à sua imagem, dando possibilidades de análise de sua história por outra perspectiva. Em 1993, em uma das reportagens da imprensa, mesmo reafirmando a falsa versão de que "cercada pela polícia em um apartamento em Salvador, Iara Iavelberb preferiu suicidar-se a ser presa e torturada" (Alves, 1993), aspectos positivos de sua imagem já eram permitidos. Não por acaso, foi caracterizada como "uma derrubadora de muralhas e de preconceitos" (Alves, 1993, para. 1). Os tempos eram outros.

Em 1998, na sede do Ministério da Justiça, um conselheiro da Comissão Especial instituída para o reconhecimento de mortos ou desaparecidos políticos levantou questão de ordem para análise da morte de Iara Iavelberg, "para que possa haver por parte dos familiares, a exumação dos restos mortais de Iara para melhor esclarecimento das circunstâncias de sua morte" (Serviço Público Federal, 1998, p. 476). No entanto, mais de três décadas depois é que finalmente foi reconhecido seu assassinato:

> Com as denúncias reunidas, a família de Iara conseguiu autorização na Justiça para proceder à exumação e ter novo laudo sobre sua morte. [...] E aconteceu em 2003, com peritos da Universidade de São Paulo (USP), sob a supervisão do médico Daniel Romero Muñoz, nomeado pelo juiz do caso, na qualidade de professor de medicina legal da Faculdade de Medicina da USP. *O novo laudo confirmou que Iara fora assassinada* (Comissão Nacional da Verdade, 2014c, p. 623. Destaques nossos).

A biografia de Iara Iavelberg mostra que ela foi uma das psicólogas que ajudou a desnudar o caráter repressivo do terrorismo de estado e dos limites impostos no processo de institucionalização da psicologia durante a ditadura empresarial-militar. Se, de um lado, a psicologia se expandiu culminando com a ampliação de cursos de formação; por outro, o aumento de número de profissionais formados neste período não significou uma tomada de posição dos psicólogos contra aquele regime instalado com a força das armas. Neste momento, os limites da psicologia eram estreitos demais para uma figura como Iara Iavelberg que, por seu lado, não os reconheceu e foi além. Não existia espaço para as posições defendidas por ela. E, por isso, a sua prática revolucionária se destacou em detrimento da sua construção teórica.

Viveu durante os anos em que a psicologia brasileira não permita posicionamentos políticos contestatórios ao regime.

Não apenas a psicóloga formada na USP e professora da instituição foi eliminada enquanto os preparativos da reforma universitária se desenvolviam. Uma estudante de psicologia da mesma instituição, que não conseguiu terminar sua formação pela opção política que fez, culminou com outra depuração e eliminação no interior da profissão.

3.3 **Aurora Maria Nascimento Furtado: a proibição da Academia Paulista de Psicologia por seu compromisso de "levar a luta até o fim"**

Terminamos o primeiro capítulo desta tese afirmando a existência de documento no SNI de autoria da Academia Paulista de Psicologia, datado de 1980, que continha anotações sobre psicólogos daquela instituição considerados suspeitos. Uma das psicólogas deveria ser acompanhada de perto por fazer parte do Conselho da Editora Alfa-Omega, que publicou o livro *Em Câmara Lenta* de Renato Tapajós. Segundo o documento, o livro fazia "apologia ao terrorismo" (Serviço Nacional de Informações, 1982, p. 3). O conteúdo da publicação tinha como personagem central Aurora Maria Nascimento Furtado, estudante de psicologia morta sob tortura aos seus 26 anos. No entanto, a proibição de circulação do romance sobre Aurora Maria não foi a única tentativa de ocultar sua eliminação. A história de seu assassinato já tinha extrapolado as fronteiras do país.

Em 1974, sob o carimbo de confidencial e com o título de "Insatisfação nos meios democráticos com o incremento de atividades contestatórias ao regime revolucionário brasileiro", a Divisão de Segurança e Informações enviou relatório ao Ministro da Justiça. Nele, documentos mostravam como a imagem do Brasil estava sendo reproduzida na imprensa estrangeira através de reportagens de um vencedor de prêmio Pulitzer, o jornalista investigativo Jackson Anderson (1922 –2005). Foi considerado "inimigo do Brasil, tendo publicado na imprensa dos EUA, vários artigos contra o nosso país" (Divisão de Segurança e Informações, 1974, p. 14).

Anexado ao dossiê, diversas reportagens que denunciavam a prática sistemática de tortura e a morte de opositores ao regime. Em uma das reportagens anexadas, o jornalista denunciou o caso da tortura de Aurora Maria, afirmando que "a woman psychology student Aurora Nascimento Furtado was arrested last November in Guanabara, hung upside down and tortured with eletrodes, then beaten to death" (Divisão de Segurança e Informações, 1974, p. 16). A farsa de sua morte, apresentada oficialmente como consequência de uma troca de tiros,

foi notícia internacional e preocupação dos agentes de repressão. A figura abaixo mostra uma das últimas fotos de seu corpo, quando depois de morta em tortura foi arremessada na rua por agentes do Estado para simular sua morte em tiroteio.

Figura 46. Foto do corpo de Aurora Maria do Nascimento, morta depois de torturada, e jogada na rua



Fonte: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2015, p. 2

Mas qual o caminho percorrido por Aurora Maria Nascimento Furtado? E por que a proibição de livro que rememorava de forma romanceada sua trajetória? Sobre sua formação política, em depoimento à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, seu cunhado afirmou que

> tanto eu quanto a Laís [irmã de Aurora] tivemos responsabilidade na formação política da Lola, embora quando ela passou a militar ela escolheu uma outra organização, porque eu e a Laís nos filiamos ao PCdoB [...], e a Lola foi para a ALN, passou pelo Partido Comunista, pela dissidência e foi para a ALN (Tapajós como citado em Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2013, p. 12).

Lola, Márcia, Patrícia e Rita foram os codinomes utilizados por Aurora Maria quando já atuando em organização de combate a ditadura empresarial-militar. Foi uma estudante que teve seu "ingresso [em] 1965 [no] Curso de Psicologia" (Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2011, p. 960). Em um dos arquivos montado pelos agentes da repressão, parte de sua trajetória foi descrita, afirmando que "era estudante de psicologia; [e] pertence ao GTA da Aliança de Libertação Nacional (*sic*) – ALN" (SNI, 1971a, p. 6).

Com a presença de Aurora Maria no interior da universidade, o diretor de um curta metragem registrou não apenas a sua imagem em vídeo, mas de outra personagem pertencente aos quadros institucionais da USP:

> em 1965, quando eu fiz um filme chamado "universidade em crise", eu filmei uma pequena sequência em que a Lola saia de casa e ia para faculdade na rua Maria Antônia e essa sequência acabou se tornando no único registro de imagem em movimento que se tem da Lola, e curiosamente esse filme "universidade em crise" também tem as únicas imagens em movimento registradas da Iara Iavelberg, inclusive o Flávio Frederico que fez o filme "Em busca de Iara" buscou essas imagens comigo para o filme que ele fez (Tapajós como citado em Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2013, p. 14).

Figura 47 - Imagem de Aurora Maria retirada do curta metragem Universidade em Crise



Fonte: Tapajós, 1965

A organização do qual fez parte foi formada por dois veteranos da resistência no país, Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira. A criação de Dissidências, principalmente nos setores estudantis, marcou de forma combinada, mas desigual, a ruptura de diversos setores com o PCB. Parte deles conseguiu encontrar nos setores da juventude o ímpeto para ousar dar resposta ao regime militar. O caminho de inserção da jovem estudante em direção à luta revolucionária se iniciou através de uma destas Dissidências:

> Estudante de Psicologia na Universidade de São Paulo, com ativa militância no Movimento Estudantil, Aurora tinha sido a responsável pela imprensa da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, no final da década de 1960, período em que era conhecida como Lola, sendo namorada e companheira de José Roberto Arantes de Almeida [...]. *Militante da DISP - Dissidência Estudantil do PCB/SP, passou à clandestinidade após ter sido editado o AI-5.* Ao ser morta, militava na ALN, atuando no Rio de Janeiro, sendo a responsável pela publicação do jornal Ação e tendo participado de inúmeras ações armadas, de acordo com informações dos órgãos de segurança (Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2011, p. 960. Destaques nossos.).

Figura 48 - Parte de uma ficha de Aurora Maria com pequena biografia pessoal e das ações executadas dentro da AL



Elementos procurados pelo DOI/CODI II Ex - fls 7

AURORA MARIA NASCIMENTO FURTADO ("Márcia" ou "Patrícia")

- Filha de Mauro Albuquerque Furtado e Maria Lady Nascimento Furtado
- Natural de São Paulo - SP
- Nascida a 17 Jun 46
- Cútis morena clara, olhos e cabelos/ castanhos claros, 1,58m (aproximadamente) de altura, magra, nariz ligeiramente arrebitado
- Foi estudante de Psicologia da USP
- Era namorada de José Roberto Arantes de Almeida, à época (68/69) estudante da USP e vice-presidente da UNE e, hoje, integrante do Setor de Massas da ALN
- Até 18 Abr 70, trabalhava no Banco do Brasil, Agência Brás - SP
- Residiu à Rua Joaquim Antunes, 562 -SP
- Sua irmã - Laís Furtado Tapajós - e seu cunhado - Renato Tapajós - foram/ presos por pertencerem à Ala Vermelha do PC do B (Laís está em liberdade)
- Pertence ao GTA/ALN, atuando em São / Paulo
- Amásia de Flávio Augusto Neves Leão / de Sales ("Ali"), também do GTA
- Participou das seguintes ações:
  - Assalto duplo e simultâneo aos Bancos Itaú Sul Americano e Mercantil/ de São Paulo, em Dez 69
  - Assalto ao Bradesco, Ag Jaguaré, Mai 70
  - Assalto a Perua do Banco Nacional / de Minas Gerais, no bairro da Lapa/ (SP), a 10 Jul 70, ocasião em que / os terroristas "justiçaram" dois companheiros seus ("Miguel" e "Mário"). "Patrícia", em companhia de "Ali" e "Bacuri", enterrou "Miguel" num matagal da estrada de Embu-Guaçu.

Fonte: Delegacia Regional do Ceará, s/d, p. 15

A Dissidência Estudantil do PCB-SP (DISP) rompeu com o partido de origem no VI Congresso do PCB. Foi este Congresso que consagrou a ruptura de grupo conhecido como Ala Comunista, rebatizada posteriormente como ALN. O motivo foi o posicionamento contrário às resoluções partidárias que não colocaram a luta armada como centro da discussão política para o enfrentamento da ditadura empresarial-militar. A Dissidência Estudantil de São Paulo se incorporou à ALN.

Segundo uma de suas fichas nos órgãos de informação da ditadura, com o carimbo de confidencial, a opção da estudante de psicologia foi o "Movimento Estudantil/SP, passando a integrar o famigerado Grupo Tático Armado - GTA da Aliança Libertadora Nacional - ALN/SP, tendo abandonado seu emprego no Banco do Brasil, agência Braz, em São Paulo, em Abr 70" (SNI, 1975, p. 1079).

Um antigo militante da Ala Vermelha relata informação de uma colega que pretendia inserir-se na ALN e teve contato com Aurora:

> Rosalva, em determinado momento, em 1970, 1971, estava sendo recrutada para a Ação Libertadora Nacional, e que ela foi fazer junto com outras pessoas um treinamento em um sítio. A instrutora do treinamento era Aurora, e a dois conversando, acho que a Aurora nesse tempo usava o nome de Patrícia ou algo assim. E as duas conversando, jogando xadrez, Aurora tinha dito para ela, orientado ela, não sei as palavras, ela que sabe, olha, não entra, espera. O projeto está falido, eu não saio,

> porque [...] tenho um compromisso e responsabilidade pela vida de muitos companheiros, mas no rumo que está se não recuar, e o pessoal não quer recuar (Freire como citado em Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, p. 21).

Outra destas fichas corridas de Aurora Maria dividiu a sua atuação, assim como as ações de que participou, em dois locais diferentes. Em São Paulo, lhe foram imputadas as seguintes participações:

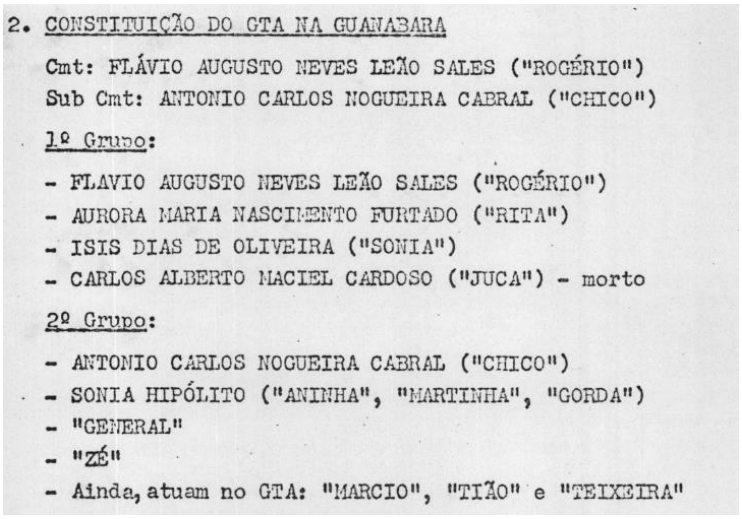
> - assalto duplo aos Bancos ITAÚ SUL AMERICANO e MERCANTIL DE SAO PAULO;
> - assalto ao Banco BRADESCO, agência Jaguaré;
> - assalto à mão armada contra uma Kombi do Banco NACIONAL DE MINAS GERAIS, na Avenida Nossa Senhora da Lapa, sendo roubados Cr$106.000,00, integrando um grupo de nove terroristas, chefiado por EDUARDO LEITE – "BACURI" e FLAVIO AUGUSTO NEVES LEÃO SALLES – "ROGÉRIO", seu amante.
>
> Na partilha do lucro desse assalto, os terroristas ne desentenderam, tendo sido assassinado ARY DA ROCHA MIRANDA – "MIGUEL" e gravemente ferido WILSON CONCEIÇÃO PINTO "MARIO". Após o crime ela e seus comparsas transportaram o corpo de "MIGUEL" no porta-malas do carro, enterrando-o num matagal a margem da estrada de EMBU-GUAÇU, em SÃO PAULO. "MÁRIO", mesmo ferido, conseguiu fugir do local e apresentar-se à Polícia (SNI, 1975, p. 1079).

No entanto, com a opção pela clandestinidade e ficando muito conhecida e visada pelos agentes de repressão daquele estado, transferiu-se para a Guanabara. Também lá participou de diversas ações de expropriações. Na cidade do Rio de Janeiro, à época pertencente ao estado da Guanabara, foi acusada de:

> - assalto e depredação do Posto Policial da Favela NOVA HOLANDA, quando feriu gravemente um Cabo da PMEG;
> - assalto à CCPL o ao posto do MTPS da rua Uranos;
> - assalto à Casa de Saúde Dr Eiras, resultando na morte do três inocentes;
> - assassinato do marinheiro inglês DAVID A. CUTHBER (*sic*);
> - assalto à agência do Banco BRADESCO, na rua Major Diogo;
> - assalto à agência do Banco BRABESCO, à Av Angélica;
> - assalto ao Hospital da Ordem Terceira da Penitência;
> - depredação de dois postos de gasolina na Zona Sul do RIO BE JANEIRO;
> - assalto a uma RP em Copacabana;
> - assalto à guarnição de uma RP na Praça Avaí, com incêndio da viatura policial (SNI, 1975, p. 1079-1080).

O GTA da ALN era o setor da organização responsável pelas ações armadas, ou seja, Aurora Maria fez parte da linha de frente das ações da organização. Em documento datado de 1972, do Centro de Informações, com assunto *ALN*, outra lista com algumas das ações de Aurora Maria, assim como seu nome na composição do 1º Grupo do GTA da Guanabara.

Figura 49 - Um dos relatórios da ALN, com o nome de Aurora Maria no GTA da Aln da Guanabara



2. CONSTITUIÇÃO DO GTA NA GUANABARA

Cmt: FLÁVIO AUGUSTO NEVES LEÃO SALES ("ROGÉRIO")
Sub Cmt: ANTONIO CARLOS NOGUEIRA CABRAL ("CHICO")

1º Grupo:

- FLAVIO AUGUSTO NEVES LEÃO SALES ("ROGÉRIO")
- AURORA MARIA NASCIMENTO FURTADO ("RITA")
- ISIS DIAS DE OLIVEIRA ("SONIA")
- CARLOS ALBERTO MACIEL CARDOSO ("JUCA") - morto

2º Grupo:

- ANTONIO CARLOS NOGUEIRA CABRAL ("CHICO")
- SONIA HIPÓLITO ("ANINHA", "MARTINHA", "GORDA")
- "GENERAL"
- "ZÉ"
- Ainda, atuam no GTA: "MARCIO", "TIÃO" e "TEIXEIRA"

Fonte: CIE, 1972, p. 3

Os órgãos de informação buscavam mapear seus distintos codinomes. Assim, relatam que, além de Márcia, "também usava o codinome Lola" (SNI, 1971a, p. 6). Em outra lista, mais acusações sobre suas participações em ações:

> 2) em 20 Mar 1970, a nominada integrou a equipe de terroristas que assaltou a Agencia do Banco Brasileiro de Descontos S/A, localizada à rua Quaipá, Vila Vila Leopoldina, SP;
> 3) em 11 Jul 1970, a marginada participou do assalto ao veículo que transportava dinheiro do Banco Nacional S/A; a ocorrência se desenvolveu na Av Nossa Senhora da Lapa, esquina com rua Afonso Sardinha, SP;
> 4) em 1970, os terroristas militantes das organização (*sic*) de esquerda "REDE - MRT - ALN e VPR", planejaram e executaram um assalto simultâneo contra os Bancos Itaú e Mercantil; a marginada era integrante da "Aliança de Libertação Nacional – ALN", usava o codinome "MARCIA", participou de uma das equipes de assaltantes;
> 5) em abril de 1970, vivia maritalmente com o terrorista FLÁVIO AUGUSTO NEVES LEON DE SALLES – "ALI";
> 6) a nominada é procurada pelo DOI/CODI-II Ex, pela sua participação em assaltos e pertencer à organização de esquerda "Aliança de Libertação Nacional – ALN" (SNI, 1971a, p. 6).

Não apenas uma mulher de ação, que estava inserida diretamente nas ações armadas. Além das expropriações, Aurora Maria foi lembrada por antigos militantes da ALN por sua participação na imprensa da organização. Jessie Jane, uma das responsáveis pela tentativa de sequestro de avião que saía do Rio de Janeiro em direção a São Paulo para troca da libertação de presos políticos afirmou que "Aurora me ensinou a atirar" (Jessie Jane como citado em Carvalho, 1998, p. 323). Em pesquisa desenvolvida sobre o papel das mulheres no interior da luta armada no Brasil, Ribeiro (2018) trouxe o seguinte dado:

> A gráfica da ALN responsável pela produção dos jornais, em especial do *Venceremos* foi extinta pela polícia em fevereiro de 1972 com a prisão de Jorge Fidelino Galvão de Figueiredo e Ladislau Crispim, responsáveis pela reprodução do jornal. Segundo

> informações obtidas nas entrevistas, a gráfica tinha razão social e funcionava legalmente. Um dos mais ativos nesse setor, carinhosamente chamado pelos colegas de militância, de "rei do papel" era Dimas Casemiro, integrante do MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes), organização coirmã da ALN nas ações armadas (p. 104-105).

Sobre o papel desempenhado por Aurora na retomada da imprensa da ALN, Ribeiro (2018) informa que "encontramos, porém, material impresso após essa data, e a indicação de que Aurora Furtado se encarregava também desse tipo de função na organização antes de ser assassinada pela repressão no final desse mesmo ano, em novembro de 1972" (p. 105). As cópias do jornal *Venceremos* vinham com a afirmação em sua capa de que "este jornal não é censurado pela ditadura". Outro membro da organização, também lembrou de parte da função desempenhada por Aurora:

> Teve uma época na organização que eu ficava menos na ação porque eu cuidava desse japonês [militante detido em uma ação] [...]. Segurava o aparelho, aí tinha época que você cuidava mais do jornal que fazia o *Guerrilheiro*, quando *a Auxiliadora morre, a nossa Auxiliadora [Aurora Furtado]*, eu assumi mais o jornal (São Thiago, 2010 como citado em Ribeiro, 2018, p. 292. Destaques nossos).

Nair Benedicto, uma das entrevistadas por Ribeiro (2011), informou que, mesmo depois de ter sido presa e já no período fora dos cárceres, teve encontros com Aurora, em momento em que "sua foto estava em todos os cartazes [...], marcava alguns pontos com Aurora para conversar, saber notícias dela e lhe passar algum dinheiro" (p. 180). Outra militante que fazia parte da rede de apoio da organização, sendo uma de suas tarefas a de retirar militantes perseguidos do Brasil, lembrou quando foi responsável pelo transporte de Aurora Nascimento e de seu companheiro:

> E eu trabalhava nessa coisa de resgate de pessoas que estavam se queimando, ou porque se queimou num assalto, enfim qualquer coisa que tivesse que sair, porque existia esse esquema de retirada de pessoas. Tanto é que o Arantes, a gente deixou ele (*sic*) no Aeroporto, a gente pegou a Lola [Aurora do Nascimento Furtado] para eles se despedirem e a gente fazia algum esquema para ver se a pessoa entrou direitinho, se não houve problema. Então tiveram várias quedas da ALN e aí várias pessoas precisaram sair e a gente ficou trabalhando para esse pessoal que encontrava o Marighella [...] (Ferreira, 2010 como citado em Ribeiro, 2018, p. 269-270).

O ano de 1972 foi o último de vida de Aurora. Também, aquele em que a intensidade da participação em organização de caráter revolucionário chegou ao momento em que não mais era possível o retorno à vida legal. Neste ano, o marinheiro da Força Tarefa da Marinha Inglesa, David A. Cuthberg (1953 – 1972), estava no Rio de Janeiro. A ALN, o PCBR e a VAR-Palmares se organizaram como "Frente", com Aurora em seu GTA. A atuação conjunta com outras organizações teve como objetivo realizar uma ação em solidariedade ao Exército

Republicano Irlandês (IRA), que culminou com o justiçamento do marinheiro inglês dentro de um taxi enquanto se deslocava para a noite carioca.

Com o impacto das ações deste ano, as quedas da organização se ampliaram. Quando uma de suas companheiras da ALN, Isis Dias de Oliveira (1941 –1972), foi encarcerada, Aurora Maria "telefonou a Edmundo, pai de Ísis, avisando da prisão da amiga. "Ela corre perigo, tratem de localizá-la", disse-lhe" (Merlino & Ojeda, 2010, p. 59). Tarde demais. Isis foi levada para a casa da morte em Petrópolis e, como os outros presos nesta casa, eliminada fisicamente.

Aqueles que conviveram com Aurora Maria em seu período de clandestinidade sabiam que as opções que fizera e a consequência das ações revolucionárias que estava desenvolvendo teriam implicações para sua vida pessoal. Como relata Tapajós:

> Então, nós mandamos diversas mensagens, diversas recomendações a Lola que ela se exilasse, que ela saísse do país, que não há nada de errado, não há nada de desonroso em dar um passo atrás e se preservar para uma luta futura [...]. *Mas eu acho que a essa altura da história, quer dizer, a Lola já tinha estabelecido um compromisso que ia muito além do compromisso político, era um compromisso efetivamente moral com os companheiros que haviam sido mortos, que haviam sido torturados, que estavam desaparecidos e ela não resolveu, ela resolveu permanecer na clandestinidade, na luta e ir até o fim* (Tapajós como citado em Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2013, p. 15. Destaques nossos).

Em outro depoimento, um diálogo com Aurora Maria foi lembrado, quando ela afirmou que "eu sou da direção e a vida de muitos companheiros dependem de mim, só dá para recuar todo mundo junto, não posso ir embora e largar tudo" (Freire como citado em Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2013, p. 21). Em março 1972, as notícias da imprensa falavam de Aurora Maria. O Jornal do Brasil, com a chamada da matéria intitulada *Órgãos de Segurança de São Paulo divulgam lista de 12 acusados de subversão*, afirmou sobre Aurora, presente na lista de subversivos:

> Aurora Maria Nascimento furtado (Márcia e Patrícia) é da ALN. Participou do assalto simultâneo aos Bancos Itaú – Sul Americano e Mercantil de São Paulo, agência do Jaguaré, em maio de 1970, do Assalto ao Bradesco, agência do Jaguaré, em maio do mesmo ano; assalto a camioneta do Banco Nacional de Minas Gerais, na Lapa, em 10 de julho de 1970, ocasião em que os terroristas justiçaram um de seus companheiros – o Miguel – o qual foi enterrado na Estrada de Embu-Guaçu pela Patrícia e mais dois terroristas (Órgãos de segurança de São Paulo divulgam lista de 12 acusados de subversão, 1972, p. 26).

Aurora Maria foi morta em 1972. A versão oficial foi que, capturada pelas forças da repressão, teria decidido colaborar, levando os agentes em direção a um local que funcionava como seu aparelho. Em troca de tiros, teria eliminado o detetive Mário Panzariello. Abaixo, a reprodução desta versão contada pelo órgão responsável por coordenar as atividades de informações e contrainformações do regime:

> AURORA levou vários agentes de segurança ao Méier, tendo na esquina das ruas Magalhães Couto e Adriano pedido para descer, alegando que preferia, por motivo de segurança, se dirigir até o "aparelho", alí próximo, a pé e sozinha. Ao descer, a terrorista saiu correndo o gritando em direção a um Volkswagen que estava nas proximidades, havendo em seguida intenso tiroteio entre os agentes e os ocupantes do carro, findo o qual AURORA agonizava na rua.
> Suas atividades terroristas e sua morte foram divulgadas amplamente na imprensa do país (SNI, 1975, p. 1081).

Em outro relatório feito pelos agentes da repressão, ainda foi adicionado um comentário: "havendo em seguida, intenso tiroteio entre os agentes e os ocupantes do carro, findo o qual Aurora veio a falecer, vítima da própria cilada que armou para os agentes de segurança" (SNI, 1980, p. 80). No entanto, a versão apresentada pelos agentes de Estado era falsa, assim como as notícias que reproduziram a sua morte.

Esta versão foi questionada durante décadas por diferentes sujeitos. A reconstrução de como ocorreu a sua morte deu-se de distinta maneira. Em documento chamado Análise Comparativa, "há relatos que teria sido morta por membros da 'Escuderie Le Coq, Esquadrão da Morte', formado por Policiais Civis, em represália à morte do colega detetive", o que "ocasionou sua prisão pela Polícia Civil" (Comissão Nacional da Verdade, 2014a, p. 67), e como vingança pelo detetive morto, foi submetida a torturas. Por outro lado, em um dos processos da Comissão Especial de Desaparecidos Políticos, a família anexou o laudo de necrópsia assim como a transcrição sobre a sua morte. Nele, uma das análises é a seguinte:

> As lesões descritas no crâneo são descritas como feridas irregulares de 60 e 25 milímetros nos parietais esquerdo e direito - essas medidas não são de projéteis, o que confirma a denúncia de que Aurora foi morta sob tortura com a chamada "coroa de cristo", que lhe provocou esmagamento de crânio (Comissão Especial de Desaparecidos Políticos, 1996, p. 6).

E ainda: "Estes dados vêem confirmar que Aurora Maria foi morta sob tortura sendo os tiros se não todos, parte deles, dados quando já estava morta" (Comissão Especial de Desaparecidos Políticos, 1996, p. 5). Pesquisadoras recompuseram parte de seus últimos momentos de vida:

> foi aprisionada viva, dentro de um ônibus onde havia se refugiado, e conduzida imediatamente para a delegacia de Invernada de Olaria. Aurora foi submetida a pau de arara, sessões de choques elétricos, espancamentos, afogamentos e queimaduras. Aplicaram-lhe também a "coroa de cristo", fita de aço que vai sendo apertada gradativamente e aos poucos esmaga o crânio. Morreu no dia seguinte. Entretanto, seu corpo, crivado de balas, foi jogado na esquina das ruas Adriano e Magalhães Couto, no bairro do Méier. A versão oficial divulgada foi de que ela teria sido morta a tiros durante tentativa de fuga (Merlino & Ojeda, 2010, p. 77).

Figura 50 - Aurora Maria Nascimento Furtado na falsa cena de tiroteio montada de sua morte



Fonte: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2015, p. 2

Não apenas o laudo confirmaria esta versão, mas um agente da repressão já tinha publicamente afirmado que a versão oficial não correspondia ao fato consumado. Em depoimento em livro, Adir Fiúza De Castro, que chefiou o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) durante os anos de 1972 e 1973, admitiu a captura de Aurora Maria viva:

> Bom, eu estava no CODI, no I Exército, quando o comandante do DOI me telefonou: "*Chefe, recebi informações que capturaram uma moça, e agora chegaram à conclusão de que deve ser gente nossa. Eu mandei um oficial meu ir lá para identificá-la. Ela está em péssimo estado, não vai resistir nem uma ou duas horas mais.* O senhor quer que a traga?" "Não, não traga coisa nenhuma. *Quem é ela?" Ele disse o nome: "Aurora Maria Nascimento Furtado." Um livro que um desses camaradas escreveu diz que, na Invernada, ela foi submetida à "coroa de Cristo"*, um negócio que aperta a cabeça. Isso não me foi dito nem pelo comandante do DOI, nem pelo oficial que foi à Invernada de Olaria. *Mas, se eles fizeram isso, fizeram crentes de que estavam lidando com uma traficante fria, que matou um dos seus friamente. Acho que essa moça era muito valente, mas não deu entrada em DOI, não "abriu" coisa alguma* (Castro, 1994, p. 77. Destaques nossos.).

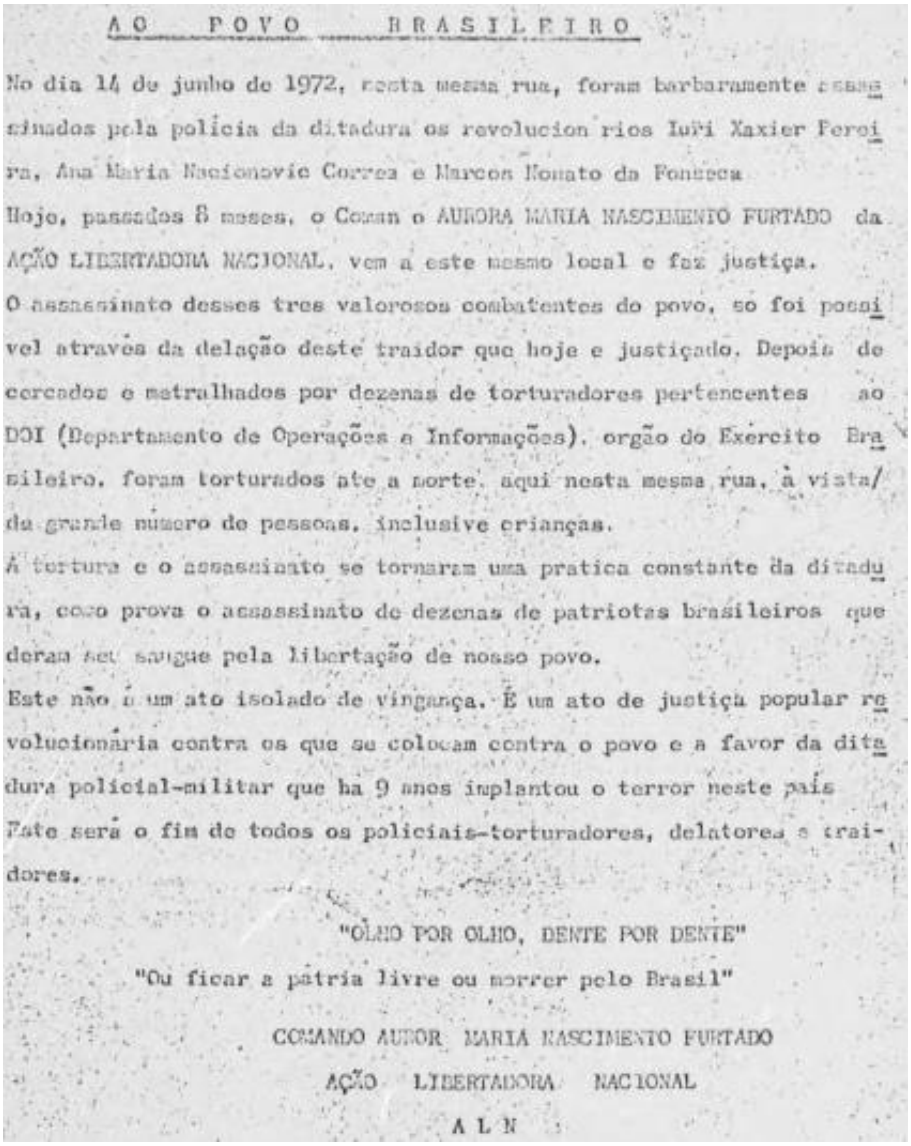
No ano seguinte ao assassinato de Aurora Maria, o mesmo jornal que noticiou sua morte, trouxe matéria de uma ação de justiçamento em que o nome da ex-estudante de psicologia foi trazido a primeiro plano novamente. A ALN formou o Comando Aurora Maria Nascimento Furtado e eliminou fisicamente um comerciante que alguns meses antes delatara aos órgãos de repressão parte dos militantes na clandestinidade. A delação terminou com o assassinato de três militantes pertencentes ao comando militar da ALN. Uma das notícias, com a chamada de capa com o título "Terror mata comerciante em São Paulo", afirmou:

> O comerciante português Manuel Henrique de Oliveira foi morto ontem em São Paulo por *terroristas que deixaram panfletos dizendo-se membros do Comando Aurora Maria Nascimento Furtado, da Ação Libertadora Nacional (ALN).* Após o crime, o grupo fugiu em três carros, um dos quais foi abandonado horas depois.
> O fato ocorreu à porta da Churrascaria Vilela, no mesmo local onde os terroristas Yuri Xavier Pereira, Ana Maria Nacinowic (*sic*) Correia e Marcos Nonato da Fonseca

> morreram há oito meses em choque com agentes de segurança. *Os panfletos espalhados consideram a morte do comerciante "execução de um delator"* (Terror mata comerciante em São Paulo, 1973, p, 4. Destaques nossos).

O panfleto assinado com o nome da ex-estudante de psicologia após o justiçamento e espalhado no local, era intitulado *Ao Povo Brasileiro*. Nele, a organização informava que se tratava de "um ato de justiça popular revolucionária contra os que se colocam contra o povo e a favor da ditadura policial-militar que há 9 anos implantou o terror neste país. Este será o fim de todos os policiais-torturadores, delatores e traidores" (Serviço Nacional De Informações, 1985, p. 7). A figura 51 mostra o panfleto deixado pelo Comando Aurora Maria Nascimento Furtado.

Figura 51 - Panfleto Ao Povo Brasileiro, assinado pelo Comando Aurora Maria Nascimento Furtado da ALN após justiçamento de delator que colaborou com os assassinatos de Iuri Xavier Ferreira, Ana Maria Nacionovic Correa e Marcos Nonato da Fonseca



AO POVO BRASILEIRO

No dia 14 de junho de 1972, nesta mesma rua, foram barbaramente assassinados pela policia da ditadura os revolucionarios Iuri Xavier Ferreira, Ana Maria Nacionovic Correa e Marcos Nonato da Fonseca

Hoje, passados 8 meses, o Coman o AURORA MARIA NASCIMENTO FURTADO da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL, vem a este mesmo local e faz justiça.

O assassinato desses tres valorosos combatentes do povo, so foi possivel através da delação deste traidor que hoje e justiçado. Depois de cercados e metralhados por dezenas de torturadores pertencentes ao DOI (Departamento de Operações e Informações), orgão do Exercito Brasileiro, foram torturados ate a morte, aqui nesta mesma rua, à vista/ da grande numero de pessoas, inclusive crianças.

A tortura e o assassinato se tornaram uma pratica constante da ditadura, como prova o assassinato de dezenas de patriotas brasileiros que deram seu sangue pela libertação de nosso povo.

Este não é um ato isolado de vingança. É um ato de justiça popular revolucionária contra os que se colocam contra o povo e a favor da ditadura policial-militar que ha 9 anos implantou o terror neste país

Este será o fim de todos os policiais-torturadores, delatores e traidores.

"OLHO POR OLHO, DENTE POR DENTE"

"Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil"

COMANDO AUROR MARIA NASCIMENTO FURTADO

AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL

A L N

Fonte: Serviço Nacional De Informações, 1985, p. 7

Se o assassinato de Aurora Maria foi reproduzido na imprensa com a falsa notícia montada pelos agentes do Estado, em que sua eliminação ocorreu por meio de troca de tiros entre revolucionários e agentes da repressão, uma das formas de denúncia das torturas foi através dos panfletos distribuídos nas ações. Ao contrário das forças da repressão que não assumiam suas responsabilidades nas ações que empreenderam e que tiveram na tortura uma prática ampla e institucionalizada, os comandos revolucionários assumiram suas ações, assinando seus panfletos. Não por acaso, a fidelidade do que acontecia no país era questão a ser defendida com a própria vida. Enquanto os militares falsificavam a história, o Comando Aurora Maria Nascimento Furtado defendeu que "a tortura e o assassinato se tornaram uma prática constante da ditadura, como prova o assassinato de dezenas de patriotas brasileiros que deram seu sangue pela libertação de nosso povo" (Serviço Nacional De Informações, 1985, p. 7). A memória de Aurora Maria foi trazida a primeiro plano pela organização a qual ela deu seus últimos anos de vida combatendo a ditadura empresarial-militar.

Mas, se a farsa da morte de Aurora Maria, montada por agentes do terrorismo de estado, foi reproduzida pela imprensa como história oficial para esconder a forma pelo qual uma guerrilheira, ex-estudante de psicologia, foi assassinada em meio a sessão de tortura, por outro lado, a denúncia do ocorrido circulou de diferentes formas nos subterrâneos do país. Fon (1980), ex-preso político que teve seu irmão pertencente a uma turma de formação de guerrilheiros em Cuba, denunciou em livro chamado *Tortura*, lançado em 1979, o assassinato de Aurora Maria:

> foi o torniquete que matou Aurora Maria Nascimento, 26 anos, no DOI-CODI do I Exército […]. Seu atestado de óbito, feito pelo IML do Rio de Janeiro, indica como causa da morte: "dilaceração encefálica" […] seu corpo apresentava um afundamento de dois centímetros em volta de todo o crânio e, devido à pressão do torniquete, seu olho esquerdo saltara do globo ocular (p. 76).

Voltamos aqui ao já citado romance escrita por seu cunhado, Tapajós (1979), membro da Ala Vermelha. Foi uma homenagem que, tendo como contexto a guerrilha urbana das décadas de 1960 e 1970, colocou como central em sua narrativa a personagem Aurora da ALN, protagonista de uma das lutas pela derrubada da ditadura. Os detalhes da morte de Aurora que, ao contrário da história oficial, se negou a entregar seus companheiros enquanto era torturada, foram assim descritos:

> Furiosos, os policiais tiraram-na do pau-de-arara, jogaram-na ao chão. Um deles enfiou na cabeça dela a coroa-de-cristo: um anel de metal com parafusos que o faziam diminuir de diâmetro. Eles esperaram que ela voltasse a si e disseram-lhe que se não começasse a falar, iria morrer lentamente. Ela nada disse e seus olhos já estavam baços. O policial começou a apertar os parafusos e a dor a atravessou, uma dor que dominou tudo […]. Ele continuou a apertar os parafusos e um dos olhos dela saltou para fora da órbita devido à pressão no crânio. Quando os ossos do crânio estalaram

> e afundaram, ela já havia perdido a consciência, deslizando para a morte com o cérebro esmagado lentamente (p. 172).

Anos depois, Tapajós recordou quando recebeu a notícia da morte. Estava encarcerado no presídio Tiradentes, na época em que a sua desativação estava se realizando com a transferência de presos para o presídio do Hipódromo. Havia apenas mais duas pessoas em sua cela, que antes contara com quase três dezenas de presos. Em determinado momento, escutou uma notícia na rádio:

> A notícia, como tantas outras ouvíamos naqueles anos, era de que uma "terrorista", Aurora Furtado, tinha morrido no tiroteio com a polícia. Aquela era uma morte prevista. sabíamos que ia acontecer. Sabemos que ela já devia ter saído do país há meses, mas que continuava militando com aquele compromisso aparentemente irracional de levar tudo até o fim, qualquer fim. Sabíamos que, se fosse presa seria assassinada.
> Ainda assim, ouvir a notícia no rádio um choque. A realidade desaba em cima de mim, naquele momento, um peso das tragédias. De todos que haviam morrido até então, ela era a pessoa mais próxima. Laços familiares nos uniam. Laços de admiração, amizade companheirismo. Embora militasse em outra organização que não a minha, era alguém que eu havia visto, passo a passo, transitar de uma aproximação discreta com o movimento estudantil para um compromisso de vida e morte com a luta clandestina e armada.
> *Lembro que sentei no beliche e disse: "Mataram a Lola". [...] Sabíamos - tínhamos certeza - que a morte não tinha sido como descrita pelo noticiário. Intuímos que a morte tinha sido na tortura.* Não sabemos ainda, como viemos a saber depois, que aquela tinha sido uma das mais terríveis das mortes na tortura, a morte com a "coroa de Cristo", o torniquete apertando lentamente o crânio até esmagar o cérebro. A morte arquetípica da inquisição moderna. A realidade desabava sobre nós e não podíamos fazer nada, a não ser nos debater (Tapajós, 1997, p. 352-353. Destaques nossos).

As cadeias conheciam a figura da ex-estudante de psicologia. Outro encarcerado, Hamilton Pereira da Silva da ALN, que assinava seus escritos com o pseudônimo de Pedro Tierra, rendeu homenagem a Aurora através da arte. O poema *Negavas o Pranto*, escrito no cárcere brasileiro em 1975, foi dedicado "à companheira Aurora Maria do Nascimento, assassinada em 10 de novembro de 1972" (Tierra, 2010, p. 81). Os presos políticos que bem conheciam o funcionamento do terrorismo de estado sabiam da farsa montada sobre sua morte. Se a versão oficial era falsa, a verdade circulou entre os presos. O referido poema predicava a história de um período,

> Naqueles dias cada abraço
> era o derradeiro.
> A mão da morte atenta.
> A noite emboscada nos caminhos obrigatórios (Tierra, 2010, p. 81).

Se, por um lado, o terrorismo de estado operou de modo a desacreditar a luta de quem se opôs à ditadura, existiram outras maneiras de se lembrar aqueles que deram a vida. Em 1979, ainda outro poema lembrava da Aurora, como uma promessa do amanhecer.

Em plena campanha pela Anistia, seu nome foi lembrado ao lado de outros que tombaram na mesma luta. O mesmo autor do poema anterior escreveu *Marcha*, que se inseria

para além do que qualquer fonte oficial do período. Era a própria história dos “de baixo” sendo contada com maior fidelidade com os fatos tal como ocorreram:

> Venho da pátria dos tormentos.
> Venho de um tempo de crimes.
> Venho das chagas que a Noite
> lavrou na carne dos homens.
>
> Não pedirei perdão
> à corte dos meus carrascos
> pelo grito de rebeldia
> arrancado do meu sangue,
> pelo sonho,
> pelas armas,
> pela marcha do meu Povo
> contra os muros! [...]
>
> E canto pela boca destroçada
> do Comandante Carlos Marighella
> dez séculos depois do silêncio,
>
> pela garganta emudecida
> de Mário Alves,
> grito eterno que anda,
>
> pelos olhos vazados
> de Bacuri,
> estrelas sangrando na memória,
>
> pelas cabeças cortadas
> no vale do Araguaia,
> terra de rebelião,
>
> pelo peito metralhado
> do Capitão Carlos Lamarca,
> granito de sonho enterrado
> entre as pedras do sertão, [...]
>
> pelo sangue derramado
> de Aurora Maria do Nascimento,
> promessa de amanhecer.
>
> E me faço boca
> de todas as bocas
> assassinadas,
> canto de todos os cantos
> aprisionados,
> sonho de todos os sonhos
> submergidos
> pela mão armada
> dos carrascos do meu Povo.
>
> Hoje, o Poder se absolve dos seus crimes.
> Mantém à sombra dos seus muros
> os açoites e as vergastas.
> Recolhe sob a manga verde-oliva
> as mãos ensanguentadas dos verdugos
> e espera... (Tierra, 2010, p. 192-193).

Os militares, absolvidos de seus crimes, não foram condenados pela tortura e assassinato da então estudante de psicologia. Cabe ainda um comentário a respeito da história de Aurora. Foi condenada de variadas maneiras. Pelos agentes da repressão, que com a coroa de Cristo a mataram de forma bestial. Pelos jornais, que, taxando-a de terrorista e subversiva, tentaram marcá-la como alguém que tinha delatado parte dos seus companheiros, ao tempo em que encobriram e absolveram seus algozes com o anonimato. De outra forma, ainda que por intenção distinta: foi transformada em vítima por parte da historiografia que emergiu após o período de Anistia e, principalmente, depois da restauração da forma democrática de dominação burguesa no país. Com o descenso dos militares do primeiro plano da vida política, a conciliação com o passado recente ocorreu através da construção de sua imagem como vítima daquele período.

No entanto, é preciso dar a dimensão fidedigna de sua participação na história. Nem terrorista, nem vítima. Aurora Maria Nascimento Furtado foi uma revolucionária brasileira que se radicalizou enquanto cursava psicologia em instituição marcada pela presença de agentes de informação e delatores em período da nova etapa de institucionalização da psicologia no país. Deu aquilo que de melhor tinha pegando em armas contra a ditadura militar-empresarial. A pequenez de seus algozes refletiu a grandeza da luta que travou. Implacavelmente perseguida, foi mais uma eliminada.

3.4 **Entre Jean Piaget, Cabo Anselmo e Sérgio Paranhos Fleury: Pauline Reichstul na VPR**

Mesmo com as depurações e eliminações físicas, a luta contra a ditadura empresarial-militar continuou. Com a crise da VPR, que a saída de Iara Iavelberb bem exemplificou, a organização tentou se rearticular. No entanto, em janeiro de 1973, espalhou-se a notícia de que os órgãos de repressão haviam desbaratado mais uma organização terrorista. Desta vez, no Recife. Como resultado desta ação da repressão, seis militantes pertencentes à VPR foram eliminados. Para os órgãos de imprensa, foi distribuído um comunicado com a versão oficial do ocorrido. No entanto, o que este comunicado não afirmou é que entre os mortos encontrava-se uma psicóloga, que havia trabalhado com Jean Piaget (1896-1980).

Figura 52 - Jornal do Brasil com a foto de Pauline Reichstul, a terceira da esquerda para a direita, caracterizada como terrorista



JORNAL DO BRASIL □ Quinta-feira, 11/1/73 □ 1.º Caderno NACIONAL — 15

Seis terroristas morrem em tiroteio em Pernambuco

Em nota distribuída ontem à imprensa, os órgãos de segurança informaram a morte de seis terroristas, entre eles duas mulheres, ambas estrangeiras. Morreram em tiroteio, no início desta semana, durante diligências para desbaratar um congresso da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) que seria realizado em Pernambuco.

Um dos mortos, Eudaldo Gomes da Silva, 25 anos, tinha sido banido do país em 1970 e para cá voltou após treinamento em Cuba, revela o comunicado. Uma das mulheres, Pauline Reichstul, 25 anos, era tcheca, e a outra, Soledad Barrett Viedma, paraguaia, 28 anos, estava encarregada, segundo a nota, dos contatos do terrorismo brasileiro com ontras organizações sul-americanas.

Reagiram a bala

O aparelho coordenador do congresso da VPR foi localizado numa chácara dentro do loteamento de São Bento, no Município de Paulista, PE, que integra o chamado Grande Recife. Um dos terroristas mortos, José Manuel da Silva (Cirino, Zé Mané, Gordo), 32 anos, foi quem conduziu até o local os agentes dos órgãos de segurança, conforme foi informado.

Eudaldo Gomes da Silva — Jarbas Pereira Marques — Pauline Reichstul — Soledad Barrett Viedma — José Manuel da Silva — Luis Ferreira de Sousa

Fonte: Seis terroristas morrem em tiroteio em Pernambuco, 1973, p. 15

Publicamos abaixo parte da nota com a versão reproduzida pelos meios de comunicação a respeito do assassinato coletivo perpetrado pelo terrorismo de estado brasileiro e que ficou conhecido como Massacre da Chácara São Bento. A reportagem é documento que, por representar a significação social construída pelos representantes ideológicos do golpe de classe, mostrou a forma pelo qual o movimento tendencial do capital operou na particularidade da imprensa durante a ditadura civil-militar:

> A organização terrorista conhecida como VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), autora de vários sequestros de embaixadores no Brasil, está praticamente desarticulada, em face dos revezes sucessivos que vem sofrendo em todo país.
> Seus remanescentes estão presos, outros banidos no exterior e uns poucos elementos de base, foragidos, com dificuldade, inclusive, de sobrevivência. Mesmo assim, a VPR continua a estimular a propaganda subversiva e algumas ações esporádicas, praticadas por um pequeno grupo de terroristas treinados em Cuba. Além disso, vem tentando o regresso de um grupo de militantes que concluiu recentemente o curso de guerrilha nesse país, para, num esforço especial, se reestruturar no Brasil.
> Na sua propaganda invoca a necessidade de se manter acesa a chama do terrorismo, utilizando chavões ultrapassados e diversas palavras de ordem, no objetivo de aliciar estudantes e outros jovens, muitas vezes desavisados e inconscientes, para a realidade destruidora dessa perigosa facção.
> No decorrer das operações de combate às organizações terroristas remanescentes, os órgãos de segurança levantaram, no Nordeste, diversos dados que indicavam a realização de um Congresso Nacional da VPR nos arredores de Recife.
> Constatada a veracidade desses indícios e após ingentes esforços, foi possível o levantamento completo do referido congresso, inclusive o local e a data de sua realização.
> Equipes especiais dos órgãos de segurança cercaram, no dia 8 de janeiro do corrente ano, o aparelho coordenador, localizado numa chácara dentro do loteamento de São Bento, no município de Paulista, cidade que integra o Grande Recife e vinha sendo utilizado como centro de treinamento de guerrilha.
> Nesse local foi dada ordem de prisão aos terroristas que se achavam reunidos, os quais, no entanto, reagiram a bala. Após cerrado tiroteio, foram encontrados no aparelho, alguns terroristas mortos e outros gravemente feridos. Estes, não resistindo aos ferimentos, vieram a falecer. Dois militantes terroristas conseguiram fugir (Seis terroristas morrem em tiroteio em Pernambuco, 1973).

Além do comunicado, biografias de cada um dos mortos foram distribuídas à imprensa. O documento foi expressão fiel de como operou, no plano ideológico, a construção da imagem de terrorista de mais uma psicóloga através das letras de dois ideólogos do processo de modernização-conservadora, a imprensa e o Estado. No caso de Pauline Reichstul, a biografia distribuída à época para os órgãos de comunicação disse que:

> Pauline Reichstul, Silvana, natural da Tcheco-Eslováquia, nascida a 18 de junho de 1947, filha de Selmam Reichstul e Walla Ethel Reichstul, da organização terrorista intitulada VPR/SP, usando o nome falso de Silvana Denaro.
> *Foi amante de Ladislas* (*sic*)*Dowbor, Jamil na Suíça e na Argélia, indo depois, para Cuba, apreender guerrilha.* Frequentou o curso de guerrilha entre 1970 e 1971 juntamente com alguns banidos do Brasil.
> *Veio para o Brasil* a fim de integrar o grupo encarregado da reestruturação da VPR no NE [Nordeste], *tornando-se aqui amante do terrorista banido Eudaldo Gomes da Silva, Zacarias, também morto no Congresso da organização.*
> Era ligada à Amnesty International, colaborando ativamente na campanha de difamação do Brasil no exterior empreendida por essa associação estrangeira.
> Essa ação era facilitada devido seu acesso aos órgãos informativos franceses, segundo revelação de seu próprio irmão, Henri Philipe Reichstul.
> Fazia a ligação entre a VPR e algumas organizações terroristas em atividade na Europa [...] (Seis terroristas morrem em tiroteio em Pernambuco, 1973).

O comunicado e o dossiê, com o perfil e biografia, são claros na descrição de Pauline Reichstul, assim como nas adjetivações utilizadas para construir a sua imagem aos olhos do leitor. Novamente, a utilização da imagem de amante e terroristas. Mas, qual o caminho trilhado por uma psicóloga que pertenceu aos quadros revolucionários da VPR, depois de ter trabalhado com Jean Piaget na Suíça? E quais as motivações que a impulsionaram para assumir parte da luta revolucionária no país em estreita clandestinidade? Vejamos, então, como se deu o encontro da organização revolucionária com esta psicóloga.

Dez anos antes de seu assassinato, ainda como estudante, começou sua formação intelectual. Ladislas Dowbor, que foi durante anos seu companheiro, ajudou-nos a reconstruir a história de Pauline, já que "a gente estudava no mesmo colégio, no Liceu Pasteur, onde havia professores de história, de geografia, de filosofia, que eram muito conscientes. Isso seguramente a formou. Ela era, indiscutivelmente, muito mais politicamente consciente e politizada do que eu" (Dowbor, L., comunicação pessoal, 13 de novembro, 2019). Aquele que traz as lembranças de Pauline Reichstul foi durante as décadas de 1960 e 1970 revolucionário pertencente também à VPR, e responsável por ações revolucionárias como comandar a captura do cônsul do Japão Nobuo Okushi (1917 -?), que resultou na libertação de cinco presos políticos.

Relembrando o período anterior ao golpe preventivo empresarial-militar em que a politização social entrou em processo ascendente através de movimentos artísticos, em momento em que as produções brasileiras se voltavam para a compreensão da realidade

nacional, Ladislau diz que "a gente convivia muito, tinha uma atividade cultural muito intensa. A gente pegava muitos filmes políticos que havia na época. 1962 para 1963" (Dowbor, L., comunicação pessoal, 13 de novembro, 2019). Com a possibilidade de entendimento, ainda que embrionário, do país em que vivia e com o distanciamento entre as classes sociais que operaram por alargar a desigualdade no país, a gradativa conscientização fez parte da trajetória da juventude na década de 1960. Não necessariamente através de literatura especializada, mas pelos elementos que a própria realidade demonstrava. Por isso que:

> A gente estava muito mais buscando compreensão social. *Nem eu, nem ela, tivemos leituras de Marx, assim. A politização não vinha por esse lado, digamos. Vinha muito mais pela indignação ética, de ver a pobreza evidente que você tem no Brasil até hoje, nas ruas, nas calçadas, na forma de tratamento entre as pessoas. Nesse abismo entre as classes. Era muito mais social* (Dowbor, L., comunicação pessoal, 13 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Mas, quem foi Pauline? A tcheca Pauline Reichstul, depois de fazer sua formação escolar básica no Brasil, foi, em 1963, aos seus 17 anos, mandada pelos pais para Israel como forma de dificultar seu relacionamento com um não judeu. O reencontro, não apenas com seu companheiro, mas com parte da história do Brasil ocorreu fora das fronteiras do país[82]. De lá, em Israel, através da rádio, tomaram conhecimento do golpe de classe de 1964 (Dowbor, 2017). Este momento foi lembrado, quando:

> em Israel, que a gente ouviu do golpe de estado. Portanto as ridículas tentativas de reduzir as desigualdades, do João Goulart de aumentar o salário mínimo e de um embriãozinho de reforma agrária, foi suficiente para gerar o golpe de estado. *Pra nós, era um choque* (Dowbor, L., comunicação pessoal, 13 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Com um golpe no país que deixaram, e em local em que as diferenças étnicas eram responsáveis pelo afastamento de camadas inteiras na sociedade, o processo de politização e tomada de consciência se alargou. Em Israel, Pauline teve contato com diversidade de situações e relações. Lá, trabalhou "na beira do Mar Morto, onde ficou em contato direto com a realidade dos beduínos. [...] Eu lembro da gente levar [...] as pessoas para ver os beduínos, assentados com aquela tenda no deserto" (Dowbor, L., comunicação pessoal, 13 de novembro, 2019). Ainda, a situação dos palestinos, separados dos israelenses, foi impactante, já que "você conviver numa situação de ver gente discriminada, gente humilhada é muito forte. E a gente

---

[82] Antes do encontro, Ladislau Dowbor lembrou que: "Eu, entretanto, fui trabalhar no Recife, onde a politização, minha, se deu de maneira extremamente acelerada. Porque era o Pernambuco de Miguel Arraes. Mas, tinha ali Paulo Freire, tinha Gilberto Freire. Tinha um conjunto de contatos que eu tive como jornalista. Eu conheci Celso Furtado. Então, do meu lado, houve uma politização muito forte durante esse ano em que eu fiquei no nordeste. Então foram dois caminhos diferentes [meu e de Pauline]" (Dowbor, L., comunicação pessoal, 13 de novembro, 2019).

estava numa idade muito sensível a esse tipo de problemas" (Dowbor, L., comunicação pessoal, 13 de novembro, 2019). A própria judia em Israel teve de repensar sua posição no interior desta sociedade, já que:

> Israel não é uma sociedade democrática. É uma sociedade profundamente discriminatória. É controlada por grupos religiosos e militares, especialmente por uma direita virulenta, profundamente racista. Mas como o país, Israel tenha os seus algozes e ter suas vítimas. A gente sempre muito mais pelo lado das vítimas do que do lado da chefia (Dowbor, L., comunicação pessoal, 13 de novembro, 2019).

A presença em Israel, assim como a permanência não foi produto de uma escolha, mas imposição familiar que, quando possível, foi abandonada através de

> uma admirável consulesa da Dinamarca, emocionada pela situação de Pauline, que se sentia enjaulada em Israel, deu um visto de três meses em condições bastante irregulares. Com isto pudemos obter um visto para a Itália. Pauline criara ódio por Israel, pelo controle permanente que ali sofrera, e queria desesperadamente sair, se sentir livre, dona de si (Dowbor, 2000, p.9).

Tendo partido inicialmente pela Itália, se estabeleceram na Suíça, quando Pauline começou a estudar psicologia na Universidade de Genebra em 1966, sendo que "estudou com Jean Piaget" (Carvalho, 1998, p.417). Outra referência diria ainda que "Pauline abandonou o trabalho que fazia como educadora em Genebra, num grupo ligado a Jean Piaget" (Patarra, 1992, p.242).

Sobre a conclusão de seus estudos, "graduou-se em Psicologia pela Universidade de Genebra em 1970" (Comissão Nacional da Verdade, 2014b, p.1147). É por este motivo que Dowbor (2000) teve acesso ao biólogo e psicólogo suíço e lembrou deste encontro proporcionado por Pauline Reichstul:

> Tive a sorte de conhecer Piaget, seguramente um dos gigantes da teoria do conhecimento. Para o seu último curso, Piaget, já idoso, convidou matemáticos, biólogos, economistas e outros para discutir metodologias científicas. Fui dos felizes convidados, em parte graças a Pauline que estudava com ele, em Genebra (Dowbor, 2000, p.20-21).

Ainda, a psicóloga Pauline Reichstul participou de curso ministrado por Jean Piaget que culminou no livro *Epistemologia Genética*, publicado originalmente em janeiro de 1970, quando:

> um curso que a gente assistiu juntos, inclusive, porque o Piaget [...] convidou para o último curso que ele deu, que levou ao livro Psicologia Genética. Perdão, Epistemologia Genética, que era como o Piaget pensando como ele tinha desenvolvido a compreensão da inteligência. Então, quando você tem uma criança, por exemplo, de uma certa idade, você tá mostrando uma coisa que essa criança gosta e esconde atrás das costas, a criança se desinteressa. A partir de um momento determinado, se você esconde, ela sabe que a coisa continua. Ela quer saber onde está. [...]
> *Então, toda essa compreensão da complexidade do desenvolvimento humano era as coisas que a gente mais discutia, que mais interessava.* [...] O Piaget, que vai estar

> inclusive na Epistemologia Genética, no trabalho dele, pro Piaget entender, por exemplo, na evolução da inteligência você tem pequenas mudanças quantitativas e, de repente, você muda o sistema de como você concebe e relaciona os seus conhecimentos. Que é muito próximo, na visão dele, do Marx que estuda como uma sociedade agrária vai se desenvolvendo e, de repente, o conjunto das atividades da manufatura geram um conjunto de mudanças de sistema. O acúmulo de mudanças quantitativas que gera mutações qualitativas. Que é a base do conceito de dialética. Então, *a gente tinha muito dessa aproximação sobre os processos científicos, e era legal porque o Piaget não estudava a psicologia porque é um indivíduo, ou como se forma uma criança, não. Ele faz a ponte com a transformação da sociedade*. Até hoje, você lê Piaget em termos de epistemologia é de uma riqueza imensa. A metodologia científica" (Dowbor, L., comunicação pessoal, 13 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Ainda sobre o interesse de Pauline Reichstul por questões da psicologia educacional, Dowbor (2019) afirmou que

> Ela tinha consciência do alto nível, que era essa discussão. Outra, que ela se interessava muito pelo lado da educação. [...] E isso levava a uma compreensão crítica de uma educação que não estava levando em conta os graus de amadurecimento da inteligência da criança (Dowbor, L., comunicação pessoal, 13 de novembro, 2019).

O período de formação em psicologia em que Pauline Reichstul passou em Genebra trabalhando com Jean Piaget foi momento principal de seu desenvolvimento no campo intelectual, pois "os estudos que ela tinha lá em Genebra eram muito mais intensivos em termos de presença universitária do que que os meus" (Dowbor, L., comunicação pessoal, 13 de novembro, 2019). É por isso que ela se manteve naquele país em um com um ascendente processo de lutas de libertação nacional no Terceiro Mundo, ainda que algumas dessas expressões fossem sentidas na Europa.

No período em que esteve na Suíça travou os primeiros contatos com imigrantes africanos, exilados brasileiros e processos de lutas armadas de libertação nacional que se desenvolviam ao redor do mundo. Ladislau nos relatou a relação de Pauline com revolucionários brasileiros apartados de seus país de origem:

> Existia, porque o pessoal de Paris frequentemente vinha lá na Suíça. A gente tinha contatos. Tinha um amigo, que é do mesmo colégio por acaso [...] com que a gente tinha contato. Ele, inclusive, que me colocou em contato com os brasileiros. Com o velho [José Maria Crispim] Crispim[83], que era um articulador, hoje falecido, desses grupos em Paris. E não é tão distante. São algumas horas de trem. Tinha esses contatos. Depois, *tinha gente de Paris que vinha ficar com a gente, não só o*

[83] Ladislau Dowbor refere-se a José Maria Crispim (1911 - ?), velho militante do PCB, e que se aproximou da ALN. A referência ao *velho Crispim*, como um dos elos de ligação entre organizações de combate no Brasil e a circulação de denúncias em outro continente, foi parte do enraizamento da luta dentro da própria família e se expressou na maneira pelo qual o terrorismo de estado brasileiro impactou diferentes gerações familiares. Sua esposa, Encarnación Lopes Peres (1916 – 1987) foi também do PCB e se juntou à VPR na luta armada no Brasil, tendo sido presa e libertada em uma das capturas de embaixador. Joelson Crispim (1948 - 1970), seu filho, pertenceu à VPR e foi assassinado. Denise Peres Crispim, sua filha, também foi da VPR, presa e torturada quando estava grávida, tendo sua vida descrita no documentário *Repare Bem*. Seu cunhado foi Eduardo Collen Leite (1945 - 1970), o Bacuri do MRT, também assassinado.

> *Fernando, como outros. Naturalmente, à medida que chegavam até a gente as coisas, que no Brasil eram pouco conhecidas, mas no exterior, eram divulgadas as mortes, a violência, a tortura. Tudo isso aqui na Europa era muito divulgada. Então, a politização minha e da Pauline, nesse sentido, a nossa radicalização veio junto nesse processo* (Dowbor, L., comunicação pessoal, 13 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Não apenas brasileiros, mas o ex-dirigente da VPR, conhecido por sintetizar em um dos documentos de sua organização posições políticas das lutas de países africanos, entre elas as do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) de Amílcar Cabral (1924 - 1973), lembrou de contatos de militantes das lutas de libertação nacional africanas com a psicóloga. Já que, "a Suíça, na época em Lausanne, tinha uma comunidade que tinha muita gente da Argélia, recém independente. Você tinha estudantes de vários países da África na Suíça" (Dowbor, L., comunicação pessoal, 13 de novembro, 2019). O constante contato com militantes de mundo inteiro, em momento de intensas lutas de classes agudizadas, fez parte do processo de politização da psicóloga em formação:

> *Mas o que era muito chocante era que estávamos saindo da era do colonialismo. Saindo da época de uma barbárie que um país se diz dono de outro país.* Que que é isso? Agora, a guerra do Vietnã, na Europa, era todo dia. Todo dia na mídia, os massacres, os bombardeios, o agente laranja, bombardeio químico sobre o Vietnã, os massacres. Isso pegava muito na gente. Os massacres da luta contra o apartheid na África do Sul. A gente vinha de Israel, sentido aquelas coisas, já a tinha notícias do Brasil. Na época, tinha que se dar conta que tinha guerrilhas da América Latina, num conjunto de países. Da América Central, por toda parte. Na realidade, esses anos são anos extremamente pesados. Não à toa, a quantidade de manifestações que tinham nos Estados Unidos, por exemplo. Imensas. Como você pode aceitar o tipo de massacres que estavam se dando por toda parte. Então, é muito mais importante. Claro que a gente lia Marx, a gente leu [Regis] Debray, a gente leu livros da [editora] Maspero. A gente leu o livro da História do Colonialismo. Nós estamos saindo de um tipo de barbárie, mas a gente estava morando num oásis, dos trinta anos de ouro da Europa. Uma prosperidade. E convivendo com gente do Haiti, que nos contavam as barbáries. Com gente do Irã, onde muitos refugiados terminam na Suíça. Em geral, quando tem certos meios, a família. Era a barbárie. O sistema de tortura da SAVAK [a polícia secreta do Irã], por exemplo no Irã, montado, em grande parte, com os norte-americanos. A gente tinha relato direto de pedaços de famílias refugiadas, e coisas do gênero. Um grande amigo [...] de Uganda, por exemplo, Tutsi [um grupo étnico rebelde], dos que tinham sido massacrado lá, de toda a família. Então, era muito pouco. *Tipo, você lê Marx, que bonitinho e tal. Era muito mais indignação do que teoria* (Dowbor, L., comunicação pessoal, 13 de novembro, 2019. Destaques nossos).

A editora francesa citada por Lasdislau Dowbor, foi criada por François Maspero (1932 - 2015) e serviu como aglutinadora de escritos terceiro mundistas publicados em território europeu, como o brasileiro Paulo Freire, o argentino Che Guevara. Foi também o editor de *Os Condenados da Terra* de Franz Fanon, que à época do livro já era militante da Frente de Libertação Nacional (FLN) na Argélia, organização com a qual os dois militantes da VPR tiveram travaram contatos nos anos seguintes.

Com a radicalização das lutas de libertação nacional, Lasdislau Dowbor juntou-se à VPR em 1968, vindo para o Brasil. Enquanto Pauline Reichstul "fica na Suíça, porque ela ainda estava terminando os estudos" (Dowbor, L., comunicação pessoal, 13 de novembro, 2019). Eles, no entanto, não conseguiram manter correspondências durante este período, "porque é muito difícil você viver a vida clandestina e você fazer contatos. Mas com a Pauline não [mantive], porque era muito difícil. Não era um caso de escrever cartas, não podia dar o endereço" (Dowbor, L., comunicação pessoal, 13 de novembro, 2019). Era momento em que existia "a dificuldade de comunicação numa fase de guerras, de lutas que tornavam difícil o processo" (Dowbor, L., comunicação pessoal, 13 de novembro, 2019).

Mas não bastava indignação pessoal e voluntarismo individual para transformação da realidade. E a psicóloga sabia disso. Não por outro motivo que o processo de conscientização de Pauline Reichstul convergiu para a sua entrada na VPR.

Foi quando os prisioneiros políticos brasileiros foram libertados na Argélia. Com o desenvolvimento da luta armada no Brasil, e com a consequente ofensiva das forças de informação e repressão, as prisões se encheram de dissidentes políticos de variadas organizações revolucionárias. As capturas de figuras diplomáticas foram moeda de troca que os revolucionários encontraram para a libertação de presos políticos. Em uma delas, o já citado Ladislau Dowbor comandou a captura do cônsul japonês Nobuo Okushi, em que o "Comando Lucena"[84] em março de 1970, agindo em forma de "Frente" com a aliança entre a VPR, Resistência Democrática (REDE) e MRT, pediu a libertação de cinco presos. Após a libertação, o cerco aos revolucionários que participaram do "Comando Lucena" aumentou, e os participantes foram capturados. Entre eles, Ladislau. No entanto, outra captura, do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben (1909 - 1988) em junho de 1970, em ação conjunta entre a VPR e a ALN, o libertou. Seu nome constava na lista de 40 presos políticos que foram enviados para a Argélia.

Em 1973, Pauline Reichstul saiu de Genebra, deslocando-se para a Argélia. E foi através do contato com os presos brasileiros libertados que a psicóloga entrou na VPR. Sobre este momento particular, o revolucionário recém libertado relembrou que "quando eu tô exilado na Argélia, e ela vem para a Argélia me encontrar. E ali eram os quarenta daquele grupo. Tinha a VPR, a ALN, enfim, os quarenta. Mas ela entrou na VPR diretamente com o contato comigo" (Dowbor, L., comunicação pessoal, 13 de novembro, 2019). Em solo argelino, Pauline e Ladislau encontraram-se finalmente. No entanto,

---

[84] O nome do Comando foi homenagem ao revolucionário Antônio Raymundo Lucena (1922 - 1970) da VPR, assassinado na lura contra a ditadura empresarial-militar brasileira.

> a luta continuava. Pauline, que viera me encontrar na Argélia, foi enviada ao Recife, tentando salvar companheiros ameaçados. Morreu junto com eles. Entrou na luta quando eu dela saía, e já estávamos distantes. Não por sentimentos, mas pela própria loucura e tensão dos tempos (Dowbor, 2000, p.30).

Chizuo Osava (1945 -), mais conhecido como o Mario Japa da VPR, que foi um dos brasileiros libertados que passaram pela Argélia, lembrou que "a maioria ficou ali dois ou três meses e se mandou para Cuba, onde se podia contar com um apoio mais ativo, como treinamento, formação profissional e condições para seguir como revolucionários profissionais" (Osava, 2011, p.254). Também Pauline Reichstul deslocou-se para Cuba. Ladislau Dowbor confirmou a sua ida para treinamento guerrilheiro na ilha. E completou: "Da Argélia vai para Cuba. Depois de Cuba, ela vai para o Brasil via Europa. Porque tinha um caminho clandestino de entrada" (Dowbor, L., comunicação pessoal, 13 de novembro, 2019).

Ainda em território argelino, a psicóloga travou contatos com a FNL, da qual Franz Fanon fizera parte. Os exilados que passaram pelo país do norte da África já haviam escrito sobre a obra do conhecido escritor da Martinica, inclusive Ladislau Dowbor e Pauline Reichstul[85], pois mantinham contatos com exilados argelinos na Suíça. Sobre Fanon, Dowbor fez questão de afirmar:

> o Fanon tinha essa dimensão de compreensão psicológica, psiquiátrica, por assim dizer, que é uma dimensão que muitas pessoas não entendem que não é você ler o Marx e sair de livro vermelho [de Mao Tse-tung] na mão. Ele tinha a dimensão de como determinados processos geram indignação. Geram, não o revolucionário no sentido de visão política, mas gera o homem revoltado. A indignação como motor de transformações. Pra mim, é uma dimensão essencial, que eu tinha sentido no Recife, tinha sentido em Israel, no modo de desprezo como eles tratavam, profundamente discriminatório mesmo, de racismo com as comunidades árabes (Dowbor, L., comunicação pessoal, 13 de novembro, 2019).

Relevante dizer que, na Argélia, a VPR travou contatos com múltiplas organizações revolucionárias, entre elas, o Partido dos Panteras Negras dos EUA, Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Frelimo, etc. Sobre a participação da psicóloga, o ex-dirigente ainda nos disse:

> Olha, a gente teve um contato juntos, muito interessante, com Lisa Moon. Lisa Moon que tinha sido condenado à morte. Era um dirigente importante da comunidade Cabília, os "cabis" [Cabilas], eram uma comunidade importante. Não são árabes. Tem os *berbers* [berberes, em português]. Então, muito interessante. A gente, por alguma razão, a gente acabou indo visitar uma prisão na Cabília. Também contatos que a gente

[85] Para a troca de cartas entre Franz Fanon e Maspero, o livro *Alienation and Freedom*, cuja tradução brasileira não contém todo conteúdo do original, mostra uma imagem de um desses momentos. Não deixa de notável, que a editora foi também responsável pela edição na França de outros autores terceiro mundistas, incluindo o brasileiro Paulo Freire, com quem o entrevistado trabalhou nos anos seguintes em países africanos, como Moçambique. É ali que Ladislau Dowbor tem contato direto com Eldridge Cleaver (1935 - 1998) do Partido dos Panteras Negras, e citado em uma das cenas do filme Judas e o Messias Negro, ganhando dois Oscar em 2021, de quem "ficou muito amigo e que depois virou bandeira. Curiosamente. Foi desagradável, publicou coisas renegando todo o movimento. O que foi uma pena. Mas a gente tinha contato com eles, com gente da Argélia" (Dowbor, L., comunicação pessoal, 13 de novembro, 2019).

> fez com que a Iaher IaBrick, que dirigia o sistema de formação profissional na Argélia. Então a gente discutia com eles, as formas da gente utilizar a formação profissional dos jovens no sentido de uma politização, de uma transformação, porque a Argélia também gerou, muito rapidamente, quem está em cima e quem está embaixo. A desigualdade é o nosso desastre comum, nosso câncer. Você esperar que o andar de baixo aceite tranquilamente a sua humilhação, ou que o andar de cima entregue os pontos. Estamos em permanência neste processo. Processo que continua hoje, como problema central no planeta todo (Dowbor, L., comunicação pessoal, 13 de novembro, 2019).

A última vez que Ladislau Dowbor esteve com a psicóloga, "foi quando ela saiu da Argélia. Inicialmente, para a Suíça. Ainda tinha que resolver as coisas. Esse foi o último contato que eu tive com ela" (Dowbor, L., comunicação pessoal, 13 de novembro, 2019). Já sobre o ano de 1972, afirmou que "estamos sem contato. Porque ela já estava em Cuba" (Dowbor, L., comunicação pessoal, 13 de novembro, 2019). Ainda, em solo europeu, antes de Pauline embarcar e se aprofundar na clandestinidade no Brasil, lembrou que "alguns anos atrás eu encontrei uma grande amiga da Suíça, no tempo de estudante dela, encontrei ela em Paris e ela me disse: "Olha, fui eu que acompanhei a Pauline no aeroporto, em Milão, quando ela embarcou para o Brasil" (Dowbor, L., comunicação pessoal, 13 de novembro, 2019).

Pela contingência da vida de guerrilheiros que levaram, nem sempre estiveram juntos. É por isso que, como lembrança final de Pauline, Ladislau afirmou que "sobrevivi eu, morreria ela, anos mais tarde, nas mãos da ditadura. Mas ficara gravada em ambos uma sensibilidade exposta, uma consciência do absurdo das coisas, uma ânsia de solidariedade humana" (Dowbor, 2000, p.125). Depois de treinamento em Cuba, e feita a rota clandestina, Pauline chegou ao Brasil para integrar as fileiras da luta armada.

Foi morta no massacre da Chácara São Bento[86]. Ali, foram mortos, além de Pauline, a paraguaia Soledad Barret, Eudaldo Gomes da Silva, Jarbas Pereira Marques, José Manuel da Silva e Evaldo Luís Ferreira de Souza (Miranda, Tibúrcio, 2008). A responsabilidade pela ação de captura e assassinato, que culminou com a morte da psicóloga Pauline Reichstul, foi o agente infiltrado Cabo Anselmo[87]:

> Para tanto precisavam do "serviço" de pessoas com trânsito livre entre as organizações e militantes de esquerda que estavam no exílio. O cabo Anselmo e Alberi são os mais famosos desses agentes que, disfarçados de membros da resistência, agiram com

[86] Em 8 de janeiro de 1973, Cabo Anselmo, agente infiltrado, informou a localização de um grupo de militantes a uma equipe de policiais do DOPS, chefiada por Sergio Paranhos Fleury. Na versão montada pelo Estado, existiu um confronto armado que terminou com os militantes mortos. Na versão reconstruída a partir de testemunhos e relatos, as seis vítimas foram sequestradas em lugares diferentes de Recife, levada para a Chácara São Bento, onde foram torturadas e mortas, sem combate (Miranda & Tibúrcio, 2008).

[87] Cabo Anselmo, que ganha destaque como um dos revoltosos na Revolta dos Marinheiros poucos dias antes do golpe de 1964, consegue sintetizar os piores momentos da ditadura brasileira. Antigo marinheiro que se tornou um agente infiltrado em organizações da luta armada, contribuiu para a morte de dezenas de militantes, entre eles, Soledad Barret, sua companheira grávida de um filho seu, quem foi entregue a Sergio Paranhos Fleury, membro do Esquadrão da Morte. Como ainda está vivo, é possível ver a sua participação em programas de televisão e vídeos na internet com personagens como Olavo de Carvalho e Lobão.

> desfaçatez e atraíram para a morte exilados que estudavam, trabalhavam ou constituíam família no exterior.
> O ex-cabo Anselmo é o responsável por várias prisões e mortes de militantes de esquerda. Ele montou uma armadilha que, no dia 8 de Janeiro de 1973, resultou na morte de Eudaldo Gomes da Silva, Evaldo Luiz Ferreira de Souza, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva, Pauline Philippe Reichstul e Soledad Barret Viedna. Esses militantes da VPR foram presos, torturados e assassinados. Seus corpos apareceram numa chácara em São Bento, na Grande Recife (Palmar, 2012, p.14).

O maior infiltrado dos órgãos de repressão durante a ditadura, Cabo Anselmo é um dos personagens que também escreveu sua história. Sua autobiografia foi prefaciada por Olavo de Carvalho. *Minha Verdade* é a justificação pessoal de quem entregou à morte dezenas de pessoas para serem torturadas e assassinadas. O delator afirmou que:

> Uma militante, Pauline Reichstul, necessitava de cuidados médicos devido à gravidez complicada. Na ocasião, Soledad a atendeu e deu ajuda necessária. Mesmo assim, não ficamos sabendo onde morava, o que fazia ou com quem estava. Mas a polícia sim: vigiava cada passo, desde a entrada na área. Aquilo era uma guerra e o objetivo de uma guerra é "forçar o adversário a submeter-se a nossa vontade". O adversário era o movimento comunista internacional contra o Estado brasileiro, com a nação no meio do fogo cruzado (Anselmo, 2015, p.193-194).

A versão do delator é que a mulher grávida e que foi assassinada não era sua companheira Soledad Barrett (1945 - 1973), como amplamente reproduzido pela imprensa, mas a psicóloga Pauline Reichstul. Recentemente, reafirmou esta versão. Lembrou que jamais recebeu por este trabalho. Ao contrário, o realizou porque acreditava na atividade que desenvolvia: "A verdade é que nunca fui remunerado por aquele trabalho prestado [...]. Meu "partido" é uma inteireza que se chama Brasil" (Anselmo, 2015, p.228-229).

> Outro personagem, o irmão de Soledad Barret, lembrou que enquanto estavam na chácara em que vivia parte da militância clandestina, observou-se que Na madrugada chegaram de repente Pauline e Eudaldo, que são os que viviam no sítio de São Bento e chegaram a ir ao apartamento porque estavam vendo que havia muito movimento em sua área. [...] Contando que havia evidentemente gente estranha em lugares estranhos, em horas estranhas [...] e que estavam sendo vigiados (Barret, 2012).

Sobre o sequestro de militantes pelos agentes da repressão, diferente daquilo que foi amplamente relatado pela imprensa da época, Jorge Barret lembrou que: "Fomos até o centro de Recife. Anselmo, Soledad, Pauline, Eudaldo e eu. Cinco pessoas. [...] Pauline e Soledad tomaram um ônibus e foram a uma botique na praia de Boa Viagem e foram detidas pela polícia" (Barret, 2012).

Não é de surpreender que a versão forjada e que foi amplamente divulgada, se baseou em mais uma farsa para encobrir os crimes perpetrados por agentes do Estado. Uma testemunha ocular que acompanhou o sequestro de Pauline informou que:

> [...] a Pauline foi morta no local. Pauline tentou tirar uma arma do seu bolso. Em um momento o policial que estava atrás dela deu uma coronhada na nuca, ela caiu no chão

> e ele continuou batendo na cabeça. A autopsia concluiu que ela morreu com golpes na cabeça (Barret, 2012).

A reconstrução do Massacre da Chácara São Bento, em outra referência bibliográfica, nos dá mais informações sobre o assassinato da psicóloga:

> Naquela noite, Eudaldo e Pauline, seguindo orientações da organização, foram dormir no apartamento de Anselmo e sua companheira, onde já se encontrava Jorge Barrett Viedma, irmão de Soledad, que chegara havia pouco do Chile.
> Na manhã do dia 8, saíram todos de carro para o centro do Recife. As duas mulheres foram as primeiras a descer para visitar a dona da butique Chica Boa, Sonja Maria Cavalcanti de França Lócio, da qual Soledad era fornecedora de blusas bordadas. Mais adiante, o carro foi estacionado e Anselmo chamou Jorge para segui-lo até um bar próximo. Eudualdo ficou no carro esperando.
> Entre 09h e 10h, Sonja estava atendendo Soledad e Pauline na garagem de sua casa, na qual funcionava a butique, quando cinco homens invadiram o local e atacaram as duas visitantes por trás, arrancando-lhes as bolsas e agarrando suas mãos. [...] começaram a dar murros e coronhadas em Pauline, que caiu no chão. Presa pelas mãos, Soledad apenas perguntava "Por quê? Por quê?"
> Quando o marido de Sonja apareceu, um dos homens sacou o revólver e avisou que era da polícia, mandando que ele ficasse quieto e fosse cuidar da sua mulher, que estava encostada na parede, chorando. Pauline foi amarrada pelas mãos e jogada no chão de uma Variant com o emblema do Incra, placa oficial nº7831, que saiu em disparada com homens pisando em seu corpo (Miranda, & Tibúrcio, 2008, p.357)

Não apenas a reconstrução do momento do sequestro e do assassinato, mas os detalhes de como foi o tratamento após a morte da psicóloga, quando testemunha reconheceu o seu cadáver:

> O corpo de Pauline, desfigurado, com a boca arrebentada e marca de ferimentos na cabeça e na testa, estava despido sobre uma mesa. Mercia também cobriu-o, usando uma toalha de mão, das grandes, do próprio necrotério (Miranda, & Tibúrcio, 2008, p.358).

O relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) ajudou a elucidar algumas questões, e trazer à tona depoimentos sobre a época. No terceiro volume do relatório, que trata especificamente dos mortos e desaparecidos políticos, o assassinato de Pauline Reichstul foi retomado com novos depoimentos, como os Jorge Barrett Viedma e Sonja Maria Cavalcanti de França, assim como do ex-sargento do exército Marival Chaves Dias do Canto. Assim, foi possível traçar alguns dos últimos momentos da vida da psicóloga, bem como após sua morte, pelo testemunho da advogada Mércia de Albuquerque Ferreira, que viu seu corpo.

Das informações que o relatório trouxe, grande parte delas podem ser encontradas em bibliografias mais antigas, como aquelas que utilizamos. Mas algumas informações importantes e mais detalhadas aparecerem aqui. A data de sua morte e o envolvimento direto de Sergio Paranhos Fleury[88]:

---

[88] Sua fama de bandido comum era amplamente conhecida: "[...] evidente que o delegado Fleury, não havia entrado para o Esquadrão da Morte" para prestar o que alguns policiais acreditavam ser um serviço de

> Pauline foi morta, junto com outros cinco integrantes da VPR, entre os dias 8 e 9 de janeiro de 1973, no episódio conhecido como massacre da Chácara São Bento, em operação conduzida pela equipe do Delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DOPS/SP, com a colaboração do ex-cabo José Anselmo dos Santos, que era dirigente da VPR e atuava como agente infiltrado. O "Cabo Anselmo" era controlado por Fleury e suas ações eram acompanhadas por agentes do Estado, tendo contribuído com a captura e morte de vários militantes políticos (Comissão Nacional da Verdade, 2014b, p.1147-1148).

Cabo Anselmo se reportou diretamente a Fleury nos assassinatos em Pernambuco. Ao contrário do que foi divulgado pela repressão e amplamente reproduzido pela imprensa, e que havia sido confirmado por um número reduzido de testemunhas oculares, não houve tiroteio na captura daqueles que foram assassinados no Massacre da Chácara São Bento. Tampouco foi verdadeira a informação de que existia um congresso da VPR no momento dos assassinatos: "as investigações [...] comprovaram que não houve tiroteio, que os militantes foram capturados em lugares e ocasiões diferentes e mortos sob tortura, de modo que o tiroteio foi somente uma encenação para justificar as mortes" (Comissão Nacional da Verdade, 2014b, p.1148).

Sobre os depoimentos de Jorge Barret e Sonja Cavalcanti:

> Em depoimento prestado para a CEMVDHC, Jorge Barrett Viedma, irmão da Soledad e, na época, simpatizante da VPR, narrou que Pauline e Eudaldo dormiram no "aparelho" de Anselmo no dia 7/1 e que, na manhã do dia seguinte, todos saíram para o centro de Recife em carro dirigido por Anselmo, sendo que Pauline e Soledad foram deixadas na boutique de Sonja Maria Cavalcanti de França Lócio, em Boa Viagem. Sonja Cavalcanti, proprietária da boutique Chica Boa, declarou à CEMDP, em 1996, que Pauline e Soledad foram capturadas em sua boutique por cinco homens que se diziam policiais e estavam em um carro do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Sonja relatou que a ação foi muito violenta, que os homens espancaram Pauline, acertando-a até com coronhadas, e que as duas mulheres foram levadas amarradas (Comissão Nacional da Verdade, 2014b, p.1148-1149).

Não apenas os captores eram agentes do Estado, como o carro utilizado também pertencia a órgãos públicos. O terrorismo de estado operou com todas as articulações e coordenações que deram a possibilidade de cumprir a tarefa de eliminar fisicamente os quadros da VPR. Outro depoimento importante foi o de Sonja à CEMVDHC, em que

> [...] reconheceu o Delegado Sérgio Paranhos Fleury como um dos responsáveis pela captura de Soledad e Pauline em sua boutique. No mesmo dia em que elas foram capturadas, foram efetuadas as prisões de Eudaldo, de Jorge Barrett e sua esposa. Jorge Barrett relatou para a CEMVDHC que Fleury também participou da sua detenção. Houve, portanto, uma ação coordenada que resultou nas prisões, indicando que ao menos duas equipes atuaram na operação de cerco aos militantes (Comissão Nacional da Verdade, 2014b, p.1149).

Importante salientar que Fleury e Anselmo não agiram sozinhos. Tiveram duas equipes que os ajudaram a completar a tarefa. O depoimento do ex-sargento do Exército Marival

---

público, com a eliminação de bandidos, mas sim para auferir das vantagens do tráfico de entorpecentes em São Paulo" (Bicudo, 1976, p.69)

afirmou que a operação “contou com a participação, pelo CIE, de José Brant Teixeira, Paulo Malhães, Félix Freire Dias e Rubens Gomes Carneiro (o Laecato). Também informou que a operação foi paga com recursos do CIE, com verbas descaracterizadas” (Comissão Nacional da Verdade, 2014b, p.1149). Ou seja, o nome e o local onde podem ser encontrados os assassinos de Pauline Reichstul sempre estiveram à disposição do Estado brasileiro.

A advogada Mércia de Albuquerque Ferreira foi uma das pessoas que teve acesso aos corpos das vítimas no necrotério. Em seu depoimento prestado em 1996, à CEMDP, sobre as condições do corpo de Pauline, disse que: “tinha a boca arrebentada, tinha marcas pela testa, pela cabeça e o corpo muito marcado” (Comissão Nacional da Verdade, 2014b, p.1149). O Laudo de Perícia em Local de Ocorrência registrou: “O corpo apresentava as seguintes lesões, todas características das produzidas por projétil de arma de fogo, que caracterizam execuções de pessoas indefesas” (Comissão Nacional da Verdade, 2014b, p.1149).

Figura 53 - Pauline Reichstul assassinada



Fonte: Documentos Revelados, 2011

Ainda o laudo da Inspeção Médico Legal de corpo e o laudo da Perícia Tanatoscópia descreveram: “tanto “escoriações e equimoses violáceas, generalizadas”, que são lesões próprias de vítimas de violência e tortura, e não de tiroteio” (Comissão Nacional da Verdade, 2014b, p.1149). Não basta executar e eliminar aqueles que são parte da resistência, o terrorismo de estado precisa mentir, falsificar e esconder provas para que o acesso à verdade sobre o caso seja impedido. Para completar a barbárie do terrorismo estatal, “embora os órgãos de segurança soubessem a identidade de Pauline, ela foi considerada desconhecida e sepultada como indigente” (Comissão Nacional da Verdade, 2014b, p.1149).

4 A GUERRILHA URBANA E OS DIFERENTES AGRUPAMENTOS: A CONTINUIDADE NA PROFISSÃO APESAR DAS DEPURAÇÕES NA NOVA ETAPA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PSICOLOGIA

No capítulo anterior, tratamos dos agrupamentos que fizeram a opção de combate imediato nas cidades, utilizando suas forças para ações de enfrentamento contra a ditadura empresarial-militar. Utilizamos como critério para este trabalho aquelas frações que foram retiradas do processo de institucionalização da psicologia com a eliminação física ou com o afastamento das instituições da psicologia de que fizeram parte. Neste capítulo, continuamos tratando dos agrupamentos que fizeram a opção de combate imediato nas cidades. No entanto, encontram-se aqui casos representativos daquelas frações que, mesmo com os obstáculos colocados pelo terrorismo de estado na nova etapa de institucionalização da psicologia, mantiveram-se ou conseguiram retornar às atividades profissionais. Desenvolveram no interior da ciência psicológica práticas influenciadas pela militância em suas organizações políticas. Encontram-se aqui professores universitários, um fundador de curso de psicologia, uma psicóloga que realizou atendimentos psicológicos de presos recém saídos da tortura etc. Foram pertencentes a organizações como ALN, Polop, Poc e PCBR.

4.1 A prisão de um setor da POLOP e a formação do POC: uma psicóloga encarcerada com atendimentos de torturadas dentro de sua própria cela

> Diga apenas Boa Noite
> Saia ao menos à janela
> Para ouvir o meu cantar
>
> Companheiros
> Confiança no Futuro
> Que um dia nos faremos
> Uma manhã cheia de sol
> (No final entoar a Internacional)
>
> *Marily Bezerra 1971 conforme citado em Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 201989.*

[89] Música Boa Noite composta na prisão por Marily Bezerra da Polop e cantada no cárcere brasileiro. Recebemos o texto a seguir de sua autora, da psicóloga entrevistada, Lúcia Maria: “No final do canto, era da

Uma das organizações já existentes no período anterior à ditadura militar-empresarial de 1964 foi a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-Polop), formada em 1961. Teve em sua base estudantes de diversas tendências marxistas e de diferentes agrupamentos espalhados pelo Brasil (Miranda, & Falcón, 2010). Sua fundação se deu a partir de "três organizações políticas – a Juventude Socialista do PSB, no Rio de Janeiro, a Mocidade Trabalhista, de Minas Gerais e a Liga Socialista Independente, de São Paulo" (Kameyama & Stotz, 2016, p. 48).

Na Polop, estiveram organizados militantes inseridos na psicologia. Iara Iavelberg (1944 - 1971), cuja trajetória descrevemos no capítulo anterior, fez parte de seus quadros organizativos antes de inserir-se na VPR e, posteriormente, no MR-8. Ainda na Polop, esteve presente o então estudante de filosofia e futuro psicanalista Chaim Samuel Katz. Como não se formou em psicologia, não entra nos critérios desta tese.

Interessa-nos em especial o papel desempenhado pela psicóloga Lúcia Maria Salvia Coelho (1937 -), que teve atuação destacada na organização e no desenvolvimento de trabalho pioneiro de atendimento psicológico para presas políticas. Foi caso representativo do desenvolvimento da ciência psicológica por uma fração da psicologia que, mesmo perseguida, conseguiu alargar as possibilidades da profissão em direção distinta aos interesses sociais dominantes.

O programa da organização que guiou os militantes da Polop, assim como impulsionou suas atividades após a ofensiva dos militares, esteve sintetizado nos documentos *Programa Socialista para o Brasil* de 1967 e *Caminho e caráter da revolução brasileira* de 1970. Este último, fazendo um balanço e síntese da história da organização e da conjuntura histórica brasileira, afirmou:

> Trabalhamos em dois níveis. *Primeiro, penetramos diretamente nas fábricas e nos bairros, formando quadros operários*, criando organizações de base e dando o exemplo da atividade revolucionária no seio da classe; *segundo, dirigimo-nos à nova esquerda, que estava surgindo depois do golpe de maneira confusa, mediante uma série de lutas internas nas organizações tradicionais, principalmente o PCB*. Grande parte da nossa literatura estava destinada a esse fim e concentrava seu peso na importância, na orientação e nas particularidades do trabalho operário. *Os resultados se fizeram sentir durante a reorganização da nova esquerda e o estabelecimento de frentes formais e tácitas nas fábricas e bairros*. Fomos favorecidos nesse sentido pelo começo de um movimento em ascensão da classe operária, em 1966, que atingiu o seu auge em 1968, para recuar novamente perante a repressão do novo golpe (Martins, 1970, 167-168. Destaques nossos).

---

cela feminina nº3, que partiam as despedidas. Cada noite, uma de nós ficava encarregada de gritar: "Boa noite cela 6!" E os prisioneiros da cela 6 respondiam: "Boa noite!", e assim por diante, até chegar no "fundão" - a cela de isolamento, no fundo do corredor, onde não entrava luz, e apenas havia espaço para um colchão e uma privada, bem aos pés do leito" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Não por acaso, o documento ainda destacou a ascensão de massas do operariado brasileiro nas grandes greves de Osasco e de Minas Gerais como parte do trabalho dos polopistas. Ao final do documento, e subsidiando as críticas a outros agrupamentos brasileiros existentes, como PCB, PCdoB e ALN, afirmou que "a colaboração mais efetiva que podemos dar ao movimento comunista internacional é prosseguir e avançar na luta pela formação do partido revolucionário do proletariado brasileiro" (Martins, 1970, p. 214).

Como dito, na Polop atuou a psicóloga Lúcia Maria Salvia Coelho que obteve o título de bacharel em psicologia na Universidade de São Paulo (USP) em 1961 e, no ano seguinte, obteve o diploma de licenciatura. Destacamos que parte da publicação da organização foi feita através do jornal *Política Operária*, que foi mimeografado no sítio da psicóloga e de seu companheiro, o antropólogo Rui Galvão de Andrada Coelho (1920 - 1990), professor de algumas turmas de psicologia da USP.

Importante destacarmos que Lúcia Maria participou de todo o período do processo aberto com a nova etapa de institucionalização da psicologia. Foi considerada pela Comissão da Verdade da USP (2018) como o mais longo caso de perseguição dentro daquela universidade. Parte dela foi realizada do interior da psicologia, outra dentro da medicina, onde também foi professora. Considerando um de seus depoimentos cuja cópia nos entregou, sua perseguição institucional continuou ainda na década de 1980, quando se encontrava "ministrando este Curso [de Neuropsicologia das Emoções, no Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina no Curso de Pós-Graduação], sem receber qualquer remuneração" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Mas, retornando à sua história. Além de local para mimeografar os jornais *Política Operária*, o sítio da psicóloga também serviu como local para discussões e reuniões da organização. Contou-nos que, apesar de conhecer os rostos de variados militantes que ali se reuniram, não sabia seus nomes, já que "a gente se dividia em grupos. Grupos que a gente não conhecia o outro. A gente conhece de nomes. Ou de codinome" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). Novamente, a compartimentalização da organização foi uma necessidade do momento de se travar luta na clandestinidade em meio a uma ditadura de classe e, por isso, os militantes assumiram diferentes denominações. Assim, Lúcia Maria Salvia Coelho adotou o codinome Tereza.

Um dos principais contatos que a psicóloga teve no interior da USP foi com o sociólogo Eder Sader (1941 - 1988), um dos fundadores do agrupamento em 1961:

> eu gostava muito [dele] porque, inclusive, ele era assistente do meu marido. E quando ele fugiu, o Rui [Coelho] dava presença [nas aulas] pra ele. Essa foi uma das acusações

> que ele recebeu, porque foi o jeito dele continuar recebendo o salário, até descobrirem. [...] Então com o Eder, eu tinha muito contato. Com o Eder e o Emir [Sader] também. Só que o Emir era criança ainda (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

A psicóloga também lembrou parte das influências políticas que serviram de base para o agrupamento, assim como a camada social predominante na organização, já que "o POC na realidade era um grupo de intelectuais. Tinha muito, também, do trotskismo da IV Internacional. Então, a gente discutia política, marxismo, e aquelas coisas todas. Isso antes da [ditadura]" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Havia as atividades de agitação e propaganda, quando "a gente ia, por exemplo, até grupos de operários [...]. Então, a gente ia lá, subia no caixotinho e ficava falando" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). Isto decorria da análise teórico-política do agrupamento de qual sujeito revolucionário deveria ser organizado pela Polop para desenvolver seu trabalho principal, que era

> *a ideia de política operária. A ideia era política operária, tanto que muita gente foi trabalhar em fábrica pra poder se aproximar.* Depois, nós tivemos operários que também fizeram parte. Acontece que desse grupo, quando estourou o golpe, alguns acharam que deveria haver luta armada. Treinar, ir pra Cuba. Ser treinada pra luta armada. E outro grupo, achava que não. Que a gente deveria trabalhar com as ideias [...]. *Então, nós fomos pro POC* (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Com a ofensiva dos militares que tomaram o poder com a força das baionetas, a necessidade de separação dos militantes para cimentar a segurança da organização foi ampliada. Lúcia Maria lembrou como a divisão social de tarefas em pequenos grupos tornou possível imprimir parte da propaganda da organização:

> *A gente formava grupos, pequenos grupos. Tanto é que só depois da prisão é que eu vim a conhecer o resto da turma. Porque a gente ficava em pequenos grupos e não se comunicava.* Tanto que era o [Ricardo] Prata [Soares] que era um dos que estavam envolvidos neste grupo, que iam levar o papel.
> A noite a gente fazia o jornalzinho com o mimeógrafo. [...] Ele vinha, a gente rodava, eu revia os textos. Rodávamos e aí punha numa mala. E essa mala, punha no armário no quarto do meu filho, que era uma criança de cinco anos. Punha lá em cima, e depois ele [Ricardo Prata Soares] vinha e levava [...], fora os encontros que a gente tinha. Que às vezes era em casa, depois a casa ficou muito visada. Tanto que ficou visada que foi fácil eles acharem. Eles filmaram, tiraram fotografia das pessoas que entravam, das pessoas que saiam. E eu na inocência total (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Sobre os jornais de propaganda, lembrou que, além do *Política Operária*, existia outro jornal da organização, o *União Operária*, que se diferenciavam porque "o União Operária era muito mais ligado aos operários mesmo. [...] Então, era a mesma coisa só que era mais a

linguagem do operário [...]. Porque Política Operária era mais discussão teórica" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

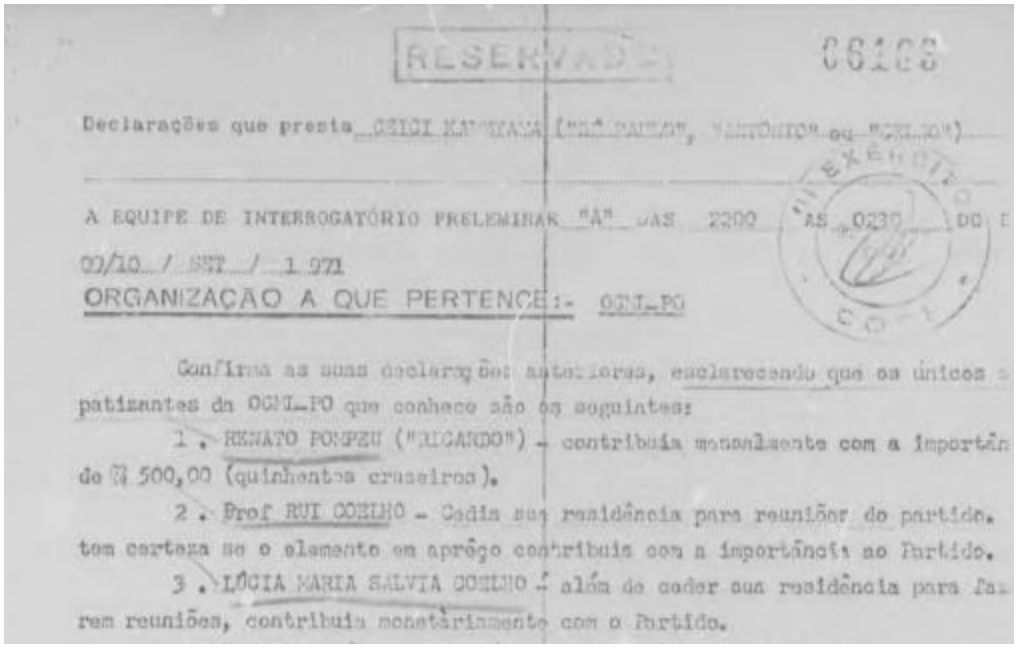
Lúcia frisou que a penetração da militância no curso de psicologia da USP ainda era débil, por isso a ligação com outros cursos fez parte da forma pelo qual operou a organização, já que "nessa época eu era muito mais ligada a Ciências Sociais, porque a esquerda mesmo era Ciências Sociais" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). Com relação a outros cursos que se inseriram no agrupamento, "na época, tinha na filosofia também" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Ainda que fosse um elo de ligação da organização no interior da psicologia, para ela inicialmente o curso não era politizado apesar de individualmente alguns psicólogos se destacarem. Neste sentido, "tinha a Carolina Martuscelli [Bori], por exemplo, a Carolina tinha consciência" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). Citou também Ecléa Bosi (1936 - 2017), que "representa bem a psicologia. Porque ela era boa professora [...], mas não pertencia a nenhum grupo. Ela assinava abaixo-assinados. *Ela sempre se comportou como uma professora de esquerda. E não como uma lutadora. Então, ela não foi presa, nunca teve problema nenhum com polícia*" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

O clima que pairou no interior da USP em geral, e na psicologia em particular, foi explicado pelo processo de inserção da profissão, já que "o pessoal da psicologia ainda era imaturo. Depois é que começou a ficar bom. Mas no início, nas primeiras turmas, existia o medo. E é compreensível porque realmente teve casos horríveis. Se você ler todas as histórias de tortura que teve..." (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). Houve uma ascensão de setores críticos que emergiram no processo de polarização promovido pela ditadura, quando "veio a Iara [Iavelberg]. Mas a Iara veio depois" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Lúcia Maria foi professora contratada da matéria Psicologia Médica na Faculdade de Medicina Experimental da USP até o momento em que foi presa, em 1971, depois que "um dos meninos foi preso" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). A situação ocorreu na madrugada entre os dias 14 e 15 de julho, quando foi levada para a Operação Bandeirante (OBAN), onde foi torturada. Sobre o seu encarceramento, afirmou que "embora eu ainda fosse jovem, eu era mais velha do que a maioria dos presos, tinha 34 anos, mas já era professora na faculdade de Medicina, então eles achavam que eu devia conhecer muitos segredos" (Coelho, 2013, p. 510).

Figura 54 - Uma das declarações do processo a que responderam Rui Coelho e Lúcia Maria Salvia Coelho



RESERVADO

Declarações que presta

À EQUIPE DE INTERROGATÓRIO PRELIMINAR

02/10 / SET / 1 971

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE:- OCML-PO

Confirma as suas declarações anteriores, esclarecendo que os únicos simpatizantes da OCML-PO que conhece são os seguintes:

1 . RENATO POMPEU ("RICARDO") - contribuia mensalmente com a importância de NCr$ 500,00 (quinhentos cruzeiros).

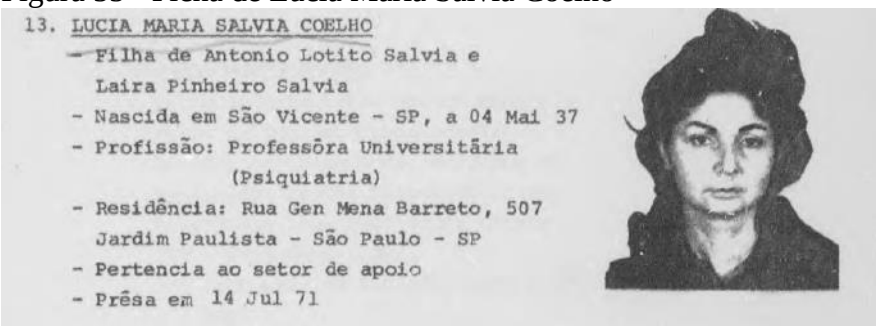
2 . Prof RUI COELHO - Cedia sua residência para reuniões do partido, tem certeza de o elemento em aprêço contribuia com a importância ao Partido.

3 . LÚCIA MARIA SALVIA COELHO - além de ceder sua residência para fazerem reuniões, contribuia mensàlmente com o Partido.

Fonte: Ministério do Exército, 1971, p. 39

Depois foi transferida para o DOPS, em agosto de 1971, onde foi novamente torturada. Três dias depois, em 26 de agosto de 1971, foi transferida para o Presídio Tiradentes onde ficou presa com outras prisioneiras políticas na vulgarmente chamada Torre das Donzelas.

Figura 55 - Ficha de Lúcia Maria Salvia Coelho



13. LUCIA MARIA SALVIA COELHO
- Filha de Antonio Lotito Salvia e Laira Pinheiro Salvia
- Nascida em São Vicente - SP, a 04 Mai 37
- Profissão: Professôra Universitária (Psiquiatria)
- Residência: Rua Gen Mena Barreto, 507 Jardim Paulista - São Paulo - SP
- Pertencia ao setor de apoio
- Prêsa em 14 Jul 71

Fonte: SNI, 1971, p. 34

Durante seu encarceramento no DOPS, iniciou acolhimento psicológico a outras presas em um pequeno espaço no interior de sua cela, chamado de *mocó*, que descreveu da seguinte forma: "meu mocó de psicóloga era uma espécie de tenda de feiticeira, que eu arrumava para receber aquelas que queriam desabafar algum problema" (Coelho, 2013, p. 514). Estes atendimentos foram assim detalhados:

> *eu atendia no mocó, que era no DOPS. [...] Era as meninas que chegavam da OBAN. Porque na OBAN era pior a coisa. Elas chegavam um trapo. Então, eu aprendi com as outras a apoiar*. Esse apoio que é importante. Esse apoio dos companheiros é a coisa mais importante. É a melhor arma que a gente tem. Aí eu recebia no Mocó, cobria assim [mostra gestualmente como cobria o espaço] (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Esta foi a primeira vez na história da psicologia no Brasil em que um trabalho técnico de competência do psicólogo foi realizado para presos políticos saídos da tortura; isto em razão da própria psicóloga responsável pelo acolhimento ser uma presa política. Um destes acolhimentos foi realizado com a presa que a delatou e que, após sair de sessão de tortura, adentrou a cela em meio a um quadro de surto psicótico. Neste momento, no papel de psicóloga, conseguiu ponderar as condições psicológicas de sua delatora e a importância de se realizar o acolhimento naquelas condições. Sobre este episódio, "aquela que me dedurou, que era uma menina, deu meu nome e endereço. Sabia onde eu estava. Mas ela sofreu muito. E ela me disse porquê. A filhinha dela foi ameaçada. A filhinha pequena" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

No Presídio Tiradentes continuou com o acolhimento às presas políticas em seu *mocó*, o que incluiu Dilma Vana Rousseff (1947 -), que mais tarde tornar-se-ia presidente do Brasil entre os anos de 2011 e 2016. Este seu trabalho foi estendido para presos comuns, já que os responsáveis pelo presídio disponibilizaram uma sala, o que possibilitou que criasse uma rede de atendimentos psicológicos dentro da prisão:

> E depois o atendimento mais sério, mais profissional, foi o meu atendimento psicológico na [prisão] Tiradentes. Porque aí eu ia numa sala, eles me tiravam lá da Torre das Donzelas e ia pra uma sala. E eu atendia os presos comuns, que tinham problemas.
> Eu me lembro que tinha uma que tinha morto o filho dela. Um bebezinho e jogou num poço. Mas ela estava em Ausência Epiléptica. Então, eu fiz todo o levantamento e consegui provar. Pedi eletro [encefalograma]. E provar que era uma crise epiléptica e ela não tinha noção. Tanto é que assim que depois ela ficava procurando o filho. Uma crise crepuscular epilética. A pessoa faz, mas depois não lembra. Então, pra você ver como foi interessante essa possibilidade. [...] Mas só tínhamos autorização de atender preso comum, como eles chamam. Preso político, daí não pode. Porque na OBAN a gente não podia ter contato nenhum, ficava isolado. No DOPS, a gente ficava tudo numa sala grande, um monte de gente. E depois na Tiradentes, é que as celas eram separadas, e a gente podia ir pra Torre, do alto pra baixo. Então tinha mais circulação (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Foi na OBAN que teve contato com o mais conhecido torturador brasileiro, Carlos Alberto Brilhante Ustra, um de seus carrascos: "ele estava na OBAN, no começo. [...] Foi logo no início. E ele era todo assim, amável, oficial da Marinha, tipo oficial da Marinha. A crueldade dele era uma coisa. O ódio que ele mostra pra gente. É horrível, você fica apavorada" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

É neste período que Lúcia e seu companheiro foram testemunhas de um assassinato e da tentativa de sua ocultação, assim como da farsa montada para explicar a existência de um cadáver nas mãos de agentes do Estado. O crime foi cometido por Ustra e seus comparsas contra o jornalista, e também membro do POC, Luiz Eduardo Merlino (1948 - 1971) e:

> *A gente era testemunha ocular porque quem tinha morrido era [Luiz Eduardo da Rocha Merlino] [...]. E quando ele foi morto de tanto torturarem, o coração dele parou.* Eles puseram na água também [afogamento]. *Ele morreu na cela que estava o Rui. Aí quando ele morreu, eles tiraram esse rapaz, ele era jornalista, tiraram o rapaz e lembro que puseram no porta-malas no táxi.* Os táxis iam muito lá. Eles prestavam muita informação de táxi. *E eles levaram embora, soltaram na rua e atiraram. Quer dizer, nós vimos. Eu estava no andar em cima e eu olhei* (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Não obstante, Lúcia Maria Salvia Coelho fez o balanço de sua atuação como profissional da psicologia, concomitantemente ao tempo em que era uma presa política, em diferentes momentos e instituições de órgãos da repressão. Segundo ela,

> *falando em psicologia, esse atendimento inicial no Mocó, e depois lá na Tiradentes, foi um apoio. Único meio que eu achei que podia ajudar as companheiras. E também usei muito humor*, também. Dava muita risada, fazia muita piada. Eu fazia o pessoal levantar. Mesmo porque *eu era mais velha que elas, lembro que eu era professora e eles eram tudo estudante*. A Dilma [Rousseff] era uma menina, bem mocinha (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Quando perguntada se considerava esses acolhimentos prestados às presas políticas uma forma de resistência dentro da profissão contra a ditadura, foi enfática em sua resposta:

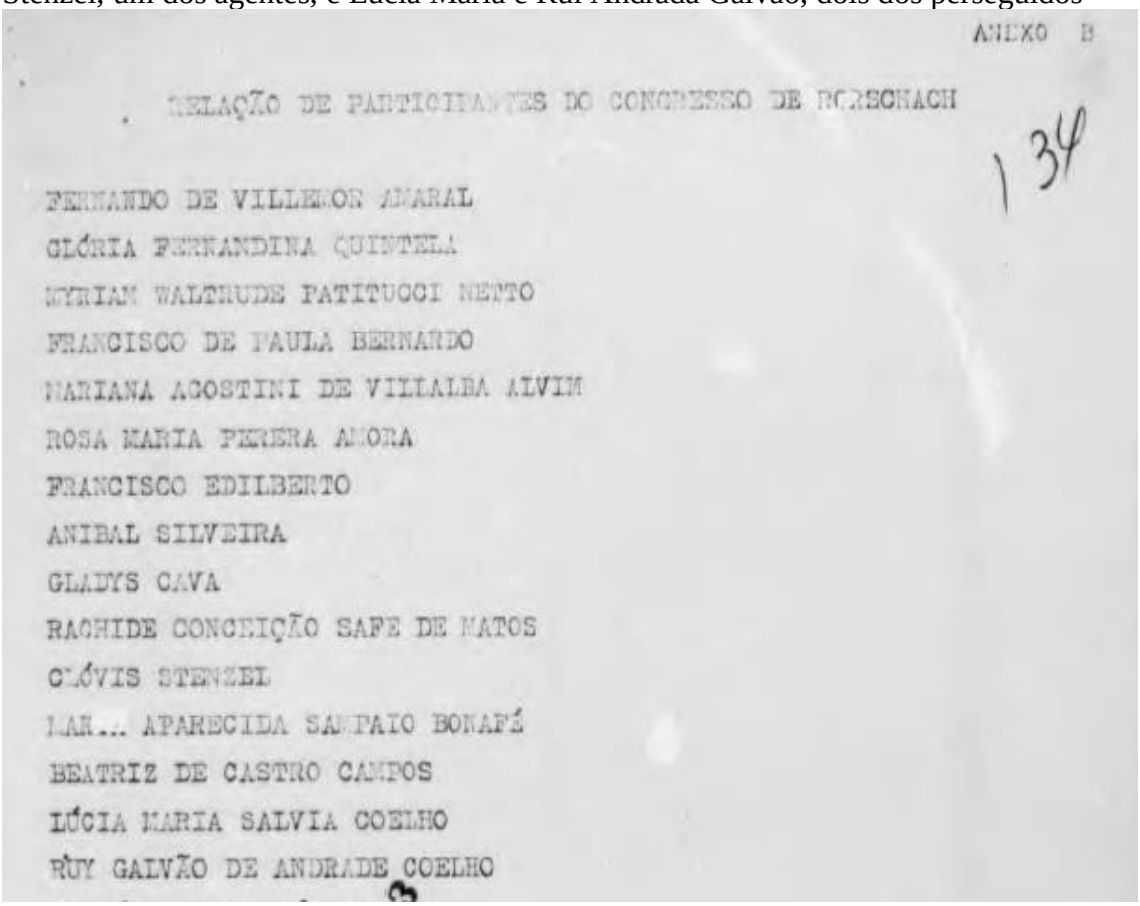
> *Eu acho que ajudou muito. E não sou eu, foi o atendimento psicológico mesmo de não-psicólogo*. Quer dizer, as meninas faziam história, geografia, faziam outras matérias, mas elas tinham essa noção. Cada vez que a gente era chamada, lá na OBAN, a gente era chamada a cada 15 ou 20 minutos. Então, a gente ficava na cela, vinha um cara e levava a gente pra tortura. Eles levavam, torturavam, dava choque. Eu levei choque. Então levava choque. E aí voltava toda tremendo, toda machucada. Quando a gente voltava, quando tinha outros na cela, os outros protegiam. *Então, nós começamos a não ter medo porque a gente tinha companheiros. Então, eles conseguiam atenuar o sofrimento da gente. Assim como a gente ia morrendo de medo pra lá. A ida era horrível, com um guarda atrás. Quando a gente voltava, a gente voltava [pensando]: "vou encontrar minhas amigas".* A gente abraçava, elas davam um cafezinho, sabe assim? *Tratava psicologicamente uma pessoa que foi traumatizada. E isso atenuou muito o sofrimento delas* (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Um dos dados trazidos pela psicóloga foi a existência de colaboração dos órgãos de repressão com profissionais da psicologia. Ainda que não soubesse os diferentes elos que articulavam a correia de transmissão destes contatos, Lúcia Maria Salvia Coelho garantiu que, quando esteve presa, psicólogos e estagiários visitavam os presos:

> Eles tinham um grupo de estagiários que a especialidade era a polícia, a escola da polícia. *Nessa escola da polícia. tinha um grupo de psicólogos. Então esses psicólogos iam fazer o estágio lá e visitar as prisões.* Era uma visita dos psicólogos pra ver como as pessoas, o preso fica lá. *E ao mesmo tempo, eles tinham encontros com outros militares. Eles eram os formadores dos torturadores.* Agora eu não sei o nome. Acho que me protegi pra não saber. Porque era tão horrível (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Como citado no primeiro capítulo dessa tese, a EsNI formou agentes do SNI e policiais militares, e contou com seções de psicologia em sua estrutura organizacional. Entre os psicólogos que atuavam na EsNI, Clóvis Stenzel, membro da ARENA, esteve presente em eventos de psicologia em que Lúcia Maria foi delatada.

Figura 56 - Relação de participantes do Congresso de Rorshcach em que estavam presentes agentes de informação da ditadura e perseguidos políticos, entre eles Clóvis Stenzel, um dos agentes, e Lúcia Maria e Rui Andrada Galvão, dois dos perseguidos



ANEXO B

RELAÇÃO DE PARTICIPANTES DO CONGRESSO DE RORSCHACH

134

FERNANDO DE VILLEMOR AMARAL
GLÓRIA FERNANDINA QUINTELA
MYRIAM WALTRUDE PATITUCCI NETTO
FRANCISCO DE PAULA BERNARDO
MARIANA AGOSTINI DE VILLALBA ALVIM
ROSA MARIA PEREIRA AMORA
FRANCISCO EDILBERTO
ANIBAL SILVEIRA
GLADYS CAVA
RACHIDE CONCEIÇÃO SAFE DE MATOS
CLÓVIS STENZEL
MAR... APARECIDA SAMPAIO BONAFÉ
BEATRIZ DE CASTRO CAMPOS
LÚCIA MARIA SALVIA COELHO
RUY GALVÃO DE ANDRADE COELHO

Fonte: SNI, 1973, p. 43

Embora pouco conhecida, é importante ressaltar que existe a suspeita de participação de psicólogos em sessão de tortura. Conforme relato de um dos fundadores da Polop, Victor Meyer (1948-2001), um grupo de militantes foi preso. Enquanto uma militante da Polop conseguiu escapar,

> os outros não teriam a mesma sorte, terminariam aquela mesma noite num porão com cheiro de sangue, onde os dias e as noites se misturavam, e em que *os urros de dor se alternavam com os assédios diplomáticos do grotesco psicólogo que dizia fumar o charuto da verdade*, num cubículo apertado, jurando que as suas espessas fumaças provocariam um jorro de confissões (Meyer, 2021, p. 36. Destaques nossos).

Lúcia Coelho, no entanto, foi uma psicóloga que atuou na fração contrária aos colaboradores do regime social. Refletindo sobre a experiência construída na relação entre

torturador e torturado, afirmou que "o que o torturador quer não é que a gente fale. Porque ele já sabe que a gente fez. Ele quer que a gente fique quieta. Quer que a gente cale, que fique com tamanho medo que não fale mais, entendeu? Ou dar mal-estar de falar" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). O resultado deste tipo de relação é o que chamou de marcas da memória, ou seja, o impacto psicológico da tortura que se mantém por tempo prolongado nos torturados:

> no *mocó*, era muito isso. Era o remorso que elas tinham porque tinham falado. Como elas diziam: "eu abri". E quando era companheiro então? Era uma coisa terrível. Porque elas enganaram, e ele foi preso por causa dela, e ela ficou mais tempo solta. Aí depois ela foi presa também [...]
> Esse rancor, elas disseram assim: "não, eu entendo. *Eu tenho ódio do carcereiro, do torturador. Mas eu tenho mais ódio ainda dos companheiros, que fizeram isso*, que me discriminaram [...]. Também *não suportavam aqueles que denunciaram* (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Assim, não apenas o rancor e o ressentimento, mas o silêncio. Outro dos efeitos psicológicos decorrentes de tortura, que Lúcia descreveu a partir de sua experiência de atendimento dentro da cela, foi o silenciamento que se prolongou pelas décadas seguintes como efeito resultante da tortura: "Nós não falamos com ninguém. Quer dizer, eu fui pra França, e sabiam que eu tinha sido presa, abrigaram a gente, e tudo. Mas eu não cheguei e contei como eu estou contando pra você agora. Não dava porque eu ficava paralisada" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Como relata sobre um dos casos particulares que atendeu, e que expressa a maneira como a tortura é uma tentativa de destruição do psiquismo em que o torturador, como representante legitimado pelo terrorismo de estado, cumpre a função de eliminar a sanidade daqueles que tenta destruir:

> uma coisa que eu tive uma vez com outra companheira, que ela tinha tido um filho [...]. Ela tinha tido um filho e ela ainda estava amamentando a criança. Eles chegaram, tiraram a criança dela, [...] e levaram ela. Então levaram presa, ela com menstruação, tinha tido hemorragia, e com o leite ainda escorrendo. *Esses detalhes de carne, que o psicólogo tem que ver.*
> Isto ela não vai esquecer nunca. *Quer dizer, a pessoa ser torturada, humilhada e ainda tinha acabado de ter filho. E o desespero dela por causa do filho? Então, quando ela contou na minha frente essa história, porque essa eu não vi, só ouvi o que ela falou, ela parecia uma louca falando. Ela ficava com os olhos assim, sabe?* Então, acho que um pouco de loucura, fica (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

No entanto, onde existe a tentativa de subjugação é também onde a resistência impõe obstáculos. Não por outro motivo é que existiram formas de lidar após a tortura para que a desintegração do psiquismo não fosse consumada. Duas formas de resistência eficientes, segunda a psicóloga, foram o "afeto e o senso de humor" (Coelho, L.M.S., comunicação

pessoal, 12 de novembro, 2019). Com detalhes, narrou uma situação em que a utilização do humor foi fundamental para o alívio de parte da tensão:

> Eu já tinha lido num livro sobre nazismo, que o que salvou muitos judeus, os que estavam no campo [de concentração] e não foram mortos, foi o senso de humor. Fazendo piadinhas. Então, tinha e*ssas piadinhas internas, falavam: "essa Lúcia conta cada história". Pois eu contava cada história louca, absurda. E eles ficavam bem. Era um momento de desligamento, do riso. E do riso, você diminui o outro, também.* [...] *É um tipo de castigo. Porque se eu estou rindo do jeito do carcereiro andar*, o carcereiro ia no DOPS no corredor e andava de um lado pra o outro, ele tinha uma argola de ferro com várias chaves grandes. Então ele ia fazendo assim com as chaves, sabe? [Imita de forma cômica]. E ele andava de um lado para o outro, com a perna aberta assim. *Aí eu imitava, e o pessoal achava graça.* Mas veio um dia, o filhinho dele. E o filhinho dele pegou a chave e saiu andando no corredor, e eu falei: "olha, o filho dele". Ele estava fazendo a mesma coisa. Quer dizer, ele imitava o pai como se fosse uma coisa maravilhosa. Claro, é a profissão do pai. Chegava na hora ficava ridículo, o cara ficava ridículo, as coisas que ele fazia. *Então isso é o que nos salvava* (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Foi através da inversão de papéis, com a utilização da instrumentalidade do humor como recurso satírico, que perseguidos em distintos momentos históricos conseguiram a manutenção e preservação do psiquismo em situações adversas. Ainda com relação a sua instrumentalização a maneira pelo qual o aplicou, narrou:

> Logo que eles me prenderam na OBAN, eu estava morrendo de medo. Eles me levaram, e logo que eu cheguei, fui pra sala. Eles me puseram sentada assim. Eu estava sentada de um lado, o cara estava sentado do outro. E eu vi que do lado tinha uma jarra com água e sal, mas eu achava que era água e açúcar pra me acalmar. Era água e sal pra passar nas feridas. Tinha o pau de arara, no cantinho. E aqui, desse lado, [aponta para sua esquerda] estavam todos do bando de torturadores, um bando de homens. *Eles estavam na obscuridade, porque não tinha luz. Então eu estava vendo, mas o que estava mais perto tinha uma coisinha de choque elétrico, a maquininha.* Que você põe o dedo e eles dão o choque. Então, *o cenário estava aberto, estava montado. Imagina o pânico, né? Aí eu sentei, olhei pra aquele homem assim. Aí ele falou "então, você não vai falar mais? Vamos professora, vamos, fale de algum aluno seu". Eles já sabiam tudo que eu tinha feito, não precisavam me prender*, nem nada disso. E eu morrendo de medo de falar alguma coisa que não podia, estava atrapalhada. *Eles acenderam umas lâmpadas aqui e aqui, e veio aquela lâmpada direta na minha cara pra me ofuscar. Eu achei muito engraçado, porque eu me lembrei de filme. Eu associei a filme. Eles estão imitando um filme de gângster*, aqueles que a polícia [fala]: "confessa". *E aí eu comecei a dar risada. Aí eu relaxei. Aí que eles ficaram furiosos* (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Ou seja, o "exagero foi tão grande com o cenário montado que ficou artificial. Eu não acreditei naquilo. Isso funcionou ao contrário" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). Não bastasse ter rido de seus carrascos em momento em que eles deveriam ter domínio completo da situação, ainda conseguiu inverter papéis durante uma sessão de tortura, tentando aproveitar as contradições entre os torturadores para usá-las contra eles:

> Então, às vezes, a tortura funciona ao contrário. Por exemplo, quando fala assim: "às vezes eu tenho vergonha de ficar com essa roupa aqui, com tanta gente passando fome,

> né", ele falou: "eu não tenho vergonha não". Aí você empurra para o outro, entendeu? *E eu falava assim: "nossa, que barulhão que é aqui. Nossa, o senhor aguenta tudo isso?". Então, aí é o psicólogo falando. Aí mudamos de posição.* "Aí, quando eu chego em casa", olha um torturador falando isso, "eu chego em casa, eu brigo com a minha mulher, eu fico irritado, eu bato nela, eu quero quebrar as coisas". *"Então, pois é. É essa profissão sua". Quer dizer que aí ele se deu conta que eu podia [inverter as relações]*.
> *Então é um jogo, uma espécie de jogo de papéis. A gente mudou o papel. Tanto que alguns [torturadores] queriam ir se tratar comigo no Juqueri* (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Para Lúcia Coelho, "o jogo psicológico [é] tanto daquele que quer resistir a ditadura, como daquele que tortura. Eu vi que o riso é uma arma importante, o senso de humor. [...] Você vê? É ridículo. Esses caras não entenderam o que a gente fez. Eles não entenderam nada" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Outra situação narrada ocorreu com o seu carcereiro,

> *que nos levava pra tortura e voltava. Era um homem grandão.* E ele chamava Marechal. O apelido dele era Marechal. Ele era um gordão, bobão. E um dia ele me levou pro meu quarto, eu estava numa cela que era em cima da garagem, e num quarto separado, e só tinha grade em cima e o colchão no chão. Aí ele me levou pra dentro e eu pisei no colchão. Fiquei de pé no colchão. *Aí ele falou: "não pisa aí. Isto é propriedade do Governo".*
> *Aí eu falei: "o que que você faz comigo? Você me prende? Qual é a multa? Tem uma multa aí?". Ele ficou assim. Ele se atrapalhou, sabe? Quer dizer, aí você usou o senso de humor.* Então quando chegou mais outra moça e a gente viu que tinha um senhorzinho, "vai ver que eles estão gravando o que a gente tá falando", aí nós começamos a falar: "nós que não prestamos. Eles são bons. Os ditadores é que são bons". Entende? *Então você vê que é jogar com a coisa. O psicólogo tem que ter flexibilidade, e não entrar na mesma sintonia da dor. Atenuar a dor, entender. Entender, mas por outro lado atenuar.* Veja, vamos examinar bem. Quem são elas? O que elas entendem do que eles estão fazendo? *Eles [os torturadores] têm essa força pra destruir uma pessoa, destruir uma profissão, destruir um casamento. Esses caras tem essa força. Então a gente precisa ter mais preparo. Mas eu acho que a gente tem que estar preparado, porque ainda acho que vem mais para vocês [da geração atual], se vocês não tomarem cuidado...* (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Ainda sobre uma das conversas com o carcereiro Marechal, ele lhe disse que "eu gosto de assistir o interrogatório do professor porque a gente aprende tanta coisa". E Lúcia complementou que "só mais tarde fiquei sabendo que o Rui usava uma artimanha para escapar das perguntas. Ele dava explicações teóricas em diferentes matérias" (Coelho, 2013, p. 512).

Uma proposta para conseguir a libertação de Lúcia foi feita através da colaboração entre um advogado e agentes da repressão. Em troca de sua soltura, teria que ir a uma televisão e admitir que foi levada à participação em uma organização de resistência considerada subversiva por causa de seu companheiro. Em suas palavras:

> Era um advogado, e depois o [Antônio] Cândido foi atrás e acabou com ele. Um advogado canalha [...]. O advogado propôs que eu me separasse do Rui pra ficar mais fácil. [...] Então eles [os advogados] *me propuseram o seguinte: que eu falasse na*

> *televisão que eu era amante do [Ricardo] Prata [...] e que eu tinha sido levada pra esse mal caminho pelo Prata, pra essas reuniões políticas, mas que eu não entendia nada daquilo.* E que eu estava muito arrependida e pedia perdão pro Rui, mas o Rui não ia querer me aceitar mais. *Daí eu ia ter que pedir pra sociedade porque eu tinha sido enganada e chantageada por um cara de esquerda. Mas de onde eles tiraram isso?* Será que alguém, alguma vez, falou alguma coisa dessa? É tão absurdo, tão sem sentido, tão grosseiro (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Não tendo aceito negociar seus princípios em troca de sua liberdade, lembrou da relação com militantes das distintas organizações de combate à ditadura que estiveram encarceradas junto com ela e com quem estabeleceu laços atrás das grades. Mesmo que a prisão não destruísse psicologicamente o preso, outros instrumentos poderiam ser utilizados. Sabe-se da internação de vários presos em hospícios. Lúcia Maria relata um caso:

> Todos esses partidos e depois eu fui descobrindo cada um. Todos juntos, inclusive um que a família inteira estava presa. Era um caso interessante. Porque esse menino [...] foi pego. A família dele, a mãe, o pai. O pai era um líder comunista, era um operário. Então eles eram do PC [Partido Comunista do Brasil]. Aí eles foram todos presos e o pai foi morto lá na prisão. Foi torturado, morto e depois puseram no porta-malas e levaram. E esse menino era menor de idade. E estava lá também no meio. *E eles levaram e puseram no Sanatório Psiquiátrico pra adulto. Ele ficou preso vários anos lá* (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Ainda no interior do DOPS, relembrou a maneira pelo qual os membros do grupo de extermínio conhecido como Esquadrão da Morte provocavam as presas:

> A gente tinha um lugar que era do lado de fora da cela, com grade em cima, tinha um corredorzinho de cimento, umas grades em cima. *Ali, eles chamavam. "Vai tomar banho de sol". E a gente ia tomar banho de sol. Era a única saída que tinha. Era uma saída por semana. A gente andava. [...] E o Esquadrão da Morte, [...] ficava lá de cima no DOPS, porque a gente estava ali no subterrâneo. Lá de cima cuspindo, falando palavrão, fazendo atos obscenos, porque eles viam que as moças estavam todas ali.* Então, eles ficavam jogando coisas. Uma coisa de mau gosto, o Esquadrão da Morte fazendo um troço desse. Então, cada minuto acontece uma coisa. Cada momento que eles vão revistar a cela, que eles derrubam tudo que a gente tem, eles rasgam. Por que eles fazem isso? (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Atualmente, um dos locais onde a psicóloga ficou presa, o DOPS, foi transformado no Museu da Resistência, um local transformado em espaço da memória onde, em uma das paredes, está escrito o nome daqueles que ali foram presos, para que aqueles que o visitem saibam o que ocorreu naquele espaço.

Depois de libertada da prisão em 1971 e enquanto aguardava julgamento, continuou a perpetração do terror operado pelos agentes de estado, quando "começamos a receber telefonemas de ameaças. Às vezes, ligava um dizendo que era coronel do exército" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). Não apenas tinha sido presa, mas também estava sendo chantageada por agentes do Estado. A psicóloga lembrou que "eles

estavam querendo tirar dinheiro da gente. E nós fomos ficando com medo. E mesmo assim, quando nós conseguimos, eles seguraram o passaporte" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). Recebeu ameaças telefônicas de alguém que se apresentava como coronel, e insinuava sobre a sua integridade física e de seus familiares, e ameaçou afirmando para terem "muito cuidado, porque nós temos nosso pessoal lá na França. Porque na França tem gente escondida lá" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos). E seguiram, "vocês tomem cuidado com o que vão fazer porque vocês vão deixar família ainda aqui. Sua mãe, irmã" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

As ameaças após sua soltura mantiveram-se e concorreram para o silenciamento nas relações sociais que travou no decorrer de sua vida. Mesmo sem estar presa, os efeitos do terrorismo do estado se impuseram em diferentes níveis de sua existência. É por isso que fez questão de lembrar deste processo de silenciamento forçado, assim como foi afetada sua relação com os grupos em que estava inserida:

> *por que você vai falar? Pra quem?* [...]. *Você vai falar pra família? Você não fala porque é covardia. Você vai contar o que sofreu? "Não, não foi tão ruim".* Você quer falar pros colegas? *Não, porque fica uma situação constrangedora, parecendo que a gente quer simpatia ou se vangloriar.* Então, também *a gente não fala. A gente não tem pra quem falar.* Porque a gente não teve, a esquerda não tinha, uma base de sustentação. Porque, por exemplo, se eu for presa, e eu volto e tenho minha base de sustentação, eu sei o que eu vou falar. Mas não tinha, porque *tinham sumido todos. Todos tinham sido presos ou mortos* (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Lúcia Maria sintetizou também os impactos em sua vida profissional dizendo que "eu perdi tudo. Não tive a chance de continuar o trabalho lá na psicologia" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019): a USP, depois de pedir suas referências ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), não renovou seu contrato de trabalho (Coelho, 2019). Ela continuou estudando, fez doutorado em Ciências Médicas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 1971, com tese intitulada *Estudo Psicológico em Epilépticos: Prova de Rorschach, entrevistas e anamnese heredológica em 102 examinandos*, enquanto ainda seu processo estava passível de julgamento.

Ainda, persistiu o fechamento de espaços institucionais para a psicóloga, como por exemplo "depois que eu fui presa, a Sociedade [de Psicanálise] me mandou ir embora" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). Lúcia não era candidata ou psicanalista da instituição, mas ali exercia atividades profissionais, como ela mesma explica:

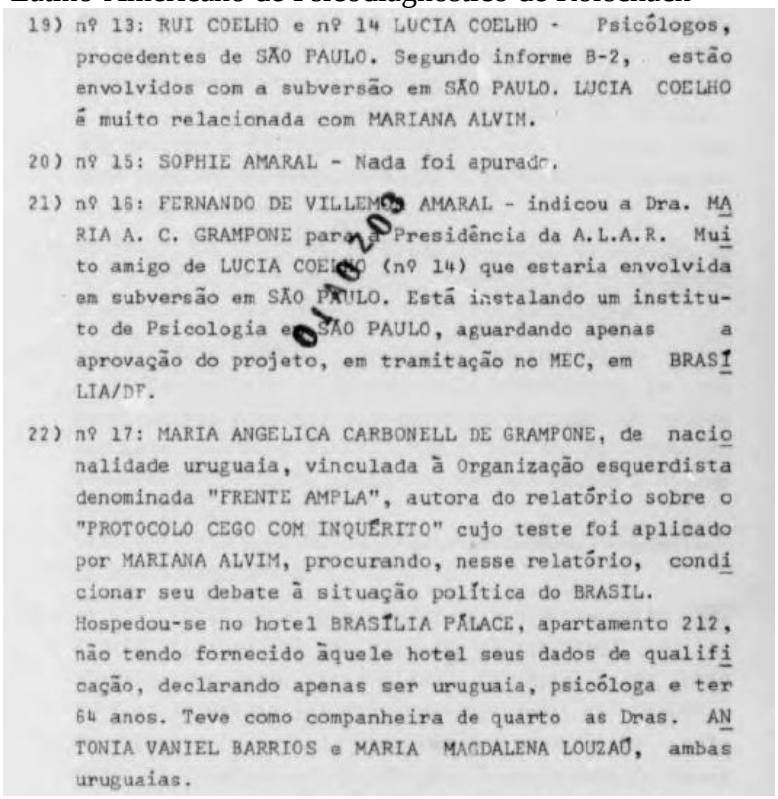
> [...] eu dava o resultado do Rorschach, pra discutir se aquele candidato poderia ou não ser orientador, psicanalista-orientador.

> *Então pra ele ser orientador tinha que passar por um teste de personalidade. E aí eu voltei achando que eu fosse pegar esse emprego, porque eu fiquei desempregada. Além de não ser bem recebida, fiquei desempregada. Porque muita gente se afastou da gente. A ideia, um pouco a ideia de peste. A gente estava contaminado* (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Ainda sobre o Rorschach, apontamos, no capítulo anterior, as polarizações no interior da ciência psicológica, que se expressaram na perseguição de psicólogas no interior da Sociedade Rorschach, inclusive com psicólogos que foram agentes de informação impedindo apresentações de trabalhos que tiveram o teste de Rorschach como instrumento de coleta de dados, como no caso da psicóloga uruguaia Maria Carbonell de Grampone, impedida de concorrer às eleições da ALAR no II Congresso Latino-Americano de Psicodiagnóstico de Rorschach. Como já dito, Lúcia Maria e Rui Coelho estavam presentes nesse Congresso, e foram apontados no relatório sobre este evento, feito pelo agente lá presente, como subversivos.

Abaixo, imagem do relatório do SNI ligando Lúcia Salvia a Mariana Alvim, que teve naquele mesmo ano duas propostas de criação do CFP embarreiradas por suas posições políticas. Também consta na imagem o nome da uruguaia Maria Angelica Carbonell de Grampone, ligando-a diretamente a Mariana Alvim e, por isso, impedida de concorrer às eleições da ALAR, previstas ao final do referido Congresso para eleger a nova Diretoria.

Figura 57 - Relatório do SNI a respeito do II Congresso Latino-Americano de Psicodiagnóstico de Rorschach



19) nº 13: RUI COELHO e nº 14 LUCIA COELHO - Psicólogos, procedentes de SÃO PAULO. Segundo informe B-2, estão envolvidos com a subversão em SÃO PAULO. LUCIA COELHO é muito relacionada com MARIANA ALVIM.

20) nº 15: SOPHIE AMARAL - Nada foi apurado.

21) nº 16: FERNANDO DE VILLEMOR AMARAL - indicou a Dra. MARIA A. C. GRAMPONE para a Presidência da A.L.A.R. Muito amigo de LUCIA COELHO (nº 14) que estaria envolvida em subversão em SÃO PAULO. Está instalando um instituto de Psicologia em SÃO PAULO, aguardando apenas a aprovação do projeto, em tramitação no MEC, em BRASILIA/DF.

22) nº 17: MARIA ANGELICA CARBONELL DE GRAMPONE, de nacionalidade uruguaia, vinculada à Organização esquerdista denominada "FRENTE AMPLA", autora do relatório sobre o "PROTOCOLO CEGO COM INQUÉRITO" cujo teste foi aplicado por MARIANA ALVIM, procurando, nesse relatório, condicionar seu debate à situação política do BRASIL. Hospedou-se no hotel BRASÍLIA PÁLACE, apartamento 212, não tendo fornecido àquele hotel seus dados de qualificação, declarando apenas ser uruguaia, psicóloga e ter 64 anos. Teve como companheira de quarto as Dras. ANTONIA VANIEL BARRIOS e MARIA MAGDALENA LOUZAO, ambas uruguaias.

Fonte: SNI, 1972, p. 39

Enquanto foi um momento de perseguição e fechamento de espaços institucionais e profissionais para algumas frações da psicologia, para outras, foi o momento de colaborar abertamente para a perseguição de opositores ideológicos. No entanto para outra fração, existiu ainda a possibilidade de aproveitar as oportunidades na profissão ocupando os lugares deixados por aqueles que foram perseguidos, como relata Lúcia Maria:

> Essa menina da psicanálise, essa menina [*nome inicial retirado*] que não quero saber o nome, foi lá em casa me visitar e eu fiquei muito comovida, puxa vida! *Mas ela estava pedindo que eu indicasse meu lugar pra ela na psicanálise. Eu estava toda comovida. "Lúcia, eu queria te falar uma coisa, é muito delicado, mas provavelmente a psicanálise não vai deixar mais você ficar. Você me conhece. Será que poderia indicar meu nome?". Eu fiquei chorando, aí eu chorei e falei "tá bom, não se incomode, eu vou dar um jeito, pode ir"* (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

A perseguição aos opositores da ditadura empresarial-militar por outra fração a favor da ditadura foi uma constante nas entrevistas com os perseguidos. Lúcia Maria foi enfática ao relembrar, mais uma vez, os casos de profissionais que foram coniventes e cúmplices diretos da ditadura, não sem antes afirmar que "isso é o mais grave" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). Quando perguntada que grau de atuação ou de complementaridade achava que tiveram alguns profissionais de psicologia com a ditadura no país, respondeu:

> *Tinha no ensinamento da escola de polícia, com dois psicólogos. Eles iam nos visitar pra fazer estágio.* [...] Porque *eles iam olhar nas grades a gente preso. Isso era um grupo de psicólogos fazendo estágio e eles foram muito úteis no ensino da tortura* (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Tendo sido submetida a tortura e sabendo que existiam diferentes frações no interior da psicologia que colaboravam com seu conhecimento técnico para a obtenção de informações dos presos políticos, a psicóloga relatou caso de como um manual psicológico de tortura norte-americano chegou às suas mãos enviado diretamente dos Estados Unidos:

> *[nome retirado] chegou a pedir um livro sobre tortura, eu tenho em algum lugar aí, para os Estados Unidos. E ele pediu como se fosse alguém que trabalhasse para o governo. Então ele escreveu e mandaram e era uma coisa medonha. E eles falam de todo o cuidado que tem que ter para não matar.* Eles falam todas as torturas. Põe na água, quanto tempo põe a cabeça na água. Mas assim, uma coisa medonha. *E eles mandaram a caixinha. [...] Puseram um manual e mandaram pra um certo endereço. Então eles mandaram escondido, e o [nome retirado] pegou esse negócio. Quer dizer havia esse negócio do ensino da tortura, da resistência, do que pode falar, não pode falar.* [...] Outra coisa: convencer as pessoas a falar, entrevistar. Aí aparecia o bonzinho, a pessoa boazinha. *Um psicólogo que vem conversar e não sei o que, vinha é pra tirar informações.* Você vai percebendo o que eles querem (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Sobre o final do POC, nos disse que "depois da prisão ele foi desmontado. Daí cada um entrou pra um grupo" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). Sobre a

continuidade de contatos com os militantes depois da prisão na primeira parte da década de 1970, Lúcia Maria afirmou que por causa da vigilância da repressão sobre aqueles que haviam sido presos "a gente não falava um com o outro. [...] Aliás, nós tivemos muito mais contato com as organizações de esquerda na prisão do que fora. Os amigos que iam nos visitar, também na prisão, eram gente de esquerda" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Após a saída da prisão e com espaços institucionais fechados para psicólogos perseguidos, Lúcia Maria Salvia Coelho trabalhou por períodos curtos em diferentes locais. Foi trabalhar no Hospital das Clínicas (HC) da USP no setor de epilepsia, onde recolheu dados para a sua tese de doutorado. Quase foi presa novamente porque atendeu "um caso de uma menina que estava presa, essas meninas eram muito feridas. O nome dela era Cristina, uma uruguaia maravilhosa, o apelido dela era Tupamara, a Tupa, ela foi de tal modo torturada que teve problemas neurológicos graves" (Coelho, 2013, p. 523). Depois do julgamento e da absolvição, em outubro de 1972, Lúcia Maria ficou, novamente, sem emprego.

Com as ameaças constantes, a eliminação sistemática de militantes de esquerda e a impossibilidade de continuar na USP, Lúcia Maria saiu do país, até porque "ainda tinha um outro fenômeno que era o Esquadrão da Morte, né? Por que ele ia nos visitar" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). Foi para a França, período em que realizou seu mestrado em Filosofia da Ciência, iniciado em 1973 e concluído em 1976 na *Université Paul Cézanne Aix Marseille III*. Defendeu a tese intitulada *L'epistemologie d'Auguste Comte comme fondament d'une Science Concréte: Psychologie Positive*. Sobre esse período em que transitou entre os dois países lembrou, "eu não consegui ficar na USP. Porque eu tentava arrumar emprego no Brasil e não conseguia. Eu ia e voltava. Aí eu trabalhava na França, lá eu tinha possibilidade. Mas em vez de me acomodar lá, eu queria voltar, ia e voltava" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). Mesmo depois de sua volta definitiva, sua perseguição ainda continuou, já que a nova etapa de institucionalização da psicologia no Brasil impediu que profissionais da psicologia que haviam sido retirados de seus ambientes institucionais fossem reintegrados. Quando voltou ao país em 1977, Lúcia Maria se tornou professora titular da Faculdade de Medicina de Jundiaí, ministrando a matéria de Neuropsicologia. No entanto, seu processo de contratação continuava seguindo na USP.

O caminho institucional percorrido no processo de sua contratação e a maneira pela qual a burocracia uspiana foi utilizada para impedir sua inserção é representativa da limpeza institucional em curso durante a ditadura. Em 1974, uma Comissão interna da USP se manifestou a favor de sua contratação, já que existia verba disponível para tal, mesmo com a

alegação contrária da Universidade. Nos anos seguintes, a Comissão da Verdade da USP reconheceu que contra Lúcia Maria Salvia Coelho foi utilizado "o Direito Financeiro a serviço da perseguição política" (Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo, 2018, p. 102), já que, mesmo com verba disponível, foi impedida de ser contratada naquela instituição. Somente em 1977 surgiu verba disponível para o Instituto de Psicologia da USP, e o Departamento de Psicologia Social e do Trabalho propôs a sua contratação como professor assistente doutor. Em 1979, iniciou aulas para a pós-graduação em Psicologia Social da USP. Suas aulas foram vigiadas e acompanhadas por um major, para registrar aquilo que ela dizia em sala. Seu contrato inicial fora aprovado pelo Departamento e pelo Instituto de Psicologia, entretanto quando chegou ao momento de apresentar a documentação sua ficha policial foi consultada, sendo seu contrato não concretizado por questões ideológicas.

Enquanto ministrava aula de Personalidade e Cultura, foi interrompida por Ecléa Bosi, que afirmou que não poderia continuar porque haviam vetado seu contrato. Os alunos se revoltaram. Lúcia Maria foi procurar o diretor do Instituto de Psicologia à época, o já citado Arrigo Angelini, que a responsabilizou por ter sido presa e se organizar com grupos de esquerda e asseverou: "você foi muito leviana, de dar aula. [...] E agora nós não podemos nos responsabilizar" (Coelho, 2013, p. 526). No relato de Lúcia Maria, Arrigo Angelini a pressionou, inclusive, para que devolvesse o dinheiro recebido (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). Importante que este relato tenha sido colocado em relatório oficial da USP ainda que tardiamente, já que é reconhecimento institucional de que houve a perseguição de professores de psicologia dentro da universidade: "Ele pediu para eu devolver o dinheiro que eu havia recebido. Encontrou-se com minha irmã e disse: fala para a Lúcia que ela está devendo aqui para a Faculdade, ela precisa devolver o dinheiro recebido. Que eu saiba, somente eu vivi esta situação" (Coelho conforme citado em Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo, 2018, p. 571). Entre os professores da psicologia, nenhum deles se manifestou sobre seu afastamento (Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo, 2018).

Somente em 2018 apurou-se que "o orçamento do Instituto de Psicologia contava com o montante necessário para prover a despesa com a contratação de Lúcia. Afinal, o cargo não estava sendo criado naquele momento; antes, pelo contrário, Lúcia vinha substituir uma profissional que já recebia regularmente pela Universidade" (Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo, 2018, p. 103). Provou-se, também, que a AESI fora instrumento fundamental para sua perseguição no interior da USP. No caso específico, o gabinete do reitor da universidade "expediu ofício dirigido à 2ª Seção do Estado Maior do Exército, à Polícia

Militar, à Polícia Federal e ao DEOPS, dentre outros órgãos, solicitando os antecedentes de Lúcia Maria Coelho" (Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo, 2018, p. 97).

Com as dificuldades de sua inserção na USP, Lúcia Maria realizou pós-doutorado na França em 1983, tendo trabalhado naquele país entre 1984-1986. Participou das reuniões clínicas de epileptologia no *Hospital Sant Paul* e atuou como psicóloga na equipe de Neuropsicologia Patológica do Laboratório de Psicofisiologia do *Centre de Saint Jerôme*.

Apenas após a consolidação desta etapa de institucionalização é que sua perseguição foi oficialmente reconhecida pela Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo em 2018. Tarde demais para tentar reparar os impactos em sua carreira profissional, mas ao menos o reconhecimento de que o funcionamento interno da USP, incluindo seu Instituto de Psicologia, foi estruturado de modo a perseguir professores e estudantes pelos seus posicionamentos ideológicos contrários à ditadura empresarial-militar. Seu caso foi considerado um dos múltiplos exemplos institucionais das chamadas cassações brancas em que se "inviabilizava a contratação como forma de afastar o profissional do meio universitário, afetando sua trajetória acadêmica e profissional" (Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo, 2018, p. 315).

Quando perguntada se tinha algum arrependimento pela posição tomada contra a ditadura empresarial-militar e suas práticas no interior da psicologia, afirmou com um quadro do Che Guevara ao seu fundo: "Estou arrependida de não ter feito mais. Eu fiz muito pouco" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). E continuou: "O que nós fizemos não foi grande coisa. E eu fiquei triste porque, também, não fomos nós que restauramos a liberdade. Não fomos. Foi os Estados Unidos. Aos Estados Unidos interessou mais não continuar a ditadura, e foi terminando a ditadura" (Coelho, L.M.S., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Lucia Maria Salvia Coelho considerou que ser a primeira psicóloga brasileira a fazer os acolhimentos psicológicos de presas políticas torturadas, em razão de ela mesma estar encarcerada, foi pouco frente as suas possibilidades. Talvez isso fosse verdade se comparado à transformação das estruturas sociais de um país, mas tomando como dimensão comparativa uma profissão que se inseria em sua nova etapa de institucionalização, seu trabalho no período foi pioneiro na profissão. A seguir, Angela Arruda, outra psicóloga que amargando as perseguições da época, se tornou uma referência da profissão com relação ao feminismo e a teoria da Representações Sociais.

4.2 **Da interrupção da psicologia e a articulação com o PCBR à reconciliação com a profissão no exílio: “faço que nem Neruda, ‘Confesso que Vivi’”**

A professora de psicologia da UFRJ, Angela Maria Silva Arruda, iniciou sua graduação no curso de psicologia em 1966 e graduou-se em 1969. No entanto, por sua participação no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), foi perseguida e teve te abandonar a instituição universitária. Foi para o Chile, onde tentou retomar a profissão. Vivenciando novo golpe militar naquele país em 1973, exilou-se na França, onde finalmente retornou à psicologia realizando seu mestrado em Psicologia Social na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Aqui, escrevemos a trajetória da estudante de psicologia, assim como a forma como inseriu-se na política de seu tempo. Lembramos que no interior da UFRJ, além dos já citados agentes de informação da ditadura empresarial-militar que circulavam na universidade, entre eles o diretor do Instituto de Psicologia, ocorreu uma intensa movimentação docente e discente na segunda metade da década de 1960. Ainda que inseridas predominantemente no MR-8, como visto no capítulo anterior, ali existiam alguns elos de ligação da juventude estudantil com o PCBR.

O PCBR havia sido formado a partir de uma das dissidências do PCB, cujos membros inicialmente participavam da chamada Corrente Revolucionária que, “após intervenções arbitrárias aplicadas pelo Comitê Central do PCB em setembro de 1967” (Gorender, 2014, p. 113), se articularam em torno de um grupo de militantes partidários reunidos em Niterói. Com a maioria dos presentes provenientes dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, deram início ao processo de reorganização partidária. Nenhum dos dissidentes de São Paulo esteve presente, já que foram atraídos pelo grupo que foi embrião da ALN, o Agrupamento Comunista. Ainda receberam proposta de Pedro Pomar, Maurício Grabois e João Amazonas para juntarem-se ao grupo que havia reorganizado o partido com a sigla PCdoB em 1962. Mas, segundo um dos participantes destas reuniões, “para nós, os convidados, era inaceitável a ideia de subordinação à China e Albânia, justamente depois de nos livrarmos de um partido subserviente a União Soviética” (Gorender, 2014, p. 114).

Em 1968, a *Primeira Conferência Nacional* realizada na Serra da Mantiqueira, oficializou a fundação do PCBR. Querendo dar resposta imediata à ditadura empresarial-militar, proclamando-se revolucionário, ao contrário do partido que lhe serviu de origem, culminou com a reorganização partidária a partir de mais uma de suas dissidências. Relacionado a esse processo, a psicóloga Angela Arruda afirmou:

> *O PCBR era uma organização que cindiu do PCB, naquele congresso que houve uma série de saídas. Saiu a chamada Dissidência, que formou o MR-8. Saiu o COLINA*

> *[Comando de Libertação Nacional] em Minas. Saiu o PCBR. Saiu o que seria depois a ALN. O PCBR, em 1967. Tem ainda dois anos [depois disso] que eu fico no Brasil.* (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Lembrou, ainda, como foi a iniciação gradativa no interior da organização, assim como as atividades que foram colocadas para a base estudantil da qual fez parte:

> É o pessoal com quem se discute, que está, digamos, na informação, porque a gente tem tarefa pra fazer, distribuir panfleto em porta de fábrica, faz comício relâmpago, essas coisas assim, [...] que é pra a gente ir se testando também. E eles também ver se a gente tem estrutura pra ser considerado militante.
> Então, no caso, estávamos juntas eu e a Lilian [Rose Shalder]. *Nós fazíamos parte de um grupo desses de estudantes que tinham encontro com alguém do PCBR, que vinha e conversava conosco. E a gente, às vezes, fazia leitura de texto, discutia. E às vezes, tinha uma tarefa dessas que a gente ia participar. Então era uma franja dessas organizações, era a periferia. Só que eu casei com o cara que era da alta hierarquia do PCBR, e que foi um cara que fez parte da luta armada* [...] (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

A compartimentalização da estrutura partidária impôs precauções a então estudante de psicologia, já que "tudo era estanquizado. Eu não sabia com quem ele reunia, não sabia o que fazia, e não me contava [...]. Ele estava numa função que é uma função importante dentro da organização, que era uma parte totalmente clandestina, inclusive pra mim. Mas vivíamos juntos (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos). Lembrou ainda que o pertencimento a um partido revolucionário que teve existência clandestina significou disponibilizar os aposentos em que residia para "gente que se escondeu, porque era uma casa que ninguém conhecia" (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

As residências utilizadas para esconder pessoas procuradas ou que se encontravam na estrita clandestinidade recebiam o nome de "aparelho" (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos). Ainda assim, a direção partidária lhe era completamente desconhecida, como também para outros setores estudantis do PCBR. É por isso que

> *nunca nem ouvi falar esses nomes [da direção do PCBR]. Eu fui conhecer esses nomes no Chile. Porque era tudo estanquizado. Nós éramos da franja, entendeu?* Quem é essa gente? Que nem conhecia, nem sabia se podia confiar em nós, ia ficar sabendo o nome de direção? Isso não existia. O problema do movimento estudantil é que sabiam o nome deles entre eles, se conheciam da faculdade. Mas essas lideranças, eu nunca ouvi falar. *Só fui conhecer os nomes, saber que eles existiam, quando eu saí do Brasil. Foi quando eu conheci gente, que saiu do sequestro, que já tinha fugido, mas que tinha outra posição dentro da organização. Nada disso circulava* (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

O golpe militar contrarrevolucionário, que teve como uma de suas tarefas desencadear o processo de reformas do estado brasileiro, entre elas a reforma universitária, encontrou

obstáculos para se efetivar. Na particularidade da psicologia, Angela relata as discussões feitas no interior da UFRJ sobre as problemáticas educacionais da década de 1960:

> uma discussão que era muito presente e que englobava a psicologia era a discussão da questão do *acordo MEC-USAID. Esse era um grande ponto, porque é o ponto das lutas de 68*. Então mobilizou muito, e essa era uma discussão forte. *Eu acho que ela impulsiona o movimento dentro da própria psicologia porque começou a se discutir que universidade era essa, como que ela ia ficar e porque a gente tinha que ter essas ingerências, a proposta de privatização*, já estava embutida aí o viés do sistema de créditos. Eu sou da época dos seriados. O sistema de crédito, justamente, facilitou essa dispersão, essa desagregação em que você não tem mais turma. Eu estudei numa turma, eu andei numa em que a gente ficou todo mundo junto durante quatro anos. A gente se encontrava, tinha o seu grupo de estudo, mas funcionava desse jeito (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

É exatamente pelo desencadeamento da privatização do ensino superior no Brasil impulsionado pelos militares, e com a retaguarda jurídica daquilo que se tornaria a Lei de Segurança Nacional, que os setores contrários à política da *modernização-conservadora* foram neutralizados. O acordo entre o Ministério da Educação militarizado e uma das organizações norte-americanas que financiou a desestabilização do governo democrático, como escrito em nossa Introdução, foi um dos pontos de fricção entre docentes e discentes contrários ao processo de privatização educacional dos generais brasileiros. Neste sentido,

> *a questão do MEC-USAID foi uma bandeira que mexeu com o movimento estudantil, levantou o movimento. E aí se inseria toda a discussão a respeito do imperialismo, das formas de produção*. Por aí entrava toda a discussão mais ampla. E nós, dentro da psicologia, tínhamos todas as nossas questões. Isso na época da cátedra vitalícia. Então nós tínhamos professores que diziam barbaridades porque eles tinham sido herdeiros da cátedra, que passava de pai pra filho. A pessoa recomendava quem iria sucedê-la. Nem sempre eram os mais capacitados [...].
> A gente podia ter tanto gente muito boa, quanto muito ruim. Então o movimento teve a ver com isso, dentro da psicologia. Havia certas pessoas que a gente achava que eram incompetentes, assim como havia outras que eram muito boas (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Como em outras instituições, na UFRJ, e em sua psicologia, também havia agentes da repressão que se passavam por alunos para espionar o que acontecia. Às vezes eram, inclusive, identificados:

> O fato de que a gente, também, sabia que estava numa ditadura, que a gente *tinha gente em sala de aula, que não estava ali pra estudar psicologia só, estava ali pra vigiar os outros. [...] Todo mundo sabia. Tinha um cara lá da Marinha. Ele e a noivinha. E ele era o cara que se sabia que era o olheiro, que ficava monitorando.* Talvez ele não fosse o único. Podiam haver outros mais discretos. Mas esse era mais conhecido (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Com o desenvolvimento das lutas de massa estudantis, encontrando fermentação nas lutas de massas mais gerais, uma resposta mais contundente dos militares precisou ser desencadeada. É por isso que a então estudante de psicologia trouxe à lembrança a transição do

ano de 1968 para 1969, com a decretação do AI-5 e com a Lei de Segurança Nacional. Com isso, nova ofensiva dos órgãos de repressão que foi defendida por professores contrários à existência de greves e manifestações no interior da universidade:

> [...] *o Instituto [de Psicologia] vem depois do AI-5, vem depois de 68. Então é só no último ano é que essas coisas começam a aparecer. Mas as coisas vão engrossar, mesmo, é no fim de 1969. Foi em 1969, que baixa uma repressão violenta. E é quando eu saio. Eu saio na hora que a coisa vai começando. Então a queda no PCBR é no começo desse recrudescimento, dessa amplificação da repressão.* E, naquele momento, *a gente sabia que tinha gente que era, digamos, reacionário, que era contra a greve quando a gente fazia paralisação, que pregava contra manifestação, dava falta, esse tipo de coisa.* Mas eu, particularmente, nunca tive nenhum problema porque era muito boa aluna. Eu era representante de turma, porque acho que as pessoas sabiam que eu era muito boa aluna. Mas eu também, como era muito tímida, não era de falar muito, quando me diziam que eu tinha que não deixar entrar professor tal porque tinha que fazer greve, porque queria que ele saísse, eu passava a noite pessimamente porque falar na frente da turma era um problema. Então, eu também não tinha nenhuma vocação pra liderança (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

A velocidade e a intensidade que o golpe-dentro-do-golpe, desferido pelo novo ato institucional, atingiu os setores estudantis politizados no interior das universidades. Muitos foram surpreendidos, incluindo aqueles que não apresentavam características mais visíveis de sua militância. Não por acaso, "nunca me senti, assim, alvo de nada, porque eu nunca achei que ia ser alvo de nada. Eu tinha essa ilusão ainda, porque como era boa aluna, uma moça bem-comportada, que eu estava fora de perigo. Quando dei por mim, a coisa já estava feia (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Ainda sobre o processo de fechamento institucional como consequência do projeto do generalato para enquadramento das instituições nacionais dentro de molde permitido pelas fronteiras da Lei de Segurança Nacional, Angela Arruda emitiu sua percepção sobre os climas das reuniões entre os diferentes agrupamentos de combate a ditadura empresarial-militar. Apesar das oposições que existiam, com cada um dos grupos propondo diferentes caminhos para trilhar o processo de revolução brasileira, Angela Arruda assim como Lucia Maria, utilizou da instrumentalidade do humor para lidar com situações adversas no período:

> a gente tinha muita discussão, muito assembleia, muita coisa, assim, muito engraçadas, e tinha umas coisas que a gente já sabia das nossas lideranças [...]. *Quando começava a falar, eu tinha uma colega que dizia assim: "Ixi. Agora a gente vai saber da história do Brasil desde que os portugueses chegaram, como é que os índios foram oprimidos. Porque agora a gente vai ter que ouvir tudo pra chegar na etapa da revolução". Era muito engraçado, porque essa discussão da etapa da revolução era a discussão que pegava em toda reunião. O MR-8, que na época era dissidência, defendia um negócio, o PCB defendia outro, o PCBR, defendia outro. Cada um tinha sua etapa da revolução.*
> *Então a gente ia ter que ouvir aquela história toda de novo. Todo mundo discutindo aquilo. Já sabia o que cada um tinha pra dizer. Era muito engraçado.* Então, tinha muita coisa assim, muito divertida, entende? Eu sempre achei muito interessante o

> que tem de divertido nessas coisas. Quando estava presa também, porque tem umas coisas que são grotescas. Você tem que rir porque só rindo, né? (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

O fracionamento dos agrupamentos oriundos do PCB, que não conseguiu deter a onda de cisões por causa de sua política de caminho pacífico em meio ao recrudescimento do regime social brasileiro, refletiu-se nos diferentes projetos tático-estratégicos relatados por Angela Arruda. A maneira bem-humorada com que reconstituiu episódios de seu passado vincula sua reação à de Lúcia Maria Salvia Coelho.

Ainda sobre o humor em meio à tragédia da ditadura, lembrou de uma história envolvendo uma das manifestações de rua de que participou, que culminou com parte de sua roupa manchada de sangue ao mesmo tempo em que precisou esconder de alguns professores as suas atividades políticas:

> Uma manifestação naquele edifício que era o Ministério da Educação, que é um dos pilares ali na rua México. *Aí a gente sai, começou a se encontrar. E aí veio a cavalaria, e [um estudante de psicologia] deu com a cabeça num pilar, e começou a sangrar. "Eu não acredito, eu não acredito, em vez de você levar uma patada de cavalo, você deu com a cabeça na pilastra". Resultado: eu fiquei com a saia toda manchada de sangue. Eu tinha estágio no ISOP [Instituto de Seleção e Orientação Profissional], nessa época. Era lá na Candelária que era o ISOP e [estava] o Franco Seminerio* [...]. *Eu corri pro banheiro pra lavar aquela saia, imagina se o Seminerio me vê com essa saia cheia de sangue, o que eu vou explicar?* (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Sobre o clima geral da psicologia no interior da UFRJ, lembrou de alguns de seus professores que tinham posição mais avançada, incluindo Eliezer Schneider (1916 - 1998) que alguns anos depois foi impedido de concorrer à eleição para o CFP:

> *Eu fui aluna do [Eliezer] Schneider, eu fui monitora do Schneider.* E o Schneider era uma pessoa assim, de uma cultura geral muito grande e muito aberta. Eu tinha um estágio com Lauro de Oliveira Lima, que era uma pessoa que trabalhava com numa perspectiva de uma pedagogia que não era Paulo Freire, mas era algo libertário, vamos dizer. *Então era muito autogestionário. Então, eu tinha essa outra possibilidade, essa outra janela* (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Relembrou também outros professores e a psicologia de sua época, que

> era mais tradicional. É, bem tradicional. Você tinha professores assim que pairavam acima do bem e do mal, tipo o [Antonio Gomes] Penna, que falava de filosofia. Então, aquilo parecia que não vinha de lugar nenhum. É, o [Eliezer] Schneider tinha aquela coisa boa dele. Falava sobre cinema, mas não dava para saber muito bem. Não me lembro assim de ninguém que fosse... Bom, a gente tinha um professor de antropologia, que não era do Instituto. E eu adorava antropologia porque eu achava que era mais social do que as coisas que a gente lia. Mas não tenho lembrança, não. Ninguém que eu diga assim: "ah, era uma pessoa legal". Não me chamou atenção. Nossos professores não eram... Você tem que ver o seguinte, a gente era terceira turma do IP. Então, o pessoal que você pega da minha geração é o pessoal que está pegando professores que estão sendo, que vão ser os professores de depois, que são os nossos

> colegas. Como é que chama aquele? [Luiz Alfredo] Garcia-Roza. Garcia-Roza era da turma da Lilian. A Turma da Lilian é uma turma depois da minha. A minha é a terceira. Então os nossos professores, eles não são psicólogos de formação. Porque não existia. A formação começa em 1962. A formação não, a profissão é institucionalizada em 1962. Tanto é que eu sou da terceira turma, eu entro em 1966. Então não tinha professores, assim. Você tinha o [Eustachio] Portella [Nunes Filho], que era psicanalista. Mas de resto, eles eram filósofos, pedagogos. Essa coisa de você ser psicólogo de origem só vai existir a partir de nós mesmos. Da primeira turma, que é uma turma pequenininha. Que é a turma de gente que nem é conhecida, porque foi muito pequena. Mas o Luis Claudio Figueiredo, acho que era da primeira turma, que foi meu colega no CAP [Colégio de Aplicação da UFRJ], entendeu? (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Em suas memórias do período em que foi perseguida lembrou também de um importante personagem que foi assassinado pelas forças de repressão do terrorismo de estado brasileiro, o aluno da UFRJ Stuart Angel Jones (1946 - 1971). Para manter seu disfarce em meio a clandestinidade em um dos pontos em que o jovem cobria, utilizou de elementos para tentar não ser identificado. No entanto, pelas suas características físicas, o disfarce não funcionou:

> E por mais que era uma efervescência porque, apesar de você viver meio com medo sabendo que você está numa ditadura e depois ela ia ficar mais feia, lógico que vai ficar diferente. *Uma vez eu vi o Stuart Angel, o filho da Zuzu [Angel], fazendo um ponto. O Stuart tinha quase dois metros, magro, com cara americana, com cara de gringo. E pintaram o cabelo do Stuart, que era meio ruivo, de preto. Mas o Stuart é tão chamativo. Quem fez isso com o Stuart? Como é possível que tenham feito uma coisa dessa?* O Stuart foi fazer um ponto no meio da rua. Certamente que se alguém achar, é uma felicidade pegar um cara que nem o Stuart. Lógico, todo mundo sabia que o Stuart deveria ser direção de alguma coisa. Ele era brilhante.
>
> E desse jeito, chamando a atenção desse jeito, tinham umas coisas assim que começaram a ficar pesadas, mas tinha toda aquela efervescência. O fato de que você realmente discutia muita coisa, tinha muita informação. De que você tinha um espírito de grupo, de coletivo. *Você saía pra uma manifestação, e eu achei isso lindo* (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Com manifestações de massa se desenvolvendo, resultando em milhares de pessoas nas ruas, a repressão desatou sua ofensiva contra aqueles que poderiam servir de vanguarda e direcionar aquele processo à radicalização. Parte da geração de que a psicóloga fez parte foi eliminada como forma de conter os opositores. Entre eles, o próprio Suart Angel, desaparecido político e assassinado pela Aeronáutica brasileira. Sua mãe, citada pela psicóloga, Zuleika de Souza Netto (1921 - 1976), conhecida como Zuzu Angel, foi uma estilista que transformou seu luto e trabalho em denúncia contra os agentes da repressão. Foi, assim como seu filho, eliminada pelas forças armadas do terrorismo do Estado brasileiro.

Um processo militar narra o interrogatório de uma estudante por agentes da repressão. Esta revelou detalhes sobre como eram realizados encontros de estudantes matriculados no Instituto de Psicologia:

> foi proposto estudarem juntas, com a companhia de três moças, alunas do Instituto [de Psicologia da UFRJ] de nomes Noemi, Lilian Rose Shalders e Angela Arruda, as quais viera a conhecer na própria Faculdade; que, nessas reuniões que mantêve com tais

> moças, cêrca de três se não lhe falha a memória, discutiu problemas relativos à Faculdade, bem como, o modo de conseguir [ilegível] para os alunos expulsos; que, tais encontros, foram realizados em praias da zona sul; que, esclarece a declarante, que após tais encontros, não voltou a ver tais colegas Lilian e Eliane; que em relação à Angela, a declarante esclarece, também, que nessa mesma ocasião voltou a vê-la por uma vez, quando, *a mesma pediu-lhe que guardasse por um dia, duas malas de relativo tamanho, com o que a declarante concordou, tendo para isso, sido combinado um encontro para o dia seguinte [...] em um ponto de ônibus existente em frente à Praia*, para devolução das referidas malas que, no dia seguinte, *a declarante compareceu a tal encontro, [ilegível] Angela não apareceu*; que dali em diante a declarante [ilegível] Angela ao lhe entregar tais malas, havia dito que em seu interior haviam roupas suas, e que logo as apanharia, pois que teria de viajar, salvo melhor juízo para o Estado de Minas; que, em vista do não aparecimento de Angela, a declarante levou as malas para a pensão de sua mãe [...] pois que, nessa ocasião, a declarante, alí, residia tanto que, o apartamento em que residiam, anteriormente, havia sido vendido e até aquela época não haviam comprado qualquer outro (BNM 689, 2013, p. 159. Destaques nossos)[90].

A suposta existência de uma mala deixada por Angela Arruda foi um dos elementos de ligação entre o Instituto de Psicologia em processos contra alunos matriculados. Com este elemento constando na peça processual, a estudante interrogada pela Polícia do Exército fez sua defesa afirmando que que não tinha nem participação nem conhecimento do material que se encontrava no interior da mala. No entanto, defendendo-se, forneceu elementos para a acusação de Angela Arruda, dando sustentação para a incriminação:

> afirma jamais ter participado de movimento de rua, sendo suas discussões em nível de movimento estudantil, apenas, particularmente, na sua Faculdade; que, esclarece, ainda, que só veio a saber o conteúdo das malas de Angela, quando, já se encontrava detida na Polícia do Exército, inclusive, da existência de uma arma e de alguns documentos; que não chegou a conhecer a existência de qualquer "aparelho", que, em vista do grupo ser pequeno, naturalmente, todas as reuniões realizadas, o foram na rua, sendo a comunicação entre a declarante e demais membros do grupo, feita através de pontos que marcavam, possivelmente, de semana em semana; que a respeito das suas malas de Angela Arruda, a declarante tem a esclarecer, ainda, que logo após ter-se mudado da pensão de sua mãe, na rua Conde de Bomfim, para sua residência atual, a declarante deixou através de sua mãe, ordens para que as ditas malas fossem entregues a Angela ou qualquer outra pessoa enviada pela mesma, isso em última hipótese, naturalmente, identificada por Angela; que, para isso, tais instruções foram dadas à sua mãe, que as transmitiu à Gerente da pensão (BNM 689, 2013, p. 162-163).

Segundo o interrogatório, a estudante de psicologia tomou conhecimento de que nas malas "haviam panfletos, diversos cantís, munição, uma ou duas armas e placas de automóvel" (BNM 689, 2013, p. 163). A peça processual ainda declarou que a declarante "continua aluna do Instituto de Psicologia, não tendo sido desligada do quadro de alunos do mencionado estabelecimento de ensino; que, ainda, não chegou a fazer parte do diretório acadêmico do

---

[90] Os arquivos do BNM (2013) estão disponíveis em: http://bnmdigital.mpf.mp.br. Acessado em: 25/06/2021. As referências sobre os processos militares constantes no projeto Brasil: Nunca Mais estão referenciadas com a sigla, o número da pasta em que está presente o processo e a página constante dentro dos arquivos, assim como feito por Codarin (2019).

mencionado Instituto" (BNM 689, 2013, p. 163). Nos autos do referido processo, ainda foi afirmado que

> Angela Arruda, que cursava o 4º ano do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e para que pudesse comprovar o que havia alegado, em 10 de dezembro de 1970, formulou requerimento ao Exmo. Sr. Diretor do Instituto de Psicologia da U.F.R.J., a fim de que fosse certificado que a mencionada Angela Arruda, cursava o 4º ano de Psicologia e que era matriculada naquela Faculdade (BNM 689, 2013, p. 1.026).

O requerimento datou de 1971, quando Angela Arruda já havia saído do país em direção ao Chile. Sobre as relações no interior da UFRJ, afirmou que "a Noemi era da minha turma. A Noemi era muito amiga da Sandra, que era casada com o Sandália, que era um colega muito conhecido da economia" (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos). A psicóloga refere-se a estudante de psicologia Sandra Maria de Araújo Fonseca que, em 1968, casou-se com o estudante de economia Fernando Augusto Valente da Fonseca (1946 - 1972), conhecido como Fernando Sandália.

Acrescentou que "o pessoal da economia e da psicologia andavam muito juntos. Namorava, aquelas coisas. Casava. A Sandra casou com o Sandália. O Sandália foi assassinado. O Sandália era do PCBR" (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019).

Figura 58 - Reportagem que afirma a prisão da ex-estudante de Psicologia Sandra Fonseca considerada terrorista



2. Fernando Augusto Fonseca

Gil, João, Cláudio, Comprido, Sandália, Sardinha, João Macabeu, do Comando Nacional do PCBR.

— Filho de José Augusto Valente da Fonseca e Nathayl Machado da Fonseca.

— Ex-aluno de Economia da UFRJ. Trabalhou no Banco do Brasil, na Rua 1.º de Março, 66.

— Vivia com a terrorista Sandra Maria Araújo da Fonseca, ex-estudante da Faculdade de Psicologia da UFRJ, durante sua participação no Diretório Acadêmico ao lado de outros militantes comunistas. Ela, depois, foi atingida pelo Dec. Lei 477, em virtude de sua atuação subversiva. Atualmente Sandra se encontra presa, em fase de processo judicial.

Fonte: Seis subversivos morrem em tiroteios com autoridades, 1973, janeiro 17, p. 16

A primeira interrupção institucional do curso de psicologia por Angela Arruda foi devido à perseguição dos órgãos de repressão àqueles pertencentes ao PCBR. Por isso nos disse que "eu saio da UFRJ pra fugir", e seguiu narrando o acontecido:

> *fazem um assalto, chamado [...] expropriação. Uma expropriação. E cai, e cai na hora, na saída do banco, é preso os rapazes do PCBR. E vai pro pau [tortura], e começa, num jogo de dominó, a cair a organização.* Aí esse dia, na verdade, era o que ia ter o nosso aniversário de casamento. Eu teria que ir pra casa, que era a casa da minha mãe, pra esperar pra encontrar com o Bruno [Dauster Magalhães], que nós íamos sair. [...] *Nós vamos sair, porque era meu aniversário de casamento, aí eu vim pra cá, aqui [casa onde foi realizada a entrevista], e ia sair, quando estou aqui, ele me telefona dizendo: "não vai dar pra sair, eu vou ter que ir viajar, a gente teve um problema, e você também.* Você vai em casa, pega as suas coisas porque a coisa tá complicada". Daí eu já tomei o rumo. Daí eu já não voltei pra casa. Peguei umas coisinhas pra sair. *E fomos embora. Daí eu fiz um percurso até o Chile* (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Quando perguntada se naquela época existia alguma literatura de psicólogos marxistas que fora incorporada ao seu trabalho na organização, afirmou que "achava que devia existir porque eu tinha [lido o Alexis Nikolaevich] Leontiev" (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos). E continuou:

> *Então eu já tinha lido Leontiev e achava que tinha muita coisa na Psicologia Social que merecia discussão. Deveria ser rediscutida a partir dessa leitura do Leontiev, mas não. O que a gente leu, que eu tenho lembrança desse grupo, a gente leu textos de economia do Oskar Lange*, que é um filósofo, mas que o pessoal do PCBR que dava assistência, como a gente chamava, pro pessoal da periferia, pra psicologia, era da economia. Então, eu acho que, talvez por isso, a gente lesse esses textos. Teve uma época que eu fiquei encantada com a economia. Achei que economia era uma coisa ótima pra entender o mundo. *"Acho que eu devia fazer economia, esse negócio de psicologia, eu nunca fui assim, uma paixão, eu nunca soube direito qual era minha vocação".* Quando eu fiz aqueles testes de vocação, dava mil coisas, dava arte (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Ainda que naquele momento a estudante de psicologia não tivesse se encontrado ou familiarizado com leituras críticas no seu processo de formação, isto não significa que elas não existissem. Lembrou ainda:

> Eu descobri o Leontiev, não sei mais como, e também *depois eu vou descobrir o [Serge] Rubenstein. Como eu vou descobrir alguns desse psicólogos, nem sei te dizer como. [Boris] Pariguin não, porque o Pariguin foi editado em português*. Então era mais fácil você achar, quem quisesse podia ler. Mas, o Leontiev, eu não sei como eu cheguei a ele. Eu sei que eu cheguei, eu li o livro, e gostei. [...] O [George] Politzer, enfim, essas coisas (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

O livro do psicólogo soviético Boris Pariguin (1930 - 2012) a que a psicóloga se referiu é *A Psicologia Social Como Ciência*, publicado no país em 1972. Com certas dificuldades de encontrar traduções nacionais de psicologia com base crítica ou de fundamentação marxista, a descoberta era fruto do acaso. Ainda sobre as movimentações da psicologia da UFRJ, lembrou que

> *a gente tinha muito movimento na psicologia junto com a economia, a psicologia tinha muita presença no movimento estudantil, muita gente na psicologia que eram lideranças* tipo o Sérgio Rubens [do MR-8] [...]. Enfim, teve muita gente que foi, o Carlos Zilio [do MR-8]. Você tinha muita gente na psicologia que era muito ativa, que

> estava dentro das organizações, mas já em posições que mostravam certa experiência, um certo traquejo (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Com as quedas do PCBR pela ofensiva de suas ações na cidade e a repressão fechando o cerco em torno dos agrupamentos revolucionários, Angela Arruda foi obrigada a sair do Rio de Janeiro, mas ainda se manteve por certo tempo na clandestinidade dentro do país, "em 1969 eu saio de casa, eu saio de qualquer rota conhecida. Eu fico escondida no Rio Grande do Sul, fico escondida na casa de amigos da minha sogra" (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Até que, finalmente, conseguiu se deslocar para além das fronteiras nacionais, e "chego no Chile em 1970, mas eu ainda chego no governo do Frei [Eduardo Frei Montalva]. Eu ainda assisto a campanha eleitoral do Allende" (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos). Era 1970, ano da eleição que abriu novas possibilidades para o Chile. Depois da derrota do candidato apoiado pelas elites, Salvador Allende (1908 - 1973) que com uma ampla frente organizada através da *Unidad Popular* (UP), venceu as eleições com um programa de reformas e nacionalização de minas de salitre. "Eu faço a travessia toda sozinha, por minha conta e risco. Chego no Chile com esse contato que foi minha sogra que deu" (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019)

Por coincidência, uma das pessoas que ajudaram Angela Arruda no exílio chileno foi de uma psicóloga, "um contato, que é a minha sogra que me dá, que é um contato da filha de alguém que ela conhecia que estava já no Chile. E eu chego nessa casa. Era uma moça que era psicóloga" (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019). E pormenorizou: ". Sobre o clima social que encontrou no país e o choque de sair de um país com avançado processo da ofensiva dos militares para país que ainda vivia as ilusões da efervescência democrática lembrou que:

> O primeiro choque é um país democrático, é o Chile. *O primeiro choque é você chegar num país que não tem nada demais, um país liberal e que tem Partido Comunista, que tem letreiro nas suas sedes. Era assim já antes do Allende. Era um país democrático, só isso.* E manifestações de rua como eu nunca vi. Porque as manifestações no Chile não tinham nada a ver com as nossas. As manifestações do Chile eram manifestações de três, quatro gerações. A família ia pra manifestação. O avô, o pai, o filho, o neto, porque era uma politização muito antiga. *Então, na manifestação, eu chorava em toda manifestação. Porque era tão emocionante e tão diferente, era tão surpreendente você ver que todos esses partidos têm o direito de ter suas sedes, os seus letreiros, e funcionarem normalmente no país* e não acontecer nada. Isso é antes do Allende. Isso é campanha. *Esse foi o grande choque cultural. O grande choque cultural foi chegar num país democrático* (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

No entanto, o processo de polarização, com grupos militares e paramilitares de extrema direita atuando de forma aberta aliado à ofensiva empresarial golpeando a economia através de *lockouts* de caminhoneiros, causou desabastecimentos de materiais de primeira necessidade, criando as condições necessárias para a desestabilização da democracia. O terreno estava sendo preparado para o desenvolvimento de mais um golpe militar, planificado e com suas distintas etapas sendo colocadas em prática.

As articulações entre o empresariado nacional chileno, articulado e financiado pelo empresariado e pelo governo norte-americano, atacou outra democracia em país sul-americano. A comparação com o período anterior ao golpe militar chileno, em que a democracia existia, com o período em que já se havia consumado o golpe dentro-do-golpe no Brasil, era contrastante. É por isso que Angela afirmou que

> *quando ela [a extrema direita] começa a polarizar, você tem o movimento dos caminhoneiros. Então você tem uma grande insatisfação, porque você não tem abastecimento, o país está parado. Não tem abastecimento, está tudo racionado.* Você sabe onde tem uma fila, é porque ali estão vendendo alimento. Você entra na fila. Pode chegar na sua vez e pode não ter mais. Mas também você fica sabendo onde está vendendo açúcar nesse dia, e em outro lugar. Você sai dali e já vai correndo pra outro lugar fazer fila. [...] *É assim que era a alimentação no final do governo do Allende. Então, é um final triste. Exatamente, a diferença é essa. Você tem no período que ainda não é o Allende, que ainda é um país democrático,* lógico que tem repressão, mas eu fiz marcha, por exemplo, quando eu trabalhava no Sul do país e o reitor da nossa universidade era socialista, *a gente fazia as marchas com os camponeses pela reforma agrária, que era outra coisa extremamente emocionante porque você anda quilômetros pra chegar num lugar que é a reunião, e eles vão com a cestinha com os pães deles pra comer. Pão seco. No final, lógico, vai ter repressão, mas você fez aquela caminhada toda sem nada. E tinha essa coisa, que era surpreendente, que era você ver o Partido Comunista do Chile, o Partido Socialista do Chile. Cada um tinha seu diretório em tudo quanto é lugar* (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Foi presa em uma das manifestações de que participou. No entanto, as possibilidades de defender posições políticas de forma aberta em uma democracia eram completamente distintas daquelas em países em que as ditaduras militares já haviam se instalado. O comportamento de militantes frente aos agentes de repressão, que ainda não haviam adotado o terrorismo de estado de forma aberta, foi prenúncio das polarizações que se delinearam no país. Com instituições democráticas fervilhando em tempos de polarização, afirmou que

> *quando eu fui presa era tão surpreendente porque os caras, eles iam dizendo logo: "eu sou líder sindical do Sindicato* 'de não sei o que', 'da estatal de não sei das quantas'". *Eu dizia: "como?". A gente que era tudo clandestino, não podia dizer nada. Aquilo era um orgulho. Eles chegavam pra dizer que o eram. Quem eles eram. Eu cheguei e fui logo dizendo: "eu sou a fulana de tal, representante do sindicato tal, da empresa tal"*. Eu dizia: "tá bom, temos outra coisa aqui diferente, né?" (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Não obstante, no Chile ainda tentou se inserir na profissão que havia escolhido. Para isto, "eu procurei e me inscrevi na Católica. Primeiro você tem aquela batalha de sobrevivência. Então, em primeiro tempo eu não pensei em voltar a estudar, porque tinha que sobreviver, né?" (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019). Continuando seu relato, afirmou que foi "até Antofagasta [cidade do norte de Chile] pra um cargo de psicóloga da Universidade, mas eu não tinha experiência nenhuma, porque eu estava saindo da universidade, então eu não fui selecionada" (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019).

Como estrangeira vivendo fora de seu país, a nova tentativa de voltar para a psicologia esbarrou nos obstáculos do momento em que vivia. Trabalhou como professora de inglês. Seria necessário mais um golpe militar-empresarial e mais uma fuga para que, finalmente, se reencontrasse com a profissão. É por isso que "a psicologia parou nessa minha tentativa de voltar a estudar e que não deu certo depois, porque eu não consegui terminar o curso" (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019).

Entretanto, lembrou de seminários que ficaram marcados na sua experiência com a psicologia chilena:

> Eu voltei a estudar psicologia no Chile quando entra o governo do [Salvador] Allende, porque no governo do Allende tinha muita coisa interessante rolando nas universidades e as coisas ficaram mais fáceis pra gente como eu. *Então, eu reinscrevi na Católica, eu queria terminar a formação porque eu sai com bacharelado. Entre 1966-1969, eu só fiz quatro anos. Aí eu me inscrevi.* Mas eu trabalhava fora de Santiago. Eu só podia assistir aula quando eu voltava na sexta feira. Ou em outro período podia ser na segunda, enfim. Era muito limitado o que eu podia fazer. Nos meus cálculos, eu ia levar mais três anos pra terminar e fazer a formação. Eu fiz seminários ótimos. Eu fiz seminários com o Armand [Mattelart] e Michèle [Henry] Mattelart, que trabalhavam com comunicação social. E o Chile tinha interesse em ver exatamente uma mudança na comunicação social que facilitasse uma perspectiva que não fosse a perspectiva atual da imprensa. Um tipo de comunicação que existia. *Foi muito legal isso, mas não tive nenhum prosseguimento profissional na psicologia* (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Ainda que a tentativa de retorno a profissão não tenha logrado êxito, conseguiu contatos com profissionais através da política. Não por acaso, "eu tive uma grande amiga que era psicóloga chilena, que era uma amiga queridíssima, uma das mais próximas. María Angélica Kotliarenco [Azerman]. Ela é psicóloga até hoje. Trabalha com resiliência. Também era militante do MAPU [Movimiento de Acción Popular Unitaria]" (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Também os contatos com integrantes do PCBR se alargaram no exílio chileno, seja por meio de moradia em momento em que a solidariedade de exilados foi essencial, seja com a chegada de mais brasileiros, desta vez libertados dos cárceres pelo processo de captura de embaixadores. Continuou

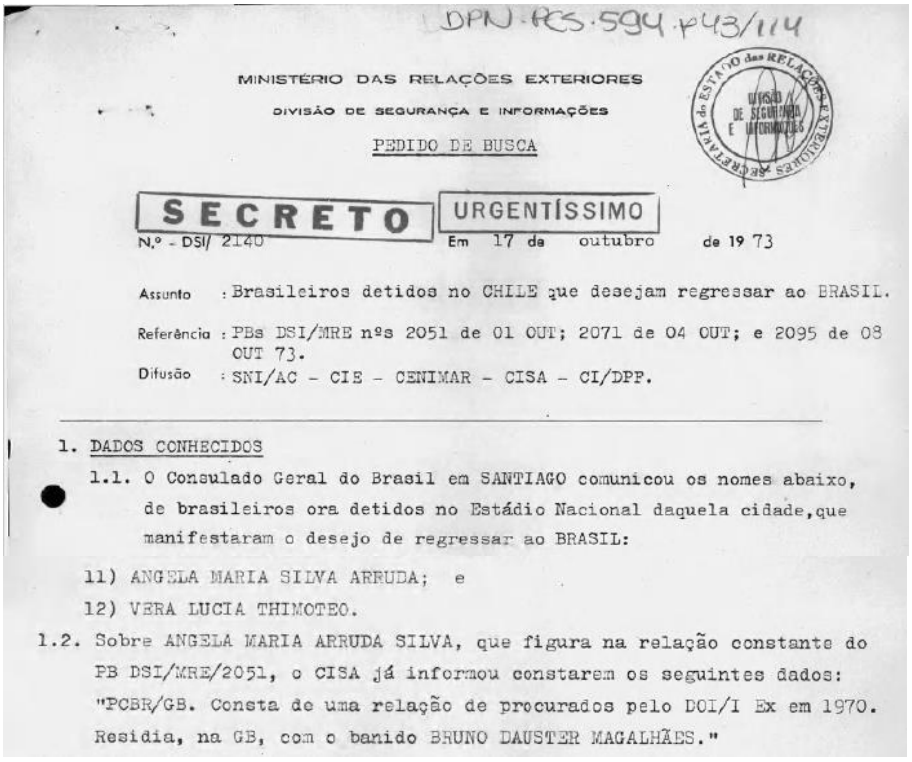
> *a coisa se modifica quando há o sequestro e os presos, os setenta, são levados pro Chile.* E aí vem gente que era direção, que tinha função institucional, digamos, dentro

> da organização. Porque eles chegam e tentam rearrumar quem estivesse lá próximo. Aí o meu ex-marido, que ainda era meu marido porque não tinha separado, e chegou o meu marido atual também, e eu casei com ele depois. E chegam, sei lá, uns quatro ou cinco do PCBR. Chega a Nancy Mangabeira Unger, que tinha levado um tiro e perdeu um dedo. Chegaram os que a gente chamava de os "barra pesada" (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Os setenta a que se refere foram os 70 presos políticos trocados pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, como comentamos no segundo capítulo. Angela Arruda, tendo fugido da ditadura militar-empresarial no Brasil e, diferentemente de pessoas que estavam em parte de seu círculo de militância, conseguiu escapar dos cárceres brasileiros. No entanto, não teve a mesma sorte no Chile. No dia 11 de setembro de 1973, articulado com o governo norte-americano e com os generais chilenos, que teriam colaboração dos experientes militares brasileiros em matéria de tortura e ocultação de cadáveres de opositores, a Operação Condor lançou ofensiva contra o presidente chileno Salvador Allende. Angela Arruda lembrou que "dois dias depois [do golpe] eu fui presa" (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019).

Foi levada para o Estádio Nacional do Chile onde milhares de pessoas – as estimativas são de mais de 40.000 presos - ficaram detidas no campo de concentração que ali se estabeleceu. A embaixada brasileira no Chile, como mostra a figura abaixo, através de seus colaboradores com a ditadura empresarial-militar chilena, soube da sua presença no referido estádio.

Figura 59 - Documento com a relação de brasileiros detidos no Estádio Nacional do Chile



DPN·RCS·594·P43/114

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

PEDIDO DE BUSCA

SECRETO URGENTÍSSIMO

N.º - DSI/ 2140 Em 17 de outubro de 19 73

Assunto : Brasileiros detidos no CHILE que desejam regressar ao BRASIL.

Referência : PBs DSI/MRE nºs 2051 de 01 OUT; 2071 de 04 OUT; e 2095 de 08 OUT 73.

Difusão : SNI/AC - CIE - CENIMAR - CISA - CI/DPF.

1. DADOS CONHECIDOS

1.1. O Consulado Geral do Brasil em SANTIAGO comunicou os nomes abaixo, de brasileiros ora detidos no Estádio Nacional daquela cidade, que manifestaram o desejo de regressar ao BRASIL:

11) ANGELA MARIA SILVA ARRUDA; e

12) VERA LUCIA THIMOTEO.

1.2. Sobre ANGELA MARIA ARRUDA SILVA, que figura na relação constante do PB DSI/MRE/2051, o CISA já informou constarem os seguintes dados: "PCBR/GB. Consta de uma relação de procurados pelo DOI/I Ex em 1970. Residia, na GB, com o banido BRUNO DAUSTER MAGALHÃES."

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 1973, p. 43

Os detalhes de sua captura pelos agentes da repressão chilena foram narrados da seguinte maneira,

> a vizinhança denunciava. Eu sai de casa, onde eu estava morando. Eu morava com uma amiga chilena que era militante do MAPU, que é um partido que foi criado durante o governo do Allende. E ela era uma pessoa muito ativa e muito assim, como eu vou dizer, exuberante. Então, ela era do tipo que entrava no comércio, se queixava e dizia que ia denunciar porque estava vendendo a preço do mercado negro. Era uma pessoa conhecida no bairro e morava numa casa de altos e baixos. Na parte de baixo, moravam os pais, donos de laboratório farmacêutico, e do lado do apartamento dela tinha uma célula de Pátria e Liberdade, que era a Opus Dei. [...]. *Aí, quando houve o golpe, nós achamos que nós tínhamos que sair dali porque nós éramos estrangeiros, e iríamos botar a Claudia* [militante do MAPU] *em risco. Aí nós saímos e fomos para a casa de uns brasileiros* que moravam num bairro mais chique e que estavam lá em função de um casal de baianos. *Só que nós não fomos os únicos. Uma porção de gente tinha pensado a mesma coisa. Então, a casa encheu de brasileiros que chegaram na hora que levantou o toque de recolher. Aí o toque de recolher aconteceu de novo e quando foi no dia seguinte, quando a gente acordou, já estavam dentro de casa pegando a gente. A vizinha denunciou* (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Como o Chile de 1973 havia conseguido eleger um presidente socialista com plataforma reformista em continente em que pulularam golpes financiados pelo empresariado articulado com o governo norte-americano, mas encabeçados por militares responsáveis pela ofensiva armada, lá estiveram presentes exilados de variadas nacionalidades. Tornou-se um centro multicultural e de circulação de latino americanos. Neste sentido, Angela Arruda narrou sobre o tempo que passou no Estádio Nacional e a forma como conseguiu sair:

> Eu fico quarenta e poucos dias no Estádio Nacional. A gente sai, só que sai pelo Alto Comissariado das Nações Unidas e pela Cruz Vermelha. E saí pra Casas de Abrigo, que são casas sob a bandeira da Cruz Vermelha. Nessas casas, a gente espera ser acolhido por algum país porque a gente vai ser expulso do Chile. Então, a gente espera. Eu, como nessa época já estava vivendo com o René [Louis de Carvalho[91]], meu atual companheiro que é francês de origem, e ele saiu do estádio antes, porque o consulado foi retirar os franceses que estavam no Estádio. Então ele saiu com os franceses. Saiu do Estádio com eles antes de mim. Então ele chega, quando eu saio do estádio, ele já está na França. E aí a família dele, que é uma família de antigos resistentes. Uma família que fez a Resistência [aos nazistas]. O pai dele também tem aquela comanda da *Légion d'honneur* [Legião de Honra[92]] (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

[91] Enquanto escrevíamos a tese, soubemos da morte de René-Louis de Carvalho (1944 – 2021) por *Covid 19*. Nasceu na França quando seu pai, Apolônio de Carvalho (1912 - 2005), depois de ser liberto dos cárceres do Estado Novo de Getúlio Vargas e ter sido parte das Brigadas Internacionais na Guerra Civil Espanhola, deslocou-se para a França e inseriu-se na Resistência, em luta travada contra os nazistas que ocuparam o país. Lá, Apolônio conheceu a também comunista Renée France Laugery (1925 - 2018), outra participante das trincheiras da luta contra o nazismo, com quem tiveram o citado René-Louis de Carvalho. O trabalho que os agentes de repressão de dois países sul-americanos na década de 1960 e 1970 não conseguiram concluir foi finalizado pelas mãos do atual presidente brasileiro, declaradamente um aficionado pelos ditadores desses países.

[92] A Medalha de Ordem Nacional da Legião de Honra (*Ordre national de la Légion d'honneur*) é a mais alta condecoração militar francesa dada a militares e civis. Foi entregue a Apolônio de Carvalho por sua participação na libertação da França contra o jugo das tropas nazistas na França.

Justamente por isso é que “eles conseguiram que a França me recebesse. Então eu saio pra França” (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos). A sua saída do Estádio Nacional impactou profundamente na construção de sua memória da experiência chilena assim como a fragilizou naquele momento:

> isso foi assim uma coisa nunca vista pra mim, digamos assim. Tudo isso foi muito mais impactante do que eu chegar na França. *Chegar na França pra mim foi muito difícil. Muito difícil porque sair do Estádio foi muito penoso. A sensação de que você está saindo porque você é estrangeira, e você tem um Alto Comissariado das Nações Unidas que tira você e bota dentro de um carro e você vai embora, e você deixa toda aquela gente lá atrás* com quem você esteve quarenta e cinco dias acampado, aguentado aqueles interrogatórios, aquela maluquice toda. *E eles não têm um Alto Comissariado que vai tirar. Eles tinham que ficar lá. Ninguém sabia como ia sair. Eu cheguei na França um trapo* (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Em novo território, retorna aos estudos fazendo seu mestrado. Com ânimo, contou que “eu volto pra psicologia quando começa a haver os sinais de possibilidade de anistia” (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019). E ainda,

> eu tinha feito já um mestrado, mas o mestrado era em inglês. Aí eu fui procurar a minha sogra. A mãe dele trabalhava num lugar que se chama *Maison des Sciences de l’Homme*, a Casa das Ciências Humanas. Ela trabalhava com o [Pierre] Bourdieu. Na verdade, ela trabalhava com alguém que trabalhava junto com o Bourdieu.
> E aí eu perguntei pra ela: “o que você acha que eu faço? Eu podia fazer alguma coisa. Ela: “vou perguntar”. Aí perguntou lá. Ela trabalhava junto com a moça que depois se transformou em editora. Uma editora francesa. *Aí alguém me sugeriu [Serge] Moscovici*. Eu fui procurar o programa da *Maison* e tal, olhei e o programa dele e era um seminário sobre resistência e repressão. Eu digo: “opa, tá pra mim. Esse mesmo que eu quero”. *E aí eu entrei, assim. Porque eu tinha que voltar, fazer alguma coisa, fazer um mestrado pra não voltar pior do que eu sai. Eu não tinha feito nada. O que eu fiz no Chile, não valeu, não servia pra nada. Então, foi assim que eu voltei pra psicologia, bem pragmática. Só que depois eu me apaixonei* (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Sobre a presença nos seminários de Moscovici assim como a discussão a partir da qual ele desenvolveu a chamada teoria das Representações Sociais, sendo um de seus fundadores, Angela Arruda lembrou a presença de latino americanos na França e os objetos de estudos ligados a suas experiências:

> *Então, era uma efervescência muito grande pra gente que vem de países que estão caindo debaixo da bota [dos militares]*, porque quando a gente estava no Chile [...], *a gente tem o Paraguai que está na ditadura. Você tem o Brasil, a Argentina, o Chile, o Uruguai, todos os países. Então, está cheio de argentino. Está cheio de uruguaios. Está cheio de chilenos. E tudo isso em Paris. A École, que a gente estudava era o lugar de latino-americanos. Era cheio de latino-americanos*. E o Seminário de Moscovici era muito instigante porque ele mesmo tinha a história dele de perseguição dos nazistas. De ter saído da Romênia e não ter mais voltado. [...] Ele vai estudar como as ideias movem a montanha. Como é que você acreditar que existe uma raça superior faz com que você queira e consiga dominar um continente, praticamente. Aí, as pessoas acharam que estava tudo bem. É assim que ele começa. E depois ele vai entrar na questão das minorias ativas. Então a pesquisa da vida dele tem a ver com a vida

> dele também (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Na segunda metade da década de 1970, após ser cassada pelo terrorismo de estado brasileiro e presa pelo terrorismo de estado chileno, tendo vivenciado dois *golpes empresariais-militares* em diferentes países da América do Sul, Angela Arruda finalmente se reencontrou com a ciência psicológica. Com a entrevista, e contando detalhes de sua participação e experiência no exílio, afirmou: "assim pelo menos faço que nem Neruda, "*Confesso que Vivi"*" (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019).

O mestrado, iniciado em 1977, lhe proporcionou o título de mestre com dissertação intitulada *Environnement, développement, sciences écologiques: sur quelques représentations des relations techniques et scientifiques entre l'homme et son milieu*, em 1981. Voltando ao Brasil, se tornou professora universitária na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) entre 1982 e 1985. De 1985 a 1994, foi professora na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Foi transferida para a UFRJ em 1994, para onde voltou depois de lá ser perseguida duas décadas e meia antes. A partir de 2016, tornou-se professora associada na UFRJ. Tornou-se uma referência na Teoria das Representações Sociais no Brasil, e desenvolveu estudos e publicações com esta base teórico-metodológica em temáticas como saúde, ecologia e feminismo.

Quando perguntada se havia algum arrependimento pelas ações que havia tomado, afirmou que não, já que "foi um privilégio ser da minha geração, sabe? [...] Você não estava fazendo por benefício nenhum. Não era pra fazer carreira, você não tinha nenhum benefício em nada do você fazia, você não esperava nada em troca. [...] Você só tem um ideal. E você se entregou por isso" (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019). E acrescentou: "foi um privilégio ter ouvido todas aquelas discussões e apreendido um bocado de coisa que eu não tinha ideia" (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019). Neste sentido, considera que sua participação na política contra a ditadura impactou a maneira como via o mundo dentro da própria psicologia pois "tem uma outra perspectiva diferente, que é uma outra Psicologia Social [...] Eu acho que sim, eu acho que tenho a ver com isso. Eu acho que é possível essa psicologia. A gente tem cabeças que pensam essa psicologia" (Arruda, A., comunicação pessoal, 08 de novembro, 2019).

Alguns dias depois da entrevista, Angela Arruda entrou em contato para acrescentar informações que considerava relevantes para constar em seu depoimento, como "relações que estabeleci com a psicologia em alguns momentos e queria completar" (Arruda, A., comunicação pessoal, 11 de novembro, 2019). A articulação da luta em período contra a ditadura empresarial-militar ajudou a trazer elementos gerais em seu reencontro com a profissão, assim como "o que

a psicologia me deu como ferramenta para compreender a realidade que era a minha a partir daquele momento, e entender as mulheres. [Já que] isso foi definitivo (Arruda, A., comunicação pessoal, 11 de novembro, 2019). Acrescentou que sua inserção em agrupamento político foi o ponto de partida que fez com que colocasse em primeiro plano a questão da participação das mulheres em decisões que lhes eram concernentes. E exemplificou o reflexo desta participação nas preocupações que se expressaram na psicologia que desenvolveu:

> eu me envolvi com os movimentos de mulheres na Paraíba [quando da volta do exílio], fazendo muito grupo de reflexão, fazendo oficinas em relação com a questão do PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher) (que era uma pauta do movimento nos anos 80), etc. Lembro que a psicologia vinha muito nas discussões sobre essas oficinas, seja na preparação, seja na análise do que elas provocavam, uma vez que partíamos da experiência das mulheres, do vivido, e era a partir dessas subjetividades que se dava a discussão, a busca de entendimento do ser mulher e dos caminhos a seguir. A importância dos afetos surgiu aí também (Arruda, A., comunicação pessoal, 11 de novembro, 2019).

Acrescentou ainda:

> Também pesquisei sobre a Representação Social da contracepção oral entre mulheres de origem popular. E os resultados deste trabalho foram muito esclarecedores das práticas da contracepção oral entre elas. Foi um grande *insight* quando consegui entender porque elas tomavam a pílula (que era distribuída sem acompanhamento clínico, era superdosada, distribuída na cidade por ONGs antinatalistas, para que o Brasil cumprisse a meta demográfica de baixar a natalidade). Era uma forma muito peculiar, tentando se preservar devido aos efeitos secundários da pílula, que eram inúmeros e desagradáveis, mas também porque elas achavam que a pílula juntava "lá nelas" e apodrecia (dava câncer). Então elas tomavam sem continuidade, depois tomavam várias no mesmo dia, também davam para as crianças, por acharem que tinham vitamina, quando elas engordavam com a pílula. Foi a teoria das Representações Sociais e o entendimento da cultura local que possibilitou a interpretação da ambiguidade do desejo - queriam evitar, mas queriam ter também, e justificavam com que "precisavam desentupir o canal" (Arruda, A., comunicação pessoal, 11 de novembro, 2019).

De uma das Dissidências do PCB, que ganhou forma na Corrente Revolucionária e se transformou no PCBR, Angela Arruda foi de uma estudante de psicologia na UFRJ - que conseguiu escapar da ditadura empresarial-militar brasileira, sendo presa no Chile, mas indo para o exílio francês, onde retornou à psicologia - a uma referência na teoria das Representações Sociais quando de sua volta ao Brasil depois da anistia. No subcapítulo a seguir, voltaremos ao caso de outra dissidência do PCB, que se transformou na ALN, e teve um estudante de psicologia como parte ativa nesse fracionamento.

4.3 **A ALN na psicologia da USP de Ribeirão Preto: do convite Marighella à criação do curso de psicologia na UniSantos**

A Ação Libertadora Nacional (ALN) foi formada por um dos grupos de dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) quando diferentes setores partidários se fracionaram para dar resposta imediata ao regime social que se instalara, como temos visto nesta tese. Uma dessas dissidências foi direcionada por Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira. Inicialmente organizados em torno do chamado *Agrupamento Comunista*, ficou conhecida como "Ala Marighella". O PCB se preparava para mais uma fratura. A discussão de qual linha deveria ser adotada pelo PCB foi uma das discussões do VI Congresso realizado em 1967. Uma de suas etapas estaduais, que oficializou o fracionamento do PCB, contou com a participação ativa do estudante de psicologia Luiz Celso Manço (1943 - 2020), responsável pela área estudantil do partido no interior do estado de São Paulo. Participou de seus debates e teve sua vida profissional marcada pela perseguição por seu pertencimento à ALN.

Dito isto, lembramos que Luiz Celso Manço foi um comunista e psicólogo formado na Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto em 1970. Sua militância comunista se inicia antes de sua entrada no curso de psicologia, se manteve durante sua formação acadêmica e prosseguiu até os últimos dias de sua vida. As consequências desta militância, e em particular sua presença na ALN, se fizeram sentir em toda sua trajetória pessoal e profissional.

Do chamado Agrupamento Comunista saiu o embrião da ALN. Uma verdadeira batalha foi travada no interior do PCB, em que suas dissidências seguiriam diferentes tendências. Uma delas se expressou na conformação da ALN. Interessante notar que Luiz Celso Manço, teve contatos pessoais com as duas principais figuras da ALN:

> Com o Marighella eu me lembro [...] de uma reunião clandestina em Ribeirão Preto, e [no] VI Congresso do Partido. O Congresso que rachou. O Partido optou pela luta armada. [...] O Joaquim Câmara [...] era basicamente o responsável de acompanhar o Agrupamento [Comunista] lá em Ribeirão Preto. Então, como eu era ligado à direção nessa transição do Partido para a ALN, eu participava de muitas reuniões com a presença dele (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

O histórico VI Congresso do PCB foi aquele em que diversas dissidências internas, que defendiam uma resposta armada para o golpe de classe, se constituíram como grupos fora do PCB, pois houve uma polarização entre uma fração daqueles que defendiam o caminho pacífico e os que consideravam que o socialismo só poderia ser alcançado por um processo revolucionário que envolvesse, necessariamente, a ação armada. Segundo Luiz Celso Manço, a preparação do VI Congresso começou

> em 1966, com uma discussão interna no partido sobre a linha política a ser adotada. *E o partido nessa época tinha uma postura que a gente chamava de etapista*, das etapas que seriam percorridas até chegarmos no socialismo, que era o projeto. *Ribeirão Preto tinha um partido muito forte, muito grande e a gente começava a discordar dessa linha política do PCB e nos apropriarmos de outras visões do movimento revolucionário.* Já era 1966. Nisso é marcado o VI Congresso do partido. Esse Congresso foi marcante. N*esse congresso, a maior parte do partido de Ribeirão Preto migrou para a ALN* (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

Manço foi um dos delegados designados para estar presente e defender a posição dos dissidentes de Ribeirão Preto:

> nesse VI Congresso, a região de Ribeirão Preto enviou dois delegados. Eu fui um dos delegados. Jovem, representando a Juventude Comunista, e o Irineu, o famoso Irineu, o Índio que era o preceptor, uma pessoa excepcional, [...]. Ele estudou na União Soviética. E ele foi como delegado das classes operárias e camponesas. Ele era camponês de origem. E fui eu da Juventude. Éramos dois delegados no VI Congresso (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Irineu Luís de Moraes (1912–1994), citado pelo psicólogo, foi militante histórico do PCB e da resistência armada das Ligas Camponesas na década de 1940 no interior de São Paulo quando de suas dissoluções pela repressão de Getúlio Vargas em 1945 (Welch & Geraldo, 1992). A disputa do caminho da revolução brasileira, assim como as diferentes táticas, estratégias e programas que deveriam ser utilizados neste processo, cindiu organizações de sólida base na esquerda. E também polarizou diferentes posições de lideranças dentro do CC do PCB. O psicólogo lembrou as correlações de forças entre o grupo representado por Carlos Marighella que foi contrário ao de Luís Carlos Prestes, então secretário-geral do PCB: "ali no VI Congresso, na etapa de São Paulo, o grupo que era coordenado pelo Marighella tinha a hegemonia. E na votação, coube a mim levar o voto de Ribeirão Preto" (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Manço foi o responsável por fazer a leitura da posição do grupo de Ribeirão Preto que assentou a saída do PCB e serviu de embrião da ALN. Lembrou a tensão do momento quando relatou "um detalhe relevante, mas eu tremia muito na hora de ler o papel, tinha aquelas pessoas lá, inclusive [Luís Carlos] Prestes e todo mundo. E a gente se posicionou contra o Comitê Central por considerá-lo pacifista" (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Ainda no interior do VI Congresso, lembrou de conversa no intervalo dos debates com Luís Carlos Prestes, mostrando que, apesar da luta ideológica ter levado à ruptura, se preservou o respeito no plano individual:

> nesse Congresso do racha, que apesar de toda nossa luta ideológica, o contato super amigável com o Prestes. Eu não sei se é porque eu também sou muito tolerante e

> respeito a opinião e as divergências até hoje. Me lembro que numa hora, num casarão antigo, fogão de lenha grandão, sempre o bule de café em cima da chapa, e o Prestes lá no intervalinho. [...] Ali, eu conversei com ele, peguei um cafezinho. Era aquele tipo acolhedor.
> Puxa vida, [eu] disse: "Olha Camarada, temos divergência claras. Não cabe aqui no seu descanso merecido, eu ficar conversando fora da plenária. São claras as divergências. Evidentemente que não são pessoais. Aliás, aproveitando, eu queria demonstrar e mostrar a satisfação, meu orgulho de estar diante de um camarada de grande valor histórico para este país. Me permita agradecer este momento. Tenho orgulho de estar com o Cavaleiro da Esperança". Ele ficou emocionado, e disse: "Aquilo lá foi um momento. Não é pessoal. As circunstancias históricas é que criam um momento oportuno". Super amigável (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Ainda que o clima fora das instâncias decisórias fosse de camaradagem e respeito, no interior do debate ideológico sobre qual deveria ser a linha seguida pelo PCB, as polarizações foram de intensa aspereza. Isto porque a análise da realidade brasileira e a maneira como se contrapunham as classes na concretude da particularidade da ditadura militar indicava também qual deveria ser o caminho político e a orientação tática e estratégia para melhor responder aos desafios históricos. Não por acaso, com respeito à análise realizada, o psicólogo nos afirmou:

> Agora, o embate ideológico era duro. O embate ideológico contra aquela linha [...] de considerar que a maioria do Comitê Central do Partido estava com uma visão reboquista, a reboque da burguesia, na ilusão de que com a aliança com a burguesia nacional pudesse levar a uma ruptura da ditadura. Acreditava-se que a burguesia nacional tivesse contradição com o capital internacional. Ou seja, a gente poderia fazer uma aliança tático-estratégica. Na verdade, estratégica. Uma aliança transitória com a burguesia nacional. Porque eles tinham interesse em competir com o capital internacional. Tinham interesse em serem protegidos do capital internacional. Então, haveria uma contradição com o capital internacional. E, portanto, a burguesia nacional seria uma aliada. Essa é uma das questões mais marcantes. [...] Mas as análises políticas tanto a favor do Comitê Central como contra, [todas eram] aprofundadas, com consistência. Então, esse foi o teor das discussões contra o Comitê Central. De excesso de burocratismo, do pacifismo, ilusão de classe. [...] Eram os pontos críticos: a ilusão de classe, a aliança com a burguesia nacional, o pacifismo e a inoportunidade da luta armada que eles criticavam (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Consumada a cisão e já integrado à ALN, recebeu o convite de Carlos Marighella para treinamento em dois países que à época se tornaram independentes através de lutas de libertação nacional: Cuba, cuja revolução fora realizada em 1959 onde o treinamento tinha como objetivo principal o aprimoramento ideológico; e a Argélia, independente desde 1962, onde se visava o aprendizado de ações de tática e estratégia armada (Manço, 2013; Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

O estudante de psicologia lembrou o momento em que o convite lhe foi feito diretamente por Marighela, assim como as condições em que se encontravam, em meio à clandestinidade:

> Essa noite com Marighella em um sítio iluminado a lamparina no interior de São Paulo entramos com os olhos vendados, evidentemente. Casarão antigo, e à noite eu me

> lembro no terreiro, de terra, eu saí para fumar, cercado de arame farpado. Estava lá observando a lua. Não sei quando, *eu vejo um vulto se aproximando. Era o Marighella.* E ali ficamos conversando sobre o Congresso. Cansado porque é o dia inteiro de Congresso. Era muito difícil. E lá pelas tantas, eu já tinha mostrado a posição de Ribeirão Preto, que ele já conhecia. Eu tinha estado junto com ele. Ele visitou Ribeirão Preto. Ele visitou mais de uma vez. [...] E conversa daqui, conversa de lá, ele me faz uma proposta surpreendente [...]. *Ele me pergunta se eu estava disposto a ir para a Argélia. Passar por uma formação tática e militar. Depois disso, eu teria que ir à Cuba para fazer um refinamento político-ideológico.* Isto posto, eu desceria em alguma região do nordeste brasileiro. Uma incógnita, que só saberia na hora. Só que eu teria que abandonar todas as minhas relações (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

A Argélia vivia seu período pós independência da França, conseguida após uma longa e árdua luta armada combinada com táticas de massas e levada a cabo pela FLN. Não apenas foi uma influência para os revolucionários brasileiros no que tange aos caminhos das guerras de libertação nacional, mas aparecia também como relevante para contatos internacionalistas. No entanto, para Luiz Celso Manço ir para a Argélia fazer formação tática-militar, assim como ir para Cuba para um refinamento político-ideológico após a sugestão direta de Carlos Marighella, significava abandonar parte já enraizada de sua vida. Não é por outro motivo que, no balanço das opções concretas, optou por permanecer no Brasil, inserindo-se na frente urbana da ALN pois, conforme sua avaliação:

> As minhas relações de família, de namoro, de faculdade, de tudo e abraçar a causa clandestina, a causa revolucionária, a luta clandestina direta. Me deu algum tempo, depois voltamos a conversar e [eu] disse: "Olha, camarada, eu não estou preparado para assumir essa tarefa, inclusive fisicamente. Mas eu quero estar junto com o nosso grupo da ALN. Gostaria de assumir um outro tipo de tarefa, na frente urbana". E assim ficou perfeito. "Você é livre para decidir". Ele não foi nenhum algoz (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Declinado o convite e tendo assumido sua tarefa na frente urbana do grupo guerrilheiro, manteve-se "legal nas frentes estudantis, mostrando a cara até aonde podia e fazendo as atividades clandestinas" (Manço, 2013, p. 541). O deslocamento dos militantes para determinadas funções foi parte central no processo de estruturação da ALN como uma organização revolucionária. Por isso, Luiz Celso Manço lembrou da relevância das frentes urbanas para o desenvolvimento do trabalho da ALN, pois existiam "tarefas legais e clandestinas. [...] Essa frente urbana era também importante para a estratégia da luta armada. Era importante. Tanto é que o desenvolvimento da nossa luta armada era mais urbana do que no campo" (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Uma das problemáticas da tática imediata da luta armada foi a manutenção dos militantes no processo de propaganda armada nas cidades, articulada com uma estratégia a

longo prazo. No entanto, para desenvolver as tarefas de construção da estrutura no campo era necessário o desenvolvimento das alianças operário-camponesas e estudantil, já que

> A estratégia inicial tendia a privilegiar o campo, mas a gente não fez na verdade uma preparação político-ideológica com as massas. Não tínhamos como preparar uma infraestrutura, uma logística no campo. Então, coube a mim herdar a liderança estudantil, que foi a tarefa que eu recebi (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Tendo ficado no Brasil, Luiz Celso Manço manteve, então, suas atividades no setor estudantil da ALN de Ribeirão Preto com tarefas imediatas a serem cumpridas. Uma delas foi a organização de parte dos estudantes pertencentes às dissidências, resultando em uma nova rearticulação das atividades da juventude. Com isso, novas lideranças e novas organizações se estabeleceram:

> aí eu fiquei. Tentei cumprir. Foi aí que surgiu a chapa da UEE, União Estadual dos Estudantes. A chapa de oposição à linha do [Luís] Travassos da AP, Ação Popular. E a gente tentou criar uma chapa comunista que a gente chamava da Dissidência. Dissidência do PCB. Era dissidência paulista, dissidência do Rio de Janeiro. Era a dissidência que já olhava com simpatia a luta armada. Montamos uma chapa para enfrentar a AP, que era hegemônica no Brasil, o Zé Dirceu na cabeça. E eu era um dos vices, responsável pelo norte do estado. E ganhamos. Em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

As dissidências que arregimentaram parte dos setores estudantis foram os embriões para a escalada da resposta armada contra a ditadura empresarial-militar: "a partir daí que essa dissidência evoluiu, a dissidência estudantil. Para a integração definitiva na ALN" (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). Com as dissidências tornando-se organizações independentes e autônomas em seu funcionamento, constituíram táticas e estratégias próprias de acordo com sua leitura da realidade brasileira, assim como programas políticos com objetivos a serem alcançados.

Sobre a particularidade da estrutura organizacional da ALN, nos lembrou que

> a proposta da ALN era bem diferente de um partido orgânico. Não havia uma estrutura centralista. O centralismo democrático, organizações de base. Ao contrário, era contra isso. *Havia uma grande autonomia dos grupos dependendo da região do país e das condições objetivas de tomar decisões. Não esperava um chefe decidir.* Então era essa a maneira como a gente trabalhava. A partir daí, eu fiquei com essa frente legal por ser uma liderança estudantil ali na região. Eu viajava para as cidades vizinhas. Para São José do Rio Preto, Franca, Catanduva, Batatais, por aí, pra fazer o trabalho político. São Carlos, Araraquara e foi assim (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

A articulação entre o foco guerrilheiro, o chamado foquismo[93], que foi condenado em palavras pela ALN, mas cuja ação prática não conseguiu evitar, e os treinamentos que

[93] A concepção de foco guerrilheiro, por meio do exemplo da Revolução Cubana de 1959 e através da sistematização do francês Regis Debray em seu livro "Revolução na Revolução?, influenciou parte da ALN.

garantiriam que os militantes fossem capaz de levar a cabo essa tática, foi relembrada pelo então estudante de psicologia, em um momento de realização de um dos treinamentos

> Então nós estamos aí já na ALN. Essa frente legal que eu fazia e clandestinamente eu me reunia para discutir táticas locais, preparar estratégias, projetos pra ação, junto com os demais companheiros. Teve um treinamento que a gente passou, bem rudimentar, numa área de mata, campo, com acidentes geográficos, aí tivemos um treinamento. Um treinamento básico, já que a gente discutia muita estratégia em caso de ocorrência de um foco. "O que vamos fazer primeiro? Aqui, um observador na porta do quartel da onde parte a repressão" (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

O foquismo, como tática discutida na ALN, impactou e orientou parte da atividade militante de alguns setores dentro da organização. Se por um lado parte da organização deveria manter tarefas na legalidade, de outro, a clandestinidade da ALN foi necessária para a sua manutenção. Por isso, o clima das reuniões envolvia "esse lado clandestino de planejar, como fazer, quem vai fazer, o sigilo, os cuidados e as reuniões de preparação dos mais velhos, como o Joaquim Câmara. Como se comportar numa queda, sem perder a formação teórica, muito insistentemente" (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

A ALN precisou estabelecer e elaborar quem eram seus inimigos, quais seriam seus alvos e a partir desta análise preparar suas ações. Não por acaso o cuidado nas discussões e preparações das ações era fundamental já que

> a gente acompanhava as estratégias e discutia como fazer certas ações. E o que não deveria fazer. Aquelas propostas estupefatas, aquelas bravatas que jogaria população contra nós. Havia muita discussão nesse sentido. "Nós vamos atacar isso? É o povo que tá lá". Selecionar alvos muito bem pensados, tarefas muito bem pensadas para que tenha um resultado político satisfatório. E não o contrário. Além de aguçar a repressão, além de piorar a repressão, nós vamos ter a população contrária. Discussões desse tipo [...]. Eu digo que eram clandestinos porque eram feitas em grupos, muito fechado (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

O psicólogo, por ser responsável por tarefas de seu setor, relembrou como à época foi aplicada uma das táticas de manifestações de massa em que a ALN esteve presente, quando

> na época de estudante de psicologia tinha manifestação, a gente separava um grupo "boi de piranha", vamos dizer. Que saía na manifestação para atrair a polícia. E anunciava, dava um jeito. "É segredo". Era segredo, nada era de propósito, uma notícia muito secreta que vai sair um grupo de passeata da rua tal para a rua tal em

---

Não por acaso, apostilas de Che Guevara e de Regis Debray foram parte do material de formação da militância que Luiz Celso Manço ajudou a circular. Mas não sem contradições internas. Joaquim Câmara Ferreira se opunha ao papel "sem partido" de Debray, por exemplo. No *Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo*, em tópico denominado "A guerrilha não é foco", afirma-se: "Não se trata, portanto, de desencadear a guerrilha como um foco, como querem insinuar nossos inimigos, acusando-nos daquilo que não pretendemos fazer. O foco seria lançar um grupo de homens armados em qualquer parte do Brasil, e esperar que, em consequência disso, surgissem outros focos em pontos diferentes do país. Se assim fizéssemos, estaríamos adotando uma posição tipicamente espontaneísta e o erro seria fatal" (Marighella, 1968a, p. 262).

> direção ao centro. Na verdade, o grosso estava sendo organizado em outro ponto da cidade e um grupo lá, "boi de piranha", vamos dizer assim, é que é para atrair a repressão. E o grosso da coisa acontecendo em outro bairro. E numa dessas ações, essa questão de comunicar à sociedade a questão política, foi a tomada da rodoviária de Ribeirão Preto. E por alguns minutos, os microfones foram tomados pra anunciar o que estava acontecendo na manifestação de rua, o que significava isso [...]. E os comícios relâmpagos, né? Sobe num banquinho, fala 5 minutos, 10 minutos e sai de lá. Então são essas [algumas] lembranças do movimento clandestino e não clandestino da ALN (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Para o processo de organização de um agrupamento revolucionário, que teve atividades com quadros legais e outros clandestinos, foi necessário o uso de codinomes para que seus militantes não fossem identificados. Também existiu a necessidade de criar critérios de segurança internos. Neste sentido, quando perguntado pelo seu codinome no interior da ALN, para que não fosse identificado nominalmente, o psicólogo nos disse que "era Sebastião. [...] O do Marighella era Menezes. O do Câmara era Toledo" (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Com o desenvolvimento das ações dos grupos revolucionários no país, sendo a ALN uma das responsáveis por esta ofensiva, a ditadura militar-empresarial respondeu com o aprofundamento da repressão e o AI-5. As vias de fechamento do regime impactaram a luta armada tendo efeitos concretos na militância exercida pela base da ALN, já que

> com o passar do tempo e com o Ato Institucional nº 5, as coisas pioraram [...]. Houve as quedas dos grupos revolucionários. Dos agrupamentos que propunham a guerrilha como forma de luta. Foram caindo, caindo. E o Marighella morre em novembro. E o Che também. E aí foi a derrocada. Pelo menos na ALN, foi a derrocada o final do ano de 1969 (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

A ofensiva dos agentes da repressão contra as lutas que se desenvolviam foi etapa necessária para neutralizar opositores para que as reformas no aparelho de estado fossem concretizadas. Luiz Celso Manço sinalizou também que parte das suas tarefas na legalidade eram atividades dentro da psicologia, sendo necessário acomodar a face legal da luta na vida cotidiana. Antes de compreendermos o impacto do AI-5 na perseguição e desmantelamento dos agrupamentos revolucionários, que ocasionou a queda e prisão de centenas de militantes, inclusive Luiz Celso Manço, um breve interlúdio para apreendermos a particularidade da psicologia com a qual teve contato em seus anos de formação, assim como foi a inserção de sua militância no curso de psicologia.

Sobre o papel na militância que desempenhou no interior do curso de psicologia, lembrou que:

> Eu fazia dentro dos moldes bem-comportados. Bem-comportados dentro dos nossos limites. Por exemplo, eu fui eleito para a diretoria do Centro Acadêmico. Era o Grêmio Universitário de Filosofia, na Faculdade de Filosofia. E dentro do Grêmio, com a ajuda de alguns simpatizantes, fizemos o jornal do campus da Faculdade de Filosofia,

> que agrupava química, física, biologia, psicologia. Hoje tem outros cursos lá. Nós criamos um jornal chamado *O Atabaque*. No editorial tem a explicação porque que o Atabaque. Então esse tipo de trabalho dentro da Psicologia [...] é uma das coisas que a gente procurava fazer. Enquanto estudante de psicologia, escrevi. Colaborei com um jornal semanário chamado *A Palavra*, hoje extinto. O dono desse jornal era um artista plástico, o Dias Marino. Professor de artes do ensino público e uma figura que merece ser citado. Ele resolveu depois de maduro entrar na Faculdade de Psicologia. Então fomos colegas de turma. E vai que vai, ele disse: "Celso, quer escrever para o jornal?". Ele tinha um galpão onde ele montou as máquinas, aquelas máquinas antigas [...], os linotipos, em que o trabalhador fundia as peças em chumbo, conjuntinhos de letras pra montar o jornal. Eu ia lá e eu ficava. Aprendia, colaborava na diagramação e escrevia. Então saíram vários artigos (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

A mediação social possível dentro da psicologia também foi articulada com a base de militantes em outros cursos da USP de Ribeirão Preto, já que a incipiente politização da profissão em sua nova etapa de institucionalização não constituía terreno adequado para o desenvolvimento de determinadas atividades. Por isso Luiz Celso Manço afirmou que "como estudante de Psicologia, e psicólogo, a gente nunca conseguiu formar [...] a chamada base de estudantes de psicologia, organização de base" (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). No entanto, as alianças com outros cursos foram possíveis e concretizadas.

Se, por um lado, a psicologia nestes primeiros anos após sua regulamentação legal contou com frações que colaboraram com a ditadura empresarial-militar, por outro, reproduziu no plano institucional e acadêmico a falta de preocupação com determinações de ordem social mais amplas e críticas. No entanto, esses anos iniciais pós-regulamentação não significaram falta de preocupações com os fundamentos da ciência, mas uma limitação metodológica e o impedimento para uma abertura a temáticas particulares. É neste sentido que o psicólogo rememorou que seu curso

> era tempo integral, formação rigorosa, positivista e neo-positivista prevalecente. O comportamentalismo skinneriano prevalecente, assim com outras vertentes, mas uma formação que me deu uma solidez muito grande. Então a minha crítica é no sentido da carência da formação social, da visão político-social. Essa é a crítica. Evidentemente que toda aquela estrutura de pesquisa, de rigor metodológico me deu muita solidez de raciocínio científico. Acho que foi excepcional, porque formavam pesquisadores na verdade (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Se a bibliografia oferecida pelos professores de psicologia não sedimentava a compreensão das múltiplas determinações da realidade brasileira, parte dessa limitação foi superada pelos estudos realizados além das aulas. Tanto com autores fora da psicologia quanto com aqueles que pertenciam à própria ciência psicológica, já que o curso "era muito restritivo, e a bibliografia era absolutamente restritiva. A gente que tinha uma visão mais de esquerda, [formava] um grupo à parte para estudar Marx" (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de

novembro, 2019). Quando existia a necessidade de busca de referências de uma psicologia fora dos âmbitos hegemônicos, os estudantes utilizavam da criatividade para ter acesso e apropriarem-se de parte da ciência psicológica o que, apesar dos obstáculos, "conseguia, muito escondido" (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). E completou:

> tinha um jeito da gente obter livros soviéticos escrito em espanhol ou impresso em Portugal. E a gente tinha acesso, às vezes conseguia. [...] *Até do Smirnoff e Leontiev. Psicologia dos anos de 1960. Quando havia batida policial, a gente corria para esconder porque se eles pegassem um livro, mesmo que fosse de psicopatologia, impresso em Moscou... Então não tinha ambiente de como estudar determinados assuntos* (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

De um lado, as possibilidades existentes na psicologia através da literatura clandestina. Do outro, as limitações sociais impostas pela época em que viveu e que foram personificadas nas relações institucionais que estabeleceu. Como a psicologia em sua nova etapa de institucionalização foi caracterizada pelo afastamento às problemáticas sociais, isto se refletiu no processo de formação de uma geração, sendo parte da reprodutibilidade social expressa no interior da própria profissão. Sobre a acomodação de parte de estudantes de psicologia da década de 1960 frente ao conservadorismo da época e as possibilidades de mobilização para pressionar e exigir alguma mudança no que era ensinado,

> não chegava a haver uma ação coletiva [...]. Infelizmente não. Havia cobranças muito individuais, pontuais. Assim um ou outro aluno perguntava: "professor, nós não vamos ver isso?". Aí enrolava com alguma coisa. Mas uma pressão de grupo nós não conseguimos fazer, não.
> Então, você perguntava se havia pressão dos alunos cobrando um programa curricular, e mesmo de programas de disciplinas um pouco mais de cunho social. Não, organizadamente não. Que me lembro nunca fizemos um movimento de pressão. Era bem assim, individual (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Como disse, na falta de companheiros na psicologia, se articulou com militantes de outros cursos. Por isso, "faltei muito à faculdade até o terceiro ano, mas consegui ir levando. No quarto ano e quinto ano fui mais dedicado. Formei-me em 1970. Colei grau em 1971" (Manço, 2013, p.551). Quando solicitado pela Justiça Militar, o diretor da Faculdade afirmou que as únicas anotações sobre Luiz Celso Manço na Faculdade eram aquelas relativas ao seu desempenho, se negando a colocar sua atuação política. Assinou documento dizendo que "declaramos, a pedido, que nenhuma ocorrência encontra-se registrada, [...] a não ser os referentes ao seu desempenho como aluno durante o período de 1965 até a presente data, como aluno do curso de Psicologia desta Faculdade" (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, 1970).

Mas um ano antes de se formar, foi preso mais uma vez. Em 1969, o Procurador Militar da 2ª Auditoria de Exército denunciou os militantes da ALN. Entre eles, Joaquim Câmara Ferreira, Irineu de Morais, Virgílio Gomes da Silva[94] e Luiz Celso Manço. Foi o chamado *Processo dos 43*, já que este era o número de indiciados "nesse processo da Ação Libertadora Nacional" (Manço, 2013, p. 543). A denúncia listava o nome das pessoas envolvidas, descrevendo o caráter geral da acusação e individualizando as suas responsabilidades. A peça processual redigida pelo Procurador Militar afirmou:

> [...] os denunciados vinham, desde 1966, agindo na cidade de Ribeirão Prêto, nêste Estado, como *elementos ligados a ALN, liderada por Carlos Marighela, falecido, organização terrorista cuja finalidade era a tomada do poder através da luta armada, e consequente mudança do regime político vigente.*
> Assim, alguns dos denunciados, que anteriormente pertenciam ao clandestino Partido Comunista Brasileiro, naquela cidade, resolveram aderir à organização liderada por Marighela, que em fins de 1967 rompeu com o PCB, constituindo ala dissidente, passando a usar os métodos violentos, para a consecução dos ideais marxistas na América Latina [...].
> Em outubro de 1969 alguns dos participantes do grupo local, já em franco engajamento com a organização, tentaram ação terrorista nas Lojas Americanas S/A., para o que colocaram bombas incendiárias nas mesmas, que por motivos alheios à vontade dêles não chegaram a produzir efeito, todavia.
> Outros denunciados não se limitaram a atividade local, formando uma verdadeira ponte entre aquela cidade e a Capital, chegando aqui a praticar algumas ações terroristas (BNM 097, 2013, p. 8).

Para além das acusações gerais, a individualização das responsabilidades no processo imputou a Luiz Celso Manço o seguinte fato:

> O denunciado LUIZ CELSO MANÇO (fls.113) em 1965 ingressou na Faculdade de Filosofia de Ribeirão Prêto, havendo participado de movimentos estudantis. Veio a conhecer [três companheiros]. Juntamente com [dois companheiros] *mimeografaram as apostilas de Che Guevara e Debray, levando também um mimeógrafo* juntamente com [um companheiro] a casa de [outro companheiro]. *Milita contra o denunciado indícios de que integrava a organização comunista em Ribeirão Prêto* (BNM 097, 2013, p. 740)[95].

As apostilas que foi acusado de imprimir foram o já citado *Revolução na Revolução?* de Regis Debray e *Guerra de Guerrilhas* de Che Guevara, assim como panfletos de agitação e propaganda, entre eles, "trechos do Lenin, Um Passo a Frente, dois passos atrás" (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos). Ainda que o núcleo dirigente

[94] Virgílio Gomes da Silva (1933 - 1969), também conhecido como Jonas. Foi militante revolucionário da ALN assassinado pela ditadura empresarial-militar e o primeiro desaparecido político do país. Foi o responsável militar da ALN pela captura do embaixador norte americano e um dos elos de ligação entre a ALN da capital e do interior de São Paulo.

[95] Ainda que os processos envolvendo Luiz Celso Manço sejam públicos, optamos por retirar o nome de algumas pessoas citadas, atendendo a pedido feito pelo entrevistado, por se sentir desconfortável em falar de militantes que ainda estavam vivos e sem a anuência prévia deles. Com relação aos que foram eliminados pelo terrorismo de estado, tiveram suas vidas expostas em detalhes e, portanto, informações já conhecidas não poderiam causar algum tipo de constrangimento.

da ALN tentasse se desvencilhar da teoria do foco guerrilheiro cubano para elaborar sua tática revolucionária, a influência cubana impactou a forma de estruturação da organização. A inversão da relação estabelecida entre partido e exército, através de uma valorização dos elementos táticos em detrimento dos estratégicos, serviu adequadamente às justificativas de parte dos que optaram pelo militarismo mais imediatista da luta armada.

Com relação à denúncia imputada a Luiz Celso, quando questionado sobre a veracidade dela, nos respondeu que "a denúncia procede. Evidentemente que, na época, neguei, neguei, neguei [...], se você cede um pouco, eles querem mais" (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). E acrescentou, "você tem que tentar resistir ao máximo e não entregar. Participei sim. A gente tinha o mimeógrafo. A tinta preta. O mimeógrafo, evidentemente, com tinta. A gente ficava a noite inteira se revezando, sujo de tinta" (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). Detalhando a forma como os materiais foram obtidos, forneceu mais alguns detalhes:

> [...] conseguimos, através do [José] Dirceu e outros camaradas de São Paulo, da USP São Paulo. Ali era um polo de agitação e a gente conseguiu uma quantidade grande de papel sulfite. Tinha um companheiro, que além disso era meu amigo de juventude, [...] que fazia direito, e eu fazia psicologia. A gente não desgrudava. Quando eu era vice-presidente da UEE, que eu tinha que ir nos lugares, fazer visitas em Rio Preto, Catanduvas, etc., ele me levava. Ele era o único que tinha carro. Era o antigo DKV [DKW-Vemag] [...], e ele usava o carro dele sempre, tanto no Partido, quanto na ALN. *O carro dele era da militância, de ação* (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019. Destaques nossos).

O carro lembrado por Luiz Celso quase que como uma propriedade da ALN foi em diversos momentos citado no *Processo dos 43* por suas múltiplas utilizações na luta contra a ditadura empresarial-militar. Nele, um dos indiciados realizou tarefas "utilizando-se de um DKW cor cinza" (BNM 097, 2013, p. 89). Outro indiciado no processo "foi procurado por um funcionário do Banco Comercial do Estado de São Paulo, que o convidou para fazer exercício de tiro em um sítio perto da estação de Águas Virtuosas, para onde foram num carro DKW" (BNM 097, 2013, p. 46). E, ainda, que militantes da ALN "participaram de uma ação de furto de placas de automóveis, utilizando-se para isso de um "DKW", havendo furtado 3 pares de placas que foram entregues a Virgilio [Gomes]" (BNM 097, 2013, p. 13).

Com o DKW servindo de instrumento para a circulação de militantes, o processo de impressão clandestina dos materiais ocorreu quando a cidade dedicava sua atenção ao carnaval. Neste sentido,

> a gente tinha que imprimir isso, o Regis Debray, e o do Che, fora outros menores. Esse episódio aí foi o que me levou à prisão. Então a gente conseguiu sair de Ribeirão Preto. Combinamos com um companheiro [...] e aí nós conseguimos através dele de ceder na casa dele uma sala. E lá fomos para Catanduva. Escolhemos a época do carnaval. No interior, era um carnaval famoso o de Catanduva. Então, a gente

> calculou: “as atenções estão voltadas para o movimento de carnaval”. Fomos lá ele, eu, e o carro abarrotado de papel. E a cada posto da polícia rodoviária, era uma tensão enorme.
> Esses detalhes engraçados são muito significativos para quem tá ali. Dá medo sim. E o [companheiro] mantinha uma postura. Ele fumava cachimbo. “Não estou nem aí”. “Olha, tá chegando perto da polícia rodoviária, vai diminuindo o veículo”. Dá umas baforadas. “Pô, você vai baforar na frente do guarda? Ele vai te dar uma porrada”. E ele nem aí. Chegamos lá. Fomos bem recebidos pela família. Pela mãe. E virávamos a noite inteira. Para descansar um pouco, chegávamos a dar uma voltinha pela cidade, para ver o movimento de rua, o carnaval. Tomar cerveja, muito raramente. A gente não bebia. Tomávamos café. E aí fizemos isso aí. E foi distribuído para a militância. Eram apostilas, não eram livros. Foi isso daí que um companheiro nosso acabou nos delatando (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Também, sobre o processo de impressão de materiais para discussão interna na organização e panfletos para distribuição, lembrou ainda de outro local em que foram realizadas estas atividades:

> a gente tinha um outro local que eu eventualmente ajudava quando sobrava tempo da faculdade ou da militância. Sempre a correria, né? Que era na cidade. Era um depósito de livros de um companheiro que vendia. E lá no fundo do quartinho dele, tinha um espaço. E ali ficava o mimeógrafo. E ali, a gente imprimia também panfletos, outras coisas mais leves. Mas esses dois volumes que demorariam muito tempo, a gente achou melhor não despertar a curiosidade dos vizinhos de ficar com a luz acesa a noite inteira, barulho do mimeógrafo. Então a gente foi para Catanduva. Num casarão grande, de família pequeno-burguesa. E as coisinhas mais rápidas a gente fazia nesse depósito do livreiro. Do nosso companheiro livreiro (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Ainda, uma significativa curiosidade no interior do processo da ALN de Ribeirão Preto. Em 1966, um dos indiciados foi acusado de receber “o livro ‘Fundamentos de Filosofia’ de [Georges] Politzer, ficando estabelecido que cada um ficaria com a incumbência de prepararem estudos sôbre o socialismo, a fim de serem ministradas aulas aos grupos” (BNM 097, 2013, p. 1.138). O intelectual francês, preso pela Gestapo nazista em 1942 e fuzilado no ano seguinte, foi um crítico à psicanálise e defensor da chamada *psicologia concreta,* sendo seus estudos na psicologia amplamente referenciados. Ainda que tenha tido traduções ao português na década de 1950 e 1960, não consta nenhuma delas com estes títulos no processo. Pela data da publicação, possivelmente o processo referiu-se ao livro intitulado *Princípios Fundamentais de Filosofia*[96]. Também, encontramos a referência de uma militante do movimento estudantil que, revisitando algumas memórias, disse haver queimado este mesmo livro de Politzer na época da ditadura[97].

---

[96] Para uma lista de traduções, assim como de suas datas, existe a referência de Netto (2017). A saber: “Entre 1956 e 1961, pela editora Andes, do Rio de Janeiro, saíram três edições do seu *Curso de filosofia: princípios fundamentais*. Em 1962, uma tradução mais cuidadosa (de João Cunha Andrade, sobre a definitiva versão francesa do pós-guerra) foi lançada pela editora Fulgor, de São Paulo, sob o título *Princípios fundamentais de filosofia*”. (para. 2). Acrescentaríamos que este último título ganharia reedição em 1970.

[97] “Depois, contei aos meus pais o que estava acontecendo e, em seguida, meu pai, minha mãe e eu queimamos tudo que pudesse ser visto como material suspeito: panfletos, uma pilha de jornais em que eu aparecia nas

Com a assinatura do AI-5 em 1968, a repressão fechou o cerco aos opositores e aumentou a caçada aos revolucionários. Parte daqueles que constaram no *Processo dos 43* da ALN foram eliminados fisicamente, enquanto outros amargariam temporadas nos cárceres, experienciando as torturas que foram utilizadas como prática institucionalizada do terrorismo de estado no Brasil. As quedas se tornaram frequentes. Não por acaso, os dois comandantes militares da ALN foram mortos em um pequeno espaço de tempo, menos de um ano. O então estudante de psicologia lembrou que "nosso comandante, o Marighella, é traído e morto em São Paulo, e aí a região de Ribeirão Preto também já era ocupada, em termos de repressão, pelo pessoal que vinha da operação Bandeirante, do DOPS de São Paulo. Fomos sendo presos um atrás do outro" (Manço, 2013, p.542). Isso foi em novembro de 1969.

Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, assumiu o comando militar da ALN no lugar de Carlos Marighella. Enquanto isso, o *Processo dos 43* seguiu incluindo o nome de Câmara Ferreira. No entanto, Marighella já constava como falecido no processo. O impacto da repressão se alastrou e a ALN de Ribeirão Preto foi atingida de forma contundente, já que "nessa queda coletiva já estávamos no ano de 1969, foi quando, então, eu realmente tive a minha experiência mais aguda de tortura" (Manço, 2013, p.543).

Enquanto parte dos quadros da ALN de Ribeirão Preto foi levada para o Presídio Tiradentes em São Paulo, outra parte ficou presa na cidade do interior, e Luiz Celso Manço permaneceu "na cadeia central em Ribeirão Preto, que era a principal da cidade, o que, desse ponto de vista de tortura, foi mais significativo. Fui pego no dia 21 de fevereiro à tarde" (Manço, 2013, p.543). Depois de preso, as torturas, amplamente estudadas pela repressão brasileira e apreendidas com oficiais norte americanos e franceses, foram o procedimento padrão aplicado aos presos políticos. E como tal, o estudante de psicologia sentiu na prática a articulação existente entre os diferentes aparelhos repressivos e contra insurgentes de países distantes, mas que se uniam para impedir que os agrupamentos revolucionários organizassem as revoltas e as direcionassem a um processo revolucionário.

A dura resposta da reação mostrou a implacável sanha das forças militares para impedir qualquer organização revolucionária de romper com as engrenagens que faziam girar o processo de reprodutibilidade social do capital no Brasil. As torturas sofridas pelo então estudante de psicologia foram a expressão de como a revolta foi esmagada a ferro, a sangue e fogo,

---

fotos das passeatas e que meu pai guardava para a posteridade, alguns livros como *Dez dias que abalaram o mundo, Princípios Filosóficos* de Politzer, fotocópias de textos sobre Cuba, sobre Che... Até os livros de Stanislaw Ponte Preta foram queimados" (Fasanaro, 2011, p. 387).

> abriram a porta e, nesse exato momento, eu estava seguro pelos braços, um cidadão, um animal, me atacou violentamente. Era o chamado "telefone", sem me ver, praticamente, abriu a porta e já me agrediu, me estourando os dois ouvidos. O sangue jorrou, eu passei a ouvir chiado e barulho de cachoeira, sentia o sangue escorrer, então foi uma noite de terror, da dor física eu pouco me lembro, o mal estar da perfuração do tímpano foi muito ruim, muito desagradável, a tontura, um chiado imenso (Manço, 2013, p.544).

A dureza do tratamento dado aos revolucionários que foram capturados foi de tamanha brutalidade, já que objetivavam a busca de informações que poderiam ajudar a capturar outros revolucionários que se encontravam na clandestinidade, sendo que "eles não queriam saber de movimento estudantil, eles queriam saber do envolvimento com partido, com luta armada" (Manço, 2013, p.546).

Os agentes da repressão fizeram questão de deixar claro qual era o tipo de informação que lhes interessava. Não sobre o movimento estudantil que é incapaz de levar adiante qualquer processo revolucionário, mas sobre a organização armada *para si* em seu processo de reconhecimento enquanto vanguarda de classe. A tentativa de quebrar o militante revolucionário continuou, já que "continuei levando porrada, isso é toda hora, mas nem sentia mais, tapa, murro, eles sabem onde bater pra evitar vestígio, na parte das costas, no rim, no rosto, no rosto mais tapa, que humilha mais do que levar um soco" (Manço, 2013, p.548).

A delação que levou a esta prisão mais duradoura foi um presente para os torturadores que se regozijavam em conseguir informações de que já dispunham: "o fulano que está preso aqui do lado citou teu nome, que você imprimiu 'Guerra de Guerrilhas' no mimeógrafo, para a luta armada, treinamento" (Manço, 2013, p.546). Foi delatado por um colega de organização, que não suportou a dureza das torturas e prestou informações sobre seus companheiros. No entanto, ao contrário do que ocorreu com outros militantes da ALN, as informações obtidas pela repressão não o comprometeram muito. Assim,

> eu tive um pouco de sorte, primeiro de não ter sido delatado em tarefas que eu realmente já cumprira, [...] isso não apareceu ali, ninguém me envolveu - a não ser no episódio da impressão de apostilas de Guerra de Guerrilhas, já relatado. Tive essa sorte [...], outros companheiros não tiveram a mesma sorte (Manço, 2013, p.550).

Importante registrar que, embora delatado, não delatou ninguém, "consegui segurar ao máximo, sem envolver ninguém, é duro, mas você tem melhor perspectiva do que querer contentar os torturadores, porque eles vão querer mais e mais, são vorazes" (Manço, 2013, p.548). O processo a que respondeu se encerrou da seguinte maneira: "Eu fui absolvido por falta de provas em dezembro de 1971, na 2ª Auditoria em São Paulo, no Quartel, na Brigadeiro Luiz Antônio" (Manço, 2013, p.554). No entanto, "os promotores militares não se conformaram, entraram com recurso no Supremo Tribunal Militar. Então, eu fui julgado depois,

um ano depois, no Supremo Tribunal Militar, em Brasília. [...], foi confirmada a sentença em dezembro de 1972" (Manço, 2013, p.555).

Os anos pertencentes à ALN fizeram com que travasse contato com uma série de militantes históricos da luta revolucionária no Brasil. As impressões a partir desses contatos se expressaram nas imagens que criou deles, assim como no balanço que fez da organização. Assim:

> A impressão que eu tive da conversa com Marighella foi que era uma pessoa extremamente sensível e respeitosa. Eu não estou exagerando. É impressionante a sensibilidade desse homem, [...] o camarada Menezes, [...] também demonstrou ser uma pessoa sensível. [....] não um terrorista. Ao contrário. O pouco de convivência com ele me mostrou que a maior parte dos companheiros e camaradas que assumiram, tanto no Partido Comunista Brasileiro, como na ALN, não eram pessoas truculentas. Eu não conheci pessoas truculentas. A propaganda da direita continua até hoje a tentar colar na nossa imagem truculência, quando na verdade eles são os truculentos. O mundo atual tá mostrando isso. E já na época também. A truculência não era não era típico da maioria dos militantes de esquerda revolucionária. Não era. Posso te garantir que não era. Ao contrário, às vezes alguém pode dizer até que era excesso de sensibilidade. Que tinha que ir mais para a porrada (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

A sensibilidade como característica de personalidade dos militantes mais experientes em sua relação com os mais novos foi, segundo o psicólogo, marca constituinte da ALN. Sensibilidade entre companheiros e ódio de classe implacável contra os inimigos. Em situações e tarefas que tinham de ser levadas a cabo, a questão foi colocada em outro patamar pelo psicólogo já que

> evidentemente que nos enfrentamentos armados, aí é uma outra circunstância. Aí vão dizer: "mas mataram gente". Mataram e foram mortos. Aí é uma outra circunstância. Porque na declaração de um conflito concreto armado, ou você atira ou não. Exceto nesses momentos de conflito, de certas ações, não havia truculência (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Sobre as impressões a respeito de Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, que foi o principal elo de ligação e contato da ALN de Ribeirão Preto, Luiz Celso Manço afirmou que tinha

> impressões afetuosas e intelectuais. É impossível não falar das duas. Do ponto de vista dos contatos teóricos e intelectuais, ele tinha uma lucidez grande de análise política, de conjuntura. De conjuntura passada. De conjuntura do momento. De evolução histórica. Então, o Câmara tinha uma visão, uma capacidade de discernimento, de análise de conjuntura com fundamentação, sem aquele discurso cheio de adjetivos teóricos, que tem intelectuais que fazem questão de mostrar a sua erudição, com palavras difíceis, conceitos complexos, "n" citações, "segundo Marx, segundo Lenin". Uma erudição cansativa, muitas vezes. O Câmara, não. O Câmara tinha uma fundamentação teórica correta, sem cair nos excessos de teorizações.
> Um discernimento, como falei e repito pela terceira vez, uma visão de mundo e uma análise de conjuntura meridiana, claríssima (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Ainda quando estudante, Luiz Celso Manço conseguiu emprego na Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), na Usina José Bonifácio de Andrade e Silva em Cubatão, São Paulo. No final de 1969, como quintanista da USP de Ribeirão Preto, se tornou o primeiro estagiário em psicologia dentro da Cosipa. No ano seguinte, ainda como estagiário, enfrentava dependências de matérias de seu curso, que foi secundarizado devido ao processo político que respondia e pela sua atuação na ALN. Nesse sentido,

> Quando a Cosipa me chamou pra trabalhar lá, mandaram telegrama para a minha faculdade. Eu ainda devia duas disciplinas. Eu tinha acabado de casar [...], ganhando uma mixaria dando aula em cursinho. E me chamam pra um baita de um emprego, ganhando dez vezes mais, como assistente de psicólogo (Manço, 2013, p. 551).

Foi necessária a negociação com os professores para que atendessem Luiz Celso Manço em horário especial, e existissem condições para que o estudante de psicologia pudesse estar presente em Ribeirão Preto apenas uma vez por semana com o objetivo de finalizar seu Trabalho de Conclusão de Curso. A colaboração de alguns de seus professores foi fundamental para o término de sua formação acadêmica depois de sua prisão. A complicada situação em que se encontrava, respondendo processo militar no STM, com pendências acadêmicas e recém-casado, podem ser assim resumidas:

> Eu completei três meses de Cosipa, trabalhando no setor de recrutamento e seleção, parte de Psicologia Industrial, Organizacional. Eu já respondia a um processo militar na 2ª Auditoria de Guerra e na 4ª Zona Aérea, era um processo contra nós, os 43 lá de Ribeirão acusados de pertencermos à organização guerrilheira ALN. Só que respondia em liberdade, alguns companheiros presos. Em setembro de 1970, mudei para Santos com a minha mulher. Passou início de 1971, tinha completado três meses na Cosipa, pensei assim: "passaram-se mais de três meses, estou livre do período probatório" (Manço, 2013, p.552).

Mas foi na Cosipa, em um momento de confraternização da empresa, que contou para uma psicóloga que lá trabalhava que já havia tido algum tipo de envolvimento político em momentos passados. Este foi o estopim para a primeira, mas não última, demissão como psicólogo:

> E, em um almoço, ou na festa de fim de ano, alegre, eu acabo, em um momento de bobeira, contando coisas que eu não devia ter contado sobre a minha vida estudantil, a militância política. Dias depois, eu estava na rua - ou no dia seguinte, não lembro. Para quem eu contei? Para uma colega nossa, extremamente reacionária, como é que eu fui abrir o jogo com essa pessoa? Depois eu vim a conhecer o perfil "nazistóide", sem nenhum preconceito, ela incorporou o princípio nazista, uma colega nossa. E, então, ela me denunciou, eu cheguei para trabalhar, fui chamado imediatamente na sala do chefe de Recursos Humanos, Diretor Nacarato, me disse que eu era um jovem brilhante, tinha um futuro importante, estava há cinco meses lá, mas que infelizmente ali era área de segurança nacional e eu havia sido denunciado como acusado em um processo militar, o chamado IPM. Eu era acusado no processo número tal. Então, ele disse: "Você se retire aqui da área, não espere nem o ônibus dos funcionários". Aí terminou a minha relação com a Cosipa (Manço, 2013, p.552-553).

Sobre a demissão ter sido motivada por relações políticas, garantiu "eu fui desligado da Cosipa por razões políticas" (Manço, 2013, p. 535). Em 1971, com a mudança para a cidade de Santos, se estabeleceu como professor de psicologia em diferentes cursos de licenciatura na Universidade Católica de Santos (Unisantos). Em 1972, foi um dos fundadores do curso de Psicologia da Unisantos, o primeiro curso de psicologia na cidade, onde ocupou o cargo de Chefe do Departamento de Psicologia.

Em seguida, foi encarregado de fazer o projeto do primeiro laboratório do curso, em 1972, quando avaliou que "para um recém-formado, a tarefa era por demais complexa, o que exigiu a colaboração dos colegas e professores da USP no sentido de avaliar um anteprojeto que já havíamos elaborado, opinar criticamente e estimar as necessidades de equipamento e instalações" (Manço, 2019, p.104). No entanto, "como psicólogo mesmo, eu só pude começar a trabalhar nessa época, porque não saía documento de boa conduta" (Manço, 2013, p. 555).

Existiu o prolongamento de seu monitoramento pelos agentes da repressão. Os arquivos do SNI mostram que suas informações e atividades políticas foram recolhidas por décadas, mesmo depois do fim da ditadura militar.

Foi por meio de sua inserção profissional na Unisantos que ampliou os contatos para alargar os serviços de psicologia naquela região. O trabalho como professor universitário serviu de base para o desenvolvimento de outras atividades de psicologia em áreas que começavam a ser abertas, ao mesmo tempo que serviu como meio de sua subsistência, porque continuava impedido de receber seu diploma universitário por conta de sua militância pretérita.

O percurso seguido por Luiz Celso se confundiu com os primeiros passos da psicologia enquanto profissão regulamentada na cidade de Santos. Trilhou um caminho com acúmulo de atividades ligadas à psicologia. Neste sentido:

> Eu era chefe do Departamento de Psicologia, que chamava Departamento. E fui o primeiro psicólogo da área de Psicologia Industrial aqui na baixada. Então, logo me aproximei, não havia curso de psicologia. Em 1971 eu dava aula para outros cursos, com a disciplina de Psicologia, enfim. E a partir de 1972, [no] curso de psicologia. Logo, um ano depois, eu era o chefe de departamento, ajudando a montar estágio, laboratório que não existia. [...] A partir desse momento, havia aqui no antigo campus [...] um serviço de atendimento psicológico, que era exercido por uma colega que não havia se formado em psicologia. Ela fez cursos, e obteve a carteirinha de psicóloga na época, antes da psicologia ser "oficializada" como profissão em 1962. Então tem o pessoal de antes de 1962, que exercia a profissão oriundo da filosofia, da pedagogia, etc. E aí eu cheguei aqui. Foi aí que esse Centro de Atendimento, coordenado por essa psicóloga e por uma outra pedagoga, disse: "Celso, a gente faz orientação vocacional. Você não quer participar? Pros alunos, todos os vestibulandos passavam por teste psicológico e entrevista pra entrar no vestibular (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Além dessas atividades, a Unisantos fechou um convênio com a Petrobras. No entanto, esse trabalho foi interrompido, ainda como consequência da perseguição por sua militância política pretérita na ALN. Desta forma, depois de ser delatado em diferentes momentos de sua vida, por pessoas de diferentes lugares, quando questionado sobre delatores dentro da psicologia, Luiz Celso Manço respondeu: "dentro do trabalho, tinha. Tenho convicção. Em sala de aula, tinha na época de estudante. [...] A gente conseguia mapear quem era" (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). Por anos, ainda, continuou recebendo visitas frequentes da polícia na sua casa em Santos como forma de intimidação:

> E mensalmente batiam no meu apartamento aqui em Santos, pra me ver, visitar e assinar um papel. [...] Ou seja, eles estavam de olho se eu morava aqui, onde eu morava, na residência. Não sei te dizer até que ano foi isso, mas eu já morava em Santos, era casado. Agora, pra mim é novidade que tenha seguido até a década de noventa (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Mesmo com o prolongamento das perseguições resultantes do envolvimento em agrupamento de combate à ditadura, Luiz Celso Manço conseguiu se estabelecer como profissional reconhecido na psicologia. No entanto, isto não significou a atenuação da ação terrorista do estado brasileiro em sua vida profissional. Foi também um dos fundadores da Sociedade de Psicologia da Baixada Santista (SPBS) em 1977, tendo sido um dos responsáveis pela elaboração do seu estatuto provisório, que foi "similar ao da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto" (Manço, 2013, p. 534), de onde havia vindo. Foi a primeira entidade de psicologia da região e Manço foi presidente na primeira diretoria. Depois, foi transformada em Associação dos Psicólogos de Santos.

Novamente, a delação por profissionais da psicologia estava presente. A ata de fundação da Sociedade consta nos arquivos do DOPS, junto com os detalhes de sua ficha criminal, que o ligaram diretamente a "*Ala Maringhela"* (*sic*), e afirmam: "Está sendo cogitada a formação da Sociedade de Psicologia da Baixada Santista, sendo o nominado o principal líder. Na 1ª diretoria a ser formada, o nominado ocuparia o cargo de presidente" (Departamento de Ordem Política e Social – Santos, 1977).

Em outro emprego, trabalhou como psicólogo industrial na Petrobras. Os documentos da Divisão de Segurança Interna (DIVIN) da estatal, em seu processo sigiloso, afirmaram: "Desaconselhável a permanência do nominado como empregado da PETROBRAS. [...] Foi ligado ao grupo de Mariguella (*sic*)" (Petrobrás - Divisão De Segurança Interna, 1978). Ali o psicólogo foi acusado de usar testes psicológicos, "escolhendo alguns examinados para fazerem parte de seu esquema" (Assessoria de Segurança e Informações, 1978). Novamente demitido.

Suas atividades na psicologia mantiveram um caráter político. Neste sentido, foi conselheiro em duas gestões do Conselho Regional de Psicologia (CRP), sendo a primeira entre os anos de 1980 e 1982. De 1982 a 1985, foi conselheiro do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Também "militou no movimento antimanicomial que resultou na intervenção do Hospital Anchieta, em 1989, em Santos" (Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2020).

Continuou sendo investigado pelos órgãos repressivos depois do fim da ditadura e, mesmo, depois da Constituição de 1988, havendo dados de segurança a seu respeito até a década de 1990. Em 1987, o SNI reportou que estava envolvido na organização da delegação soviética que visitou a Baixada Santista e comemorou os 70 anos da Revolução Russa (Serviço Nacional de Informações, 1987). Em 1988, registraram a visita de Nicolai Boroda, cônsul soviético, "ao jornal A Tribuna, em companhia de Luiz Celso Manço" (Serviço Nacional de Informações, 1988) em Santos. No mesmo ano, foram relatadas suas atividades na União Cultural Brasil - URSS de Santos. Em 1989 foi relatada sua atividade política em chapa do PCB. Em 1993, constou nos arquivos da repressão sua participação no congresso do PCB, quando passou a fazer parte de seu Comitê Central (Secretaria De Inteligência da Aeronáutica, 1993). Em 1996, constou sua participação no XI Congresso do PCB.

Luiz Celso Manço foi um caso particular na psicologia brasileira. Entrou como comunista no curso de psicologia, foi para a luta armada durante a ditadura, arcou com as consequências de seu posicionamento político no interior de uma sociedade e de uma profissão reacionárias. Perseguido, preso, delatado por variados colegas psicólogos e torturado, não se dobrou. Incorporou os princípios de sua intensa militância à sua atividade prática-profissional no período pós-prisão. No interior do desenvolvimento de sua atividade de psicólogo, teve como objetivo desenvolver aquilo que chamou de *uma Psicologia autenticamente mais popular, uma psicologia que se libertasse de vez da elitização ou uma psicologia do trabalhador*. Para tal, em suas aulas, incorporou referências teóricas de parte da psicologia soviética, com autores como Vigotski (1896-1934), Leontiev (1903- 1979), Rubinstein (1889-1960), Boris Pariguin (1930-2012); assim como Maurice de Montmollin (1926-2013), Basaglia (1924-1980), entre outros.

Sobre a relevância do pertencimento a um agrupamento revolucionário nos seus caminhos profissionais, afirmou que "eu pude contribuir na estruturação de um curso de psicologia com uma visão herdada da militância política de esquerda. Evidentemente que eu não criei [...] uma escola de psicologia revolucionária" (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019). E seguiu:

> Mas a formação do curso, a concepção do curso, não adianta ficar com modéstia pequeno burguesa, eu tive um papel forte por ser o primeiro coordenador que ficou muitos anos, [...] foi possível incrementar, por exemplo, a visão de que a psicologia estava muito distante das classes trabalhadoras. Era uma psicologia extremamente elitizada, europeizada e norte-americanizada. Era uma psicologia extremamente distante do povo latino-americano [...]. Tem vários episódios aparentemente pequenos, mas que construíram a filosofia do curso, a cara do curso. Um deles, a gente lutou pela inclusão da Psicologia Comunitária. Era tudo o que o diretor não aceitava. "É curso na Universidade. Isso está fora do padrão do MEC". Era na ditadura. "O MEC estipula um currículo mínimo". E a gente fez um movimento à revelia dele, reunimos o coletivo do Departamento. A direita tinha lá seus professores. Cultos, alguns muito cultos. Mas a nossa proposta prevaleceu de um curso mais popular, mais inserido na comunidade. Tentando inclusive na área de estágio criar estágios comunitários na periferia, nos presídios, e tal. Então, isso é o legado que a minha militância política deixou, e que eu pude influir, influenciar na linha do curso. [...] Essas coisas são pequenas, mas no âmbito local estabeleceram uma cara pro nosso curso. [...] E depois no Conselho Federal, que foram outras contribuições bem mais aprofundadas. Pareceres, que a gente defendia já numa linha. Então, essas influências no âmbito da psicologia, que eu pude trazer foi no âmbito da faculdade, na formação de um curso. No âmbito do CRP regional e do Conselho Federal. São heranças do movimento político, da militância política que a gente tentou trazer para dentro das organizações de psicologia. [...] E da faculdade, como docente, evidentemente, né? (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

Se em 1973 foram realizados esforços para retirar elementos considerados subversivos da formação do I Plenário do Conselho Federal de Psicologia, já em 1982 um psicólogo que atuou junto a Carlos Marighella fez parte da estrutura da instituição. Quando perguntado, poucos meses antes de sua morte e com respirador que ventilava ar em seus pulmões, se se arrependia das suas opções política, incluindo a luta armada, respondeu: "não! Valeu a pena" (Manço, L.C., comunicação pessoal, 12 de novembro, 2019).

COMENTÁRIOS PARA UM REINÍCIO

A pesquisa para esta tese de doutoramento mostrou que a história da psicologia no Brasil, particularmente em suas décadas de 1960 e 1970, sofreu o influxo da ditadura empresarial-militar de maneira que a própria ciência psicológica assentada no país foi modelada de determinada forma. Não foi apenas o regime social imposto pelos militares com o financiamento norte-americano e do empresariado nacional foi *determinação geral* que transformou a fisionomia do estado brasileiro com as suas reformas econômicas orientadas através da planificação dos generais. Mas essas *determinações gerais* expressaram-se em *determinações particulares* no interior da psicologia brasileira em processo que foi plasmado em suas instituições.

Neste trabalho, empregando a dialética na reconstrução histórica daquilo que denominamos de nova etapa de institucionalização da psicologia no Brasil, aplicamos seus fundamentos e pressupostos científicos que consideram que "o universal é o particular e o particular é o universal" (Lenin, 2011, p.155). A velha assertiva filosófica, por mais óbvia que seja, e ainda que desprezada no plano historiográfico, se fez confirmada no caso concreto da história da psicologia brasileira das décadas de 1960 e 1970.

Insistimos desde o começo da pesquisa de que as *determinações sociais* mais amplas da sociedade brasileira, ou seja, com a forma adotada pelo estado brasileiro de uma ditadura empresarial-militar, com o terrorismo de estado agindo abertamente, expressava características que plasmaram *determinações sociais particulares* na história da psicologia brasileira. Não se tratava de descartar as fragmentadas afirmações da colaboração dos profissionais de psicologia com os agentes de informação e repressão pelo simples fato da historiografia da psicologia ter desconsiderado ou secundarizado os impactos da ditadura em seu processo de institucionalização, mas de descobrir as mediações sociais que foram encobertas pelos agentes históricos responsáveis pela direção de tal processo, já que "tudo está *vermittelt* = "mediado", unido num todo, ligado por transições" (Lenin, 2011, p. 108. Destaques no original).

No que se relaciona às fontes utilizadas nesta pesquisa, destacamos que os arquivos dos órgãos de repressão que subsidiaram a maior parte das denominadas primárias, pelo seu caráter de documentação produzida para não ser compartilhada publicamente, ofereceu uma quantidade de informações mais ricas sobre a história da psicologia nessas duas décadas do que qualquer fonte oficial que pesquisamos. O que encontramos foram dados que expressavam a maneira pelo qual o terrorismo de estado operou na particularidade da psicologia brasileira,

com algumas de suas frações se beneficiando e agindo de forma a auferir benefícios institucionais pela sua colaboração com o regime político.

Continham, por isso, parte da história mais fidedigna com os fatos e a forma como eles se processaram. Disseram mais sobre acontecimentos que, oficialmente, foram contados de maneira completamente distintas. Neste sentido, a velha consideração de jovem jornalista, trabalhando em órgão democrático de dois séculos atrás, foi acertada quando ironizou os "comunicados oficiais [...] [que] não contém nada" (Engels, 2020, p. 476).

No Brasil, o aparente silêncio dos comunicados oficiais foi expressão do ocultamento de processos em âmbitos institucionais quando experienciou uma militarização em todos os âmbitos sociais. Incluindo-se aí à indisponibilidade de dados para o acesso ao público geral. Conexo a este processo, a posterior destruição e inutilização de grande parte dos acervos documentais produzidos pelos agentes de informação e repressão a respeito daqueles que ou discordavam dos militares ou que foram neutralizados.

No entanto, no interior da chamada *Comunidade de Informações*, a riqueza dos relatórios dá a dimensão da organização de colaboradores e delatores, assim como a profundidade da inserção destes nas instituições. Dito isto, concordamos mais uma vez com Engels (2020) quando afirmou que os relatos oficiais da história contados pelos representantes da elite "mentiram descaradamente mais uma vez" (p. 478). Data de longínquo tempo a maneira pelo qual os comandos militares determinam a maneira pelo qual a história é, pois, escrita. No entanto, a brecha aberta para o acesso a documentos que não deveriam ser disponibilizados publicamente tornou possível a comparação entre a mentira oficial e a realidade dos fatos que foram deliberadamente ocultados.

Mas, continuamos seguindo Engels (2020), para quem os relatos oficiais, justamente por serem expressões de dominação de classe de frações sociais com interesses distintos, têm por funcionalidade ideológica a reprodutibilidade social. É por isso que a atividade historiográfica de reconstruir relações de determinado período utiliza-se de outros elementos, já que "compensam-se disso os relatos não oficiais" (p. 476). Sabendo desta maneira de operar a ciência para reconstruir a história, levamos em consideração que frações da psicologia foram desconsideradas no interior da historiografia brasileira.

Foi a partir de um relato não oficial que obtivemos a informação de que um dos personagens tidos como dos mais importantes no processo de desenvolvimento da nova etapa de desenvolvimento da psicologia foi, na verdade, um militar que agiu na delação de colegas de profissão e articulou-se com outros profissionais de psicologia para retirar da profissão, ou pelo menos dos cargos de influência decisória, opositores do regime social. E, justamente por

esta razão, ascendeu de forma desigual em relação aos seus colegas de profissão. Pelo peso da constatação, optamos deliberadamente por manter este relato não oficial no anonimato. Mas foi a partir dele que conseguimos direcionar a pesquisa no sentido de reconstruir parte da história de psicologia e sua institucionalização através da colaboração com a ditadura de frações que se encontravam opostas no plano ideológico e, com isso, fundamentar a existência nas instituições de agentes que operaram o interesse dos militares na construção da profissão.

As conexões articuladas entre agentes instalados em diferentes postos da profissão possibilitaram dois resultados. O primeiro, alargar a profissão dentro de determinados limites institucionais, em que poderiam ser utilizados os dispositivos jurídico-normativos contra os profissionais, entre eles a Lei de Segurança Nacional, para os casos de radicalização que ameaçassem ir além destes limites. O segundo, uma limpeza que permitiu retirar frações da psicologia de instituições quando necessário, neutralizando outras frações ideologicamente vacilantes, que aceitaram conviver com certa cumplicidade desde que atendidas exigências imediatas da profissão.

Neste sentido, com as fontes dos órgãos de repressão, em especial do SNI, afirmamos que a ditadura não apenas foi *determinação histórica fundamental* para o desenvolvimento da psicologia no país, mas agiu em colaboração direta com frações que direcionaram a forma pela qual o desenvolvimento da psicologia aqui se processou.

Não apenas entidades profissionais encontraram o terreno adequado e o regime social capaz de fazer florescer e expandir a psicologia em sua nova etapa de institucionalização, mas foi feito em colaboração entre profissionais e agentes da repressão. Não por acaso, e com as documentações encontradas, afirmamos que o próprio Conselho Federal de Psicologia foi criado não apenas no período temporal em que Emílio Garrastazu Médici (1905 - 1985), uma das altas cabeças do terrorismo de estado no Brasil, governou, mas articulado diretamente de forma a retirar opositores de dentro da instituição.

Os relatos não alinhados com a versão de que existiu interferência direta da ditadura foram desconsiderados na historiografia da psicologia brasileira. Afinal, quem poderia imaginar que fração dos professores de psicologia da USP agiram de modo a tirar outros professores das salas de aula, entregando relatórios ao SNI? Ou que dentro da EsNI, escola de formação de delatores, existiu departamento de psicologia? Ou que psicólogos foram seguidos e tiveram placas de seus carros anotadas por outros psicólogos que eram agentes de informação? Ou ainda que no ano de criação do já citado CFP, das três propostas para sua criação, duas foram descartadas pelas características ideológicas da proponente? Por que instituição de psicologia proibiu a publicação de livro que relatava o assassinato de uma estudante de psicologia? Por

que um dos psicólogos responsáveis pela reforma universitária esteve presente nos órgãos de censura do país e a instituição que trabalhou por décadas, a USP, só o elogia em seus comunicados oficiais?

Aqueles que orientaram ativamente este processo não poderiam imaginar que a história nem sempre segue o percurso que desejariam "os de cima", com a improvável situação em que as milhares de páginas secretas de documentação que atestariam sua atividade oculta seriam disponibilizadas, ainda que tardiamente, em novo e curto impulso democrático da sociedade brasileira.

Com a documentação historiográfica utilizada nesta tese, novas perguntas no interior da historiografia da psicologia podem ser colocadas de maneiras distintas e em patamar mais elevado, a partir de pressupostos mais bem sedimentados. Não é mais *se* existiu na psicologia brasileira colaboração com a ditadura civil-militar, mas *quem* foram os que, por colaborar com o regime político, ascenderam no interior da profissão? Quem foram os que tiveram os caminhos abertos no interior das instituições do estado brasileiro pela colaboração com os militares? E quem foram os que, com os obstáculos colocados por ideologicamente serem contrários ao regime, tiveram sua vida profissional impactada pela perseguição em diferentes níveis dentro da profissão? Se, para alguns profissionais da psicologia, foram *duas décadas de ouro* para o seu desenvolvimento profissional, para outros foi o período de serem apartados dos espaços institucionais e impedidos de desenvolverem seu trabalho no interior das instituições da profissão.

Um dado se mostrou relevante quando da comparação entre aqueles que resistiram à ditadura e aqueles que serviram de correia de transmissão dos interesses militares no interior da profissão. A história da psicologia brasileira na década de 1960 e 1970 contou com quantidade maior de delatores no interior da profissão do que daqueles que se opuseram ao regime militar de forma aberta e contundente. Por isso, alguns dos perseguidos tiveram seus dados entregues aos agentes de repressão por profissionais da psicologia em variados momentos de sua vida e em locais distintos. Não raros foram casos de as mesmas pessoas serem delatadas mais de uma vez por diferentes agentes de informação. Os olhos da ditadura foram multiplicados dentro da psicologia. No entanto, outra função teve importância para a reprodutibilidade deste tipo de relação que plasmou o interesse dos militares no interior da profissão. Foi a cumplicidade.

Mas só existiu a necessidade de tamanho controle porque houve aqueles que, mesmo em condições desfavoráveis de luta, não capitularam e ousaram enfrentá-los. Pagaram um alto preço profissional e pessoal por isto. Mas isso não era nenhuma novidade para os que conheciam a história recente do país.

Em 1954, Jorge Amado escreveu o romance Os Subterrâneos da Liberdade. Narrou a saga da luta dos comunistas brasileiros contra a repressão desencadeada após a Insurreição de 1935, tendo o desfecho de sua trilogia com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945. Seus três volumes foram intitulados: Os ásperos tempos, Agonia da noite e A luz no túnel. A imagem dos protagonistas foi construída a partir de personagens históricos reais. Duas décadas depois dos acontecimentos narrados no romance realista, o encontro de algumas das figuras que inspiraram Jorge Amado com frações da psicologia se consumou em meio a sua nova etapa de institucionalização[98]. Os ásperos tempos desse momento obrigaram essas frações da psicologia a tomarem contato com os já experimentados sujeitos da história. Foi uma juventude ávida por se rebelar, assim como veteranos da luta por justiça social necessitando de sangue novo para o combate.

Mas os tempos eram outros. As disputas sino-soviéticas fracionaram o até então imponente PCB em momento em que a luz no túnel não poderia ser vista. Com o golpe preventivo de 1964, aprofundado com um golpe-dentro-do-golpe em 1968, a agonia da noite não apenas não afastou fração da juventude inserida na psicologia e nas lutas de seu tempo, como exerceu influência sobre ela que, entre a institucionalização da nova etapa da psicologia, articulada com as reformas dos militares, e a luta contra a ditadura empresarial-militar, fez sua opção.

---

[98] Pelo menos cinco dos personagens retratados por Jorge Amado travaram contatos diretos com personagens da psicologia dessa tese. O personagem Carlos, baseado em Carlos Marighella, convidou Luiz Celso Manço para treinar guerrilha em Cuba e na Argélia. Apolinário, que um dia após a soltura dos cárceres do Estado Novo, foi mandado pelo PCB a ser um dos brigadistas internacionais na Guerra Civil Espanhola, era Apolônio de Carvalho, que ainda se deslocou para França para combater os nazistas que ocuparam o país, e recebeu a medalha *Ordre national de la Légion d'honneur*. É através dela que Angela Arruda foi libertada junto dos presos franceses do Estádio Nacional do Chile. Pedro César de Braga, um psicólogo anônimo dessa tese, também travou contatos com Apolônio já após a Anistia. O livro foi ainda dedicado, entre outros, à Diógenes de Arruda. O mesmo que esteve ao lado do PCdoB quando da reorganização partidária de 1962 e na luta travada contra o revisionismo. Passou tanto pela China como pela Albânia, travando contatos com o PCCh e o PTA. Depois de anos preso no Brasil, em seu exílio ficou responsável pela divulgação da Guerrilha do Araguaia. A psicóloga Ana Rocha, antes de chegar ao seu exílio na Albânia, encontrou Diógenes na França. Hermínio Sacchetta, expresso no personagem Saquila, e tido como um fracionista que desorganizava as fileiras do PCB, militou na Liga Socialista Independente, um dos grupos que fundou a Polop, em que estava Lucia Maria Salvia Coelho e Rui Andrada Galvão. O herói do romance foi Luiz Carlos Prestes. Teve contatos diretos com Emely Vieira Salazar e Luiz Celso Manço. Este último quando de sua ruptura com o PCB e sua entrada na ALN. Voltaram a se ver depois da volta de Prestes com a anistia de 1979. Os cárceres do DOPS do romance de Jorge Amado foram também utilizados na nova etapa de institucionalização da psicologia. O velho local de tortura teve serventia para as novas gerações da psicologia que seguiram o caminho dos subterrâneos em seus combates. Entre a velha luta travada pelos comunistas brasileiros durante a primeira metade do século XX, com rachas e rupturas, seguiram-se novos contingentes na segunda metade do século, exatamente quando a psicologia galgava posições em seu reconhecimento institucional. Entre a representação tipológica do realismo e a própria realidade, essa última foi muito mais complexa e rica do que a imagem idealizada dos personagens feito pelo conhecido romancista.

Essa fração que se inseriu nos agrupamentos de combate era tão diversa quanto a multiplicidade de organizações que existiram. A própria história dos que conseguiram permanecer na profissão e desenvolver *multilateralmente* a ciência psicológica mostra isso. Dos nossos entrevistados, todos se tornaram professores universitários. Coincidência? Mesmo que impedidos pela psicologia de sua época, posteriormente foram responsáveis pela inserção de novas temáticas dentro da profissão. Em todos os casos apresentados, tornaram-se profissionais exemplares, reconhecidos em suas áreas de atuação e por seus colegas de profissão. A *multilateralidade* com que desenvolveram a psicologia também foi característica de que essa fração perseguida teve. Apesar dos obstáculos, se mantiveram na psicologia e desenvolveram no interior da ciência psicológica práticas influenciadas pela militância em suas organizações políticas. Não mudaram a estrutura social do país, mas ajudaram a dar nova forma a psicologia que existia. Longe de se configurarem como "subversivos" ou intolerantes, imagem construída pela ditadura empresarial-militar e que foi reproduzida dentro de algumas das instituições de psicologia, foram mais tolerantes com a diversidade e com os limites do outro do que a psicologia de seu tempo.

Também, aqueles que foram obrigados a abandonar a psicologia são casos que representam o que a nova etapa de institucionalização obstaculizou no desenvolvimento da ciência no país. Afinal, quanto tempo demoraria para a psicologia brasileira discutir a psicologia da arte? Qual poderia ser a contribuição que um artista plástico como Carlos Zílio e um musicista como Ricardo Villas Boas poderiam ter dado, já que ambos foram socialmente reconhecidos por seus trabalhos artísticos? Hoje é lugar comum fazer a defesa da democracia na psicologia. Mas quem afirmava isso abertamente, correndo todos os riscos, em 1972? O documento escrito no mês da morte de Idalísio Aranha no Araguaia mostra quem o fez. E quando a psicologia reconheceu a importância das mulheres como protagonistas no interior de sua história? Enquanto era desatada essa nova etapa, elas já eram dirigentes experimentadas na luta contra a ditadura, coordenavam reuniões de guerrilheiros como no caso de Iara Iavelberg e ensinavam a atirar como no caso de Aurora Maria Nascimento Furtado. Por acaso, isso não é fazer a história? Que Piaget tenha se tornado referência para a psicologia brasileira é incontestável. Mas por que Pauline Reichstul que com ele trabalhou diretamente não tem reconhecimento da psicologia educacional daqui? E a psicologia política, quanto tempo até se mostrar como uma possível área na profissão? Por acaso, esses personagens não o foram políticos desde seu início?

Os casos aqui representados nessa tese como perseguições e afastamentos da profissão foram escolhas deliberadas de como uma fração dominante da psicologia, articulada com os

militares, ajudou a modelar e dar forma a psicologia de um período, direcionando processos de institucionalização e realizando uma "limpeza" daqueles considerados obstáculos.

Dizem que a história é a mais cruel de todas as deusas. Que os personagens da psicologia aqui retomados sejam julgados com critérios históricos relacionados as suas participações no processo de institucionalização da profissão. Aqui, apenas, deslocamos elementos da historiografia da psicologia que eram apresentados em segundo plano, e os trouxemos para o primeiro plano.

Salientamos ainda que parte da história aqui reconstituída nesta tese de doutoramento não se propõe a ser uma nova história da psicologia. Existem limites que não podem ser superados com a atual etapa de disponibilização de dados. Portanto, reconhecemos abertamente que esta pesquisa é parcial e fragmentada e, como dito em nosso capítulo inicial, é preciso *decifrar o significado do hieróglifo e descobrir o segredo de sua própria criação social*. Constatamos, apenas, que aqueles que quiserem contar a história da psicologia e da construção do seu edifício profissional durante as décadas de 1960 e 1970 terão que enfrentar, necessariamente, as mediações entre a ditadura empresarial-militar e as instituições de psicologia. Elas existiram. Não as levar em consideração significa ocultar que o primeiro grande salto da psicologia na sociedade brasileira se deu com o impulsionamento das reformas desenvolvidas pelos militares.

Mais importante do que tudo que acima foi dito, consideramos que uma história da psicologia foi desenvolvida nos subterrâneos da profissão, na clandestinidade, nas masmorras e cárceres, à revelia daquelas frações que deram direção social dominante para a psicologia brasileira. Que esta história comece, ao menos, a ser considerada. Se assim o for, essa tese terá cumprido seu objetivo.

REFERÊNCIAS

(1999). Mariana Agostini De Villalba Alvim. *Psicologia: ciência e profissão, 19(2), 73.* Retrieved July 09, 2021, from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931999000200011&lng=en&tlng=pt.

(2009). Sergio Vilela Monteiro (09/11/1923 - +04/05/2008). *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, XXIX (1),214-215. [data de consulta 18 de Janeiro de 2021]. ISSN: 1415-711X. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=946/94611474025

2ª Divisão de Infantaria. (1970). *Resumo de declarações prestadas por Ariston Oliveira Lucena ("Ariston Feitosa Quintanilha", Marcos Silva Pereira", "Mauro Carvalho de Souza", "Rogério", "Cláudio", "Picolo" ou "Jarbas"), à equipe de interrogatório preliminar.* Memórias Reveladas.

A Classe Operária (1976, Setembro). *Edição Especial Mao TseTung.* Acessado em: 12 de janeiro de 2021 de https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/classe_operaria/pdf/51_81.pdf

A morte de Lamarca. (1971). *Manchete.* Acessado em: 12 de janeiro de 2020 de http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pesq=iara%20iavelberg&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.br&pagfis=117710

ABH/SNI. (1976). *Informação dos Elementos Enquadrados pela LSN*. Memórias Reveladas.

Abreu, A. A. de et al (coords.). (2010a). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930.* Rio de Janeiro: CPDOC. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-de-educacao-de-base-meb

Abreu, A. A. de et al (coords.). (2010b). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/stenzel-clovis>.

Abreu, A. A. de et al (coords.). (2010c). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930.* Rio de Janeiro: CPDOC. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/juraci_magalhaes>

Abreu, A. A. de et al (coords.). (2010d). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930.* Rio de Janeiro: CPDOC. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/julio-de-carvalho-barata.

ACE (1970). *Pedro Parafita Bessa.* Memórias Reveladas.

Ações corajosas no Pará (1972, Agosto), *A Classe Operária*. Acessado em: 12 de janeiro de 2021 de https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/classe_operaria/pdf/51_38.pdf

Agência B6H (1986). *12240/86.* Memórias Reveladas.

Albuquerque, I. (Diretora). (2019). *Codinome Clemente.* [Motion Picture]. Rio de Janeiro: Iris Cinematográfica.

ALN & MR-8. (1969). Manifesto dos sequestradores. In. Da-Rin, S. (2008). *Hércules 56: o seqüestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Alves, M. M. (1993). *A esquerda vai à luta.* Acessado em: 12 de janeiro de 2020 de http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pesq=iara%20iavelberg&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.br&pagfis=278521

Andrade, F. O. (2014). *A Escola Nacional de Informações: a formação dos agentes para a inteligência brasileira durante o regime militar*. Franca. Dissertação (Mestrado em História). Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/fabiana-andrade_dissertacao-completa.pdf

Angelini, A. L. (2012). O papel da Sociedade Interamericana de Psicologia no desenvolvimento da psicologia na América Latina. *Interamerican Journal of Psychology*, vol. 46, núm. 1, pp. 9-19. Sociedad Interamericana de Psicología. Recuperado de https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28424858002

Anônimo. (1971). *FCH, FI. O.13222.* Memórias Reveladas.

Anônimo. (1972). *BR DFANBSB V8.GNC.AAA. 72049474an001.* Memórias Reveladas.

Arantes, A. (2013). *Alma em chama: memórias de um militante político.* São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois.

Arantes, M. A. A. C. (1994). *Pacto re-velado: psicanálise e clandestinidade política.* São Paulo, SP: Escuta.

Arantes, M. A. A. C. (2013). Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes. Conselho Federal de Psicologia. (2013). In. *A verdade é revolucionária: testemunhas e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).* Brasília: CFP.

Arbex, D. (2015). *Cova 312.* São Paulo, SP: Geração Editorial.

Arquivo da AESI da UFMG (1969). *Caixa 10. Maço 23.* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://observatorio.trabalho.mg.gov.br/bitstream/handle/123456789/1149/Arquivo%20AESI-UFMG.%20Caixa%2010.%20Ma%C3%A7o%2023%20-%20Ano%201969.pdf?sequence=2&isAllowed=y

Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada. (1973). XIV Congresso Interamericano de Psicologia. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada (Rio de Janeiro)*, 25 (3); 137-138, jul/set. Recuperado em 24 de fevereiro de 2021, de http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpa/article/view/17012/15814

Arroyo, A. (2005). Relatório sobre a luta no Araguaia. In. *Guerrilha do Araguaia.* (2005). (4. ed). São Paulo: Anita Garibaldi.

Arruda, F. (2009). *Salve o grande dirigente comunista Pedro Pomar.* Acessado em: 12 de janeiro de 2021 de https://anovademocracia.com.br/no-58/2441-salve-o-grande-dirigente-comunista-pedro-pomar

ASP/ACE. (1985). *Comemoração do 18º aniversário do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), em São Paulo/SP.* Memórias Reveladas.

Assassinos do major mortos em duelo a bala (1971, junho 04). *Diário de Notícias*. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_05&Pesq=%22Marilene%20Vilas%22&pagfis=11554

Assessoria de Imprensa do Ministério da Educação e Cultura. (1965). *Nota à Imprensa.* Memórias Reveladas.

Assessoria de Segurança e Informações. (1978). *Informação Nº 401/78-ASI/PETROBRAS. Assunto: Luiz Celso Manço*. Memórias Reveladas.

Assessoria de Segurança e Informações. (1975). *Documentos do ano 1975, colocados em ordem numérica de protocolo, do número 1601 a 2180*. Memórias Reveladas.

Associação dos Docentes da USP. (2004). *O controle ideológico na USP: 1964-1978.* São Paulo: Adusp.

Atos da Revolução. (1969). *Ministério da Educação e Cultura - Decretos de 13 de outubro de 1969.* Memórias Reveladas.

Auditoria da 7ª R.M. (1969). *Ofício nº 015/MP-7a.RM.* Memórias Reveladas.

Autoridades vão apertar (1970, dezembro 13-14). *Luta Democrática.* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030678&pesq=%22Marilene%20Vilas%22&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.br&pagfis=46713

Berquó, A. A. (1997). *O sequestro dia a dia.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Bertolino, O. (2012). *Maurício Grabois: uma vida de combates.* São Paulo: Fundação Maurício Grabois: Anita Garibaldi.

Bertolino, O. (2013). *Pedro Pomar: ideias e batalhas.* São Paulo: Fundação Maurício Grabois: Anita Garibaldi.

Bhattacharyya, A. (2017). *Viva os 50 anos de Naxalbari. O movimento Naxalita na Índia e seu impacto sobre a política, sociedade, cultura e estudos históricos.* Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos do Marxismo-leninismo-maoísmo.

Biblioteca Nacional. (n.d.). *Apresentação.* Acessado em 9 de janeiro, 2018, de https://www.bn.gov.br/sobre-bn/apresentacao

Bicudo, H. P. (1976). *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte.* 2. ed. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo.

BNMDigital. (2016). B*rasil: Nunca Mais digit@l*. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/

Bock, A. (2012). *A guinada democrática. Entrevista Ana Bock e Odair furtado*. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/jornal_crp/172/frames/fr_avancos.aspx

Bock, A. M. B. (2008). Evolução e conquistas da profissão / processo constituinte da profissão. In. Conselho Federal de Psicologia. (2008). *Democratização no Sistema Conselhos de Psicologia: mudanças na lei 5.766/71*. Conselho Federal de Psicologia: Brasília/DF. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/10/democratizacao-sistemaconselhos.pdf

Brandão, R. V. M. (2018). Política energética e dependência econômica: o Acordo de Cooperação Nuclear Brasil – Alemanha. In. Martins, M. S. N.; Campos, P. H. P.; Brandão, R. V. M. (org.) (2018). *Política Econômica nos Anos de Chumbo.* Rio de Janeiro: Editora Consequência.

Brasil (1969). *Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969.* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html

Brasil. (1962). *Lei nº 4.119 de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo.* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm

Brasil. (1964a). *Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.* http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm

Brasil. (1964b). *Decreto-lei nº 53.464 de 21 de janeiro de 1964. Regulamenta a Lei nº 4.119, de agosto de 1962, que dispõe sobre a Profissão de Psicólogo*. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D53464.htm

Brasil. (1968). *Ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.* São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm> Acesso em: 02 set. 2016.

Brasil. (1969a). *Ato Institucional nº 13. Institui a pena de banimento do Território Nacional para o brasileiro que se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional e*

dá outras providências. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-13-69.htm

Brasil. (1969b). *Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969.* Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0464.htm

Brasil. (1969c). *Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professôres, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências*. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0477.htm

Brasil. (1969d). *Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969.* Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0898.htm> Acesso em: 02 set. 2016.

Brasil. (1979). *Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.* Concede anistia e dá outras providências. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm> Acesso em: 02 set. 2016.

Brasil. (2005). *Decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005.* Dispõe sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional - CSN, Comissão Geral de Investigações - CGI e Serviço Nacional de Informações - SNI, que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5584.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20recolhimento%20ao,Ag%C3%AAncia%20Brasileira%20de%20Intelig%C3%AAncia%20%2D%20ABIN >

Brasil. (2011). *Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.* Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>

Brasil. (s/d). *Criação do Serviço Nacional de Informações e de seus órgãos. (Leis, Decretos, Decretos-Lei e Portarias)*. Memórias Reveladas.

Brecht, B. (2012). *Poemas 1913-1956.* São. Paulo: Editora 34.

Buonicore, A. (2019). *Antônio Ribas, de líder estudantil a guerrilheiro no Araguaia.* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://vermelho.org.br/2012/04/19/antonio-ribas-de-lider-estudantil-a-guerrilheiro-no-araguaia/

Buzaid, A. (1970). *Comunicado.* Memórias Reveladas.

Câmara dos Deputados do Brasil. (2020). *Clóvis Stenzel. Biografia.* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://www.camara.leg.br/deputados/131495/biografia. Acesso em: 21 de janeiro de 2021

Campos Filho, R. P. (2012). *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. São Paulo: Anita Garibaldi.

Campos, L. A. & Maracajá, C. (Diretores). (2017). *Aikewara - A ressurreição de um povo.* [DVD].

Campos, P. H. P. (2018). Empresariado e política econômica durante a ditadura: o caso dos empreiteiros de obras públicas. In. Martins, M. S. N.; Campos, P. H. P.; Brandão, R. V. M. (org.) (2018). *Política Econômica nos Anos de Chumbo.* Rio de Janeiro: Editora Consequência.

Carneiro, A. & Cioccari, M. (2010). *Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 1962-1985, camponeses torturados, mortos e desaparecidos.* Brasília: MDA. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/campo.pdf

Carvalho, D. R. (1987). Rachel Lea Rosenberg (1931 – 1987). In. *SBPC Ciência e Cultura.* Vol 39, nº8, agosto de 1987. Acessado em: 12 de janeiro de 2020 de http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003069&pesq=iara%20iavelberg&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=50536

Carvalho, L. M. (1998). *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo, SP: Globo.

Carvalho, L. R. (1965). *Do Reitor da Universidade de Brasília.* Memórias Reveladas.

Casal terrorista morto ao resistir ordem de prisão (1971, junho 04). *Diário de Notícias.* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_05&Pesq=%22Marilene%20Vilas%22&pagfis=11568

Castro, A. F. (1994). Adir Fiuza de Castro. In. D´Araújo, M. C; Soares, G. A. D.; Castro, C. (org.). (1994). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Cenimar. (1973). *Informação.* Memórias Reveladas.

Centofanti, R. (1982). Radecki e a psicologia no Brasil. Em: *Psicologia – ciência e profissão*, vol. 3, n. 1.

Centro Acadêmico Iara Iavelberg – CAIAIA. (2014). *Iara Iavelberg: depoimentos Christian Dunker e Ecléa Bosi.* Acessado em: 12 de janeiro de 2020 de https://www.youtube.com/watch?v=gzU5d8qOvp8

Centro de Literatura Cristã - Portugal (s/d). *Ageu Heringer Lisboa*. Portugal. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://www.clcportugal.com/Contributor/ViewOne.aspx?ContributorId=1508

Cesar, J. & Cavassa, C. (2019). *Documento inédito mostra que número de presos nos primeiros dias do golpe militar de 64 pode ser quatro vezes maior.* Acessado em: 12 de

janeiro de 2018 de https://theintercept.com/2019/03/30/documento-inedito-mostra-que-numero-de-presos-nos-primeiros-dias-do-golpe-militar-de-64-pode-ser-quatro-vezes-maior/

CIE. (1970). *Relatório do IPM – Sequestro do embaixador Charles Burke Elbrick.* Memórias Reveladas.

CIE. (1971). *Cezar Benjamin Queiroz.* Memórias Reveladas.

CIE. (1972). *Assunto: ALN.* Memórias Reveladas.

CIE. (s/d). *Dados existentes no centro de inteligência do exército (CIE) sobre os 144 (cento e quarenta e quatro) desaparecidos políticos*. Memórias Reveladas.

Codarin, H. (2019). O *MR-8 na luta armada: as armas da crítica e a crítica das armas.* São Paulo: Alameda.

Coelho, L. S. (2013). Lúcia Salvia Coelho. In. Conselho Federal de Psicologia. (2013). *A verdade é revolucionária: testemunhas e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).* Brasília: CFP.

Coimbra, C. (2008). A ditadura militar brasileira (1964-1985) e a profissão da Psicologia. In. Conselho Federal de Psicologia. (2008). *Democratização no Sistema Conselhos de Psicologia: mudanças na lei 5.766/71*. Conselho Federal de Psicologia: Brasília/DF. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/10/democratizacao-sistemaconselhos.pdf

Coimbra, C.M.B. (1999). Práticas "psi" no Brasil do "milagre": algumas de suas produções. Em: Jacó-Vilela, A. M., Jabur, F. & Rodrigues, H.B.C. (Orgs.). *Clio-Psyché: histórias da psicologia no Brasil (pp.75-95)*. Rio de Janeiro: UERJ/NAPE.

Comando de Operações Navais. (1972) *Operação Papagaio (Exercício)*. Memórias Reveladas.

Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo. (2018). *A assessoria especial de segurança e informação (AESI) na Universidade de São Paulo.*

Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. (2013). *30ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - "Rubens Paiva" - caso Aurora Maria.* Acessado em http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/arquivos/documentos/audiencia-comissao-verdade-n30-issami-nakamura-okano

Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. (2015). *Aurora Maria Nascimento Furtado.* Acessado em: 12 de janeiro de 2020 de http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/upload/001-foto-morta.pdf

Comissão da Verdade em Minas Gerais. (2017). *Audiência Pública Movimento Estudantil*. Memórias Reveladas.

Comissão Especial de Desaparecidos Políticos. (1996). *Aurora Nascimento Furtado.* Morto. Memórias Reveladas.

Comissão Nacional da Verdade. (2014a). *Relatório n° 06/2014.* Memórias Reveladas.

Comissão Nacional da Verdade. (2014b). *Relatório v. III. Mortos e desaparecidos políticos.* Brasília: CNV.

Comissão Nacional da Verdade. (2014c). *Relatório: volume I.* Memórias Reveladas.

Comitê Central do Partido Comunista da China. (22 de outubro de 1963). Apologistas do neo-colonialismo. Comentário sobre a carta aberta do CC do PUCS. In. Núcleo de Estudos do Marxismo-leninismo-maoísmo (2003). *A carta chinesa: a grande batalha ideológica que o Brasil não viu.* Minas Gerais: Terra Editora.

Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. (14 de julho de 1963). Carta do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética ao Comitê Central do Partido Comunista da China. In. Núcleo de Estudos do Marxismo-leninismo-maoísmo (2003). *A carta chinesa: a grande batalha ideológica que o Brasil não viu.* Minas Gerais: Terra Editora.

Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. (1958). *Declaração Sobre a Política do PCB.* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm

Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. (1962). *Em defesa do Partido [Carta dos 100] (1961)*. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://www.grabois.org.br/cdm/principais-documentos/148499/2010-01-22/em-defesa-do-partido-carta-dos-100-1961

Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. (1969). G*uerra popular: o caminho da luta armada no Brasil*. Acessado em: 12 de janeiro de 2021 de https://www.marxists.org/portugues/tematica/1969/01/luta.htm

Comitê Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas. (2014). *A ditadura militar e o genocídio do povo Waimiri-Atroari: "por que kamña matou kiña"?* Campinas: Curt Nimuendajú.

Conselho de Segurança Nacional. (1969*). Documentação organizada com vistas a aplicação do artigo 4º do ato institucional nº 5.* Memórias Reveladas.

Conselho de Segurança Nacional. (s/d). *Dossiê.* Memórias Reveladas.

Conselho Federal de Psicologia. (1973). *Ata da eleição do primeiro Conselho Federal de Psicologia*. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/11/PLENARIO___ATA__1973.pdf

Conselho Federal de Psicologia. (1977). *Psicologia – Legislação.* Belo Horizonte: O Lutador.

Conselho Federal de Psicologia. (2011). *CFP - Memória Psicologia - Arrigo L. Angelini*. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://www.youtube.com/watch?v=hTGLoL2cdMw

Conselho Federal de Psicologia. (2012). Entrevista com o Psicólogo Arrigo Leonardo Angelini. Psicologia: *Ciência e Profissão [online]., v. 32, n. spe* [Acessado 21 Outubro 2021] , pp. 318-327. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500023>. Epub 08 Nov 2012. ISSN 1982-3703. https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500023.

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. (2020). *CRP SP lamenta morte do psicólogo Luiz Celso Manço.* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://www.crpsp.org/noticia/view/2543/crp-sp-lamenta-morte-do-psicologo-luiz-celso-manco

Costa, C. M. L. (2010). Aragarças, Revolta de. *In*: Abreu, Alzira Alves de et al (coords.). (2010). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930.* Rio de Janeiro: CPDOC. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/Aragarcas>

Cunha, L. A. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior.* (2. ed). São Paulo: Editora Unesp, 2007.

Da-Rin, S. (2008). *Hércules 56: o seqüestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Delegacia de Ordem Política e Social. (1969). *Ofício nº 520.* Memórias Reveladas.

Delegacia Regional do Ceará. (s/d). *Pasta nº 6.* Memórias Reveladas.

DEOPS. (1973). *XIV Congresso Interamericano de Psicologia.* Memórias Reveladas.

Departamento de Ordem Política e Social – Santos. (1977). *Assunto: SOCIEDADE DE PSICOLOGIA DA BAIXADA SANTISTA.* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SP_APESP_DEOPS_SAN_P010932_01.pdf

Departamento de Ordem Política e Social. (1969). *Pasta 837.* Memórias Reveladas.

Dezouzart, E. C. & Spritzer, J. (2018). Siqueira, José Elito Carvalho. In. Abreu, A. A. de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930.* Rio de Janeiro: CPDOC. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-elito-carvalho-siqueira

Diniz, M. F. A. (2013). Maria de Fátima Alencar Diniz. In. Conselho Federal de Psicologia. (2013). *A verdade é revolucionária: testemunhas e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).* Brasília: CFP.

Divisão de Registro e Distribuição Extrajudicial-DRDE (2012). *Termo de Abertura.* Memórias Reveladas.

Divisão de Segurança e Informações. (1972). *Encaminhamento nº DSI/SI/DF – 415/72. Assunto: Conselho de Psicologia.* Memórias Reveladas.

Divisão de Segurança e Informações. (1973). *Psicólogos levam polícia a reunião.* Memórias Reveladas.

Divisão de Segurança e Informações. (1974). *Informação n° 454/74.* Insatisfação nos meios democráticos com o incremento de atividades contestatórias ao regime revolucionário brasileiro. Memórias Reveladas.

Divisão de Segurança e Informações. (1982). *Fatores que influem na formação do moral social e da opinião pública brasileiras.* Memórias Reveladas.

Divisão de Segurança Interna – DIVIN. (1978). *DIVIN/INF-4639 de 10/03/78.* Memórias Reveladas.

Documentos Revelados. (2011). *Pauline Reichustul, assassinada na tortura*. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://documentosrevelados.com.br/pauline-reichustul-assassinada-na-tortura-pela-ditadura/

Dops. (1971). *Prisão de Terroristas.* Memórias Reveladas.

DOPS. (1972). *Têrmo de declarações.* Memórias Reveladas.

Dowbor, L. (2000). *O mosaico partido: a economia além das equações*. Petrópolis: Vozes.

Dowbor, L. (2017). *Dowbor - memorial da resistência (vídeo - 43min., parte 1)*. Acessado em: 12 de janeiro de 2020 de https://www.youtube.com/watch?v=u_w0sXrAdvw&t=1s.

Dreifuss, R. A. (1981). *1964: A conquista do estado, ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes.

Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira (2021). *Carlos Zilio*. *In,* São Paulo: Itaú Cultural. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa962/carlos-zilio. Acesso em: 12 de outubro de 2021. Verbete da Enciclopédia.

Engels, Friedrich (org.). (2020). *Nova Gazeta Renana.* São Paulo: Expressão Popular.

Época. (2014). *USP divulga salários de servidores a partir de hoje.* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2014/11/USP-divulga-salarios-de-servidores-partir-de-hoje.html

Escola Nacional de Informações. (1971). *Regimento Interno da Escola Nacional De Informações*. Memórias Reveladas.

Escola Nacional de Informações. (1974). *Nº 0482. (GAB-134).* Memórias Reveladas.

Escola Nacional de Informações. (1977). *Depoimento de uma Terrorista.* Memórias Reveladas.

Exame. (2014). *USP divulga salários de servidores a partir de hoje.* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://exame.com/carreira/usp-divulga-salarios-de-servidores-a-partir-de-hoje/

Exército aponta crimes de Lamarca. (1971, setembro 21). *O Jornal.* Acessado em: 12 de janeiro de 2020 de http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&pesq=iara%20iavelberg&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.br&pagfis=96737

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (1970). *Declaração*. Brasil Nunca Mais.

Família quer levar corpo de Iara (1971, setembro 21). *Jornal do Brasil.* Acessado em: 12 de janeiro de 2020 de http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=iara%20iavelberg&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.br&pagfis=40546

Fanon, F. (1961). *Os Condenados da Terra.* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://www.marxists.org/portugues/fanon/1961/condenados/index.htm

Fanon, F. (1963). *Em Defesa da Revolução Africana.* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://www.marxists.org/portugues/fanon/1969/defesa/index.htm

Fasanaro, R. (2011). O Dia em que o Che Foi Encontrado em Osasco. In. Ferrer, E. (Org.). *68. A geração que queria mudar o mundo: relatos.* (pp. 384-390). Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia.

Fernandes, F. (2020). *Universidade Brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular.

Folha de São Paulo. (2014). *Técnicas de apoio da USP ganham mais do que o reitor.* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2014/11/1548894-tecnicas-de-apoio-da-usp-ganham-mais-do-que-o-reitor.shtml

Fon, A. C. (1980). *Tortura: a história da repressão política no Brasil* (5a ed.). São Paulo, SP: Global.

FPLP (2018). *Estratégia para a Libertação da Palestina.* São Paulo: Edições Nova Cultura.

Freitas, A. (1981). *Resistir é preciso: memórias do tempo da morte civil no Brasil.* Rio de Janeiro: Record.

Fundação Universidade de Brasília. (1970). *Instituto de Ciências Humanas – DCS. Assunto: Rescisão de contrato de professor – propõe.* Memórias Reveladas.

Gaspari, E. (2003). *A ditadura derrotada.* São Paulo: Companhia das Letras.

Ghiringhello, L. (2001). *Cabral, Annita de Castilho e Marcondes.* In. Campos, R. H. F. (org.) (2001). Dicionário biográfico da psicologia no Brasil: pioneiros. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP.

Giannotti, J. A. *A universidade em ritmo de barbárie.* (3. ed). São Paulo: Brasiliense, 1987.

Giap, V. N. (2017). *Armamento das massas revolucionárias, edificação do exército do povo.* São Paulo: Edições Nova Cultura.

Gorender, J. (2014). *Combate nas trevas.* (5. ed.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Grabois, M. (1973). *Diário da Guerrilha*. Memórias Reveladas.

Greenhalgh, L. E. (2013). In. Spieler, P. & Queiroz, R. M. R. (coords.) (2013). *Advocacia em tempos difíceis: ditadura militar 1964-1985*, Curitiba: Edição do Autor.

Guareschi, P. (2013). Pedrinho Guareschi. In. Conselho Federal de Psicologia. (2013). *A verdade é revolucionária: testemunhas e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).* Brasília: CFP.

Guerrilha do Araguaia. (2005). (4. ed). São Paulo: Anita Garibaldi.

Guisoni, D. (org.). (2014). *O livro negro da ditadura.* São Paulo: Anita Garibaldi; Maurício Grabois.

Hobsbawm, E. *Sobre história.* (1ª reimp.). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Holanda, A. F. (2002). *Mariana Alvim.* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://encontroacp.com.br/conhecaacp/pessoas/alvim/

Iamamoto, M. V. & Carvalho, R. (2006). 19 ed. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil - Esboço de uma Interpretação Histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez.

Iara baixa à sepultura em S. Paulo. (1971, setembro 23). *Jornal do Brasil.* Acessado em: 12 de janeiro de 2020 de http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=iara%20iavelberg&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.br&pagfis=40640

Iavelberg, Iara. (1968). A necessidade social de informação e a personalidade do jornal. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 522-523. Acessado em: 12 de janeiro de 2020 de http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003069&pesq=iara%20iavelberg&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=7257

II Exército, 2ª Seção, EMG. (1971). *Declarações*. Memórias Reveladas.

Instituto de Psicologia da USP. *Samuel Pfromm Netto.* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://www.ip.usp.br/site/samuel-pfromm-netto/

Íntegra do documento. (1971). (1971, setembro 21). *Jornal do Brasil.* Acessado em: 12 de janeiro de 2020 de http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=iara%20iavelberg&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.br&pagfis=40546

Jacó-Vilela, A. M. (2012). História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(spe), 28-43. https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000500004

Joffily, M. (2008). *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975).* São Paulo. Tese (Doutorado).

José, E. & Miranda, O. (1984). *Lamarca o capitão da guerrilha.* Editora: Global. Memórias Reveladas.

Jruschov, N. S. (1963). *Acerca del movimiento de liberacion nacional: fragmentos de los discursos pronunciados em los años 1956-1963.* Moscou: Ediciones em Lenguas Extrangeras.

Kameyama, C. & Stotz, E. (2016). A formulação do Programa Socialista para o Brasil e o caminho da independência de classe: contribuições de Érico Sachs. *In* Paiva, Sérgio (org.) (2016). *Érico Sachs/Ernesto Martins um militante revolucionário entre a Europa e o Brasil.* Salvador: CVM.

Kehl, M. R. & Vannuchi, P. (1990). Memória: Madre Cristina, a psicanálise, a Igreja e a Revolução. *Revista Teoria e Debate*. Edição 9 - Janeiro/Fevereiro/Março. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://teoriaedebate.org.br/1990/01/01/madre-cristina/

Khruchtchev, N. (1991). *As fitas da Glasnost: memórias de Khruchtchev*. São Paulo: Siciliano.

Kornis, M. (2010). Ação Popular (AP). In. Abreu, A. A. de et al (coords.). (2010). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC. Acessado em: 29 de março de 2021 de http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-popular-ap

Langenbach, M. & Negreiros, T. C. G. M. (1988). A formação complementar: um labirinto profissional. In. *Conselho Federal de Psicologia. Quem é o psicólogo brasileiro? (pp.86-99)*. São Paulo: Edicon.

Leite, W. S. (2008). Lei 5.766: uma cara conquista. In. Conselho Federal de Psicologia. (2008). *Democratização no Sistema Conselhos de Psicologia: mudanças na lei 5.766/71*. Conselho Federal de Psicologia: Brasília/DF. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/10/democratizacao-sistemaconselhos.pdf

Lelis, G. (2011). A UnB e os militares: breve estudo sobre as relações entre a Universidade de Brasília e o regime autoritário brasileiro entre 1964 e 1965. *Noctua, 1*(3). Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://periodicos.unb.br/index.php/noctua/article/view/6654

Lemos; R. L. C. N. (2018). O Grupo Permanente de Mobilização Empresarial (GPMI) e o regime ditatorial no Brasil pós-1964. In. Martins, M. S. N.; Campos, P. H. P.; Brandão, R. V. M. (org.) (2018). *Política Econômica nos Anos de Chumbo.* Rio de Janeiro: Editora Consequência.

Lenin, V. I. (2011). *Cadernos sobre a dialética de Hegel.* Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

Lenin, V. I. (2018). *Cadernos Filosóficos.* São Paulo: Boitempo.

Lenin, V. I. L. (2011). *Cadernos sobre a dialética de Hegel.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Lisboa, A. (2013). Ageu Lisboa, Iane Melotti e Regina Trelotti. In. Conselho Federal de Psicologia. (2013). *A verdade é revolucionária: testemunhas e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).* Brasília: CFP.

Lisboa, F. S. & Barbosa, A. J. G. (2009). Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. *Psicologia: Ciência e Profissão.* Psicol. cienc. prof. v.29 n.4. Brasília, 2009. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://www.scielo.br/j/pcp/a/gXB9MC5P7jb3vffbhpyh3yn/abstract/?lang=pt

Loureiro, F. P. (2021). *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra.* São Paulo: Editora Unesp.

Loyola, L. (2004). *Fantasmas do Araguaia*. Revista Época. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://omi.org.br/folhetim-19-de-junho-2020-fantasmas-do-araguaia.html

Machado, C. P. (1979). *Os exilados: 5 mil brasileiros à espera da anistia.* São Paulo: Alfa-Omega.

Machado, M. N. M. & Batista, R. L. L. (2018). Reflexologia do trote de calouros: argumentos histórico-políticos contra o condicionamento subversivo. In. Machado, M. N. M. (org.) (2018). *Práticas de análise do discurso.* Belo Horizonte: Artesã.

Carvalho, L. M. (1998). *Mulheres que foram à luta armada.* São Paulo: Globo.

Mancebo, D. (2004). Formação em psicologia: gênese e primeiros desenvolvimentos. *Mnemosine* Vol. 1, nº0, p.53-72. Acessado em: 29 de março de 2021 de https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41338

Mancebo, S. L. T. (2011). O mestrado em estudo de problemas brasileiros na UERJ: reflexões sobre uma experiência de socialização política, em nível de mestrado, no Brasil. *INTRATEXTOS*, Rio de Janeiro, Número Especial 02, pp.121-135. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/download/1703/1325

Manço, L. C. (2013). Luiz Celso Manço. In. Conselho Federal de Psicologia. (2013). *A verdade é revolucionária: testemunhas e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).* Brasília: CFP.

Manço, L. C. (2019). *Psicologia: um pouco de história, memórias e reflexões. Vivências de um psicólogo em Santos.* São Paulo, SP: Scortecci.

Marighella, C. (1968). Pronunciamento do agrupamento comunista de São Paulo. *In*: Marighella, Carlos. (2019). *Chamamento ao povo brasileiro e outros escritos.* São Paulo: Ubu.

Martin-Baró, I. (2017). *Crítica e libertação na psicologia.* Rio de Janeiro, RJ: Vozes.

Martins, E. (1970). Caminho e caráter da revolução brasileira. In. Miranda, Orlando & Falcón, Pery (2010). (2. ed). *Polop: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil.* Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer.

Marx, K. & Engels, F. (2013). *A ideologia alemã.* São Paulo: Boitempo.

Marx, K. (1989). *O capital.* São Paulo: Abril Cultural.

Marx, K. (2011). *Grundrisse.* 2 reimp. São Paulo: Boitempo Editorial.

Marx, K. (2014). *O capital (Livro I)*. (2 reimp.). São Paulo, SP: Boitempo.

Mathias, S. K. (2003). *A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das Comunicações e da Educação 1963 – 1990.* São Paulo: Editora Unesp.

Mayara, J. (2020). *Primeiro inscrito no Conselho de Psicologia em Minas recebe homenagem.* Estado de Minas. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://www.em.com.br/app/noticia/bem-viver/2020/08/26/interna_bem_viver,1179625/primeiro-inscrito-no-conselho-de-psicologia-em-minas-recebe-homenagem.shtml

Mazumbar, C. (2017). *Sobre a guerra popular na Índia. Oito documentos históricos.* São Paulo: Edições Nova Cultura.

Memorial da Resistência de São Paulo. (s/d). *Maria Auxiladora de Almeida Cunha Arantes.* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://memorialdaresistenciasp.org.br/entrevistados/maria-auxiladora-de-almeida-cunha-arantes/

Memórias da Ditadura. (2014). *Mário de Souza Prata.* Acessado em: 12 de janeiro de 2020 de https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/mario-de-souza-prata/

Memórias Reveladas. (2016a). *Escola Nacional de Informações (EsNI).* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/component/phocagallery/9/detail/74-o-servico-secreto

Memórias Reveladas. (2016b). *Periódico intitulado Coleção L*. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/component/phocagallery/9-o-servico-secreto/detail/75-o-servico-secreto&Itemid=0

Memórias Reveladas. (2020). *Histórico.* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/historico

Menkes, R. (2011) Ribeira. In. Ferrer, E. (Org.). *68: a geração que queria mudar o mundo: relatos.* Brasília, DF: Ministério da Justiça. (pp. 332-336).

Merlino, T. & Ojeda, I. (orgs). (2010). *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino.* São Paulo: Editora Caros Amigos.

Meyer, V. A. (2021). *O labirinto: encontros clandestinos entre a vida e a morte e outras narrativas.* Rio de Janeiro: Edite.

Minh, H. C. (1968). *A resistência do Vietnam.* Rio de Janeiro: Laemmert.

Minh, H. C. (2017a). *Escritos volume I.* São Paulo: Edições Nova Cultura.

Minh, H. C. (2017b). *Escritos volume II.* São Paulo: Edições Nova Cultura.

Ministério da Aeronáutica. (1971). *Fotografias de terroristas.* Memórias Reveladas.

Ministério da Aeronáutica. (1978). *Solange Lourenço Gomes e outros.* Memórias Reveladas.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores. (1968). *Mem. 316/SSN/MJNI.* Memórias Reveladas.

Ministério da Justiça. (1971). *Assaltos praticados na Guanabara.* Memórias Reveladas.

Ministério das Relações Exteriores. (1973). *Brasileiros detidos no Chile que desejam regressar ao Brasil*. Memórias Reveladas.

Ministério do Exército - I Exército. (1974). *Depoimento de Subversivos.* Memórias Reveladas.

Ministério Do Exército - II Exército. (1971). *Relatório periódico de informações nº 07/71*. Memórias Reveladas.

Ministério do Exército - IV Exército. (1971). *Operação Pajussara.* Memórias Reveladas.

Ministério do Exército (1971). *Resumo de declarações.* Memórias Reveladas.

Ministério do Exército, I Exército 2ª Seção. (1971). *Depoimento de Solange Lourenço Gomes ("Clara", "Aurora", "Rute", "Conceição", "Jurema" e "Maria José Linhares").* Memórias Reveladas.

Ministério do Exército. (1970). *Operação Registro. Síntese dos acontecimentos no período de 27 de abril a 05 de maio de 1970.* Memórias Reveladas.

Ministério do Exército. (1982). *Brasil Ramos Caiado e outros.* Memórias Reveladas.

Ministério Público Federal. (1995). *Desaparecida Política. Guerrilha do Araguaia. Dossiê enviado à Comissão especial. Lei 9.140 de 04 de dezembro de 1995.* Memórias Reveladas.

Minto. L. W. (2006). *As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão.* Campinas, SP: Autores Associados.

Miranda, N. & C. Tibúrcio. (2008). *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. 2a ed. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.

Miranda, O. & Falcón, P. (Org.). (2010). *Polop: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil* (2a ed.). Salvador, BA: Centro de Estudos Victor Meyer.

Mitra Arquidiocesana de São Paulo. (1987). *Perfil dos atingidos: Brasil: Nunca Mais.* Petrópolis: Vozes.

Moreno, R. (2013). Rachel Moreno. In. Conselho Federal de Psicologia. (2013). *A verdade é revolucionária: testemunhas e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).* Brasília: CFP.

Motta, R. P. S. (2008). Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi (Rio de Janeiro)*, 9(16), 30-67. https://doi.org/10.1590/2237-101X009016002

Motta, R. P. S. (2014). *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária.* Rio de Janeiro: Zahar.

MRT & ALN. (1971). *Ao povo brasileiro.* Memórias Reveladas.

Netto, J. P. (2017). *Politzer: por uma psicologia concreta*. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://blogdaboitempo.com.br/2017/04/17/politzer-por-uma-psicologia-concreta/

Nkrumah, K. (2017). *Luta de classes na África.* São Paulo: Edições Nova Cultura.

Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. (2011). *Pessoas pertencentes a comunidade USP afetadas pelo regime militar (1964-1985).* Memórias Reveladas.

Nunca Mas. (1984). *Informe da Comissão Nacional sobre o desaparecimento de pessoas na Argentina, presidida por Ernesto Sábato.* (2. ed). Porto Alegre: L&PM.

Oliveira, C. L. M. V. (2017). Sob o discurso da "neutralidade": as posições dos psicanalistas durante a ditadura militar. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [online]. v. 24, n. Suppl 1 [Acessado 8 Outubro 2021], pp. 79-90. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-59702017000400006

Oliveira, M. V. (2013). Marcus Vinícius Oliveira. In. Conselho Federal de Psicologia. (2013). *A verdade é revolucionária: testemunhas e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).* Brasília: CFP.

Órgãos de segurança de São Paulo divulgam lista de 12 acusados de subversão (1972, março 29), *Jornal do Brasil*. Acessado em: 04 de outubro de 2021 de http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22Aurora%20Maria%20Nascimento%22&pasta=ano%20197&pagfis=53658

Orso, P. J. A trajetória intelectual de Roque Spencer Maciel de Barros. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 13, n. 53, p. 318–330, 2014. DOI: 10.20396/rho.v13i53.8640207. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640207. Acesso em: 25 mar. 2021.

Osava, C. (2011). Nossa Política Externa. *In* E. Ferrer (Org.), *68: a geração que queria mudar o mundo: relatos. Brasília*, DF: Ministério da Justiça.

Palmar, A. (2012). *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* 4a ed. Curitiba: Travessa dos Editores.

Partido Comunista Brasileiro. (1967). *Informe de Balançao do Comité Central.* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://www.marxists.org/portugues/tematica/1967/12/informe.htm

Partido Comunista das Filipinas. (2018). *A reconstrução da luta revolucionária Filipina (1968).* São Paulo: Edições Nova Cultura.

Patarra, J. L. (1992). *Iara. Reportagem biográfica.* 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Paulistas protestarão contra novas prisões. (1968, julho 03), *Jornal do Brasil*, Acessado em: 04 de outubro de 2021 de http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=iara%20iavelberg&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=117933

Paz, C. E. P. (1996). *Viagem à luta armada: memórias da guerrilha.* Rio de Janeiro, RJ: BestBolso.

Pepetela. (2013). *Mayombe.* São Paulo: Leya.

Pereira, F. M. & Pereira Neto, A. (2003). O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. *Psicologia em Estudo*, 8(2), 19-27. https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000200003

Peron, S., Nogueira, E., Cândido, G. V., & Massimi, M. (2015). Luiz Marcellino de Oliveira: um protagonista da psicologia brasileira: organização de acervo documental e análise histórica. *Memorandum: Memória E História Em Psicologia, 29*, 86–111. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6472

Pessotti, I. (1988). Notas para uma história da psicologia brasileira. Em: Conselho Federal de Psicologia. *Quem é o psicólogo brasileiro?* (pp.17-31) São Paulo: Edicon.

Petrobras - Divisão De Segurança Interna. (1978). *DIVIN/INF-4639 de 10/03/78*. Memórias Reveladas.

Polícia prende 4 em SP para Acabar suposta Revolução. (1968, julho 04), *Jornal do Brasil*, Acessado em: 04 de outubro de 2021 de http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=iara%20iavelberg&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=93457

Prestes, L. C. (1950). *Nossa política: Prestes aponta aos brasileiros o caminho da libertação.* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://www.marxists.org/portugues/prestes/1950/08/01.htm

Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória. (2013). Depoimento do tenente Serra. *Entregue ao assessor da CNV Daniel Lerner.* Belo Horizonte.

Queiroz, C. S. (1983). In Memoriam. In. *Revista da Escola Superior de Guerra* – v. 1 n.1 (dez. 1983). Rio de Janeiro; ESG, Divisão de Documentação. Acessado em: 29 de março de 2021 de https://www.esg.br/publi/arquivos-revista/revista_16.pdf

Redação Jornal do Campus da USP. (2018). *USP manteve órgão ilegal de investigação na ditadura.* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://www.jornaldocampus.USP.br/index.php/2018/04/USP-manteve-orgao-ilegal-de-investigacao-na-ditadura/

Relatório IPM. (1968). *Enc. Ten. Cel. Euzemar Cavaliere.* Memórias Reveladas.

Ribas, J. D. R. (2013). *José Dalmo Ribeiro Ribas.* In. Conselho Federal de Psicologia. (2013). *A verdade é revolucionária: testemunhas e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).* Brasília: CFP.

Ribeiro, M. C. B. (2011). *Experiência de luta na emancipação feminina: mulheres na ALN.* Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.8.2011.tde-26042012-163246. Recuperado em 2021-10-07, de www.teses.usp.br

Ribeiro, M. C. B. (2018). *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN.* São Paulo: Alameda.

Rios, V. G. (2019). *As consequências de uma ração diária: as construções acerca da criança telespectadora na década de 1970.* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565318121_ARQUIVO_ASCONSEQUENCIASDEUMARACAODIARIA.pdf

Rodrigues, R. (1988). Afrânio Azevedo: “Mudei o rosto de Lamarca”. *Manchete.* Acessado em: 12 de janeiro de 2020 de http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pesq=iara%20iavelberg&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.br&pagfis=253766

Rosas, P. S. (2001). Anita Paes Barreto. In. Campos, R. H. F. (org.) (2001). *Dicionário biográfico da psicologia no Brasil: pioneiros.* Rio de Janeiro: Imago.

Roteiro de “A Classe”. (1975). *A Classe Operária*. Acessado em: 12 de janeiro de 2021 de https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/classe_operaria/pdf/51_105.pdf

Salazar, E. V. (2013). Emely Vieira Salazar. In. Conselho Federal de Psicologia. (2013). *A verdade é revolucionária: testemunhas e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).* Brasília: CFP.

Salem, H. (1997). Ficção é julgada sob as lentes da história: entrevista com Daniel Aarão Reis Fº. In. Reis Filho, D. A. et alli (1997). *Versões e ficções: o seqüestro da história.* São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.

Santiago, J. (2013). Jesus Santiago. In. Conselho Federal de Psicologia. (2013). *A verdade é revolucionária: testemunhas e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).* Brasília: CFP.

Santos, J. A. (2015). *Minha verdade. Autobiografia*. Rio de Janeiro: Matrix.

Saviani, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil.* (4. ed.) Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

Secretaria de Inteligência da Aeronáutica. (1993). *INFORME Nº 043/93/220/AGINT-RJ. CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA*. Memórias Reveladas.

Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. (1964). *Prontuário.* Memórias Reveladas.

Seis subversivos morrem em tiroteios com autoridades. (1973, janeiro 17). *Jornal do Brasil.* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22sandra%20maria%20ara%C3%BAjo%22&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.br&pagfis=77124

Seis terroristas morrem em tiroteio em Pernambuco. (1973, janeiro 11). *Jornal do Brasil*. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/76787?pesq=pauline%20reichstul

Seixas, L. C. S. (2013). In. Spieler, P. & Queiroz, R. M. R. (coords.) (2013). *Advocacia em tempos difíceis: ditadura militar 1964-1985*, Curitiba: Edição do Autor.

Serra, J. (2014). (2. Ed). *Cinquenta anos esta noite: o golpe, a ditadura e o exílio.* Rio de Janeiro: Record.

Serra, L. (2013). *Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória. Depoimento do tenente Serra.* Entregue ao assessor da CNV Daniel Lerner. Memórias Reveladas.

Serviço Nacional de Informações - Agência Central. (1973). *Documento De Informações Nº 0255/19/AC/73. ASSUNTO - XIV CONGRESSO INTERAMERICANO DE PSICOLOGIA.* Memórias Reveladas.

Serviço Nacional de Informações - Escola Nacional de Informações. (1973). *Curso Cat. "B".* Memórias Reveladas.

Serviço Nacional de Informações. (1972). *Conselho Nacional de Psicologia.* Memórias Reveladas.

Serviço Nacional de Informações. (1976). *Informação 344-2/119/1976.* Memórias Reveladas.

Serviço Nacional de Informações. (1982). *Academia Paulista de Psicologia.* Memórias Reveladas.

Serviço Nacional De Informações. (1985). *Informe Nº 257/120/ac/85. Assunto: Manoel Henrique de Oliveira.* Memórias Reveladas.

Serviço Nacional de Informações. (1987). *Delegação soviética visita a Baixada e comemora os 70 anos da Revolução Russa*. Memórias Reveladas.

Serviço Nacional de Informações. (1988). *Visita de Nicolai Boroda a Santos-SP*. Memórias Reveladas.

Serviço Público Federal. (1996). *Requerimento.* Memórias Reveladas.

Serviço Público Federal. (1998). *Assunto: Vitor Liuz Papandreu.* Memórias Reveladas.

Silva, I. P. P. (2009). *Os Filhos Rebeldes de um Velho Camarada: A Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*. Dissertação. Acessado em: 12 de janeiro de 2020 de http://www.historia.uff.br/stricto/td/1338.pdf

Silva, M. (2012). *Leila Khaled fala à Caros Amigos sobre a luta palestina*. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://www.ciranda.net/local/cache-vignettes/L300xH328/arton6438-c35bc.jpg

Simas, M. P. (2013). In. Spieler, P. & Queiroz, R. M. R. (coords.) (2013). *Advocacia em tempos difíceis: ditadura militar 1964-1985*, Curitiba: Edição do Autor.

Sirkis, A. (1988*). Os carbonários.* Memórias da guerrilha perdida. 11. ed. São Paulo: Global.

Sison, J. M. (2018). *Filipinas: sociedade e revolução.* São Paulo: Edições Nova Cultura.

SNI – Agência Rio de Janeiro. (1970). *Informação nº 206/SNI/ARJ/1970.* Memórias Reveladas.

SNI. (1968). *Colega vestibulando de psicologia*. In. *SNI. (1970).* Curso de Psicologia da USP. Memórias Reveladas.

SNI. (1969). *Encaminhamento nº1681/SNI/ARJ/69.* Memórias Reveladas.

SNI. (1970a). *Alfabetização de adultos.* Memórias Reveladas.

SNI. (1970b). *Ativ. Subv. – IPM/Ala Vermelha do PCdoB*. Memórias Reveladas.

SNI. (1970c). *Curso de Psicologia da USP.* Memórias Reveladas.

SNI. (1971a). *Luiz Massami Takaoka e outros.* Memórias Reveladas.

SNI. (1971b). *MR-8.* Memórias Reveladas.

SNI. (1971c). *Relatório Operação Prima.* Memórias Reveladas.

SNI. (1971d). *Sem Título.* Memórias Reveladas.

SNI. (1972a). *Ativ Subv - Relatório Final do Inquérito do PCdoB.* Memórias Reveladas.

SNI. (1972b). *Conselho Federal De Psicologia.* Memórias Reveladas.

SNI. (1972c). *II Congresso Latino-Americano de Psicodiagnóstico de Rorschach.* Memórias Reveladas.

SNI. (1972d). *Reservado.* Memórias Reveladas.

SNI. (1972e). *XXX Congresso da UNE.* Memórias Reveladas.

SNI. (1973). *XIV Congresso Interamericano de Psicologia*. Memórias Reveladas.

SNI. (1974a). *Documento de informações Nº046/16/ASV/SNI/74.* Memórias Reveladas.

SNI. (1974b). *Documento de Informações. Assunto: Conselho Federal de Psicologia. Ady Alvares Correia Dias.* Memórias Reveladas.

SNI. (1975). *Síntese de dossier dos terroristas relacionados*. Memórias Reveladas.

SNI. (1980). *AC ACE 5771/80.* Memórias Reveladas.

SNI. (1982). *Antecedentes de Sérgio Rubens Araújo Torres.* Memórias Reveladas.

SNI. (1986). *Posse do V Plenário do Conselho Federal de Psicologia.* Memórias Reveladas.

SNI. (1988). *Eleição e posse da nova diretoria do Conselho Federal de Psicologia para o período de 20 DEZ 87 a 19 DEZ 88.* Memórias Reveladas.

Soares, A. R. (2010). A Psicologia no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão, 30*(spe), 8-41. https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500002

Sociedad Interamericana de Psicología (s/d*). Atividades da SIP.* Acessado em: 29 de março de 2021 de https://sipsych.org/about/?lang=pt-br

Sodré, N. W. S. (1987a). *Brasil: radiografia de um modelo.* (7. ed). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Sodré, N. W. S. (1987b). *O governo militar secreto.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Sousa, D. M. (2014). Os familiares de desaparecidos políticos do Araguaia: o início da busca. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://www.sul2013.historiaoral.org.br/resources/anais/5/1377258945_ARQUIVO_DEUSA_artigocompleto_HO_revisado_2.pdf

Studart, C. H. C. (2013). *Em algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974).* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18326/3/2013_CarlosHugoStudartCorrea.pdf

Studart, H. (2007). *O guerrilheiro apaixonado.* Acessado em: 12 de janeiro de 2020 de https://istoe.com.br/1356_O+GUERRILHEIRO+APAIXONADO/

Sydow, E. & Ferri, M. (2017). *Dom Paulo. Um homem amado e perseguido.* São Paulo, SP: Expressão Popular.

Tapajós, R. (Diretor). (1965). *Universidade em crise.* [DVD]. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://www.youtube.com/watch?v=-WHtPHy_6Vw

Tapajós, R. (1979). *Em câmara lenta* (2a ed.). São Paulo, SP: Alfa-Omega.

Tapajós, R. (1997). A floresta de panos. In. Freire, A.; Almada, I.; Ponce, J. A. G. (orgs.). (1997). *Tiradentes, um presídio da ditadura. Memórias de presos políticos.* São Paulo: Scipione Cultural.

Terror mata comerciante em São Paulo (1973, março 22). *Jornal do Brasil.* Acessado em: 04 de outubro de 2021 de http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22Aurora%20Maria%20Nascimento%22&pasta=ano%20197&pagfis=79132

Terrorista morre em meio a tiroteio entre agentes de segurança e subversivos. (1972, novembro 11). *Jornal do Brasil.* Acessado em: 04 de outubro de 2021 de http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22Aurora%20Maria%20Nascimento%22&pasta=ano%20197&pagfis=72022

Tierra, P. (2010). *Poemas do povo da noite*. (3ªed. rev.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo; São Paulo: Publisher Brasil.

Todorov, J. C. (2003). O Legado de Fred S. Keller. In. Brandão, M. Z., et al. (2003). *Sobre Comportamento e Cognição: A história e os avanços, a seleção por conseqüências em ação.* Santo André: Editores Associados, v.11.

Trzan-Ávila, A. & Jacó-Vilela, A. M. (2012). Uma história da Abordagem Centrada na Pessoa no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia,* 12(3), 1063-1069. Acessado em: 23 de fevereiro de 2021, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812012000300021&lng=pt&tlng=pt

Tsetung, M. (1938). Sobre a Guerra Prolongada. In. Tsetung, M. (1975a). *Obras escolhidas de Mao Tsetung. Tomo I: período da primeira Guerra Civil Revolucionária*. Pequim: Edições em línguas estrangeiras. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://www.marxists.org/portugues/mao/1938/05/prolongada.htm

Tsetung, M. (1945). Sobre o Governo de Coalizão. In. Tsetung, M. (1975b). *Obras escolhidas de Mao Tsetung. Tomo III - período da Guerra de Resistência Contra o Japão.* Pequim: Edições em línguas estrangeiras. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://www.marxists.org/portugues/mao/1945/04/24.htm

Ustra, C. A. B. (2018). *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça* (18a. ed). Brasília: Editora Ser.

Vargas, G. (1954). *Carta testamento.* Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/carta-testamento-de-getulio-vargas

Veja. (2014). *USP divulga salários de servidores a partir desta semana*. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de https://veja.abril.com.br/educacao/USP-divulga-salarios-de-servidores-a-partir-desta-semana/

Vigostski, L. S. (1999). *Teoria e método em psicologia.* São Paulo: Martins Fontes.

Vilas, R. (2008). Ricardo Vilas. In. Da-Rin, S. (2008). *Hércules 56: o seqüestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Villa, M. A. (2014). *Ditadura à brasileira – 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita.* São Paulo: LeYa.

Visentini, P. F. (2012). *As revoluções africanas.* São Paulo: Editora Unesp.

VPR. (1970). *Operação Joaquim Câmara Ferreira - Comunicado nº4.* Memórias

Wang, M. L. (2010). Memórias de uma revolução educacional interrompida. In. *Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental (ABPMC).* São Paulo, n. 33. Acessado em: 12 de janeiro de 2018 de http://abpmc.org.br/arquivos/publicacoes/1405368906d64f7d25c45.pdf

Welch, C. & Geraldo, S. (1992). *Lutas Camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes.* São Paulo: Paz e Terra.

Yamamoto, O. H. (1987). *A crise e as alternativas da Psicologia.* 1. ed. São Paulo: Edicon.

Yazbek, M. (2008). *A revolução argelina.* São Paulo: Editora Unesp.

Yazbek, M.C. (2009). O significado sócio-histórico da profissão. *In*: CFESS/ABESS (Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS/Abepss.

Zílio, C. (1967). *E os passos prosseguem.* Acessado em: 12 de janeiro de 2020 de https://carloszilio.com/wp-content/uploads/2020/09/6g.jpg

Zílio, C. (1996). *Entrevistas.* Acessado em: 12 de janeiro de 2020 de http://www.carloszilio.com/textos/Entrevista,%201996.pdf

Zílio, C. (2008). *Entrevista ao Jornal da UFRJ.* Acessado em: 12 de janeiro de 2020 de http://www.carloszilio.com/textos/2008-jornal-ufrj-entrevista.pdf

Zílio, C. (2012). *Entrevista realizada por Andrea Siqueira D'Alessandri Forti.* Acessado em: 12 de janeiro de 2020 de http://www.carloszilio.com/textos/Entrevista_Andrea_SiqueiraDAlessandri_Forti_UNIRIO_2012.pdf